



Promontoria Monográfica HISTÓRIA DO ALGARVE 03

Coordenação de
A. PAULO DIAS OLIVEIRA
CRISTINA FÉ SANTOS
JOSÉ GONÇALO DUARTE
PATRÍCIA DE JESUS PALMA

Apontamentos para a História das

CULTURAS DE

ESCRITA:

DA IDADE DO FERRO À ERA DIGITAL

Apontamentos para a História

DAS CULTURAS DE ESCRITA: DA IDADE DO FERRO À ERA DIGITAL

EDITOR:

Centro de Estudos em Património, Paisagem e Construção (CEPAC)

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Universidade do Algarve

Editor:

Centro de Estudos em Património, Paisagem e Construção (CEPAC)
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Universidade do Algarve

Comissão Coordenadora:

A. Paulo Dias Oliveira
Cristina Fé Santos
José Gonçalo Duarte
Patrícia de Jesus Palma

Introdução:

A. Paulo Dias Oliveira
Patrícia de Jesus Palma

Tiragem:

500

Capa e design:

Lúcia Costa

Depósito Legal:

419839/16

ISBN:

978-989-8859-00-6

Faro, 2016**Impressão:**

Gráfica Comercial Arnaldo Matos Pereira, Lda
Zona Industrial de Loulé, Lote 18
Apartado 247 - 8100-911 Loulé
www.graficacomercial.com

Agradecimentos:

Muitos foram os que tornaram possível a concretização deste projecto que já vai no número 3. A alguns deles, que não vêm referidos no corpo da obra, é necessário deixar aqui o nosso agradecimento: a Lúcia Costa (luciacosta80@gmail.com), a designer que mais uma vez concebeu e deu rosto a esta publicação, e um especial obrigado a Emanuel Sancho, director do Museu do Trajo de São Brás de Alportel, uma presença constante e dedicada.

Nota: O uso do Acordo Ortográfico de 1990 foi opção de cada autor.

Com o apoio de:

GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

DRC ALENTEJO



Museu do
Trajo
São Brás de Alportel



Silves
Câmara Municipal



município
tavira
VILAREALSTANTONIO

- 7 RESUMOS
- 19 INTRODUÇÃO
- A escrita do Sudoeste:
um breve ensaio de síntese**
23 Amílcar Guerral | Pedro Barros | Samuel Melro
- Epigrafia Romana do Algarve**
45 José D'Encarnação
- Contributos para a catalogação e estudo da epigrafia pública na região do
Algarve**
65 Marco Sousa Santos
- Projecção documental de poderes:
em torno das actas de vereação de Loulé (século XV)**
85 Filipa Roldão
- Samuel Gacon, um editor do Talmud, com os olhos postos no Oriente
(A edição de Faro do Pentateuco, de Junho de 1487, no contexto da História
da Imprensa incunabular hebraica portuguesa)**
101 Manuel Cadafaz de Matos
- A escrita, a informação e a honra:
as provas de limpeza de sangue no Algarve setecentista**
135 Nelson Vaquinhas
- Contributo para a história da edição contemporânea em Portugal:
a emergência da edição impressa na periferia, o caso do Algarve (1808-1910)**
155 Patrícia de Jesus Palma
- O laicismo na capital algarvia nos finais de Oitocentos:
o célebre processo de Francisco Pereira Salles**
183 Luís Guerreiro

- 205 **A linguagem visual da Indústria Conserveira do Algarve:
o caso da *Marie Elisabeth Brand***
Ana Lúcia Gomes de Jesus
- 225 **Notas prévias a um estudo das imagens e da importância das vanguardas
artísticas na imprensa algarvia do começo do século XX**
Ana Isabel Soares I Mirian Tavares
- 235 **Imprensa periódica e propaganda política:
o caso do *Nacional sindicalista* de Faro**
A. Paulo Dias Oliveira
- 263 **Escolas de formação de professores do ensino primário no Algarve**
João Sabóia
- 289 **As escolas primárias dos centenários:
subsídios para uma história das construções escolares no Algarve**
Vítor Ribeiro
- 313 **Para a História da edição do romanceiro no Algarve:
protagonistas, textos, suportes e uma falsa questão**
Sandra Boto
- 335 NOTAS SOBRE OS AUTORES

RESUMOS

Abstracts

A escrita do Sudoeste: um breve ensaio de síntese

A brief essay about the Iron Age Southwest script

AMILCAR GUERRAL | PEDRO BARROS | SAMUEL MELRO

Resumo: Apresenta-se uma síntese dos conhecimentos sobre as manifestações epigráficas associadas à antiga escrita que se desenvolveu no Sudoeste hispânico na Idade do Ferro. Abordam-se alguns aspectos fundamentais, começando por uma breve história da investigação, a que se juntam os tópicos relativos ao sistema de signos, à natureza dos monumentos, aos seus textos e contextos. Apesar dos novos achados das últimas décadas e dos trabalhos arqueológicos em sítios associados às estelas inscritas, são ainda muitas as dificuldades inerentes a estes temas e, por isso, muitas das questões encontram-se em aberto.

Palavras-chave:
Escrita do Sudoeste
Idade do Ferro
Epigrafia

Abstrat: The present article presents a brief summary on the knowledge about the epigraphic manifestations associated with the ancient writing that developed in the Southwest Hispanic region in the Iron Age period. Some basic aspects are discussed, beginning with a brief history of the investigation, to which are added the topics related to the system of signs, the nature of monuments, their texts and contexts. In spite of the new findings of the last decades and some archaeological works in sites associated with the inscribed stelae, there are still many difficulties inherent to these themes and, therefore, many of the questions are still open.

Keywords:
Southwest script
Iron Age
Epigraphy

Epigrafia Romana do Algarve

Roman epigraphy at Algarve

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Resumo: Traça-se, na introdução, uma panorâmica do que tem sido a investigação epigráfica no Algarve e quais os sítios mais significativos desse ponto de vista.

Apontam-se seis exemplos sintomáticos: da aculturação (IRCP 55); da utilização da religião para prestígio pessoal (IRCP 60); das estelas da Quinta de Marim (IRCP 45); do exercício do patronato (IRCP 7); do papel da mulher (IRCP 79) e da simbiose entre a religião e a política mormente a partir do século III da nossa era (IRCP 4).

Palavras-chave:
Epigrafia
Aculturação
Religião
Política
Sociedade

Keywords:
 Roman epigraphy
 Acculturation
 Roman religion
 Politics
 Society

Abstract: In the introduction, a synthesis is given of the investigation about the Algarve's roman epigraphic monuments. We sign also the most significant epigraphic sites.

Six suggestive examples are given about: the acculturation (IRCP 55); the utilization of the religion to personal prestige (IRCP 60); the Quinta de Marim's specific monuments (IRCP 45); the importance of the patronatus (IRCP 7); the woman's paper in the roman society revealed by the epigraphic monuments (IRCP 79); and the real symbiosis religion/politics, specially in the III century (IRCP 4).

Contributos para a catalogação e estudo da epigrafia pública na região do Algarve

Contributions to the catalogation and study of public epigraphy in the Algarve region

MARCO SOUSA SANTOS

Palavras-chave:
 Epigrafia
 Algarve
 História
 Cultura escrita

Resumo: O presente ensaio é dedicado ao estudo da epigrafia pública da região algarvia e tem como principal objetivo identificar e estabelecer, através da recolha de exemplos, as principais tipologias de epígrafes que existem no Algarve, território que, como se procura mostrar, dispõe de um amplo e diversificado conjunto de inscrições lapidares que abarca o período que decorre da Proto-história até aos nossos dias. Pretende-se assim contribuir, ainda que de forma modesta, para promover a discussão e a reflexão crítica em torno deste tema de inegável interesse, alertar para a necessidade de analisar as inscrições epigráficas em toda a sua dimensão cultural, como documento que é fruto de um contexto específico mas também testemunho da cultura escrita de uma época, e, em última análise, contribuir para a catalogação e estudo sistemático das inscrições públicas existentes no território algarvio e em Portugal.

Keywords:
 Epigraphy
 Algarve
 History
 Written culture.

Abstrat: This essay is dedicated to the study of public epigraphy of the Algarve region and aims to identify and establish, through a collection of examples, the main types of epigraphs that exist in the Algarve, territory that, as shown, has a large and diverse set of lapidary inscriptions which covers the period from Proto-history to the present day. The aim is to contribute, albeit modestly, to promote discussion and critical reflection on this issue of undeniable interest, call attention to the need to study the epigraphic inscriptions in all its cultural dimension, as a document that is the result of the specific context in which it was produced and witness of written culture of an era, and ultimately, contribute to the cataloging and systematic study of existing public inscriptions in the Algarve region and Portugal.

Projecção documental de poderes: em torno das actas de vereação de Loulé (século XV)

Urban powers on documents: the "actas de vereação" from Loulé (15th century)

FILIPA ROLDÃO

Resumo: As actas de vereação de Loulé de 1492-1495 consistem no registo escrito das deliberações resultantes das assembleias municipais da vila, durante esse período, e encontram-se conservadas num dos livros da câmara da cidade, à guarda do Arquivo Municipal de Loulé. Pela sua natureza e função, estes documentos constituem um espaço privilegiado de cruzamento dos poderes em presença na vila, nomeadamente, o poder concelhio e o poder régio. Analisaremos, neste artigo, sob que formas e por que meios estes poderes se evidenciaram no espaço documental consignado no livro das actas de vereação da câmara.

Abstrat: The actas de vereação from Loulé (1492-1495) are the written record of the municipal assemblies' decisions of this city in that period, and they are preserved in the municipal book of records at the Arquivo Histórico Municipal de Loulé (historical municipal archive). Because of their nature and purpose, the actas de vereação are a relevant document to see political power interaction in Loulé, namely the municipal and royal power interaction. In this article, we intend to analyse how these two political powers in the city are reflected on the municipal book of records of Loulé.

Palavras-chave:

Cidades
Poder
Escrita

Keywords:

Cities
Power
Writing practices

Samuel Gacon, um editor do Talmud, com os olhos postos no Oriente (A edição de Faro do Pentateuco, de Junho de 1487, no contexto da História da Imprensa incunabular hebraica portuguesa)

Samuel Gacon, an editor of the Talmud, with his eyes set on the East
(The Faro edition of the Pentateuch, June 1487, in the context of the History of the Portuguese Hebrew incunabula press)

MANUEL CADAFUZ DE MATOS

Resumo: Em Junho de 1487, com a edição da Torah [Pentateuco], teve início, na cidade de Faro, a História da imprensa em Portugal. No presente estudo são ainda analisados os incunábulo hebraicos que foram editados, para além de Faro, em Lisboa e em Leiria.

Abstract: In June 1487, with the edition of the Torah [Pentateuch], the history of the press in Portugal began in the

Palavras-chave:

Imprensa
Incunábulo
Judeus
Caracteres móveis
Samuel Gacon

Keywords:

Printing

Incunabula city of Faro. In the present study are also analyzed the Hebrew
 Jews incunabula that were edited, besides Faro, in Lisbon and in
 Mobile characters Leiria.
 Samuel Gacon

A escrita, a informação e a honra: as provas de limpeza de sangue no Algarve setecentista

Genealogical inquires of purity of blood (Algarve, 18th century): writing, information and honour

NELSON VAQUINHAS

Palavras-chave: Algarve
 Santo Ofício
 Ordens Militares
 Honra
 Limpeza de sangue
 Informação

Resumo: Em Portugal, no Antigo Regime, a honra constituía um capital sobrevalorizado. Ao indivíduo cabia provar e às instituições reputadas avaliar esse atributo. Não o tendo estava sujeito à exclusão de cargos, ofícios e veneras. Os testemunhos orais, decorrentes de inquéritos para habilitações, passados a escrito, representavam os principais instrumentos de averiguação da honra.

Neste estudo, pretende-se conhecer, em particular, os fluxos informacionais estabelecidos entre dois tribunais da administração central do período Moderno (o Santo Ofício e a Mesa da Consciência e Ordens) e o Algarve, em matéria de estatutos de limpeza de sangue. Como se fazia essa articulação é a questão central a tratar neste texto.

Keywords: Algarve
 Holy Office
 Military Orders
 Honour
 Purity of blood
 Information

Abstrat: In Portugal honour meant overvalued capital during the Ancien Régime. Individuals had to prove they had it and reputable institutions had to evaluate that quality. Not having the distinction, it could mean exclusion from positions, posts and insignia. Oral evidence resulting from enquiries for qualifications was put on paper and represented the main tool for determining the existence of honour.

In this study we aim to know in particular the information flows established between two central administration courts of the Modern period (the Holy Office and the Mesa da Consciência e Ordens) and the Algarve concerning the Statutes of the Purity of Blood. The way that articulation was accomplished is the central question to be dealt with in this text.

Contributo para a história da edição contemporânea em Portugal: a emergência da edição impressa na periferia, o caso do Algarve (1808-1910)

Contribution to the history of the contemporary edition in Portugal: the emergence of the printed edition in the periphery, the case of the Algarve (1808-1910)

PATRÍCIA DE JESUS PALMA

Resumo: Até finais do século XVIII, Portugal possuiu um sistema de produção concentrado em cinco capitais do impresso. Durante esse período, podemos abordar o comércio e a circulação do livro a uma escala nacional, mas a produção com o mesmo alcance só se verificou no decorrer de Oitocentos, quando a indústria tipográfica penetrou a vasta periferia portuguesa aquém e além-mar. Ao generalizar-se, estando disponível localmente, a cultura tipográfica adquiriu uma dimensão verdadeiramente inédita. Neste artigo, pretende-se contribuir para o aprofundar do conhecimento sobre esta nova cultura da escrita, a partir do exemplo do Algarve.

Abstract: Until the end of the 18th century, Portugal had a print system concentrated in five capitals. Book production only reached national level in the 19th century, when the printing industry started to expand beyond outskirts of the five print capitals. The trade and circulation of the book was nationwide since the end of 18th century to present day. By becoming generalised and locally available, the typographic culture acquired a truly unprecedented dimension. In this article, we intend to contribute to the deepening of knowledge about this new writing culture, from the example of the Algarve.

Palavras-chave:

Tipografia
Edição
Cultura Escrita Impressa
Século XIX
Algarve-Portugal

Keywords:

Typography
Edition
Written and Print Culture
19th Century
Algarve-Portugal

O laicismo na capital algarvia nos finais de Oitocentos: o célebre processo de Francisco Pereira Salles

Secularism in the capital of Algarve in the late nineteenth century: the famous case of Francisco Pereira Salles

LUÍS GUERREIRO

Resumo: Num quadro de anticlericalismo crescente ao longo de todo o século XIX, que alastrava a todo o território nacional, assumindo diversas expressões e envolvendo vários sectores da sociedade, um barbeiro, estabelecido em Faro, de seu nome Francisco Pereira Salles, correspondente da Semana de Loyola, publicou no final da década de 80 um folheto intitulado *Elementos de Geografia Astronómica*, onde negava a existência de Deus. O folheto foi apreendido e o seu autor preso,

Palavras-chave:

Anti clericalismo
Diocese Algarve
Processo Salles
Perseguição religiosa
Laicismo

tendo este caso tido uma enorme repercussão na imprensa nacional. É sobre este processo que incide o nosso estudo.

Keywords:

Anticlericalism
Diocese Algarve
Salles Process
Religious persecution
Secularism

Abstract: In a context of growing anticlericalism throughout the nineteenth century that spread to all national territory, taking different expressions and involving various sectors of society, a barber established in Faro, named Francisco Pereira Salles, a correspondent for the Republican Almanac *Semana de Loyola*, published a brochure titled *Elements of Astronomical Geography* in the late of 80's, where the existence of God was denied. The brochure was apprehended and its author was arrested, having this case a huge impact in the national press. Therefore, our study focuses on this process.

A linguagem visual da Indústria Conserveira do Algarve: o caso da *Marie Elisabeth Brand*

The visual language of Algarve's canning industry:

case study *Marie Elisabeth Brand*

ANA LÚCIA GOMES DE JESUS

Palavras-chave:

Século XX
Cultura Visual
Lata de Conserva
Litografia
Marca Marie Elisabeth Brand
Tipografia
Ilustração
Identidade
Portimão (Algarve-Portugal)

Resumo: A lata de conserva e a indústria conserveira de pescado constroem um retrato visual e cultural de Portugal no início do século XX até meados da década de 60, com testemunhos criativos de uma sociedade em desenvolvimento, embora limitados ao poder económico, político e social do país.

A linguagem verbal e visual nas diferentes latas de conserva de pescado português possibilitaram a criação de inúmeros grafismos explorando os diferentes elementos visuais, dando origem a um espólio muito peculiar.

Objecto de consumo, veículo comunicacional identificador de uma cultura, de uma identidade espalhada nos diferentes pólos conserveiros ao longo da costa litoral portuguesa, as latas de conserva tornaram-se objecto de design.

Marie Elisabeth Brand foi uma das marcas criadas em Portimão que impulsionou a indústria conserveira de pescado português mundialmente e cuja linguagem exploramos neste artigo.

Keywords:

20th Century
Visual Culture
Preservation Can

Abstract: The can and tinned food industry developed a visual and cultural portrait of Portugal beginning in the early twentieth century, until the mid-1960s. The society in the

country was growing creatively, but was limited due to economic, political and social difficulties and restraints.

The verbal and visual language on the different tin cans of Portuguese fish allowed the creation of numerous graphics exploring the different visual elements, giving rise to a very unique heritage. The cans are an object of consumerism, they identify the culture and the identity of the industry which spread out along the Portuguese coast. These cans have become objects of design. Marie Elisabeth Brand was one of the brands created in Portimão which boosted the Portuguese fish canning industry worldwide and whose language we explore in this article.

Lithograph
Marie Elisabeth Brand Mark
Typography
Illustration
Identity
Portimão (Algarve-Portugal)

Notas prévias a um estudo das imagens e da importância das vanguardas artísticas na imprensa algarvia do começo do século XX

Notes towards a study of images and the relevance of artistic vanguards in the press of the Algarve in the early twentieth century

ANA ISABEL SOARES I MIRIAN TAVARES

Resumo: Neste artigo apresentam-se algumas considerações prévias a um estudo das imagens publicadas em jornais algarvios de finais do século XIX e começo do século XX. Trata-se, acima de tudo, de considerações de carácter teórico, a partir de dados culturais e historiográficos que permitam desenvolver, posteriormente, um panorama crítico daquelas publicações.

Palavras-chave:
Algarve
Jornais algarvios
Arte vanguardista
Estudos da imagem

Abstract: In the present article, the authors attempt to align some considerations on the imagery published in newspapers in the Algarve at the turn from the nineteenth to the twentieth century. Above all these are theoretical, as well as historiographic considerations, which it is hoped will lead to a further deepening of the critical study of such publications.

Keywords:
Algarve
Algarvian
Newspapers
Vanguard art
Image studies

Imprensa periódica e propaganda política: o caso do *Nacional sindicalista* de Faro

Political propaganda and newspaper: the *Nacional Sindicalista* of Faro

A. PAULO DIAS OLIVEIRA

Resumo: A presente investigação tem três objetivos distintos, mas interligados. Pretende, em primeiro lugar, determinar quando surgiram, no nosso país, as primeiras simpatias (entendendo o conceito no seu sentido etimológico) fascistas. Para, num momento subsequente, tentar estabelecer, no que se refere ao

Palavras-chave:
Fascismo
Nacional-sindicalismo
Integralismo Lusitano
Algarve
Nacional Sindicalista

Algarve, a extensão dos movimentos do Integralismo Lusitano e Nacional-sindicalista. Por último, tenta analisar os textos mais significativos do porta-voz do nacional-sindicalismo na província mais a sul do país, procurando identificar os seus agentes e principais linhas de argumentação.

Keywords:

Fascism
Nacional-sindicalismo
Integralismo Lusitano
Algarve
Nacional Sindicalista.

Abstract: This research has three distinct objectives, but interconnected. Firstly, it wants to determinate when the first sympathies (understanding the concept in its etymological sense) towards fascists appeared in our country. Secondly, it tries to establish, in relation to Algarve, the extension of the movements of the Integralismo Lusitano e Nacional-sindicalismo. Finally, it attempts to analyze the most significant speaker of nacional-sindicalismo in the province further to the south of the country, seeking to identify its agents and main lines of argument.

Escolas de formação de professores do ensino primário no Algarve Teacher training primary schools in the Algarve

JOÃO SABÓIA

Palavras-chave:

Escola de Formação de Professores
Formação de professores
Escola do Magistério Primário

Resumo: As escolas de formação de professores para o denominado ensino primário, ou ensino das primeiras letras, como por vezes eram designadas, tiveram no Algarve uma primeira e breve experiência com a implementação da Escola Normal Primária e de Ensino Mútuo do distrito de Faro (1837-1846).

O ensino normal só se começa verdadeiramente a estruturar na 2ª metade do século XIX, com o Decreto de 25/11/ 1897 que determinava a instituição de uma Escola de Habilitação para o Magistério Primário na cidade de Faro (1899-1919). Após um interregno de 26 anos sem formação de professores é instituída a Escola do Magistério Primário de Faro, mantendo-se em funcionamento de 1945 a 1988.

Keywords:

Teacher Training Schools
Teacher Education
Primary Teaching Schools

Abstract: Teacher training schools for primary education had a first and brief experience in the Algarve with the implementation of the Normal Primary and Mutual Teaching School in the district of Faro (1837- 1846).

The normal teaching only truly begins to structure itself in the second half of the nineteenth century, with Decree 25/11/1897 which determined the establishment of a Primary Teaching School in the city of Faro (1899-1919). After a gap of 26 years without teacher education, the Primary Teaching Schools of Faro was set up in 1945 and ran to 1988.

As escolas primárias dos centenários: subsídios para uma história das construções escolares no Algarve

The elementary schools of the centennials: contribution for a history of school buildings in Algarve

VITOR RIBEIRO

Resumo: Em 1940, o Estado Novo lançou um ambicioso plano de construções escolares para o ensino primário designado como dos Centenários, em alusão às comemorações, celebradas nesse preciso ano, do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal.

Aproveitando na sua fase inicial os projetos-tipo regionalizados que Raul Lino e Rogério de Azevedo haviam proposto em 1935, será contudo com os novos projetos-tipo que virão a ser definidos em 1944 e 1956, num processo em que estes serão objeto de uma progressiva depuração estética e simplificação formal que tenderá a diluir a imagética regionalista que lhes estava inicialmente associada e a reforçar os princípios da racionalização e standardização construtiva.

Neste artigo procede-se a uma análise sumária do referido plano, dos seus pressupostos e dos projetos-tipo a que obedeceram as escolas primárias construídas no seu âmbito, prestando particular atenção à forma como aqueles foram definidos em relação à região algarvia.

Abstract: In 1940, the Estado Novo launched an ambitious school construction plan for primary education designated as Plano dos Centenários (Centennial Plan) in reference to the celebrations, held in that year, of the Double Centenary of the Foundation and Restoration of Portugal.

Taking initially advantage of the regionalized type-designs that Raul Lino and Rogério de Azevedo had proposed in 1935, the plan, however, soon will demand the new type-designs that will be defined in 1944 and revised afterwards in 1956, in a process of progressively aesthetic clearance and formal simplification that will tend to dilute the regionalist imagery that was initially associated with them and to reinforce the principles of rationalization and constructive standardization.

In this article, we briefly analyse the referred plan, its assumptions and the type-designs for primary schools carried out within the plan, paying particular attention to the way in which they were defined in relation to the Algarve region.

Palavras-chave:

Escolas primárias
Plano dos centenários
Arquitetura
Regionalismo
Projeto-tipo

Keywords:

Primary schools
Centennial plan
Architecture
Regionalism
Type-design

Para a História da edição do romanceiro no Algarve: protagonistas, textos, suportes e uma falsa questão

Contributions for the History of the Romanceiro in the Algarve: protagonists, texts, supports and a false issue

SANDRA BOTO

Palavras-chave:
Romanceiro tradicional
Algarve
Edição
suportes

Resumo: Este trabalho oferece uma reflexão sobre a História da edição do romanceiro no Algarve, desde as suas primeiras manifestações documentais até ao presente. Estabelecem-se balizas periodológicas, discutem-se metodologias de recolha e de edição e defendem-se, ainda, as potencialidades de que se reveste o paradigma da edição digital para aproximar a representação do romanceiro tradicional da sua essência múltipla e complexa.

Keywords:
Traditional romanceiro
Algarve
Editing
Supports

Abstrat: The present work proposes a reflection on the editorial history of the Algarvian romanceiro from its early documental manifestations until our days. In it, timelines are established, collection and edition methodologies are discussed, and the potential of the paradigm of digital edition is defended, in an attempt to bring the representation of the traditional romanceiro closer to its multiple and complex essence.

INTRODUÇÃO

“Ouvi uma vez contar que, na região de Náucratis, no Egito, houve um velho deus deste país (...) Thoth. Dizem que foi ele quem inventou os números e o cálculo, a geometria e a astronomia, bem como o jogo das damas e dos dados e, finalmente, fica sabendo, os caracteres gráficos (escrita). (...) Thoth encontrou-se com o monarca, a quem mostrou as suas artes, dizendo que era necessário dá-las a conhecer a todos os egípcios. Mas o monarca quis saber a utilidade de cada uma das artes e, enquanto o inventor as explicava, o monarca elogiava ou censurava, consoante as artes lhe pareciam boas ou más (...) quando chegou a vez da invenção da escrita, exclamou Thoth: «Eis, oh Rei, uma arte que tornará os egípcios mais sábios e os ajudará a fortalecer a memória, pois com a escrita descobri o remédio para a memória – Oh, Thoth, mestre incomparável, uma coisa é inventar uma arte, outra julgar os benefícios ou prejuízos que dela advirão para os outros! Tu, neste momento e como inventor da escrita, esperas dela, e com entusiasmo, todo o contrário do que ela pode vir a fazer! Ela tornará os homens mais esquecidos, pois que, sabendo escrever, deixarão de exercitar a memória, confiando apenas nas escrituras, e só se lembrarão de um assunto por força de motivos exteriores, por meio de sinais, e não dos assuntos em si. Por isso, não inventaste um remédio para a memória, mas sim para a rememoração»”(Platão, *Fedro*, 274c-275a)¹.

Não há dúvida de que Platão tinha razão, principalmente no quadro da sua doutrina e da incidência oral da pedagogia grega que ele louvava, quando chamava a atenção para o facto de a escrita não ser um potenciador da memória. Porém, deixava de lado a faculdade de representar que a escrita tinha, a capacidade de fixar e transmitir aos ausentes, isto é, de voltar a ter presente (re-presentar), tudo aquilo que “tinha sido”, ou, como diria Heródoto, de “narrar o que acontecera” e, tal como admite o filósofo ateniense, de rememorar, acrescentamos nós, e de comemorar, ou seja, de voltar à memória (re-memorar) e de ter memória em conjunto (co-memorar), actividades que pretendemos aqui consagrar nesta obra sobre a cultura escrita.

O céptico diálogo Platónico sobre os possíveis benefícios da escrita ecoa pleno de actualidade nas nossas reflexões acerca da profusão de suportes que hodiernamente coexistem. Ontem, tal como hoje, acompanha-nos o receio de uma tecnologia destruir a outra, apesar de a história nos demonstrar a sua convivalidade ao longo dos tempos, ainda que suscitando a contínua reelaboração cultural, como denotam os textos que se seguem.

Nessa ordem de ideias, procurou-se reunir um número considerável de investigadores, *scilicet*, arqueólogos, historiadores medievais, modernos e contemporâneos, historiadores da arte e do livro, especialistas de literatura, arquivistas, designers e arquitectos, que, a partir dos seus múltiplos olhares disciplinares, metodologias e linguagens, comemoram (no sentido atrás sublinhado) o património textual de uma geografia comum.

O objectivo principal deste novo número da revista *Promontoria Monográfica – História do Algarve*, dedicado às culturas de escrita, é o de contribuir para uma reflexão, na longa duração,

¹ Tradução e notas de Pinharanda Gomes, Lisboa, Guimarães, 2000.

sobre as relações que os homens e as mulheres têm encetado com a escrita e as suas diferentes materialidades (suportes, tecnologias e estruturas), desde as mais vetustas manifestações conhecidas, como podemos acompanhar no texto de Guerra, Barros e Melro, até às mais recentes ditadas pelo surgimento do digital, como se lê no texto de Boto.

A amplitude temporal e a diversidade dos objectos em análise são acompanhadas por uma igualmente ampla e ousada conceptualização de cultura escrita, que se abre às suas diferentes manifestações – ritual, oficial, privada, pública, periodística, publicitária, escolar, urbana, erudita, etc. – sem distinções hierárquicas de suportes, géneros ou formas textuais, capaz de aproximar diferentes tradições disciplinares, que, embora partilhem o mesmo objecto de estudo, estão geralmente afastadas pela especialização académica. Significa, pois, que o livro, nomeadamente o impresso, que nos é mais familiar e símbolo por excelência da cultura escrita, partilha, nesta revista, o espaço analítico com outras materialidades que o precederam e que com ele têm convivido, tais como a pedra (Guerra, Barros e Melro; Encarnação; Santos), o papel manuscrito (Roldão; Vaquinhãs), a folha-de-flandres (Jesus), ou a memória (Boto). Por outro lado, a abordagem ao impresso configura-se singular, atentando no feixe de artigos que lhe são devotados e que evidenciam a historicidade do processo que o introduziu, legitimou e que diversificou as suas potencialidades religiosas, culturais, políticas, sociais ou económicas (Matos; Palma; Guerreiro; Soares e Tavares; Oliveira; Sabóia), sem olvidar as estruturas que o viabilizaram, permitindo a sua apropriação (Matos, Palma, Sabóia e Ribeiro).

Nestas circunstâncias e atendendo ao desenvolvimento de cada tradição de pesquisa, os textos trazidos a público apresentam diferentes graus de profundidade, oscilando entre as sínteses, os estudos de caso e o reconhecimento de caminhos de investigação a explorar, constituindo estímulos relevantes para o desenhar de uma futura história da cultura escrita, só possível, segundo cremos, num projecto a várias “mãos” e perspectivas, construindo um edifício mais forte e seguro, edificado paciente e longamente, andar a andar, e onde a remodelação é, a maior parte das vezes, a sua faceta mais frequente. Não obstante, o caminho percorrido traz a lume novo conhecimento, essencial para a valorização, defesa e divulgação dos *monumentos* que constituem o nosso *património textual*, cujas raízes na sociedade algarvia são mais profundas e mais extensas do que o que vulgarmente se crê.

No ano em que se assinala o bicentenário do falecimento do bispo do Algarve, D. Francisco Gomes do Avelar, falecido a 16 de Dezembro de 1816, decidi a coordenação desta revista *comemorar* a sua obra, consagrando-lhe o presente número e revelando dados sobre a actividade que desenvolveu nos domínios da valorização da cultura escrita impressa e da reintrodução da tipografia no Algarve (Palma). É, ainda, oportuno lembrar que o Algarve celebrará, em 2017, os 530 anos «da mais antiga obra – em caracteres hebraicos – de que (até agora) há notícia na História da Imprensa no nosso país», o *Pentateuco*, sobre que nos fala Matos neste número.

Comemoremos, pois!

Cumpre, por último, assinalar que, tal como surge quase sempre indicado no texto, os autores optam quer por um, quer por outro, dos diferentes acordos ortográficos, problemática que tem dividido a “nação letrada” desde o final do último século até ao presente. E, por fim, especificar que um dos autores desta chã introdução (Oliveira) usa o novo acordo ortográfico, tal como na sua investigação presente nesta publicação, com parcimónia.

DAS CULTURAS DE ESCRITA: da Idade do Ferro à Era Digital

A escrita do Sudoeste: um breve ensaio de síntese

Amílcar Guerra | Pedro Barros | Samuel Melro

1. ENQUADRAMENTO E PERCURSO DA INVESTIGAÇÃO

A importância da escrita do Sudoeste reside em dois aspetos que tornam esta realidade epigráfica um fenómeno de enorme atracção para a investigação e o público em geral. Trata-se, em primeiro lugar, de um vestígio do que é com frequência considerado a mais antiga escrita da Península Ibérica, cuja origem se encontra no I milénio antes da nossa era (Idade do Ferro); em segundo lugar, a sua decifração não foi ainda alcançada, constituindo um campo em aberto a variadas propostas, tanto no que respeita ao valor de alguns dos seus signos, quanto à questão da língua nela plasmada. Estes debates, por sua vez, cruzam-se com as dificuldades em lhe atribuir com exactidão um enquadramento cultural e cronológico.

A manifestação epigráfica pré-romana que aqui se analisa encontra-se normalmente aposta em estelas da Idade do Ferro e ocorre de forma concentrada numa região correspondente ao Sul de Portugal, em especial nos concelhos de Ourique, Almodôvar, Silves e Loulé, e de modo mais disperso em alguns lugares do Algarve, Baixo Alentejo, Andaluzia e Extremadura.

No quadro das escritas da Europa de período pré-romano, a evidência disponível para o Sudoeste hispânico constitui uma realidade complexa. Esta situação resulta, em primeiro lugar, do reduzido número e dimensão dos documentos, mas também das dificuldades de interpretação histórica e linguística da evidência epigráfica. Na realidade, para a caracterização da escrita do Sudoeste contamos apenas com cerca de uma centena de documentos epigráficos, quase todos fragmentários e com textos de reduzida dimensão (o mais extenso, o de Mesas do Castelinho, possui pouco

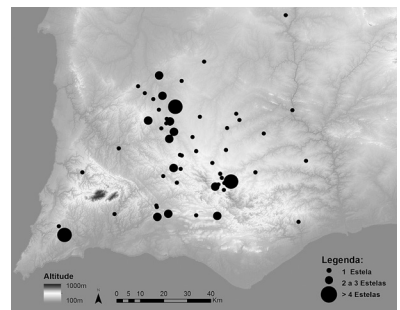


Figura 1 Distribuição da epigrafia com escrita do Sudoeste no Sul da actual região portuguesa

mais de oitenta caracteres). As limitações de uma base de informação truncada aumentam com o facto de não se conhecer o valor fonético de todos os caracteres e só excepcionalmente se usarem separadores de palavras.

As dificuldades situam-se igualmente no plano da sua inserção histórico-cultural, tornando-se este problema evidente nas diversas designações que esta escrita recebeu ao longo do tempo.

Apesar de possuir uma longa tradição, o interesse por esta manifestação epigráfica é mais reduzido que o da Epigrafia latina ou grega. O momento primordial da investigação neste domínio teve lugar nos finais do século XVIII e o material correspondente foi-nos legado em particular pelo chamado Álbum de Cenáculo (Vilas-Boas, 1791, 1800 e 1813), pasta que se conserva na Biblioteca Pública de Évora. Este documento deve a sua existência e o seu nome a Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, responsável pelo primeiro registo destes monumentos, por ele descritos como “pedras Phenicias”. Infelizmente o cuidado por ele demonstrado não teve a melhor continuidade e, por isso, uma parte destas “pedras” encontram-se actualmente perdida, das 11 estelas aí apresentadas eram provenientes de um mínimo de 4 sítios arqueológicos distribuídos entre os concelhos de Ourique e Almodôvar.

O interesse sobre esta manifestação epigráfica é impulsionado um século mais tarde pelos trabalhos precursores da arqueologia portuguesa realizados no Algarve por Estácio da Veiga (1891) que conduziram à identificação das estelas de Fonte Velha de Bensafrim, Lagos, e de Cômoros da Portela, Silves. Decorrente da identificação de alguns exemplares (e de significativas dimensões) no âmbito dos seus trabalhos e dos de Santos Rocha (1896) na primeira dessas necrópoles, a escrita destes monumentos chegou a merecer a designação de “escrita do Algarve”. Mas a terminologia que lhe então é adscrita e que se prolonga ainda pela primeira metade do século XX, é a de “ibérica”. Este qualificativo regista-se no primeiro repositório de inscrições que data dos finais do século XIX, a obra de Hübner (1893), sugestivamente intitulada *Monumenta Linguae Ibericae*. O título desta obra reflecte uma perspectiva, dominante antes dos inícios do século XX, que assentava na ideia de que toda a Península Ibérica teria primitivamente uma única língua, o “ibérico”, que se manifestaria em todas essas inscrições em escrita pré-romana. É ainda com esse epíteto que serão designadas as inúmeras estelas recolhidas pelos dois

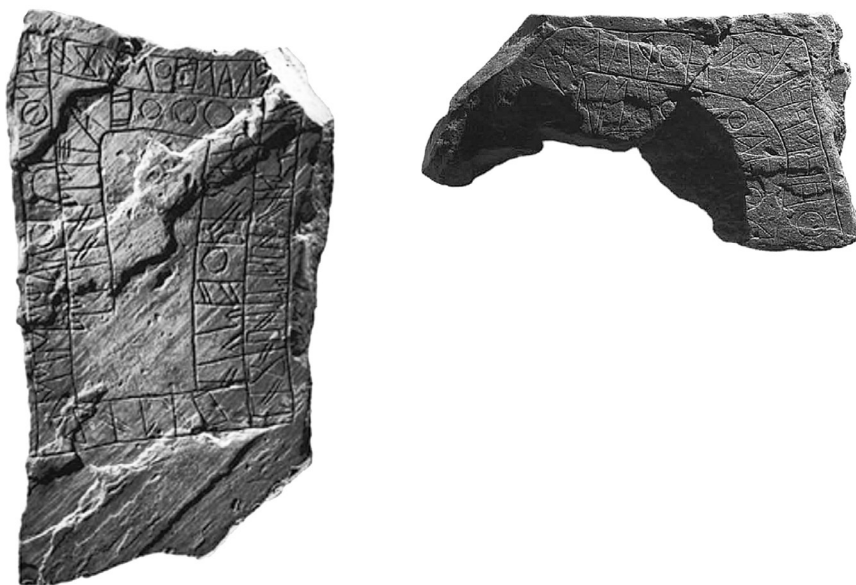


Figura 2 Estelas com escrita do Sudoeste de Fonte Velha de Bensafrim, Lagos (Fotos: Untermann MLH IV, 1997)

primeiros directores do Museu Nacional de Arqueologia, José Leite de Vasconcellos (entre 1893 e 1929) e Manuel Heleno (entre 1930 e 1964).

Os trabalhos ligados ao estudo epigráfico nos anos 60 do século XX, nomeadamente de Gómez-Moreno (1962), Schmoll (1961) e Maluquer de Motes (1968), virão a constituir um momento chave no estudo deste sistema de escrita. A ideia de unicidade “ibérica” é superada à medida que se foram identificando distintas realidades nesse universo. A originalidade de um grupo de monumentos epigráficos na área meridional da Hispânia consolidou-se especialmente com a investigação de Gómez Moreno, que culminou, no que respeita à área aqui analisada, com um trabalho no qual caracterizou um sistema de escrita, por ele designado como “bástulo-turdetano” (Gómez-Moreno 1962). Subjacentes a esta dupla designação encontram-se duas entidades étnicas bem conhecidas, os Bástulos (ou Bastetanos) e os Turdetanos (Gómez-Moreno 1962: 8-11), relacionáveis com dois grupos de inscrições, o último dos quais corresponderia à realidade de que aqui tratamos. Ao mesmo tempo, Schmoll publicou os resultados da sua investigação sobre um conjunto de estelas epigrafadas, predominante originárias do território do sul de Portugal e por isso designadas como “sud-lusitanas” (Schmoll 1961). Esta designação, que

não teve grande sucesso na investigação, apresentava a vantagem de dar forma a uma reconhecida diferença entre o sistema de escrita mais ocidental, e um outro, mais oriental e que seria mais tardio, que se designa geralmente como “meridional” (Gómez-Moreno 1962: 44-45), tendo sido recuperado mais tarde (Rodríguez Ramos, 2000).

Mas a designação que vem a imperar sobre esta escrita, emerge da informação das fontes gregas antigas e da existência no mítico reino de Tartessos e da sua cultura florescente. Schulten (1940: 39-40) adopta, para esta escrita, a designação de “tartéssica”, termo que se consolida daqui em diante no âmbito da investigação, mas nem sempre referido à mesma realidade: para Schulten designava genericamente toda a escrita pré-romana do Sul da Hispânia; para António Tovar (1958: 180-181; 1961: 39-43) o termo reportava-se especificamente à realidade da Andaluzia ocidental e do Sul de Portugal, acepção adoptada por Jürgen Untermann (1997: 95-96), que perdurou em investigação mais recente (Koch 2009; 2010) e que alguns autores usam em alternativa a “do Sudoeste” (v. g. Correa, 1996, 2009). Parece mais adequado, como sustenta Javier De Hoz (2010: 517-522), que este termo se reserve para designar um sistema primitivo, de que derivariam os restantes hispânicos e que se teria sido criado num território em que foram mais intensos os contactos com o mundo fenício (a Baixa Andaluzia), mas ao qual não seria possível, de momento, adscrever com segurança qualquer vestígio epigráfico.

Deste modo, de entre as várias possibilidades que a investigação adoptou, o conceito de “escrita do Sudoeste” é o termo mais adequado para esta realidade. É vantajoso por ser, em primeiro lugar, uma designação menos “comprometida” (Correa 1996b: 233) e, segundo, porque assenta numa definição geográfica genérica, válida para todas as épocas e que abarca com propriedade a distribuição de todos os vestígios epigráficos, evitando, desta forma, problemas das ligações étnicas e culturais que as restantes designações colocam.

É como tal que surge expressa nas exposições *A 1ª Idade do Ferro do Sul de Portugal. Epigrafia e Cultura*, organizadas em 1979, em Setúbal, e, no ano seguinte, no Museu Nacional de Arqueologia (Beirão e Gomes, 1979 e 1980). Essa exposição, a par da referida investigação sobre a vertente da escrita, representa um momento chave da investigação correspondente às décadas de 70/80, à frente do qual esteve Caetano de Mello Beirão e seus colaboradores (Manuela Alves Dias, Luís Coelho,

Manuel Maia, Maria Maia, Mário Varela Gomes e Virgílio H. Correia) responsáveis pela primeira análise sistemática das relações entre as estelas e os sítios arqueológicos da Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular. Este levantamento incluiu as anteriores ocorrências, mas resulta sobretudo de um intenso trabalho de campo realizado a partir dos anos 70 e até meados dos anos 80, centrado no concelho de Ourique.

No repositório de Caetano de Mello Beirão (1986 e 1990) inventaria-se, até 1990, um conjunto de 74 estelas originárias do território português (82 no seu total, integrando as provenientes de território espanhol), associadas a um conjunto de 42 sítios arqueológicos. Este *corpus* encontra-se na base de três repositórios da década de 90: de Rodríguez Ramos (1992), de Virgílio H. Correia (1996) e de Jürgen Untermann (MLH IV, 1997), tornando-se este último a compilação de referência para estes materiais epigráficos.

Nas últimas décadas ocorreram algumas descobertas, perfazendo na actualidade cerca de uma centena de estelas: o repositório de Untermann (MLH IV) não foi ainda substituído, mas dispomos de um elenco mais recente (Hoz 2010: 355, 608-609), ao qual se devem acrescentar os achados entretanto registados: Vale da Águia - Silves (Gomes e Cabrita 2007), Sabóia - Odemira (Gomes 2009), Mesas do Castelinho - Almodôvar (Guerra 2009: 325-329; Koch 2011), Corte Pinheiro - Loulé (Melro, Barros, Guerra e Fabião 2009: 353-359; Guerra 2009: 329-331) e de Monte Gordo - Almodôvar (Guerra 2013: 326-329).

Quanto se contabilizam estes vestígios, coloca-se a inevitável questão de saber se nestes se devem incluir os signos identificados noutra tipo de suportes, como os grafitos sobre cerâmica, nomeadamente os de Abul, Alcácer do Sal (Correa 2011: 104-107) e de Moura (Guerra 2013: 329-331).

Haverá por fim a anotar que, pese o aumento da actividade arqueológica nos últimos anos, em contexto de arqueologia preventiva sobretudo a norte do Baixo Alentejo, mas também no litoral do Algarve, escasseiam as novidades epigráficas. Por outro lado é importante constatar como se mantiveram, ou mesmo se acentuaram, as dificuldades e limitações colocadas à contextualização das estelas. Continuam a tratar-se de achados ocasionais, nem sempre com locais a que se pudessem com segurança associar, ou ocorrendo em sítios arqueológicos históricos em claros contextos de reutilização ou de amplas diacronias.



Figura 3 Estelas com escrita do Sudoeste de Mesas do Castelinho, Almodôvar; Corte Pinheiro, Loulé e Monte Gordo, Almodôvar.

2. O SISTEMA DE SIGNOS E EQUIVALÊNCIAS FONÉTICAS

O sistema de signos da escrita do Sudoeste tem na sua base a escrita fenícia e é uma consequência natural dos contactos que as populações originárias do Mediterrâneo oriental estabeleceram com o Sudoeste da Península Ibérica. Ao falarmos das origens das escritas não nos podemos esquecer que o alfabeto fenício serviu de base ao grego antigo, ao etrusco e, por esta via, ao latino, aquele que nós usamos actualmente. Não são por isso surpreendentes algumas afinidades entre alguns dos signos que se utilizam no Português e o que figura nestas inscrições do Sudoeste peninsular (visível, por exemplo, na presença da letra A). Por terem essa mesma origem, também os diferentes signários paleohispânicos partilham uma parte dos signos e das suas equivalências fonéticas. Mas apesar dessas similitudes é bem evidente a distinção entre esses diversos sistemas de escrita, embora permaneçam algumas dificuldades em atribuir algumas inscrições breves, especialmente os grafitos, à escrita do Sudoeste ou à “meridional”.

Toma-se como principal particularidade distintiva da epigrafia do Sudoeste, em particular com a

“meridional”, o uso da redundância, a repetição da vogal correspondente depois de um signo silábico (a seguir a *ta*, vem sempre um *a*, que se poderia dispensar). Trata-se de uma regra com algumas exceções, mas em número muito reduzido.

Quanto ao cerne da escrita, o seu repertório grafe-mático e as suas características, o nosso conhecimento deve muito ao achado isolado em Castro Verde de uma pequena placa conhecida como o “signário de Espanca”, na qual se gravaram, em determinada ordem, os caracteres deste sistema de signos (Correa, 1993). Aqui, na primeira linha os signos são desenhados de forma mais clara e profunda, por uma mão experiente, provavelmente a de um mestre. Na segunda linha, uma mão menos hábil gravou os mesmos caracteres, com algumas incorreções. A ordem pela qual se dispõem os signos é muito sugestiva, uma vez que, por exemplo, os quatro caracteres iniciais correspondem exactamente aos primeiros quatro signos dos alfabetos fenício – *aleph*, *beth*, *gamel* e *daleth*. – e ao do grego antigo, os mesmos, de resto, que correspondem aos nossos A, B, C e D. Untermann (1975: 70-71) sustentou que a criação deste sistema teria dependido igualmente do conhecimento do alfabeto grego, mas esta asserção é bastante problemática e pouco consensual (*contra* Hoz 2010: 495-500).

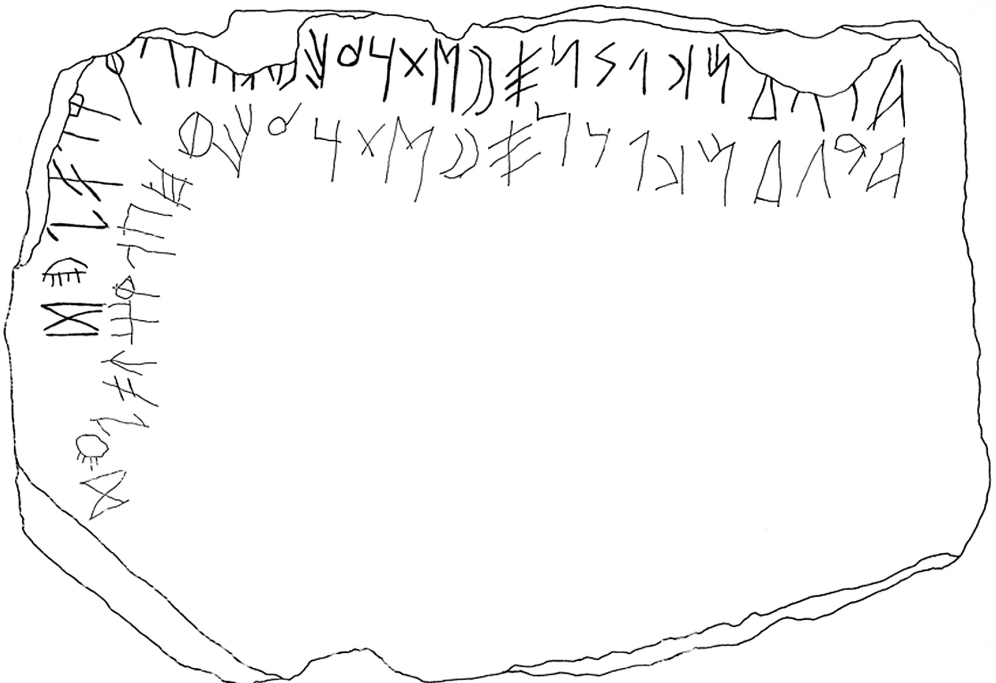


Figura 4 Signário de Espanca, Castro Verde (1996)

De resto, essa afinidade não se revela apenas na ordem, mas também no próprio desenho dos caracteres e, ao mesmo tempo, no seu valor fonético que lhe correspondiam. Do total de 27 signos registados na placa de Espanca, os primeiros 19 já se encontram na escrita fenícia e também no alfabeto grego. Os restantes 8 correspondem a uma criação própria, destinada a suprir as necessidades do sistema e é especialmente sobre estes signos que as nossas dúvidas são maiores.

No Sudoeste, como nos restantes sistemas hispânicos e ao contrário do modelo fenício, a escrita não é alfabética, mas semi-silábica, isto é, os signos representam ora fonemas isolados (*a, r, m, etc.*), ora sílabas (*ta, te, ka, etc.*).

Tendo o signário de Espanca ajudado a compreender muitos dos aspectos deste sistema de signos, veio também colocar várias questões, especialmente as relacionadas com o próprio conjunto dos grafemas. Olhando à cerca da centena de epígrafes conhecidas, verificamos que alguns dos caracteres que nele ocorrem não se encontram em todo esse repertório, pelo menos com a forma que aí apresentam. De resto, uma das grandes dificuldades que o conjunto epigráfico do Sudoeste coloca reside precisamente no número muito amplo de caracteres aparentemente diferenciados, muito superior aos que apresenta o modelo de Espanca, que se limita a 27 signos. Alguns desses outros caracteres são de ocorrência única ou rara, sendo usualmente vistos como alógrafos, isto é, como formas distintas de grafar o mesmo signo. Esta situação é compreensível num contexto histórico em que não existe uma normativa rígida ou esta se encontra sujeita a oscilações regionais, locais ou mesmo dependente de opções circunstanciais de cada um dos escribas. Na actual definição do repertório grafemático haverá pois que ter em linha de conta vários factores: o processo evolutivo do signário; a diversidade cultural do território da escrita do Sudoeste; e como tal o próprio dinamismo desta escrita e dos que a dominavam, face à amplitude e diversidade geográfica em que ela se desenvolve; ou, mais simplesmente, atender aos erros e opções dos escribas.

Já o problema da decifração destas inscrições tem dois níveis distintos, por um lado, existem dúvidas sobre a forma de ler / pronunciar o que nelas se gravou; e por outro, desconhecemos a língua destes povos hispânicos pré-romanos, pelo que não é possível traduzir estes textos ou compreender o seu significado genérico. Tal

não tem inibido o proliferar de traduções, das mais fantasiosas e desprovidas de sentido a ensaios sérios de descodificação, pelo menos de alguns segmentos destas inscrições. Com as devidas reservas, poderão identificar-se alguns nomes de pessoas numa ou noutra inscrição; da mesma forma que algumas sequências de caracteres, repetidas em muitas estelas chegaram a ser interpretadas como algo equivalente à expressão “está aqui sepultado”. Todavia, no actual estado da arte, as dúvidas sobre estes textos são muito maiores que as certezas.

Sabemos, no entanto, que a componente de signos silábicos se agrupa em três séries de oclusivas (labiais, dentais e guturais), que se conjugam com cada uma das cinco vogais, perfazendo, deste modo, um total de 15 caracteres. Ao contrário do que acontece com alguns sistemas hispânicos, este não estava preparado para registar a diferença entre oclusivas surdas e sonoras, pelo que as transcrições têm de optar por uma ou outra. A maioria das propostas preferiu a transcrição destes caracteres como oclusivas surdas, pelo que teremos sempre de presumir que estes poderiam, na realidade, corresponder também à sua equivalente sonora.

A determinação do seu valor fonético apresenta assim algumas dificuldades, para além dos problemas em torno da forma dos signos e das suas variantes. As bases desta correspondência foram estabelecidas inicialmente por Gómez Moreno (1962) e Schmoll (1961), partindo de alguns princípios básicos: em primeiro lugar, uma parte dos grafemas da escrita do Sudoeste derivam do alfabeto fenício; seguidamente, os valores fonéticos do alfabeto fenício são em boa parte seguidos na escrita do Sudoeste; e por fim, a regra da redundância permite identificar com facilidade a componente vocálica dos signos silábicos. Deste modo, se, por exemplo, o signo que corresponde à oclusiva dental surda do alfabeto fenício (o *taw*) vem sempre seguida da que representa o *aleph*, resulta claro que o seu valor fonético corresponderá a *ta* (ou *da*, uma vez que, como se disse, não existe, no sistema da escrita do Sudoeste, uma forma de diferenciar as oclusivas surdas das sonoras).

Deste modo, pode considerar-se que a equivalência fonética dos signos se encontra bem estabelecida nos seguintes conjuntos:
























1. No caso das cinco vogais;
2. Num conjunto de fonemas isolados que compreende duas sibilantes (**s** e **ś**), a lateral



















(l), as nasais (m e n) e de uma das vibrantes (r) – não há consenso a respeito da segunda vibrante (r);

3. No que respeita a um número significativo de signos silábicos, embora um pequeno grupo suscite ainda problemas: de uma forma geral, quando os grafemas já existiam no alfabeto fenício, a sua equivalente no Sudoeste tomou-se como segura. No entanto, como cada conjunto de oclusivas no fenício só dispunha de surda, sonora e aspirada (por exemplo, no caso da dental, **t, d e th**) e o sistema do Sudoeste necessitava de cinco (no caso da dental, **ta, te, ti, to, tu**) houve naturalmente que juntar mais dois grafemas por cada série. É precisamente neste âmbito que se registam as maiores discrepâncias. Deste modo, considera-se que as dificuldades – e simultaneamente as divergências entre académicos – atingem especialmente os signos que correspondem às sílabas **ku, to, po e pu** e, em menor grau a **pi**.

No entanto, maiores dificuldades se registam no caso dos signos de ocorrência rara ou única. No estado actual da investigação, o panorama resumido das principais equivalências propostas (segundo Correa e Guerra, no prelo) é o seguinte:

	Identificação dos grafemas			Transcrição			
	Espanca	Correa (1996)	De Hoz (2010)	Correa	MLH IV	RodRamos*	De Hoz
	1	1	G1	a	a	a	a
	15	4	G2	e	e	e	e
	5	2	G3	i	i	i	i
	24	5	G4	o	o	o	o
	14	3	G5	u	u	u	u
	7	6	G6	l	l	l	l
		7	G7	r	r	r	r
	9	9	G9	n	n	n	n

	10	10	G12	s	s	s	s
	12	11	G13	ś	ś	ś	ś
	3	14	G14	k ^a	k ^a	k ^a	k(a)
	6	18	G15	k ^e	k ^e	k ^e	k(e)
	21	20	G16' / S46	k ⁱ	- ^j	k ⁱ	k(i)
	27	23	G17	k ^o	k ^o	k ^o	k(o)
	13	13	G19	t ^a	t ^a	t ^a	t(a)
	18	17	G20 / S47f	t ^e	t ^e /b ^o /k ^u	t ^e / p ^u	t(e)
	17	19	G21'	t ⁱ	t ⁱ	t ⁱ	t(i)
	4	25	G23	t ^u	t ^u	t ^u	t(u)
	8	12	G24 / S42	p ^a	b ^a	p ^a	p(a)
	2	16	G25/ S84	p ^e	b ^e	p ^e	p(e)
	16	15	S41	- ^a	- ^a	h?	E
	23	28	S44	?	- ^j	p ^j	p(i)
	25	35	S45	?	- ^j	p ^j ?	ki?
	19	21	S47a	p ^o	b ^o	p ^o / t ^a / t ^e	PU
		17	S47c	t ^e	t ^e / b ^o	t ^e / p ^o / p ^u	H
		17	S47d	t ^e	t ^e	t ^e / p ^o	H
		31	S47e	?	t ^e	t ^a	H
		26	S47g	k ^u	k ^u	p ^u	H
		32	S47h	?	k ^u	p ^o	H
		31	S47i	?	k ^u / b ^o	t ^e / p ^u	H
		37	S86	?	?	t ^a	H

	22	47	S48	?	?		TI
	20		S51	?	?		?
	26	45	S52	?	?		?
	(11)	8	S56	í	í	í	W
		22	S57	t ^o	t ^o	t ^o	TU
		24	S58	p ^u	b ^u	k ^u	PO
		27	S80	- ^u	m	m	ś
		34	S83	m?	?	m	M
		36	S85	?	t ^o	t ^o	V
		39	S88	r?	r		k(i)
		48	S92	?	?	p ⁱ ?	?
			S50		k ^e ?		?
		29	S81	?	?	k ^e ?	D
		40	S82	?	?		?
		38	S87	?	?	p ⁱ ?	?
		41	S89	?	r		?
		43	S90	?			?
		49	S91	?	?		E

3. OS MONUMENTOS EPIGRÁFICOS E A CONFIGURAÇÃO DOS TEXTOS

O facto de os monumentos epigráficos serem chamados de estelas decorre precisamente de serem destinados a ser expostos verticalmente, como o sugere a existência de uma área sem texto, na base, que corresponderia à parte destinada a ser cravada no solo.

Constituem seguramente casos à parte e distintos a placa de xisto do signário de Espanca, bem como a

inscrição da Folha do Ranjão, Beja, de que se conhecem fragmentos de uma pequena placa de xisto (Faria, Soares e Soares 2014). Surgem ainda mencionados um conjunto de grafitos em suporte cerâmico ou metálico encontrados no Sudoeste da Península Ibérica, mas não é seguro e há que colocar reservas no momento de os integrar na mesma realidade do conjunto epigráfico. Há um número substancial de grafitos pré-romanos (Almargo-Gorbea, 2004, Hoz, 2007; Beirão e Gomes, 1985) no entanto, quer pelas reduzidas dimensões dos textos, quer por particularidades do sistema de escrita, em particular a ausência de redundância, nenhum caso se pode atribuir indiscutivelmente ao que se considera estritamente como escrita do Sudoeste.

A configuração destes textos assume também aspectos bastante peculiares, em parte decorrentes da circunstância de esta escrita se alinhar da direita para a esquerda (sinistrorsa), à semelhança das outras escritas hispânicas. Esta particularidade justifica que, em muitos casos, o texto se inicie em baixo, do lado direito e vá subindo, enquadrado, regra geral, numa cartela limitada por duas linhas aproximadamente paralelas, ganhando com frequência uma forma rectangular ou elíptica. Há, todavia, alguns modelos com disposição linear, verticais ou horizontais. A diversidade destas manifestações, resultado de uma reduzida normalização, justifica também que não se marquem cartelas em muitos monumentos.

O texto dispunha-se geralmente numa sequência contínua da escrita, de forma que não fosse necessário saltar de linha. Resultante desse princípio, podemos encontrar exemplos em que à norma sinistrorsa da orientação do texto se conjuga com a dextrorsa, dando lugar ao modelo bustrofédico.

O princípio da continuidade do texto surge a par de outro particularismo que é a ausência de separadores de palavras ou pontuação, sendo este aspecto bem distinto da maioria dos outros sistemas de escrita ibéricos. As raras exceções consistem em traços únicos verticais que ligam as linhas definidoras das cartelas e mesmo nesses poucos casos parece claro que o seu uso não é sistemático.

Deve ainda atender-se ao critério da disposição dos caracteres, predominando o modelo em que estes são lidos a partir do centro do monumento com o topo dos signos virados para fora. No entanto, encontramos alguns casos de orientação contrária, ora lendo-se o

texto a partir do exterior da estela, ou pela conjugação dos dois modelos.

Ao mesmo tempo a presença em cronologias mais avançadas de grafemas da escrita do Sudoeste nesses outros suportes (especialmente grafitos sobre cerâmica ou metal) apenas demonstram a perduração de uma tradição de escrita no Sudoeste hispânico, mas num enquadramento claramente distinto das estelas epigrafadas. É claro que o fim das estelas não acarretou o desaparecimento da escrita na região. Embora de outra natureza (normalmente numa modalidade não redundante) e em outros suportes continua a documentar-se o uso destes signos até à sua última ocorrência na legenda das moedas cunhadas na *Salacia* romana (actual Alcácer do Sal).

4. CRONOLOGIA E CONTEXTOS ARQUEOLÓGICOS

A escrita do Sudoeste constituiu a base de um dos primeiros modelos explicativos do I milénio a.C. A abordagem histórico-arqueológica a partir dos anos 70/ 80 resulta num modelo explicativo em que as estelas coroavam a expressão de um eloquente mundo funerário e de uma civilização da chamada I Idade do Ferro de cariz orientalizante. O cariz “alfabetizado” dessa I Idade do Ferro contrastariam em termos de “expressão civilizacional” com a então apelidada II Idade do Ferro celtizante e marcadamente continental na qual a escrita desapareceria (Beirão e Gomes, 1980 e Beirão, 1986). A revisão crítica desse modelo, em grande parte resultante da revisão cronológica da cultura material do chamado “Ferro de Ourique” (Arruda, 2001; Torres, 2002; Jiménez Ávila, 2002-2003), viria a centrar essa realidade e o fenómeno de escrita do Sudoeste que lhe surge associado para âmbitos mais tardios em torno dos séculos VI/ V a.C., em contraste com o enquadramento inicialmente proposto para os séculos VIII/ VI a.C. Um momento “pós-orientalizante” marcado pelo disseminar de uma ocupação rural, dispersa e junto a linhas de água, ao qual é inerente que se reequacione o enquadramento da epigrafia na discussão dos modelos explicativos da Idade do Ferro como da sua cronologia.

É tomado como relativamente consensual que os vestígios epigráficos pertencem a contextos funerários: logo no século XVIII, pela associação, estabelecida por Frei Manuel do Cenáculo, entre estes e a sepulturas existentes junto ao Castro da Cola, Ourique (Vilhena, 2006: 26); no século XIX, pela sua vinculação à necrópoles de Fonte Velha de Bensafrim, Lagos (Veiga

1891; Correia 1995-1997: 183-188); e, por fim, pela sua ligação com as necrópoles na região de Ourique, em particular as da Mealha-a-Nova, Herdade do Pêgo (Dias, Beirão e Coelho 1970; Beirão 1986: 61-63) e Fonte Santa (Beirão 1986: 65-70). Contudo, é evidente a reutilização ou abandono dos monumentos epigráficos nos contextos funerários, não se conhecendo, todavia, nenhum caso em que possa afirmar-se categoricamente que as estelas são contemporâneas das sepulturas em que elas ocorrem.

Acresce deste modo, às problemáticas da escrita do Sudoeste, um dado incontornável: o reiterado cariz de reutilizações das epígrafes, o que implicaria algum desencontro temporal – ainda que possa ocorrer num limitado horizonte – entre a utilização primária das estelas com as necrópoles, facto que até ao momento levanta sérias reservas na associação direta tradicionalmente estabelecida.

Ainda que não fossem necessariamente diferenciáveis de uma função funerária, a interpretação não deve excluir liminarmente outras hipóteses, dentro de um quadro de variabilidade funcional que poderiam ter. Nesse sentido, como bem demonstra o povoamento pré e proto-histórico dos Campos de Ourique (Vilhena, 2006) e na Serra do Caldeirão (Melro e Barros, 2010; Barros, Melro e Estrela, 2013), é notório como a localização de algumas destas estelas com escrita do Sudoeste, sejam no âmbito de achados isolados, sejam recolhidas num contexto de necrópole, remetem para antigos lugares de referência territorial desde época pré-histórica (linhas de festo, portelas, zonas de planalto, princípio/fim de vales abertos, entre outros). Tal sugere que, mais do que terem alguns destes funcionado como marcos delimitadores territoriais, poderiam, enquanto monumentos de funcionalidade funerária, constituir-se, simultaneamente, como marcos essenciais da paisagem, dispostos em locais chave no trânsito pelo território.

Já a constatação da deposição secundária das estelas não é uma observação nova. José Leite de Vasconcellos, refutando Estácio da Veiga, considera que “Cenáculo não diz expressamente (...) que se relacionassem com as sepulturas” e considerava que a posição das estelas de Fonte Velha de Bensafrim ao se encontrarem “voltadas para o interior das sepulturas”, era evidência de “que as lajes com as inscrições ibéricas ou turdetânicas não pertencem originalmente às sepulturas de que se trata (embora possam ser da mesma civilização, o que não nego, nem afirmo), mas pertencem a outras sepulturas

mais antigas, e que foram apenas aproveitadas para a construção d'aquellas” (Vasconcellos, 1913: 3, 6-7, 9-11).

Filtrando o conjunto da epigrafia, haveríamos que excluir da discussão contextual as reutilizações tardias e romanas¹; as reutilizadas no edificado rural moderno² e de momento todo um vasto conjunto de recolhas superficiais em locais que não chegaram a ser intervencionados e esclarecidos³. Do mesmo modo pouco ou nada sabemos de locais identificados como necrópoles da Idade do Ferro que foram objecto de trabalhos arqueológicos, nomeadamente de decapagens “superficiais”⁴. Este cenário de imprecisão estende-se assim desde as antigas epígrafes de Ourique registadas por Frei Manuel do Cenáculo à mais recente estela por nós recolhida à superfície junto ao empedrado tumular de Corte Pinheiro, Loulé.

Excluídos estes achados à discussão dos seus contextos, ficamos reduzidos a um conjunto de necrópoles escavadas, onde o reaproveitamento das estelas é no entanto um dado adquirido. No Algarve em Fonte Velha de Bensafrim, Lagos, como já referido; Fazenda das Alagoas, Loulé (Vasconcellos, 1913:11); Cômoros da Portela, Silves (Barros, Melro, n. p.); Corte de Pére Jacques, Aljezur. A mesma constatação ocorre no Baixo Alentejo nas necrópoles da Abóbada, Almodôvar (Barros, Melro e Gonçalves 2013); Pardieiro, Odemira (Beirão e Gomes, 1988; Vilhena, 2006); Herdade do Pêgo (Coelho, 1971) e Fonte Santa em Ourique (Beirão, 1986). Do mesmo modo a intervenção na necrópole Mealha-a-Nova, Ourique, a única onde é afirmada a presença de estelas *in situ* (Dias; Beirão; Coelho, 1970:175; Beirão 1986:46) ocorreu após a destruição da necrópole pela lavra mecânica antes da chegada dos arqueólogos em 1970, o que sem descuidar a hipótese defendida levanta porém algumas reservas.

¹ Mesas do Castelhinho e Monte Novo do Castelhinho em Almodôvar e Rossio do Carmo em Mértola.

² Monte Gordo; Vale de Ourique; Monte Mealho e Corte da Azinheira em Almodôvar. Monte da Portela e Vale de Vermelhos em Loulé; Capote, província de Badajoz, entre outras.

³ Guedelhas, Goias, Corte da Azinheira, Canafexial e Cerca do Curralão em Almodôvar; Benaciate, Dobra, São Martinho, Barradas, Passadeiras e Vale de Águia, Silves; Alcanforado e Saboia, Odemira; Cerro do Castelo da Fuzeta, Tavira; Azinhal dos Mouros e Ameixial, Loulé; Gavião, Monte Novo do Visconde e Arzil, Ourique; Alcoutim; Alcalá del Rio, Sevilha; Siruela, Badajoz; Los Castellares de Puente Genil, Córdova; Cañamero e Almorquí, Cáceres.

⁴ Caso de Mestras, Alcoutim; Vale de Vermelhos, Loulé, Tavilhão e Corte do Freixo em Almodôvar; Monte do Touril em Castro Verde; e em Ourique: Cerro dos Enforcados, Azinhal, Penedo, Biscoitinhos e muito provavelmente na Herdade dos Bastos e no Monte de A-dos-Nobres.

A cronologia destas necrópoles de Ourique em associação à cultura material fora revista para uma etapa dita de “pós-orientalizante”, com enfoque entre os meados do século VI a. C. e o século IV a.C., surgindo referenciados os seus espólios em torno dos séculos VII e VI/ V a.C. Exemplo ainda do conjunto material do Pardieiro entre os séculos VII e V a.C. (Vilhena, 2006) ou em torno do século V a.C. da Abóboda (Barros, Melro e Gonçalves 2013). Em Castro Verde a epígrafe de Neves II sobrepõe-se por sua vez a um nível de habitat datado de meados-finais do século V a.C. (Maia 1988: 32). Já a necrópole de Medellín (Badajoz), testemunha o reaproveitamento de uma estela numa estrutura tumular do último quartel do século VI a.C., propondo o monumento epigráfico como sendo anterior aos meados dessa centúria (primeira metade do século VI a.C. ou desde os meados/ último quartel do século VII a.C.) (Almagro 2004: 14).

Perante as dificuldades em precisar os limites cronológicos desta manifestação epigráfica, parece certo observando a reutilização das estelas de que o seu uso primário ocorra num curto intervalo de tempo. Por outro lado, como refere Virgílio H. Correia (1996: 20) a formação da escrita pode ocorrer numa passagem não unívoca, mas com vários momentos e pontos de transmissão. A verdade é que até à data não dispomos de nenhum contexto seguro e primário do uso destas estelas epigrafadas. Assim, os contextos secundários onde ocorrem remetem-nas para uma cultura material a partir dos meados do século VI até ao século IV a.C., a escrita e os seus contextos primários teriam tido lugar afinal num anterior e curto intervalo de tempo. Neste âmbito é conveniente anotar como o intervalo de uma ou poucas gerações é suficiente para que os elementos funerários sejam reutilizados, razão pela qual se deve entender o fenómeno da escrita do Sudoeste distribuído essencialmente pelos séculos VI e V a.C..

Por outro lado as leituras dos grafitos em cerâmica do Castillo de Doña Blanca, Cádiz (Correa e Zamora 2008) e de Abul, Alcácer do Sal (Correa 2011: 104-107), como da escrita do Sudoeste, e que ilustrariam o seu uso desde os inícios do século VII a.C. devem atender a alguma reserva à sua associação com as estelas face à ausência de redundância, podendo-os remeter a uma realidade mais antiga, um sistema primitivo “tartéssico” de que derivaria a escrita do Sudoeste (Hoz 2010: 517-522).

5. A ESCRITA E OS POVOS DO SUDOESTE HISPÂNICO

As questões que se prendem com a definição do enquadramento cultural destas inscrições constituem um dos mais complexos e controversos aspectos da investigação sobre a escrita do Sudoeste, em particular a vertente que diz respeito aos povos referidos pelas fontes clássicas com que esta realidade se relacionaria. Como se viu, tradicionalmente, o mítico reino de Tartessos, descrito especialmente pela literatura grega e que teria sido responsável por uma florescente cultura no sul da Hispânia, apresentar-se-ia como o primeiro candidato a esta relação. A circunstância de a tradição lhe atribuir um especial desenvolvimento e o facto de este povo se associar a uma cultura orientalizante contribuiu certamente para consolidar esta ideia.

Para além destes, os Turdetanos, ocupando uma boa parte da moderna Andaluzia (e para alguns autores herdeiros da área sob influência do mundo tartéssico), viram o seu nome ligado igualmente às manifestações epigráficas mais precoces da Península Ibérica. Sublinha-se, com frequência, o facto de Estrabão atribuir a esta entidade uma longa tradição de escrita, materializada numa florescente literatura e num largo repositório legislativo. A sua forte associação a relações comerciais com o mundo mediterrânico, constitui um outro argumento muitas vezes valorizado.

Teve igualmente algum impacto na investigação a ideia de que esta escrita (ou pelo menos uma parte dela) se deveria relacionar com os *Conii* ou *Kynetes* aos quais se atribuiu geralmente um território correspondente ao sul de Portugal e especialmente ao Algarve, pretendendo alguns autores ler este nome num conjunto de epígrafes dessa região (Vasconcelos 1933).

A principal dificuldade que suscitam estas hipóteses, reside na discrepância substancial entre o espaço pelo qual se distribuem os achados epigráficos e o território atribuído a essas entidades. As principais áreas de distribuição dos achados das estelas (genericamente o sul do Alentejo e o Algarve) situam-se claramente fora do seu âmbito e a própria cultura material associada aos vestígios epigráficos não apresenta a marca orientalizante que seria expectável. A área tartéssico-turdetana oferece um número muito reduzido de estelas, para além de alguns grafitos cuja integração no âmbito da “escrita do Sudoeste” não é pacífica. Por outro lado, a delimitação precisa do território dos Cónios é problemática, pouco compatível também ela

com a larga distribuição das estelas epigrafadas, pelo que essa hipótese se afigura muito discutível.

Os *Celtici / Keltae*, também eles situados, pela mais antiga literatura grega, para lá do Estreito, poderiam relacionar-se com o mundo das estelas, aspecto que pode ser compatível também com a caracterização arqueológica da região em que a escrita do Sudoeste se regista. Deste modo, de entre as várias hipóteses possíveis, esta reuniria melhores argumentos.

De qualquer modo, todas estas propostas e as problemáticas linguísticas e arqueológicas suscitam ainda muitas interrogações. Porque se trata de um estimulante tema e que concita facilmente a adesão dos que procuram responder a questões complexas, o assunto recomenda prudência. Embora em geral se sintetizem as mais conhecidas propostas, exprimiu-se também, em alguns aspectos, um determinado ponto de vista, a que se deu mais crédito. Esperemos que as futuras investigações e a contínua discussão destas questões as torne mais claras à medida que o repositório destas manifestações epigráficas aumente.

AGRADECIMENTOS:

Gostaríamos de expressar o nosso agradecimento a Susana Estrela pela ajuda na composição das imagens e a Susana Calado Martins por ter possibilitado esta colaboração do Projecto ESTELA. Salientamos porém que estão isentas de responsabilidades nos erros ou omissões deste trabalho, escrito e revisto em Dezembro de 2016.

BIBLIOGRAFIA:

- Almagro-Gorbea**, M. 2004. "Inscripciones y grafitos tartésicos de la necrópolis orientalizante de Medellín." *Palaeohispanica* 4: 13-44.
- Arruda**, A. M. 2001. "A Idade do Ferro pós-orientalizante no Sudoeste peninsular: geografias e cronologias." *RPA* 4(2): 207-291.
- Barros**, Melro e Estrela, 2013. "As Estelas com escrita do Sudoeste do concelho de Loulé" *Al-Ulya* 14:07-24
- Barros**, P.; Melro, S. & Gonçalves, D. 2013. "A necrópole da Idade do Ferro da Abóbada (Almodôvar)." *In VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular, 1157-1178*. Villafranca de los Barros.
- Beirão**, C. de M. (1990). "Epigrafia da I Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica. Novos dados arqueológicos" *In Presenças orientalizantes em Portugal da pré-história ao período Romano*, Lisboa, Instituto Oriental, *Estudos Orientais* I, p.107-118. Beirão, C. de M.; Gomes, M. V. 1985. "Grafitos da Idade do Ferro do Centro e Sul de Portugal". *In Actas del III Coloquio sobre Lenguas Y Culturas Paleohispanicas*, Salamanca, p. 465-502.
- Beirão**, C. M.; Gomes, M. V. 1988. "A estela epigrafada do Pardieiro, S. Martinho das Amoreiras (Odemira, Beja)". *Veleia*, 5, p. 115-123
- Beirão**, C. de M. & Correia, V. H. 1991. "A cronologia do povoado de Fernão Vaz (Ourique, Beja)." *Conimbriga* 30: 5-11.
- Beirão**, C. de M. & Gomes, M. V. 1980. *A I Idade do Ferro no Sul de Portugal: Epigrafia e cultura*. Lisboa.
- Beirão**, C. de M. 1986. *Une civilisation protohistorique du sud du Portugal (1.er Âge du Fer)*. Paris.
- Correa**, J. A. & Zamora, J. A. 2008. "Un grafito tartésico hallado en el yacimiento del Castillo de Doña Blanca (Puerto de Sta. María, Cádiz)." *Palaeohispanica* 8: 179-196.
- Correa**, J. A. 1985. "Consideraciones sobre las inscripciones tartésicas." *In Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas*, 377-395. Salamanca.
- Correa**, J. A. 1993. "El signario de Espanca (Castro Verde) y la escritura tartésica." *In Lengua y cultura en la Hispania prerromana (Actas del V Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica)*, 521-562. Salamanca.
- Correa**, J. A. 1996a. "La epigrafía del Sudoeste. Estado de la cuestión." *In La Hispania Prerromana. Actas del VI Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*, 65-76. Salamanca.
- Correa**, J. A. 1996b. "El pueblo de las estelas: un problema epigráfico-lingüístico." *In Las lenguas paleohispanicas en su entorno cultural*, 233-250. Valencia.
- Correa**, J. A. 2009. "Reflexiones sobre la lengua de las inscripciones en escritura del sudoeste o tartésica." *Palaeohispanica* 9: 295-307.
- Correa**, J. A. 2011 "La leyenda indígena de las monedas de Salacia y el grafito de Abul (Alcácer do Sal, Setúbal)." *In Lucius Cornelius Bocchus Escritor Lusitano da Idade de Preta da Literatura Latina*, J. L. Cardoso y M. Almagro-Gorbea (eds.), 103-112. Lisboa-Madrid.
- Correia**, V. H. 1993. "Necrópoles da Idade do Ferro do sul de Portugal. Arquitectura e rituais." *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 33(3-4): 351-370.
- Correia**, V. H. 1995-1997. "A epigrafia pré-latina de Bensafrim." *O Arqueólogo Português Série IV* 13-15: 181-209.
- Correia**, V. H. 1996. *A epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica*. Porto.

Correia, V. H. 1997. "As necrópoles algarvias da I Idade do Ferro e a escrita do Sudoeste. *Noventa séculos entre a serra e o mar*, 265-279. Lisboa.

Dias, M. M. A.; Beirão, C. de M.; Coelho, L. 1970. "Duas necrópoles da Idade do Ferro no Baixo Alentejo: Ourique (Notícia preliminar)." *O Arqueólogo Português* Série 3, 3: 175-219.

Dias, M. M. A.; Coelho, L. 1971. "Notável lápide proto-histórica da Herdade da Abóbada -Almodôvar (primeira notícia)." *O Arqueólogo Português* Série 3, 7-9: 262-275.

Faria, A. M. de, Soares R. M. G. M. & Soares, A. M. M. 2014. "Novo fragmento da inscrição em caracteres do Sudoeste proveniente da Folha do Ranjão (Baleizão, Beja)." *RPA* 17: 159-166.

Gomes, M. V. 1992. "Proto-História do Sul de Portugal." *In Proto-História de Portugal*, 99-185.

Gomes, M. V. 2009. "Fragmento de estela epigrafada, da I Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular, procedente de Sabóia (Odemira, Beja, Portugal)." *Arqueologia & História* 60-61: 143-148.

Gomes, M. V.; Cabrita, L. M. 2007. "Inscrição, na escrita do Sudoeste, do Vale da Águia (São Bartolomeu de Messines, Silves)." *Arqueologia & História* 58-59: 79 - 82.

Gómez-Moreno, M. 1962. *La escritura bástulo-turdetana (primitiva hispánica)*. Madrid.

Guerra, A. 2002. "Novos monumentos epigrafados com escrita do Sudoeste da vertente setentrional da Serra do Caldeirão." *RPA* 5(2): 219-231.

Guerra, A. 2009. "Novidades no âmbito da epigrafia pré-romana do Sudoeste hispânico." *Palaeohispanica* 9: 323-338.

Guerra, A. 2013. "Algumas questões sobre as escritas pré-romanas do Sudoeste hispânico." *Palaeohispanica* 13: 323-345

Hoz, J. de (2007): *Cerámica y epigrafía paleohispánica de fecha prerromana*. *Archivo Español de Arqueología*, vol. 80; 29-42

Hoz, J. de 1985. "El origen de la escritura del S. O." *In Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 5-8 noviembre 1980)*, 423-464. Salamanca.

Hoz, J. de 1990. "El origen oriental de las antiguas escrituras y el desarrollo de la escritura del Algarve." *In Estudos orientais, 1: Presenças orientalizantes em Portugal*, 219-246. Lisboa p..

Hoz, J. de 1996. "El origen de las escrituras paleohispánicas quince años después." *In La Hispania Prerromana. Actas del VI Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*. Salamanca, 171-206. Salamanca.

Hoz, J. de 2005. "La recepción de la escritura en Hispania como fenómeno orientalizante." *El período orientalizante. Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental, 1*, S. Celestino Pérez, J. Jiménez Ávila eds., 363-381. Mérida.

Hoz, J. de 2010. *Historia Lingüística de la Península Ibérica, I. Preliminares y mundo meridional prerromano*. Madrid.

Hübner, E. 1893. *Monumenta Linguae Ibericae*. Berlin.

Jiménez Ávila, J. 2002-2003. "Estructuras tumulares en el suroeste ibérico. En torno al fenómeno tumular en la protohistoria peninsular". *Boletín Informativo de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*. 42, p. 81-118.

Koch, J. T. 2009. *Tartessian: Celtic in the South-west at the Dawn of History*. Aberystwyth.

Koch, J. T. 2010. "The Inscription of Mesas do Castelinho; ro and the Verbal Complex; Preliminaries to Historical Phonology." Aberystwyth.

Maia, M. G. P. 1988. "Neves II e a facies cultural de Neves Corvo". *Arquivo de Beja*. 2ª Série. 3, p. 23-42.

Maia, M. G. P. & Correa, J. A. 1985. "Inscripción en escritura tartésica (o del SO.) hallada en Neves (Castro Verde, Baixo Alentejo) y su contexto arqueológico". *Habis* 16: 243-274.

Maluquer, J. 1968. *Epigrafia prelatina de la Península Ibérica*. Barcelona.

Melro, S. e Barros, P. (2012). "Projecto ESTELA: o território da escrita do Sudoeste e a Idade do Ferro na actual região de Almodôvar", *Deus, M, (org.) Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, Almodôvar*, pp. 189-199

Melro, S.; Barros, P.; Guerra, A.; Fabião, C. 2009. "O Projecto Estela: primeiros resultados e perspectivas." *Palaeohispanica* 9: 353-359.

Rodríguez Ramos, J. 2000. "La lectura de las inscripciones sudlucitano-tartésias." *Faventia* 22(1): 21-48.

Rodríguez Ramos, J. 2002. "El origen de la escritura sudlucitano-tartésia y la formación de alfabetos a partir de alefatos." *RStudFen* 32(2): 187-222.

Rodríguez Ramos, J. 2015. "De nuevo sobre la lectura de la escritura monumental tartésia o sudlucitana." *Veleia* 32: 125-150.

Rocha, A. dos S. (1896): A necrópole protohistorica da Fonte Velha, em Bensafrim, no concelho de Lagos. *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes*. Porto, 4, pp. 129-145. Schmoll, U. 1961. *Die sudlucitanischen Inschriften*. Wiesbaden.

Schulten, A. 1940. "Los tirsenos en España". *Ampurias* 2, p. 33-54.

Tovar, A. 1952. "Observaciones sobre escrituras tartésias." *Archivo de Prehistoria Levantina* 3: 257-262.

Tovar, A. 1955. "Sobre las escrituras tartésia, libio-fenicia y del Algarve." *Zephyrus* 6: 273-283.

Tovar, A. 1958. "Sobre el origen de la escritura ibérica. *AEA* 31 (97-98) 178-181.

Tovar, A. 1961. *The ancient languages of Spain and Portugal*. New York.

Tovar, A. 1987. Lenguas y pueblos de la antigua Hispania: Lo que sabemos de nuestros antepasados protohistóricos. *Veleia* 2-3: 16-34.

Untermann, J. (1975) *Monumenta Linguarum Hispanicarum, Band I: Die Munzlegenden*. Wiesbaden.

Untermann, J. 1995. "Zum Stand der Deutung der 'tartésischen' Inschriften." In *Hispano-Gallo-Brittonica. Essays in honour of D. Ellis Evans on the occasion of his sixty-fifth birthday*. Eska, J.F.; Geraint, R.; Jacobs, N. (eds.), 244-259. Cardiff.

Untermann, J. 1997. *Monumenta Linguarum Hispanicarum, Band IV: Die tartésischen, keltiberischen und lusitanischen Inschriften*, Wiesbaden (=MLH IV).

Vasconcelos, J. L. de (1913). *Religiões da Lusitânia*. Imprensa Nacional, Lisboa, III.

Vasconcelos, J. L. de (1933). "Os Cónios." *O Archeologo português* 29: 168-170.

Veiga, S. P. M. E. da (1891). *Antiguidades Monumentais do Algarve*, IV. Lisboa, Imprensa Nacional.

Vilas-Boas, D. F. M. do C. (1791). *Cuidados literários do prelado de Beja em graças do seu bispado*. Vilas-Boas, D. F. M. do C. (1800). "Sesinando Mártir e Beja sua Pátria". *Arquivo de Beja*, vol. V e seguintes.

Vilas-Boas, D. F. M. do C. (1813). *Graças concedidas por Christo no campo de Ourique acontecidas em outros tempos e repetidas no actual conforme aos desenhos de sua idade*. Lisboa.

Vilhena, J. (2006). *O sentido da permanência. As envoltentes do Castro da Cola nos 2.º e 1.º milénios a.C.* Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Dissertação de Mestrado policopiada).

Epigrafia Romana no Algarve

José Encarnação*

Sentem os indivíduos a necessidade de eternizarem na pedra ou em material duradouro momentos grandes da sua vida. Aquele coração com dois nomes dentro e uma data, rasgado no secular tronco de vetusta árvore, é um bom sintoma disso; como o é a placa que se descerra no 100º aniversário da colectividade. Palavras pensadas, poucas, repletas de significado, que os autores e os seus contemporâneos bem compreendem. Já o António e a Maria do coração talhado permanecerão eternamente no anonimato de milhares de Antónios e de Marias que por esse parque, ao longo dos anos, enamorados passaram.

Nós, porém, os que lemos, anos ou muitas décadas depois, ficamos cheios de curiosidade. O centenário da sociedade recreativa maravilha-nos e dá-nos vontade de saber a história; já o coração talhado nos titila a imaginação e quase nos dá a impressão de ouvir na brisa promessas de amor eterno...

Necessidade de fazer perdurar, de um lado; curiosidade em decifrar, do outro.

Por isso, a Epigrafia, ciência que estuda as inscrições nesses materiais dificilmente perecíveis ou que, à partida, como tal se consideram, seja, cada vez mais, uma fonte histórica de vasto alcance, dado que abrange vastíssimo leque de temas: a política, a sociedade, a vida familiar e afectiva, a economia, a religião... Traçar, pois, uma panorâmica do que essas «pedras romanas com letras» nos podem transmitir constitui, sem dúvida, desafio aliciante. E esse vamos enfrentar.

OS PRECURSORES

Logo os senhores do Renascimento começaram a interessar-se pelas epígrafes; desenharam-nas nos seus relatos de viagens; tentaram, amiúde, a sua decifração, onde a lenda frequentemente se casava com a história e

*O autor recusa-se a seguir o Acordo Ortográfico de 1990.

os deuses do Olimpo nem se importavam de envergar trajes cristãos. E, nos séculos XVIII e XIX, quando se sentiu a necessidade – também devido ao impulso das Academias – de recolher informações dispersas, surgiram autores, nomeadamente eclesiásticos, que não se pouparam a esforços para demonstrar as nobres antiguidades do território português, entre as quais, obviamente, as «pedras com letras» ocupavam lugar de destaque.

Não falo já de André de Resende nem de Frei Bernardo de Brito, cujas obras são bem conhecidas. Prefiro começar por Frei Vicente Salgado, autor das *Memórias Eclesiásticas do Reino do Algarve*, cujo I volume veio a lume, em Lisboa, no ano de 1786, e passar de imediato ao grande precursor da Arqueologia deste «reino»: Estácio da Veiga, o das *Antiguidades Monumentaes do Algarve* de finais do século XIX. Seguir-se-lhe-á, em importância, a bisneta, Maria Luísa Estácio da Veiga, cuja tese de licenciatura, em dois suculentos volumes publicados pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, retoma quanto o bisavô escrevera, acrescentando os pormenores que a consulta da documentação de família lhe facultou.

No que concerne à epigrafia propriamente dita, perdoar-se-me-á que me cite, pois, na verdade, o intuito da elaboração do IRCP foi de incluir todos os monumentos epigráficos a sul do rio Tejo. E, como é natural, para complementar o que então escrevera e, por outro lado, para chamar a atenção da importância de um que outro núcleo ou epígrafe, escrevi outros textos, que vão referidos na bibliografia.

O(s) organismo(s) correspondente(s) à actual Direcção-Geral do Património Cultural acharam interessante começar pelo Sul o projecto de uma Carta Arqueológica Nacional e, por isso, também esses volumes, por ‘fatias’ de território minuciosamente palmilhadas, devem ser citados, assim como o livro de síntese, ‘encomendado’ a especialistas e coordenado por Filomena Barata, *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*, de 1997.

Chamado a gizar uma panorâmica do que foi a actividade arqueológica no último quarto de século,¹ João Pedro Bernardes, professor da Universidade do Algarve, apresentou dados estatísticos desde o século XIX até 2016 relativos aos sítios romanos, destacando o *boom* registado a partir da segunda metade da década de 90 do século passado até 2016 (de 240 para 570 sítios), ain-

¹ Foi o tema geral da IX Mesa-redonda sobre a Lusitânia romana, celebrada no Museo Arqueológico Nacional (Madrid, 29 e 30 de Setembro de 2016). João Pedro Bernardes interveio com a comunicação intitulada «O Sul da Lusitânia Romana nos últimos 25 anos: avanços e novas perspectivas de investigação».

da que, a partir de 2006, o ritmo de crescimento tenha abrandado (de 456 para 570).

«Este ritmo foi sendo acompanhado», sublinhou, «pelo crescimento do número de arqueólogos municipais nos 14 concelhos do Algarve que os têm (de 4 em 1995 para 23 nos dias de hoje) que trabalham frequentemente em rede no quadro da mais ou menos informal rede de museus do Algarve».

De realçar, ainda, a importância de exposições de Arqueologia, de reuniões científicas, como os Encontros de Arqueologia do Algarve, em boa hora promovidos pela Câmara Municipal de Silves, e também dos catálogos e publicações associadas, que muito ajudaram a mitigar os nefastos efeitos da chamada «arqueologia de contrato», pois assim se deu a conhecer muita da realidade arqueológica que foi sendo exumada e guardada em depósitos.

João Pedro Bernardes acentuou igualmente o facto de se haver possibilitado, desta forma, «a realização de um conjunto alargado de teses de mestrado e de doutoramento por diversas universidades portuguesas, algumas das quais publicadas».

OS DIFERENTES TIPOS DE INSCRIÇÕES

Tal como acontece nos nossos dias – ainda que disso, mui provavelmente, não nos demos conta – a maioria das inscrições que os Romanos nos deixaram são de índole funerária, isto é, epitáfios que recordam os entes queridos.

No entanto, se, hoje, o epitáfio é singelo – nome do defunto, datas de nascimento e morte e fórmula mais ou menos estereotipada em que figura a informação da pessoa ou pessoas de quem partiu a iniciativa da gravação («eterna saudade de sua esposa, filhos e netos» e similares) – o epitáfio romano, singelo também, reveste-se para os epigrafistas de mais amplo significado histórico.

Primeiro, porque – a partir da segunda metade do século I d. C. – se começa por consagrar a sepultura aos deuses Manes: *D(iis) M(anibus) S(acrum)*. E logo aí nos interrogamos: porquê? Sim, são os Manes quem, de acordo com a crença romana, receberão o espírito do defunto no Além; contudo, o que está escrito é «consagrado» e o que se consagra não é propriamente quem ali está sepultado mas sim a sepultura e, naturalmente, o seu recheio. Era, pois, uma forma de esconjurar malefícios e, de modo especial, salteadores que ficavam, assim, ameaçados de cometer sacrilégio.

Depois, porque se identifica o defunto e quase poderíamos afirmar «diz-me como te identificam e eu dir-te-ei quem és», pois o nome é bom indício de condição social.

Indica-se a idade em que a morte ocorreu. Não poderá usar-se tal dado como fonte segura para sugerir, por exemplo, médias de vida, quer por ser pequena a amostra quer por nem sempre a idade indicada poderá ser uma idade real: amiúde vem arredondada em lustros (porque, na verdade, não havia certezas) e já pus a hipótese – dada a frequência com que é mencionado – de o número 40 ser simbólico, indicando a idade perfeita, uma vida vivida em plenitude (ENCARNAÇÃO, 2000)²; aliás, na África romana também é comum a idade terminar em I, para dar a ideia de que se está a ser exacto nessa menção (KAJANTO, 1968: p. 18).

As fórmulas finais típicas vêm em siglas – H(ic) S(itus, -a) E(st), «aqui jaz» – S(it) T(ibi) T(erra) L(evis), «que a terra te seja leve», significando o uso do presente e da segunda pessoa o diálogo que se pretende o passante tenha perante o túmulo, sabendo nós, de resto, que era ao longo das vias que as sepulturas se situavam.

Contudo, ao contrário das designações genéricas da actualidade a sublinhar apenas o grau de parentesco, optavam os Romanos por nomear o encomendante do epitáfio e é esse confronto onomástico que pode sugerir «flagrantes da vida real», não inteiramente expressos, por vezes, mas dados a entender. Daí a riqueza da análise (DURRY, 1961).

Temos também os ex-votos. Não é frequente, na actualidade, mandar gravar-se uma pedra em reconhecimento de uma graça concedida, embora, a título de exemplo, as placas que cobrem as paredes de algumas igrejas se insiram nesse contexto, assim como as conhecidas placas postas aos pés da estátua do venerado taurmaturgo Dr. Sousa Martins, no Campo dos Mártires da Pátria, em Lisboa. Importantes se revelam, pois, as dos Romanos, uma vez que ficamos a saber que divindade ali veneravam, quem a venerava e, porventura, a razão do ex-voto de livre vontade (*animo libens*) mandado gravar.

Descerram-se hoje placas aquando da inauguração de um edifício ou por ocasião de homenagem a bemérito local ou nacional. Tal já acontecia, naturalmente,

² Devo ao Professor António Paulo Oliveira a gentileza de me recordar que, entre os Gregos antigos, se celebrava festivamente a «acmé», quando se completavam quarenta anos. A palavra ακμή tem precisamente o sentido de cúmulo, auge, força, vigor; e também faz parte da linguagem teatral, no sentido de se ter atingido o clímax de uma representação.

no tempo dos Romanos, e, embora menos frequentes, essas epígrafes – monumentais e honoríficas – são de-
veras significativas dos poderes locais em presença.

Considerações gerais, estas, que até agora apre-
sentei, aplicáveis a todos os rincões do Império Roma-
no. Não o nego. Por isso também ao «reino» do Algarve
se aplicam e são elas que nos permitem entretecer o
panorama dessa época.

OS CONTEXTOS

E porventura uma pergunta ocorreu já: sendo o Al-
garve litoral, Barrocal e Serra, é possível saber se tam-
bém outrora se verificou essa tendência para preferir as
zonas costeiras, se se esqueceu a Serra e se o Barrocal
foi, como até há um século, cenário de tranquila agri-
cultura?

Dizia-se atrás, citando o Doutor João Pedro Bernar-
des, que faltaria uma pesquisa mais aturada, quer no
barrocal quer mesmo na serra, para nos certificamos da
presença romana nessas bandas. Vestígios arqueológi-
cos hão-de encontrar-se, decerto; duvido, porém, que
abundem as pedras escritas. Porque – já se disse – es-
creve-se para que se seja lido, se possível pelo maior nú-
mero de pessoas e, por tal motivo, as epígrafes rareiam
em ambiente rural (salvo uma que outra inscrição fune-
rária) e são os núcleos urbanos o seu habitat predilecto.

É comum dizer-se – e não se estará longe da ver-
dade – que o pólo de irradiação e concentração da ac-
tividade agrária é a *villa*, de que o ‘monte’ alentejano,
queira-se ou não, é seu natural herdeiro tanto na locali-
zação como na estruturação espacial do seu casario. No
barrocal, encontraremos, então, *villae*, de que – para ci-
tarmos desde já uma das mais relevantes – Torre d’Apra,
nos limites entre os concelhos de S. Brás de Alportel e
Loulé, poderá ser excelente exemplo, ainda que muito
haja inda aí por explorar, dada a vastidão por que se es-
tendem os vestígios. Aliás, bem se sabe que a *villa*, em
Latim, também se designava *turris*, donde o topónimo
Torre teve origem.

E se em Apra a agricultura foi, decerto, florescen-
te, tal não significa que não tivessem sido estruturadas
villae em que a principal fonte de riqueza viesse do mar.
A Quinta de Marim, Milreu e Vila Moura constituem
testemunhos de uma vivência em que o comércio e,
até, a pesca se arvoraram em actividades dominantes.
Não apresentam as mais variadas espécies piscícolas
os belíssimos mosaicos de Milreu? E são mesmo peixes

concretos os que ali se vêem, a demonstrar um conhecimento real.

UMA CARACTERÍSTICA DISTINTIVA?

Entusiasmados com o que nos vinha ao correr da pena, quase íamos deixando na penumbra o objecto principal do nosso ensaio: as pedras com letras.

Diga-se desde já que, em relação a outras áreas do Império romano e, inclusive, da Hispânia, o Algarve não pode gabar-se, até ao momento, de ostentar significativa abundância de monumentos epigrafados. Quiçá isso se deva ao facto de as suas pedreiras de calcário fornecerem, sim, boa pedra para a construção, mas faltariam, porventura, filões esplêndidos, de boa consistência e sólida compacidade que permitissem esculpir e gravar em beleza. Não temos, de facto, filões marmóreos ou mesmo graníticos capazes de ombrear com os de Estremoz / Vila Viçosa ou mesmo Trigaches. É o calcário local que se usa e nele conseguem, mesmo assim, os lapicidas romanos deixar perpetuado o seu saber e gosto estético.

Já aventei a hipótese de esse impulso para deixar um cunho estético pessoal – como, na actualidade, inesperadamente se observa em lintéis de portas e no rendilhado das chaminés (porque não?) – ser herança norte-africana (ENCARNAÇÃO, 2006). Porventura cometi um erro menosprezando as reconhecidas capacidades dos nossos canteiros; certo é que a vontade de alindar as pedras se verifica idêntica nos monumentos epigrafados duma Tunísia romana.

A meu ver, essa pode ser considerada uma característica distintiva das epígrafes do Algarve romano. E vejamos, a título de exemplo, as placas da Quinta de Marim: podem os dizeres ser quase incompreensíveis, porque o lapicida era iletrado e não lograra decifrar o texto manuscrito que o cliente lhe entregara, mas e o enquadramento? Ele são rosáceas, ele são colunas a semelhar fachadas de minúsculos templos, ele são os elegantes báculos de que, a desabrochar, se envaidece a folha recortada da palmeira, ele são representações de mistério como as que embelezam a cupa ímpar de *Patricia* (IRCP 50) nessa mesma Quinta de Marim. E que elegância se desprende do altar da ossonobense *Caecilia Marina*, encontrado em reutilização na igreja de S. Romão, em S. Brás de Alportel, mas que poderia ter sido trazido da florescente Apra, de um Loulé ali bem perto – que, nesse tempo, as divisões administrativas não eram as actuais!... Esculpidos em baixo-relevo o jarro e

a pátera, a simbolizar as perfumadas libações com que se preparava o cadáver, e o crescente lunar, como que a dizer que para essa eternidade além a octogenária havia partido, de lá continuando, porém, a velar pelos seus...

AS CIDADES E O CAMPO

Atendendo a que, como é natural, mais população viva nas cidades, aí se encontra a maior densidade de epígrafes, até porque muitas terão sido reaproveitadas em construções posteriores. Uma das funções dos arqueólogos municipais é precisamente o acompanhamento de obras nos chamados ‘centros históricos’, para se lograrem salvar e guardar epígrafes porventura reutilizadas.

Duas cidades se distinguem pelo número de inscrições encontradas no seu interior ou nos subúrbios: *Balsa* e *Ossonoba*. Lagos e Silves também forneceram algumas; contudo, até ao momento, não as poderemos considerar significativas. De *Balsa* realçaria as placas referentes à oferta por dois cidadãos de cem pés do pódio do circo (IRCP 76 e 77), assim como a dedicatória, sobejamente comentada, à deusa Fortuna pelo sêxviro Ânio Primitivo (IRCP 73). De *Ossonoba*, o lintel – certamente do templo do foro dedicado ao culto imperial – mandado fazer, a expensas suas, por dois sêxviros (IRCP 11) e os dois blocos com o rol de libertos que terão homenageado um dos notáveis municipais.

Balsa e *Ossonoba*, como portos de mar que eram, ponte entre o Norte de África e o litoral atlântico notabilizaram-se pela sua actividade comercial (MANTAS, 1997). Não admira, portanto, que muitos dos senhores houvessem libertado os seus escravos para que eles se dedicassem, em seu nome, aos negócios e a relevância da actividade marítima está bem patente no mosaico do deus Oceano³, que pavimentava, decerto, uma das amplas salas do edifício onde o trato marítimo se efectuava, servido, pode suspeitar-se, por grupos económicos fechados, eventualmente unidos entre si pelo culto a divindades mistericas, como é o caso de Cibele, a deusa-mãe, cuja liturgia estaria bem organizada, como o prova o singelo altar que alude ao cerimonial do *crinobolium* (IRCP 1). O circo de Balsa mostra, por seu turno, uma população que depressa adoptou os costumes romanos (SILVA, 2007). Sobre a actividade de Lagos (*Lacobra*) muito se irá ainda descobrir (ARRUDA, 2007) e lá estarão epígrafes para a documentar, assim como em

³ IRCP 35. Ver também Lancha, 1985.

relação a Portimão, onde o rio Arade teve, sem dúvida, papel de primeira ordem.

Creio que as investigações na *villa* identificada na zona de Apra (Loulé) nos vão trazer novidades; contudo, no que à epigrafia diz respeito, a Quinta de Marim constitui um caso bem singular no contexto da epigrafia romana até ao momento encontrada no território actualmente português, não apenas pela relativa quantidade de testemunhos, mas, de modo especial, pelas características que assumem: tipologicamente, as placas funerárias são bonitas, bem ornamentadas com relevos (arquitectónicos e vegetais), mas o texto revela que o lapicida não entendeu a minuta que o encomendante lhe entregou, certamente manuscrita.

EXEMPLOS SINTOMÁTICOS

A fim de documentar algumas das ideias atrás expressas, vou escolher seis monumentos epigráficos que reputo significativos:

1 – a estela do Museu de Lagos mostra o começo da aculturação;

2 – o pedestal dedicado a Júpiter, achado em S. Bartolomeu de Messines, constitui sedutor argumento para se repensar a ocupação romana naquela área;

3 – seleccionei uma inscrição da Quinta de Marim para que se tome consciência do que foi a dificuldade sentida no confronto cultural das duas populações: a indígena e a colonizadora;

4 – a homenagem a um dos patronos de *Ossonoba* mostra como se geravam empatias políticas;

5 – o cipo que perpetua a homenagem feita por uma mulher elucida como o elemento feminino da população, impossibilitado de exercer funções públicas, recorria a estratégias como o de mandar fazer uma epígrafe para marcar posição:

6 – finalmente, a dedicatória ao imperador Aureliano documenta como, numa época aparentemente de generalizada crise, este Sul lusitano soube dar a volta por cima e mostrar-se ao poder central.

1. OS ARENII E OS IULII (IRCP 66) [FIG. 1]

Achada em Fronteira, perto de Bensafirim, vila do concelho de Lagos, em cujo museu se encontra (nº de inventário: 139), esta estela de quartzito vermelho e formato irregular, foi aproveitada sem ter havido o cuidado de lhe regularizar a forma, ainda que apresente linhas auxiliares bem marcadas, que lhe emprestam singular efeito decorativo.

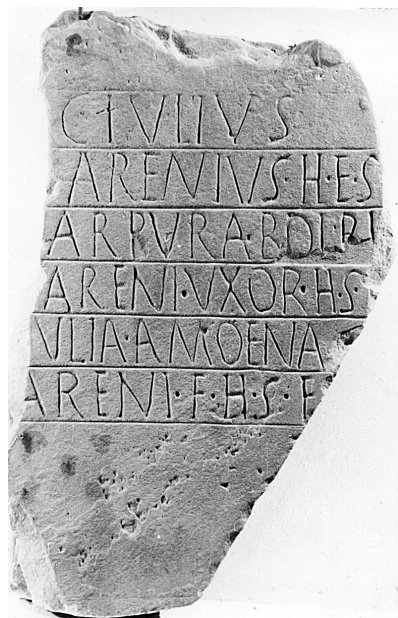


Figura 1 IRCP 66

A inscrição diz o seguinte:

C(*aius*) • IVLIVS / ARENIVS H(*ic*) • E(*st*) • S(*itus*)
 / ARBVRA•BOLBI / ARENI(*i*) • VXOR • H(*ic*)• S(*ita*)
 •[E(*st*)] / ⁵ [I]VLIA • AMOENA / ARENI(*i*) • F(*ilia*)• H(*ic*)
 • S(*ita*) • E[ST ?]

Aqui jaz Gaio Júlio Arénio. Aqui jaz Arbura de Bolbo, mulher de Arénio. Aqui jaz Júlia Amena, filha de Arénio.

O interesse desta epígrafe reside na onomástica: um peregrino incluído na *gens Iulia* (com o prenome *Caius*, que foi o *praenomen* de César), mantém um cognome aqui atestado pela primeira vez, quanto se sabe, com esta categoria, pois que, em CIL XI 113, se atesta um marinheiro da *classis* de Ravena, de nome *T. Arenius Cordus*, ou seja, *Arenius* exerce ali a função de *nomen*.⁴ Por seu turno, *Arbura* é antropónimo que poderemos considerar lusitano, uma vez que, até ao momento, apenas se registou mais duas vezes e sempre em território lusitano.⁵ Quanto ao nome do pai, não se pode deixar de manifestar alguma estranheza, por, à primeira vista, o relacionarmos com a palavra portuguesa «bolbo» e, aplicado a uma pessoa, poderia querer significar algo como «gordinha», sendo certo que, com muita frequência, como hoje acontece com as alcunhas, os primeiros nomes que ocorriam para dar às crianças eram concretos, baseados no aspecto físico; mas não foi o caso, porque, em Latim, é *bulbus*; e da ocorrência do antropónimo *Bolbus* só se conhece, até ao momento, mais um testemunho, na *civitas Igaeditanorum* (SÁ, nº 153), e ainda não houve, por isso, oportunidade de esquadriñar bem a sua etimologia: se latina, se, mais provavelmente, pré-romana.⁶ Ou seja: numa família de onomástica indígena, *C. Iulius* recebe prenome e gentílico romanos, de ressonâncias imperiais (recorde-se que foi *C. Iulius Caesar* o pai adoptivo do imperador Augusto), usando como cognome o que, em princípio, é gentílico; no entanto, à filha são atribuídos o gentílico do pai e um cognome já latino.

Note-se, ainda, a omissão da palavra *filia* em relação a *Arbura*: ela é a Arbura de Bolbo, tal como, hoje, ainda nas nossas aldeias se pode identificar alguém com o determinativo do pai, da mãe, ou mesmo, no caso de homens ou mulheres casados, da esposa ou do marido.

⁴ Cf. a base de dados <http://www.manfredclaus.de/gb/>, registo nº EDCS-20000012.

⁵ Cfr.: ESTEBAN, 2012, nº 824, de Trujillo, como mãe de um *Veranus*; ESTEBAN, 2013, nº 1094, filha de um *Tancinus*; e também VALLEJO, 2005, p. 178.

⁶ Vallejo (p. 729) desconhece o testemunho da *civitas Igaeditanorum* e inclui o antropónimo no rol dos pré-romanos, ainda que, na verdade, confesse nada poder adiantar.



Figura 2 Estela da Idade do Ferro



Figura 3 IRCP 60

Neste caso, havia de seguida a indicação do cônjuge. É um modo de identificação à maneira indígena que, na mesma epígrafe, é substituído, a mostrar eloquentemente a adopção dos novos modelos, pela filiação «à romana», isto é, *Amoena é f(ilia) de Arenius*, usando-se a sigla, porque já se compreendia perfeitamente o seu significado. E a epígrafe reveste-se ainda de particular interesse, porque o ‘oficial’ seria que a filiação fosse indicada não pelo nome comum do pai mas sim pelo seu *praenomen* em sigla: *C(aii)*. Isso, porém, já era ‘pedir’ de mais!...

Registe-se ainda que a fórmula final – correspondente ao nosso ‘aqui jaz’, como se viu – é muito simples, havendo, inclusive, uma inversão (hesitação?) em relação ao primeiro defunto nomeado.⁷

Marca a estela uma sepultura familiar, subentendendo-se que o epitáfio terá sido mandado gravar por um dos descendentes. Seria colocada à cabeceira. Há, porém, um aspecto que não pode ser subestimado: o aproveitamento de uma placa de formato irregular, a que o texto se adaptou, e a presença de linhas auxiliares paralelas, bem visíveis, mais para se obter um efeito estético do que para guiar a mão do lapicida, uma vez que ele não obedeceu, de facto, rigorosamente a esse cânone. E tal aspecto recorda-nos, de imediato, as estelas da Idade do Ferro, também elas com linhas paralelas e de formato irregular, aproveitando o que a natureza xistosa do terreno lhes proporcionava.⁸

Por conseguinte, a estela de Fronteira, datável, como é óbvio, dos primórdios do século I da nossa era, revela-se, de facto, um testemunho valiosíssimo, ímpar, da transição estética e cultural da Idade do Ferro para a época romana.

2. A SIMBIOSE RELIGIOSA (IRCP 60) [FIG. 3]

Não parece sofrer contestação a ideia de que as manifestações do culto ao deus maior dos Romanos, Júpiter, achadas em contexto rural, detêm implicitamente a função de mostrar publicamente uma adesão aos ideais do poço ‘colonizador’. Teriam os indígenas o seu deus maior, decerto; mas Júpiter, o Óptimo, o Maior,

⁷ No final da l. 4 e no princípio de l. 5, as fracturas ocorreram na linha de corte das letras.

⁸ Mostra a Figura 2 um desses exemplares: uma estela proveniente da necrópole de Gavião (Aljustrel), estudada por Caetano de Melo Beirão (nº 59 do catálogo), guardada no Museu de Beja. Agradeço à Dra. Ana Isabel Santos, do Museu Nacional de Arqueologia, a informação sobre o paradeiro da estela, e a informação subsequente, do Dr. Francisco Paixão: a epígrafe está nas reservas do museu e ostenta o nº de inventário MRB.1.7. Embora relativamente distantes no espaço, Gavião e Bensafrim pertenceriam, nos primeiros tempos da ocupação romana, ao mesmo horizonte cultural.

paulatinamente o terá substituído, quiçá, inclusive, por os indígenas não terem, de facto, um númen a que se pudesse atribuir – como a Júpiter – um carácter universal, digamos assim.

Identificou-se a base de estátua de mármore do tipo Estremoz / Vila Viçosa sobre que também se me afigura de interesse reflectir em S. Bartolomeu de Mes-sines (Silves). Pertenceu à colecção de Frei Manuel do Cenáculo, resultante, naturalmente, de oferta, pelo que totalmente se desconhece o contexto arqueológico em que foi encontrada e, até ao momento, na área de S. Bartolomeu não se detectou nada que pudesse indiciar ocupação romana. Tendo sido levada para o museu que o arcebispo criou em Beja, acabaria por o acompanhar para Évora, em cujo Museu Regional hoje se encontra (nº 1713).

Mede 89 x 58 x 58 cm; e ostenta, do lado esquerdo, uma pátera e, do lado direito, a representação, em baixo-relevo também, de uma coroa de flores com fitas [Fig. 4]. Esta decoração, como se verá pelo texto, aponta para uma conotação funerária; isto é: a dedicatória a uma divindade não implica, neste caso, como noutros semelhantes, a existência de um templo ou santuário; pode ter sido erguida na propriedade dos dedicantes. Ora leia-se:

•I(ovi) (hedera) O(ptimo) (hedera) M(aximo) • /
IN MEMORIAM / L(ucii) • ATIL(i) • MAXIMI / SEVERIA-
NI FIL(ii) / ⁵ PIENTISSIMI / L(ucius) • ATIL(ius) • ATILIAN-
VS / ET • ARTVLLIA / G(aii) • F(ilia) • SEVERA • EX /
[AR]GENTI • LIB(ris) • / ¹⁰ [...] POSVERVNT

A Júpiter Ótimo Máximo. Em memória de Lúcio Atílio Máximo Severiano, filho modelo de piedade, Lúcio Atílio Atiliano e Artúlia Severa, filha de Gaio, colocaram, com (...) libras de prata.

No que à onomástica familiar diz respeito, estamos perante uma transmissão de nomes perfeitamente romana, de nomes latinos, sendo de notar que o filho apresenta dois cognomes, o segundo dos quais formado a partir do cognome da mãe. Todos eles estão bem documentados, à excepção do *nomen Artullius*, de que, até ao momento, se não conhece outro testemunho nem hipótese de filiação etimológica; uma pista – ainda que remota – pode ser dada pelo facto de, em Roma, se haver documentado um escravo imperial (CIL VI 12 487) chamado *Artullus*, que Solin (1982: p. 1280) incluiu entre os antropónimos de filiação grega, dada a



Figura 4 IRCP 60 - grinalda

possibilidade de relação com palavras começadas por ἄρτυ-.

Mediante a utilização da fórmula *in memoriam*, o monumento assume características funerárias, ainda que formalmente seja um ex-voto, na medida em que pai e mãe colocam uma estátua a Júpiter e a mandam pratear, especificando a quantidade de prata que nesse acto foi gasta. Gente, pois, de não desprecienda posição económica, que não hesita em usar desse estratagema para ainda mais se notabilizarem. Claro, não duvidamos que tenha sido imensa a dor pela perda do filho *pien-tissimus*; contudo, é excepcional – quanto conhecemos da epigrafia do Império Romano – e uma atitude sem paralelo, o que lhe confere ainda maior valia. Está implícita a vontade de mostrar o peso social destas duas famílias, a *Atilia* e a *Artullia*, podendo, inclusive, ver-se na atribuição do segundo *cognomen* ao filho (*Severianus*) mais uma forma, ainda que indirecta, de recordar a mãe (*Severa*).

E não será despreciendo voltar a reflectir sobre o contexto para que o monumento foi pensado: teve de ser um contexto urbano, porque o conteúdo textual e a sumptuosidade do revestimento da estátua a prata não se compadecem com a colocação em sítio onde não pudesse desempenhar eficazmente essa função de demonstração de relevante prestígio social. Há, porém, de se ter em conta também o que judiciosamente escreveu o Prof. Jorge de Alarcão (2005: p. 295):

«A inscrição de S. Bartolomeu de Messines poderá ter sido consagrada em templo público. Mas não é menos verosímil que o tenha sido em *villa*. Recordaremos uma inscrição de Valado de Frades (Alcobaça) consagrada a Minerva, em memória de uma Carísia, *CIL* II 351. Esta foi certamente erguida em *villa* e não em templo público. Caso similar poderá ser o da inscrição a Júpiter Ótimo Máximo em memória de Lúcio Atílio Máximo Severiano. Não pretendemos, todavia, negar a existência de templo público: só nos parece que temos de aguardar novos indícios da sua existência (se tal templo existiu). E mesmo que, algures na freguesia de S. Bartolomeu de Messines, tivesse havido templo público a Júpiter, isso não provaria (nem sequer indicaria) aglomerado urbano importante».

3. O CONCRETO E O IMATERIAL (IRCP 45)

Procede da Quinta de Marim (Quelfes, Olhão), uma estela funerária de calcário, com duas inscrições, exposta no Museu Municipal Dr. Santos Rocha, da Figueira da



Figura 5 IRCP 45

Foz, onde tem o nº 4224. Mostra a Fig. 5 o cuidado posto na preparação concreta do monumento, no seu aspecto decorativo, em contraste pleno com o desajeitado das duas inscrições, que dizem o seguinte:

A) D(is) M(anibus) S(acrum) / DIONY/SIANVS / VIX(i)T / ⁵ ANN(is) / XXXVIII (*novem et triginta*) D(ic) V(iator) / D I N I T L / T T B L

B) D(is) M(anibus) S(acrum) / MARITIM/A VIX(i)T / ANN(is) / ⁵ XXV (*quinque et viginti*) D(ic) V(iator) D / I N I T L / T T B L

Consagrado aos deuses Manes. Dionisiano viveu trinta e nove anos. Diz, viajante:...

Consagrado aos deuses Manes. Marítima viveu vinte e cinco anos. Diz, viajante:...

Salta à vista uma translineação medíocre, a gravação descuidada e deficiente, a culminar, no final, com uma série de siglas cujo significado o lapicida não entendeu ao tentar copiar para a pedra a versão manuscrita que lhe foi apresentada.

Naturalmente que se tem procurado intuir o que o encomendante teria querido expressar. Creio, porém, que não valerá a pena insistir numa versão ou noutra, tentando desdobrar cada letra numa palavra concreta⁹. Poderemos, sim, intuir o sentido geral do que se pretende transmitir e não andarei certamente longe da realidade se optar por algo como: *d(ic) v(iator) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis)*, «diz, ó viandante, ‘que a terra te seja leve’», ainda que seja usual na epigrafia de Marim a idade vir expressa em anos, meses e, até, dias. Esse ‘preciosismo’ documenta uma atenção especial à pessoa, uma certa ternura, diríamos, própria de uma comunidade que privilegia o relacionamento. Não seria, pois, de admirar que estivéssemos – neste caso e nos outros patentes na epigrafia da mesma quinta – perante epitáfios de escravos, não desprovidos de requintado gosto estético – querendo imitar os monumentos dos senhores? – mas de alfabetização deficiente. Assim se explicaria o uso do *y* em *Dionysianus* (antropónimo relacionável com o culto a Diónisos, deus do vinho), a atribuição do nome *Maritima*, directamente relacionado com o mar e de que, nos exemplos peninsulares, revela uma tendência para ser atribuído a crianças,

⁹ Quiçá surja a pergunta: como foi possível deixar escapar um texto deficiente em suporte tão bem trabalhado? Uma questão que, nos nossos dias, de vez em quando se põe quando se verifica um erro ortográfico numa medalha, na lombada de um livro ou mesmo num painel publicitário (aqui, às vezes, o erro é propositado, para chamar a atenção...). A resposta é simples: só se reparou quando o erro já estava cometido e não havia forma de voltar atrás. No caso de Marim, ainda bem que assim aconteceu, porque nos permitiu as reflexões que estamos a fazer.

a escravos e libertos, de preferência em zonas costeiras e, finalmente, a sepultura conjunta, num gesto de perpetuidade conjugal, legalmente impossível em vida, mas desta sorte assegurada no Além.

O conjunto dos monumentos epigráficos constitui, pois, singular e ímpar exemplo de como a perfeição estética concreta pode coexistir com deficiente grau de cultura.

4. AS CONIVÊNCIAS POLÍTICAS (IRCP 7)

Achou-se no Largo da Sé de Faro e está exposto no Museu Municipal um paralelepípedo de calcário, alisado nas três faces e liso em cima também, que ostenta a seguinte inscrição [Fig. 6]:

M(arco) CORNELIO / Q(uinti) F(ilio) GAL(eria tri-
bu) PERSAE / FLAMINI / PROVINCIAE LYSITANI(ae) [sic]
/ ⁵ CIVITAS OSSONOB(ensis) / PATRONO

A Marco Cornélio Persa, filho de Quinto, da tribo Galéria, flâmine da província da Lusitânia – a cidade de Ossónoba ao patrono.

Era personagem influente quem se candidatava e era escolhido para, durante um ano, ser a autoridade máxima na província no que concerne às manifestações oficiais de culto ao imperador reinante. Deslocava-se, naturalmente, para a capital (Mérica) e o exercício dessas prestigiadas funções granjeava-lhe ainda mais prestígio e influência.

Tal como hoje acontece com as condecorações e homenagens aos detentores de cargos públicos quando terminam um mandato de êxito, também não era invulgar os flâmines serem perpetuados numa estátua.

Tem-se discutido a origem de Persa, nomeadamente por ostentar um *cognomen* que poderá ter, como já sugeri, «ressonâncias duma vetusta origem oriental dos seus antepassados» (1984, p. 51)¹⁰. Não dispomos de dados bastantes, creio eu, para o não considerar ossonobense, uma vez que está inscrito na tribo Galéria e não indica a naturalidade; e continuo a pensar que, se a *civitas* o nomeou patrono foi não apenas em jeito de mera homenagem mas também para que, mercê dos relacionamentos alcançados, pudesse superiormente intervir para que à sua cidade natal fosse prestada maior atenção. O que se designa, em linguagem corren-



Figura 6 IRCP 6

¹⁰ Aproveite-se o ensejo para informar que, se em 1984 só havia conhecimento da ocorrência aqui da atribuição deste *cognomen*, a consulta da base de dados <http://www.manfredclaus.de/gb/> permite afirmar que outras se identificaram já. Cito, a título de exemplo, o *scriba* e *tribunus militum* *Cnaeus Ricinius Persa*, de Lanúvio (CIL XIV 2108, EDCS-05800069) e *Publius Petronius Persa*, da Aquileia (EDCS-01500323).

te, «não dar um ponto sem nó»!¹¹ E sendo a epígrafe datável do século I da nossa era, quer a eleição de um dos seus cidadãos quer a dedicatória mesmo que em geométrico cipo a colocar no fórum sem busto nem estátua constituem sintoma de uma população que não quer deixar os seus créditos por mãos alheias.

5. O CLIENTELISMO CONSOLIDA-SE! [IRCP 79]

Demos agora uma saltada até à outra cidade importante no Algarve romano, *Balsa*, para se verificar como a notoriedade conquistada carece de ser mantida e os mecanismos então usados não diferem muito dos que na actualidade se praticam.

Identificou-se na Quinta da Torre d’Ares (Luz, Tavira) uma base paralelepípedica, de calcário biogénico, hoje no Museu Nacional de Arqueologia (N.º E 6363), com a seguinte inscrição [Fig. 7]:

T(it)o • MANLIO / T(it)i • F(ilio) • QVIR(ina tribu) • FAV/STINO • BALS(ensi) • / MANLIA • T(it)i • F(i)lia) / ⁵ FAVSTINA / SOROR • FRA/TRI • PIISSIMO / IIVIR (duumviro) • II (bis) / D(ecreto) • D(ecurionum) • / ¹⁰ EPVLO DATO

A Tito Mânlio Faustino, filho de Tito, da tribo Quirina, natural de Balsa. Mânlia Faustina, filha de Tito, a irmã, ao irmão modelo de piedade, duúnviro pela segunda vez.

Por decreto dos decuriões. Tendo oferecido um banquete.

Cá está, de novo, uma epígrafe que homenageia um defunto – o adjectivo *piissimus* atesta esse carácter ‘funerário’ – mas que representa, simultaneamente, uma forma de a família se evidenciar perante a comunidade, uma vez que a epígrafe se não colocaria em necrópole mas sim no fórum da cidade. Membro da burguesia de Balsa, Faustino presidiu por duas vezes, como duúnviro, ao senado municipal. A homenagem é da iniciativa da irmã (de novo, a mulher a evidenciar-se na comunidade, sob um pretexto legítimo...) e foi sancionada, como não podia deixar de ser, por decreto da ordem dos decuriões. O solene descerramento da lápide fez-se acompanhar dum banquete para que foram, naturalmente,

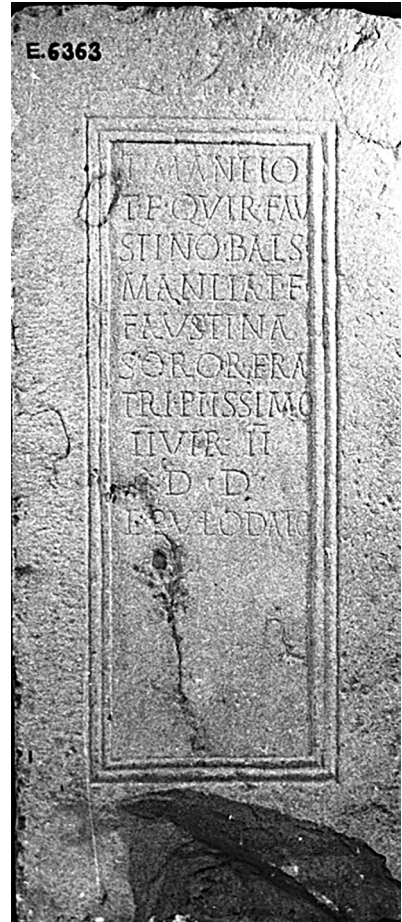


Figura 7 IRCP 79

¹¹ Simples reflexão sobre o que acontece nos nossos dias será bastante para se ler nas entrelinhas. Para saber mais como se passava entre os Romanos, leiam-se duas publicações citadas na bibliografia: Marta GONZÁLEZ HERRERO, 2015 (sobre os flâmines, onde se estuda esta epígrafe nas p. 28-31) e BALBÍN CHAMIZO CHAMORRO 2006 (sobre o patronato).

convidados os *amici* da família, ou seja, os membros da sua clientela política.¹²

6. A SIMBIOSE ENTRE A RELIGIÃO E A POLÍTICA [IRCP 4]

Expõe-se no Museu de Faro um pedestal de calcário praticamente intacto, achado na cidade. Mede 96 x 50 x 44 cm e tem gravada na face principal a seguinte inscrição [Fig. 8]:

IMP(eratori) (hedera) CAES(ari) / L(ucio) (hedera) DOMITIO / AVRELIANO / PIO (hedera) FEL(ici) (hedera) AVG(usto) / ⁵ P(ontifici) (hedera) M(aximo) (hedera) T(ribunicia) (hedera) P(otestate) (hedera) P(atri) (hedera) P(atriciae) (hedera) / II (bis) (hedera) CO(n)S(uli) (hedera) PROC(onsuli) / R(es) (hedera) P(ublica) (hedera) OSSONOB(ensium) / EX DECRETO / ORDIN(is) / ¹⁰ D(evota) (hedera) N(umini) (hedera) M(aiestatique) (hedera) EIVS / D(edit) D(edicavitque) (hedera)



Figura 8 IRCP 4

Ao Imperador César Lúcio Domício Aureliano, Pio, Félix, Augusto, pontífice máximo, no seu poder tribúncio, pai da Pátria, cônsul pela segunda vez, procônsul – a República Ossonobense, por decreto da ordem, ofereceu e dedicou, por devoção ao seu génio e majestade.

Há notícia de uma outra inscrição dedicada ao imperador Valeriano, cujo paradeiro se desconhece, mas cuja real existência não levanta objecções, pois documentaria também a fidelidade a Roma, num momento em que se regista uma viragem no culto ao imperador, a quem passa a ser claramente atribuído um carácter sobrenatural, devido a uma influência mais directa das religiões orientais, principalmente do culto a Mitra. Na verdade, um total de 10 dedicatórias a Aureliano encontradas na Península, segundo os dados colhidos em HEpOL, quatro (mais esta de Faro) assumem o carácter de *devotio*, patente na fórmula *devotus numini maiestatique eius*; a divinização do imperador está mesmo patente em duas delas mediante a palavra *deo* a preceder o seu nome.

Relevante esta manifestação de lealdade política envolta num manto religioso, como se eventual desobediência equivallesse a um acto sacrílego. Atitude passível de estranheza por parte de uma cidade à beira do Atlântico, nos confins ocidentais do Império; compreensível, porém, se verificarmos que estamos, mui provavelmente, no ano de 274, ou seja, no último quartel do século

¹² Sobre o papel político dos banquetes entre os Romanos, tive ocasião de tecer algumas considerações no texto publicado em 2015.

III. Os «bárbaros» ameaçavam as fronteiras orientais e esta Lusitânia meridional não sentia, então, os efeitos da crise económica subsequente; antes, pelo contrário, a actividade marítima e comercial mantinha-se e floresceria até, de modo que aos ossonobenses interessaria enormemente «que continuassem a funcionar os mecanismos duma unidade imperial, fonte imprescindível para o seu progresso económico baseado no intercâmbio comercial entre as várias regiões dessa unidade», como tive ocasião de escrever em 1984 (p. 47).

CONCLUSÃO

Inclui-se este ensaio sobre a epigrafia romana no volume da «História do Algarve» dedicado ao tema «Culturas de Escrita: da Idade do Ferro à Era Digital». Propunham-me os seus coordenadores que procurasse fazer uma «ampla conceptualização sobre a cultura escrita», de molde a permitir «conciliar as diferentes manifestações da escrita» e «contribuir para a reflexão em torno da evolução das diferentes formas gráficas, enquadradas pelos seus contextos históricos e sociológicos de produção, circulação e uso, numa perspectiva capaz de conciliar tanto as especificidades quanto as continuidades entre as várias expressões e funções da escrita».

Para além desse objectivo geral, quando me interroguei sobre como integraria nesses conceitos os monumentos epigráficos deixados por um povo que precisamente na escrita em material duradouro nos legara todo um manancial de informação, foram-me apresentados quatro tópicos:

- 1) Síntese sobre o contributo da epigrafia romana da região, considerada em âmbito europeu;
- 2) Epigrafia e território – questões de poder;
- 3) Condições materiais, técnicas e conceptuais da epigrafia no Algarve;
- 4) Usos e apropriação a partir de um caso específico.

Declarei-me incapaz de enquadrar os meus conhecimentos em tópicos tão conceptualizantes, quando, como epigrafista-historiador, me seduz mais o concreto, a mensagem, não descurando, obviamente, a tentativa de discernir o contexto que a vira nascer e o objectivo que lhe poderia estar subjacente.

Parti, pois, com essa ténue rede a sustentar possíveis desvíos.

Se as mensagens veiculadas pelos monumentos epigráficos romanos do Algarve tiveram repercussão europeia não saberei responder. Primeiro, porque Eu-

ropa não havia; depois, se pensássemos na Europa culta actual, a dos epigrafistas, direi, sem medo de errar, que sim, que um agradecimento como o que Ânio Primitivo fez à deusa Fortuna por ter sido elevado à categoria de sêxviro, de que, com pompa e circunstância, constou a organização de um combate de barcas, de lutas de gladiadores e dádivas aos seus concidadãos (IRCP 78) teve, certamente, eco no seu tempo e tem sido alvo de sérios estudos a nível europeu e não só. E o facto de quatro magistrados de Faro haverem mandado pavimentar com invulgar mosaico (IRCP 35) a sala de um edifício público certamente ligado às lides marítimas e terem querido perpetuar seus nomes nesse mesmo mosaico tem sido motivo de mui sábias elucubrações.

Questões de poder, ligadas ao território, quanto se saiba estiveram ausentes nesta faixa meridional entre a serra e o mar. Não encontrámos marcos delimitativos e de apenas um miliário, possivelmente de Augusto, há notícia (IRCP 660); tudo muito calmo, portanto, por estas bandas em todos os tempos. Só hoje é que – academicamente e no plano da teoria – se erguem de quando em vez discussões acerca de delimitações territoriais das cidades; mas isso é, no fundo, um pesadelo dos nossos dias: marcar fronteiras, levantar muros, inventar marcas de posse...

No que concerne às «condições materiais, técnicas e conceptuais da epigrafia no Algarve», se algo distingue estes monumentos meridionais é o que constitui, desde esses prístinos tempos, a «alma algarvia», sempre pronta a semear alegria, num dito ambíguo ou no branco perfume das amendoeiras em flor. E disso vejo eu eco na decoração profusa patente em boa percentagem de epígrafes, de que a Quinta de Marim foi alfofobre sem rival. O demais obedece às regras válidas aqui como para lá dos Alpes da Transilvânia...

«Usos e apropriação a partir de um caso específico»: neste ponto, achei que devia ir mais além. Demorar-me em exemplos seleccionados que nos permitissem por esse longínquo tempo auscultar os vivos e os mortos, os homens e, sobretudo, as mulheres, o poder local na sua dinâmica com o poder provincial e – porque não? – com essa Roma longínqua mas sempre presente nos hábitos, nos formulários, no quotidiano, enfim.

Disse Giancarlo Susini, meu saudoso Mestre de Bolonha, que pode considerar-se a Epigrafia o estudo da forma como, em determinado momento, o Homem seleccionou ideias para as transmitir aos vindouros.

Dessa selecção me procurei fazer eco.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO**, Jorge (2005) – «Notas de Arqueologia, epigrafia e toponímia – III», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8/2, p. 293-311.
- ARRUDA**, Ana Margarida (2007) [coord.] – *Laccobriga – A Ocupação Romana na Baía de Lagos*. Câmara Municipal de Lagos.
- BALBÍN CHAMIZO CHAMORRO**, P. (2006) – *Hospitalidad y Patronato en la Península Ibérica durante la Antigüedad*. Valladolid.
- BARATA**, Filomena [coord.] (1997) – *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: IPPAR.
- BEIRÃO**, Caetano de Melo (1986) – *Une civilisation protohistorique du Sud du Portugal (1^{er} Âge du Fer)*. Paris: De Boccard.
- BRITO**, Frei Bernardo de (1597) – *Monarchia Lusitana*, tomo I. Alcobaça. [Fez a Imprensa Nacional – Casa da Moeda edição facsimilada, Lisboa, 1973].
- CIL II = **HÜBNER**, Emélio (1869 e 1892) – *Corpus Inscriptionum Latinarum – II*. Berlim: Academia das Ciências.
- DURRY**, Marcel (1961) – «Réhabilitation des ‘funerariae’», *Revue Archéologique*, 1, p. 11-21.
- ENCARNAÇÃO**, José d’ (1985) – «Reflexões sobre a epigrafia romana de Ossónoba», *Anais do Município de Faro*, 15, p. 125-132. [Versão actualizada do texto inserto in *Conimbriga*, 23, 1984, p. 169-206].
- ENCARNAÇÃO**, José d’ (1991) – «A necrópole romana da Quinta de Marim (Olhão): a onomástica enquanto índice sociocultural», *Anais do Município de Faro*, 21, p. 229-241. <http://hdl.handle.net/10316/21615>
- ENCARNAÇÃO**, José d’ (2000) – «Morrer aos 40 anos na Lusitânia romana», in GORGES (Jean-Gérard) y NOGALES BASARRATE (Trinidad), *Sociedad y Cultura en Lusitania Romana*. Mérida: Junta de Extremadura, p. 241-247. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/25565>.
- ENCARNAÇÃO**, José d’ (2001-2002) – «A história de uma escrava romana», *Al’ulyã* (Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé), 8, p. 23-33.
- ENCARNAÇÃO**, José d’ (2003) – «Sobre a epigrafia romana do Algarve», *Xelb*, Silves, 4, p. 151-160.
- ENCARNAÇÃO**, José d’ (2003) – «Quão importantes eram as gentes!...», in MAIA (Maria) et alii [coord.], *Tavira – Território e Poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 95-104.
- ENCARNAÇÃO**, José d’ (2005) – «Gentes do mar e da terra», in PAULO (Dália) [coord.], *Caminhos do Algarve Romano*. Faro: Câmara Municipal de Faro (Museu Municipal), p. 21-25. <http://hdl.handle.net/10316/10478>
- ENCARNAÇÃO**, José d’ (2006), «Caminhos antigos, percursos modernos», *Actas das I Jornadas ‘As Vias do Algarve da Época Romana à Actualidade’*. S. Brás de Alportel, p. 54-61. <http://hdl.handle.net/10316/10507>
- ENCARNAÇÃO**, José d’ (2006) – «La persistance esthétique africaine dans la décoration des monuments épigraphiques romains de l’Algarve», *L’Africa Romana* 16, Roma, p. 1939-1944. <http://hdl.handle.net/10316/22780>
- ENCARNAÇÃO**, José d’ (2014) – «O colégio dos sêxviro – religião e poder em evidência», *Boletim de Estudos Clássicos*, 59, p. 95-102. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/30299>
- ENCARNAÇÃO**, José d’ (2015) – «Banquetear-se em vida e no além: os testemunhos epigráficos», *Portvgalia*, XXXVI, p. 159-169. <http://hdl.handle.net/10316/30251>
- ENCARNAÇÃO**, José d’, e GONÇALVES, Maria José (2013) – «Cilpes / CILPIS / Xilb / Silves? – Para uma discussão antiga um novo contributo. A inscrição de Silves evocativa do templo de Neptuno», *Espacio Tiempo y Forma*, série II (História Antigua), tomo 26, p. 255-276. <http://hdl.handle.net/10316/25153>
- ESTEBAN ORTEGA**, Julio (2012), *Corpus de Inscripciones Latinas de Cáceres. II. Turgalium*. Cáceres: Universidad de Extremadura.

ESTEBAN ORTEGA Julio (2013) – *Corpus de Inscripciones Latinas de Cáceres. III. Capera*. Universidad de Extremadura, Cáceres,.

GONZÁLEZ HERRERO, Marta (2015) – *Implantación y Organización del Culto Imperial Provincial en Hispania*. Oxford: Archaeopress Publishing Ltd.

HEPOL = *Hispania Epigraphica on line*, acessível em <http://eda-bea.es/>

IRCP = ENCARNAÇÃO, José d' (1984), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia. [O número indica o número da inscrição no catálogo]. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/578>

KAJANTO, Iiro (1968) – *On the Problem of the Average Duration of Life in the Roman Empire*. Helsinki.

LANCHA, Jeanine (1985) – «La mosaïque d'Océan découverte à Faro (Algarve)», *Conimbriga*, Coimbra, 24, p. 151-175. [Tradução portuguesa em *Anais do Município de Faro*, Faro, 15 1985 111-124].

MANTAS, Vasco Gil (1997) – «As civitates: esboço da geografia política e económica do Algarve romano», in BARATA, Filomena [coord.], *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Ministério da Cultura, IPPAR, p. 283-310.

RESENDE, André de (1593) – *De antiquitatibus Lusitaniae*. Évora.

SÁ, Ana Marques de (2007) – *Civitas Igaeditanorum: Os Deuses e os Homens*. Município de Idanha-a-Nova.

SALGADO, Frei Vicente (1786) – *Memórias Eclesiásticas do Reino do Algarve (oferecidas ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja)*, I. Lisboa: Regia Officina Typografica.

SANTOS, Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso (1972) – *Arqueologia Romana do Algarve*, II. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

SILVA, Luís Fraga da (Maio de 2007) – *Balsa, Cidade Perdida?* Campo Arqueológico e Câmara Municipal de Tavira.

SOLIN, Heikki (1982) – *Die griechischen Personennamen in Rom. Ein Namenbuch*, 1. Berlin-Nova Iorque.

VALLEJO RUIZ, José María (2005) – *Antroponimia Indígena de la Lusitania Romana*. Vitoria-Gasteiz.

VEIGA, Sebastião Philippes Martins Estácio, *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, Imprensa Nacional, Lisboa: I, 1886; II, 1887; III, 1889; IV, 1891; V, 2006 [Câmara Municipal de Silves/Museu Nacional de Arqueologia].

Créditos fotográficos: Todas as fotografias foram incluídas em IRCP, pertencem ao autor e foram feitas por Guilherme Cardoso, à excepção da Fig. 5, que é de Delfim Ferreira. A estela da Fig. 2 foi fotografada pelo autor quando esteve exposta no Museu Nacional de Arqueologia.

Contributos para a Catalogação e Estudo da Epigrafia Pública na Região Algarvia

Marco Sousa Santos¹

INTRODUÇÃO

Tanto quanto foi possível apurar, nunca até à data foi levada a cabo ou sequer ensaiada qualquer tentativa de catalogação, organização e estudo sistemático da epigrafia pública da região algarvia. O presente texto não é, nem pretende ser, um levantamento do *corpus* epigráfico do território algarvio, mas, não obstante, ambiciona contribuir para a futura concretização desse trabalho, para a valorização do nosso património epigráfico coletivo como documento histórico e testemunho da nossa cultura escrita, e, se possível, também para fomentar a realização de outros e mais aprofundados estudos sobre estas matérias.

Antes de mais, convirá começar por recordar o que é a epigrafia. Termo derivado do grego que comumente se utiliza para designar a escrita executada sobre um suporte cuja *“dureza requer procedimentos de escrever adequados, diferentes dos utilizados na escrita traçada sobre os comuns suportes de escrita”* (...), nomeadamente a pedra, a epigrafia foi durante séculos menorizada pelos estudiosos das demais ciências humanas e sociais, que olhavam para a epígrafe como mera pedra com um texto a decifrar. Só no século XX é que a disciplina se vai afirmar em definitivo como ciência de pleno direito, com objeto, metodologias e objetivos próprios, estabelecendo-se, enfim, que a epigrafia abarcava algo mais vasto e abrangente que a simples transcrição, descrição e catalogação de inscrições. Como afirma José d’Encarnação, *“o epigrafista não pode contentar-se com a decifração, mas deve procurar a integração histórica dos textos”* (ENCARNAÇÃO, 1997: 8), isto é, é fundamental analisar as inscrições *“em todos*

¹ O autor optou por escrever ao abrigo do novo acordo ortográfico.

os aspetos, procurando conhecer-lhe os caracteres, decifrar-lhe os sinais interpretar-lhes as abreviaturas, reconstituindo-lhes o sentido” (SOUSA, 1983: 7), pois só desse modo se garante o seu aproveitamento, “não só como um elemento documental ao serviço de outras ciências, se não também como objeto merecedor de um estudo científico que analise a sua evolução, as suas características, as causas e razões destas”, levando a cabo “uma investigação histórica moderna que não pare na simples análise descritiva mas que busque a explicação para fenómenos que tem um evidente transfundo social e cultural” (SANTIAGO FERNÁNDEZ, 2002: 35).

Como “*ciência que estuda a forma como o Homem, em determinado momento, selecionou ideias para as transmitir aos vindouros*”, o elemento epigráfico, registado “*num suporte duradouro e contendo uma mensagem sintética, pensada e que visa se possível – alcançar a eternidade*”, é, em última análise, um “*objeto cultural onde tudo foi pensado: o texto, sintético, intencional, preciso; a decoração; a tipologia; o material*” (ENCARNAÇÃO, 1988: p. 206). Cabe, portanto, ao estudioso que analisa uma inscrição colocar algumas questões fundamentais, nomeadamente: “*porque se escreveu aquilo ali, naquele tipo de suporte, naquele tipo de monumento, com aquelas palavras e não outras*”. Onde foi colocada a inscrição, quando foi descerrada e em que circunstâncias, que dizeres contém, que forma tem, quais são as suas dimensões, em que suporte foi gravada, que tipo de letra se usou, como são os espaços interlineares, a que distância se encontra do observador, no texto foram utilizadas abreviaturas, pontuação, dispõe de moldura ou algum sinal gráfico associado, são outras das questões que se podem (e devem) colocar ao estudar um elemento epigráfico? Longe de serem pormenores de somenos importância, estes detalhes são passíveis de leitura e, portanto, de fornecer informações que, analisadas criticamente, contribuem para descobrir novas dimensões do objeto e ajuizar acerca do contexto em que o mesmo foi produzido.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EPIGRAFIA PÚBLICA DA REGIÃO ALGARVIA

Definida que está a relevância e utilidade da epigrafia enquanto ciência que estuda “*a forma como em cada momento, uma sociedade organizou, selecionou e transmitiu, de forma perene e pública, mensagens para os vindouros*” (BARROCA, 1996: p. 252), vejamos o que se pode concluir a respeito do património

epigráfico existente na região algarvia, protegido por decreto pelo menos desde 1721, data em que se fazia registar no tomo da câmara municipal de Faro um alvará régio através do qual se determinava que fossem “castigados todos aqueles que destruam ou desfaçam edifício, estátua, mármore, lâmina ou chapa em que estejam esculpidas algumas figuras ou tiverem letreiros antigos ou desfizerem moeda ou medalha antiga”², mas só efetivamente valorizado na sequência dos levantamentos arqueológicos levadas a cabo por Estácio da Veiga (1828-1891), no âmbito da elaboração da *Carta Arqueológica do Algarve*, bem como da fundação em 1874, em Faro, do pioneiro *Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique* (CARRILHO, 2003).

Perante a manifesta incapacidade de, no âmbito deste ensaio, analisar ao pormenor todas as inscrições epigráficas existentes na região algarvia, centremos a nossa atenção num exemplo em concreto. Ao percorrer as ruas da povoação de Estoi, no concelho de Faro, o transeunte depara-se com uma modesta casa, térrea, sem qualquer sinal distintivo, em cuja fachada foi afixada, com quatro cravos de bronze, uma pequena placa de mármore branco da qual consta uma inscrição, em letras escavadas e pintadas de negro, cujo teor é o seguinte: *AO POETA EMILIANO DA COSTA NO DIA DOS SEUS 80 ANOS 3-XII-1964*.

A todos os títulos discreta, esta placa com cerca de um palmo de comprimento coloca ao observador de espírito mais inquisitivo um conjunto de questões. A primeira e mais óbvia será: quem foi Emiliano da Costa? Foi um poeta, assim o declara a inscrição, nascido a 3 de dezembro de 1884, como se depreende da data do respetivo 80º aniversário. Mas o que justifica a colocação de uma placa naquele local, de que modo se relaciona esta estrutura com a figura em causa? Foi ali que nasceu, que viveu, terá alguma ligação à sua obra poética? E quem promoveu esta homenagem, a família, os amigos ou alguma autoridade civil? Que leitura fazer do facto de o nome do homenageado ter sido gravado apenas com maiúsculas e com letras de maior dimensão do que o resto da inscrição, ou do facto de na data se ter representado o dia e o ano com algarismos árabes, mas o mês com letras romanas? E o que dizer das dimensões da própria placa ou do estado de conservação da mesma?

Investigando um pouco na imprensa local, porque a bibliografia acerca deste tipo de temas



Figura 1 Lápide colocada na Casa-Museu do poeta Emiliano da Costa, em Estoi (Faro).

² ADF, Livro de Registo de alvarás, provisões, cartas e outros diplomas da Câmara de Faro, livro A/1-8, fólio 245v.

escasseia, é possível descobrir detalhes do contexto em que se prestou esta homenagem. Conforme foi registado na imprensa, a “*justíssima homenagem*” consistiu de cerimónia simples e despretensiosa, levada a cabo ao cair da noite, no término da qual o Presidente da Câmara de Faro descerrou a placa evocativa da efeméride na parede da residência do poeta, localizada nas proximidades da igreja do Pé da Cruz. No decorrer da homenagem, à qual Emiliano da Costa não deixou de assistir, a partir de uma janela da residência, discursaram o Dr. Joaquim Magalhães, Alberto Marques da Silva, Manuel Virgínio Pires e o Dr. Elviro Rocha Gomes. João Pires declamou um soneto de Vítor Castela, e a “*Barcarola*”, de Emiliano da Costa, sob fundo musical que ficou à responsabilidade de Manuel Aleixo e Sebastião Leiria. Jaime Pires declamou um poema de Raul de Matos e ainda “A noite de São João”, da autoria do homenageado. Por último, realizou-se um singelo beberete, pretexto para vários brindes, do qual tomaram parte as individualidades presentes. Poucos dias depois a imprensa afiançava que, no dia da homenagem, “*quase todo o Algarve culto esteve em Esto*”³, e muitos foram os que fizeram questão de felicitar o homenageado por telegrama. Há, portanto, como se depreende do exemplo exposto, toda uma miríade de questões que se podem levantar ao analisar uma epígrafe.

Quantas inscrições epigráficas existem na região algarvia? Centenas, porventura milhares. Para responder a essa questão seria preciso calcorrear todas as freguesias do distrito de Faro e, mesmo assim, no final da empreitada o número alcançado poderia não estar correto, desde logo por haver a possibilidade de nesse intervalo se terem descerrado novos exemplares... Contudo, esta não uma questão de aritmética. De facto, apesar de ser relevante saber o número de epígrafes que existem em território algarvio, mais importante do que isso será perceber que tipologias de epígrafes nele se podem identificar e, partindo dessa primeira catalogação, procurar identificar os exemplares mais representativos e/ou interessantes do ponto de vista histórico e patrimonial de cada uma das categorias ou modalidades definidas.

Com estes objetivos em mente, no âmbito do presente estudo foi possível identificar no Algarve onze tipologias de epígrafes definidas a partir da análise do teor das respetivas inscrições, a saber: de natureza

³ ADF, *Jornal do Algarve*, edição de 12 de dezembro de 1964.

funerária; de carácter cronológico ou autoral; de carácter fundacional; a assinalar o local de nascimento de uma figura; em memória de uma figura ilustre; em memória de acontecimento relevante; a assinalar a estância ou passagem de uma figura; em memória dos caídos em combate; as legendas, divisas e sentenças; de carácter toponímico ou informativo; placas alusivas à inauguração de um edifício ou equipamento. Todas têm em comum um objetivo, o de preservar uma mensagem que os seus coetâneos consideraram digna de ser transmitida aos vindouros, mas todas diferem em relação ao tipo de informações registadas e sobretudo ao modo específico como essas informações foram organizadas e apresentadas ao público.

Em rigor, para englobar a totalidade das manifestações epigráficas produzidas na região algarvia, este estudo teria de englobar exemplares de significado ainda por decifrar como as célebres estelas inscritas com a denominada *escrita do Sudoeste* encontradas na serra algarvia (CORREIA, 2014), peças de epigrafia móvel tais como os bétilos da Idade do Ferro epigrafados descobertos em contexto arqueológico na região (ARRUDA, 2003: p. 254), elementos de imaginária como a imagem quatrocentista de São Miguel da matriz de Castro Marim, que segura nas mãos um leteiro com inscrição em latim no qual se lê a prece mariana AVE GRACIA PLENA, ou ainda as inscrições epigráficas contidas na estatuária do Algarve, conjunto no qual se destacam exemplares únicos como o do monumental obelisco, inaugurado em 1775, da praça de Vila Real de Santo António, em cujas faces se relata e mitifica a história da vila fundada por iniciativa de D. José I (1750-1777) e diligência do Marquês de Pombal em somente cinco meses (CORREIA, 1997). Não sendo exequível, no âmbito deste ensaio, aprofundar o estudo de mais exemplares, limitemo-nos então a inventariar alguns dos que considerámos serem os exemplares mais representativos de cada uma das onze tipologias acima identificadas e que, em última instância, permitiram e justificaram o estabelecimento das mesmas.

1. EPÍGRAFES DE NATUREZA FUNERÁRIA

Tendo em conta o universo das inscrições lapidares existentes na região algarvia, é incontestável que as epígrafes de cariz funerário constituem o conjunto mais numeroso, desde logo porque se encontram exemplares dessa modalidade epigráfica em igrejas, capelas, ermidas e Casas Regulares espalhadas um pouco

por toda a região, identificando-se no interior dessas estruturas, pedras, arcos tumulares e monumentos funerários em geral, que através das suas inscrições preservam a memória de prelados, nobres titulados, fidalgos, militares e tantos outros cujas biografias a História não registou. No âmbito do presente estudo seria difícil enumerar a totalidade das inscrições funerárias existentes no território algarvio mas, ainda assim, há exemplares que, pela sua antiguidade ou interesse histórico, se afiguram como incontornáveis. Nesse âmbito, merecerão destaque, entre outras, a pedra tumular de D. João II (1481-1495), que faleceu em Alvor (Portimão) e cujos restos mortais repousaram na Sé de Silves até serem trasladados para o mosteiro da Batalha (no século XVI), o alargado conjunto de lápides sepulcrais oitocentistas existente no adro da matriz de São Brás de Alportel, as pedras tumulares armoriadas do Jardim de S. Francisco, em Tavira, ou ainda, as pedras tumulares e mausoléus pétreos da 2ª metade do século XIX dos dois cemitérios privativos da Ordem Terceira do Carmo, igualmente em Tavira, inscrições cujas mensagens gravadas, das mais emotivas às mais estereotipadas, só têm em comum a terminologia usada no campo epigráfico e a reiteração de siglas de carácter funerário que vão do mais frequente D.E.P. (descansa em paz) ao mais erudito R.I.P. (*requiesce in pace*), na maioria das vezes secundadas pelas siglas P.N. e/ou A.M. (Pai-Nosso e Ave-Maria).

Para além das inscrições funerárias existentes nos antigos edifícios de culto, ou a eles associáveis, a região algarvia dispõe ainda, no que às epígrafes lapidares diz respeito, de um notável conjunto de peças identificadas em contexto arqueológico que abarca aras da época romana, epitáfios do período muçulmano, mas também invulgares inscrições de cariz funerário que atestam a presença em território algarvio de comunidades paleocristãs e judaicas.

Assim, é impossível tratar da epigrafia pública do Algarve sem referir as aras com inscrições funerárias encontradas e recolhidas na 2ª metade do século XIX por Estácio da Veiga, no decurso da elaboração da *Carta Arqueológica do Algarve*, ou ainda o epitáfio do clérigo *Adulteus*, datado de 729, o mais tardio dos epitáfios paleocristãos portugueses com datação conhecida, duas décadas posterior à invasão muçulmana (711), encontrado no termo de Tavira. A estes poderiam juntar-se outros epitáfios paleocristãos sem data e inscrições funerárias da época islâmica recuperadas nos sítios ar-

queológicos do Algarve. Refiram-se também, a título de exemplo, a inscrição funerária de Muhammad Ibn Sad, em caracteres cúficos gravados, encontrada, em 1968, na freguesia de Salir (Loulé) e então arrecadada no Museu Lapidar Infante D. Henrique, em Faro, a qual foi datada do ano da Hégira de 407 (que corresponde no calendário cristão a 1017), alguns fragmentos de inscrições com caracteres cúficos descobertos no termo de Silves, a inscrição funerária de Abdallah Ibn Tumar, encontrada, em 1896, em Odeleite (Castro Marim), ou ainda, a título excepcional, a inscrição árabe com versos do Alcorão gravada numa das colunas de mármore que originalmente integraram o peristilo do templo da *villa* romana de Milreu (Faro), hoje exposta no núcleo museológico de Milreu. Igualmente invulgar é a inscrição piedosa gravada numa pia de abluções, da época islâmica, encontrada em Cacela (Vila Real de Santo António) e atualmente depositada no Museu Nacional de Arqueologia.

Datável de finais do século X é a lápide funerária de Juliano, hipotético bispo de Ossónoba / Santa Maria de Faro, constituída por pequena placa retangular com sete regras inscritas no interior de moldura encordoada, raro e erudito testemunho do moçarabismo algarvio (FERNANDES, 2003: pp. 297 e 298).

Não menos invulgares do que as supraditas são as inscrições funerárias judaicas identificadas no século XIX em Espiche (Lagos), uma relativa ao óbito de Rab Moshuna e a outra, de duplo registo, relativa aos óbitos de Aba Marieh e do Rabi Isaac Hacohen, que se admite serem datáveis da época medieval, ou o epitáfio do Rabi Joseph de Tomar, que faleceu a dezasseis de *Shebat* do ano 5075 (que corresponde no calendário cristão a 23 de Janeiro de 1315), que foi encontrado no fim do século XIX nos subúrbios da capital algarvia e incrustado numa das paredes do cemitério judaico que existia nas proximidades da ermida de São Luís, onde terá permanecido até à década de 30 do século XX, data em que foi transferido para o Museu Luso-hebraico Abraão Zacuto, em Tomar. A todos os títulos notável é, ainda, uma placa de mármore descoberta, em 2011, numa *villa* romana em São Bartolomeu de Messines (Silves) na qual se pode ler, em caracteres hebraicos, o nome Yehiel, e que se admite estar datada do século IV, em cujo caso se trataria do mais antigo testemunho arqueológico da cultura judaica já identificado em toda a Península Ibérica. (SANTOS, 2016).

2. EPÍGRAFES DE CARÁCTER CRONOLÓGICO OU AUTORAL

Uma das modalidades epigráficas mais comum e formalmente simples diz respeito às inscrições de natureza cronológica, constituídas por um conjunto de algarismos que permitem datar a estrutura em que foram gravadas. A região do Algarve, tal como o resto do território nacional, dispõe de um grande número de exemplares epigráficos de natureza cronológica, sendo uma das mais antigas a que se encontra inscrita na abóbada da capela-mor da matriz de Nossa Senhora da Luz, em Lagos, na qual se pode ler a data de 1521. Ao longo de toda a Idade Moderna a inscrição de datas em portais e cantarias em geral, em contexto religioso, civil e militar parece ter sido uma prática relativamente comum, mas é, sobretudo, a partir da 2ª metade do século XIX e ao longo das primeiras décadas do século XX que a *moda* de inscrever a data de construção nos vãos de cantaria se instala em definitivo na arquitetura civil da região, sendo dessa época a maioria dos exemplares identificados. Note-se, apesar de esta modalidade epigráfica ser particularmente usada em meio urbano, não é invulgar encontrar este tipo de inscrições em meio rural e mesmo em habitações construídas em plena serra, através da incisão na própria argamassa de cal de uma data.

Já no que respeita às epígrafes de natureza autoral, ou seja, as inscrições pétreas que identificam o autor da estrutura ou elemento em que foram gravadas, o Algarve conta com um número reduzido de exemplares. Contudo, a verdade é que existe na região um conjunto assinalável de marcas de canteiro repartido por edifícios de cronologia medieval, normalmente constituídas por uma única letra, as laterais da igreja do convento de S. Francisco de Tavira onde se podem encontrar inscrições de admissível natureza autoral constituídas pela conjugação das abreviaturas do nome próprio e apelido do responsável pela obra, a saber: ALV.^o MIZ (Álvaro Martins). Extraordinária, pela sua raridade, é a inscrição de natureza autoral existente numa placa de alabastro encomendada no final do século XV, ou já no início da centúria seguinte, pelo capitão Simão Correia e atualmente patente ao público no Museu Municipal de Faro, na qual se pode ler DOMINGOS ME FECIT Y (Domingos me fez), não deixando quaisquer dúvidas acerca da sua natureza e objetivos.

3. DE CARÁCTER FUNDACIONAL

Analisando o conjunto das epígrafes da região do Algarve, um núcleo de grande dimensão e interesse é o das lápides de cariz fundacional, cujas inscrições revelam dados históricos acerca da fundação das estruturas ou edifícios em que foram apostas. Destas, a mais antiga localizada em território algarvio será uma inscrição em caracteres *nasji* datada de 1227, comemorativa da construção de uma torre em Silves na época almóada, que foi encontrada, em 1847, em Silves, e depois depositada no Museu Lapidar de Faro. Do ano de 1293 é a lápide com caracteres góticos colocada numa das paredes exteriores da matriz de Santa Maria de Tavira, em cujo texto se revela que um tal Pedro Anes mandou abrir naquele local, à sua custa, um portal lateral para o templo (FERNANDES, 2000, pp. 41 e 42). Mais recente, mas não menos interessante, é a lápide fundacional que esteve colocada na Porta de Alfeição, em Tavira, datada de 1311 (1273 na Era de Cristo), em cujo texto se lê que a mesma foi edificada no reinado de D. Afonso III por Pedro Martins, casteleiro do rei, sendo o texto da inscrição redigido por Mestre Martins, notário do monarca (BARROCA, 2003, 314-315). Semelhante a esta, no que ao conteúdo diz respeito, é a lápide fundacional da Torre de Marim (Olhão), acompanhada por uma pedra com as armas Reais e a data de 1320 (1282).

Também em contexto Moderno é possível encontrar na região algarvia, sobretudo no âmbito da arquitetura religiosa, curiosas inscrições lapidares de natureza fundacional tais como a que se observa na igreja da Misericórdia de Estômbar (Lagoa), cujo portal lateral exhibe gravada uma epígrafe onde se lê que *ESTE ESPITAL MANDOU FAZER DI.º PINCHO ESCUDEIRO DE LOPO FRZ M.ºR EM ESTE LUGAR DESTOMBAR A 18 DE ABRIL DE 1531*, ou a que está no remate do portal lateral da matriz de Santa Maria de Lagos, na qual se declara, com invulgar detalhe, que *ESTE SE ACABOU NO PRIMEIRO DIA DE JULHO ERA DE 1568*. Interessante exemplar de lápide fundacional é o que se encontra na fachada principal da ermida de Santa Luzia, em Loulé, na qual se pode ler *ESTA.IGREIA. FES.J.º.COELHO.S.M.C.ªA.GRACIA*, identificando os fundadores do templo, João Coelho e Catarina Garcia, sua esposa, que se acredita serem os mesmos que casam na matriz de São Clemente de Loulé a 1 de junho de 1578⁴ (pelo que é admissível que esta seja uma peça datável do derradeiro quartel do século XVI, ainda que a inscrição não contenha qualquer indicação de natureza cronológica).



Figura 2 Lápide fundacional colocada na fachada da ermida de Santa Luzia, em Loulé

⁴Cf. ANTT, Livro de registos mistos da freguesia de São Clemente 1575-1582, fólio 201.

Caso único na região é a mesa de altar epigrafada existente na pequena ermida de Santo António, em Castro Marim, com inscrição (truncada) que identifica o responsável pela encomenda e presumivelmente pela construção do próprio edifício (algures no século XVII), da qual consta: *ESTA(...).EIRMIDA MANDOU FAZER AMT.º(...). ESTANDO POR CAPITÃO (...)*. Também em Castro Marim, será digna de referência a inscrição da existente sobre o portal da ermida de São Sebastião (atual igreja da Misericórdia), na qual se informa que *ESTA ERMIDA DE S. SEB.ªM MANDOV FAZER EL REI DOM JOAM O IV POR LHE TOMAR OVTRA PERA FORTE ANNO 165(?)*, dando conta de como, no contexto da Guerra da Restauração (1640-1668), foi preciso profanar a ermida de São Sebastião para levantar um novo forte, financiando a Coroa, a título de compensação, a edificação de um novo templo dedicado ao Santo.

Ainda em contexto religioso, não será descabido lembrar outros casos de epígrafes de natureza fundacional algarvias tais como a que se encontra gravada no lintel do portal lateral da igreja da Misericórdia de Alcoutim, através da qual se atesta que *ESTA OBRA MANDOU FAZER AFONSO MADEIRA CORVO FAMILIAR DO SANTO OFÍCIO 1628*, a que foi inscrita no lintel do portal axial da matriz de Olhão, declarando que a mesma foi *FUNDADA NO REINADO DE D. PEDRO II SIMÃO BISPO CONSAGROU A DEUS A PRIMEIRA PEDRA A 4 DE JUNHO DE 1698*, ou ainda a que se inscreveu no portal axial da matriz de Porches (Lagoa) dando conta de a mesma ter sido *CONSTRUÍDA EM 1882 COM OS FUNDOS DOADOS POR ANTÓNIO JOAQUIM CABRITA D'ESTE POVO*. Interessante, e pouco comum, é a inscrição que se acha numa das fachadas laterais da matriz da Luz de Tavira (Tavira), em associação com um conjunto de três cruzes de pedra, na qual se afirma *ESTAS CRUSES SAM DE P.º FRZI C.º*, identificando o responsável pela encomenda.

Como caso excecional, em contexto religioso, refira-se ainda a pequena inscrição em pedra existente na fachada principal da matriz de São Brás de Alportel na qual se dá conta da reedificação do edifício, no final do século XVIII (1799), por iniciativa do então bispo do Algarve, D. Francisco Gomes do Avelar (1789-1816), assinalando, desse modo, a realização de uma importante campanha de obras e, em simultâneo, a benemérita ação do prelado algarvio.

Em relação às epígrafes fundacionais de carácter civil, que também se identificam na região, será digna de referência a lápide que, originalmente, esteve co-



Figura 3 Epigrafe evocativa na fachada lateral da matriz da Luz de Tavira (Tavira).



Figura 4 Inscrição existente na fachada da matriz de São Brás de Alportel. (Foto do autor)

locada na fachada do celeiro criado para administrar o legado do capitão Manuel Nobre Canelas, em Tavira, datada de 1675, que, felizmente, pôde ser preservada mesmo após a destruição do edifício, ou ainda a inscrição lapidar colocada sobre a porta de entrada de uma casa civil existente no adro da ermida de Nossa Senhora da Glória, em Benafim (Loulé), na qual se lê: (...) DE N.S. DA GLÓRIA (...) CONSTRUIR (...) JOSÉ ROMÃO COELHO DO VALLE JUDEU EM 1881. De carácter civil, mas ligadas a instituições de assistência, Irmandades ou confrarias, cabe ainda assinalar a existência de inscrições lapidárias tais como a que se encontra sobre o portal do edifício do Compromisso Marítimo de Olhão, na qual se atesta que ESTA OBRA FOI FEITA A CUSTA DOS MARIT.^{ES} DA NOBRE CASA DO CORPO SANTO DESTES LOGAR DE OLHÃO EM TEMPO DO FELLEÇICIMO REINADO DO FIDILM.^O REI O S.^R D. JOSÉ O PRIM.^O Q. D.^S G.^E SENDO JUIS DA MESMA CAZA ANTONIO DE GOVEIA NO ANNO DE 1771, ou a quase impercetível placa de cantaria existente no remate da abóbada do Arco da Vila, em Faro, na qual se dá conta de uma obra levada a cabo na estrutura (ou na capela de Nossa Senhora de entre Ambas as Águas sobre ela existente) por iniciativa dos mareantes da cidade e seu termo no século XVIII (1759).

Bastante numerosas são, no território do Algarve, as inscrições lapidárias de cariz fundacional apostas em estruturas de cariz militar, sobretudo nas fortificações do litoral, de que é exemplo a inscrição epigráfica colocada sobre o portal do Forte de Santo António de Beliche (Vila do Bispo), que diz respeito a uma campanha de obras datada de 1632, mas também as que existem ao longo da linha fronteiriça do Guadiana, podendo referir-se, neste caso, a epígrafe datável do período da Guerra da Restauração existente no castelo de Alcoutim, sobre a Porta de Tavira, na qual se gravou uma referência a *ALPHONSUS VI REX PORTUGALIAE ET ALGARBIORUM 1661*, provavelmente dando conta de obras levadas a cabo na estrutura nessa data e pelo referido monarca. Em todo o caso, o conjunto de inscrições fundacionais de natureza militar mais significativo e numeroso da região é o que diz respeito às obras de construção e/ou remodelação das fortalezas, fortes e baterias que protegiam a costa algarvia levadas a cabo nos séculos XVII e XVIII, por norma por diligência dos governadores e capitães-gerais do Reino ao Algarve (COUTINHO, 1997). São, regra geral, inscrições bastante extensas nas quais se identifica o reinado em que a obra foi iniciada, quem foram os responsáveis pela sua encomenda e fábrica

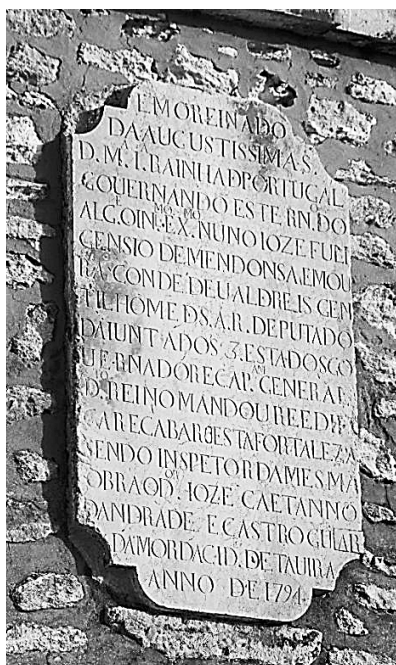


Figura 5 Inscrição fundacional no Forte de Cacela.

e, em alguns casos, até pormenores das condições em que a mesma foi executada, constituindo importantes exemplos desta tipologia as inscrições colocadas sobre a porta de Armas do Quartel da Atalaia, em Tavira, ou sobre as entradas dos fortes de Cacela (Vila Real de Santo António) ou de São João da Barra, também em Tavira.

4. A ASSINALAR O LOCAL DE NASCIMENTO DE UMA FIGURA

Na região algarvia as inscrições lapidares que assinalam o local de nascimento dos seus filhos mais destacados são relativamente invulgares. Não obstante, como exemplos dessa modalidade epigráfica importará referir casos como o da lápide descerrada, em 1908, em São Bartolomeu de Messines (Silves) na fachada do edifício onde alegadamente teria nascido o poeta e pedagogo João de Deus (1830-1896), atual Casa Museu João de Deus, o da pequena placa evocativa colocada na fachada da morada em que nasceu o benemérito coronel Rodrigo Aboim Ascensão (1859-1930), em Faro, ou ainda o da lápide existente na fachada da casa onde nasceu o engenheiro Duarte Pacheco (1900-1943), em Loulé, atual Casa Memória Duarte Pacheco. Um dos casos mais recentes de elemento epigráfico que assinala o local de nascimento de um algarvio destacado foi descerrado em Quarteira (Loulé), em 2016, para assinalar o 1º centenário do nascimento do poeta Manuel de Brito Pardal.

5. EM MEMÓRIA DE UMA FIGURA ILUSTRE

As inscrições lapidares destinadas a homenagear publicamente uma figura ilustre também não são muito comuns no Algarve mas, não obstante, há na região algarvia alguns exemplares dessa tipologia, quase todos já datáveis do século XX. Em todo o caso, o mais antigo exemplar desta tipologia encontra-se na fortaleza de Sagres e é constituído por uma inscrição dedicada à memória do Infante D. Henrique, escrita em português e em latim, descerrada em 1840. Mais recente é a inscrição dedicada à memória do bispo D. Francisco Gomes do Avelar colocada no intradorso do Arco da Vila, em Faro, descerrada em 1925, da qual consta, em letras cavadas e pintadas a dourado, a inscrição: À / MEMÓRIA / DO / BENEMÉRITO E INSIGNE BISPO DO ALGARVE / D. FRANCISCO GOMES DO AVELAR / (MDCCXXXIX-MDCCCXVI) / A CIDADE DE FARO AGRADECIDA / XVII-I-MCMXXV.

Igualmente dignos de referência, no âmbito das inscrições públicas consagradas à memória de figuras eminentes (nativas ou não do Algarve), serão exemplares tais como a placa de homenagem ao diplomata farenses Amadeu Ferreira de Almeida (1876-1966), na Praça Alexandre Herculano, em Faro, inaugurada no ano de 1952, a epígrafe em memória do Infante D. Henrique descerrada em Junho de 1960 e colocada na fachada posterior do Arco da Vila (Rua do Rasquinho), na qual se testemunha como NO PORTO DE FARO / FUNDEARAM AS ARMADAS COM QUE / O INFANTE D. HENRIQUE TOMOU / PARTE NA EMPRESA DE CEUTA / À SUA ENCICLÍTICA MEMÓRIA E À DOS / SEUS COMPANHEIROS DAQUI NATURAIS / 1960 / V CENTENÁRIO DA SUA MORTE EM SAGRES, ou ainda uma placa de tributo a Mário Lyster Franco (1902-1984), descerrada a 24 de Junho de 1985 numa zona ajardinada do Largo do Carmo, constituída pela placa propriamente dita, na qual se acha uma efígie do homenageado, e uma inscrição alusiva à sua memória.

Como exemplar extraordinário de inscrição lapidar existente na região algarvia e dedicada à memória de um indivíduo refira-se ainda uma peça descoberta há alguns anos em Tavira que tudo indica ser a base de um cruzeiro, ou *alminha*, mandada erguer por Fernando Montãns, em 1567, em cujo letreiro se roga aos transeuntes que façam uma oração pela alma de seu irmão⁵.

6. EM MEMÓRIA DE ACONTECIMENTO RELEVANTE

No que respeita às inscrições evocativas de episódios históricos relevantes, outra das modalidades epigráficas representadas no Algarve, um dos mais antigos exemplares será o de uma placa de mármore branco, fixada com cravos de bronze na fachada de uma casa situada na Praça Ferreira de Almeida, em Faro, descerrada em 21 de Novembro de 1934, com o objetivo de assinalar o 1º centenário da morte do Marechal de Campo Tomás Cabreira e homenagear a memória do militar algarvio assassinado no ano de 1834 na antiga cadeia da cidade, edifício entretanto demolido que se situava no centro da mesma praça.

De meados do século XX é a placa comemorativa do VII centenário da conquista de Faro, no já referido Arco do Repouso, descerrada em 1949, na qual se inscreveu,



Figura 6 Inscrição evocativa de Tomás António da Guarda Cabreira na fachada de uma casa do Jardim da Palmeira, em Faro.

⁵ Encontra-se atualmente na posse de um particular residente na freguesia de Santa Luzia (Tavira).

em caracteres escavados em baixo-relevo: EM [MARÇO] DE 1249 FOI ESTA / TERRA DE SANTA MARIA DE FARO / INTEGRADA NA NAÇÃO PORTUGUESA / O MUNICÍPIO DA CIDADE / COMEMOROU FESTIVAMENTE / NESTE DIA 28 DE MARÇO DE 1949 / O VII CENTENÁRIO DESSA CONQUISTA. De cronologia mais recente é a placa recordativa da *XXII Conferência do Distrito Rotário 176*, descerrada a 23 de Março de 1968 na Avenida da República, em Faro, que apresenta uma inscrição em caracteres escavados, pintados de negro, na qual se pode ler: XXII CONFERÊNCIA DO DISTRITO / ROTÁRIO 176 / ÁRVORE DA AMIZADE / 23 DE MARÇO DE 1968 (por ocasião da inauguração, junto a esta placa foi plantado um pinheiro manso que ainda hoje existe).

Singulares exemplares de epigrafia pública destinada a preservar a memória de um determinado acontecimento histórico são as duas inscrições existentes no concelho de Olhão, fisicamente separadas por alguns quilómetros, que recordam episódios ocorridos no período das invasões francesas, o primeiro junto à ponte de Quelfes e o outro no sítio da Meia-Légua, a meio caminho entre Faro e Olhão, constando desta última a mensagem: *NESTES CAMPOS DA MEIA-LÉGUA FREGUESIA DE PECHÃO TIVERAM LUGAR OS COMBATES DECISIVOS DOS PATRIOTAS OLHANENSES CONTRA OS INVASORES FRANCESES NO DIA 18 DE JUNHO DE 1808 – AQUI ENQUADRADO PARA MEMÓRIA PELA C.M. OLHÃO E JUNTA DE FREGUESIA DE PECHÃO NO ANO DE 1988.*

7. A ASSINALAR A ESTÂNCIA OU PASSAGEM DE UMA FIGURA

Como exemplos de epígrafes exclusivamente dedicadas a recordar a passagem ou estância de uma figura ilustre num determinado local podem referir-se a lápide colocada na fachada da antiga alcaidaria de Loulé, atual Museu Municipal, a qual informa ter sido naquele local que D. Sebastião (1557-1578) pernoitou a 29 de Janeiro de 1573, o elemento lapidar que em Quelfes (Olhão) assinala a casa onde a poetisa Florbela Espanca (1894-1930) residiu durante uma curta estadia no Algarve, em 1918, descerrada no ano de 1985, ou ainda a placa que recorda a visita do rei D. Carlos I (1889-1908) e da rainha D. Amélia (1865-1951) colocada na fachada da ermida de Santo António do Alto, em Faro, junto ao respetivo portal axial, na qual se lê: NO DIA 9 DE OUTUBRO DE 1897 / FOI ESTA CAPELLA VISITADA POR / S.S. M.M. / EL REI D. CARLOS 1º / E SUA AUGUSTA ESPOSA / A RAINHA D. AMÉLIA.

8. EM MEMÓRIA DOS CAÍDOS EM COMBATE

Na maior parte dos concelhos algarvios é possível encontrar inscrições lapidárias ou monumentos mais elaborados que foram levantados em memória dos militares caídos em combate na Grande Guerra (1914-1918) ou na Guerra Colonial (1961-1974), os dois grandes conflitos militares em que Portugal se viu envolvido durante o século XX. As origens desta tipologia, bastante específica, remontam a 1921, quando por iniciativa do Governo republicano é constituída a *Comissão dos Padrões da Grande Guerra*, à frente da qual se achava o general Gomes da Costa, que tinha como principal propósito levantar monumentos, em Portugal e nos territórios onde as tropas portuguesas tinham lutado (em África e na Flandres), que recordassem a participação portuguesa no conflito militar e honrassem a memória dos caídos em combate. Seguindo o exemplo dessa comissão, nas décadas seguintes constituírem-se por todo o país, a nível local, outras comissões com objetivos semelhantes. No que ao Algarve diz respeito, a maior parte dessas placas de homenagem aos caídos em combate foram colocadas nas fachadas dos respetivos Paços do Concelho (como acontece em Loulé, Castro Marim São Brás de Alportel, por exemplo) ou, em alternativa, à entrada de instalações de natureza militar, nomeadamente quartéis (como em Tavira). Todas foram descerradas com a máxima solenidade e na presença das autoridades civis, militares e eclesiásticas. Do ponto de vista do conteúdo, pode dizer-se que todas obedecem a um modelo semelhante, exibindo o nome do militar, a patente e o local do óbito.

Ao longo do derradeiro quartel do século XX acabariam por ser acrescentadas às placas evocativas da Grande Guerra outras similares de homenagem aos mortos da Guerra Colonial (1961-1974). Por norma, junto a estas placas evocativas são anualmente levadas a cabo homenagens no Dia do Combatente (9 de Abril) ou no Dia do Armistício (11 de Novembro). A título excecional, mas também como elemento epigráfico que se pode relacionar com a participação portuguesa na Grande Guerra, refira-se a existência, na fachada de uma casa oitocentista situada no Largo da Matriz, em Loulé, de uma lápide de mármore com inscrição alusiva à confraternização dos antigos combatentes do Batalhão de Sapadores de caminhos-de-ferro que se realizou em Loulé no mês de Maio de 1938 (FREITAS, 1980: pp. 405 a 441).



Figura 7 Inscrição em memória dos militares sambrasenses caídos em combate entre 1914 e 1918. (Foto do autor)

9. LEGENDAS, DIVISAS E SENTENÇAS

Algumas das mais interessantes manifestações epigráficas são as sentenças, isto é, as máximas de carácter sucinto que normalmente encerram um sentido de moralidade. Na região algarvia, como exemplo de sentença gravada num material pétreo pode referir-se a inscrição existente no arco da capela-mor da matriz de Moncarapacho (Olhão) onde foi inscrita, em letras finas e elegantes, a máxima SOLI DEO ONOR E GLORIA (Honra e Glória somente a Deus), acompanhada pela data de 1581, que poderá remeter para a figura do provável responsável pela encomenda desta obra, o bispo D. Afonso de Castelo Branco (1580-1585), padroeiro da igreja, nomeado para a cadeira episcopal do Algarve em 1580. De conteúdo semelhante à anterior é a inscrição atualmente incrustada na antiga sacristia da igreja da Misericórdia de Loulé e que acompanha uma representação heráldica associável ao Padre João do Aguiar Ribeiro, eclesiástico que seria nomeado administrador do Hospital de Nossa Senhora dos Pobres no final do século XVII, na qual se pode ler, ladeando uma representação de Cristo crucificado: SO DS. SEIA LOUVADO (Só Deus seja louvado).



Figura 8 Pormenor da pedra de armas do Padre João do Aguiar Ribeiro existente na sacristia da igreja da Misericórdia de Loulé.

De cronologia mais recente é a curiosa inscrição que remata o muro exterior do Cemitério Grande dos Terceiros carmelitas de Tavira (1863), precisamente sobre o óculo que permitia aos transeuntes vislumbrar o interior daquele Campo Santo, na qual se pode ler o infalível veredicto que recordava aos passantes a sua condição mortal: COMO TU ÉS, EU IÁ FUI. COMO EU SOU, TU HASDE SER. LEMBRA.TE HASDE MORRER P.N. 1861 AV.M.

Como exemplo de epigrafia pública traduzida através de uma divisa, ou seja, de breve sentença que se assume como distintivo de um indivíduo ou família, no Algarve apenas foi possível arrolar o caso dos Meneses, marqueses de Vila Real, que inscreveram a sua divisa ALLEO em cantarias colocadas em edifícios por eles patrocinados ou à sua Casa associáveis, a saber: no portal axial da matriz de Alcoutim e na parede exterior da capela-mor da ermida de Nossa Senhora das Ondas (ou de São Pedro Gonçalves Telmo), em Tavira.

Em relação às legendas, isto é, as informações escritas que comentam ou ajudam a compreender uma determinada imagem, inscritas em material pétreo, o Algarve não se apresenta como um território particularmente rico. Não obstante, a esse respeito serão de assinalar e referir as legendas que acompanham

os monumentais trabalhos de argamassa existentes na designada *Casa das Figuras* e na *Torre da Horta dos Cães*, ambas estruturas setecentistas situadas na cidade de Faro. No primeiro caso, a rematar a fachada lateral de um arquitetonicamente modesto armazém agrícola da *Horta do Ourives*, propriedade do desembargador Veríssimo de Mendonça Manoel, a exótica representação de dois dragões emplumados e alados, foi enriquecida com a inscrição de natureza explicativa: GOLFIN BOIS MARINOS ALAGALANSADAASFERA MOSTROS DAMERICA GOLFIN. No caso da *Torre da Horta dos Cães*, nas fachadas do erudito exemplar de planta octogonal, que resultou de uma encomenda dos Figueiredo Mascarenhas, observam-se monumentais representações de figuras antropomórficas em argamassa acompanhadas por inscrições gravadas com as palavras HÉRCULES e CABO DE BOA ESPERANÇA ADAMASTOR (CORREIA, 2010, p. 277).

10. CARÁCTER TOPONÍMICO OU INFORMATIVO

Ao tratar das inscrições lapidares de natureza toponímica é fundamental lembrar que no Algarve existe um conjunto absolutamente único de peças toponímicas de cantaria que importaria salvaguardar e, se possível, recolocar no seu local de origem, as epígrafes toponímicas setecentistas de Vila Real de Santo António, extraordinários testemunhos da arquitetura de programa da época pombalina, que, neste caso, homenageavam os diferentes membros da família Real portuguesa (o rei, a rainha e os Infantes), seguramente os mais antigos elementos toponímicos da região algarvia e uns dos mais antigos que existirão no país.

De natureza mais prosaica, mas nem por isso menos digna de referência, serão as epígrafes de natureza informativa que se podem observar, por exemplo, na fachada do Mercado de traça neoárabe de Loulé, dando conta da localização da SALSICHARIA e da CHARCUTARIA, que fariam parte do projeto original de 1908, integrando um conjunto mais alargado que, provavelmente, incluiria a identificação de outros estabelecimentos comerciais. Ainda a respeito da toponímica de cariz epigráfico, valerá a pena sublinhar que em muitas localidades e vias do Algarve é ainda possível admirar algumas das antigas placas pétreas de natureza toponímica, pintadas de branco e com letras a negro, colocadas pelo Automóvel Clube de Portugal na 1ª metade do século XX. Porém, a verdade é que



Figura 9 Placa toponímica setecentista de Vila Real de Santo António.



Figura 10 Epigrafe originalmente colocada na fachada do Teatro Mascarenhas Gregório, em Silves. (Foto do autor)

estas peças têm sido recolhidas e sistematicamente substituídas por outras mais modernas, em alumínio, sendo cada vez mais raras. Seria importante preservar algumas destas peças icónicas.

11. PLACAS ALUSIVAS À INAUGURAÇÃO

Outros elementos a ter em conta ao estudar a epigrafia pública da região algarvia são as placas relativas à inauguração ou sagração solene de um edifício ou equipamento, tipologia que, no Algarve, se tornaria especialmente comum ao longo do último quartel do século XX, mas cujos exemplares se documentam, no mínimo, desde o início da centúria. Vejam-se, apenas a título de exemplo, o caso da pequena inscrição alusiva à inauguração, em 1992, das obras de reabilitação do Arco da Vila, em Faro, com texto em arrojada letra cursiva, ou o da mais monumental placa relativa à inauguração do Teatro Mascarenhas Gregório, em Silves, solenemente descerrada na fachada do edifício a 24 de Julho de 1909 e hoje apeada e exposta no seu interior.

Um dos exemplares mais recentes de placa de inauguração descerrada no Algarve encontra-se no átrio da Biblioteca do *campus* de Gambelas, da Universidade do Algarve, e foi ali colocada para assinalar o dia em que a mesma biblioteca foi batizada com o nome do Prof. Doutor António Rosa Mendes (1954-2013), em homenagem ao falecido docente da mesma academia. Esta placa pétrea, com letras escavadas e pintadas de dourado, foi solenemente descerrada a 21 de Maio de 2014 (dia em que se assinalava o 60^o aniversário do nascimento do homenageado).

NOTAS FINAIS

No âmbito do presente estudo, que não é mais do que um exercício de reflexão a todos os níveis incompleto, foi possível confirmar que a região do Algarve dispõe de um vasto, rico e variado conjunto de inscrições epigráficas, que abrange diferentes tipologias e cujos exemplares (alguns especialmente interessantes pela sua raridade) abarcam um intervalo cronológico que se estende desde a Proto-História até praticamente à atualidade. Desde os exemplares de cariz mais popular a outros de natureza erudita, o conjunto identificado inclui inscrições em latim, português e até inglês, compostas por caracteres latinos, hebraicos e até árabes, com manifestações de escrita em diferentes tipos de letras, dos mais formais à cursiva. Fica, portanto, patente a necessidade e a justeza de se proceder à inventariação

exaustiva e sistemática desses elementos, com vista ao levantamento do *corpus* epigráfico algarvio, tarefa que só se poderá levar a cabo palmilhando o território de modo a identificar novos exemplares, fotografar, rever e reler os já identificados. Em resumo, fica sublinhada a necessidade de se salvaguardar, valorizar e estudar o património epigráfico do Algarve.

FONTES DOCUMENTAIS

ADF (Arquivo Distrital de Faro), *Livro de Registo de alvarás, provisões, cartas e outros diplomas da Câmara de Faro*, livro A/1-8.

ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), *Livro de registos mistos da freguesia de São Clemente (1575-1582)*.

APLT (Arquivo paroquial da Luz de Tavira), *Livro de registos de batismos (1651-1689)*.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Ana Margarida (2003) – “Ficha de inventário n.º 68 – Bétulo com inscrição”, in Tavira – Território e Poder (catálogo de exposição). Tavira: Museu Municipal de Tavira.

BARROCA, Mário (1996) – “A epigrafia medieval portuguesa (século XII) – balanço e perspetivas”, in *Atas do 2º congresso histórico de Guimarães – Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no século XII*. Braga: Câmara municipal de Guimarães / Universidade do Minho.

- (2003) – “Ficha de inventário n.º 234 – Inscrição da Porta do Alfeição da Muralha de Tavira”, in *Tavira – Território e Poder* (catálogo de exposição). Tavira: Câmara municipal de Tavira.

CARRILHO, António Jorge Botelho (2003) – *O Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique: subsídios para a sua história*, tese de mestrado em Museologia apresentada na Universidade de Évora. Évora: edição do Autor (policopiado).

CORREIA, José Eduardo Horta (1997) – *Urbanismo e Poder na política pombalina*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

- (2010) – *O Algarve em Património*. Olhão: Gente singular editora.

CORREIA, Virgílio Hipólito da (2014) – “A escrita do Sudoeste da Península Ibérica: velhos dados, novas teorias e a sua importância para o estudo das antigas culturas hispânicas”, in *Portvgalia – Nova Série*, volume 35. Porto: Departamento de Ciências e técnicas do património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

COUTINHO, Valdemar (1997) – *Castelos, fortalezas e torres da região do Algarve*. Faro: Algarve em Foco editora.

ENCARNAÇÃO, José d’ (1988) – “Epigrafia em Portugal – ciência antiga, rumos novos”, in *Arqueologia – Publicação semestral do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto*. Porto: Grupo de Estudos arqueológicos do Porto.

- (1997) – *Introdução ao estudo da epigrafia latina*. Coimbra: Instituto de Arqueologia – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

FERNANDES, Carla Varela (2000) – *A igreja de Santa Maria do Castelo de Tavira*. Tavira: Câmara municipal de Tavira / Edições Colibri.

FERNANDES, Paulo Almeida (2003) – “Ficha de inventário n.º 169 – Lápide funerária do bispo Julianus”, in *Tavira – Território e Poder* (catálogo de exposição). Tavira: Museu municipal de Tavira.

FREITAS, Pedro de (1980) – *A alma de Loulé em livro*. Loulé: Câmara municipal de Loulé.

GIL GARCÍA, Eduardo (1995) – “Reflexiones acerca de escrituras expuestas en espacios públicos y privados”, in *Signo – Revista de Historia de la Cultura Escrita*, número 2. Alcalá de Henares: Universidade de Alcalá de Henares.

SANTIAGO FERNÁNDEZ, Javier de (2002) – “Inscripciones en lipsanotecas y tapas de altar catalanas de los siglos X-XII – su origen y función”, in *Signo – Revista de Historia de la Cultura Escrita*, número 10. Alcalá de Henares: Universidade de Alcalá de Henares.

SANTOS, Marco Sousa (2015) – “Vestígios da presença judaica no Algarve”, in *JAmagazine*, parte integrante do *Jornal do Algarve* n.º 3066. Vila Real de Santo António: Jornal do Algarve.

SOUSA, J.M. Cordeiro de (1983) – *Apontamentos de epigrafia portuguesa*. Coimbra: Instituto de Arqueologia - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Projecção documental de poderes: em torno das actas de vereação de Loulé (século XV)

Filipa Roldão

As actas de vereação de um concelho, no período medieval, consistem no registo escrito das deliberações resultantes das assembleias municipais, realizadas periodicamente, onde os oficiais concelhios e restante elite camarária debatiam os diversos assuntos atinentes ao município e aos seus habitantes¹. Apesar de presumirmos a ampla produção deste tipo de documentos no âmbito concelhio, a verdade é que o volume de actas de vereação medievais conservadas até hoje em arquivos municipais é escasso, constituindo-se a vila de Loulé como um caso particularmente relevante no panorama nacional². Com efeito, são deste núcleo urbano os mais antigos e mais numerosos testemunhos actualmente conhecidos de actas de vereação de um concelho medieval português³. As actas de vereação de Loulé encontram-se registadas em diversos códices, à guarda do Arquivo Municipal de Loulé, denominados livros das actas de vereação, os quais têm vindo a ser alvo de publicação, constituindo assim um corpo documental acessível aos historiadores⁴.

As actas de vereação sobre as quais incidiremos a nossa atenção correspondem aos anos de 1492 a 1495, e encontram-se conservadas num dos códices do arquivo municipal, à época denominado de “livro da câmara”⁵,

¹ Sobre o conceito de vereação e acta de vereação, veja-se COELHO, MAGALHÃES, 1986, COSTA, 1992 e COSTA, 2003.

² Cf. MARQUES, COELHO, HOMEM, 2000. Para um panorama mais alargado de fontes e estudos sobre a vila de Loulé, veja-se BOTÃO, 2010.

³ Cf. Encontram-se preservadas no Arquivo Municipal de Loulé as actas de vereação dos seguintes anos: 1384-85, 1392, 1394-96, 1402-04, 1408, 1468-70, 1481, 1487-88, 1488-89, 1492-95, 1496-97, 1503-04, 1504-05, 1509-11, 1513-17, 1521.

⁴ Cf. *Inventário*, 1992 e “Fontes” em Bibliografia. Sobre a composição dos livros de vereações medievais, veja-se COSTA, 2003: p. 82.

⁵ Cf. *Actas de vereação de Loulé. Século XV*, 2004. O código é composto por 122 fólios em papel, em mau estado de conservação. Sobre este código, veja-se a introdução feita à sua edição em DUARTE, 2004 e, ainda, DUARTE, 1995.

cuja autoria material pertence a Gonçalo Caeiro, escrivão da câmara da vila de Loulé⁶.

É sobre a totalidade deste livro quatrocentista da câmara de Loulé que procuraremos explorar o conceito que dá título a este estudo: a projecção documental de poderes⁷. Isto é, testar a possibilidade de entidades, dotadas de um poder instituído, se projectarem ou, por outras palavras, se manifestarem e exercerem a sua autoridade num documento escrito. Para tal é necessário que reconheçamos, à partida, dois axiomas: em primeiro lugar, que um documento é um espaço adequado e apto a que os poderes exerçam o seu domínio e se relacionem entre si; em segundo lugar, que os poderes detêm formas diversas, designadamente, materiais e textuais, de se manifestarem e se autodefinirem num acto escrito⁸.

Pela sua natureza e função, as actas de vereação constituem um espaço documental especialmente propício ao cruzamento de diferentes instituições ou entidades dotadas de poder, como o são, em primeiro lugar, o concelho – que aqui é a sua entidade produtora e a que lhe confere validade jurídica⁹ –, seguido de outros poderes intervenientes como o poder régio e os oficiais régios de actuação concelhia ou regional, e os próprios homens *bons* da vila, cujo estatuto e função lhes conferem uma especial visibilidade no interior do livro da câmara. Ao cristalizarem pela escrita discursos em assembleia, diligências administrativas e decisões colectivas sobre o quotidiano da vila, as actas de vereação evidenciam marcas formalizadas da intervenção dos poderes em presença.

As respostas que procuraremos dar à pergunta, que inevitavelmente se segue, constitui o cerne deste nosso estudo: que poderes se projectam ao longo do livro das actas de vereação da câmara dos anos de 1492 a 1495, e sob que formas pode essa presença ser apreendida pelo historiador?

⁶ Segundo carta régia de Novembro de 1492, insere neste livro da câmara, o nome de Gonçalo Caeiro, escudeiro e morador em Loulé, é indicado pelo rei para continuar a ocupar a escrivania da câmara de Loulé, assim como o ofício de escrivão dos órfãos, nos três anos subsequentes, tendo já ocupado estes cargos nos três anos anteriores – cf. *Actas de vereação de Loulé. Século XV*, 2004: p. 136 (doravante, apenas referido como *AVL*, 2004).

⁷ Sobre este conceito, veja-se ROLDÃO, 2011: pp. 100-106.

⁸ Veja-se, sobre este tema, VIGUEUR, 1982.

⁹ Veja-se, sobre este tema, COELHO, 2009. Para uma perspectiva internacional comparada sobre este tema, veja-se MARQUES, COELHO, HOMEM, 2000 e PREVENIER, 2000.

PROJEÇÃO DOCUMENTAL DE PODERES:

o concelho

O colectivo camarário de Loulé constitui-se como a entidade política cuja intervenção é mais evidente, ao longo do livro da câmara, sobretudo, pelas razões acima enunciadas: a produção e validação dos textos das actas de vereação. A projecção do seu poder é feita por marcas materiais, deixadas nos fólios do códice, e por marcas textuais que revelam, por um lado, a força do consenso colectivo e, por outro, conhecimento e aptidão no uso de práticas de escrita¹⁰.

Genericamente, reconhecem-se quatro apartados fundamentais na composição de uma acta de vereação: data e local da reunião, enunciação dos indivíduos nela intervenientes, assuntos debatidos e decisões tomadas, e, finalmente, a lista de assinaturas¹¹. Ora, são precisamente as assinaturas autógrafas dos intervenientes nas reuniões camarárias (restritas ou alargadas), abundantemente recorrentes no livro da câmara em estudo, que constituem marcas materiais do poder da elite governante do concelho, e também de outros indivíduos – como homens bons da vila, por exemplo – que aqui manifestam um poder de natureza documental – o seu poder signatário¹².

No entanto, é nos apartados dispositivos das actas que encontramos as marcas textuais mais evidentes da dimensão congregante das reuniões e do seu acordo colectivo. Expressões como *juntos por concelho apregoado*¹³ e *juntos fazendo vereamento*¹⁴ e *acordado por todos juntamente*¹⁵ são disso exemplos eloquentes, transportando para a escrita a força anímica do poder concelhio¹⁶. A leitura atenta do texto das actas que se segue às primeiras duas expressões enunciadas parece definir uma regularidade: as reuniões convocadas por concelho apregoado apresentam uma lista de intervenientes bem mais numerosada que as que encontramos nas reuniões em que se explicita que os intervenientes

¹⁰ Sobre este tema, veja-se o estudo para outro núcleo urbano, em ROLDÃO, 2013.

¹¹ Cf. COSTA, 1992: p. 41. Veja-se, da mesma autora, as regularidades encontradas para as actas de vereação do século XV, como as de Loulé, aqui em estudo, em contraste com o que se passa com as actas do século anterior – cf. COSTA, 2003: pp. 85-86.

¹² Sobre o acto de assinar e o seu alcance sócio-político em âmbito concelhio, veja-se ROLDÃO, 2011: pp. 176-179; e em âmbito mais alargado, veja-se SANTOS, 2004.

¹³ Cf. AVL, 2004: pp. 35, 53, 60, 84, 88, 95, 112, 116, 127, 133, 135, 180, 183, 184, 187, 199, 201.

¹⁴ Cf. AVL, 2004: pp. 40, 47, 58, 72, 82, 99, 119, 130, 138, 141, 157.

¹⁵ A expressão é abundantemente recorrente e pode ser colhida na quase totalidade das actas deste códice, com ligeiras alterações de formalização.

¹⁶ Sobre este tema, embora para o caso de outro núcleo urbano, veja-se ROLDÃO, 2011: pp. 133-146.

se encontram congregados para fazerem vereação¹⁷. Este facto, que parece recorrente no livro da câmara em análise, poderá significar reuniões distintas – umas mais alargadas, outras mais restritas –, com agendas e formas de tomadas de decisão igualmente diferenciadas¹⁸.

O poder concelhio aparece assim, sob diversas formas, cristalizado pela escrita. Contudo, cremos que é ainda possível apreendê-lo sob uma outra perspectiva: a do uso de práticas de escrita como forma de exercício da sua autoridade. Considerando que o nosso estudo incide sobre um livro da câmara, produzido e utilizado pelo concelho, parece-nos que esta fonte será particularmente eloquente para alcançarmos esta última perspectiva que aqui propomos.

Pierre Chastang, historiador exímio na análise e compreensão de cartulários urbanos medievais¹⁹, defende que o exercício do poder municipal impôs, naturalmente, práticas de escrita cada vez mais racionalizadas com vista à eficácia governativa. Na sua obra *La ville, le gouvernement et l'écrit à Montpellier (XIII-XIV siècles)*, o autor identifica quatro práticas de escrita que cumpriam esta função no interior de livros municipais: o acto de listar, o acto de inquirir, o acto de avaliar e, finalmente, o acto de comunicar²⁰.

Mutatis mutandis, procuraremos, de seguida, analisar o nosso livro da câmara de Loulé à luz deste enunciado conceptual e metodológico.

1. Listar:

As listas ou cadastros de bens móveis e imóveis, de dados de natureza financeira, de pessoas, de animais, e de tantos outros elementos, constituem uma forma de escrituração muito útil que se foi tornando cada vez mais comum nos códices camarários medievais²¹. Segundo alguns autores, tratava-se de um indício da existência de uma verdadeira “literacia pragmática” no interior da burocracia municipal, uma vez que estes elencos promoviam um maior controlo e melhor gestão e uso dos dados neles contidos²².

¹⁷ No primeiro caso, contámos quase sempre mais de uma dezena de indivíduos identificados (às vezes, até cerca de 40 ou 50 indivíduos) e ainda outros tantos não referenciados que se designam por *e muitos homens-bons e povo dessa vila*.

¹⁸ Esta constatação parece corroborar a hipótese lançada por Adelaide Millán da Costa, ainda que, ao contrário do ponto de análise aqui proposto – a lista inicial de indivíduos presentes –, a autora assente a sua observação no volume de assinaturas. Cf. COSTA, 2003: pp. 85-86.

¹⁹ Cf. CHASTANG, 2006.

²⁰ Cf. CHASTANG, 2013: pp. 277-418.

²¹ Cf. o caso de Évora em ROLDÃO, 2011: pp. 147-149.

²² Cf. LANGELI, 2014; MOSTERT, 2005.

Ao longo do códice em estudo, deparámo-nos com doze listas de dados (abaixo, apresentadas), onde podemos encontrar, sobretudo, listas de nomes de pessoas que desempenhavam ofícios camarários ou outros cargos com funções bem específicas na vila. Deve-se aqui conceder lugar de destaque às longas listas de quadrilheiros, organizadas pelas ruas em que estes superintendiam, nas quais, para além dos chefes de quadrilha se indicam os nomes e as profissões dos homens que formavam as quadrilhas²³. Estas listas não só permitiam identificar facilmente estes homens e interpelá-los, como conferiam uma ideia sistematizada da distribuição dos mesmos pelas ruas da vila, revelando dados úteis para o conhecimento da composição socioprofissional e topográfica da vila²⁴.

Listas	AVL, 2004: pp.
Quadrilheiros e vintaneiros	36
Almotacés e escrivães	38-40
Lavradores do reguengo de Quarteira	98-99
Eleição de oficiais	101
Homens do alcaide	103
Besteiros do monte	111-112
Almotacés e escrivães	121-123
Donos de vacas	125-126
Quadrilheiros I	129
Quadrilheiros II	158-167
Quadrilheiros III	168-177
Objectos recebidos pelo alcaide mor	179-180

Identificação das listagens presentes no Livro da Câmara de Loulé, 1492-1495.

2. Inquirir:

O acto de perguntar ou de procurar saber algo pela interpelação de homens, cujo estatuto, função, conhecimento ou memória poderão influenciar a tomada de uma decisão por uma entidade, no exercício do seu poder, constitui, provavelmente, uma das mais ancestrais práticas no decorrer de um processo decisório judicial ou extrajudicial. A inquirição torna-se, em si mesma, uma verdadeira forma de governação por parte dos poderes políticos no período medieval.

²³ Cf., sobretudo, AVL, 2004: pp. 158-167 e 168-177.

²⁴ Atente-se no seguinte exemplo: "Codrilheiros da rua de Sam Domingos Fernam Vaasquez Colaço e Joham de Leiria sapateiro serviram com eles estes que se seguem. Item (...)", AVL, 2004: p. 163.

Vejamos, de seguida, dois casos distintos de actos de inquirir que são recorrentes no texto das actas de vereação em estudo.

Primeiramente, atentemos no exemplo que se segue, no momento em que o colectivo municipal recebe uma carta do concelho de Silves sobre o arrendamento das alfândegas do Reino do Algarve: “(...) A qual carta vista pellos dictos juizes e officiaees mandaram a mim escripvm que perguntasse per vozes cada hum per sy o que lhe dello parecia. E eu escripvm em comprimento do mandado dos dictos juizes e hoficiaees perguntei todos per suas vozes e foi acordado per todos juntamente que (...)”²⁵.

Ao escrivão da câmara coube questionar os membros presentes na reunião convocada por “concelho apregoado” sobre o pedido que o concelho de Silves dirigia a Loulé no sentido de suspenderem o arrendamento da alfândega. O escrivão perguntou a “todos per suas vozes”, individualmente, qual a opinião, chegando todos, em seguida, a um consenso²⁶. O procedimento de “perguntar por vozes”²⁷ ou “tomar as vozes”²⁸ parece consistir um momento central no decurso da assembleia camarária, uma vez que é dele que resulta o ulterior consenso e tomada de decisão colectivos. Neste caso, recorrente no âmbito das assembleias camarárias, o acto de inquirir revela a dimensão colectiva e unitária do poder municipal, e é, em parte, o sustentáculo das suas decisões políticas.

Por outro lado, outros indícios de actos de inquirir colhemos ainda nas actas destas vereações de Loulé. Atente-se no seguinte exemplo: “(...) estando hii o dicto corregedor loguo per elle foi dicto a mim escripvm que escrepvesse como elle com os officiaees da dicta villa e outros homens boons della a requerimento de Francisco Eanes da Ponte e Lourenço Gonçallvez Navaro moradores em a dicta villa foram ver huua contenda que entre ambos avia sobre os caminhos e serventias do Concelho que sam a lagoa de Melivras terma da dicta cidade. E por(...) visto per elle corregedor e officiaees e

²⁵ Cf. AVL, 2004: p. 181. A carta em questão não se encontra transcrita, é apenas referida como tendo sido lida.

²⁶ Uma vez que a acta refere mais de quarenta pessoas presentes nesta assembleia, é de presumir que a pergunta sobre se concordavam ou não com o pedido da vila de Silves não tenha sido feita individualmente; provavelmente, com a expressão “cada hum per sy” se queira dizer que qualquer uma dessas pessoas poderia ter dado a sua opinião, e não necessariamente que foram individualmente auscultadas.

²⁷ Cf. mais exemplos em AVL, 2004: pp. 85, 128, 134, 137, 183, 185, 200.

²⁸ Cf., por exemplo, AVL, 2004: pp. 49, 55, 61, 97, 142,

por ser cousa antiga mandou chamar certos homens velhos e antigos e (...) lhe fez pergunta (...)”²⁹.

Neste caso, o acto de inquirir surge como forma de adquirir conhecimento sobre um conflito, que o concelho é chamado a dirimir, quer como parte interessada, uma vez que também eram propriedades suas, quer como instância de poder decisório.

3. Avaliar:

O episódio acima relatado serve-nos de ponto de partida para compreendermos o acto de avaliar, levado a cabo por oficiais da administração concelhia, com vista à tomada de uma decisão. A avaliação poderia presupor algum tipo de especialização de conhecimentos – por exemplo, em matérias de Direito – ou basear-se na experimentação, na memória colectiva ou no reconhecimento da validade da palavra de terceiros.

Atentemos em dois outros exemplos, semelhantes ao anterior: “(...) pelo dicto Vasco Pousado foi dicto aos juizes e oficiaees que bem sabiam que lhes ja per muitas vezes requerera que fossem a orta d’El Rey que lhe tinham arrendada e lhe mandassem correger huum portal (...). E visto pellos dictos juizes e oficiaees ho dizer e pedir do dicto Vasco Pousado foram loguo aa dicta ortam e viram ho portal (...)”³⁰; “(...) perante elles pareceo Mem Gonçallvez morador em a mesma e logo per elle foi dicto aos dictos juizes e oficiaees como bem sabiam como ja por muitas vezes elle e outros se foram queixar de Mem Rodriguez tabeliam de huua serventia do concelho (...). E os dictos juizes e oficiaees visto seu requerimento tanto que ha camara foi acabada foram ver a dicta serventia (...)”³¹.

Em qualquer dos casos relatados, no decurso de uma sessão de vereação, os juizes e oficiais do concelho decidiram, a pedido, deslocar-se ao local onde havia um conflito, com o intuito de verificarem, quer por observação directa, quer pelo testemunho de terceiros, o que se passava, e, assim, tomarem uma decisão a acordar com as restantes partes interessadas. A fixação por escrito do desenrolar dos factos, pela ordem em que se sucederam, e dos contributos dados pelos diferentes intervenientes, promovia uma legitimidade reforçada à decisão concelhia. Ou, por outras palavras, uma forma irrefutável e bem fundamentada de exercício do poder concelhio.

²⁹ Cf. AVL, 2004: pp. 78-79.

³⁰ Cf. AVL, 2004: pp. 56-57.

³¹ Cf. AVL, 2004: pp. 82-83.

4. Comunicar:

O acto de comunicar é, provavelmente, a mais eficaz ferramenta de exercício de um poder. Por acto de comunicar entendemos a circulação de informação, que poderá adquirir uma forma oral ou escrita³². No códice em estudo, encontramos diferentes formas de comunicação, promovidas pelo concelho. Em primeiro lugar, podemos afirmar que a fixação por escrito dos acontecimentos ocorridos numa assembleia camarária – a acta de vereação – é, em si mesma, uma forma de comunicação. O escrivão da câmara, Gonçalo Caeiro, procurava fazer um relato tão completo quanto possível do decurso das reuniões, identificando os intervenientes e as suas acções, pondo em discurso indirecto os seus diálogos, e coligindo decisões e acordos. Os oficiais concelhios pediam ao escrivão que escrevesse o que se passava nas reuniões e os seus resultados, assim como pediam que publicasse – ou, por outras palavras, que pela cópia fiel tornasse público – documentos escritos, emanados de outras instâncias de poder, como a régia, que eram lidos e apresentados no decorrer das assembleias³³. O registo escrito da reunião camarária em códice, onde se apunham elementos de validação irrefutáveis, como as assinaturas autógrafas dos intervenientes, promovia comunicação política e preservação da memória administrativa do concelho.

Por outro lado, o códice em estudo evidencia formas de comunicação oral basilares na construção da legitimidade política concelhia. Referimo-nos, especificamente, ao pregão, e às suas funções essenciais: informar e congregar. A cargo muitas vezes do porteiro do concelho, o pregão era, por um lado, uma das formas de chamar os oficiais e os demais intervenientes ao local onde iriam decorrer as assembleias camarárias³⁴, e, por outro, o modo de anúncio público das decisões concelhias ou de decisões da administração régia e régia periférica com incidência na vila de Loulé³⁵. O escrivão da câmara registou *in extensum* alguns dos pregões que deveriam ser ditos, em voz alta, na praça principal da vila, como este, que se segue: “E pera ha todos ser notorio mandaram loguo dar hum pregom na praça da viilla o

³² Sobre comunicações nos concelhos medievais portugueses, veja-se COELHO, 2001 e COELHO, 2015.

³³ Os próprios documentos régios poderiam já conter essa ordem de anúncio, como se comprova pelo seguinte exemplo: “Da qual ordenaçam per nos [rei] facta por a todos viir em noticia vos mandamos que ha pobriquues e façaes ler e pobricar em vossas audiências e a mandees registar em os livros da camara (...)” – AVL, 2004: p. 68.

³⁴ Veja-se a expressão, acima explicitada, “juntos por concelho apregoado”.

³⁵ Cf. AVL, 2004: pp. 36-38, 43, 59, 103-105, 124, 132, 167.

qual dizia asy – Ouvide mandado d’El Rei nosso senhor que nenhuma pessoa non seja tam ousado de qualquer estado e condiçam que seja que saia a nenhum aroido nem volla que se alevante no lugar onde elle estiver salvo aquelles que forem escritos no rooll das codrilhas e esto so pena de ser degradado hum ano pera Cepta. – O qual pregom foi dado per Antam Lopez porteiro do Concelho perante mim escripvam (...).”³⁶. Noutras circunstâncias, o pregão era um auxiliar à arrematação de bens e direitos do concelho, como nos testemunha alguns dos documentos do livro da câmara³⁷.

Quer no registo escrito de formas de comunicação oral, quer na redação dos livros da câmara, comunicar parece ser um acto de simbiose entre emissor e destinatário, onde se cruzam poderes e se engendra o governo da vila.

PROJEÇÃO DOCUMENTAL DE PODERES: o rei e outros agentes

A presença do poder régio nos livros da câmara de um concelho é recorrente, quer pela incidência dos oficiais régios de actuação concelhia e regional na administração municipal, quer pela inevitável transposição para esses documentos de uma ordem jurídica e governativa que é imposta de cima para baixo, isto é, do rei às demais sociedades políticas do Reino.

No livro da câmara de Loulé, em estudo, a forma mais evidente de percepção do poder régio é a transcrição de diplomas régios enviados ao concelho nos fólhos do códice³⁸. O registo desses documentos é, na maior parte dos casos, uma exigência do próprio diploma³⁹, sobretudo pela premência dos assuntos nele contidos e pela necessidade de conhecimento e divulgação do mesmo⁴⁰.

No quadro que se encontra em anexo, coligimos os diplomas régios transcritos *in extensum* no livro da câmara em estudo. Contabilizámos um total de dezanove cartas régias.

Os diplomas régios em causa destinavam-se a diferentes entidades e agentes: às vilas do Reino, à vila

³⁶ Cf. AVL, 2004: p. 167. Neste caso, trata-se de salvar que apenas os homens inscritos nos róis das quadrilhas possam exercer as funções que nela se cumprem. Veja-se, igualmente, a transcrição para o livro da câmara de outros pregões a páginas 103-105 e 167.

³⁷ Cf., a título de exemplo, AVL, 2004: pp. 193-194.

³⁸ Sobre este tema, embora no caso de outro núcleo urbano, veja-se ROLDÃO, 2011: pp. 110-128.

³⁹ Cf. AVL, 2004: pp. 62-64, 67, 123-124, 153-157, 181, 186-187.

⁴⁰ Em alguns documentos, faz-se menção de que foram dados em pregão pelas ruas da vila, igualmente por imposição régia. Cf. AVL, 2004: pp. 123-124, 181, 186-187.

de Loulé, especificamente, com menção expressa ao colectivo concelhio ou a apenas alguns dos seus oficiais, e ainda a oficiais da administração régia periférica – como o corregedor da comarca do Algarve, entre outros. As decisões emanadas destes diplomas interessavam, naturalmente, à vila de Loulé, em primeira mão, incidindo em áreas tão distintas como actividades comerciais e fiscalidade, defesa, ordem pública e ocupação de ofícios concelhios. Os diplomas régios eram, tipicamente, trazidos às reuniões camarárias por um oficial concelhio ou régio que pedia ao escrivão da câmara que os lesse, em voz alta, e os transcrevesse, de seguida, no livro da câmara. Noutros casos, o diploma régio era levado até à presença do escrivão para que fosse transcrito no mesmo livro, diante de um conjunto restrito da elite louletana. Em qualquer dos casos, a leitura pública do diploma na reunião camarária e o registo no livro da câmara transportavam a *auctoritas* régia para o interior da esfera municipal.

No entanto, a inclusão nos livros da câmara de documentos enviados ao concelho não é exclusiva da ordem régia de poderes. Outras entidades dirigiram-se, por escrito, ao concelho de Loulé, e as suas missivas foram transcritas no livro da câmara em estudo⁴¹. O corregedor da comarca do Algarve, homens do conselho do rei, concelhos vizinhos, como Faro ou Silves, e ainda a condessa de Loulé constituem alguns dos emissores de actos escritos enviados ao concelho, onde, sob acordo de todos, se transcreveram os seus conteúdos no livro da câmara. A razão para tal pode buscar-se nos assuntos tratados que interessavam à vila, e compunham um elo relevante de comunicação em temas tão prementes quanto a ocupação de ofícios na administração municipal ou as actividades comerciais.

O tempo das comunicações que mediava entre a emanação de um diploma régio dirigido a um concelho e a sua recepção pelo mesmo tem sido um tema abordado pela historiografia medieval⁴². No quadro que apresentamos em anexo, colocámos as datas de produção do documento emitido e as datas de transcrição do mesmo no livro da câmara. Salvo algumas imprecisões que não podemos decifrar⁴³, verificámos que o tempo médio estimado para um documento régio

⁴¹ Contabilizámos doze documentos. Cf. Anexo.

⁴² Cf., entre outros, DIAS, 1988 e COELHO, 2001.

⁴³ Estão indicadas com (?), e dizem respeito ou a imprecisões na edição dos documentos, dado o estado muito degradado do códice, ou a documentos que foram mostrados em sessões de vereação cuja data não se encontra explicitada. Nestes casos, colocámos a data da última sessão de vereação referida.

emitido ser transcrito no livro da câmara é de cerca de 2 a 3 meses, sendo que encontrámos casos mais céleres (apenas dezanove dias) ou mais estendidos no tempo. Os documentos não régios transcritos no livro da câmara tendem a indicar um menor intervalo de tempo entre a sua produção e a recepção concelhia.

ALGUMAS NOTAS FINAIS

“Percorrer as *Vereações* é, antes de mais, fazer uma incursão no tempo: tempo de produção da própria fonte, tempos intrínsecos ao exercício do poder, tempos de eficácia do alcance das decisões mas também um tempo que se regula como sagrado”.⁴⁴

Considerando a pertinência desta afirmação, é possível concluir que as actas de vereação de um concelho corporizam um processo dilatado no tempo de sucessivas etapas e diferentes intervenientes. Os diferentes tempos que as actas encerram são também tempos de diferentes poderes que se cruzaram na tomada de decisões e na sua concretização *in loco*. Nos diferentes espaços onde se realizaram as reuniões camarárias na vila de Loulé⁴⁵, bem como nos locais onde os decisores municipais avaliaram conflitos, ou nas praças e ruas da vila onde se leram e deram em pregão as decisões municipais e tantas ordens régias, e, em suma, nos livros da câmara, os poderes em presença na vila projectaram a sua autoridade, relacionaram-se e definiram posições de domínio.

⁴⁴ Cf. COSTA, 1992: p. 45.

⁴⁵ Sobre o tema, globalmente, veja-se CAETANO, 2011. Segue-se o elenco dos locais onde se realizaram as reuniões camarárias em Loulé, nos anos em estudo: nos paços do concelho (AVL, 2004: pp. 35, 50, 52, 53, 56, 58, 84, 88, 95, 100, 112, 128, 133, 134, 135, 141, 147, 151, 180, 183, 184, 187, 199), na câmara do concelho (AVL, 2004: pp. 40, 47, 72, 99, 114, 130, 138, 157), no alpendre da praça (AVL, 2004: pp. 44, 48, 60, 66, 71, 102, 105, 114, 127, 144, 167, 193, 194, 195, 196), no alpendre do concelho (AVL, 2004: pp. 37, 82), nas casas de Rui Peleja, escudeiro, morador (AVL, 2004: p. 42), nas casas do escrivão e tabelião (AVL, 2004: pp. 45, 55, 93, 197), nas pousadas de Vasco Pereira, cavaleiro e corregedor (AVL, 2004: pp. 64, 70, 73, 78), à porta da judiaria velha (AVL, 2004: p. 68), na Igreja de S. Clemente (AVL, 2004: pp. 86, 143), à porta do postigo da vila (AVL, 2004: p. 123), nas casas de morada de Rui Lourenço de Saria, cavaleiro e juiz ordinário (AVL, 2004: p. 132), nas casas de João Rodrigues de Ataíde, juiz ordinário (AVL, 2004: pp. 153, 177, 178, 186), à porta da vila em a pedra e prisão e cadeia (AVL, 2004: p. 179).

ANEXO:

Documentos transcritos no livro de vereações de Loulé de 1492-1495:

Entidade Emissora	Destinatário	Assunto	Datação do documento	Data da cópia	AVL, 2004: pp.
	Juízes, vereadores, procurador e homens bons e oficiais dos dinheiros dos cem mil cruzados	Construção de cadeias para presos	Lisboa, 26.04.1492	11.08.1492	48-49
	Diogo Mendes, cavaleiro da casa do rei e contador dos resíduos	Rendas	Lisboa, 29.06.1492	28.09.1492	56
	Vasco Pereira, cavaleiro e corregedor do Reino do Algarve	Privilégios a judeus	Lisboa, 24.10.1492	4.11.1492(?)	62-64
	Corregedor na comarca e correição do Reino do Algarve	Bestas	Lisboa, 00.11.1492	14.11.1492	67
Rei	Juízes públicos, oficiais e homens bons	Construção de cadeias para presos	Almeirim, 03.01.1493	17.02.1493	85
	Alcaides, juízes, vereador, procurador povo	Reparação e construção de estruturas defensivas	Alhos Vedros, 24.11.1492	22.02.1493	87-88
	Juízes, vereadores, procurador e homens bons	Ocupação do ofício de juiz dos órfãos	Lisboa, 28.01.1493	12.03.1493	96-97
	Corregedores, ouvidores, juízes e outros oficiais	Besteiros	Almeirim, 29.12.1492	2.06.1493	105-106
	Juízes, justiças, alcaides das sacas de todas as vilas e lugares de fronteira no Algarve	Conversos	Torres Vedras, 05.07.1493	24.07.1493	123-124
	Diogo Mendes, cavaleiro da casa do rei e contador dos resíduos	Dinheiros do concelho	Torres Vedras, 06.05.1493	24.07.1493	126-127
	Juízes, vereadores, procurador e homens bons	Ocupação do ofício de escrivão da câmara	Lisboa, 15.11.1492	12.01.1494	136
	Diogo Mendes, cavaleiro do rei e contador das terças no Reino do Algarve	Pagamentos devidos pelo concelho	Lavradio, 26.11.1492	18.01.1494	139-140
	Diogo Mendes, cavaleiro do rei e contador das terças e resíduos do Reino do Algarve	Pagamentos devidos pelo concelho	Torres Vedras, 12.09.1493	18.01.1494	140-141

	Juízes, vereadores, procurador e homens bons	Ocupação do ofício no almoxarifado	S i n t r a , 10.10.1493	19.04.1494(?)	148-149
	“a quantos este alvará virem”	Informação ao feitor da Casa da Mina	Almeirim, 24.04.1494	19.04.1494(?)	150-151
	Corregedores, juízes, justiças, vereadores, procuradores, concelhos, homens bons, etc	Defesa urbana	F a r o , 21.11.1494	7.11.1494(?)	153-157
	“a quantos este alvará virem”	Escravos brancos	É v o r a , 26.11.1494	10.12.1494	181
	Alcaides das sacas dos portos de mar e terra e outros oficiais	Trigo e cevada trazidos de fora	É v o r a , 19.12.1494	7.01.1495	186-187
	Juízes, vereadores, procurador e homens bons	Ocupação do ofício de escrivão da câmara	É v o r a , 12.11.1494	25.01.1495	190
Vasco Pereira, cavaleiro do rei e corregedor do Algarve	Juízes da vila de Loulé	Ocupação do ofício de alcaide	L o u l é , 27.06/07.1492	30.00.1492(?)	41
Concelho de Faro	Juízes, oficiais, fidalgos, cavaleiros, escudeiros e povo de Loulé	Mercadores da fruta	08.09.1492	9.09.1492	54-55
Martim Velho, procurador do concelho da vila de Loulé	Juízes e oficiais da vila de Loulé	Ocupação do ofício de escrivão dos órfãos	(?)	24.02.1493	89-88
Corregedor	Honrados amigos	Ocupação do ofício de vereadores	14.06.1493	18.06.1493	115
D. João de Meneses do conselho do rei e seu mordomo mor	Juízes e oficiais da vila de Loulé	Ocupação de ofício de escrivão da câmara	30.12.1493	12.01.1494	136-137
Vasco Pereira, corregedor	Juízes, vereadores e procurador	Medidas de vinho	(?)	3.02.1494	146
Juízes, oficiais e homens bons de Silves	Juízes, oficiais e homens bons do Algarve	Dinheiros do almoxarifado	S i l v e s , 17.02.1493	19.04.1494	148-149
Diogo de Barros do conselho do rei, adail mor e contador	Todos os juízes e oficiais no Reino do Algarve	Dinheiros do almoxarifado	E s t o i , 28.03.1493	19.04.1494	149

Diogo Mendes Correia, contador das obras pelo rei	Procuradores da cidade de Silves e vilas do Algarve	Pagamento ao meirinho	L a g o s , 4.11.1494	(antes de 8.11.1494)	157
D. Rodrigo de Castro, do conselho do rei e assistente nas comarcas de Entre Tejo e Odiana e no Reino do Algarve	“a quantos este alvará (do rei) virem”	Traslado de diploma régio	Tavira, 8.12.1494	10.12.1494	181-182
Juízes e oficiais de Silves	Juízes e oficiais de Loulé	Alfândega e medidas	S i l v e s , 16.12.1494	18.12.1494	184-185
Condessa de Loulé	Fidalgos, cavaleiros, escudeiros e povo miúdo	Ocupação de ofício de ouvidor	L e i r i a , 9.12.1494	18.12.1494	185

BIBLIOGRAFIA:**Fontes:**

Actas de vereação de Loulé. Século XV. Suplemento de Al'-ulyã. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, nº 10, 2004.

Actas das Vereações de Loulé, Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 1984.

Actas das Vereações de Loulé. Séculos XIV e XV. Separata de Al'-ulyã. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 7, 1999-2000.

Actas das Vereações de Loulé. Séculos XVI. Suplemento de Al'-ulyã. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, nº 14, 2014.

Estudos:

BOTÃO, Fátima (2010) – *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval: o caso de Loulé*. Lisboa: Caleidoscópico.

CAETANO, Carlos Manuel Ferreira (2011) – *As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a monumentalização do poder local: (séculos XIV a XVIII)*. 2 vols. Tese de doutoramento. Lisboa: FCSH-Universidade Nova de Lisboa. Exemplar policopiado.

CHASTANG, Pierre (2006) – « Cartulaires, cartularisation et scripturalité médiévale: la structuration d'un nouveau champ de recherche », *Cahiers de Civilisation Médiévale*, 49, pp. 21-32.

CHASTANG, Pierre (2013) – *La ville, le gouvernement et l'écrit à Montpellier (XIIIe-XIVe siècles). Essai d'histoire sociale*, Paris: Publications de la Sorbonne.

COELHO, Maria Helena da Cruz, MAGALHÃES, Joaquim Romero (1986) – *O Poder concelhio. Das Origens as Cortes Constituintes*. Coimbra: Edição do Centro de Estudos e Formação Autárquica.

COELHO, Maria Helena da Cruz (2001) – «A rede de comunicações concelhias nos séculos XIV e XV», *As comunicações na Idade Média*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, pp. 64-101.

COELHO, Maria Helena da Cruz (2009) – “Considerações em torno das Chancelarias Municipais”, *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópico, pp. 165-172.

COELHO, Maria Helena da Cruz (2015) – “A escrita no mundo urbano”, *História (São Paulo)*, nº 34. São Paulo: UNESP, pp. 16-34.

COSTA, Adelaide Millán da (1992) – “Uma Fonte, um Universo: Vereações e Mundo Urbano”, *Penélope. Fazer e desfazer a História*, nº 7, Lisboa, pp. 35-47.

COSTA, Adelaide Millán da (2003) – “As actas camarárias da Idade Média: questões em aberto”, *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, vol. I, Porto: Livraria Civilização Editora, pp. 81-86.

DIAS, João Alves (1988) – “A comunicação entre o poder central e o poder local. A difusão de uma lei em 1532”, *Estudos de História Moderna*. Lisboa: Edições Presença.

DUARTE, Luís Miguel (1995) – “Documentação medieval e moderna recentemente incorporada no Arquivo Histórico de Loulé”, *Revista de História*, vol. 13. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, pp. 69-74.

DUARTE, Luís Miguel (2004) – “Portugal visto de Loulé. 1492-1497”, *Actas de Vereação de Loulé. Século XV. Suplemento de Al'-ulyã. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, nº 10, pp. 9-33.

Inventário do Arquivo Histórico Municipal de Loulé. Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 1992.

LANGELI, Attilio Bartoli (2004) – «Stategie documentaire. La documentazione in registro come strumento di governo», LANGELI, Attilio Bartoli et alii, *Il Governo della città. Modelli e pratiche (secoli XIII-XVIII)*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, pp. 93-102.

MARQUES, José, COELHO, Maria Helena da Cruz, HOMEM, Armando Luís de Carvalho (2000) – “*Diplomatique municipale portugaise (XIIIe-XVe siècles)*”, PREVENIER, Walter e HEMPTINNE, Th. de (ed.), *La Diplomatique Urbaine en Europe au Moyen Âge. Actes du congrès de la Commission Internationale de Diplomatique*. Leuven Apeldoorn: Garant, pp. 281-306.

MOSTERT, Marco (2005) – «Communication, literacy and the development of early modern society», *Comunicare e significare nell'alto Medioevo*. Spoleto: Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, pp. 29-55.

PREVENIER, Walter (2000) – «La production et la conservation des actes urbains dans l'Europe médiévale», **PREVENIER, Walter** e **HEMPTINNE, Th. de** (ed.), *La Diplomatie Urbaine en Europe au Moyen Âge. Actes du congrès de la Commission Internationale de Diplomatie*. Leuven Apeldoorn: Garant, pp. 559-570.

ROLDÃO, Filipa (2011) – *A memória da cidade. Administração urbana e práticas de escrita em Évora (1415-1536)*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa. Exemplar policopiado(<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4858>).

ROLDÃO, Filipa (2013) – “La culture écrite et les pouvoirs urbains. Les archives d’une ville portugaise au XV^e siècle: le cas d’Évora”, **ANDRADE, Amélia Aguiar de**, **COSTA, Adelaide Millán** (eds.), *La ville Médiévale en débat*. Lisboa: IEM, pp.157-165.

SANTOS, Maria José Azevedo (2004) – *Assina quem sabe e lê quem pode*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

VIGUEUR, Jean-Claude Maire (1982) – «Forma di governo e forme documentarie nella città comunale», *Francesco d’Assisi. Documenti e Archivi. Codici e Biblioteche. Miniature*. Milano: Electa, pp. 59-66.

Samuel Gacon, um editor do Talmud, com os olhos postos no Oriente

(a edição de Faro do Pentateuco, de Junho de 1487, no contexto da História da Imprensa incunabular hebraica portuguesa)

Manuel Cadafaz de Matos¹

Ao Dr. Alberto Iria (27-XII-1909 - 24-II-1992), no 25.º aniversário sobre o seu desaparecimento

I1

PENTATEUCO E A EDIÇÃO DE 1487

1. A EDIÇÃO DO TALMUD E A IMPRENSA EM PORTUGAL TEVE AS SUAS ORIGENS EM FARO

Falamos sobre a edição do mais antigo livro impresso (até agora conhecido) no nosso país, ainda em língua hebraica, em 30 de Junho de 1987². Trata-se da obra *Tora* [*Pentateuco*], e a sua impressão ficou a dever-se a Samuel Gacon [leia-se Samuel Porteiro] que, na sua oficina tipográfica de Faro editou, no último quartel do século XV, pelo menos, mais dois tratados, ambos com comentários de Rashi³ – e incorporadas num mesmo volume do *Talmud*, dito babilónico: *Guitin* [Tratado do Divórcio] e *Shevu'ot* [Tratado dos Juramentos] (1492?).

O cólofon daquela edição do *Torah* dá-nos a data precisa do final da composição da obra: “Acabou-se aqui em Faro, a 9 do mês de Ramuz, no *ano Feliz do justo, que gozará o fruto das suas obras!* [Isaías, 3, 10, i.e., 247 = 30 de Junho de 1487], por ordem do nobre e alto Dom Samuel Gacon⁴. Que o seu Criador e Redentor o proteja”⁵.

¹ Não se segue aqui, no presente estudo, o Acordo Ortográfico.

² A passagem desta data, em relação à História da Imprensa portuguesa, foi assinalada, fundamentalmente, com a criação, por parte do Estado português, de uma Comissão para as Comemorações do Quinto Centenário do Livro Impresso, presidida pelo Prof. Doutor José V. de Pina Martins. A mesma data motivou o aparecimento, na imprensa escrita, de alguns artigos. Cfr. MATOS, Manuel Cadafaz de, (1987 a; b), p. 25; pp. 6-7.

³ Rashi, isto é, Salomão ben Isaac, que viveu entre 1040 e 1105.

⁴ Ver-se-á, adiante, o significado de *Porteiro*, quer a um nível de comunidade cristã, quer a nível de comunidade judaica.

⁵ ANSELMO, Artur, (1981), pp. 427-428.

O *Pentateuco* é, efectivamente, o mais antigo livro que se conhece impresso em Portugal. O *Sacramental* [de 1488?], de Sanchez de Vercial⁶ – que em 1988 estudámos na Biblioteca do Rio de Janeiro⁷ –, bem como o *Tratado de Confissom*, cuja edição [de 1489] em boa hora foi descoberta e (inicialmente) dada a conhecer através das páginas do *Diário de Notícias*⁸, foram dados ao prelo, como se viu, não muitos meses depois.

Enquanto o *Sacramental* e o *Tratado de Confissom* são obras em língua portuguesa, o *Pentateuco*, produto saído de uma das (porventura primeiras) tipografias hebraico-portuguesas implantadas neste recanto da península, é impresso com caracteres hebraicos⁹. Ele materializa – e é testemunho – (d)esse apego judaico à arte tipográfica, designadamente em Portugal. Dá conta do significado da preservação, em documentos escritos, da Lei do Talmud, de forma a que a *palavra* dos antigos sábios pudesse, ininterruptamente, ser transmitida de pais para filhos ao longo dos tempos, de sucessivas gerações.

O único exemplar que hoje se conhece deste *Pentateuco* (de Faro), encontra-se depositado na British Library, em Londres. É o primeiro grande marco da implantação das artes tipográficas hebraicas no nosso país no século XV.

2. DAS PRIMÍCIAS DA ACÇÃO TIPOGRÁFICA NA EUROPA À VIGILÂNCIA CENSÓRIA

Vejamos, assim, como se implanta a Tipografia em Portugal – tarefa em que desempenham inicialmente um papel primordial os Judeus – e como daí até à publicação do primeiro incunábulo (em caracteres hebraicos) na cidade de Faro, vai apenas um passo.

As artes tipográficas tornaram-se, logo a partir dos alvares da imprensa no século XV, tanto servidoras como “inimigas” da acção expansionista da Igreja. Por um lado, graças aos avanços registados nas artes tipográficas (que com Gutenberg haviam conhecido, entre 1440 e 1450, a *descoberta* dos caracteres móveis), passaram-se a editar obras de carácter bíblico em profusão. Mas foi também graças a essa mesma imprensa que os inimigos

⁶ HORCH, Rosemarie Erika (1956), pp. 283-285.

⁷ Rosemarie Erika Horch, na sequência das pesquisas que desenvolveu nesta biblioteca brasileira em particular durante a preparação do *catálogo* (referido na nota anterior) – escreveu um artigo para a revista *Prelo*, da Imprensa Nacional (Lisboa), onde defende tratar-se do mais antigo livro impresso em linguagem portuguesa.

⁸ *Diário de Notícias* de 25 de Maio, de 1965. Oito anos depois Pina Martins veio a editar, em fac-símile, o *Tratado de Confissom*.

⁹ Continua hoje a desconhecer-se qual a oficina de fundição em que foram produzidos os caracteres hebraicos utilizados em Faro por Samuel Gacon.

da própria Igreja, os autores *hereses* por assim dizer, passaram também a ser divulgados sem limite.

Essa foi uma das primeiras razões por que, para a Igreja como sólido suporte do poder instituído – importava agir taxativamente nesse sentido. Impunha-se coagir aqueles autores, cujos métodos abusivos e prevaricadores, postos ao serviço da interpretação dos textos sagrados, punham a própria Igreja (e os seus dogmas) em risco. Era essa a função da censura, instituída no nosso país muito antes da implantação do Tribunal do Santo Ofício, e cuja acção já remonta – senão mesmo antes – à terceira década do século XIV, ao final do reinado de D. Dinis¹⁰.

No caso concreto Portugal, situa-se já em 1324 (pelo menos) a primeira manifestação de defesa da Igreja e do poder instituído contra os vários perigos que os afrontavam ou contra esses ditos hereges. A *censura pré-inquisitorial* e a *censura inquisitorial*, depois, actuam, assim, cumprindo a “piedosa missão” para que foram criadas, salvaguardando os interesses da Igreja, antes de mais, e em sua consequência os interesses (aparentes?) da colectividade.

Pelo que se depreende de abalizados estudos sobre a censura levados a cabo por António Baião ou I. S. Revah, uma das motivações imediatas, para a reorganização da actividade censória fora em meados do século XV aquela *descoberta* de Gutenberg.

Autores como Henri-Jean Martin, Roger Chartier, José V. de Pina Martins e Artur Anselmo têm-se questionado em França e em Portugal, quer sobre a data efectiva da implantação das primeiras oficinas tipográficas na Europa Central, quer sobre as primeiras que passaram a actuar em Portugal.

Desde os anos cinquenta e sessenta do século XV, principiaram, com efeito, a proliferar as mais variadas oficinas tipográficas por toda a Europa, designadamente na Península Ibérica. E a Igreja, zelosamente militante pela preservação dos dogmas do Cristianismo, não só vigiava com atento rigor – graças à sua apertada máquina censória – a produção dita *herética* como, mais do que isso, sempre que podia mandava queimar tais obras como os seus próprios autores, em pessoa ou em efígie. E isso passava-se pela via da teatralização religiosa, a encenação do auto-de-fé, incentivando as populações anónimas (iletradas por excelência) a cometerem contra tais intelectuais o maior somatório

¹⁰ MATOS, Manuel Cadafaz de, (1986 / 1987), pp. 256-285 / pp. 291-312.

de atentados, que culminavam na maior parte dos casos com a própria morte.

3. DAS PRIMEIRAS TIPOGRAFIAS COM CARACTERES HEBRAICOS EM PORTUGAL

Não se torna hoje muito fácil a elaboração de um rigoroso e exaustivo catálogo das obras impressas em Portugal, dado que, certamente, muitas delas não terão chegado até aos séculos mais próximos. É hoje possível, no entanto, estabelecer que as primeiras tipografias criadas neste recanto da Península estiveram associadas a famílias judaicas e laboraram com caracteres (móveis) hebraicos, pelo menos desde 1487.

Um dado porém a não esquecer é que para o funcionamento dessas tipografias de caracteres hebraicos nesse último quartel do século XV se tornava imprescindível a observância de quatro vectores ou vertentes fundamentais:

I - uma técnica de grafismo – vocacionado para a iluminura – e de impressão capaz de responder às necessidades de ilustração dos textos, com frequente alusão aos textos bíblicos;

II - a existência de caracteres hebraicos (diversos conjuntos de caracteres importados de países onde esse modelo tipográfico estivesse mais avançado);

III - uma mão-de-obra (minimamente) especializada que, tanto num plano de impressão como de conceptualização e realização de grafismos, pudesse corresponder aos desejos e interesses dos editores;

IV - a existência de significativos *stocks de papel* – provenientes das fábricas já existentes em território nacional¹¹ – em que se pudesse fazer a respectiva impressão.

Detenhamo-nos, assim, em primeiro lugar, sobre essa hipótese, atrás formulada, de uma *teoria da importação*, e conseqüente difusão nacional, dos conjuntos de *caracteres móveis hebraicos*. É por demais sabido, com efeito, que as famílias judaicas que viviam em Portugal no século XV se dedicavam, em particular, ao comércio, transaccionando não apenas dentro das fronteiras do nosso território, mas com outras firmas sediadas em várias cidades da Europa como Toledo, Gibraltar, Paris, Livorno, Génova, Nápoles, Antuérpia, Bruges, Amesterdão, Roterdão e Hamburgo. Nessas

¹¹ Esse papel, no entanto, chegava também a Portugal (entrando por portos como os de Faro, Lisboa, Porto, Setúbal e Viana do Castelo), proveniente de regiões do ocidente europeu como da Galiza, do oeste e norte de França, e da Itália mediterrânica. Cfr. LARES, Maria Manuel Fernandes Pinto (1989).

idades situavam-se então algumas das comunidades judaicas, denotadoras de uma identidade cultural fortemente enraizada, de que chegou notícia até aos nossos dias.

Terá sido nas suas incursões comerciais ao estrangeiro que esses comerciantes judaico-portugueses e espanhóis terão trazido até à Península, quer alguns conjuntos de caracteres móveis de impressão, quer os métodos de manufactura dos mesmos e, conseqüentemente, conhecimentos e técnicas acerca da rudimentar arte de impressão.

A introdução dos caracteres tipográficos em Espanha antecedeu, ao que se presume, em cerca de uma década, a verificada no nosso país. Assim, se o *Pentateuco* (algarvio) acabou de se imprimir em Faro – sob os cuidados de Samuel Gacon – em 30 de Junho de 1487, o marco de lançamento da primeira obra tipográfica em Espanha nesse tipo de caracteres se deveu a Solomon b. Moses b. Alcabiç Halevi, em Guadalajara, por volta de 1476 (e não em 1482 em que esse mesmo impressor editou, na mesma localidade, os *Comentários ao Pentateuco*, de David Kimchi).

O dado mais concreto de que hoje se dispõe, a este respeito, é apresentado, porém, na *Geschichte des Spanischen Frühdruckes in Stammbäumen*, de Konrad Haebler, onde se refere que já em 1483 o castelhano Alfonso Fernandez de Córdoba procedia ao fabrico de caracteres móveis hebraicos, porventura utilizados nas oficinas de Hajar e de Guadalajara.

4. JUDEUS PORTUGUESES IMPRESSORES NO NOSSO PAÍS E NO EXÍLIO

No que respeita às primícias da arte tipográfica com caracteres hebraicos, executados por judeus portugueses no exílio ou em Portugal, importa reter, numa primeira análise, os nomes de Moses b. Shem Tob Ibn Habib e de Samuel Gacon. Ambos viverem em Portugal no último quartel do século XV, tomando, as suas vidas, a partir de uma dada altura, rumos diferentes dos da sua família espiritual do Algarve.

Moses Ibn Habib foi um poeta hebreu, filósofo, tradutor e gramático que nasceu no século XV em Lisboa¹², em data que não se torna possível precisar. Este autor terá vivido, ao que refere Posnanski¹³, durante algum tempo no Levante. Esteve no sul de

¹² AMZALAK, Moses Bensabat (1928), p. 10-11.

¹³ POSNANSKI, S. (s.d.), p. 125.

Itália, designadamente em Nápoles, vindo a morrer nos começos do século XVI.

Foi precisamente na cidade italiana de Nápoles que circulou em 1484 a sua gramática *Perah shoshan*, preparada nesse ano e sobre a qual trabalhámos, há alguns anos, na British Library de Londres, seguindo registos de Amzalak¹⁴. Esta obra, dividida em sete secções, cada uma dividida em vários capítulos, foi iniciada em 23 de Sivan A. M. 5244, no calendário hebraico (16 de Junho de 1484) e terminada em 27 Kislev A. M. 5244 (15 de Dezembro do mesmo ano).

Quanto ao outro judeu português atrás referenciado, Samuel Gacon, ele já se situa, com mais precisão, nos primórdios da arte tipográfica portuguesa¹⁵ em território nacional. Samuel Gacon, cuja data de nascimento também não conhecemos, não teve de optar pela via do exílio. Sabe-se, apenas, que no ano de 1487 vivia em Faro. Foi precisamente nessa cidade que, em 30 de Junho desse mesmo ano – três anos depois de Ibn Habib ter feito divulgar em Nápoles a sua gramática – concluiu a edição do *Pentateuco*, que Pina Martins¹⁶ considera “a primeira obra impressa em Portugal em caracteres hebraicos”¹⁷.

5. DA IMPRESSÃO (EM 1487) DO PENTATEUCO

Ao longo dos últimos anos, tem-se tentado estabelecer uma teoria das ligações dos principais núcleos tipográficos espanhóis do último quartel do século XV com outros existentes, quer em Portugal (sobretudo em Faro, Lisboa e Leiria) quer no Norte de África (onde, a partir do século XV, floresceram também importantes comunidades judaicas provenientes de Espanha e do nosso país).

Embora não se possa ainda admitir correctamente a sua região de origem, na zona arábico-andaluza, não podemos deixar de lembrar que é sensivelmente neste período da edição do *Pentateuco* – ou seja, cinco anos

¹⁴ AMZALAK, Moses ben (1941), pp. 1-4.

¹⁵ No campo de autores judaico-portugueses que se auto-exilaram neste período, conta-se, ainda, David Ibn Yahia Ben Solomon que nasceu em Lisboa em 1440. Autor de uma gramática, *Leshon Linundim*, ele optaria mais tarde por partir (em data que não se tornou possível precisar) para Constantinopla, onde veio a falecer em 1506.

¹⁶ MARTINS, José V. de Pina (1973), p. 12.

¹⁷ O “único” exemplar que se conhece do *Pentateuco* é, segundo Amzalak (*op. cit.*) o que se encontra depositado no “British Museum”, Londres. Sobre esta obra trabalhámos na capital britânica nos anos setenta, altura em que formulámos a intenção de a divulgar em edição fac-similada por altura do seu quinto centenário. FERNANDES, Leão (1935-1936), p. 44. Este último autor refere, a tal propósito, conhecer que “o único exemplar conhecido guarda o British Museum, de Londres”. Também Alberto Iria chamou a atenção (em conferência na Academia das Ciências em 1983) para a necessidade de uma nova edição do *Pentateuco* de Faro.

depois, por altura do decreto de expulsão dos judeus de Espanha – que parte para o Norte de África o grande teórico e humanista Yossef Alachkar, dito El-Rkyèse – que depois de 1502 se estabelece em Tlemecen, onde desenvolve obra intelectual assinalável, no estudo da *Bíblia* e do *Talmud*.

Samuel Gacon (em Faro), David Kimchi e Solomon Al-Kabiç (em Guadalajara) e Yossef Alachkar (em Tlemecem, no Norte de África), afiguram-se-nos, assim, peças importantes de um mesmo “puzzle” que importa desmontar, reconstituir a analisar até às suas mais ínfimas partes constituintes.

De Samuel Gacon chegou até aos nossos dias a primeira obra de que há notícia ter sido impressa em Portugal. Trata-se de um trabalho que se nos apresenta em 110 fólhos, com composição de 30-32 linhas, (ver APÊNDICE DOCUMENTAL I-A-B).

Tendo, no nosso país, sido primeiramente divulgada a sua existência por Proença e Anselmo¹⁸ a notícia da sua existência já havia, no entanto, sido feita, segundo adverte Artur Anselmo, nas *Origens da Imprensa em Portugal*, por Steincheider, entre 1852 e 1860.

O *Pentateuco* (de Faro) cuja realização tipográfica se concluiu em 30 de Junho de 1487, foi impresso precisamente um mês depois de ser editada em Itália, nas oficinas de Francesco del Tuppo, a obra *Apologia* de Picco della Mirandola. Não pode, porém, ainda hoje considerar-se como provada documentalmente a hipótese de António Ribeiro dos Santos de os caracteres tipográficos móveis hebraicos terem inicialmente chegado a Portugal provenientes de Itália¹⁹.

6. DOS TRÊS NÚCLEOS DE PRODUÇÃO HEBRAICA QUATROCENTISTA PORTUGUESA (FARO, LISBOA E LEIRIA)

Se o *Pentateuco* de Faro constitui a primeira obra editada em caracteres hebraicos no nosso país, a edição do *Séfer Abudraham*, ou seja *Novas da Lei ou Comentá-*



Figura 1 Frontispício do Pentateuco

¹⁸ PROENÇA, Raul e ANSELMO, António J (1920).

¹⁹ MARTINS, José V. de Pina (1971), p. 208. Francesco del Tuppo terminou a sua edição da *Apologia*, de Giovanni Pico della Mirandola, precisamente em 31 de Maio de 1487. Curiosamente António Ribeiro dos Santos, apresentou, já há várias dezenas de anos – e acerca da vinda de caracteres hebraicos de Itália para o nosso país esta hipótese: “Ela [a tipografia] nos veio *transplantada* da Itália, e por mãos dos Hebreus, que eram os únicos naqueles tempos que a estabeleciam e propagavam por toda a parte, porquanto os Judeus, maiormente os alemães da cidade de Spira, que haviam passado à Itália, tinham levantado os seus primeiros prelos nas cidades de Socino (*sic*), de Piobbe (*sic*), de Pesaro, de Bolonha e de Ferrara; e destes vieram alguns a Portugal, para onde muito os atraía e convidava a grande quantidade que cá tínhamos de Judeus estrangeiros e nacionais e a esperança do grosso lucro que lhes prometia o muito fervor com que então se tratavam os estudos de literatura sagrada nas sinagogas deste Reino”, in SANTOS, António Ribeiro dos (s.d.), p. 17.

rios sobre o Pentateuco, de Moisés ben Nahman, é, na opinião de Pina Martins, “o primeiro livro impresso na capital portuguesa em caracteres hebraicos”, já objecto de reedição, em fac-simile, no nosso país²⁰.

Marque ou não essa edição o início de uma venturosa época (porém de não muito longa duração) de intensa actividade dos impressores hebraicos em Portugal, sabemos que ela se expandiu entre nós na década de 1487-97 por diversos outros pontos do país. Assim, e mesmo que em 1489 (pelo testemunho de Pina Martins) ou porventura em 1488 – a confirmar-se a hipótese de Rosemarie Erika Horch em relação ao *Sacramental*, (ver APÊNDICE DOCUMENTAL II) – já laborassem em Portugal tipografias com caracteres em língua portuguesa como a de Chaves, é facto provado que neste período a tipografia hebraica conhecia, já uma significativa fase de implantação entre nós.

Faro pode hoje, como efeito, orgulhar-se – justificadamente – de ter sido o berço, da primeira Imprensa hebraica portuguesa e, daí, o local de realização da mais antiga obra – em caracteres hebraicos – de que (até agora) há notícia na História da Imprensa no nosso país.

Não restam hoje dúvidas – depois das desenvolvidas pesquisas de Artur Anselmo (e contrariando o que escrevera Joshua Bloch) – que Samuel Gacon e Samuel Porteiro foram uma única e mesma pessoa. Tal não invalida que Offenberg tenha no índice final de *Hebrew Incunabula* (p. 187) – distinguido Samuel Gacon de Samuel Porteiro, referindo que o segundo imprimiu em Faro até por volta de 1496.

²⁰ MARTINS, José V. de Pina (1972), apêndice documental, gravura 2. Desta obra, *Comentários ao Pentateuco*, foi feita uma nova edição, em fac-simile, da responsabilidade de Edições Távola Redonda, Lisboa, 1989, com estudo introdutório de Manuel Cadafaz de Matos. Tendo nós, no estudo introdutório que preparámos para essa edição, apresentado (baseados em Artur Anselmo) os exemplares de tal obra existentes em várias bibliotecas e arquivos mundiais, fomos informados, em carta, por Offenberg, que essa relação pode ser hoje ampliada com estes novos dados: Amsterdam, UB, BRos 1(-3 úit. ff) (Burger; IDL); Berlin (Ocid.), SB 1(VB; Schmitt); Budapest, BN 1(-) (IBH); Cambridge, Clare CL 1(-) (Cohen; Goldstein); Cambridge, UL 2(1-, var) (Cohen; Oates; Goldstein); Cambridge, Mass., HCL, Houghtl I(-) (Goff); Chicago, Newbl I(-) (Goff); Cincinnati, HUCL 1(-fl) (Marx; Goff); Copenhagen, KB 2(1-26ff; 1 frag de 1f) (Madsen); Frankfurt/ M., StUB I(Fr.; Ohly-Sack); Jerusalem, JNUL 3(1-1f) (TishbyIsr); Jerusalem, SchockInst 1(-74ff) (TishbyIsr); Leningrad, BAcad, InstOrSt 2(1-9ff; 1-) (Wiener; Chwolson; Jakerson); Lisbon, BN 1(-) (BiblPort; Anselmo; Sul Mendes); London, BritL 1(2ff esq.) (Zedner; Pr.; STCSp-Port; Goldstein); London, JewsCL I(-) (Wild; Goldstein); London, ValmTr I(p.c.); Moscow, Lenin B 2(Kiselev; Verusalimsky; Jakerson); New Haven, YaleUL 2(-) (Goff); New York, HispSocAm I(Goff); New York, JTSL I(Goff); New York, NYPL I(Goff); New York, PML I(Goff); New York, YeshUL 1(Goff); Ottawa, NLCan 1(Hill); Oxford, BodIL 2(St.CB; Pr.; Cowley; Goldstein); Oxford, ChrChurchL I(Goldstein); Paris, BMaz 1(p.c.); Paris, BN 1(-5ff) (Adler; CIBN); Parma, BPal I(TamaniParma; IGI); Philadelphia, RosFound 1 (Goff); Piacenza, BC I(-) (TamaniPiacenza; IGI); Provo, BrYoungUL I(Goff); Reggio Emilia, BM 1(-) (IGI); Rome, BApostVat I(Tishby Vat); Rouen, BM I(Doublet); San Juan, CasadLibro 1(-) (Goff); San Marino, HuntL I(-)(Mead; Goff); Strasbourg, BNU I(-) (Catane); Turin, BN 1(Artom; IGI); Uppsala, UB I(Coljnl Uppsala); Vila Viçosa, PagoDuc 2(1-) (BiblPort; Peixoto; Anselmo) (exemplar por nós seguido em 1989, no essencial); Warsaw, ZydInstHist I(Weil); Washington, LC I(Goff); Zürich, ZB I(-) (p.c.).

Nessa altura os seus filhos levaram o prelo (ou componentes do mesmo) para Pesaro, em Itália (onde, segundo Anselmo sobreviveram “vestígios de caracteres tipográficos” da sua oficina “na qual só havia tipos quadrados de dois tamanhos, embora as vogais-pontos só apareçam na matriz maior”). Também elementos da mesma família dos Gacon foram descobertos por Joshua Bloch em Constantinopla.

Leiria por sua vez foi testemunha, em 1496, da publicação do *Almanach Perpetuum celestius motuus*. Foi esta obra escrita pelo judeu e astrólogo Abraão Zacuto, destacada figura na corte de D. Manuel²¹.

Importa, pois, que se estabeleça o “rol” de publicações surgidas em cada um dos núcleos tipográficos judaicos portugueses nesse último quartel do século XV:

I- Faro

1.1487- *Pentateuco* (Samuel Gacon)

2.1492(?)- *Talmud Babilónico*. Comentário de Rashi (Samuel Gacon)²²

3.1494- *Tratado do Divórcio* (Samuel Gacon)²³

II- Lisboa

1.1489- *Novas da Lei ou Comentários ao Pentateuco*, de Moisés ben Nahman (Elieser Toledano)²⁴

2.1489- *Comentário à Ordem das Orações*²⁵, de David Abudarham (Elieser Toledano)

3.1490(?)- *Livro de Orações* (Elieser Toledano)²⁶

4.1490(?)- *Caminhos do Mundo*, de Josué Levi

4.1.idem- *Livro do temor*, de Ionah Gerondi

²¹ Vide SILVA, Armando Carneiro da (1955). O *Almanach Perpetuum*, segundo Artur Anselmo “documenta a única impressão gótica saída dos prelos hebraicos” (op. cit., 1983, p. 116).

²² ANSELMO, Artur, (1981), p. 88, referencia esta obra (além da grande maioria de todas as outros).

²³ Este espécime bibliográfico é descrito (designadamente com reprodução em fac-símile, de um dos fólhos, in AMZALAK, Moses ben (1922), p. 20-21, Estampa II.

²⁴ No cólofon desta obra, que é apresentado por Artur Anselmo (in op. cit., secção “Registo Catalográfico”, afirma-se: “... por um homem justo e pobre, R. Elieser, que, entre as balanças (i. e. prensas), trabalhou e imprimiu a Lei com o *targum* e o comentário de R. Salomão que é a luz dos olhos. Acabou-se em Lisboa, no ano 251 (= 1491), no mês de Av, adicionando (aos 251) três mil e dois mil (3000 + 2000 + 251 = 5251). Seja Deus, que o assistiu, exaltado com harpas, órgãos e címbalos.”

²⁵ No cólofon deste *Comentário à Ordem das Orações*, de David Abudarham, refere-se, designadamente: “Impresso em Lisboa, no meio da qual está situada a sinagoga que é o amparo e a mãe de todas as principais sinagogas.”

²⁶ Do *Livro de Orações* temos conhecimento directo do espécime existente no Seminário Teológico Judaico de Nova Iorque (de que até há pouco, pelo menos, era bibliotecário o dr. Menahem Schmelzer). Veja-se a respeito desta obra hebraica (e outras). MEZER, Herrmann (1971), vol. 8, cols. 1319-1344. Deve-se a Artur Anselmo (in op. cit.) a primeira referência desta obra em edição portuguesa.

4.2.idem- *Segredos da Penitência*, de Ionm Tovb (os três trabalhos, reunidos num só volume, da responsabilidade também de Elieser Toledano?)

5.1491- *Pentateuco*, em versão de Onkelos e com comentário de Rashi (Elieser Toledano)

6.1492- *Provérbios de Salomão*. Comentário de David Ben Salomão ibn Iaachia (Elieser Toledano)

7.1492- *Isaías e Jeremias*. Comentário de David Kimchi (Elieser Toledano)²⁷

8.1492(?) - *Leis da Matança*, de Moisés ben Maimon (Maimónides) (Elieser Toledano?)²⁸

III- Leiria [prelo da família Ortas²⁹]

1.1492- *Provérbios de Salomão*. Comentário de Menahem ha-Meiri e Levi ben Gershom (Samuel d'Ortas e filhos)³⁰

2.1494- *Profetas Primeros*. Comentários de Levi ben Gershom e Davi Kimji (Samuel d'Ortas e filhos)³¹

3.1495- *Caminhos da Vida*, de Jacob ben Asher (Abraão d'Ortas)

4.1496- *Almanach perpetuum celestius motuus*, de Abraão Zacuto

A estas obras bibliográficas judaico-portuguesas do século XV poder-se-ão acrescentar, no entanto, ainda alguns “fragmentos de outros espécimes” que, segundo A. Anselmo “podem ter sido impressos em Lisboa e Leiria entre 1490 e 1495”. Entre tais trabalhos contar-se-ão, seguramente, alguns já referenciados em 1971 no censo geral de incunábulos hebraicos organizado por Herrmann Mezer.

²⁷ No cólofon desta obra refere-se, designadamente: “Impresso em Lisboa, em casa do sábio R. Elieser, no ano *Ele voltará radiante de alegria, com as suas gavelas* (Salmos, 126, 6), segundo a Criação.”

²⁸ Sobre este pensador judaico medieval remetemos para Romano David (1986) e R. D.B. (1967), pp. 174-175. Este tratado sobre as *Hilkhot Shechitali* (Leis sobre o Abate Ritual de rezes), publicado presumivelmente em 1492, contém, na expressão de Artur Anselmo “os preceitos da degola dos animais, de acordo com as instruções do Talmud” (*op. cit.*, ed. 1981, p. 262).

²⁹ Sendo hoje certo que Samuel d'Ortas teve filhos que (também) se dedicaram às artes tipográficas, há quem defenda a tese que ele (o impressor de “Provérbios de Salomão”) e Abraão d'Ortas (o impressor de “Caminho da Vida”), são uma e a mesma pessoa, que se chamaria precisamente Samuel Abraão d'Ortas.

³⁰ No cólofon desta edição dos *Provérbios de Salomão* afirma-se: “Executado na oficina impressória do honrado Dom Samuel d'Ortas, num país distante... (*com a ajuda* do seu hábil filho Abraão (*e à custa de*) Samuel Kolodro. Acabou-se no primeiro dia do mês de Av (= 25 de Julho)... no ano *E eles chegarão a Sião com Júbilo* (Isaías, 51, 119...)”.

³¹ No cólofon desta edição dos *Profetas Primeiros* refere-se: “Por ordem textual de pessoas eminentes e das autoridades residentes na comunidade de Lisboa, cidade feliz sob todos os aspectos, a composição foi feita pelos três irmãos, dos quais o pai é o chefe e rei, na vila chamada Leiria, situada na margem do rio do mesmo nome. Acabou-se no ano de (5)254..., na terceira semana do mês de Shevat, pericopa sabática de Mishpatim.”

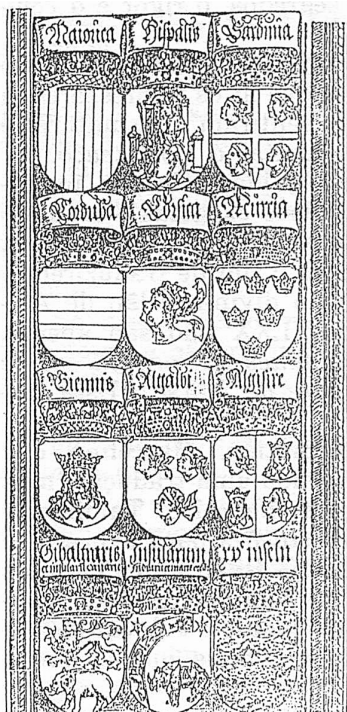


Figura 2 Trecho do Arco de Triunfo de Maximiliano: brasões dos rei de Maiorca, Sevilha, Sardenha, Córdoba, Córsega, Múrcia, Jaen, Algarve, Algeciras, Gibraltar-e-Canárias, Índias-e-ilhas-do-mar-oceano, Quinze ilhas, a esquerda; e desenho das armas do reino do Algarve, muito inspirado na Carte nouvelle de la parte meridionale du royaume de Portugal et des Algarves, por Jean Couveus e Corneille Mortier, impresso em Amsterdão (entre 1665 e 1706, segundo S. Alves de Azevedo), à direita.

Outra conclusão que será lícito tirar é que, nos dois últimos decénios do século XV, enquanto em Faro se destacava a acção tipográfica desenvolvidas por Samuel Gacon, em Lisboa se notabilizava, nesse mesmo contexto a de (entre outros) Elieser Toledano. Este último, no primeiro ano da sua actividade entre nós (1489), fez editar obras como *Novas da Lei ou Comentário ao Pentateuco* e *Comentário à Ordem das Orações*, a última das quais, segundo Amzalak, foi adquirida no começo da década de vinte, pela Biblioteca Nacional de Lisboa, na Alemanha. Poder-se-ia concluir, ainda, que na tipografia judaica de Leiria – e algumas investigações entretanto já realizadas apontam que ela se situaria não muito longe do castelo da cidade e numa ruela a que tais oficinas chegaram mesmo a dar o nome – Samuel d’Ortas terá sido o grande “obreiro” neste tipo de actividade. Tal “mester”, afinal, passá-lo-ia depois (ao que era tão frequente no espírito corporativo da época) aos seus próprios filhos. Desconhecemos, no entanto, o laço de parentesco – estrito embora, é certo – entre Samuel d’Ortas (responsável em 1492 pela edição dos *Provérbios de Salomão*) e Abraão d’Ortas que em 1495

(três anos depois, portanto), fez sair dos seus prelos a obra *Caminho da Vida*. Será que Abraão era pai de Samuel e incutiu a este – bem como a outros filhos – os segredos, o rigor e o “cuidado” da sua Arte?

Tivesse também em Leiria a produção tipográfica hebraica sido mais ampla (ou não) do que hoje se conhece, é um facto que aí os impressores, à semelhança do que sucedia em Lisboa e em Faro, sentiram uma natural e justificada inclinação para editar e, sobretudo, comentar o *Pentateuco*.

Nesses fins do século XV era naturalmente seguida, pela sua importância, a *Bíblia dos Setenta*. Assim, também os judeus exegetas – segundo o testemunho de Joaquim Carreira Marcelino das Neves³² – estavam em crer que “os 72 anciãos, reunidos por Ptolomeu com o fim de traduzirem o *Pentateuco*, actuavam sob o carisma da inspiração divina. Filão de Alexandria diz explicitamente que os tradutores dos LXX não são apenas tradutores, mas *hierophantes* et *prophètes: ces hommes qui ont pu suivre par des expressions transparentes la pensée si pure de Moïse*”. Esta tradição é conservada no *Talmud Babilónico*.

Tendo debatido exaustivamente esta problemática, Marcelino das Neves acaba por concluir que “os LXX não são apenas uma tradução, mas também uma *recriação* e *interpretação* do original hebraico. Também é verdade que o Novo Testamento usa destas *interpretações* para exprimir o mistério de Cristo. Mas nunca esqueçamos que os LXX são antes de mais uma *actualização* do original hebraico com um fim bem determinado: consolar os fiéis, os pobres, os justos e a diáspora judaica e levar-lhes a certeza da próxima redenção do jugo inimigo e dos mais judeus que o dirigiam”.

Admita-se que só nas três cidades de Faro, Lisboa e Leiria actuassem, numa primeira fase, essas mesmas tipografias hebraicas. Somos levados a concluir, assim, que da região do litoral tais técnicas – e consequentemente as acções daí resultantes – passassem assim, a ser dirigidas para o interior do País, presumivelmente entre 1488 e 1495. Nesse modelo de penetração *técnico-cultural* desempenharam, em particular, um decisivo papel, a um *nível endogâmico* e a um nível *exogâmico*, três intervenientes precisos:

- o rico comerciante judaico;
- o almocreve (inicialmente ligado, também, ao culto judaico);
- e o aristocrata em viagem.

³² NEVES, Joaquim Carreira Marcelino das, OFM (1973), pp. 278-280.

Quanto ao “rico comerciante judaico”, esse indivíduo (ou grupo) está associado, a nosso ver, à importação das primeiras “impressoras”, rudimentares, já se vê. Ele estava motivado, antes de mais, pela mira do lucro. A introdução do “novo” aliciava-o a agir nesse sentido, com as “portas” verdadeiramente franqueadas³³.

Um lugar não menos decisivo ocupou, então, sobretudo num contexto de ruralidade, o almocreve. Era ele – e alguns estudos de especialistas como Humberto Baquero Moreno atestam nesse sentido – o grande elo de ligação intercomunitária, ligando espaços rurais a espaços rurais, ou espaços urbanos a espaços rurais e vice-versa.

O almocreve – para além dos produtos de comércio (utilitário domésticos) que transportava, designadamente, azeite, tecidos, botões ou, ainda, novas técnicas como o fogão de barro, uma forma primitiva de tesoura, e agulhas, etc. – é também um elemento intermediário e de propaganda, de difusão ou *contágio*. Não era ele, apenas, que transportava as *novas*, como também divulgava o conceito de *novo*, ao nível das novas técnicas surgidas.

O almocreve desempenhou também, de facto, um papel decisivo no que respeita à chegada à aldeia, à micro-comunidade regional, dos espécimes bibliográficos (mesmo que ele fosse analfabeto, como em muitos casos, se não mesmo na sua esmagadora maioria, se verificava.) A *cultura da escrita* sobrepunha-se, assim, a essa arcaica *cultura oral-empírica* e que muito tardaria a ser suplantada. É evidente que esse atraso se deveu, fundamentalmente, à falta de amplas medidas tendentes à alfabetização popular.

Só neste século, em certa medida, é que o conjunto de analfabetos principiou a atingir índices menos gritantes (embora, naturalmente, ainda não satisfatórios).

O terceiro componente a que atrás fazíamos referência é o *aristocrata* em viagem. Ele faz chegar ao interior do País – sobretudo junto da *aristocracia reinante*, descentralizada, nos contextos de ruralidade da época –, durante as suas incursões de tipo comercial ou de mero carácter recreativo (designadamente

³³ Os Judeus tiveram uma particular preponderância em negócios do reino e, também, na benéfica introdução de novas técnicas, designadamente no que respeita à tipografia e ao primeiro fabrico de papel. Nesta época de transição da Idade Média para o Renascimento, a arte tipográfica – e outras formas de arte – contribuíram, ao que é sabido, para a introdução do ideal do Renascimento no nosso país. Importaria, a nosso ver, estudar hoje em detalhe o que concerne à introdução no nosso país dessas mesmas técnicas científicas e artísticas.

venatório), como *prolongamento* da sua cultura, muitas vezes obras de imitação dos clássicos, designadamente Marco Túlio Cícero ou Séneca³⁴. Tais obras *normalizam*, por vezes, a conduta social do nobre, disciplinam a sua actividade em termos de vida social, num plano de exercício em comunidade – os jogos, os torneios, partidas recreativas – ou em privado, designadamente no que respeita à educação dos filhos nobres, à maneira de se comportar à mesa, de negociar um casamento, ou falar ao coração de uma donzela.

7. A PENETRAÇÃO DAS TIPOGRAFIAS JUDAICAS NO INTERIOR DO PAÍS

Ao longo da última década do século XV, a acção tipográfica judaica, nas cidades de Faro, Lisboa e Leiria foi sendo, gradualmente, objecto de intensificada vigilância. Já nos primeiros tempos do reinado de D. Manuel, mesmo antes do tão conhecido decreto, de 1496, da expulsão do povo judaico, a *gente de Nação* passou a sentir não só as mais vivas represálias, como a mais acesa perseguição.

À semelhança do que sucedia em Lisboa, também nas judiarias das cidades do Sul do país, como Évora, Beja e Faro, essa perseguição não deixou de ser uma afrontosa realidade. Estamos em crer que foi na sequência de tal situação que os filhos de Samuel Gacon Porteiro partiram de Portugal para o Levante, mais concretamente para Itália e Constantinopla. E, ignorando-se também se o pai daqueles técnicos partiu com eles, podemos hoje, no entanto, afirmar, que à semelhança do que já no século XIII fora Moses ben Nahman, Samuel Gacon foi, pelo menos, um editor do *Talmud* com os olhos postos no Oriente.

Para aqueles que em 1495 ainda não tinham partido, a perseguição era efectivamente feroz. Isso verificava-se, pelo menos, na cidade de Évora, o que levou a Rainha D. Leonor a escrever uma carta – datada de 24 de Outubro desse ano, e dirigida a D. Fernando de Castro, Conde de Lemos e Trastâmara – em que incumbia aquele dignitário “de proteger a comuna judaica, então ameaçada de expoliações e violências”³⁵ (Ver APÊNDICE DOCUMENTAL III).

Em relação à vida dos judeus, nesses últimos decénios do séc. XV, em Beja e Faro, ela decorreria também – à semelhança do que se verificou em relação

³⁴ Vide, por exemplo, as edições do Infante D. Pedro, em pleno século XIV, XV, intituladas *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria* (a partir de *Beneficis*, de Séneca) ou o *Livro dos Offícios* (a partir de *De Officiis*, de Cícero).

³⁵ CAETANO, Oliveira e CARVALHO, José Alberto Seabra (1990), p. 11.

à comunidade eborense – também em moldes de uma manifesta segregação ou, mesmo, ao nível de uma auto-marginalização. Existe documentação apropriada que permite estabelecer, para este período, um nítido traço de união entre a comunidade judaica de Beja e a de Faro. Mais importante que isso é, porém, o facto de se poder admitir – embora a falta de documentos precisos nos impeça de o afirmar categoricamente – uma identificação de um tal “Gagim Judeu morador” da cidade de Faro, com Samuel Gacon (ou Porteiro), impressor do *Pentateuco*, na mesma cidade, em 1487.

Esta hipótese de identificação foi aventada, pela primeira vez, por Alberto Iria, académico e um dos mais distintos investigadores da História do Algarve, na conferência “os Judeus no Algarve Medieval e o Cemitério Israelita de Faro do século XIX, História e Epigrafia...”³⁶, pronunciada em 24 de Novembro de 1983 na Academia das Ciências de Lisboa.

Segundo Alberto Iria “em Beja, a 9 de Novembro de 1489, el-Rei D. João II confirmava a Abraão Alegria, morador em Faro (*faarão*), a carta de aforamento que, nesta vila algarvia, lhe fizera Fernão de Espanha, contador da Casa Real e, por *especial mandado régio*, contador neste *Regno do algarue*, em 8 de Agosto de 1488.

Neste aforamento, Fernão de Espanha fez saber *que por díuida que huū manuel (?) gagim Judeu morador na dita villa deuia ao dito Senhor [Rei] da parte que teue das Remdas do Amoxarifado da dita uylla o anno passado de lxxxiiijº (sic) lhe foram tamadas (sic) hūas casas que por ello tinha dadas a fiamça da dita Remda ho dito anno o dito abraão elegria (sic) seu cunhado.*

“Metidas estas casas em pregão, só Abraão Alegria licitou, pelo que lhe foram aforadas por 400 reais de foro anual, enfatiota, a pagar em Janeiro, já no ano de 1489”, sublinha ainda o autor de “Os Judeus no Algarve medieval”...

As casas estavam localizadas na própria “Judaria”: *as quaes [casas] estam dentro de judaria da dita uilla E partem com casas de jsaque tolledano e com casas de Joham de dios e com Rua pruuica...*

Mas Abraão Alegria ficou com a obrigação de pagar *bem e despachadamente vimte Reaees de prata destes de vimte Reaees o Real que fazem catorze e ctmc*

³⁶ O texto desta conferência veio a ser publicado no tomo XXV das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa* (Classe de Letras), Lisboa, pp. 293-334 (ver em particular, pp. 320-321).

oytauas e huia homça por dia de Janeiro em cada huã anno...

Este aforamento – constante do *Livro II de Odiana*, a fl. 217 v.º – foi feito em Faro por Fernão Gonçalves, porteiro dos contos por Fernão Vieira, seu escrivão.

É plausível na óptica de Alberto Iria (e corroborando a opinião já expressa por Artur Anselmo) que Samuel Gacon, já referido, “tivesse também exercido em Faro as funções de porteiro dos Contos, por nomeação régia que, infelizmente, não chegou até nós”.

Estas são algumas das considerações que se nos oferecem fazer no respeitante quer à implantação da tipografia em Portugal, no último quartel do século XV, quer às primeiras tentativas de “pôr a circular” pelo interior do País, o produto cultural saído do labor desses mesmos artífices (tipógrafos hebraicos, ou de credo judaico).

Assumi, de facto, uma enorme importância para a cultura portuguesa de fins da Idade Média e do Renascimento a introdução da Arte tipográfica em Portugal, por intermédio da impressão de obras como o *Pentateuco*, em 1487 em Faro. A esta comunidade estiveram, aliás, ligadas várias famílias judaicas, até há poucas décadas (Ver APÊNDICE DOCUMENTAL IV).

Foi essa mesma motivação que levou, em 1489, os judeus, estabelecidos em Lisboa, a imprimir a mais antiga obra que se conhece, *Novas de Lei ou Comentário ao Pentateuco*. Ou, ainda, a motivação daqueles impressores cristãos que, nesse mesmo período, imprimiram, em linguagem, o *Sacramental* (1488?), ou o *Tratado de Confissom* (1489).

O *Pentateuco* comemorou, em 30 de Junho de 1987, o quinto centenário da sua publicação. E atinge tal relevância a evocação desse remoto acontecimento (artístico-tipográfico) para o Portugal de *hoje* – quanto ela permite, também, fazer a evocação do passado dos portugueses nos mares, ou lembrar à Europa e ao mundo o peso da Cultura lusitana já nesse tempo.

APÊNDICE DOCUMENTAL I-A

Registo catalográfico do *Pentateuco* (de Faro, 1487), por Artur Anselmo³⁷

1. TORA (PENTATEUCO)

Encabeçamento

a) Autoria: Texto bíblico, segundo um manuscrito da Escola Sefardita.

b) Tradutor ou comentador: Não tem.

Pé de imprensa

c) Lugar de impressão: Faro.

d) Impressor ou editor: Samuel Gacon.

e) Data da impressão: 9 de Tamuz de 5247 (= 30 de Junho de 1487).

Colaço

f) Número de folhas: 110 folhas.

g) Assinaturas e foliação: Não tem.

h) Formato: In-fólio (270 x 205 mm).

i) Espécies de letra, altura de cada grupo de 20 linhas e caracterização de acordo com as tabelas de Haebler: Caracteres quadrados de dois tamanhos (70 e 140 mm). Com vogais-pontos.

j) Colunas: 2 colunas.

k) Número de linhas por coluna ou mancha: 30-32 linhas. (As primeiras 5 fols. apenas têm 30 linhas).

l) Iniciais: 1 floreada, desenho branco sobre fundo negro, na fol. 1. r.

m) Gravuras: Não tem.

n) Marcas tipográficas: Não tem.

o) Tintas: Preto

p) Filigramas: Não tem.

Descrição do texto

q) Portada: Não tem.

r) Começo do texto e outros passos principais:

- *Génese* (Texto até fol. 28 v. Termina com a tábua massorética)

- *Êxodo* (Texto até fol. 51 r. Sem tábua. Termina com as palavras "Sede fortes e corajosos", *Deutoronómio*, 31, 6.)

- *Levítico* (Texto até fol. 67 v. Sem tábua. Termina com espaço de 3 linhas em branco.)

³⁷ ANSELMO, Artur (1981), p. 427.

- *Números* (Texto até fol. 90 v. Sem tábua. Termina com palavras “Sé forte e portemo-nos com coragem”, 2 Samuel, 10, 12)

s) Fim do texto: *Deutoronómio* (Texto até fol. 110 v. Segue-se o cólofon.)

t) Cólofon: “Acabou-se aqui em Faro, A 9 do mês de Ramuz, no ano *Feliz do justo, que gozará o fruto das suas obras!* (Isaias, 3, 10, i.e., 247 = 30 de Junho de 1487), por ordem do nobre e alto Dom Samuel Gacon. Que o seu Criador e Redentor o proteja.”

Inventário e fontes

v) Exemplares conhecidos: Museu Britânico, Londres.

x) Reedições fac-similadas: Faro, 1989, em edição organizada por MATOS, Manuel Cadafaz de; e RODRIGUES, Manuel Augusto, sob a égide do Governo Civil de Faro).

z) Fontes bibliográficas: Steinschneider, 1072; Schwab, 40; Ginsburg, pp. 815-820; Proctor, 9832; Haebler, 529; Proença e Anselmo, 1; Freimann, B-14; Thomas, p. 37; B.G.P., 1; Peixoto, 1; Mezer, 15.

APÊNDICE DOCUMENTAL I-B

por Adri K. Offenber³⁸

BIBLIA HEBRAICA. (Torah = Pentateuco). Faro, n. pr., por Samuel Gacon, 30 Junho 1487.2.º.

St., CB [1072]..

London, BritL 1 (em pergaminho) (Van Straalen; Pr.; Goldstein)

Anselmo 1; BiblPort 1; Ginsburg 5; Goldstein 90; Haeb. BI 529; Jacobs 49; Markon; Meyer 233; Pr. 9832; Schwab 40; STCSp-Port p. 130; Thes B 14; Van Straalen p. 29.

APÊNDICE DOCUMENTAL II

[160.] Sánchez de Vercial, Clemente

SACRAMENTAL, port.

S.n.t. | 1488? | 2.º 26 cms.

161 f. inum., assin. a⁹ b-f⁸ g¹⁰ h-u⁸ x⁶. Exemplar incompleto: faltam as folhas 156 e 161. Seria esta última folha do livro? Texto a duas colunas. Iniciais a vermelho, feitas à mão. 39-40 linhas: (folha 11 a, assin. b ij: 40 linhas: 192 x 137 mm.; 39 linhas, folha 20 a, assin. cij: 190 X 135 min.). Os tipos não puderam ser identificados.

Segundo a indicação da comissão do “Gesamtkatalog der Wiegendrucke”, os tipos são parecidos com os do tipógrafo

³⁸ OFFENBERG, A. K. e WALRAVEN, C. Moed-Van (1990), p. 21.

António Centenera, Zamora (Tipos 2 e 3), e com os de Alvaro de Castro, de Huete, mas apresenta, no entanto, várias diferenças, não se podendo, por isso, localizar com segurança esta obra.

Ex-Col. J. A. Marques

Folha 1 a, assin.. a i; col. a: Este liuro he chama | do sacrametal oqual co | pilou τ sacou das sagr | adas sprituras crimete | sãchez de vçial bachar | el ã leys arçediago de | valdeyras ã aygreia de | lyon pera que todo fiel | xpaão seja ãsinado em | afee τ ã o q pre asua | saluaçam: | (O 3) nosso saluador ihũ spo q | veo Remir alynhagẽ hu | manal deu ordem...

Folha 1 b, col. b, linha 38:... pusse nome aeste liuro sacramen | tal oqual foy começado na cidade | Folha 2 a, assin.: a ij: deçigonça Atres dias do mes da. | gosto, año do señor d'mill τ quatro | çentos τ vinte τ huũ ano. E aca | bouse no ano de vinte τ trees ã fin | de março en na nobre cidade do leõ | Titulo prymeiro como homẽ sse de | ue benzer τ assignar- | ...

Folha 10 a, assin. b i, col. a: sabedores τ symples hã de saber- | ocredo...

A última folha do nosso exemplar (folha 160 b) sem assin. termina na col. b, linha 43 com as seguintes palavras:... ante do pito contestado | τ asentẽça d'fenitiua. po ysto noui |

Aqui termina o nosso livro. Obviamente falta-lhe, pelo menos, uma folha. As fontes bibliográficas consultadas não citam esta edição. Afirmam que a primeira tradução portuguesa editada é a de Lisboa, 1502. Inocêncio Francisco da Silva, no *Dicionário Bibliográfico*, cita o seguinte, a respeito de uma edição portuguesa anterior a 1502: “Cumprer agora accrescentar, que afóra as duas edições ja confrontadas, o falecido conego conselheiro Freire de Carvalho dá testemunho de ter visto na selecta livraria do arcebispo de Lacedemonia e vigario geral do Patriarchado D. António José Ferreira de Sousa, outro exemplar do mesmo “Sacramental” traduzido em portuguez, e impresso em 1488, sem designação do lugar, nem nome do impressor. Diz que era no formato de folio, e em muito bom papel, impresso em duas columnas, com grandes margens, sem numeração de folhas, nem reclamo, e em caracteres meio-gothicos, com linguagem e orthographia proprias do tempo. As letras inciaes dos capitulos feitas à mão, com tinta ora vermelha, ora verde, ora roxa. Faltava-lhe a primeira folha, que devia conter a maior parte do prologo (parece haver n'isto engano, porque as edições conhecidas o não têm); e o remate final era como se segue:

Et sic ẽ finis deo gratias. Este liuro asi ordenado De doctrina tã perfecta Todo por sua via Recta d's bẽ ente he acabado. Quẽ deseja colocado Na gloria (ser?) eternal E liure de todo o mal Seja por elle ẽsinado.

Sume trinitati ac genitrice Mame Virgini Xpi laus inefabilis... Anno dñi m.º quattuor cētessimo. lxxxviiij “Mense aprilis xviii. d.”

Seria esta edição a do nosso exemplar? Estamos convencidos disto, apesar de nos faltar a última fôlha que poderia confirmar ou repelir esta crença.

É até o presente momento o único exemplar conhecido, segundo informações prestadas pela Comissão do “Gesamtkatalog der Wiegendrucke”.

APÊNDICE DOCUMENTAL III

Ilustração – Legenda:

Carta da Rainha D. Leonor a D. Fernando de Castro, de 24 de Outubro de 1495, referente á necessidade de protecção da comuna judaica eborense.

(Biblioteca Pública e Arquivo, Distrital de Évora (Livro III de Originais fl. 129)).

1495, Outubro, 24, Alcácer do Sal

Carta Missiva da rainha D. Leonor³⁹ enviada a D. Fernando de Castro, para que este impedisse que algum dos moradores de Évora promovesse malfeitorias ou agravos contra a comuna judaica daquela cidade.

A – Arquivo Distrital de Évora, *Livro 3.» de Originais*, fl. 129 (?).

Ref.: Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, Lisboa, 1982, vol. I, p. 430, nota 285 (cita os fls. 151 e 159).

Dom fernamdo Nos a Raynha Vos enuyamos muyto saudar. fazemos uos saber que os Judeus da cumua desa cidade nos enuyaram ora dizer que algũuas pesoas della fallauam como seria bem de emtrarem com eles pera os rroubarem e fazerem todo mall e dapnno que podessem Pedimdo nos que porquamto elles quiseram sobre esto emuyar fallar a el Rey meu Senhor e nom virem tempo por causa de sua doemça se socorriam ha nos pera que nello mandasemos proveer como nos bem, pareçesse. E Porque esta cousa se fez ja em outros tempos nos pareçeo que era bem entemdermos en ello. E Porem vos rroguamos muyto qye vymdo aa vosa notiçia que

³⁹ Agradecemos ao Prof. Saul António Gomes, do Instituto de Paleografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o ter realizado, a nosso pedido, a leitura (paleográfica) deste documento.

algũas pesoas fallam niso o que nom deuem vos loguo per vos e per aquellas pesoas que virdes que comprira acudy sobre ello e nom comsemntães que se tall digua nem faça e pomde todo em boo haseseguo e muyto vo llo aguardeceremos esprita em allcaçer do sal a xxiiij dias d oytubro francisco de matos a fez 1495.

ass.) Raynha +.

- Outra tal pera dom fernando de crasto sobre os judeus d euora.

APÊNDICE DOCUMENTAL IV

Arrolamento das sepulturas existentes no Cemitério Israelita de Faro (CIF) e respectiva localização, segundo José Maria Abecassis⁴⁰

ficheiros dos quadros:

em cima: "Pentateuco - Arrolamento Sepulturas - Faro – 01.JPG"

Anos em que ocorreram os falecimentos

Indicam-se os números atribuídos às campas

LEVANTAMENTO EPIGRÁFICO

Tradução do Rev. Abraham Assor

1- PEDRA SEPULCRAL

Abatido por sofrimentos fortes e amargos, o ancião David Bendahan faleceu na terça-feira dia 2 do mês de Shebat de 5676.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5676

2- PEDRA SEPULCRAL

Um homem perfeito, inteligente, importante, Chemuel Pimienta, que em paz descanse, filho de Messod, que em paz descanse, faleceu no Sábado 22 do mês amargo de Heshvan de 5676.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5678

3- PEDRA SEPULCRAL

Abatido por sofrimentos fortes e amargos, o inteligente e importante Yosef Ben Arosh, que em paz descanse, faleceu no Sábado 27 de Nissan do ano 5665.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5665

⁴⁰ ABECASSIS, José Maria (1990). pp. 8-16; MATOS, Manuel Cadafaz de (1987): IRIA, Alberto (1986); e BENTO, André Neves (1999).

N.º NOME	DIA	DATA	LOCALIZAÇÃO NA GEN. HEB.	N.º NOME	DIA	DATA	LOCALIZAÇÃO NA GEN. HEB.
1 David Bendahan	Terça-f.	2 Shebat	5676 (1916)	36 Rachel, viúva de Samuel Amram	Sexta-f.	26 Iyar	5646 (1886)
2 Samuel Pimenta, filho de Messod	Sábado	22 Heshvan	5676 (1915)	37 Sara, viúva de Salomão Buzaglio	Sexta-f.	28 Adar I	5646 (1886)
3 Joseph Benarosh	Sábado	27 Nissan	5665 (1905)	38 Eather, mulher de Messod Cohen	Segunda-f.	19 Iyar	5635 (1875)
4 Avush Esaguy	Quinta-f.	27 Tamuz	5655 (1895)	39 Janina, mulher de Saul Cagi	Segunda-f.	13 Tebet	5635 (1875)
5 Joseph Benimhou	Sexta-f.	6 Tebet	5654 (1893)	40 Hannah Ledicia, mulher do Rev. Habib Toledano	Quarta-f.	4 Shebat	5607 (1847)
6 Abraham Ruah, ancião, filho de Moisés	Sábado	23 Tebet	5692 (211932)	41 Reyna, viúva de Abraham Sicsó		26 Edal	5606 (1846)
7 Hassan Levi, jovem	Domingo	13 Nissan	5648 (1888)	42 Batsaba, mulher de Semtob Sequerra	Domingo	8 Sivan	5611 (1851)
8 Isaac Amram, jovem	Terça-f.	18 Adar I	5635 (1875)	43 Isaac Beriyor	Terça-f.	18 Heshvan	5609 (1849)
9 Indah Amram, jovem	Terça-f.	14 Edul	5622 (1862)	44 Judah Atinas		1 Iyar	5600 (1840)
10 Abraham Sicsó, jovem	Domingo	25 Ab	5645 (1885)	45 David Bytton, ancião	Terça-f.	25 Heshvan	5620 (1859)
11 Jacob Sicsó	Quarta-f.	25 Ab	5645 (1885)	46 Abraham Ruah	Quarta-f.	14 Tichoí	5622 (1861)
12 Mair Bugaglio, jovem	Quarta-f.	24 Heshvan	5639 (1878)	47 Salomão Carciente, ancião	Terça-f.	8 Sivan	5626 (1866)
13 Haim Buzaglio	Quinta-f.	11 Shebat	5637 (1877)	48 Joseph Tauré	Quarta-f.	16 Shebat	5643 (1883)
14 Salomão Buzaglio	Quinta-f.	5 Kislev	5622 (1861)	49 Dinar Amzalak		17 Ab	5654 (1894)
15 Eliezer Amram, jovem	Quinta-f.	22 Iyar	5621 (1861)	50 Yahia Afialo, jovem	Sábado	Rosh Hordesh Tebet	5670 (1909)
16 Luna, viúva de Joshua Sequerra	Segunda-f.	5 Tamuz	5681 (1921)	51 Mazalob, viúva de Semtob Sequerra	Domingo	4 Shebat	5683 (1923)
17 Moisés Haim Sequerra, jovem	Segunda-f.	12 Elal	5654 (1894)	52 Ribka, mulher de Samuel Beringo	Domingo	4 Shebat	5683 (1923)
18 Joshua Sequerra	Segunda-f.	5 Tamuz	5650 (1890)	53 Hannah Levy, jovem	Quarta-f.	19 Nissan	5607 (1907)
19 Samuel Amram, venerável	Domingo	17 Ab	5640 (1880)	54 Sarah, jovem, filha de Abrah Ruah	Quarta-f.	8 Iyar	5649 (1889)
20 Abraham Amram	Sábado	19 Kielev	5679 (1919)	55 Luna, mulher de Ruben Benchaya	Segunda-f.	19 Iyar	5645 (1885)
21 Moses Sequerra, com 44 anos	7.º de Pessah	15 Tamuz	5651 (1890)	56 Simha, anciã, viúva de Abrah Ruah	Quarta-f.	19 Shebat	5645 (1885)
22 David Sabath	Domingo	27 Nissan	5675 (1915)	57 Merian, mulher de Joseph Sicsó	Quarta-f.	23 Tamuz	5641 (1881)
23 Semtob Sequerra, ancião, filho de Moses	Segunda-f.	9 Shebat	5668 (1908)	58 Messoda, anciã, viúva de Eliezer Malba	Quarta-f.	5 Tamuz	5618 (1858)
24 Moses Pariente, filho de Rachel		15 Tamuz	5651 (1890)	59 Luna, mulher de Salomão Tebdelen	Quinta-f.	8 Heshvan	5617 (1856)
25 Rev. Joseph Toledano, descendente de sábios	Sexta-f.	12 Adar	5598 (1838)	60 Gimol, jovem, mulher de Mordejai Delmar	Segunda-f.	15 Iyar	5661 (1901)
26 Joseph sicsó, Hazan (Cantor)	Segunda-f.	24 Tichoí	5632 (1871)	61 Rachel, jovem, filha de Samuel Amram	Quinta-f.	24 Kislev	5612 (1852)
27 Semtob Sequerra, filho de Moses	Sexta-f.	11 Kislev	5632 (1871)	62 Hannah Reyna Sicsó, jovem	Domingo	12 Kielev	5612 (1851)
28 Moses Sequerra	Sábado	18 Adar II	5637 (1877)	63 Sete Sicsó, jovem	Sexta-f.	19 Ab	5632 (1872)
29 Aarão Sequerra	Sábado	24 Kislev	5644 (1883)	64 Jacote Benveniste, jovem	Segunda-f.	23 Kislev	5633 (1873)
30 Saul Cagi, ancião	Segunda-f.	11 Adar	5647 (1887)	65 Simha, mulher de Samuel Pimenta		17 Adar	5633 (1873)
31 Moshe Cagi, ancião, filho de Saal	Sábado	3 Nissan	5668 (1908)	66 Dona, viúva de Joseph Amram	Quinta-f.	20 Shebat	5655 (1895)
32 Solomon Hamu, ancião, filho de Isadia	Sábado	8 Heshvan	5676 (1915)	67 Eather Sequerra, jovem		11 Tebet	5656 (1896)
33 Moisés Obadia, com 54 anos, filho de Joseph	1.º de Shabot		5688 (1928)	68 Reyna Buzaglio, jovem	Segunda-f.	24 Ab	5656 (1896)
34 Hanina, viúva de Abraham Sabath	18 Shebat	5658 (1898)	tt.* Sabath § 1N2	69 Tamo, mulher de David Sabath		5 Heshvan	5657 (1896)
35 Simha, jovem, filha de Salomão Buzaglio	Terça-f.	18 Shebat	5672 (1912)	70 Hiel Bendisa, menino		21 Heshvan	5682 (1921)
				71 Simão Bengio Bendrao, menino filho de Salomão Nasesu em Lisboa em 2-8-1894 faleceu em Tavira em 22-1-1895		21 Tebet	5655

Figura 4 Pentateuco - Arrolamento Sepulturas - Faro

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1800										
1810										
1820										
1830									25	
1840	44						41	40	43	
1850		42-61	60					58	57	45
1860		14-15-46	9					47		
1870		26-27	62-63	64	39	8-38		13-28	12	
1880	11-19	56		29-48		54-55	36-37		7-10	30-53
1890	18-24			5	17-49-65	4-66-71	67-68-69		34	
1900		59				3		52	23-31	50
1910			35			2-22-32	1		20	
1920		16-70		51					21-33	
1930			6							

Quantidade	1820-1829	1830-1839	1840-1849	1850-1859	1860-1869	1870-1879	1880-1889	1890-1899	1900-1909	1910-1919	1920-1929	1830-1939
1		25										
4			41 43 44									
6			42 45 57 58 60 61									
5		9 14	15 46 47									
11		8 12 13 26 27	28 38 39 62 63 64									
13		7 10 11 19 28 30 36 37 48 53 54 55 56										
13		4 5 17 18 24 34 49 65 66 68 69 71										
6		3 23 31 50 52 59										
6		2 22 32 35										
5		16 21 33 51 70										
1												
71	2 4 6 8 10 12 14											

Figura 5 Anos em que ocorreram os falecimentos

4- PEDRA SEPULCRAL

do inteligente e respeitado Ayush Ezaguy, que faleceu na quinta-feira dia 27 de Tamuz do ano 5655.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5655

5- PEDRA SEPULCRAL

de Joseph Ben Shimhon que faleceu na sexta-feira dia 6 do mês de Tebet do ano 5654. Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5654

6- PEDRA SEPULCRAL

do ancião Abraham Ruah, que descansa em paz, filho de Moisés, que descansa no Paraíso, um precioso colaborador da irmandade "Guamilut Hassadim", faleceu no dia de Sábado Santo 23 do mês de Tebet do ano 5692.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5692

ABRAHAO RUAH

2-1-1932

7- PEDRA SEPULCRAL

do jovem Hassan Levi. Faleceu no domingo 13 do mês de Nissan do ano 5648.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5648

8- PEDRA SEPULCRAL

do jovem como os cedros, teto da boca doce, Ytshak Amram, que descansa no paraíso, suspirou devido ao seu coração, foi chamado pelo seu Senhor ao despontar do dia, terça-feira, 18 do mês Adar I 5635.

5635

9- PEDRA SEPULCRAL

do jovem cobiçado e envergonhado lehuda Amram, que descansa no paraíso. Faleceu na terça-feira 14 do mês do Elul do ano 5622.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5622

10- PEDRA SEPULCRAL

do jovem envergonhado Abraham Sicsú. Faleceu no domingo 25 do mês do Ab do ano 5648.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5648

11- PEDRA SEPULCRAL

de Jacob Sicsú. Faleceu quarta-feira, do mês eshvan do ano 5641.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5641

12- PEDRA SEPULCRAL

do jovem Meir Buzaglo, que descanse no paraíso. Faleceu no dia 24 do mês Mar Heshvan do ano 5639.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5639

13- PEDRA SEPULCRAL

do homem dorido Haim Buzaglo, que descanse no paraíso. Faleceu na noite de quinta-feira, 11 de Shebat do ano 5637.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5637

14- PEDRA SEPULCRAL

do homem cheio de sofrimentos e doenças Salomão Buzaglo, que descanse no paraíso. Faleceu no dia (ilegível) 5 do mês de Kislev do ano 5622.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5622

15- PEDRA SEPULCRAL

do jovem falecido na flor da sua vida cheio de sofrimentos e doenças Eliezer Amaram. Faleceu quinta-feira do mês de Iyar do ano 5621.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5621

16- PEDRA SEPULCRAL

Mulher virtuosa, coroada, perfeita e recta, temente a Deus, pura, praticava a caridade com as suas obras e as suas posses, foi amparo dos seus parentes e dos seus filhos, a sua mão estendeu aos pobres, honrava a lei e os seus estudiosos. Luna, que descanse em paz; viúva do inteligente e respeitável Joshua Sequerra, que descanse no paraíso. Faleceu segunda-feira, 5 do mês de Tamuz do ano 5681.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5 TAMUZ

5681

17- PEDRA SEPULCRAL

do jovem Moisés Haim Sequerra, que descanse no paraíso. Faleceu a 12 de Elul do ano 5654.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5654

18- PEDRA SEPULCRAL

do inteligente e respeitável, que praticou a justiça e a misericórdia, Joshua Sequerra. Faleceu segunda-feira 5 de Tamuz de 5650.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5650

19- PEDRA SEPULCRAL

Homem venerável, respeitava e considerava os Sábios, caridoso com os pobres, sustentava os orfãos e as viúvas, fortalecia os estudiosos da Lei na Diáspora e na Terra Santa, Samuel Amaram. Faleceu domingo 17 de Ab do ano 5640.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5640

20- PEDRA SEPULCRAL

do Homem querido por todos, afastado do mal, sofrido de doenças, o inteligente e respeitado Abraham f.º de Samuel Amram. Faleceu no Sábado 19 de Kislev do ano 5679.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

19 KISSELV

5679

21- PEDRA SEPULCRAL

Aqui jaz, planta deliciosa, este cobiçado consumado pelo pó, presidente da “Hebra Guemilut Hassadim”, o respeitável Moses Sequerra, que descanse no paraíso, grandes sofrimentos aguentou, ainda na flor da sua vida foi chamado na idade de 44 anos e no sétimo dia de Pessah faleceu no ano 5688.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5688

22- PEDRA SEPULCRAL

do homem de grandes conhecimentos, que do coração desejava conhecer a Tora. Pelas suas palavras cativava a simpatia de seus semelhantes a quem tratava como irmãos. O inteligente e respeitável David Sabath, que descanse no paraíso. Faleceu no domingo 27 de Nissan do ano 5675.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5675

23- PEDRA SEPULCRAL

do homem perfeito e recto, temente a Deus e afastado do mal, ancião e respeitável, caritativo com os pobres, Semtob Sequerra filho de Moses, que descanse no paraíso, bondoso

nas qualidades e conhecimentos, suas misericórdias foram reconhecidas por todos, presidente da “Hebra Guemilut Hassadim”. Faleceu na segunda-feira 9 de Sebat do ano 5668.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5668

24- ESTA PEDRA SEPULCRAL

de Moses Pariente filho de Rachel. Faleceu a 15 de Tamuz do ano 5651.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5651

25- PEDRA SEPULCRAL

do Sábio Completo louvado em Israel, de ascendência de sábios [como o] Rabino Joseph Toledano. Faleceu sexta-feira 12 de Adar do ano 5598.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

26- PEDRA SEPULCRAL

do inteligente respeitável, que praticava a justiça e a misericórdia, frequentava dia e noite a Sinagoga, “Hazan” que todos apreciavam, suportou sofrimentos, Joseph Sicsú. Faleceu segunda-feira, 24 de Tichri do ano 5632.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5632

27- PEDRA SEPULCRAL

do “Parnas” da Sinagoga “Sahar Hassamaim” de Gibraltar, inteligente e respeitável, praticava a justiça e a misericórdia, Semtob Sequerra filho de Moses. Faleceu sexta-feira 11 de Kislev do ano 5632.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5632

28- PEDRA SEPULCRAL

do homem que todos amavam, modesto, Moses Sequerra. Faleceu na Segunda-feira 18 de Adar II do ano 5637.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5637

29- PEDRA SEPULCRAL

do homem inteligente e respeitável, a lei foi a sua ocupação, Aarão Sequerra. Faleceu sábado 24 de Kislev do ano 5644.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5644

30- PEDRA SEPULCRAL

do ancião e venerado Saul Cagi. Faleceu na segunda-feira 11 de Adar no ano 5647. Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5647

31- PEDRA SEPULCRAL

do ancião abatido pelo infortúnio Moshe Cagi, que descanse no paraíso, filho do inteligente e respeitável Saul, que descanse no paraíso, e subiu Moshe ao seu descanso no Sábado Santo 3 de Nissan do ano 5668.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5668

32- PEDRA SEPULCRAL

do ancião Solomom Hamu, que descanse no paraíso, filho de Jehuda, que descanse no paraíso, que faleceu no dia de Sábado Santo 8 do mês de Heshvan do ano 5676.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5676

33- PEDRA SEPULCRAL

Abatido por castigos fortes e amargos, Moisés Obadia, que descanse no paraíso, filho de Joseph, que descanse no paraíso, que faleceu na idade de 54 anos no primeiro dia de Shabuot do ano 5688.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5688

34- PEDRA SEPULCRAL

da Senhora respeitável, Hanina, viúva de Abraham Sabath que faleceu quinta-feira 18 do mês de Shebat do ano 5658.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5658

35- PEDRA SEPULCRAL

da jovem Simha, filha de Salomão Buzaglo, que decanse no paraíso, que faleceu na terça-feira 18 do mês de Shebat do ano 5672.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5672

36- PEDRA SEPULCRAL

Mulher virtuosa, coroa da diáspora, coroada, com temor de Deus nas suas faces, que ajudava os pobres, subitamente desapareceu e deixou a sua casa nas angústias, ela a mulher respeitável Rachel, coroa e glória do inteligente e respeitável que amparava os estudiosos da Lei Samuel Amram, que

descanse no paraíso, e descansou na sexta-feira 26 do mês de Iyar do ano 5646.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

37- PEDRA SEPULCRAL

da mulher Sara, viúva de Salomão Buzaglo, faleceu na noite de sexta-feira 28 Adar I do ano 5646.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5646

38- PEDRA SEPULCRAL

da mulher respeitável Esther, mulher de Messod Cohen. Faleceu na segunda-feira 19 do mês de Iyar do ano 5635.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5635

39- PEDRA SEPULCRAL

Mulher virtuosa, coroa de seu marido, Janina, que descanse em paz, mulher do inteligente e respeitável Saul Cagi, que Deus o guarde, foi ao seu descanso na segunda-feira 13 Tebet do ano 5635.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5635

40- PEDRA SEPULCRAL

da mulher respeitável virtuosa, coroa de seu marido, filha querida ainda na flor da sua vida, Hanuah Ledícia, que descanse em paz, mulher do sábio respeitável Rabi Habid Toledano, que Deus o guarde. Faleceu na quarta-feira 4 de Shebat do ano 5607.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

41- PEDRA SEPULCRAL

Mulher respeitável, religiosa, bondosa nas suas acções, que procurava o caminho da perfeição e o cumprimento dos preceitos religiosos, Reyna, viúva de Abraham Sicsú, que descanse no paraíso. Faleceu a 26 do mês de Elul do ano 5606.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

42- PEDRA SEPULCRAL

da mulher respeitável Batseba, que descanse em paz, mulher do inteligente e respeitável Semtob Sequerra, que Deus guarde. Faleceu no domingo 8 do mês de Sivan do ano 5611.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5611

43- PEDRA SEPULCRAL

de Isaac Beriyor. Faleceu terça-feira 18 de Heshvan do ano 5609.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.
5609

44- PEDRA SEPULCRAL
do inteligente e respeitável Judah Attias que descansa no paraíso. Faleceu 1 de Iyar no ano 5600.
Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

45- PEDRA SEPULCRAL
do ancião respeitável David Bytton. Faleceu na terça-feira 25 do mês de Heshvan no ano 5620.
Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.
5620

46- PEDRA SEPULCRAL
de Abraham Aruah, que descansa no paraíso. Faleceu na quarta-feira 14 do mês de Tishri do ano 5622.
Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.
5622

47- PEDRA SEPULCRAL
do ancião respeitável Salomão Carciente, que descansa no paraíso. Faleceu na noite de terça-feira, 8 do mês de Sivan do ano 5626.
Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.
5626

48- PEDRA SEPULCRAL
de Joseph Taurel. Faleceu na noite de quarta-feira, 16 do mês de Shebat do ano 5643. Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.
5643

49- PEDRA SEPULCRAL
de Dinar Amzalak. Faleceu a 17 do mês de Ab do ano 5654.
Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.
5654

50- PEDRA SEPULCRAL
do jovem abatido pelo infortúnio Yahia Aflalo, que descansa no paraíso, que faleceu no Sábado Rosh Hordesh Tebet do ano 5670.
Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.
5670

51- PEDRA SEPULCRAL
de quem foi elevada em nome e glória, mulher virtuosa, coroa de loiros, perfeita e recta nos seus feitos, sua mão

estendeu ao pobre, coroada com temor a Deus, Mazaltob, seja seu descanso em paz, viúva do respeitável e inteligente Rabi Shemtob Sequerra, que descanse no paraíso, e faleceu no Domingo 4 do mês de Shebat do ano 5683.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5683

52- PEDRA SEPULCRAL

da mulher querida, mulher virtuosa nos seus feitos, Ribka, mulher do sábio completo Samuel Bengio de gloriosa memória, e faleceu quarta-feira 19 do mês de Nissan do ano 5667.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5667

53- PEDRA SEPULCRAL

da jovem Hannah Levy. Faleceu na quinta-feira 8 do mês de Iyar do ano 5649.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5649

54- PEDRA SEPULCRAL

da jovem respeitável Sarah, filha de Abraham Ruah, que descanse no paraíso. Faleceu segunda-feira 19 de Iyar do ano 5645.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5645

55- PEDRA SEPULCRAL

Mãe de filhos pequenos, Luna, mulher de Reubeu Benchaya, filho de sábio. Faleceu quarta-feira 19 de Shebat do ano 5645.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5645

56- PEDRA SEPULCRAL

Como Sara a anciã Simha viúva de Abraham Ruah que descanse no paraíso. Faleceu quarta-feira 23 de Tamuz do ano 5641.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5641

57- PEDRA SEPULCRAL

Mulher virtuosa, coroa de nome e de glória, Meriam, mulher do respeitável e inteligente Rabi Joseph Sicsú que descanse no paraíso. Faleceu na quarta-feira 5 do mês de Tamuz do ano 5618.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

58- PEDRA SEPULCRAL

da anciã respeitável Messoda que descanse em paz, viúva de Eliezer Malka que descanse no paraíso. Faleceu quinta-feira 8 do mês Heshvan do ano 5617.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5617

59- PEDRA SEPULCRAL

Mulher virtuosa, coroa de seu marido, Senhora respeitável, Luna, descanse em paz, mulher de Shelomo Tobelem, que Deus guarde, e no momento do parto faleceu, na segunda-feira 15 do mês de Iyar do ano 5661.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

60- PEDRA SEPULCRAL

Mulher graciosa e cheia de simpatia, Gimol, mulher de Mordejai Delmar, que Deus guarde. Faleceu na flor da sua juventude e fora de seu país, na quinta-feira 24 de Kislev do ano 5612.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

61- PEDRA SEPULCRAL

da jovem discreta filha de Samuel Amaram que Deus guarde e morreu Rahel no Domingo 12 do mês de Kislev do ano 5612.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5612

62- PEDRA SEPULCRAL

da jovem discreta Hannah Reyna Sicsú. Faleceu na sexta-feira 19 do mês de Ah do ano 5632.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5632

63- ELA É PEDRA SEPULCRAL

da jovem querida Sete Sicsú, descanse em paz. Faleceu na segunda-feira 23 do mês de Kislev do ano 5633.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5633

64- PEDRA SEPULCRAL

da jovem discreta Jacota Benveniste. Faleceu no dia 17 de Adar do ano 5633.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5633

65- PEDRA SEPULCRAL

da mulher respeitável Simha, mulher de Samuel Pimienta. Faleceu no dia 19 do mês de Tichri do ano 5655.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5655

66- PEDRA SEPULCRAL

da mulher respeitável, Dona, viúva de Joseph Amaram.

Faleceu na quinta-feira 20 do mês de Shebat do ano 5655.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5655

67- PEDRA SEPULCRAL

da jovem discreta Esther Sequerra. Faleceu no dia 11 de

Tebet do ano 5656.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5656

68- PEDRA SEPULCRAL

da jovem discreta Reyna Buzaglo. Faleceu no 24 do mês

de Ah do ano 5656.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5656

69- PEDRA SEPULCRAL

da mulher respeitável, coroa de seu marido, Tamo,

mulher de David Sabath que Deus guarde. Faleceu na segunda-feira 5 do mês de Heshvan do ano 5657.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

5657

70- PEDRA SEPULCRAL

do menino Hilel Benudis. Faleceu 21 de Heshvan do ano

5682.

Seja a sua alma unida ao feixe dos vivos.

71- PEDRA SEPULCRAL

do menino Simão Bengio, filho de Salomão. Faleceu 21

de Tebet 5655.

SIMÃO B. BENDRAO

NASCEU EM LISBOA

EM 2 AGOSTO 5654

FALECEU EM TAVIRA

EM 22 JANEIRO 5655

BIBLIOGRAFIA

- ABECASSIS**, José Maria, *Genealogia Hebraica: Portugal e Gibraltar, sécs. XVII a XX*, Lisboa, Livraria Ferin, 1990.
- AMZALAK**, Moses Bensabat, *A tipografia hebraica em Portugal no Século XV*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.
- idem, *Portuguese Hebreu Grammars and Grammarians*, Lisboa, 1928.
- idem, *A Tipografia Hebraica em Portugal no Século XV*, Lisboa, Academia das Ciências, 1941.
- ANSELMO**, Artur, *Origens da Imprensa em Portugal*, Lisboa, IN, 1981 (edição francesa, 1983).
- AZEVEDO**, Francisco Simas Alves de, “O Braço de Armas do Reino do Algarve e algumas das suas fontes cartográficas”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Junho de 1984.
- BENTO**, André Neves, “Alberto Iria, Biografia do Mestre da historiografia Henriquino-Expansionista”, *Actas do 10º. Congresso do Algarve*, Alvor, Racal Clube, 1999.
- CAETANO**, Oliveira e **CARVALHO**, José Alberto Seabra, in *Frescos Quinhentistas do Paço de S. Miguel*, Évora, 1990.
- FERNANDES**, Leão, “O Livro e o Jornal em Goa”, in *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Pangim, 1935-1936.
- HORCH**, Rosemarie Erika, *Catálogo de Incunábulo*, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1956.
- IRIA**, Alberto, *Os Judeus no Algarve medieval e o cemitério israelita de Faro no século XIX*, 1986.
- LARES**, Maria Manuel Fernandes Pinto, *Para a História do Papel Português nos livros Impressos no século XVI*, Lisboa, dissertação apresentada na Universidade Católica Portuguesa no âmbito do Curso de Ciências da Informação, Lisboa, 1989.
- MARTINS**, José V. de Pina, *Cultura Italiana*, Lisboa, Editorial Verbo, 1971.
- idem, *Para a história da Cultura Portuguesa do Renascimento – A Iconografia do Livro Impresso em Portugal no Tempo de Durer*, Lisboa, Lysia Editores e Livreiros, 1972.
- idem, *Tratado de Confissom*, 1973.
- MATOS**, Manuel Cadafaz de, “Para uma História da Imprensa e da Censura em Portugal nos séculos XIV a XVI”, in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. 8, 1986; idem, “Conclusão”, vol. 9, 1987.
- idem, “Arrolamento das sepulturas existentes no Cemitério Israelita de Faro (CIF) e respectiva localização, segundo José Maria Abecassis”, *Boletim Or-Luz*, n.º 3, Junho de 1987.
- idem, “Pentateuco de Faro editado por Samuel Gacon – Primeiro livro impresso em Portugal completa hoje meio milénio”, in *Diário de Notícias*, 30 de Junho de 1987, p. 25
- idem, “O Primeiro livro impresso em Portugal”, in *JL - Jornal de letras, artes e ideias*, Ano VII, n.º 261, de 6 de Julho de 1987.
- MEZER**, Herrmann, “Incunabula”, *Encyclopaedia Judaica*, Jerusalém, Keter, 16 v., 1971, vol. 8.
- NEVES**, Joaquim Carreira Marcelino das, OFM, *A Teologia da Tradução Grega dos Setenta no Livro de Isaías*, (cap. 24 de Isaías), Coimbra, 1973.
- OFFENBERG**, A. K. (comp.) e **WALRAVEN**, C. Moed-Van (colab.), *Hebrew Incunabula in Public Collections – A First International Census*, Nieuwkoop, De Graaf Publisher 1990.
- POSNANSKI**, S., *Jewish Encyclopedia*, vol. VI, British Museum, n. s., n.º 2857.
- PROENÇA**, Raul e **ANSELMO**, António J, *Bibliografia dos Incunábulo Portugueses*, 1920.
- R.D.B.**, “Maimonides”, *Enciclopedia de la Cultura Española*, Tomo IV, Madrid, Editora Nacional, 1967.
- ROMANO**, David, dir., “Las obras rabínicas de Maimónides”, *Maimonides y su época*, Córdoba, 1986.
- SANTOS**, António Ribeiro dos, *Memórias da Literatura*, Lisboa, Academia das Ciências.
- SILVA**, Armando Carneiro da, “Almanaques e folhinhas conimbricenses”, in *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Ano I, 1955.

A escrita, a informação e a honra: as provas de limpeza de sangue no Algarve setecentista¹

Nelson Vaquinhas

No período Moderno, a limpeza de sangue e, por sua vez, a honra, representavam valores indissociáveis e os mais bem cotados socialmente. A pureza de sangue e a nobreza de várias gerações constituíam os eixos primordiais no acesso aos cargos da Inquisição e às Ordens Militares (cavaleiros e hábitos de freire clérigo) e, porventura, à promoção social dos seus actores². O recrutamento de indivíduos para as fileiras dos tribunais do Santo Ofício e das Ordens exigia a confirmação de tais predicados nos seus processos de candidatura. Foram muitos os que se empenharam nas suas habilitações, angariando também documentos a seu favor e entregando elevadas quantias para cobrar os dispêndios intrínsecos. Nas Ordens Militares, atingiam um cômputo que podia envolver depósitos, contribuições e donativos. Inúmeras vezes, a muito custo dos pretendentes.

Ambicionava-se ostentar uma insígnia, mesmo quando era escassa a disponibilidade financeira para custear os gastos que uma habilitação acarretava. Nessas ocasiões, na Mesa da Consciência, recorria-se ao rei, na figura de governador e administrador das Ordens Militares, com pedidos de dispensa para aliviar as contas. Os restantes empreendimentos ficavam a cargo dos tribunais, nas diversas diligências efectuadas em busca de informações sobre os habilitandos e sua ascendência, nos locais de origem e

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do Projecto UID/HIS/00057/2013 - (POCI-01-0145-FEDER-007702). Por decisão pessoal, o autor não escreveu segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

² Para Francisco Bethencourt (1994) “a pureza de sangue era um elemento suplementar de distinção social que se vinha juntar ao sistema tradicional da linhagem e da nobreza de nascimento.” - *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, p. 124.

de morada dos mesmos, não obstante a prática usual de requerer a licença de pátria comum. Nas Ordens Militares, registaram-se imensos pedidos para realizar habilitações na Corte, mas nem sempre eram deferidos. No Santo Ofício, foram diminutos os casos e quase só permitidos aos estrangeiros, nascidos fora da Península Ibérica³. Em ambos os institutos, as buscas incidiam sobre os dados pessoais do peticionário e os dos seus progenitores, apresentados em requerimento. As informações de maior relevância pertenciam à esfera da limpeza de sangue do pretendente, de seus pais e de seus avós. Para ingressar era necessário ser de sangue limpo. A devassa era extensiva à ascendência e, no Santo Ofício, também à consorte, quando existiam enlaces matrimoniais, à descendência e desta, à linhagem legítima e/ou ilegítima.

Estes tribunais contribuíram, a partir do século XVI, para difundir o apego à pureza de sangue⁴. A honra e o universo das provanças de limpeza envolviam uma cultura de habilitação *de genere* alimentada por diversas instituições⁵. Para além das enunciadas como foco de estudo, refira-se também o tribunal do Desembargo do Paço, a Universidade relativamente a professores, os Bispados no que respeita aos ordinandos, os Cabidos canonicais, várias Ordens Religiosas, algumas irmandades, etc. As provas de limpeza de sangue deram notoriedade ao Santo Ofício e à Mesa da Consciência e Ordens. Denote-se que a Inquisição gozava de maior crédito nas informações que detinha, comparativamente às outras instituições que também apuravam a honra dos indivíduos⁶. Tal deveu-se ao rigor investido na recolha e na gestão da informação tida como, expressamente, sigilosa.

A comunicação estabelecida por estas instituições de poder, nos territórios sob a sua administração jurisdicional, dependia de uma rede periférica de agentes locais. O Algarve não foi excepção. De entre aqueles, faziam parte os comissários, os notários e os familiares. Das funções que lhes eram atribuídas, encaradas com

³ AAVV (2013) – “Testemunhar e ser testemunha em processos de habilitação (Portugal, século XVIII)”, in *Honra e Sociedade no mundo ibérico e ultramarino: Inquisição e Ordens Militares – séculos XVI-XIX*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, p. 315.

⁴ João Figueirôa-Rêgo (2009) – «A honra alheia por um fio». *Os estatutos de limpeza de sangue no espaço de expressão Ibérica (sécs. XVI- XVIII)*. Braga: Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho [Exemplar policopiado], p. IV.

⁵ Ana Isabel López-Salazar, Fernanda Olival, João, Figueirôa-Rêgo (2013) – “Ter e fazer prova da honra”, in *Honra e Sociedade no mundo ibérico e ultramarino: Inquisição e Ordens Militares – séculos XVI-XIX*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, p. 12.

⁶ Fernanda Olival (2004) – “Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal”, *Cadernos de Estudos Sefarditas*. Lisboa, nº 4, p. 166.

enorme responsabilidade, as mais destacadas eram as de limpeza de sangue. Encarregavam-se-lhes as inquirições feitas a *peessoas antigas, cristãs velhas, legais e fidedignas*, residentes nas localidades de origem dos visados. Nos interrogatórios, valorizavam-se as faixas etárias mais idosas, cujas memórias alcançassem, por vezes, notícias remotas sobre as parentelas antigas como eram os avós. Era este o perfil traçado para as testemunhas. Os agentes funcionavam como canais de produção, distribuição e circulação da massa documental.

A escrita tinha, assim, uma função essencial. Representava a informação verbal recolhida, a base da tramitação processual e o apoio às tomadas de decisão dos inquisidores, deputados e monarcas. Apenas a informação redigida pelos escrivães das diligências era apreciada e alvo de despacho. Deste modo, os pedidos de informação extrajudicial e as respostas aos mesmos, as provisões ou as comissões e as cartas constituíam o veículo privilegiado da comunicação bilateral entre as sedes dos tribunais e os seus intermediários locais: até aos mais recônditos lugarejos. A informação relevante à candidatura era redigida e inserida no processo, numa moldura estritamente uniformizada e controlada pelas instâncias organizacionais. Os procedimentos administrativos e as tipologias documentais eram padronizados com definição de critérios ao nível do formulário e da linguagem. Não se oferecia margem de manobra para desvios e eventuais ruídos nos sistemas de informação. Refira-se que, nem todos os contactos estabelecidos ou depoimentos, eram lavrados ou, literalmente, registados. Os das testemunhas inquiridas nas diligências extrajudiciais eram apresentados, apenas, os seus resultados. Nos interrogatórios dos dois tribunais, quando os depoentes nada acrescentavam ao processo por não ser considerada informação pertinente, ficavam fora do naípe processual. Estes testemunhos não se tomavam nos autos de habilitação.

TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO:

Habilitações para cargos

No Santo Ofício, o desempenho dos agentes locais principiava com a recepção do pedido de informação extrajudicial. As diligências eram efectuadas *in loco*, resultante das averiguações informalmente realizadas junto de pessoas cristãs velhas e fidedignas das localidades. Por norma, o rol dos depoentes era solicitado ao familiar do Santo Ofício mais antigo, sem

lhe declarar que diligência era. Este preceito aplicava-se também às testemunhas, em ambos os tribunais.

No Algarve, fizeram-se inúmeras diligências. Derivava não só do facto dos candidatos serem naturais desta zona e/ou moradores, mas porque, em outros casos, não o sendo, as suas ascendências tinham ligações com esta região ou porque pretendiam contrair matrimónio com mulheres aí residentes. Alguns processos narram percursos de imensas léguas nas deslocações até aos destinos onde se realizavam as inquirições. Não era fácil, por vezes, calcorrear trilhos difíceis e em condições atmosféricas adversas.

O pedido de informações prévias marcava o início dos trabalhos no terreno e das comunicações na periferia, como podemos ler no seguinte excerto:

Convém saber-se na Mesa do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa por informação extrajudicial que se procura tirar com segredo de pessoas cristãs velhas, fidedignas e antigas se João António de Oliveira Delgado natural da freguesia de Estoi termo da Cidade de Faro e morador nesta Cidade de Lisboa, é legítimo e inteiro cristão velho sem raça de nação infecta, por via de sua Mãe e Avós Maternos o qual diz ser filho legítimo de João Fernandes Marques natural da freguesia de Cachopo termo da vila de Alcoutim e de Catarina Dias natural do sítio da Soalheira freguesia de S. Brás de Alportel termo da vila de Loulé e foram moradores na dita freguesia de Estoi. Neto pela parte materna de Manuel Martins e de sua mulher Maria Dias naturais e moradores que foram do dito sítio da Soalheira⁷ (...) 1754.

O objectivo era captar e confirmar informações sobre o habilitando, apresentadas algumas no seu requerimento, no tocante à sua vida e costumes, juízo, pureza de sangue, sem fama, nem rumor em contrário, idade, naturalidade e morada, se tinha capacidade para desempenhar os cargos do Santo Ofício, dando conta dos *negócios de importância e segredo*; se o candidato e ascendentes já haviam sido presos ou penitenciados pelo Santo Ofício ou incorressem em alguma infâmia pública ou pena vil. Somavam-se requisitos como o saber ler e escrever, entre outros, como a seguir se exemplifica:

O licenciado António Teixeira médico natural da Vila de Loulé, e morador no lugar da Alagoa Reino do Algarve, conteúdo na petição inclusa sobre que Vossa

⁷ ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício, *Habilitações Incompletas*, Doc. 2368, fl. 3.

Eminência nos manda informar; pela que tivemos dos Comissários de Faro e Albufeira, é de limpo sangue por seus pais, e avos, sem fama, ou rumor do contrário; e a mulher tem a mesma opinião. E que o pretendente é de boa vida, e procedimentos, e de muita boa capacidade para se lhe encarregarem negócios de importância, e que de todos dará boa conta. Parece-nos que Vossa Eminência mande se lhe façam as diligências do estilo, porque no Reino do Algarve são necessários mais familiares⁸ (...) 1688.

Não poucas vezes, surgiam rumores levantados pelas testemunhas, dando lugar à emergência de uma segunda vaga de extrajudiciais, algumas até mal-intencionadas. Constituíam interesses particulares à margem do exercício da prática administrativa do Santo Ofício, o que lesava a instituição e o habilitando. Assim, parece ter sido no processo de Damião António de Lemos Faria e Castro, pela *tenacidade de alguns moradores de Vila Nova de Portimão* em o difamar. Este aspirante ao cargo de familiar era natural desta vila e morador na cidade de Faro. Segundo o deputado Nuno da Silva Teles, com alguma indignação no seu parecer, a estas testemunhas apenas lhes foi questionado acerca da fraternidade do pai do habilitando. Mas de nada serviu, porque em sua livre iniciativa *se meteram a falar na qualidade do sangue do habilitando* sem serem inquiridas sobre tal matéria⁹.

A realização de informações prévias voltavam assim a efectuar-se no local de origem do rumor e os informantes tinham de proceder, com afincos, a novas averiguações. Mas esta segunda vaga também podia estar associada ao facto de, nas primeiras, não se ter obtido a devida informação que o Santo Ofício exigia neste procedimento, podendo assumir a forma de carta¹⁰.

No final do texto das extrajudiciais, mencionava-se o nome das pessoas que haviam contribuído com informações, sem que se registassem os seus

⁸ ANTT, *Habilitações do Santo Ofício*, António, Mç. 26, Dil. 717, fl. 5.

⁹ Cf. ANTT, *Habilitações do Santo Ofício*, Damião, Mç. 2, Dil. 25, fls. 102v-103.

¹⁰ Como o exemplo da habilitação de Domingos de Lima da Silveira, natural e morador em Lagos, em que foi necessário proceder, por ordem do Conselho Geral, a novas diligências extrajudiciais. Pretendia-se saber se alguns dos filhos do segundo matrimónio da mãe do habilitando, seus meios-irmãos, haviam sido presos ou penitenciados pelo Santo Ofício. – cf. ANTT, *Habilitações do Santo Ofício*, Domingos, Mç. 26, Dil. 503, fl. 2. No registo de correspondência enviada, refere-se que foi carta para Afonso de Almeida Corte Real para obter essa informação. – cf. ANTT, *Inquirição de Évora, Correspondência expedida*, liv. 18, fl. 8.

testemunhos e o tempo que gastou o agente fora da sua *solita residência* para a recolha daquelas.

Com as primeiras investigações deferidas pelo Conselho Geral do Santo Ofício, em despacho na consulta das informações extrajudiciais, este organismo autorizava, de seguida, a realização de novos procedimentos administrativos. Era sobre a instrumentalização dos primeiros resultados obtidos pelas dianteiras averiguações, sem as praxes judiciais, que assentaria depois, o arranque do trajecto forense.

Dava-se início à tramitação judicial, propriamente dita, sendo necessário realçar escrupulosamente, mais uma vez, por escrito, os procedimentos e formalidades a tomar. Agora, para que se realizassem os actos de inquirição, seria necessário operacionalizar, em minúcia, seguindo um esquema metódico e uniformizado de *interrogatórios* para se documentar sobre as matérias pertinentes ao processo habilitacional. A formalização das próximas operações far-se-ia por comissões. Passam a ter explicitamente um destinatário. Eram dirigidas a um agente local (não implicando que fosse o mesmo das diligências extrajudiciais) ou a um tribunal congénere, na figura dos inquisidores, sob a forma de requisitória¹¹. Isto porque, para os casos que extrapolassem a zona de acção, sob o domínio de um tribunal da Inquisição em causa, era necessário haver uma relação intra-organizacional, de comunicação horizontal, estabelecida pela requisitória. Dois tribunais da Inquisição, a um mesmo nível hierárquico cooperavam articuladamente. Assim acontecia quando um habilitando do Algarve tinha ascendentes na área do tribunal conimbricense, por exemplo. Tornava-se necessária a intervenção deste segundo tribunal e às vezes de um terceiro, para fazer chegar a documentação a todo o espaço geográfico submetido ao poder do Santo Ofício¹². A partir da requisitória, o tribunal de Coimbra ou o de Lisboa, produzia a comissão. Era esta destinada aos seus agentes locais, cuja responsabilidade lhe competia. Assim, requisitória e comissão passariam, a partir desse momento, a estar sempre apensas.

Qualquer uma destas séries documentais (comissão e requisitória) originava, por sua vez, o auto

¹¹ “Termo forense. Mandato do Juiz para outro, em que lhe requer, com a devida cortesia, algum mandamento seu.” - Rafael Bluteau (1720) –*Vocabulário portuguez e latino*, vol. VII. Coimbra: no Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, *subvoce* “requisitória”.

¹² De que eram exemplo também os pedidos de informações extrajudiciais, de certidões de baptismos e de casamentos. O próprio termo requisitória, também se adaptaria, embora em casos raros, quando aplicado a informações extrajudiciais. – cf. ANTT, *Habilitações do Santo Ofício*, Manuel, Mç. 54, Dil. 1147, fl. 2 v.

de inquirição. Documento que punha em prática o interrogatório judicial ordenado pelo Santo Ofício. Isto porque, ao contrário das extrajudiciais, nos trâmites forenses “tomavam-se os testemunhos”¹³. E para isso, o comissário ou o notário, dava forma ao acto de inquirição dos vários depoentes, assessorados por um escrivão que deveria “eleger” para o efeito. No caso de se realizar no próprio tribunal da Inquisição, era feito por um inquisidor com um dos notários. E o quadro usual para a periferia era um notário ou um pároco a auxiliar o agente inquisitorial neste procedimento. Raras foram as vezes, em que os primeiros se assumiram literalmente como escrivães; ao invés, faziam sempre uso da designação do seu *ofício de notário* para se auto-denominarem documentalmente. O escrivão tinha de ser um sacerdote cristão velho de boa vida e costumes. Existia também a figura do notário fixo, a cargo de um respectivo comissário. Manuel Ribeiro Girão, natural e morador em Faro, era o notário, para este tipo de diligências, mas era-o do comissário João Baião Pereira. Este último referia-o como o *Notário do meu cargo*¹⁴.

No auto de inquirição fazia parte um conjunto de preceitos, sob a forma de termos, ao nível da apresentação, juramento, assentada e encerramento. Porém, ainda antes, o escrivão redigia, em jeito de conclusão, um sumário¹⁵, sobre questões de logística que envolviam o cumprimento daquela diligência: deslocação, estada, o número de dias e os livros paroquiais consultados. Mais, às que eram relativas às testemunhas: número de intervenientes e depoimentos, notificações, transporte, entre outras. Podia ser produzido no próprio auto de inquirição, como também em forma de certidão. Destinava-se a possibilitar o pagamento dos custos envolvidos.

O processo comunicacional do Santo Ofício tinha, assim, em cada procedimento dos seus vários trâmites burocráticos, a metodologia a aplicar, as instruções a seguir e os objectivos a atingir. A montagem de tais padrões prendia-se com a margem de manobra que os agentes inquisitoriais não estavam autorizados a dispor,

¹³ E no fim de cada testemunho, cada depoente assinava como prova das suas declarações. No caso de não saberem assinar, figurava a assinatura a rogo, efectuada pelo escrivão da diligência. Acto válido e reconhecido pelo Santo Ofício e que vinha consignado na comissão.

¹⁴ Cf. ANTT, *Habilitações do Santo Ofício*, José, Mç. 51, Dil. 812, fl. 142 v. João Baião Pereira viria a ser comissário em Lagos e Faro.

¹⁵ Ao que o notário do Santo Ofício António Martins Vieira, que foi o escrivão do comissário Henrique Nunes Leal da Gama no processo de António Correia Figueira, designou de declaração. O próprio início do corpo de texto, comprova a forma como aquele escrivão encarou esta formalidade como uma tipologia documental. – cf. ANTT, *Habilitações do Santo Ofício*, António, Mç. 81, Dil. 1558, fl. 66 v.

a fim de não se desviarem, em instância alguma, do que era fulcral: a rectidão e a meticulosidade em documentos que se queriam uniformes para actuações homogéneas. Cabia aos tribunais e respectivos agentes darem a sua devida operacionalidade. O auto de inquirição é um exemplo desse processo de comunicação.

A partir do rol de testemunhas, notificavam-se as mesmas. Este acto era efectuado pelos familiares, meirinhos dos clérigos e sacristães. No caso das testemunhas se encontrarem doentes ou incapacitadas, e não puderem deslocar-se até ao local onde se realizava a inquirição, o agente inquisitorial e respectivo escrivão teriam de a fazer na residência daquelas. Outras alternativas eram possíveis, tais como a que foi experimentada, em 1731, por Nuno Mascarenhas Pessanha, numa das diligências para o processo de Francisco Pereira de Brito, natural e morador em Tavira. O comissário de Loulé pagou um tostão pelo aluguer de uma cavalgadura para ir buscar e levar uma das testemunhas, por esta se encontrar *decrépita*¹⁶. Quando as testemunhas tinham dificuldades económicas, em que tal inquirição as fizesse deslocar longinquamente, estipulava-se um pagamento ao dia. No processo de Baltazar Rodrigues Neto e Seabra, natural e morador de Vila Nova de Portimão, a testemunha Manuel Fialho, considerado homem muito velho e pobre, deslocou-se de Baleizão a Beja, que dista duas léguas, numa cavalgadura menor, recebendo 200 réis¹⁷.

Os registos informacionais passam a incluir todos os depoimentos das testemunhas envolvidas na inquirição, com excepção dos que se consideravam não terem pertinência para o desenvolvimento processual. Esta última ocorrência constituía um acto muito frequente neste tipo de formalidades. O único auto de inquirição, datado de 1690, relativo ao processo de Manuel da Fonseca Sovereira, natural e morador de Vila Nova de Portimão, realizado na igreja de Nossa Senhora da Rocha daquela localidade, reuniu 25 depoimentos. As testemunhas notificadas foram 26¹⁸.

As informações eram no final confirmadas e creditadas pelo comissário ou notário, incumbido de assegurar a fiabilidade do que se efectuava em registo, cabendo ao dito comissário, ou notário, a tarefa de lavrar no final uma informação, pelo seu próprio punho, sem que o escrivão que o assistisse pudesse ter, em

¹⁶ Cf. ANTT, *Habilitações do Santo Ofício*, Francisco, Mç. 51, Dil. 1030.

¹⁷ Cf. ANTT, *Habilitações do Santo Ofício*, Baltazar, Mç. 6, Dil. 99. Presume-se que o valor a pagar fosse esse, visto não vir referida a unidade monetária.

¹⁸ Cf. ANTT, *Habilitações do Santo Ofício*, Manuel, Mç. 40, Dil. 878, fl. 37 v.

instância alguma, acesso a esse documento. Tal como referiu o comissário Domingos Pereira da Silva, tratava-se de *informação particular*¹⁹, não podia comunicar o teor da sua análise acerca dos depoentes. Isto é, se a testemunha era *digna de fé e crédito* e, por conseguinte, era credível o seu depoimento. Não era mais do que um preceito administrativo estipulado pelo Santo Ofício para acentuar a legitimidade do acto de inquirição: um parecer. E aproveitado por alguns, também, para tecer comentários sobre a personalidade do habilitando²⁰. Era um documento dirigido aos Inquisidores, *Ilustríssimos e Reverendíssimos Senhores*, com diversas saudações finais a aplicar. Por exemplo, a de João Baião Pereira, *Criado sem pretexto e muito seu servidor*²¹.

Sempre que a recolha de informações demonstrava ser árdua, em candidaturas de padres, por falta de quem lhes pudesse prestar esclarecimentos sobre o pretendente e sua família, recorria-se às habilitações do ordinário, mais concretamente às diligências *de genere*. Foi o que sucedeu com o padre Inácio de Sousa e Oliveira, natural e morador em Estoi²².

O transporte e a circulação dos documentos do Santo Ofício não se efectuavam sempre da mesma forma e pela mesma via. Podiam ser entregues a “próprios”²³, caminheiros, almocreves e recoveiros que os acarretavam acondicionados em bolsas dos tribunais de distrito e do Conselho Geral, em maços ou avulsamente. Aqueles deslocavam-se até aos locais de produção dos documentos para os levar, por solicitação do Santo Ofício. No caso dos recoveiros esta apanha podia ser efectuada por intermédio dos seus criados. A documentação também podia seguir pelo correio²⁴.

¹⁹ Cf. ANTT, *Habilitações do Santo Ofício*, António, Mç. 26, Dil. 717, fl. 38.

²⁰ Pedro Coutinho Cansado opinou sobre a personalidade de Domingos Dias da Fonseca, morador em Castro Marim: *e o tenho por clérigo sisudo e capaz, ainda que algum tanto acanhado e pouco ágil para algumas coisas*. ANTT, *Habilitações do Santo Ofício*, Domingos, Mç. 8, Dil. 211, fl. 50 v. Considerações deste teor poderiam também, constar nas informações extrajudiciais. Por exemplo, no processo de António Fogaça de Campos, natural e morador em Lagoa, a Inquirição de Évora informou o Conselho Geral que o habilitando era *muito bem procedido, sizudo, e estudioso*. *Ibidem*, António, Mç. 27, Dil. 727, fl. 3.

²¹ ANTT, *Habilitações do Santo Ofício*, José, Mç. 51, Dil. 812, fl. 142 v.

²² Cf. ANTT, *Habilitações do Santo Ofício*, Inácio, Mç. 6, Dil. 90.

²³ Segundo José Pedro Paiva (2005), eram portadores pertencentes à instituição e a quem se recorria, quando a informação era mais sigilosa ou havia maior celeridade na entrega. “As comunicações no âmbito da Igreja e da Inquisição”, in *As comunicações na Idade Moderna* (coord. Margarida Sobral Neto). [Lisboa]: Fundação Portuguesa das Comunicações, p. 164.

²⁴ Foi tardia a integração do Algarve na rede de correio ordinário, comparativamente ao resto do país, só se verificando a partir dos inícios do século XVIII. Em outras zonas, constituía já uma realidade nos inícios do século antecedente, onde estava estabelecida uma via postal que ligava Lisboa a Braga, passando por Porto, Aveiro e Coimbra. – cf. Margarida Sobral Neto (2005) – “O sistema de comunicações postais na idade

A todos estes meios se confiava a condução e entrega dos documentos aos respectivos destinatários e recomendava-se-lhes brevidade e segurança.

TRIBUNAL DA MESA DA CONSCIÊNCIA E ORDENS: Habilitações para a obtenção de hábitos

A partir de 1597, passou a ser obrigatório realizar as provanças nas terras de onde o habilitando, pais e avós eram oriundos. Por inerência desta alteração de método de inquérito aumentaram inequivocamente os dispêndios das diligências, custeados pelo pretendente²⁵. A proximidade geográfica do domicílio dos comissários relativamente ao local da diligência determinava a escolha destes. Os peticionários assim o pediam, por vezes, devido aos encargos²⁶.

O tribunal das Ordens tinha uma rede de comissários em todo o Reino e ultramar, desenvolvida a partir dos definitórios saídos do capítulo geral de 1619²⁷. Em locais remotos, não havendo um representante da ordem militar a que se candidatava o habilitando, não existia inconveniente em destinar as diligências a um comissário professo noutra mestrado²⁸. Em 1640, ordenou-se que não havendo cavaleiros da ordem militar correspondente à mercê do hábito se cometeriam as diligências a um comendador ou a um cavaleiro de outra milícia. O mesmo se aplicava aos freires que serviam de escrivães²⁹.

moderna e o processo de construção do «Estado moderno», *Códice*, série II, n.º 2, p. 37. Até àquela data o Algarve não dispunha de uma estrutura organizada de serviços postais que pudesse assegurar uma comunicação regular com as outras partes do Reino. O transporte da correspondência far-se-ia por correio extraordinário, almocreves e recoveiros. A partir de 1702 os estafetas do Alentejo e Algarve passaram a usufruir do exclusivo do transporte de correspondência e os almocreves circunscritos ao transporte de encomendas e das cartas que as acompanhavam. – cf. *Idem* (2005) - “Os correios na Idade Moderna”, in *As comunicações na Idade Moderna* (coord. Margarida Sobral Neto). [Lisboa]: Fundação Portuguesa das Comunicações, pp. 26-27. Em Espanha o correio ordinário foi criado no século XVI. – cf. Juan Carlos Galende Díaz e Bárbara Santiago Medina (2004) - “Validatio-Autenticatio’ y ‘Expeditio-Traditio’ de la documentación inquisitorial: el sello y el correo del Santo Oficio español”, *Documenta & Instrumenta*, Madrid, n.º 2, p. 42. Segundo Godofredo Ferreira (1964), o correio ordinário quer fosse a pé ou a cavalo, era mais preciso. Partia em dia específico, caminhava a tantas léguas por dia, sempre de forma moderada, e levava correspondência diversa. – cf. *Algumas achegas para a história do correio em Portugal*. Lisboa: s.n., p. 72.

²⁵ Cf. Fernanda Olival (1991), “Para um estudo da nobilitação no Antigo Regime: os cristãos novos na Ordem de Cristo (1581-1621)”, in *As Ordens Militares em Portugal - Actas do I Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, p. 234.

²⁶ ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 46, n.º 64.

²⁷ Cf. Fernanda Olival (2004) – art. cit., p. 161 e *idem* (2001) – *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, p. 287.

²⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra A, mç. 1, n.º 1.

²⁹ LC, *Portuguese Manuscripts Collection*, mss 418, fl. sem numeração.

Enumeravam-se os locais e os nomes dos respectivos agentes, o comissário e o freire, nas petições ou em fólio à parte. A partir daqui lavrava-se uma provisão³⁰, ou mais, dependendo dos locais de origem distintos do habilitando e dos seus ascendentes. O documento era produzido com base nas informações prestadas na petição, declarando os nomes e as nacionalidades. Para além da função de examinar a idoneidade dos indivíduos servia para confirmar os dados lançados no requerimento.

A provisão tinha o objectivo de aferir com todo o segredo a nacionalidade, qualidade, pureza de sangue e ofícios, procedimentos do pretendente, de seus pais e avós por via dos interrogatórios, em que se inquiriam, pelo menos seis testemunhas³¹, afastadas de qualquer suspeita, que deveriam ser das pessoas mais velhas, dignas de fé, nobreza, crédito e confiança. Notificavam-se as pessoas, como testemunhas do processo, para serem inquiridas debaixo de juramento dos santos evangelhos, cada uma delas, individualmente, pelos interrogatórios que lhes eram lidos. Este documento era assumido como veículo de comunicação entre o monarca, os tribunais da administração central e as comunidades locais.

Os interrogatórios acompanhavam sempre a provisão. Da nomenclatura de perguntas constavam em primeiro lugar as que avaliavam os níveis de conhecimento das testemunhas acerca do justificante, dos seus pais e avós, se conheciam as pessoas referidas na provisão, os seus nomes, nacionalidades e domicílios. Não bastava revelar esses dados pessoais, havia que justificar também como se era detentor de tais informações. Esta seria, provavelmente, uma técnica para apurar o grau de proximidade entre as testemunhas e os envolvidos na provisão. Acresciam as perguntas sobre a existência ou não de relações de parentela, por sanguinidade ou afinidade, entre inquiridos e habilitando, pais e avós. Havendo parentesco até ao terceiro grau não se podia testemunhar. Até as relações de amizade e inimizade, promessas de algo, actos de suborno ou de ameaça deviam ser declarados para que as mesmas não influenciassem a diligência. Seguiam-se as questões sobre a nobreza, a legitimidade do matrimónio dos pais

³⁰ Por vezes a provisão também é designada de comissão. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra A, mç. 35, nº 9. Note-se que nem sempre os mestrados utilizavam o formulário impresso, em especial a Ordem de Avis.

³¹ Número muito semelhante ao que era exigido pelo Desembargo do Paço, pelo menos sete testemunhas. Cf. ANTT, DP, Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, mç. 518, cx. 662.

do habilitando, sobre uma hipotética fama proveniente de algum caso que tivesse ocorrido. As questões sobre a religião e a qualidade eram tónicas especiais nestes interrogatórios. Rematava-se a diligência com os dados sobre o estado civil, robustez e idade do aspirante.

Da provisão resultava o auto de habilitação, constituído pelos termos de apresentação, juramento, assentada, sumário de testemunhas, termo de encerramento, termo de contas e informação final.

Todos estes procedimentos eram realizados com o maior sigilo e sob juramento dos inquiridores e inquiridos. A partir da década de 70 do século XVIII, com a eliminação oficial da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos declarada oficialmente com o fim da limpeza de sangue em Portugal, em 1773, registou-se uma alteração no formulário das Ordens Militares, que passou de 15 para 10 questões. Importa referir que a pureza de sangue deixa de constar no inquérito, assim como na Inquisição, onde se dava lugar à indagação de algum crime de Lesa-Majestade que fosse praticado. Requisito esse também contemplado nos interrogatórios das Ordens portuguesas³². Na Mesa da Consciência passou a constar um novo documento, a instrução. Este último sistematizava um conjunto de regras estabelecidas sobre a forma de proceder, relativamente a algumas situações pontuais, na execução das diligências. Premuniam-se as rotinas a ter em conta. O comissário devia acusar a recepção da provisão, num prazo estipulado, ao escrivão da câmara que a havia subscrito, assim como informar os casos de doença ou de impedimento para realizar a diligência, da sua parte ou do *companheiro que lhe for nomeado para escrever*. Este tipo de situações devia ser apresentada directamente ao tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, pela mão do referido escrivão da Câmara, porque nada podia embaraçar ou retardar a execução da provisão.

Nem sempre as testemunhas mostravam-se disponíveis para colaborar. As inquirições já faziam parte do quotidiano de algumas pessoas e, por conseguinte, estas aperceber-se-iam com maior facilidade de alguma diligência em curso na sua localidade. Quem preenchia os requisitos exigidos para ser testemunha estava sujeito às notificações para participar em processos desta natureza. Algumas esquivavam-se aos depoimentos

³² Cf. Inês Versos (2012) – “Atestar a honra. A prática das inquirições na Ordem de Malta e no Santo Ofício em Portugal nos finais do Antigo Regime”, in *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros - Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, p. 1110.

logo que avistassem os inquiridores. Tal como referiu, em 1769, o comissário fr. Manuel da Costa de Carvalho Borges de Vasconcelos, *se refugiavam sendo preciso ir pessoalmente procurá-las às suas lavouras, e ainda assim custou muito o quererem depor*³³. É provável que os múrmuros também ajudassem a tomar conhecimento destas inquirições no terreno.

No final das inquirições os agentes das diligências apresentavam as contas relativas aos seus honorários. Para isso produziam uma certidão com os valores implicados, a entregar no tribunal.

No século XVII, encontram-se referências de que o comissário deveria deslocar-se ao tribunal das Ordens e entregar em mão as habilitações. Provavelmente, assim aconteceria nas diligências realizadas em Lisboa, onde se situava a Mesa da Consciência³⁴ e nas proximidades. No século XVIII, com a instrução, mencionava-se que deveriam ser remetidas seguras pelo correio. Assim o fizeram, em 1781, os cavaleiros comissário fr. Alberto António de Brito Medeiros Aboim e o beneficiado José de Moura e Sequeira que as enviaram pelo *correio do Reino do Algarve* para que fossem entregues a Domingos Pires Monteiro Bandeira³⁵.

No final do auto de habilitação, o comissário e o escrivão lavravam a sua informação sobre as inquirições. Dava-se espaço à opinião desses delegados. Os agentes mais aplicados nesta matéria indicavam, no documento, de forma metódica, o número da testemunha e do fólio onde constavam as referidas situações, de forma a agilizar a pesquisa da informação. Nem sempre o escrivão participava nesta tipologia, a avaliar pela ausência da sua assinatura no documento. O mesmo acontecia de forma deliberada nas do Santo Ofício.

Se alguma testemunha declarasse, por exemplo, que um dos visados do interrogatório não fosse natural do lugar mencionado na provisão, os agentes das Ordens teriam de se deslocar até ao local referido para dar seguimento às diligências.

Assim como no Santo Ofício, ultimada a diligência, toda a documentação era restituída à origem, remetida para a Mesa da Consciência e Ordens. Nem originais, nem cópias ficavam na posse e acesso dos agentes. Mencionava-se isso nos autos. A exceção estaria nas diligências realizadas em espaço ultramarino, como

³³ ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mc. 2, doc. 104.

³⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mc. 43, nº 86.

³⁵ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mc. 2, doc. 88.

na Inquisição. Da mesma forma, expediam-se para a metrópole as cópias das inquirições³⁶.

PROVIMENTOS EM IGREJAS E BENEFÍCIOS

Os processos de concurso para servir em igrejas e benefícios eclesiásticos, a par dos de concessão de hábitos, terão representado, em arquivo, genericamente falando, o maior volume de informação produzida pelas Ordens Militares.

Era exigido aos clérigos seculares a limpeza de sangue. Para qualquer sacerdote do hábito de S. Pedro que quisesse entrar no concurso devia ser alvo de habilitações de *genere*³⁷. Deviam ser realizadas previamente para receber a respectiva insígnia, provando a limpeza de sangue e de ofícios manuais³⁸. Eram as designadas provanças realizadas no juízo geral das Ordens a que pertenciam, diante do juiz. O requerimento do eclesiástico tramitava para o juízo. Tratava-se de uma fase marcante na candidatura. A sentença de habilitação no juízo geral das três Ordens militares representava um momento determinante no processo³⁹. O veredicto formulado pelo juiz, traduzido também numa *informação e parecer*⁴⁰, constituía uma base para o desfecho do processo. As informações recolhidas sobre as partes pessoais, limpeza de sangue e qualidade, de que resultavam os autos do sumário, eram depois remetidas ao escrivão de seu cargo⁴¹.

Inquiriam-se as testemunhas, escolhidas dentro do núcleo das pessoas principais, que depunham a respeito do suplicante, na forma dos interrogatórios, nas terras de naturalidade dos pais e avós. Por exemplo, em 1795, no inquérito do processo do padre António José Gomes Ribeiro, presbítero secular, indagaram-se 13 testemunhas⁴².

Os procedimentos para a realização das inquirições eram claros, como a seguir se compreende:

*Quando o Juiz das Ordens cometer as inquirições
fora do lugar onde estiver as cometam ao Juiz da*

³⁶ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mc. 3, nº 26.

³⁷ Cf. Fernanda Olival (1996) - "Os concursos destinados às capelanias da Ordem de Avis a sul do Tejo (1680-1689)", in *Actas do 2º Encontro de História Regional e Local do distrito de Portalegre*. Lisboa: Associação de Professores de História, p. 234.

³⁸ Cf. Fernanda Olival (1999) - "O clero da Ordem de Avis na região alentejana (1680-1689): concursos e provimentos", in *Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura - Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*, vol. II. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, p. 189.

³⁹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra A, mc. 3, nº 61.

⁴⁰ Cf. ANTT, CG, MCO/Junta do Tabaco, mc. 244, cx. 918.

⁴¹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra A, mc. 3, nº 4.

⁴² Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra A, mc. 3, nº 62.

*Ordem da comarca que as tire, quer seja em limite desta Ordem, quer de outra, e (não o havendo) aos vigários gerais dos Ordinários, se ali onde se forem fazer os houver; e quando os não haja, aos vigários da vara, ou a quem à Mesa da Ordem parecer*⁴³.

Proliferavam as diligências consoante o número de localidades a contactar. As preocupações incidiam com maior vigor sobre os inquiridos de cristã novice por parte do pai, mãe e de todos os quatro costados. Constituíam matéria muito sensível em comparação com os impedimentos da falta de qualidade e nobreza. Por norma, estes predicados eram ultrapassados com maior desenvoltura administrativa. Havendo carência de sujeitos para servir os benefícios, até os juizes das Ordens apontavam a conveniência em dispensar nos impedimentos⁴⁴. Entretanto, quando não se conseguia provar ou ter notícias nos lugares indicados pelo suplicante, podia haver um despacho interlocutório. Neste, pedia-se que declarasse algum dado em falta, apresentasse uma certidão ou outro documento que resolvesse a tramitação⁴⁵.

Também nestes casos, quando recolher informações nas terras de origem dos pais e avós constituía tarefa custosa, pela larga distância e pelos valores envolvidos, requeria-se dispensa para que na Corte, como pátria comum, se realizassem as diligências. A falta de comissários em determinados lugares, onde o mais próximo poderia estar a muitas léguas, reforçava o pedido de dispensa das inquirições nas origens dos seus ascendentes⁴⁶. Os peticionários garantiam ter testemunhas que cooperariam no seu processo⁴⁷.

A cidade de Lisboa não era o único palco proposto para a realização das inquirições nestes pedidos de pátria comum. Foi o que aconteceu, em 1710, com o padre Gaspar de Figueiredo Mascarenhas, clérigo do hábito de São Pedro, natural de Faro, filho do capitão Manuel de Figueiredo Mascarenhas e de Isabel da Fonseca, neto por parte paterna do capitão Gaspar de Figueiredo Mascarenhas e de D. Mariana do Vale, pela materna de Maria da Costa, todos naturais da mesma

⁴³ Regra da Ordem de Cristo, Parte I, Título XIX, §XI, in *Definições e Estatutos dos Cavaleiros e Freires da Ordem de Cristo*, Lisboa, na Oficina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Ofício, 1746, pp. 35-36.

⁴⁴ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra A, mç. 3, nº 20.

⁴⁵ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra M, mç. 6, nº 129.

⁴⁶ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra J, mç. 5, nº 90 e ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra J, mç. 5, nº 131.

⁴⁷ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra A, mç. 3, nº 42.

cidade de Faro e de Ricardo Marção, natural da cidade de Londres do Reino de Inglaterra. Afirmou que em Faro havia muitas pessoas que conheceram o seu avô materno e que podiam dar informação da limpeza do seu sangue e dos mais requisitos. Ainda, na sua petição, referenciou exemplos em que o monarca concedera essa mesma graça para realizar as inquirições em Setúbal, em Portalegre e em Borba⁴⁸. Nestes casos remetiam-se as comissões para os comissários que ficavam encarregues das diligências⁴⁹.

Aquando de uma mácula, os candidatos procuravam lançar créditos nas suas gerações, elencando clérigos, frades, juizes de fora nas suas redes familiares⁵⁰.

Os autos de diligências eram entregues ao juiz e podia ser este o portador dos mesmos, trazendo-os ao tribunal para serem vistos e despachados pelo presidente e pelos deputados da Mesa. Se, eventualmente, surgissem rumores de falta de pureza de sangue, após a aprovação do juiz geral, realizavam-se de novo as inquirições e efectuava-se novo depósito para os gastos das diligências.

NOTAS FINAIS

O processo de apuramento da honra tinha como ponto de partida a confirmação dos dados facultados pelo peticionário no seu requerimento. As partes interessadas muniam-se de informações que pudessem favorecer as suas candidaturas, numa postura convicta de que eram detentores dos requisitos impostos. De entre estes, a limpeza de sangue que se destacava dos restantes. Não possuir qualquer mácula no sangue ou rumor da mesma ampliava as hipóteses no acesso aos cargos do Santo Ofício e das Ordens Militares. O contrário era devastador para os candidatos e para a sua família. Os inquéritos constituíam a metodologia utilizada pelo Santo Ofício e Mesa da Consciência e Ordens para aferir a limpeza e a honra dos indivíduos. Valiam-se de testemunhos orais, recolhidos por agentes locais, para comprovar os atributos exigidos nas candidaturas. Associadas aos depoimentos estavam as tipologias documentais que serviam de suporte à informação reunida nos interrogatórios e de comunicação entre os tribunais e os intermediários locais.

Existia uma enorme diferença entre o ficar inabilitado pela impureza de sangue e o de não ter

⁴⁸ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra G, mç. 4, nº 4.

⁴⁹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra J, mç. 5, nº 131.

⁵⁰ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra A, mç. 3, nº 17.

requisitos pessoais exigidos, por exemplo. A primeira razão era considerada de uma enorme gravidade e, na prática, tinha consequências nefastas para a vida do habilitando, estendendo-se a toda a sua família. A segunda, apenas o constrangimento de não se alistar nas fileiras do Santo Ofício e das Ordens Militares. Na Mesa da Consciência, o rei teoricamente não podia dispensar na habilitação de sangue, mas havendo Breve Pontifício, ainda que não estivesse obrigado, podia aceitar, mediante uma licença⁵¹.

Exigia-se o sigilo em todas as diligências, quer orais, quer escritas. Os agentes locais e os depoentes juravam pelos santos evangelhos não revelarem informações sobre os inquiridos. Toda a documentação conducente aos processos era encaminhada para os tribunais do Santo Ofício e da Mesa da Consciência e Ordens. A centralização dos registos escritos nestes institutos constituía a prova do sigilo e do acesso restrito à informação, de onde quer que esta viesse e nem sempre vinha de perto.

O Algarve, ou qualquer outra área do país, mesmo nesta época de comunicações lentas, não se alheava desta rede de informação. Qualquer uma das duas instituições estudadas montou um sistema que articulava o centro com as múltiplas periferias do país.

⁵¹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mc. 46, nº 21.

FONTES**Arquivo Nacional/Torre do Tombo (ANTT)****Conselho de Guerra**

MCO/Junta do Tabaco

mç. 244, cx. 918.

Conselho Geral do Santo Ofício*Habilitações Incompletas*

Doc. 2368

Habilitações do Santo Ofício

António, Mç. 26, Dil. 717; António, Mç. 27, Dil. 727; António, Mç. 81, Dil. 1558; Baltazar, Mç. 6, Dil. 99; Damião, Mç. 2, Dil. 25; Domingos, Mç. 8, Dil. 211; Domingos, Mç. 26, Dil. 503; Francisco, Mç. 51, Dil. 1030; Inácio, Mç. 6, Dil. 90; José, Mç. 51, Dil. 812; Manuel, Mç. 40, Dil. 878; Manuel, Mç. 54, Dil. 1147.

Desembargo do Paço

Repartição das Justiças e Despacho da Mesa

mç. 518, cx. 662.

Inquisição de Évora*Correspondência expedida*, liv. 18.**Mesa da Consciência e Ordens***Habilitações da Ordem de Cristo***letra A**, mç. 1, nº 1; mç. 35, nº 9; **letra M**, mç. 3, nº 26; mç. 43, nº 86; mç. 46, nº 21, nº 64.*Ordens Militares/Papéis diversos*

mç. 2, doc. 88, doc. 104;

letra A, mç. 3, nº 4, nº 17, nº 20, nº 42, nº 61, nº 62; mç. 6, nº 129; **letra G**, mç. 4, nº 4; **letra J**, mç. 5, nº 90, nº 131.

Library of Congress (LC)*Portuguese Manuscripts Collection*

mss 418.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (2013) – “Testemunhar e ser testemunha em processos de habilitação (Portugal, século XVIII)”, in *Honra e Sociedade no mundo ibérico e ultramarino: Inquisição e Ordens Militares – séculos XVI-XIX*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

BETHENCOURT, Francisco (1994) – *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália*. [Lisboa]: Círculo de Leitores.

BLUTEAU, Rafael (1720) – *Vocabulário português e latino*. vol. VII, Coimbra: no Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, *subvoce* “requisitória”.

FERREIRA, Godofredo (1964) – *Algumas achegas para a história do correio em Portugal*. Lisboa: s.n.

FIGUEIRÔA-RÊGO, João (2009) – «**A honra alheia por um fio**». *Os estatutos de limpeza de sangue no espaço de expressão Ibérica (sécs. XVI- XVIII)*. Braga: Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho [Exemplar policopiado].

GALENDE DÍAZ, Juan Carlos, **SANTIAGO MEDINA**, Bárbara (2004) – “Validatio-Autenticatio y Expositio-Traditio de la documentación inquisitorial: el sello y el correo del Santo Oficio español”, *Documenta & Instrumenta*, Madrid, n.º 2, pp. 23-55.

LÓPEZ-SALAZAR, Ana Isabel, **OLIVAL**, Fernanda, **FIGUEIRÔA-RÊGO**, João (2013) – “Ter e fazer prova da honra”, in *Honra e Sociedade no mundo ibérico e ultramarino: Inquisição e Ordens Militares – séculos XVI-XIX*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

NETO, Margarida Sobral (2005) – “O sistema de comunicações postais na idade moderna e o processo de construção do «Estado moderno»”, *Códice*, série II, n.º 2.

IDEM (2005) – “Os correios na Idade Moderna”, in *As comunicações na Idade Moderna* (coord. Margarida Sobral Neto). [Lisboa]: Fundação Portuguesa das Comunicações.

OLIVAL, Fernanda (2012) – “Comissários das Ordens Militares e comissários do Santo Ofício: dois modelos de actuação”, in *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros - Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, pp. 477-490.

IDEM (2004) – “Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal”, *Cadernos de Estudos Sefarditas*, Lisboa, nº 4, pp. 151-182.

IDEM (2001) – *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar.

IDEM (1999) – “O clero da Ordem de Avis na região alentejana (1680-1689): concursos e provimentos”, in *Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura – Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*, vol. II. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, pp. 187-221.

IDEM (1996) – “Os concursos destinados às capelanias da Ordem de Avis a sul do Tejo (1680-1689)”, in *Actas do 2º Encontro de História Regional e Local do distrito de Portalegre*. Lisboa: Associação de Professores de História, pp. 232-239.

IDEM (1991) – “Para um estudo da nobilitação no Antigo Regime: os cristãos novos na Ordem de Cristo (1581-1621)”, in *As Ordens Militares em Portugal - Actas do I Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, pp. 233-244.

PAIVA, José Pedro (2005) – “As comunicações no âmbito da Igreja e da Inquisição”, in *As comunicações na Idade Moderna* (coord. Margarida Sobral Neto). [Lisboa]: Fundação Portuguesa das Comunicações.

VAQUINHAS, Nelson (2010) – *Da comunicação ao sistema de informação: o Santo Ofício e o Algarve (1700-1750)*. Lisboa: CIDEHUS/Colibri.

VERSOS, Inês (2012) – “Atestar a honra. A prática das inquirições na Ordem de Malta e no Santo Ofício em Portugal nos finais do Antigo Regime”, in *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros - Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, pp. 1105-1119.

Contributo para a história da edição contemporânea em Portugal: a emergência da edição impressa na periferia, o caso do Algarve (1808-1910)

Patrícia de Jesus Palma¹

INTRÓITO

A geografia dos centros e periferias da produção impressa em Portugal é historicamente variável, o que se explica, em parte, por esta ter sido longamente uma actividade itinerante. Faro (1487-1494)², ou Chaves (1489)³, por exemplo, puderam considerar-se núcleos impressores no século nascente da arte tipográfica, mas transformaram-se brevemente em periferias do impresso, alimentadas por prelos distantes, não necessariamente nacionais.

Estas particularidades vernáculas permitem lembrar que a invenção de Johannes Gutenberg (1398-1468) não se generalizou uniformemente no tempo e no espaço, nem de forma contínua⁴. É necessária uma constante vigilância sobre as alterações que em cada tempo, geografia e sociedade ocorreram no seio do designado universo tipográfico, a cada passo individual

¹ O presente artigo baseia-se na investigação produzida pela autora no âmbito do mestrado, cujos resultados globais podem ser consultados em PALMA (2008). A autora não segue o Novo Acordo Ortográfico.

² De uma perspectiva bibliográfica, ANSELMO (1981: p. 235) considerou «indiscutível» a prioridade farenses no estabelecimento da imprensa hebraica portuguesa, considerando-a «uma das mais antigas de todo o Mundo», só antecedida por Itália (1469) e Espanha (1476). Seguindo o rasto dos caracteres tipográficos, Artur Anselmo pôde identificar o percurso desta oficina, depois do decreto da expulsão dos Judeus, localizando um dos filhos de Samuel Gacon (ou Porteiro), David, dando continuidade à actividade em Pesaro (Itália).

³ Data de 1965, a descoberta do *Tratado de Confissom*, impresso em Chaves, a 8 de Agosto de 1489, alterando completamente a geografia portuguesa da proto-impressão cristã, cujo estudo se deve a MARTINS (1973: pp. 9-114).

⁴ A perda de centralidade produtiva de determinado local não significa de forma correlata a perda de importância nos circuitos de circulação das obras impressas. Para uma conceptualização sobre os conceitos de pequeno, médio e periférico espaço do impresso, v. REAL COSTAS (2013).

lizando-se e surpreendendo⁵. Em Portugal, depois da fase de implantação quatrocentista, com manifestações em Faro, Lisboa, Chaves, Leiria, Braga e Porto, a actividade tipográfica chegou a Évora, Coimbra, Viseu, Goa e Macau durante o florescente século XVI, mas contraiu-se nos séculos XVII e XVIII. Ao longo destes duzentos anos, concentrou-se nas cidades de Goa (até 1754), Lisboa, Évora, Coimbra, Porto e Braga e nem sempre com a mesma intensidade produtiva.

Tais circunstâncias demonstram-nos que, até Oitocentos, Portugal não possuiu um sistema de produção global, isto é, dispondo de uma generalizada cobertura geográfica de estruturas físicas, técnicas e humanas da arte de imprimir, que tenham permitido o fácil acesso à expressão em letra-de-forma. O contexto revolucionário da primeira metade do século XIX impulsionou fortemente a expansão geográfica e social da tipografia, revelando forte poder da comunicação nos diferentes contextos bélicos. Não obstante, a história da edição contemporânea portuguesa é a que menor atenção analítica tem obtido dos historiadores, cujo interesse pelos tempos inaugurais da imprensa e pelas principais casas impressoras é manifestamente superior⁶.

Neste artigo, pretende-se contrariar esta tendência⁷, concentrando-nos, por um lado, no estudo da actividade tipográfica contemporânea e, por outro lado, nos pequenos, médios e, eventualmente, periféricos espaços do impresso. O objectivo principal é o de acompanhar a expansão das condições que favoreceram o processo da apropriação dos valores da cultura impressa em Portugal, para o qual a difusão da tipografia foi um dos factores decisivos.

O espaço regional do Algarve constitui o nosso estudo de caso, não se afigurando um critério restritivo. Recorrer-se-á, sempre que oportuno, às diferentes escalas de análise, por forma a diminuir os riscos das generalizações inconvenientes, ou de entender como original e extraordinário o que seja uma tendência comumente partilhada⁸.

⁵ Cf., a este respeito, CHARTIER (1998), CAVALLO e CHARTIER (2011) e JOHNS (1998).

⁶ Sobre este assunto, afirma LISBOA (1989, p. 186): «a existência de tipógrafos e encadernadores foi desde o século passado algo que interessou aos eruditos. É a busca dos momentos originais que justifica em grande medida este interesse: quem foram (famílias, proveniências, personalidades), onde ficavam (bairros, edifícios), como procediam os primeiros impressores? Daí que a atenção fosse essencialmente dirigida para o Renascimento, e que os séculos ulteriores aparecessem mais como elementos de uma genealogia». Para uma bibliografia da história do livro em Portugal, consulte-se CURTO (2003).

⁷ Apesar de recente, a história da edição contemporânea apresenta bases sólidas, que, a título exemplificativo e sob diferentes perspectivas, citamos: NUNES (2001), DURÃO (2003), ANDRADE (2009), MEDEIROS (2010) e MELO (2015).

⁸ Sobre esta metodologia, v. RICOEUR (2010 [2000]: pp. 276-286) e, para o caso concreto da história do livro, v. BOTREL (1992).

AS FONTES

Sendopossívelidentificaraspectosimpulsionadores para a actividade tipográfica na segunda metade do século XVIII e ao longo do século XIX, não dispomos de inquéritos, ou de levantamentos estatísticos oficiais, nem é comum a existência de fundos arquivísticos relativos às casas de impressão contemporâneas, como acontece, por exemplo, para o caso francês⁹, permitindo-nos adentrar este universo munidos de fontes documentais seguras. Conquanto a tipografia não estivesse geralmente disponível, o impresso não era um objecto completamente desconhecido¹⁰, pelo que a instalação de uma nova oficina também não gerou, em norma, o ímpeto conservador do seu espólio¹¹. Esta realidade tanto se aplica aos principais centros de produção, quanto aos demais. Todavia, quando nos concentramos em realidades provinciais, há outras circunstâncias a contemplar. Refiro-me à natureza e à acessibilidade das fontes, assim como às suas implicações no objecto de estudo.

Enquanto os repositórios, onde estão depositadas as fontes documentais relativas aos principais centros de produção, são geograficamente coincidentes, pois coincidem geralmente com os centros de administração política, económica e cultural, os repositórios relativos à periferia estão geograficamente dispersos e em estádios de organização e de acessibilidade muito distintos, com óbvias conseqüências na quantidade e qualidade das fontes disponíveis¹² e inevitáveis efeitos no desenrolar da investigação.

⁹ Cf. BARBIER (1990 [1985]: pp. 67-91). Para o caso português, exceptua-se o utilíssimo levantamento realizado pelo particular João José de Sousa Telles, dado à estampa em 1864, oferecendo-nos uma amostra-farol da produção científica, literária e artística relativa ao ano de 1863, que contempla o levantamento de tipografias existentes naquela dada. Cf. TELES (1864).

¹⁰ É oportuno lembrar que a inexistência de oficinas tipográficas locais não significou a inexistência de actividade editorial. Não obstante, era esta uma actividade muito restrita pelos dispêndios financeiros e sociais envolvidos. Caso paradigmático é o de Damião António de Lemos Faria e Castro (1715-1789), com intensa actividade editorial a partir do Algarve, sustentada por uma cómoda situação financeira e uma boa rede de interlocutores nos principais centros de impressão, como denota a carta enviada ao seu amigo Fr. Vicente Salgado solicitando-lhe a intervenção no negócio que tinha iniciado com o impressor Simão Tadeu Ferreira, em Lisboa, embora ainda estivesse indeciso quanto ao melhor local de impressão, que tanto poderia ser em Lisboa como: «França, ou Holanda, aonde me asseguram se fará a impressão com sumo cómodo (...)». E remata: «que este negócio se há-de celebrar por Escritura, para a qual mandarei a V. Rm.ª Procuração.» Carta de 15 de Fevereiro de 1785, transcrita por MENDES (2007: p. 253).

¹¹ Exceptuam-se os contextos editoriais que visaram a criação de um órgão de informação periódica, como aconteceu no caso dos Açores. V. a este respeito *Arquivo dos Açores*. [Em linha]. Ponta Delgada: Tip. do *Arquivo dos Açores*, 1886, vol. VIII, p. 485-556 e 1887, vol. IX, p. 38-49. Disponível em: <http://arquivodigital.uac.pt/yii/arquivodigital/index.php?r=site/page&view=aa>

¹² No Algarve, estão ainda por organizar os arquivos municipais de Aljezur, Monchique, São Brás de Alportel, Castro Marim e Alcoutim.

Ao variar a escala de análise poderão mudar também as características materiais dos objectos produzidos. Pensemos no catálogo de uma grande casa impressora, pouco comum na província. Face ao livro canónico, recorrente nos catálogos dessas casas, há que colocar aqueles a que Víctor Infantes designou como os «impressos menores»¹³, de natureza e de valor efémeros, tais como os almanaques, os jornais, os rótulos, os sermões, as orações, os avisos, as circulares, os editais, as gravuras, etc., produzidos por pequenas oficinas tipográficas, muitas sem recursos físicos e humanos qualificados, com uma produção destinada a um consumo imediato e, portanto, sem as características tendentes à preservação e ao inventário.

Não pretendemos que este contexto gere uma hierarquia e sim um ajuste dos instrumentos teórico-metodológicos a uma realidade distinta, também existente, de resto, nos grandes centros. Nestes casos, situamo-nos ao nível do quotidiano, do padrão, ou, como melhor disse Michel Foucault, temos a oportunidade de escutar e dar conta desse «rumor lateral, dessa escrita quotidiana e tão rapidamente apagada que nunca adquire o estatuto de obra ou dele se vê imediatamente despromovida»¹⁴. O desafio pode, por isso, ser mais aliciente e os resultados proporcionalmente compensadores, pois, como observou Víctor Infantes: «Resulta más difícil de localizar un *calendario* que un incunable desconocido, pues del segundo es más que probable que aparezca su cita en el inventario de alguna biblioteca (...)»¹⁵. Como lá chegar?

A história das oficinas tipográficas pode ser respigada através da pesquisa nos arquivos locais e municipais; em catálogos bibliográficos de bibliotecas públicas e particulares, por critério de local de impressão (critério secundário na catalogação do impresso contemporâneo, i.e, posterior a 1800) ou de local de edição. Seguir-se-á a necessária consulta e descrição física dos exemplares¹⁶: livros, jornais, folhetos, folhas soltas, cartazes, cartões, etc. A encadernação, caso seja original, o(s) papel(is), as tintas, as ilustrações utilizadas podem dar-nos pistas relevantes sobre a capacidade técnica, artística e produtiva das oficinas. Os jornais, em particular as secções locais, as de partidas e de chegadas e as de anúncios são fontes preciosas para

¹³ In INFANTES (1997).

¹⁴ In FOUCAULT (2014 [1969]: p. 185).

¹⁵ INFANTES – *Op. cit.*, pp. 290-291.

¹⁶ Sobre esta etapa, consulte-se o esclarecedor estudo de CASTRO (1977).

colher o nome de um tipógrafo contratado; de um outro que se transferiu; de uma oficina que se alugou ou vendeu para outra localidade; de um livro prestes a sair de um prelo local; de um aprendiz que se pretende recrutar; das dificuldades para imprimir um trabalho anunciado... Minudências, sim, mas que, na ausência de fontes oficiais, permitem conhecer paulatinamente o ambiente de uma determinada oficina e, peça a peça, reconstruir a sua capacidade produtiva, identificando o seu parque tipográfico, os seus recursos humanos e técnicos, o seu catálogo, a sua intervenção, enfim, nos textos dados à estampa e postos a circular.

Às dificuldades de, modestamente, conseguirmos estabelecer uma relação estável, mas provisória – sempre provisória –, das oficinas existentes em determinado período e geografia, acresce o facto de, não raro, as oficinas mudarem frequentemente de denominação comercial, de proprietário ou de arrendatário, o que causa imprecisões frequentes nas relações de atribuição entre obras e respectivas oficinas.

Para o período mais recente, são insubstituíveis as entrevistas aos proprietários, tipógrafos e clientes, cujo testemunho ainda podemos recolher.

Feito um primeiro inventário das casas de impressão e da sua produção é, então, possível começar a questioná-las, tentando esclarecer quais as suas repercussões na sociedade.

DA LEGITIMAÇÃO DO IMPRESSO AO REAPARECIMENTO DA TIPOGRAFIA NO ALGARVE

Quando, nos primeiros dias de Julho de 1808, o impressor espanhol D. José María Guerrero se instalou em Faro, laborando continuamente até 1811, o impresso não era ainda um meio habitual de comunicação, nem um objecto socialmente partilhado¹⁷. A sua presença manifestava-se em algumas bibliotecas e academias, em livros de médio e grande formato, servindo fins de estudo e de erudição. As comunicações estabeleciam-se por via manuscrita e oral e assim se mantiveram longamente, coexistindo com o material impresso¹⁸.

Há a observar que o impresso – tal como acontece actualmente com o digital – passou por um longo processo de legitimação e de condições extra

¹⁷ Sobre a actividade do impressor D. José María Guerrero em Faro, v. PALMA (2013: pp. 231-255).

¹⁸ Refiro, a título exemplificativo, os casos das edições manuscritas dos jornais iacobrigenses *O Papaguedor: Jornal Político, Comercial e Noticioso*, Pedro Tello (red.), Lagos: 1865; e *O Particular*, Lagos, 1898.

tecnológicas que conduziram à sua apropriação¹⁹. Desde logo, acções legais²⁰, mas também acções concretas de distribuição, de pedagogia ou de criação da necessidade social do uso. Neste domínio, é imperioso recordar para o caso português o notável contributo da Congregação do Oratório²¹, ao defender de modo pioneiro a aprendizagem por via dos escritos impressos em língua vernácula. Em 1759, afirmava na sua *Instrução de principiantes*:

A primeira casta de letras que pomos diante dos olhos aos principiantes é a da estampa, ou impressão; e isto por duas principais razões. Primeira, porque em qualquer arte, ou faculdade se deve começar pelo mais fácil e é fora de controvérsia que esta casta de letra é mais fácil de aprender, porque toda é uniforme, sem a variedade de caracteres que se encontram nas letras de diversas mãos.

Segunda, porque a lição da letra redonda põe expeditos os principiantes para lerem muitos livros, pelos quais se adquire erudição; e com esta, mais facilidade para conhecer depois, pelo contexto, as letras e palavras que encontrarem mais embaraçadas na letra de mão; [...]²²

¹⁹ Aplica-se o conceito seguindo CHARTIER (1988).

²⁰ V. Alvará de 30 de Setembro de 1770, introdutor dos materiais impressos nas escolas de *Ler, Escrever e Contar*, hoje designadas escolas do primeiro ciclo.

²¹ É geralmente conhecida a acção e o prestígio pedagógico alcançado em Portugal pela Congregação do Oratório. A actividade intelectual, o trabalho em torno da organização de bibliotecas e os estudos ministrados, impulsionados ainda mais pela determinação de D. João V de facultar aos estudantes que frequentassem as aulas dos Oratorianos o acesso directo à Universidade (privilégio até então exclusivo dos Jesuítas), conferiram-lhe um estatuto privilegiado na sociedade portuguesa. A Congregação entrou em Portugal pela mão do padre Bartolomeu de Quental (1627-1698), tendo obtido o reconhecimento político em 1668. Constituiu-se como uma família de padres seculares, cuja união era sustentada na obediência aos estatutos e ao sentimento de fraternidade que ligava os seus membros, tendo cada uma das casas fundadas completa autonomia, como esclarece Eugénio Francisco dos Santos: «formavam apenas uma comunidade secular, não uma ordem. O que nisso avulta é, predominantemente, o apelo (e o apego) à liberdade individual e colectiva.» In SANTOS (2001: vol. J-P, p. 330). A proximidade e a envolvimento com o século distinguiram os congregados, que desenvolveram «obras de solidariedade social, o contacto permanente com as camadas sociais mais carentes, a abertura da igreja à participação diária dos fiéis, a pregação, o ensino, a assistência religiosa constantes.» (*Id.*, p. 329), sendo, contudo, no âmbito pedagógico que a actividade desenvolvida mais tem sido notada como inovadora e relevante. O ensino das ciências, para o que possuíram um gabinete de Física, a adopção metodológica do experimentalismo, ou o uso da língua vernácula para ministério das aulas e redacção das suas obras foram factores que impuseram os Congregados na evolução cultural portuguesa registada ao longo do século XVIII. Entre os seus discípulos contam-se personalidades de reconhecido mérito intelectual, tais como Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749), Diogo Barbosa Machado (1682-1772), Luís António Verney (1713-1792), P.^o Teodoro de Almeida (1722-1804), D. Manuel do Cenáculo de Vilas-Boas Anes de Carvalho (1724-1814), José Anastácio da Cunha (1744-1787), D. Francisco Gomes do Avelar (1739-1816) ou D. José Maria de Melo (1756-1818).

²² Subls. meus. «Advertência». In [CONGREGAÇÃO DO ORATÓRIO] (1780 [1759]: pp. [III]-IV).

Neste âmbito, foi dado à estampa um conjunto significativo de compêndios impressos, destinados ao ensino elementar e aos Estudos Menores (hoje designado Ensino Secundário)²³, indo ao encontro da desejada facilitação e uniformização do ensino, como defendera, o porventura mais conhecido da plêiade Oratoriana, Luís António Verney (1713-1792), em *Verdadeiro Método de Estudar*²⁴.

Desta campanha fez parte Francisco Gomes do Avelar (São Marcos de Calhandriz, 17.1.1739 – Faro, 16.12.1816), cuja formação intelectual decorreu na Congregação do Oratório (1757-1789)²⁵. Aqui, foi lente de Retórica, Filosofia, Moral e Escritura, foi Mestre-de-Cerimónias e, depois, Capelão da Real Casa das Necessidades. Durante este período, participou activamente no movimento editorial de compêndios escolares, em língua vernácula, preparando, pelo menos, quatro trabalhos, nos quais se propôs desterrar a «ignorância, que por algumas partes reina e juntamente a uniformidade se promover»²⁶, como confessou ao seu amigo D. Fr. Manuel do Cenáculo (1724-1814).

Embrenhado na reforma do ensino de índole humanística e científica que a Congregação levou a cabo, quando bispo do Algarve, D. Francisco Gomes do Avelar (1789-1816) moveu, quanto pôde, os recursos à sua disposição em benefício da instrução dos fiéis. Para isso, distribuiu gratuitamente manuais impressos, que requereu à sua Congregação logo que chegou ao Algarve, designadamente, o ABC, o catecismo, pautas, ortografia, sintaxe, etc.²⁷, levando a cabo o primeiro esforço consistente para a integração dos fiéis na cultura escrita. De entre as estratégias persuasoras, destacamos a da naturalização do impresso, concebido, preparado e divulgado para o público-leitor regional e destinado a uma utilização quotidiana. Como forma de incentivar a oração mental, D. Francisco Gomes criou as condições necessárias para o uso diário e individual de textos impressos, autorizando a emancipação do culto da vertente colectiva, do intermediário clerical e do espaço litúrgico por excelência, a Igreja. Ofereceu aos diocesanos a possibilidade de viver, aprofundar e documentar a fé diariamente, por meio da leitura individual e doméstica de orações, máximas e exercícios

²³ Cf. ANDRADE (1981, v. 2: pp. 415-418) e ADÃO (1997: pp. 217-275).

²⁴ [VERNEY] (1746).

²⁵ A sua biografia consulta-se em OLIVEIRA (1902).

²⁶ *Apud* OLIVEIRA (1902: p. 6).

²⁷ AVELAR, D. Francisco Gomes do – [Carta] 16.10.1789, Faro [a] P.e João Andrade. [Ms]. 1789. Acessível na Biblioteca da Ajuda, 54-XI-35, n.º 32.

devotos, os quais, impressos e distribuídos pelo bispado, obtiveram o estatuto de objecto de culto privado e autorizado²⁸. Simultaneamente, produziu escritos de utilidade e proveito para a vida material do povo, pois, como declarou: «os instruídos têm Autores, que o povo não pode haver, nem ler, nem entender.»²⁹.

D. Francisco Gomes interveio, do ponto de vista editorial, na articulação entre a erudição científica e a difusão dos conhecimentos mais úteis³⁰, redigindo ele próprio *Instruções* adequadas ao «homem do campo» algarvio. Ateve-se na expressão linguística, na apresentação conceptual, nos exemplos e no formato mais justo à instrução popular.

Nas suas mãos, formava-se um novo conceito de biblioteca, a que poderemos designar por «biblioteca popular regional», formada por um núcleo de 1 a 5 pequenos livros ou folhetos, contendo os textos essenciais à salvação do espírito e da matéria, com a particularidade de serem especificamente preparados para o público regional, tão amplo quanto o grupo de «fiéis» permite considerar³¹.

Estas e outras iniciativas levadas a cabo pelo bispo D. Francisco Gomes do Avelar, não abordadas pela necessária brevidade que nos impõe a escrita do artigo, evidenciam o convergir de acções orientadas para um sentido geral de valorização da cultura tipográfica, penetrando diferentes contextos da vida em sociedade, ora assumindo funções pedagógicas, ora espirituais, ora profissionais, mas cada vez mais próximas da realidade de leitores comuns e anónimos, que nos colocam perante uma nova concepção e novos usos da cultura impressa.

²⁸ «[...] os Sumos Pontífices e Bispos da Santa Igreja têm trabalhado por introduzir nos fiéis o uso **quotidiano da Oração mental** [...]. Nós pois, que desejamos seguir os passos dos nossos predecessores, **vos oferecemos, amados filhos, o dom deste livrinho**, que tem por título o *Caminho do Céu, para que useis dele, considerando cada dia uma das verdades que encerra. Os que não puderdes ir às igrejas ou aos lugares públicos, onde se pratica este santo exercício, recolhei-vos na vossa mesma casa, ou ajuntai a vossa família, e ao menos por um quarto, ou meia hora, lede ou fazei ler, e considerai atentamente o que leredes, desejando se imprima na vossa alma e concluí com suplicar a Deus, que vos ilustre o entendimento, e inflame o coração para abraçardes o que é tão necessário **para a vossa salvação.**» Subs. meus. In *Caminho do Céu...* (1795).*

²⁹ AVELAR (1813). Corrigimos a data apresentada por OLIVEIRA (1902, p. 217) que deu a publicação como póstuma, datada de 1819, certamente por desconhecer a edição de 1813.

³⁰ A propósito da disseminação dos «conhecimentos úteis» em Portugal, cf. NUNES (1990: pp. 319-328).

³¹ Eugénio Francisco dos Santos, estudando as casas oratorianas do Porto e de Braga, sublinhou precisamente a capacidade de adequação às condições envolventes, como uma marca da acção Oratoriana: «[...] uma perfeita adaptação às condições do meio e à economia dominante das populações em que se inseriam. Essa flexibilidade e capacidade de ajustamento serão, sem dúvida, um dos traços mais marcantes da família oratoriana portuguesa no Século das Luzes.» In SANTOS (1982: p. 215).

Compreendemos, assim, que não só o contexto político, mas também o contexto cultural coevo legitimaram a reintrodução da actividade tipográfica, recolocando Faro na geografia ibérica da impressão, onde foi dada à estampa, por exemplo, a primeira publicação periódica da actual província de Huelva, a *Gazeta de Ayamonte* (Faro: 18.7.1810-13.3.1811)³².

Nesses dias, a imprensa excedia-se enquanto instrumento de transmissão rápida e alargada de ideias, transformando-se em agente do processo de transformação política, social e cultural. Pela primeira vez, história e imprensa tornavam-se indestrinçáveis, naturalizando o texto escrito e estabelecendo uma interdependente relação entre processo político, opinião pública e cultura tipográfica, que cesurava fronteiras.

A EXPANSÃO DA ACTIVIDADE TIPOGRÁFICA NO ALGARVE

Não obstante o facto de a imprensa de D. José María Guerrero (Faro, 1808-1811) ter contribuído activamente para o desenrolar dos acontecimentos, não estavam ainda reunidas as condições indispensáveis para o desenvolvimento duradouro de uma actividade, cuja sobrevivência comercial dependeu sempre da possibilidade de manter uma produção contínua. O processo foi longo e, por vezes, descontínuo, como podemos observar no *Quadro I – Cronologia e distribuição geográfica da tipografia no Algarve (1808-1910)*. Aí elencamos a sua evolução, registando os anos em que surgiram novas oficinas. Os recorrentes pontos de interrogação no campo «período de actividade» revelam a dificuldade e a provisoriedade dos dados recolhidos, tal como aludimos na secção relativa às fontes.

Quadro I – Cronologia e distribuição geográfica da tipografia no Algarve (1808-1910)

Ano	Local	Designação da Tipografia	Período de actividade	N.º Tipografias activas
1808	Faro	D. José Maria Guerrero	1808-1811	1
1833	Faro	Manuel António Ferreira Portugal	1833	2
	Tavira	Carmelitas Descalços	<1833	
1835	Faro	Governo Civil	1835 - ?	1
1840	Faro	Governo Civil	1835 - ?	2
	Lagos	Francisco Xavier Baptista Xula	1840	

³² Cf. PALMA (2013: pp. 231-255).

1846	Faro	Governo Civil	1835 - ?	4
		Paz Furtado	184?-1863; 187?-1913?	
		Eduardo Henrique Lamim	184?-187?	
		Divisão Militar	<1846	
1864	Faro	Governo Civil	1835 - ?	3
		Eduardo Henrique Lamim	184?-187?	
	Lagos	Lacobrigense [I]	1864?-1873?	
1869	Faro	Governo Civil	1835 - ?	4
		Eduardo Henrique Lamim	184?-187?	
	Lagos	Lacobrigense [I]	1864?-1873?	
		António Joaquim Correia Júnior	1869-1873	
1872	Faro	Governo Civil	1835 - ?	6
		Paz Furtado	184?-1863; 187?-1913?	
		Eduardo Henrique Lamim	184?-187?	
	Lagos	Lacobrigense [I]	1864?-1873?	
		António Joaquim Correia Júnior	1869-1873	
		<i>Gazeta do Algarve</i>	1872-1883	
1873	Faro	Governo Civil	1835 - ?	7
		Paz Furtado	184?-1863; 187?-1913?	
		Eduardo Henrique Lamim	184?-187?	
	Lagos	Lacobrigense [I]	1864?-1873?	
		António Joaquim Correia Júnior	1869-1873	
		<i>Gazeta do Algarve</i>	1872-1883	
Vila Nova de Portimão	Portimonense [I]	1873-1879?		
1874	Faro	Governo Civil	1835 - ?	6
		Paz Furtado	184?-1863; 187?-1913?	
		Eduardo Henrique Lamim	184?-187?	
		<i>Gazeta do Algarve</i>	1872-1883	
	Vila Nova de Portimão	Portimonense [I]	1873-1879?	
		Liberdade	1874-1878?	
1875	Faro	Governo Civil	1835 - ?	7
		Paz Furtado	184?-1863; 187?-1913?	
		Eduardo Henrique Lamim	184?-187?	
		Eduardo Serafim	1875-197?	
	Lagos	<i>Gazeta do Algarve</i>	1872-1883	
	Vila Nova de Portimão	Portimonense [I]	1873-1879?	
Liberdade		1874-1878?		
1876	Faro	Governo Civil	1835 - ?	9
		Paz Furtado[>Districto de Faro, 1876]	184?-1863; 187?-1913?	
		Eduardo Henrique Lamim	184?-187?	
		Eduardo Serafim	1875-197?	
		<i>O Comércio do Sul</i>	1876-1878	
		António Manuel Henriques	1876?-1880?	
	Lagos	<i>Gazeta do Algarve</i>	1872-1883	
	Vila Nova de Portimão	Portimonense [I]	1873-1879?	
Liberdade		1874-1878?		

1878	Faro	Governo Civil	1835 - ?	10
		Paz Furtado[>Districto de Faro, 1876]	184?-1863; 187?-1913?	
		Eduardo Henrique Lamim	184?-187?	
		Eduardo Serafim	1875-197?	
		<i>O Comércio do Sul</i>	1876-1878	
		António Manuel Henriques	1876?-1880?	
	Lagos	<i>Gazeta do Algarve</i>	1872-1883	
	Vila Nova de Portimão	Portimonense [I]	1873-1879?	
	Liberdade	1874-1878?		
	Silves	<i>A Defesa do Povo</i>	1878-1880	
1879	Faro	Governo Civil	1835 - ?	8
		Paz Furtado[>Districto de Faro]	184?-1863; 187?-1913?	
		Eduardo Serafim	1875-197?	
		António Manuel Henriques	1876?-1880?	
		J. F. Tavares Belo & C. ^a	1879-1885	
	Lagos	<i>Gazeta do Algarve</i>	1872-1883	
	Vila Nova de Portimão	Portimonense [I]	1873-1879?	
Silves	<i>A Defesa do Povo</i>	1878-1880		
1880	Faro	Governo Civil	1835 - ?	9
		Paz Furtado[>Districto de Faro]	184?-1863; 187?-1913?	
		Eduardo Serafim	1875-197?	
		António Manuel Henriques	1876?-1880?	
		J. F. Tavares Belo & C. ^a	1879-1885	
		Luís Mascarenhas	1880-201-	
	Lagos	<i>Gazeta do Algarve</i>	1872-1883	
	Vila Nova de Portimão	<i>A Independência</i>	1880-1882	
Silves	<i>A Defesa do Povo</i>	1878-1880		
1882	Faro	Governo Civil	1835 - ?	9
		Paz Furtado[>Districto de Faro]	184?-1863; 187?-1913?	
		Eduardo Serafim	1875-197?	
		J. F. Tavares Belo & C. ^a	1879-1885	
		Luís Mascarenhas	1880-201-	
		Agostinho Ferreira Chaves	188?-1895	
	Tavira	Burocrática	1882-1912	
	Lagos	<i>Gazeta do Algarve</i>	1872-1883	
Vila Nova de Portimão	<i>A Independência</i>	1880-1882		
1883	Faro	Governo Civil	1835 - ?	9
		Paz Furtado[>Districto de Faro]	184?-1863; 187?-1913?	
		Eduardo Serafim	1875-197?	
		J. F. Tavares Belo & C. ^a	1879-1885	
		Luís Mascarenhas	1880-201-	
		Agostinho Ferreira Chaves	188-?-1895	
	Tavira	Burocrática	1882-1912	
	Lagos	<i>Gazeta do Algarve</i>	1872-1883	
	Moderna	1883-1890		

1885	Faro	Governo Civil	1835 - ?	9
		Paz Furtado[>Districto de Faro]	184?-1863; 187?-1913?	
		Eduardo Serafim	1875-197?	
		J. F. Tavares Belo & C.ª	1879-1885	
		Luís Mascarenhas	1880-201-	
		Agostinho Ferreira Chaves	188?-1895	
	Tavira	Burocrática	1882-1912	
		Democrática [I]	1885-1888	
Lagos	Moderna	1883-1890		
1888	Faro	Governo Civil	1835 - ?	9
		Paz Furtado[>Districto de Faro]	184?-1863; 187?-1913?	
		Eduardo Serafim	1875-197?	
		Luís Mascarenhas	1880-201-	
		Agostinho Ferreira Chaves	188?-1895	
		Tavira	Burocrática	
	Democrática [I]		1885-1888	
	Lagos	Moderna	1883-1890	
Olhão	Democrática	1888-1891		
1889	Faro	Governo Civil	1835 - ?	9
		Paz Furtado[>Districto de Faro]	184?-1863; 187?-1913?	
		Eduardo Serafim	1875-197?	
		Luís Mascarenhas	1880-201-	
		Agostinho Ferreira Chaves	188?-1895	
		Tavira	Burocrática	
	Lagos		Moderna	
	Olhão	Democrática	1888-1891	
Loulé	<i>O Algarvio</i>	1889-1896		
1891	Faro	Governo Civil	1835 - ?	11
		Paz Furtado[>Districto de Faro]	184?-1863; 187?-1913?	
		Eduardo Serafim	1875-197?	
		Luís Mascarenhas	1880-201-	
		Agostinho Ferreira Chaves	188?-1895	
		<i>Pequeno em Tudo</i>	1891-1893	
	Tavira	Burocrática	1882-1912	
	Lagos	Minerva	1891	
		Afonso Cañet de Castro	1891-1893?	
	Olhão	Democrática	1888-1891	
Loulé	<i>O Algarvio</i>	1889-1896		
1892	Faro	Governo Civil	1835 - ?	10
		Paz Furtado[>Districto de Faro]	184?-1863; 187?-1913?	
		Eduardo Serafim	1875-197?	
		Luís Mascarenhas	1880-201-	
		Agostinho Ferreira Chaves	188?-1895	
		<i>Pequeno em Tudo</i>	1891-1893	
	Tavira	Burocrática	1882-1912	
	Lagos	Afonso Cañet de Castro	1891-1893?	
	Olhão	<i>O Olhanense</i>	1892-201-	
	Loulé	<i>O Algarvio</i>	1889-1896	

1893	Faro	Governo Civil	1835 - ?	12
		Paz Furtado[>Districto de Faro]	184?-1863; 187?-1913?	
		Eduardo Serafim	1875-197?	
		Luís Mascarenhas	1880-201-	
		Agostinho Ferreira Chaves	188-?-1895	
		<i>Pequeno em Tudo</i>	1891-1893	
	Tavira	Burocrática	1882-1912	
	Lagos	Afonso Cañet de Castro	1891-1893?	
	Olhão	<i>O Olhanense</i>	1892-201-	
	Loulé	<i>O Algarvio</i>	1889-1896	
<i>O Louletano</i>		1893-201-		
Vila Real de Santo António	Guadiana [!]	1893-1961		
1894	Faro	Governo Civil	1835 - ?	11
		Paz Furtado[>Districto de Faro]	184?-1863; 187?-1913?	
		Eduardo Serafim	1875-197?	
		Luís Mascarenhas	1880-201-	
		Agostinho Ferreira Chaves	188-?-1895	
	Tavira	Burocrática	1882-1912	
	Lagos	Guadiana	1894-1897	
	Olhão	<i>O Olhanense</i>	1892-201-	
	Loulé	<i>O Algarvio</i>	1889-1896	
		<i>O Louletano</i>	1893-201-	
Vila Real de Santo António	Guadiana [!]	1893-1961		
1897	Faro	Governo Civil	1835 - ?	11
		Paz Furtado[>Districto de Faro]	184?-1863; 187?-1913?	
		Eduardo Serafim	1875-197?	
		Luís Mascarenhas	1880-201-	
	Tavira	Burocrática	1882-1912	
		<i>Correio do Algarve</i>	1897	
	Lagos	Guadiana	1894-1897	
	Vila Nova de Portimão	Rocha	1897	
	Olhão	<i>O Olhanense</i>	1892-201-	
	Loulé	<i>O Louletano</i>	1893-201-	
Vila Real de Santo António	Guadiana [!]	1893-1961		
1902	Faro	Governo Civil	1835 - ?	10
		Paz Furtado[>Districto de Faro]	1 8 4 ? - 1 8 6 3 ; 187?-1913?	
		Eduardo Serafim	1875-197?	
		Luís Mascarenhas	1880-201-	
	Tavira	Burocrática	1882-1912	
	Vila Nova de Portimão	Arade	1902-190?	
	Olhão	<i>O Olhanense</i>	1892-201-	
		<i>O Louletano</i>	1893-201-	
	Loulé	<i>Folha do Sul</i>	1902-1905	
Vila Real de Santo António	Guadiana [!]	1893-1961		

1903	Faro	Governo Civil	1835 - ?	13
		Paz Furtado[>Districto de Faro]	184?-1863; 187?-1913?	
		Eduardo Serafim	1875-197?	
		Luís Mascarenhas	1880-201-	
		<i>O Sul</i>	1903-1905	
	Tavira	Burocrática	1882-1912	
	Vila Nova de Portimão	Arade	1902-190?	
	Olhão	<i>O Olhanense</i>	1892-201-	
		Minerva Olhanense	1903?-1907?	
	Loulé	<i>O Louletano</i>	1893-201-	
<i>Folha do Sul</i>		1902-1905		
Vila Real de Santo António	Guadiana [I]	1893-1961		
	Guadiana [II]	1903-1912		
1905	Faro	Governo Civil	1835 - ?	16
		Paz Furtado[>Districto de Faro]	184?-1863; 187?-1913?	
		Eduardo Serafim	1875-197?	
		Luís Mascarenhas	1880-201-	
		<i>O Sul</i>	1903-1905	
		Nova Minerva	1905-1921	
	Tavira	Burocrática	1882-1912	
	Lagos	Lacobrigense [II]	1905-1927	
	Vila Nova de Portimão	Arade	1902-190?	
	Olhão	<i>O Olhanense</i>	1892-201-	
		Minerva Olhanense	1903?-1907?	
	Loulé	<i>O Louletano</i>	1893-201-	
		<i>Folha do Sul</i>	1902-1905	
		<i>Folha de Loulé</i>	1905-1907	
Vila Real de Santo António	Guadiana [I]	1893-1961		
	Guadiana [II]	1903-1912		
1908	Faro	Governo Civil	1835 - ?	13
		Paz Furtado[>Districto de Faro]	184?-1863; 187?-1913?	
		Eduardo Serafim	1875-197?	
		Luís Mascarenhas	1880-201-	
		Nova Minerva	1905-1921	
		Tavira	Burocrática	
	Tavira	Democrática [II]	1908-1923	
		Lagos	Lacobrigense [II]	
	Vila Nova de Portimão	Arade	1902-190?	
	Olhão	<i>O Olhanense</i>	1892-201-	
	Loulé	<i>O Louletano</i>	1893-201-	
		Guadiana [I]	1893-1961	
	Vila Real de Santo António	Guadiana [II]	1903-1912	

1909	Faro	Governo Civil	1835 - ?	14	
		Paz Furtado[>Districto de Faro]	184?-1863; 187?-1913?		
		Eduardo Serafim	1875-197?		
		Luís Mascarenhas	1880-201-		
		Nova Minerva	1905-1921		
		União	1909?-2013		
	Tavira	Burocrática	1882-1912		
		Democrática [II]	1908-1923		
	Lagos	Lacobrigense [II]	1905-1927		
	Vila Nova de Portimão	Arade	1902-190?		
Olhão	<i>O Olhanense</i>	1892-201-			
Loulé	<i>O Louletano</i>	1893-201-			
Vila Real de Santo António	Guadiana [I]	1893-1961			
	Guadiana [II]	1903-1912			
1910	Faro	Governo Civil	1835 - ?		16
		Paz Furtado[>Districto de Faro]	184?-1863; 187?-1913?		
		Eduardo Serafim	1875-197?		
		Luís Mascarenhas	1880-201-		
		Nova Minerva	1905-1921		
		União	1909?-2013		
	Tavira	Burocrática	1882-1912		
		Democrática [II]	1908-1923		
	Lagos	Lacobrigense [II]	1905-1927		
	Vila Nova de Portimão	Prazeres	1910?-1928?		
	Silves	Silvense	1910-1912		
	Olhão	<i>O Olhanense</i>	1892-201-		
	Loulé	<i>O Louletano</i>	1893-201-		
	Vila Real de Santo António	Guadiana [I]	1893-1961		
Guadiana [II]		1903-1912			
Lagoa	João Crisóstomo Freitas Barros	1910?-1912			

Fonte: PALMA (2008: vol. 1, pp. 8-177).

O desenvolvimento aqui registado acompanhou um conjunto de condições favoráveis à dinâmica da cultura tipográfica. Destas destacamos as melhorias nas condições dos estabelecimentos de educação e o seu aumento; o ambiente de paz político-social alcançado na década de 1850 e o plano Fontista de modernização do país que começou lentamente a produzir os seus efeitos na província; a melhoria nas vias de comunicação, com o início das carreiras de navegação a vapor a 2 de Junho de 1853, as quais em acumulação com as embarcações ligeiras (caíques e iates), aumentaram não só o trânsito, mas também a regularidade, a segurança e a rapidez entre os portos do Algarve e Lisboa, alcançando-se em 24 horas³³; a densificação, a regularidade e a segurança da rede dos serviços de Correio nacio-

³³ Cf. SANTOS (1995: pp. 11-32).

nal e regional, que permitiu a interacção regular com os clientes e uma distribuição eficaz das publicações³⁴; a organização, um pouco por toda a província, de espaços formais e informais de leitura, denotando um crescente apetite por materiais de leitura; a lei de 17 de Maio de 1866, abolindo as restrições impostas à imprensa periódica, o que representou um real estímulo para a expansão da actividade tipográfica.

O ritmo da expansão da actividade no Algarve foi tímida até finais da década de 1860, embora, desde as décadas de 1830 e 1840, existissem oficinas a laborar na capital do distrito de forma ininterrupta (casos das tipografias do Governo Civil, Paz Furtado e Lamim). No total, entre 1808 e 1910, funcionaram 48 oficinas tipográficas. O alargamento a outros concelhos fez-se progressivamente a partir de 1860, ocorrendo nos concelhos mais povoados e comercialmente mais activos. O crescimento da indústria piscatória e conserveira, no virar do século, favoreceu o crescimento e a actualização tecnológica da indústria tipográfica e justificou a introdução das primeiras litografias na região (Vila Real de Santo António e Portimão). Os efeitos relativos à inexistência de tipografias nas zonas semi-rurais ou rurais poderão matizar-se, atendendo à comprovada presença de correspondentes de tipografias, como podemos testemunhar pelo anúncio que se segue, feito pelo *Almanach de S. Braz d'Alportel (Algarve) para o anno de 1893*:

Manuel Martins Domingues [...] (Vulgo Loja Nova) Com estabelecimento de fazendas de lã, linho, seda, algodão, quinquilharias, mercearias, tabacos, chapéus e leitos de ferro [...]. Encarrega-se de despachos de mercadorias pelo caminho-de-ferro para todas as estações do país e de qualquer encomenda tipográfica.³⁵

Entre 1870 e 1890, por exemplo, surgiram doze novas oficinas com motivações políticas, cujos intuitos se revelaram na edição periodística. A saber: 4 militantes do Partido Progressista, 1 do Partido Regenerador e 7 afectas ao Partido Republicano. Da década de 1860 para a de 1870, quase triplicaram as publicações criadas (de 5 para 14) e, num

³⁴ No mesmo ano de 1853 passou a ser expedida diariamente correspondência oficial de Lisboa para Faro e Loulé, intensificando-se as interacções entre as estruturas centrais e regionais, a que a conclusão da linha telegráfica, em Julho de 1858, deu maior impulso. No ano de 1877, o Algarve possuía uma rede de correios densa, pondo em correspondência a administração central em Faro com as várias direcções de correio instaladas em Alcoutim, Vila Real de Santo António, Castro Marim, Tavira, São Brás de Alportel, Olhão, Loulé, Albufeira, Silves, Lagoa, Vila Nova de Portimão e Lagos, e ainda as delegações que serviam as localidades mais pequenas como Vila do Bispo, Ferragudo, Monchique, Alcantarilha, Algoz, São Bartolomeu de Messines, Fuzeta ou Estoi.

³⁵ Subls. meus. *Almanach de S. Braz d'Alportel (Algarve)...* (1892).

período inferior a 10 anos, triplicou o número de jornais em circulação por ano (3 em 1869; 10 em 1877)³⁶, valores que, no entender de José Manuel Tengarrinha, integraram a região na «tendência geral do País quanto ao movimento jornalístico»³⁷, como se verifica nas oficinas que assumiram a designação do próprio jornal.

Com efeito, o Periodismo tornou-se o protagonista da edição à escala nacional (i.e., incluindo os espaços infranacionais), manifestando a dimensão actuante da imprensa na nova cultura política do país. Este dado autoriza-nos a contestar a ideia de o Algarve e de outras províncias estarem ausentes da formação e do debate públicos, como manifestamente evidenciou o recrudescer da actividade editorial na década de 1870, com publicações relacionadas com a divulgação dos ideais republicanos, ou os primeiros anos da década de 1890, associadas ao *Ultimatum*.

CAPACIDADE TECNOLÓGICA: o parque tipográfico

*É de todos os tempos e lugares a tipografia modesta [...]. A indubitável deficiência em face de instalações modernas não significa de modo nenhum menos utilidade de serviços. Pelo contrário. Como toda a comunidade, nem tudo se movimenta no mais elevado nível social, são as oficinas e casas comerciais mais modestas exactamente as que melhor servem as camadas mais populares [...]*³⁸.

Até à década de 1870, a actividade caracterizou-se pela exiguidade estrutural. Eram pequenas unidades de produção, compostas por um ou dois artistas não qualificados, prelos usados e tipo gasto. A tipografia do Governo Civil é disso exemplo. Fornecida pela Imprensa Nacional, a degradação do seu estado de conservação limitava a produção exigida pelos serviços, como reiteradamente expôs o governador civil e aqui se exemplifica:

Sendo de maior import[ância]^a e utilidade ao Serviço Público e à pronta expedição dos diferentes objectos desta Secret[aria]^a que grande número de papéis precisos sejam convenientemente impressos, mormente depois da nova organização das Repartições da Fazenda, tornando-se este objecto tão mister e proficuo, que já tem sido m[ui]tas vezes recomendado em Portaria do Tribunal do Tesouro Público: cumpre ponderar a V. Ex.^a q[u]e um único prelo que

³⁶ A contagem fez-se com recurso ao trabalho de MESQUITA (1988-1989), 2 vols.

³⁷ TENGARRINHA (1999: p. 593).

³⁸ *Povo Algarvio*. Tavira, n.º 1510, 2.6.1963, p. 2.

existe nesta Secr[ari]ª se acha tão danificado e cheio de defeito (q[u]ª já trouxe da Imprensa Nacional) que se torna impossível imprimir nele qualq[ue]r papel por insignificante que seja, rogando por isso a VEx.ª haja de expedir as suas ordens a fim de que ele seja com a possível brevidade trocado por um outro em bom uso e capaz de servir, o que sem dúvida se tornará uma aquisição importante e proficua ao bom regime e andam[en]to dos negócios desta Repart[ic]ão.³⁹

As expectativas do governador civil foram goradas, tendo de recorrer, em alternativa, ao empréstimo do prelo existente na Secretaria da 1.ª Divisão Militar «muito pequeno e insignificante»⁴⁰. O seu sequestro, por ocasião guerra da Patuleia, para edição do jornal *O Popular*⁴¹ infringiu-lhe mais estragos. Apesar de ter sido devolvido e reintegrado nos serviços da Secretaria do Governo Civil, o prelo não satisfazia a procura, como se atesta na clareza dos argumentos expostos na resposta a um pedido de impressão que a seguir transcrevemos:

Ao General

Il.mo e Ex.mo Snr. = Em resposta ao officio de V. Ex.ª de 11 do corrente, relativo à impressão de um Escrito sobre o Monte Pio do Exército; tenho a honra de dizer a V. Ex.ª que o prelo que foi entregue a este Governo Civil pela Secretaria da Guerra de nada tem servido de, por pequeno e incompleto, que o tipo que com ele se recebeu foi tão pouco, tão baralhado e tão gasto que nunca serviu, que as pequenas obras de impressão, como Editais, conhecimentos, recibos que aqui se têm feito, o têm sido com um outro prelo dado pelo Ministério do Reino a este Governo Civil, que o tipo que com este prelo foi dado se acha estragado e com muitas faltas, porque no tempo da revolta o desencaminharam; que neste Governo Civil não há um compositor habilitado para aprontar impressão de escritos de mais vulto do que aqueles de que acima se faz menção, e quando mesmo se não desse tudo quanto deixo ponderado, não valeria a pena do grande trabalho da composição, a tiragem de 20 exemplares; pelo que devolvo o escrito que V. Ex.ª me remeteu.⁴²

³⁹ ALGARVE. Governo Civil; ABOIM, Marçal Henriques de Azevedo e Silva Lobo de – [Oficio] n.º 315, 9.11.1844, Faro [a] Ministério do Reino. [Ms.] 1844. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 465.

⁴⁰ ALGARVE. Governo Civil; ABOIM, Marçal Henriques de Azevedo e Silva Lobo de – [Oficio] n.º 104, 26.4.1845 [a] Ministério do Reino. [Ms.] 1845. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 465.

⁴¹ *O Popular: Jornal do Algarve*. Faro: Secretaria do Governo Civil, 12.3.1847-18.6.1847.

⁴² ALGARVE. Governo Civil; COUCEIRO, António Maria – [Oficio] n.º 2, 12.1.1850, Faro [a] General. [Ms.] 1850. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 496.

No campo da experiência particular, as condições não divergiam do retrato aqui traçado. A indústria caracterizou-se por pequenas unidades de produção, cujo parque foi quase sempre adquirido em segunda mão. O parque tipográfico era geralmente constituído por uma máquina de impressão manual, usada para trabalhos de pequenas dimensões, material de composição – três a cinco cavaletes fornecidos com tipo – uma máquina de coser, uma de cantear e uma guilhotina, todas manuais. Nas oficinas que também imprimiam jornais, há a considerar uma máquina de impressão para formatos grandes.

No início dos anos de 1880, começaram a surgir sinais de actualização tecnológica, acentuando-se a economia e a rapidez dos trabalhos, em sintonia com as exigências de uma sociedade em ritmo cada vez mais acelerado, como se comprova neste anúncio da casa de Tavares Bello & C.⁴³:

Recebeu-se também a MÁQUINA MINERVA começando desde já a funcionar e garantindo-se a perfeição e economia que oferece para todos os impressos cujo formato não exceda a 0,25 e mui principalmente para bilhetes de visita, onde a excelência do cartão, a nitidez e economia se manifestam claramente. Máquina Minerva – 6000 bilhetes/hora.⁴³

A modéstia dos estabelecimentos não deve confundir-se, bem-entendido, com a sua utilidade, como bem lembrou o redactor do *Povo Algarvio*, citado em epígrafe.

OS TIPÓGRAFOS

*A classe tipográfica é a primeira que está ligada aos homens científicos e literatos, por ser os primeiros homens a quem estas transmitem as suas ideias.*⁴⁴

Não é por acaso que Robert Darnton classificou os tipógrafos como os «intermediários esquecidos» do sistema livresco⁴⁵. Apesar da posição privilegiada que lhe reconheceu o português Custódio José Vieira, na primeira reunião da Sociedade de Socorros dos Tipógrafos Portuenses em 1853, que citámos acima, os dados sobre os membros desta classe são escassos.

⁴³ *O Grátis: Anunciario Semanal*. Faro, n.º 10, 18.1.1880, p. 4.

⁴⁴ OLIVEIRA (1853: p. 23).

⁴⁵ DARNTON (1990: p. 78).

A esta circunstância não é alheio o processo de canonização dos autores, associado a uma crítica e história que longamente baseou a sua análise na dupla autor-obra, dispensando o estudo das condições de circulação das obras.

No caso do Algarve, as reclamações devidas à insuficiência técnica dos operários, a quem escasseava formação profissionalizante, não foi rara. Os primeiros, apesar de minimamente instruídos, vinham de outras áreas profissionais, o que dificultava a adaptação e uma transmissão fidedigna dos textos, como deixou registado o redactor do *Echo do Algarve* (09/09/1868 – 23/05/1869?), José Teixeira Simões:

O *Echo do Algarve* tem um só e único redactor, que acumula as funções de administrador, revisor, e até já compôs como tipógrafo!

É impresso numa tipografia, que foi fundada por um cavalheiro, que ainda até então, não havia visto uma imprensa! O jornal é composto por dois tipógrafos, inventados pelo seu redactor e instruídos pelo dono da tipografia, - um alfaiate e um carpinteiro, e mais dois rapazes aprendizes já destes, não tendo aqueles, de sua vida, visto se quer um tipo!

Dos impressores não falamos; foram recrutados pelo mesmo sistema.⁴⁶

Em norma, o tipógrafo algarvio formava-se profissionalmente na própria oficina através do «aprender-fazendo». A sua entrada no mundo das letras-de-forma fazia-se com uma idade média compreendida entre os 10 e os 12 anos e aí podia especializar-se nas categorias de compositor, impressor ou acabamentos. Todavia, considerando a modéstia das oficinas algarvias, os tipógrafos deveriam adquirir polivalência técnica, dominando as três especialidades. A actividade foi essencialmente masculina. O mais antigo anúncio que localizei destinado a aprendizes do sexo feminino data de 1922 e foi lançado pela Tipografia Central (1919-1924), de Olhão, no seguintes termos: «meninas que desejem aprender a arte tipográfica, sabendo ler e escrever bem.»⁴⁷

A introdução da especialização tipográfica ocorreu durante a década de 1870. Disso é exemplo o investimento particular do médico Augusto Feio Soares de Azevedo (Coimbra, 1838 – Lisboa, 1907), fundador da tipografia *Gazeta do Algarve* em 1872, na cidade de

⁴⁶ *Echo do Algarve*. Lagos, n.º 33, 18/04/1869.

⁴⁷ *Gazeta de Olhão*. Olhão, n.º 103, 17/9/1922, p. 2.

Lagos. Augusto Azevedo adquiriu tipografia própria e contratou, em Lisboa, dois tipógrafos profissionais para compor e imprimir o jornal *Gazeta do Algarve* (1.1.1873-25.12.1877). Ao reunir condições que assegurassem a longevidade do periódico, introduziu na região dois mestres da arte, Jaime Quirino Chaves (n. Lisboa, 1848; f. Olhão, 1921) e Francisco Soares Franco Ferreira Lisboa (Lisboa, 18--? – Paris, 19--?), que protagonizaram mudanças ao nível do aperfeiçoamento da impressão, da edição e da formação local de tipógrafos, tornando as oficinas que inauguraram, ou por onde passaram, verdadeiras escolas da arte tipográfica. A sua acção repercutiu-se na actividade editorial regional até à década de 1920, na qual colaboraram activamente e, em alguns casos de forma pioneira, enquanto leitores, tipógrafos, mestres, editores e «escritores públicos».

A PRODUÇÃO

Enquanto instrumentos de poder e de contra-poder as tipografias abriram, encerraram, foram deslocadas, arrendadas ou vendidas consoante as necessidades de intervenção pública dos seus proprietários. Esta situação foi comum e manteve-se até uma mais sólida ancoragem da actividade na vida industrial e comercial no início do século XX, proliferando então as designadas casas-de-obras, destinadas a uma produção essencialmente comercial, tais como contas, bilhetes de convite, recibos, talões, anúncios, cartas, bilhetes de visita, facturas, programas ou avisos. São obras não canónicas e de carácter efémero que respondiam às necessidades de uma vida social, comercial e burocrático-administrativa em ascensão, capaz de sustentar, primeiro parcialmente, depois integralmente, o negócio do impresso que progressivamente se propagou.

Numa perspectiva diacrónica, podemos falar de duas fases na história contemporânea do impresso neste espaço infranacional. Numa primeira fase, as oficinas resultaram de circunstâncias e de interesses muito específicos, como os de cariz religioso (Tavira, tipografia da ordem dos Carmelitas Descalços), político (invasões francesas e guerra civil) ou administrativo (civil e militar), não se alterando o perfil de quem tinha capacidade para editar os seus textos, quando comparado com o do Antigo Regime (Religião, Estado e Administração). Apesar do carácter episódico que evidenciam, o impresso obteve uma aptitude considerável, em certas circunstâncias, sendo apresentado como meio de combate e de «verdade»

(campo político e religioso). Concebido este espaço cultural, a variação do perfil daqueles que produziram e usaram o impresso vincou-se a partir da década de 1860, momento a partir do qual podemos falar de uma segunda fase da cultura tipográfica, onde é claro o desejo socialmente partilhado de participar e interferir no mundo organizado pela discursividade textual impressa. Neste processo de maturação do mundo impresso, o Periodismo desempenhou um efeito catalizador sobre a promoção da cultura escrita, adequando-se a públicos social e culturalmente distintos. Esta participação no espaço cultural da escrita originou fenómenos de reorganização social muito consideráveis, como podemos acompanhar, por exemplo, através da acção desencadeada pelo *Jornal dos Artistas* (11/11/1875-20/9/1877), em que a escrita e a leitura são práticas manifestamente actantes, interferindo, por exemplo, na criação de diversos espaços associativos.

O livro, materialmente entendido, não foi um objecto assíduo entre as edições regionais, embora ele estivesse presente na hibridéz e na versatilidade editorial do periódico, por exemplo, na secção do folhetim, pensada para ser recortada, colecionada e encadernada, dando origem a um novo formato; ou no estatuto deste enquanto laboratório textual, usado para experimentar a reacção dos leitores e introduzir variantes nos textos seguidamente editados em livro⁴⁸. Na verdade, mais do que uma relação de exclusão, os objectos jornal e livro estabeleceram uma forte ligação de interdependência e de mútua promoção. A emergência do Periodismo provincial constituiu um elemento-chave para a estrutura do sistema editorial nacional, ao representar um conjunto inédito de canais abertos para distribuir e dilatar o mercado livreiro.

O PÚBLICO-LEITOR

A diversidade genológica detectada no período em apreço é um indício sólido da crescente diversificação social e literária de públicos; mas poderemos, com maior rigor, conceber a dimensão deste universo cultural?

No quadro II, sintetizamos os dados que relacionam a evolução da actividade tipográfica com os números relativos à população alfabetizada.

⁴⁸ Não se pense que esta foi uma prática provincial exclusiva. Lembremos a este propósito, a fortuna editorial de obras de Camilo Castelo Branco, Almeida Garrett ou Eça de Queirós, por exemplo. Sobre o tema, cfr. RODRIGUES (1998).

Quadro II: Evolução do número de tipografias no Algarve: 1808-1910

Data	Tipografias	População	População alfabetizada	Alfab./Tip.	Tipógrafos	Prelos
1808	1	103 307 [≅]	---	---	1	1
1833	2	114 499 [≅]	---	---	1	1
1837	1	127 446	---	---	1	1
1840	2	---	---	---	2	2
1846	4	---	---	---	4	4
1850	3	---	---	---	4	4
1864	3	172 660	---	---	4	5
1878	10	199 142	28 544	2 854	8	6
1880	9	---	---	---	14	10
1890	9	228 635	34 067	3 785	12	10
1900	11	255 191	42 416	3 856	13	10
1910	16	272 861 [≅]	48 789 [≅]	3 049 [≅]	27	22

Fonte: Quadro I, Recenseamentos Gerais da População, LOPES (1841: vol. II, mapa n.º 2) e SOUSA (1979).

Os números apresentados, embora úteis, levantam questões relacionadas com os conceitos de «população alfabetizada», subjacentes a cada um dos censos⁴⁹ e com o número provável de público-leitor. Certamente, nem todos os que sabiam ler, liam, e nem todos os considerados «analfabetos» estavam alienados do mundo das letras, como demonstram os testemunhos de leituras oralizadas para públicos «analfabetos», que alcançam os nossos dias e que foram cruciais para o fenómeno das formações de opinião pública, desde o início do século XIX⁵⁰. Vejamos que estimativas permitem traçar algumas informações colhidas na imprensa periódica da época.

Em 1875, o *Jornal dos Artistas* (Portimão, 1875-1877) declarava imprimir 3 600 exemplares; em 1880, o *Grátis* (Faro, 1880) dava à estampa 1 000 exemplares, o *Jornal de Annuncios* (Faro, 1880) imprimia 800 exemplares, e, em Tavira, o *Jornal de Annuncios*, que se publicou entre 1883-1900, tirava ordinariamente 2 000 exemplares semanais e 2 500 em situações extraordinárias.

Como média plausível, consideremos os 1500 exemplares por jornal. Atentemos no ano de 1878. Neste ano circularam simultaneamente 8 periódicos provinciais, o que oferece um total de 12 000 exemplares a serem distribuídos. Se considerarmos que cada

⁴⁹ Cf. CANDEIAS (2004).

⁵⁰ ALVES (2000: p. 59).

exemplar atingia em média 5 leitores⁵¹, alcançamos um público-leitor (leitor, auditor, espectador) possível de 60 000 pessoas, o que representa 30% da população total da região (199 142) e o dobro da população alfabetizada, que, nesse ano, ascendeu a 28 544 pessoas.

Os números não traduzem a qualidades das leituras concretas e individuais, mas sugerem relações mais complexas entre os indivíduos e a imprensa do que as que derivam exclusivamente do critério da alfabetização.

NOTA FINAL

O século XIX produziu uma nova cultura tipográfica, que se diferenciou face aos padrões da edição moderna por ancorar-se em valores tais como os de actualidade, de efemeridade, de reprodutibilidade industrial, de diversidade de públicos e de produtos: da familiaridade, enfim, com o texto impresso.

O exemplo do Algarve, a que idealmente acrescentaremos os demais espaços infranacionais, demonstrou-nos que o processo não foi contínuo e teve estímulos contextuais díspares. Porém, evidenciou de igual modo que tais iniciativas contiveram o gérmen da contemporaneidade, permitindo uma maior integração e reelaboração do lugar da província no espaço cultural desenhado pela imprensa. Seguindo o universo das pequenas e médias oficinas tipográficas, reconhecemos a topografia de uma nova autoridade histórica, quase sempre exterior aos poderes oficiais, que urdiu, alargou e modelou a esfera pública nacional. Nesta cartografia abre-se, finalmente, um amplo campo de possibilidades para o estudo da história da cultura escrita impressa, cujos limites não são forçosamente nacionais. Mas essa é matéria para outras linhas.

⁵¹ TENGARRINHA – *Op. cit.*, 1989, p. 150 aponta cautelosamente para que, em 1830, um exemplar atingisse entre 15 a 20 pessoas, reduzindo a audiência para «um índice médio mínimo de 4 a 5 leitores por exemplar», quando se refere à década de 70.

FONTES E BIBLIOGRAFIA CITADAS

Fontes manuscritas

ALGARVE. Governo Civil; ABOIM, Marçal Henriques de Azevedo e Silva Lobo de – *[Ofício] n.º 315, 9.11.1844, Faro [a] Ministério do Reino*. [Ms.] 1844. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 465.

ALGARVE. Governo Civil; ABOIM, Marçal Henriques de Azevedo e Silva Lobo de – *[Ofício] n.º 104, 26.4.1845 [a] Ministério do Reino*. [Ms.] 1845. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 465.

ALGARVE. Governo Civil; COUCEIRO, António Maria – *[Ofício] n.º 2, 12.1.1850, Faro [a] General*. [Ms.] 1850. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 496.

AVELAR, D. Francisco Gomes do – *[Carta] 16.10.1789, Faro [a] P.e João Andrade*. [Ms.] 1789. Acessível na Biblioteca da Ajuda, 54-XI-35, n.º 32.

Fontes impressas

[AVELAR, D. Francisco Gomes do, trad.] (1795) – *Caminho do Céu ou meditações [...]*. Lisboa: na Régia Oficina Tipográfica.

AVELAR, D. Francisco Gomes do (1813) – *Instrução para a enxertia dos zambujeiros*. Lisboa: Impressão Régia.

[CONGREGAÇÃO DO ORATÓRIO] (1780 [1759]) – *Instrução de principiantes, e novo método de se aprenderem as primeiras letras para o uso das Escolas da Congregação do Oratório na Casa de N. Senhora das Necessidades. Ordenado pela mesma Congregação*. [Em linha]. Lisboa: na Régia Oficina Tipográfica. Disponível em: <http://purl.pt/6418>.

LOPES, João Baptista da Silva (1988 [1841]) – *Corografia ou memória económica, estadística e topográfica do Reino do Algarve*. Prefácio de Isabel Nobre Vargues. Reprodução fac-similada da edição de 1841. Faro: Algarve em Foco Editora. 2 vols.

OLIVEIRA, Custódio José (1853) – *A Voz do operário: jornal das classes laboriosas*. Porto, n.º 3, 2.7.1853, p. 23.

PALMA, Patrícia de Jesus (2008) – *A Produção Literária Impressa no Algarve durante os Séculos XIX e XX*. Lisboa. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Recenseamentos Gerais da População [em linha] [Consult. 4 Nov. 2016]. Disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt

SILVA, António Delgado da (1750-1801) – *Colecção da Legislação Portuguesa desde a Última Compilação das Ordenações*. [Em linha]. 4 vol. [Consult. 2 Jan. 2015]. Disponível em: http://www2.fcsh.unl.pt/ceh/p_up_ferr_fontes_prim_ordenacoes.html

SOUSA, Fernando Alberto Pereira de – *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*. [em linha]. 1979. Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à FLUP. [Consult. 22 Jul. 2014]. Disponível em: <http://zip.net/bnr8gp>.

[VERNEY, Luís António] (1746) – *Verdadeiro método de estudar, para ser útil à República e à Igreja: proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal...* Nápoles: Genaro e Vicenzo Muzio, 2 ts.

Imprensa Periódica

Almanach de S. Braz d'Alportel (Algarve) para o anno de 1893. [Em linha]. Lisboa: Tipografia do Recreio, 1892. [Consult. 4.11.2016]. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/938043-almanach-sba-1893/>

Echo do Algarve. Lagos, n.º 33, 18/04/1869.

Gazeta de Olhão. Olhão, n.º 103, 17/9/1922.

O Grátis: Anunciário Semanal. Faro, n.º 10, 18.1.1880.

O Papaguedor: Jornal Político, Comercial e Noticioso. [Ms.] Pedro Tello (red.), Lagos: 1865.

O Particular. [Ms.]. Lagos: 1898.

Povo Algarvio. Tavira, n.º 1510, 2.6.1963.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES**, José Augusto dos Santos (2000) – *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*. 2.ª ed. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa Editora.
- ANDRADE**, António Alberto Banha de (1981-4) – *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771): contribuição para a história da pedagogia em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra. 2 vol.
- ANDRADE**, Luís, coord. (2009) – *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias – O Tempo da Revistas*. Vol 26. Lisboa: Centro de História da Cultura da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- ANSELMO**, Artur (1981) – *Origens da Imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ADÃO**, Áurea (1997) – *Estado Absoluto e Ensino das Primeiras Letras: as Escolas Régias (1772-1794)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BARBIER**, Frédéric (1990 [1985]) – «Les imprimeurs». In CHARTIER, Roger e MARTIN, Henri-Jean (dir.) – *Histoire de l'Édition Française: les Temps des Éditeurs, du Romantisme à la Belle Époque*. Paris: Fayard / Cercle de la Librairie, pp. 67-91.
- BOTREL**, Jean-François (1992) – «La prensa en las provincias: propuestas metodológicas para su estudio». *Historia Contemporánea*, n.º 8. Pays Vasco: Universidad del Pays Vasco, pp. 193-214. Disponível em: <https://goo.gl/tF8Csx>.
- CANDEIAS**, António (2004) – *Alfabetização e Escola em Portugal nos séculos XIX e XX: os Censos e as Estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTRO**, Ivo de (1977) – «A descrição bibliográfica e a conservação do livro» [policopiado]. *Conferência proferida na semana de trabalho sobre conservação de documentos gráficos para bibliotecários e arquivistas*. Lisboa, 10-15/10/1977. Acessível na Biblioteca Nacional de Portugal, B.A.D. 1859 V.
- CAVALLO**, Guglielmo e CHARTIER, Roger, coord. (2011 [1997]) – *Historia de la Lectura en el Mundo Occidental*. Madrid: Santillana Ediciones Generales.
- CHARTIER**, Roger (1988) – *A História Cultural: entre Práticas e Representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel.
- CHARTIER**, Roger, coord. (1998 [1984]) – *As Utilizações do Objecto Impresso (séculos XV-XIX)*. Lisboa: Difel.
- CURTO**, Diogo Ramada, coord. (2003) – *Bibliografia da História do Livro em Portugal: séculos XV a XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- DARNTON**, Robert (1990) – *O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras.
- DURÃO**, Susana (2003) – *Oficinas e Tipógrafos: Cultura e Quotidianos de Trabalho*. Lisboa: publicações Dom Quixote.
- FOUCAULT**, Michel (2014 [1969]) – *A Arqueologia do Saber*. Introdução de António Fernando Cascais. Lisboa: Edições 70.
- INFANTES** Víctor (1997) – «Las ausencias en los inventarios de libros y de bibliotecas». *Bulletin Hispanique*. [Em linha]. T. 99, n.º 1, pp. 281-292. Disponível em: <http://goo.gl/0s1uYj>.
- JOHNS**, Adrian (1998) – *Nature of the Book: Print and Knowledge in the Making*. [Em linha]. University of Chicago Press. [Consult. 4.11.2016]. Disponível em: <http://site.ebrary.com/id/10292358?ppg=24>.
- LISBOA**, João Luís (1989) – *A Leitura nos Debates da História Cultural*. Separata da *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- MARTINS**, José V. de Pina (1973) – «O Tratado de Confissom e os problemas do livro português no século XV.» In *Tratado de Confissom*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, pp. 9-114.
- MEDEIROS**, Nuno (2010) – *Edição e Editores: o Mundo do Livro em Portugal, 1940-1970*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

MELO, Daniel (2015) – *História e Património da Edição: a Romano Torres*. Lisboa: Edições Húmus / Centro de História de Aquém e d'Além-Mar.

MENDES, António Rosa (2007) – *Cultura e Política no Algarve Setecentista: Damião António de Lemos Faria e Castro (1715-1789)*. Olhão: Gente Singular Editora, Lda.

MESQUITA, José Carlos Vilhena (1988-1989) – *História da Imprensa do Algarve*. Faro: Comissão de Coordenação da Região do Algarve. 2 vols.

MICHON, Jacques e **MOLLIER**, Jean-Yves, dir. – *Les Mutations du Livre et de l'Édition dans le Monde du XVIIIe siècle à l'an 2000*. Paris: L'Harmattan / Les Presses de l'Université Laval, 2001.

MOLLIER, Jean-Yves, **SIRINELLI**, Jean-François e **VALLOTON**, François, dir. – *Culture de Masse et Culture Médiatique en Europe et dans les Amériques 1860-1940*. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

NUNES, Maria de Fátima (1990) – «O Publicismo e a Difusão dos Conhecimentos Úteis». In REIS, António, dir. – *Portugal Contemporâneo (1820-1851)*. Lisboa, Publicações Alfa, S.A., pp. 319-328. Vol. 1.

____ (2001) – *Imprensa Periódica Científica (1772-1852)*. Lisboa: Estar Editora, Lda.

OLIVEIRA, Francisco Xavier de Ataíde (1902) – *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar*. Porto: Typographia Universal.

PALMA, Patrícia de Jesus (2013) – «Restauração e imprensa no Algarve (1808-1811): um impressor, a independência de duas nações». *Promontoria: Revista de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*, n.º 10, Faro, Centro de Estudos de Património e História do Algarve – FCHS/ Universidade do Algarve, pp. 231-255. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/7461>.

REAL COSTAS, Benito, ed. e introd. (2013) – *Print Culture and Peripheries in Early Modern Europe: A Contribution to the History of Printing and the Book Trade in Small European and Spanish Cities*. Boston: BRILL. Library of the written word; volume 24. The handpress world; vol. 18.

RICOEUR, Paul (2010 [2000]) – «Variaciones de Escalas». In *La Memoria, la Historia, el Olvido*. Madrid: Editorial Trotta, S.A., pp. 276-286

RODRIGUES, Ernesto (1998) – *Mágico Folhetim: Literatura e Jornalismo em Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias.

SANTOS, Eugénio Francisco dos (1982) – *O Oratório no Norte de Portugal: Contribuição para o Estudo da História Religiosa e Social*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Universidade, 1982.

SANTOS, Luís Filipe (1995) – *Os acessos a Faro e aos concelhos limítrofes na segunda metade do séc. XIX*. Faro: Câmara Municipal.

SANTOS, Eugénio Francisco dos (2001) – «Oratorianos». In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 328-334. Vol. J-P.

TELES, João José de Sousa (1864) – *Anuário Português Científico, Literário e Artístico*. Lisboa: Tipografia Universal.

TENGARRINHA, José (1989) – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2.ª ed. rev. e aum. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

____ (1999) – «O Movimento Jornalístico no Algarve: das Origens ao Final da Década de 80 do Século XX». In MARQUES, Maria da Graça Maia, (coord.) – *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias: Elementos para a sua História*. Lisboa: Fernando Mão de Ferro / Edições Colibri, pp. 591-598.

O laicismo na capital algarvia nos finais de Oitocentos: o célebre processo de Francisco Pereira Salles¹

Luís Guerreiro²

O ANTICLERICALISMO COMO PANO DE FUNDO

Com a expulsão da Companhia de Jesus pelo Marquês de Pombal e a extinção das ordens religiosas por Joaquim António de Aguiar, o anticlericalismo começou a alastrar e a adquirir contornos que ultrapassaram o anti-jesuitismo e o anti-congreganismo, considerando-se o jesuíta e o padre como representantes de uma visão retrógrada e reaccionária que impediam a modernização do País³. Criticava-se o Clero por ter uma vida ociosa, acumular riqueza, estar submetido a uma autoridade estrangeira, ser ignorante e também por ser uma ameaça à privacidade dos lares, em função de razões que se prendiam com o celibato eclesiástico e a confissão auricular que muito contribuía, segundo as críticas da época, para a degradação dos costumes.

Tornava-se, por isso, necessário denunciar a situação, através da imprensa, do folheto, do livro ou em comícios, salientando «os malefícios civilizacionais que o Clero - sobretudo o regular – estaria a provocar, enquanto agente educativo, assistencial ou religioso»⁴. Como se vê, a questão religiosa, era, na óptica dos que viam na Igreja Católica o principal obstáculo à modernização do País, uma matéria extremamente importante, que devia ultrapassar o horizonte espiritualista, passando por uma verdadeira revolução social e política, que conduzisse a um processo de laicização, não só das instituições, mas também da mentalidade do povo, fortemente



Figura 1 Fotografia do Teatro Lethes, antigo Colégios dos Jesuítas.

Fonte: *O Algarve Illustrado*. Faro, n.º 9, 1.10.1880

¹ Este texto corresponde ao essencial à Conferência que proferi no Clube Farense, sobre o tema, no dia 9 de Outubro de 2015, a convite do Círculo Cultural do Algarve.

² O autor não segue o Novo Acordo Ortográfico.

³ CATROGA (1988: p. 211).

⁴ *Ibidem*.



Figura 2 Retrato de Sebastião de Magalhães Lima.
 Fonte: *Galeria Republicana*, n.º 20, 1882.
 Fotografia de António Maria Serra

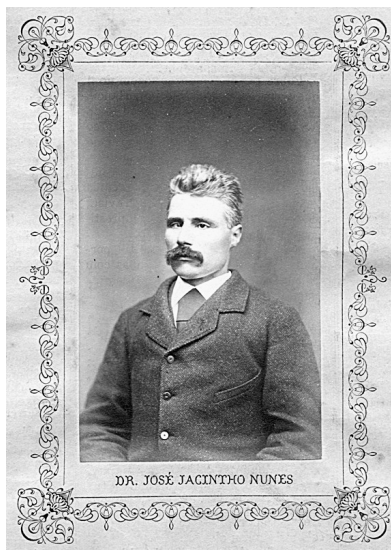


Figura 3 Retrato de José Jacinto Nunes.
 Fonte: *Galeria Republicana*, n.º 5, 1882.
 Fotografia de António Maria Serra

influenciado pelo catolicismo. Como se disse, nas últimas décadas da Monarquia o anticlericalismo foi evoluindo, sendo as correntes contestatárias alargadas, ao ponto de no seio do livre-pensamento as críticas ao clero porem em causa a própria ideia de Deus.

Na imprensa de época, abundam opiniões neste sentido. Sousa Medina (citado por Fernando Catroga), em Setembro de 1885, escrevia: «Com o progredir das Ciências, o Deus vai-se desprestigiando e é com orgulho que devemos escutar a verdade... o século das luzes é o século do ateísmo». Em suma o livre-pensamento, influenciado pelas doutrinas positivistas e cientistas, não se limitavam ao ataque à Igreja, punham também em causa os fundamentos da própria religião.

Na década de 80 do séc. XIX, os republicanos algarvios começaram a ter alguma expressão com a criação de vários Centros Republicanos⁵, nas principais cidades e vilas do Algarve, o aparecimento de jornais de cariz republicano e com alguma actividade política digna de registo. Houve, neste período, um número significativo de personalidades que escreviam na imprensa regional e também na de âmbito nacional, participavam em comícios e foram, pela sua influência e carisma pessoal, formando uma nova consciência popular, sobretudo contra a influência, considerada nefasta, dos padres na sociedade.

Grande projecção pública e mediática teve a visita ao Algarve, em trabalho político, dos ilustres republicanos Magalhães Lima, José Jacinto Nunes e Anselmo Xavier, em Novembro de 1884⁶.

Desde Vila Real de Santo António até Lagos, desenvolveram intensos contactos políticos de difusão dos ideais republicanos, tendo realizado comícios em Olhão, Lagos, Silves e Tavira. Noutras povoações, com alguma representatividade republicana, realizaram conferências, almoços e encontros, em especial na Fuzeta, Lagoa, Monchique, Loulé, Boliqueime e Faro. O Governador Civil, Jerónimo Augusto de Bivar Gomes da Costa, tentou, por todos os meios ao seu alcance, reduzir o impacto político desta visita, impedindo, por via dos administradores Concelhios, a realização dos comícios previstos e menosprezando as actividades realizadas através das informações que enviou para o Ministério do Reino. Mesmo assim, através do detalhe da sua correspondência e da subvalorização que atribui aos

⁵ MENDONÇA (2003).

⁶ Sobre esta visita, cf. Arquivo Distrital de Faro – *Correspondência do Governador Civil de Faro para o Ministério do Reino*. [Ofício] n.º 19, Faro, 19 de Dezembro de 1884.

acontecimentos, dá para entender que a participação do povo foi em número assinalável. Em jeito de remate, concluía:

Não se pode contudo deixar de reconhecer que a propaganda republicana sempre produz algum efeito, principalmente nas classes mais baixas da sociedade. Os princípios apresentados pela propaganda agradam ao povo ignorante e sendo, que de tudo quanto ouve só fica compreendendo que com o governo republicano não se pagam impostos, não há recrutamento, e até alguns supõem que haverá a divisão da propriedade. Não admira por isso que estas ideias, principalmente na actualidade, em que tanto se tem especulado com o imposto do sal, com o maior rigor na cobrança do real de água, com a nova lei do recrutamento etc., não tomando desenvolvimento, é certo, que hoje não só nas povoações, mas também no campo e até na serra, se fala já muito em república; o que até à pouco não acontecia⁷.

A POSIÇÃO DO BISPADO DO ALGARVE

Perante esta frente anticlerical, o bispo do Algarve, D. António Mendes Belo (1885-1908), não desanimou, nem cruzou os braços. Pelo contrário, desenvolveu uma intensa actividade evangélica, como o provam as várias Cartas Pastorais e Provisões que elaborou para o Clero e para os diocesanos, dando orientações e recomendações face à situação adversa à Igreja Católica que alastrava a quase todas as Paróquias.

Mendes Belo era um Bispo disciplinador e austero, como o descreveu o P.^e Afonso da Cunha Duarte:

Decretou exames obrigatórios para o Clero, a obrigação de homilia na missa (o Pároco tinha de enviar à Diocese um Relatório mensal dos Domingos em que fez homilia, renovou os estudos no Seminário e instituiu a reciclagem semanal obrigatórias para o Clero, à Segunda-feira e dá os primeiros passos para a organização da catequese em todas as Paróquias e da formação do laicado. E ficou a conhecer a cultura religiosa dos cristãos⁸.

De entre as várias Cartas Pastorais elaboradas pelo Bispo, retiramos estas palavras bem elucidativas do seu pensamento:

Proclama-se, defendem-se, ensinam-se e propagam-se na presente época, com delirante entusiasmo e tenacidade estupenda, teorias de tal



Figura 4 Retrato de Anselmo Xavier.
Fonte: Galeria Republicana, n.º 3, 1882.
Fotografia de António Maria Serra



Figura 5 Retrato de D. António Mendes Belo (1842 – 1929) – Bispo do Algarve (1884 – 1907) e, posteriormente, Cardeal Patriarca de Lisboa (1907 – 1929).

Fonte: O Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. Lisboa: n.º 1051, 10.3.1908

⁷Ibidem.

⁸ DUARTE (2010): pp. 30-31).

*sorte funestas, doutrinas subversivas e tão de molde para corromperem o coração, desvairarem o espírito, ofenderem as leis divinas e humanas e abalarem as instituições sociais, que só o Cristianismo, com os seus ensinamentos puríssimos, pode opor-lhes invencível barreira*⁹.

E acrescentava que, por detrás desta «terrível propaganda» que combate sem tréguas tudo quanto até agora tem sido considerado como o fundamento mais sólido da família e da sociedade, só pode estar o «génio do mal», através do abuso da imprensa, «transformada amiúde um facho incendiário de paixões desordenadas e rancorosas hostilidades»¹⁰.

FRANCISCO PEREIRA SALLES – O BARBEIRO ATEU

Francisco Pereira Salles era barbeiro estabelecido no Largo de S. Pedro, n.º4, na cidade de Faro¹¹. Ao contrário do que muitos escreveram, ele não era natural de Faro, mas sim da freguesia de Coito de Cucujões, concelho de Oliveira de Azeméis, diocese no Porto. Não sabemos quando veio para a capital algarvia, mas sabemos que no dia 2 de Janeiro de 1844, Francisco Pereira Salles casou com Rosa Delfina das Dores, ela sim natural de Faro¹².

⁹ BELLO (1886).

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ Não sabemos quando é que Pereira Salles começou a exercer a profissão de barbeiro. Mário Lyster Franco, na ficha que sobre ele escreveu para a sua *Algarviana* (ainda inédita, existente na Universidade do Algarve) diz: «parece que se dedicou também à leccionação, pois já vi chamar-lhe professor». Não creio, porém, com base nas várias notícias que vi sobre o seu Processo que tivesse exercido profissão docente. Antes pelo contrário, na Provisão que o Bispo do Algarve faz sobre o assunto (v. anexo documental) refere-se-lhe como dotado de recursos intelectuais muito limitados.

¹² ADF - *Certidão de Casamento*, 22.1.1844:

Aos vinte dois dias, do mês de Janeiro de mil oitocentos e quarenta e quatro anos nesta Igreja de Santo António do extinto Convento dos Capuchos que serve de matriz, na minha presença e na das testemunhas Francisco José [...], Henrique d' Araújo Cordeiro Feio, abaixo assinados observado o Concílio de Trento e Constituição do Bispado [...] do Excelentíssimo Senhor Doutor António Luís de Macedo e Brito, Governador Interino deste Bispado celebraram com palavras do presente Sacramento do Matrimónio Francisco Pereira de Salles e Rosa Delfina das Dores; solteiros, meus Paroquianos, filho digo aquele filho legítimo de Tomás António e Maria Pereira, neto paterno de João (...) e Isabel Francisco, todos estes naturais de Cucujões, Comarca da Vila de Faro[sic], Bispado do Porto, e materno de Domingos Rodrigues e Ana Pereira naturais da freguesia de Santa Maria da Valga. Esta contraente filha legítima de Manuel Rodrigues e Maria das Dores, neta paterna de José Rodrigues e Inácia Maria e materna de Manuel da Costa e Isabel Rita, todos naturais desta freguesia: porquanto corridos os [...] nesta cidade justificada em [...] competente a liberdade do Contraente e feitas as mais diligências do estado não lhes resultou impedimento algum do que para constar fiz este termo que com as supraditas Testemunhas assigno, dia, mês, era est supra
Prior Inácio José Tavares Belo.

Segundo o Capitão Vieira Branco¹³, nesta altura tipógrafo em Faro, «Sales, um honrado barbeiro»¹⁴, nem sempre teve este papel hostil ao Clero que o viria a celebrar no final dos anos 80 em todo o panorama nacional, pela posição que assumiu e pelas consequências que sofreu na pele, apesar de ser um septuagenário. Mário Lyster Franco lembrou que: «Inicialmente era muito crente e católico praticante, tendo feito parte da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, onde tomou hábito a 17-05-1842 e professou a 21-08-1862»¹⁵. Vieira Branco, que o conheceu pessoalmente, foi mais longe, recordando que Salles era um tão fervoroso crente, «que mal ouvia na torre o sinal de Viático, abandonava as barbas e a venda das suas “acreditadas bichas” e acompanhava o préstimo religioso, fosse para que ponto fosse, da cidade»¹⁶.

Sabe-se também que Francisco Pereira Salles tinha uma cultura acima da média para a sua classe social. Lia a imprensa regional e nacional, a literatura que chegava a Faro e escrevia bem. Daí, Mário Lyster Franco ter escrito que algumas pessoas o tratavam por professor.

Em meados da década de 80, era agente e correspondente, em Faro, da *Semana de Loyola*¹⁷ (1884-85), órgão de imprensa anticlerical, semanário anti-jesuítico, dirigido por Silva Graça. Pereira Salles não era republicano assumidamente, mas defendia pressupostos que uniam todos os republicanos. A sua postura anticlerical e o convívio com textos de ilustres personalidades, tais como Guerra Junqueiro, Augusto José Vieira, Gomes Leal, etc. e a divulgação no Algarve de textos inspirados na filosofia positivista de Teófilo Braga, Magalhães Lima e Emídio Garcia, foram, paulatinamente, formatando o pensamento de Francisco Pereira Salles, que também colaborava na *Semana de Loyola* com textos de sua autoria, assinados com pseudónimo.

¹³ José Vieira Branco foi tipógrafo, militar, escritor e jornalista. Nasceu em Faro a 8-X-1873 e faleceu a 26-1-1938. Iniciou a sua vida profissional como tipógrafo, tendo seguido posteriormente a vida militar, reformando-se no posto de Capitão. Ocupou alguns cargos públicos. Teve vasta colaboração em jornais e revistas. Publicou algumas obras, sendo de destacar *Subsídios para a História da Imprensa Algarvia de 1833 aos nossos dias* (1938), de que nos socorremos ao longo deste trabalho. Para mais informações sobre este autor, v. FRANCO (1982: pp. 359-362).

¹⁴ BRANCO (1938: p. 61).

¹⁵ FRANCO – Ficha inédita sobre Francisco Pereira Salles, já citado. *Algarviana*, dossier S. Inédito.

¹⁶ Cf. BRANCO – *Op. Cit.*, p. 61.

¹⁷ *Semana de Loyola*. Lisboa: Tipografia do Comércio, 6/4/1884-21.11.1886.

O FAMOSO FOLHETO DE SALLES

De acordo com fontes indirectas (imprensa periódica, tomada de posição do bispo e do governo civil), apontamos como data possível para a edição do folheto, objecto do nosso estudo, os finais de 1886, princípios de 87. Foi neste período que Francisco Pereira Salles compilou um folheto, a que intitulou *Elementos de Geografia Astronómica – instrução útil para o povo*, seguido de um epílogo de doutrina civil, humanitária e científica¹⁸.

Não foi possível localizarmos tal espécime. As informações mais detalhadas sobre esta publicação colhem-se no trabalho de Vieira Branco (1938), que aqui seguimos. Todas as fontes consultadas sugerem que os folhetos terão sido destruídos, à excepção do exemplar que foi anexo ao processo judicial e que acabou por se extraviar.

O folheto foi impresso em Faro, na Tipografia de Agostinho Ferreira Chaves¹⁹. Segundo Vieira Branco, que na altura trabalhava nesta tipografia, este folheto foi um dos seus primeiros trabalhos:

[...] quando o conheci, quando lhe compus e imprimir o folheto (de cerca de 20 páginas), que na verdade compilara de vários livros educativos, dizendo das razões das trovoadas e chuvas, que se não produziam com preces, já mestre Sales era odiado pelo beatério da terra que lhe chamava “flamazão”, creio que herege²⁰.

A obra, lembrou ainda o autor, foi «ajustada por 10\$000 réis por mil exemplares», o que nos faz pensar que o pequeno folheto contaria com amplo público interessado. Vieira Branco faculta ainda outras informações:

Na última página, em corpo 18, lembro-me bem, o pobre velho, dizia não acreditar em Deus nem no Diabo, em santos, bruxas ou lobisomens, nos padres e eficácia das suas orações etc. No final desta declaração, com toda a seriedade dizia ninguém podia ser perseguido por motivos de religião e indicava o artigo da Carta Constitucional que tal mandava²¹.

¹⁸BRANCO – *Op. Cit.*

¹⁹ Agostinho Ferreira Chaves, Faro, Rio de Janeiro (1860/1944), farmacêutico e jornalista. Possuía uma tipografia, instalada na Rua José Estevão nº 5, na cidade de Faro, tendo fundado e dirigido a revista humorística *A rir*. Como farmacêutico notabilizou-se pela criação da pasta dentífrica Ossónoba e ainda de uma farinha de características fortificantes, especialmente para crianças que denominou Farinha Achocolatada de Chaves. Cf. MESQUITA (1988: p. 471).

²⁰BRANCO – *Op. Cit.*

²¹ *Ibidem.*

Depois de terminado o trabalho, foi o próprio Vieira Branco fazer a entrega dos folhetos e da respectiva factura ao autor. Quase em simultâneo, um oficial de diligências, de nome José Esteves, procedeu à apreensão de todos os folhetos, naturalmente cumprindo «ordens superiores». O que se passou na realidade foi que um indivíduo que frequentava a tipografia terá levado dois exemplares do folheto, tendo remetido um para o Bispo D. António Mendes Belo que, face ao teor do mesmo, terá feito queixa ao Governador Civil de Faro, Dr. António Rodrigues Centeno, que ao abrigo da violação do estipulado na Carta Constitucional, mandou apreender e destruir todos os exemplares da referida obra²².

JULGAMENTO E PRISÃO DE FRANCISCO PEREIRA SALLES

Este assunto teve enormes repercussões na cidade de Faro e por todo o país, na medida em que alguma imprensa nacional foi publicando artigos sobre este caso, em especial, reproduzindo o que *O Distrito de Faro*²³ ia dando à estampa.



Figura 6 Vista parcial da cidade de Faro, nos finais do século XIX.

Fonte: *Algarve Ilustrado*. Faro, n.º 16, 15.1.1881

²² *Ibidem*.

²³ *O Distrito de Faro*. António Bernardo da Cruz (dir.). Faro: 6.4.1876-24.4.1913.

O próprio Bispo contribuiu para o conhecimento e a ampliação do caso, através da publicação de uma Provisão inteiramente dedicada a este tema²⁴, dirigida a todos os diocesanos e Clero do Algarve, datada de 22 de Março de 1887. O Bispo desvalorizou as capacidades do barbeiro, dizendo que o autor do folheto «não é um filósofo, nem crítico, nem sábio: nada mais que reproduzir, por modo tão ímpio como rude, os argumentos e sofismas, apresentados pelos seus mestres na incredulidade: nem a ideia atrai, nem a forma seduz»²⁵.

D. António Mendes Bello teceu uma série de considerações sobre o trabalho, à luz da doutrina cristã, apelando ao seu arrependimento e pedindo aos padres que rezassem por ele, porque «o infeliz, cuja cegueira lhe não permite talvez compreender a enormidade dos seus erros, e que, seduzido por doutrinas falsíssimas, deixou extinguir no seu espírito o lume da fé»²⁶.

É certo que Francisco Pereira Salles foi pronunciado e julgado no Tribunal de Faro, tendo sido condenado a um ano de prisão correcional e três meses de multa. Estava combinado que a defesa ficaria a cargo do Dr. Jacinto Nunes que, à última da hora, por estar envolvido noutra processo no Tribunal de Odemira, não pôde vir a Faro²⁷. O juiz do Tribunal, Dr. Alexandrino da Silva Guimarães, tentou atenuar-lhe as responsabilidades, alegando que o réu seria incapaz de escrever as teorias que lhe eram imputadas, ao que Francisco Pereira Salles levantou-se indignado, assumindo a autoria do trabalho.

O jornal *O Distrito de Faro* e, em especial o seu director, António Bernardo da Cruz, desenvolveram uma intensa campanha a favor da libertação do “mestre Salles”. Os artigos publicados foram reproduzidos em vários jornais de âmbito nacional. Bernardo da Cruz abriu mesmo uma subscrição, nos seguintes termos: «a favor do honrado artista Francisco Pereira Salles, perseguido por motivos religiosos e encarcerado na cadeia civil desta cidade». Depois seguia-se a listagem dos nomes dos contribuintes e respectiva quantia participada. Dos vários artigos publicados, reproduzimos o que foi publicado no *Correio da Universidade*, em Coimbra, a 24-11-1887, intitulado «Perseguição»:

A sociedade, atrozmente ofendida na pessoa do honrado artista Francisco Pereira de Salles, pede um desagravo severo.

²⁴ Transcrevo em anexo o conteúdo integral desta Provisão.

²⁵ Cf. anexo documental.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ Cf. *O Distrito de Faro*. Faro, n.º 614, 17.11.1887.

Está metido nos ferros de el-rei o independente e brioso cidadão, por se afastar do meio acomodaticio e imbecil em que vivia, a ter a coragem de afirmar alto e bom som, na reprodução de doutrinas, embora heterodoxas, a liberdade da sua consciência!

Está encarcerado num antro infecto e insalubre, com a velha cadeia de Faro, o honesto e moralíssimo chefe de família, denunciado às justiças do país, como ateu, pelo servilismo hipocritamente beato e pelo zelo farisaico da primeira autoridade do distrito!

Está encerrado em medonha enxovia, como réu do negro atentado de pensar livremente, o homem de consciência pura e intemerata, de carácter nobre e activo, que move sacripantas sem dó nem consciência – talvez mesmo sem saberem ler nem escrever – entenderam dever segregar do convívio social, como se fora uma besta fera, de quem eles, os tristes predestinados – aliás muitos bons cristãos – tanto se arreavam!

E dá-se isto no ano da graça em que um dos nossos mais eminentes estadistas inscreveu na sua bandeira política e lema da mais ampla liberdade de culto!

E dá-se isto precisamente quando o sr. D. Luís, protestando contra o criminoso procedimento de um prelado estupidamente fanático, vai com sua real família, em sessão solene da nossa primeira sociedade, render o culto à memória do maçom António Augusto de Aguiar!

E dá-se isto quando a imprensa periódica, no pleno uso de um direito sacratíssimo e no fiel cumprimento dos seus indeclináveis deveres, procura constantemente esclarecer a opinião pública com os necessários critérios científicos em todos os assuntos sociológicos, ou sejam políticos, ou religiosos, ou de qualquer outra ordem!

[...] Devemos acrescentar que o sr. Francisco Pereira de Salles conta já 70 anos de idade, e que foi condenado pelo nefando crime de publicar um livro intitulado: - “Elementos de Geographia Astronómica”.

É necessário uma cruzada enérgica para que o crime oficial se não realize.

Nós apelamos para toda a imprensa. A imprensa é a grande alavanca que derruba os mais formidáveis abusos.

Ontem foi ele, amanhã podemos ser nós.²⁸

Face à dimensão que o caso alcançou e ao envolvimento de várias personalidades a favor da libertação do barbeiro de Faro, suportado por muitos artigos de opi-

²⁸ *Correio da Universidade*. Coimbra: 24-11-1887, Ano II, n.º 2, p. 3, col. 2 e 3.

nião nos órgãos de imprensa nacional, o processo subiu ao Tribunal da Relação. Os juízes, com base no preceito constitucional de que «ninguém pode ser perseguido pelas suas crenças religiosas, mas pune-se a falta de respeito devido, ou injúrias à religião do Estado [...]»²⁹, proferiram o «Acórdão da Relação de Lisboa na apelação n.º 1194 (Escrivão Gourgelt), Comarca de Faro, Apelante Francisco Pereira Salles. Apelado Ministério Publico», que, a seguir, transcrevemos:

Acordam em conferência em Relação:

Vistos, relatados e discutidos estes autos:

Mostra-se que o R. Francisco Pereira Salles, barbeiro, residente em Faro, foi acusado pelo M.ºP.º por faltar ao respeito devido à religião do reino, catholica, apostólica, romana, injuriando-a publicamente nos seus dogmas e objectos do seu culto, e tentando propagar doutrinas contrárias aos dogmas catholicos definidos pela Egreja – tudo isto por meio d’um folheto intitulado Elementos de geografia astronómica, do qual se encontram dois exemplares a fl. d’estes autos.

Mostra-se que tendo corrido o processo os seus termos regulares, e sendo propostos ao jury os respectivos quesitos, deu elle como provado o referido crime com a circumstancia attenuante de ter tido o R. boa conducta moral e religiosa até à época, em que o commetteu:

Mostra-se que o juiz da primeira instancia julgou procedente a acusação, e declarando applicáveis ao crime as disposições do art. 130º n.º 1 e 2.º do Cod. Pen. condemnou o R. na pena d’um anno de prisão correccional, e na multa de três mezes, conforme e renda, que se liquidar – e bem assim nos sêllos e custas dos autos, entrando n’estas a quantia de 4\$500 réis arbitrada de honorário ao defensor nomeado:

Mostra-se, finalmente, que o juiz julgou perdidos todos os exemplares apprehendidos, mandan-do-os queimar: e

Considerando que não obstante o art. 145.º § 4.º da Carta Constitucional da Monarchia determinar que ninguém possa ser perseguido pelas suas crenças religiosas, é comtudo certo, que a ninguém é permitido faltar ao respeito devido à religião do Estado, que é a catholica apostólica romana, e sempre que falte a esse respeito, fica sujeito à sanção da respectiva legislação penal:

Considerando, que em presença das respostas do jury aos quesitos, que lhe foram propostos, bem andou o juiz da primeira instancia, julgando procedente

²⁹ *Gazeta da Relação de Lisboa: Revista Judicial*. Lisboa, n.º 89, 10.2.1889, p. 708.

a acusação e declarando aplicáveis ao crime as disposições do art. 130.º n.ºs 1.º e 2.º do Cod. Pen.

Considerando, que ao juiz incumbia arbitrar na sua sentença a multa em que condenou o R., nos termos do art. 67º do Cit. Cod., não a deixando, como deixou, dependente da liquidação;

Considerando, que o juiz não podia julgar perdidos e mandar queimar os exemplares do folheto, apreendidos ao R., visto que não há disposição alguma legal, que a isso o autorizasse.

Confirmam pelas razões expostas a sentença appellada na parte, em que julgou procedente a acusação, e condemnam o R. na pena de um anno de prisão correccional e na multa por três mezes, a qual será na razão de 100 réis por cada dia.

Revogam, porém, a mesma sentença na parte, em que julgou perdidos os folhetos apreendidos e. os mandou queimar.

Condemnam o R. nas custas acrescidas.

Lisboa, 6 de Fevereiro de 1889. = Mattoso – Queiroz – Pereira-Serra e Moura-Soares.

Este acórdão gerou polémica na imprensa. Os juizes da Relação de Lisboa confirmaram a sentença do Tribunal de Faro, mas o jornal *Os Debates*, de Consiglieri Pedroso, em vários artigos publicados, em Fevereiro de 1889, denunciou a enorme injustiça que se estava a cometer contra o septuagenário barbeiro de Faro, por este ter escrito contra os dogmas da igreja católica, apostólica, romana, publicando o nome dos juizes da Relação que eram: Francisco Mattoso Corte Real, José Maria d’Almeida Teixeira de Queiroz, José Pereira, Tomás Nunes de Serra e Moura, António Soares d’Albergaria, Luiz Frederico de Bivar Gomes da Costa e Sebastião Frederico Rodrigues Leal.

Alguns jornais insurgiram-se por *Os Debates* terem publicado o nome dos juizes, ao que este, em sua defesa, considerou que esta celeuma não tinha razão de existir, porque, se os juizes achavam que tinham tomado uma boa decisão, por terem mandado meter na cadeia durante um ano o barbeiro de Faro, Francisco Salles, por ter escrito acerca dos dogmas católicos, apostólicos e romanos, não tinham que molestar-se; por outro lado, se tomaram um veredicto iníquo, era necessário que toda a gente tomasse conhecimento do nome daqueles que assim procederem e ao jornal cabia todo o direito de criticar tal atitude³⁰.

³⁰ Cf. «A Intolerância: Juizes da Relação». *Os Debates*, n.º 171, 20-02-1889, p. 1.

Um ano depois (16-02-1890) ainda o jornal *Porvir*, de Olhão, transcrevia um novo artigo do *Distrito de Faro*, intitulado «Anulação de Sentença», a propósito de uma decisão do Tribunal da Relação do Porto, que anulou uma sentença de primeira instância que condenara Fernando Bichão, de Aveiro, em um ano de cadeia e multa por não haver tirado o chapéu à passagem de uma procissão. Tomando-o como exemplo, reivindicava o articulista:

A sentença da Relação do Porto, perfeitamente em harmonia com os princípios liberais firmados na Constituição do País, é um documento que muito honra a magistratura Portuguesa. Outro tanto deve fazer o Supremo Tribunal da Justiça, em relação à sentença proferida contra o honrado septuagenário Francisco Pereira Salles, por motivos idênticos aos que determinaram o Processo contra Fernando Bichão. Nos tempos que vão correndo, nada há mais odioso que a perseguição religiosa³¹.

Não temos conhecimento de que tenha sido anulada a sentença. Pelo contrário, sabemos que Francisco Pereira Salles acabou por cumprir, na íntegra, a pena que lhe foi imputada e pagou a multa com a ajuda das subscrições de amigos. Na última década do século XIX, não reunimos qualquer referência ao percurso do barbeiro-escritor. Pensamos que devido à sua idade, aos problemas judiciais que teve que enfrentar, ter-se-á remetido ao silêncio, acabando por falecer na cidade de Faro, a 10 de Maio de 1900³².

BREVE CONCLUSÃO

Através deste breve estudo, pudemos comprovar a viva circulação das ideias positivistas, quer por via da imprensa periódica, da difusão de livros que chegavam à capital do Algarve, de conferências e comícios. Francisco Pereira Salles é um exemplo de um leitor

³¹ O *Porvir*: *Justiça, Independência, Imparcialidade, Direito, Liberdade, Humanidade*. Olhão, 16-02-1890.

³² ADF, *Certidão de óbito – Francisco Pereira Salles, assento 18-05-1900*. Aos dezoito dias do mês de Maio do ano de mil novecentos, às dez horas da noite em sua casa, da Rua Serpa Pinto, desta freguesia de São Pedro da cidade e concelho de Faro, diocese do Algarve, faleceu tendo recebido os sacramentos da Santa Madre Igreja, um indivíduo do sexo masculino por nome Francisco Pereira Salles, de idade de oitenta anos, viúvo de Rosa Delfina dos Dolores, barbeiro, natural da freguesia de Coito de Cucujães, Concelho de Oliveira de Azeméis, diocese do Porto, morador nesta freguesia, na rua indicada, filho legítimo de Thomaz António e Maria Pereira, proprietários, naturais da mesma freguesia, o qual não fez testamento, deixou filhos e foi sepultado no Cemitério do Carmo. E para constar lavrei em duplicado este assento que assino. Era est supra.

O Pároco

Bernardino Mirabent Pessanha

desses textos, cuja influência alterou radicalmente as suas posições ideológico-espirituais e o despertaram para a intervenção pública através da escrita.

Todavia, o acesso à escrita pública, isto é, à edição impressa, quer através da publicação de artigos na imprensa periódica, quer através da publicação autónoma do folheto *Elementos de Geografia Astronómica – instrução útil para o povo*, não significava, naquele final de Oitocentos, a completa liberdade de expressão. Com o folheto apreendido e queimado, à maneira do Antigo Regime, o barbeiro-escritor foi condenado a prisão efectiva, com base no argumento de que o escrito ofendia a religião oficial do Estado. Embora o Tribunal da Relação tenha confirmado a pena, não deixou de assinalar o desajuste então praticado com a severa censura que quase rasurou da história o célebre folheto impresso de «mestre Salles».

Desde então, a expectativa da sua localização, como dizia Vieira Branco, tem feito o «desespero de alguns bibliófilos algarvios», entre os quais me incluo. Mas os passos agora dados em torno deste complexo processo ter-me-ão deixado mais próximo...

ANEXO DOCUMENTAL

Transcrição da *Provisão do Arcebispo-Bispo D. António Mendes Mello, de 2 de Março de 1887.*

DOM ANTONIO MENDES BELLO, POR MERCÊ DE DEUS E DA SANTA SÉ APOSTOLICA ARCEBISPO-BISPO DO ALGARVE, DO CONSELHO DE SUA MAGESTADE FIDELISSIMA, PAR DO REINO, ETC.

Aos Nossos amados diocesanos, saúde, paz e bênção em Jesus Christo, Nosso Senhor e Redemptor.

Quem abrir e compulsar as santas Escripturas n'ellas verá bem claramente expressada a tremenda responsabilidade que peza sobre os pastores d'almas, e os termos enérgicos com que o Divino Espirito lhes prescreve o exacto cumprimento dos seus deveres.

Clamar incessantemente, insistir com toda a paciência e caridade no ensino das verdades da fé e moral christã, em qualquer ocasião e tempo, muito principalmente quando se affirmam e divulgam ideias erróneas e subversivas de tudo quanto há de mais indiscutível e sagrado na ordem religiosa e social, é obrigação de tal sorte inherente ao Nosso Apostolado, que, esquecer-a ou menosprezar-a o mesmo seria que trahir a espinhosíssima missão de que estamos incumbido.

Desempenharmo-Nos d'esse encargo na medida das Nossas forças, infelizmente tão minguadas e débeis, é o Nosso mais ardente desejo, para cuja realização invocamos a cada momento as graças e o auxilio d'Aquelle, sem o qual nada podemos.

E assim, filhos em Jesus Christo, se há bem pouco ainda, no intuito de conduzir pelos caminhos da salvação as vossas almas, das quaes daremos estreitas e severas contas no tremendo dia, em que o Supremo Julgador dos vivos e dos mortos há-de decidir a sorte e destino eterno de cada um, vos exhortavamos com entranhado affecto á inteira observância dos vossos deveres religiosas na presente Quaresma, novos motivos Nos obrigam hoje a dirigir-vos a palavra e a reiterar as Nossas instancias para que vos conserveis inabaláveis na fé que professaes, firme nos ensinamentos immaculados e puros do Christianismo que, sem a mínima quebra do principio da igualdade que proclama entre todos os homens, nem offensa das conquistas do progresso legitimo, recomenda e preceitua o respeito do discípulo ao mestre, a obediência do filho ao pae, a sujeição do servo a seu amo, o preito e acatamento dos povos ás autoridades constituídas e á Lei, o socorro do desvalido, o amparo da viúva e do órfão, o ensino do ignorante, a defesa do innocente, o perdão das injurias, tudo, enfim, quanto contribue para promover a prosperidade da família e da sociedade, e para inspirar o maior fervor pelo serviço de Deus e da pátria. Bem desejáramos que nunca surgissem as causas, que

agora Nos determinam a levantar a voz no meio do rebanho que tanto amamos; de consolação imensa Nos sentiríamos possuído, se não tivéssemos de lamentar em tempo algum os erros e desvarios de qualquer das ovelhas da Nossa grey: não permitiui, porem, Deus, ante cuja adorável presença nos humilhamos profundamente com inteira submissão á Sua Divina Vontade, que lográssemos tamanha ventura.

É de crer, prezados diocesanos, que tenhaes já percebido o fim que Nos propomos, ao fallar-vos n'este momento, como vosso pastor e pae espiritual : queremos aludir a um facto ocorrido há dias n'esta cidade, tão lastimável e triste, tão pungente e afflictivo, que Nos feriu no mais intimo da Nossa alma e veio esmagar-Nos o coração com o prazo de uma dor imensa.

Imprimiu-se e publicou-se na Capital da Diocese um folheto com o titulo de – *Elementos de Geographia astronómica* – rematando com o que o seu autor chama “*symbolo da fé civil*” em que nega a existência de Deus, a immortalidade da alma, a vida eterna, tendo anteriormente apresentado erros os mais grosseiros e proposições as mais absurdas acerca da origem e criação do mundo, acerca da santa Biblia, cujos livros classifica de apocriphos, fabulosos e vãos, e com respeito a Jesus Christo Senhor Nosso, cuja Divindade contesta abertamente.

Não foi sem lagrimas e sem a maior das magoas que lemos semelhante escripto.

Para logo se conhece sem duvida, que o seu autor não é um philosopho nem critico sem sabio: nada mais faz do que reproduzir, por modo tão impio como rude, os argumentos e sofismas, apresentados pelos seus mestres na incredulidade: nem a ideias atrahe, nem a forma seduz. E assim, filhos caríssimos, quer-Nos parecer, que não seriam muitos os iludidos pelos ensinamentos nefastos, erróneos e monstruosamente sacrílegos, que tanto abundam em tão poucas paginas, mesmo quando profusamente fora distribuído o folheto, a que nos referimos, e cuja leitura não pode realizar-se sem que o espirito se horrorize; mas, um só que fora o alucinado pelo influxo de tão perniciosas doutrinas, uma só a ovelha que se perdesse e tresmalhasse do rebanho que apascentamos, motivo haveria e mais que suficiente para o vosso pastor se encher de tristeza e da mais acerba amargura.

Para evitarmos lance tão angustioso, temos implorado os favores e auxílios da Providencia Divina, e vimos, prezados diocesanos, como pae extremo, que prompto está a dar a vida por seus filhos, se necessários for, prevenir-vos contra os ardis e sugestões, contra os assaltos e ciladas com que a impiedade pretende arrancar-vos da alma as vossas mais puras crenças, e do coração os mais belos e nobres sentimentos.

Não trataremos n'este momento de combater em larga dissertação os erros e asserções desvairadas contidas no fo-

lheto, pois teem eles sido fulminados pela Igreja e refutados já mil vezes com brilhantíssimo triumpho pelos maiores génios da humanidade, pelos escriptores que mais se teem assignado pelos fulgores do seu talento, e ainda pela própria natureza, que, em sua voz eloquentíssima, nos patenteia muitas verdades da ordem religiosa, como a da existência de Deus, profundamente gravada em caracteres indeléveis no grande livro do universo.

Tambem, certamente, todos vós protestaes com justíssima indignação contra os ignominiosos ultrajes feitos à Magestade do Creador e contra a vossa Fé.

E preciso, filhos caríssimos, que o homem desça á mais aviltante degradação, para negar a Deus, que existe na consciência da humanidade, que é o primeiro e ultimo élo da cadeia dos conhecimentos humanos, o fundamento de todos os nossos raciocínios, a suprema condição logica de todos os nossos juízos.

Por toda a parte tem Deus escripto o seu nome. O oceano endereça-lhe os seus cânticos, cheios de harmonia e magnificência, anuncia o firmamento as maravilhas do seu poder, narram os ceus os esplendores da sua gloria e publica toda a terra os prodígios da sua sabedoria.

É Deus o supremo bem a que o homem tende constantemente, o termo inexcedível das suas aspirações, o seu destino sobrenatural, visto como nada do que existe no mundo pode saciar a sede de venturas que devora o coração humano, o qual só descança tranquillo quando se eleva até Deus; este aspirar irresistível á posse de Deus é testemunho evidente da immortalidade da alma.

Desgraçado aquelle que renega o Summo Bem! Infeliz o homem que, em sua incomprehensivel cegueira, ousa insurgir-se contra o dogma da immortalidade da alma que é crença universal do género humano!

É impossivel que, em taes condições, tenha esse desventurado a paz e o repouso de que carece, porque a sua consciência, embora combatida pelo gélido sopro das paixões terrenas, sempre lhe mostrará com voz inexorável e terrivel, em cada hora, a todos os instantes, o abysmo de miséria e repugnante abatimento a que se deixou arrastar; farlhe-há conhecer que só um coração insensato, no excesso do mais vertiginoso desespero, no horror da mais cruel ingratidão, commette o crime estupendo de negar o seu Creator e Bemfeitor. Foi por esta forma que, com a simplicidade magestosa que caracteriza o estylo bíblico, o Rei Propheta julgou os atheus de todos os tempos "*dixilinsiens in corde suo: non est Deus*".

Não acontece o mesmo com aquelle que crê e ama a Deus. Ou se assente em throno recamado de pedrarias, ou habite miserável tugúrio, quer possua montões de riquezas,

quer mendigue coberto de andrajos o pão de cada dia, o crente, o homem sinceramente religioso, que procura observar o preceito do amor de Deus e do próximo, a quem se dirige tudo quanto a Lei prescreve e os profetas teem anunciado, passa vida tranquilla e feliz, sem que consigam incutir-lhe receios ou desalentos os revezes e contrariedades que o visitarem, pois conhece que a sua luz, a sua salvação, o seu protector é Deus, a quem mesmo no meio dos combates eleva a sua alma cheia de esperança; não ignora que, segundo os livros santos, Deus tem preparado para os que o amam aquillo que *jamaiz veio ao pensamento do homem*, e muito bem sabe que na religião santa que professamos, única que pode erguer nos o espirito abatido e avigorar-nos o coração na hora do infortúnio, enchutando lagrimas e mitigando dores, encontra sempre o christão seguro asylo, e, prostado aos pés do Senhor, com os olhos fitos no Ceu, adquire a paz, o socego, a força, a resignação e a mais inteira conformidade com a vontade divina.

O incrédulo, o impio, esse não sabe para onde volver os olhos; no tumultuar da amargura, que o esmaga e dilacera, acha-se só, em luta com a desgraça e com o desespero.

Que triste e lamentável situação!

Firme é a vossa crença, fieis diocesanos, nas verdades catholicas, profunda a veneração rendida aos ensinamentos e preceitos da Religião de Jesus, inalterável o vosso respeito á doutrina omnimodamente verdadeira e santa da Sagrada Escripura, entranhado o vosso affecto á Moral evangelica, tão elevada e pura, tão austera e sublime, que ninguém, ao meditar n'ella, deixará de confessar na mais intimo da sua alma a Divindade de Jesus Christo.

Julgamos, por isso, desnecessário entrar agora na explanação de argumentos para demonstrar que a Biblia é um livro inspirado, divino, onde tudo é magestoso e grande, e cuja leitura, arrebatando a alma e falando ao coração, como que nos transporta ás regiões celestes das verdades absolutas e de eterna salvação: também não Nos deteremos no exame das provas e citação dos testemunhos, que levam ao espirito de todos o mais decisivo e solido convencimento de que não há contradição entre a Biblia e a natureza.

Dirigimo-Nos a christãos sinceros, a filhos obedientes e submissos da Santa Igreja Catholica, e tanto basta para que Nos limitemos a apontar o mal a fim de que o eviteis, e a prevenir-vos contra os discursos blasfemos d'aquelles que, pelo mais criminoso desvairamento, imaginaram celebrar o seu nome com atrozes invectivas aos dogmas da Religião e com insultos ultrajantes ás verdades mais incontestáveis e fundamentaes na Igreja e no Estado.

É impossível, filhos dilectíssimos, que reconheça a dependência da terra, quem se insurge contra a dependência

do Céu; e é certamente no meio dos incrédulos e dos ímpios, entre os que negam a Deus e desacatam a sua Lei, que existem e devem procurar-se o que não cessam de accender entre os povos o facho da revolta todo o poder e contra toda a autoridade, contra tudo o que serve para garantir a ordem e harmonia social; estes são também os mais implacáveis inimigos do Christianismo, cuja doutrina e máximas desprezam, porque n'ella está a condemnação das suas paixões e dos seus desvarios.

Livros ou escriptos que contenham doutrinas falsas, escandalosas e subversivas da Religião e do Estado são causa de muitos males, que preciso é afastar; e para isso se conseguir, diversas providencias teem sido estabelecidas pelas leis eclesiásticas e civis.

É fora de toda a duvida que o folheto, de que Nos temos occupado, contem proposições ímpias, escandalosas, sacrilegas, herecticas e blasfematórias, pelo que, invocando o nome de Deus, o reprovamos e condemnamos, esperando e muito confiando que, como prescrevem as Leis da Igreja sob graves penas contra os transgressores, os Nossos caros diocesanos se abstenham da sua leitura.

Não Nos é desconhecido que, em consequência do zelo e acertadas providencias empregadas pela digna Autoridade Administrativa d' esta cidade, com applauso e justa satisfação dos filhos d' esta terra, que, fieis á Santa Religião Catholica, que é também a do Estado, tanto se escandalizaram com as afrontas que no indicado folheto lhe são dirigidas, poucos exemplares se distribuíram; á ilustrada Autoridade que tão nobremente se compenetro da sua elevada missão no meio social, e tão credora se tornou de merecidos louvores, prestamos os Nossos mais vivos agradecimentos. Por isso e pelas razões já expendidas, que temos por muito valiosas, não devemos receiar que tão ímpia publicação venha a produzir os funestíssimos resultados, que o seu autor se propoz; no entretanto para que um ou outro fiel, menos esclarecido nas verdades religiosas, ou por extremo desprecavido, não sinta o menor abalo em qualquer ponto da doutrina que tem aprendido de seus paes, e que estes receberam de seus maiores por uma successão nunca interrompida até Jesus Christo Senhor Nosso, agora, como por tantas vezes o temos já feito, recommendamos e pedimos, caros diocesanos, que eviteis com escrupuloso cuidado a leitura d' este e de quaisquer outros livros, que ensinem doutrina diversas d' aquella em que haveis sido educados pela Santa Igreja, que é a columna e firmamento da verdade, e que, á semelhança do seu Divino Instituidor, é hoje o que foi hontem a há se ser até á consummação dos seculos; sempre a mesma, invariável sempre na sua crença e na sua moral.

Fugi pois, como recommenda o Apostolo, de todos os ensinamentos que contradisserem os da Igreja; evitae as praticas profanas, impias e deletérias d'aquelles que falsamente se arrogam o titulo de sábios.

A Igreja, cujas decisões são as do Espirito Santo, que a rege e sustenta, eis o verdadeiro oraculo que vos cumpre escutar.

Certo estamos, filhos caríssimos, de que attendereis com docilidade as nossas paternaes exhortações.

Ainda um pedido, prezados diocesanos; O infeliz, cuja cegueira lhe não permite talvez compreender a enormidade dos seus erros, e que, seduzido por doutrinas falsíssimas, deixou extinguir no seu espirito o lume da fé, nasceu no grémio da Igreja, foi regenerado pelas aguas do baptismo e remida a sua alma pelo precioso sangue do Redemptor.

Muitas vezes transpoz os umbraes do templo para em devoto recolhimento e fervorosa prece render piedosos cultos a Deus, cuja adorável majestade hoje tanto ultraja; muitas vezes ajoelhou á meza santa para receber o pão dos anjos, o divino Jesus, que agora renega e cobre de affrontas.

Não quer Deus a morte do peccador, mas que elle se converta e viva; e assim roguemos-Lhe que, por Sua Misericordia Infinita, se compadeça d'aquelle desgraçado, lhe alumine o entendimento e mova o coração de modo que, sinceramente arrependido de suas gravíssimas faltas, volte á fé, que recebeu de seus paes, á qual consagrara muitos annos de sua vida, e receba de Jesus Christo o osculo da Paz.

Para invocar a Mizericordia do Senhor, escolhereis entre os meios recommendados pela santa Igreja, os que a vossa piedade vos suggerir como mais opportunos e adaptados ás vossas circumstancias, taes como a penitencia, esmolas e orações; no entretanto Havemos por bem ordenar; 1º que em Nossa Sé Cathedral e em todas as Igrejas parochiaes da Diocese, no 1º Domingo depois da recepção d'esta se dê a bênção com o Santissimo Sacramento, cantandos-e o psalmo 53 *Deus in nomine tuosalvum me fac*, assim como a invocação *Auxilium Christianorum*, antes da bênção, e depois d'ella, a oração *Parce Domine*:

2º Todos os sacerdotes recitarão por três dias na Missa a oração *pro quacumque trioulatione*.

E para que esta Nossa Provisão chegue ao conhecimento de todos, será remetida ao Reverendissimo Cabido e Reverendos Parochos da Nossa Diocese, pelos quaes será lida á estação da Missa Conventual.

Dada no Paço Episcopal de Faro, sob Nosso Signal de Sello de Nossas Armas, aos 2 de Março de 1887.

Antonio, arcebispo- Bispo do Algarve

FONTES E BILIOGRAFIA:

Fontes

Arquivo Distrital de Faro:

Correspondência do Governador Civil de Faro para o Ministério do Reino. [Ofício] n.º 19, Faro, 19 de Dezembro de 1884.

[Casamentos de Santo António], assento de 22.1.1844.

[Óbitos da freguesia de São Pedro], assento n.º 35, de 18.5.1900.

Arquivo Histórico da Diocese do Algarve

BELLO, D. António Mendes (1886) – *Carta Pastoral*. Lisboa: Tipografia Universal, 48pp.

_____ (1886) [*Carta Pastoral de 25 de Março de 1886 dirigida ao Cabido, Reverendos Párocos, Clero e mais fiéis desta Nossa Diocese*]. Faro, 6 pp.

_____ (1887) [*Provisão de 2 de Março de 1887*]. Faro, 4pp.

Biblioteca da Universidade do Algarve – António Rosa Mendes

Fundo Algarviana:

FRANCO, Mário Lyster [s.d.] – *Algarviana: Subsídios para uma bibliografia do Algarve e dos autores algarvios*. Dossier S. Documentação inédita.

Imprensa Periódica:

Algarve Ilustrado: Jornal Literário. Faro: 1.6.1880-15.2.1881.

Correio da Universidade. Coimbra: Ano II, n.º 2, 24-11-1887.

Os Debates. Lisboa: Fev./1889.

O Distrito de Faro. António Bernardo da Cruz (dir.). Faro: Nov./1887.

Gazeta da Relação de Lisboa: Revista Judicial. Lisboa, n.º 89, 10.2.1889.

O Porvir: Justiça, Independência, Imparcialidade, Direito, Liberdade, Humanidade. Olhão: 16-02-1890.

BIBLIOGRAFIA

AA.VV. (2010) – «Culturas e formas de politização». PINHEIRO, Magda (dir.) – *Ler História: Repúblicas – Culturas e práticas*. Lisboa: n.º 59.

ABREU, Luís Machado de (2004) – *Ensaio Anticlericais*. Lisboa: Roma Editora.

BRANCO, Capitão Vieira – *Subsídios para a História da Imprensa Algarvia de 1833 aos nossos dias*. Faro: Tipografia Caetano, 1938.

CARRAPATO, Júlio (2011) – *O Regicídio, o 5 de Outubro de 1910, a I República Portuguesa*. Faro: Edições Sotavento.

CATROGA, Fernando (1988) – «O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911) – *Análise Social*. Lisboa, vol. XXIV (100), pp. 211-273.

_____ (2001) – «O Livre-Pensamento Contra a Igreja: a Evolução do Anticlericalismo em Portugal (séculos XIX-XX)». *Revista da História das Ideias*. Vol. 22. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 255-354.

CLEMENTE, Manuel e **FERREIRA**, António Matos (2002) – *História Religiosa de Portugal: Religião e Secularização*. Lisboa: Edição Círculo de Leitores. Vol. 3.

DUARTE, Afonso da Cunha (2010) – *A República e a Igreja no Algarve*. S. Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes.

_____ (2011) – *Aspectos da luta política e do republicanismo no contexto da Diocese do Algarve*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosas da Universidade Católica.

FRANCO, Mário Lyster (1982) – *Algarviana: Subsídios para uma bibliografia do Algarve e dos autores algarvios*. Faro: Câmara Municipal de Faro 1982. Vol. I A-B.

MARTINS, Rocha (1948) – *Vermelhos, Brancos e Azuis*. Lisboa: Vida Mundial Editora. Vol. I.

MENDONÇA, Artur Ângelo Barracosa (2003) – «A organização do Partido Republicano no Algarve: o caso de Loulé (1881-1910)». Loulé, 2003. Conferência pronunciada em Loulé, no ano de 2003. Agradeço ao autor a cedência de cópia do referido documento.

_____ (2010) – «A Propaganda Republicana no Algarve até 1910». In GUERREIRO, Luís e GASPAR, Diogo (dir.) – *José Mendes Cabeçadas Júnior e a Primeira República no Algarve [Catálogo]*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé, pp. 118-129.

VAZ, Luís (2002) – *O Grande Confronto, Clericais e Livres-Pensadores, 1895-1937*. Lisboa: Edição Grémio Lusitano.

VENTURA, António (2000) – *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal: as convergências possíveis (1892-1910)*. Lisboa: Edição Cosmos.

WEINHOLTZ, Justino de Bivar (1947) – *Faro no decorrer do século XIX*. Faro: Separata do *Correio do Sul*.

A Linguagem Visual da Indústria Conserveira do Algarve: o caso da *Marie Elisabeth Brand*

Ana Lúcia Gomes de Jesus

As primeiras décadas do século XX foram caracterizadas pelos seus excessos, revoluções, pelo seu fervor, mas, fundamentalmente, pelas mudanças ao nível das mentalidades.

Rosas afirma: “são as massas, os seus movimentos, as suas necessidades, o exponencial crescimento demográfico que ditam, mais uma vez, as grandes transformações económicas e sociais do século”². Tal crescimento aliado ao enorme progresso científico e tecnológico, iniciado ainda no século XIX, potenciando o desenvolvimento do comércio e da indústria, transformaram substancialmente a vida contemporânea, sujeita a padrões de produção e de consumo industrializado, estandardizado, como forma de responder às necessidades emergentes desta nova sociedade de consumo. Segundo Baudrillard: “o consumo surge como modo activo de relação, como modo de actividade sistemática e de resposta global, que serve de base a todo nosso sistema cultural”³. O consumo passou a ser uma das pedras angulares na viragem do século XX, transformando os produtos do quotidiano em veículos comunicacionais identificadores de culturas, capazes de desenvolver relações distintas (materiais e imateriais), que possibilitaram ampliar os conceitos de valor.

Na mesma ordem de ideias, Pomian reforça este pensamento, referindo: “a primeira função de todos estes objectos não é de serem investidos de significados nem de fabricarem coisas, mas a de produzirem ou

¹ Este artigo não segue o Novo Acordo Ortográfico.

² ROSAS, 1997: p. III.

³ BAUDRILLARD, 1981: p. 11.

transmitirem os signos com os suportes visíveis ou observáveis, isto é semióforos”⁴. O autor identifica-os e caracteriza os objectos como um composto de suporte e de signos, que não sendo uma linguagem própria, tem todas as características de uma linguagem.

Este conceito é-nos muito útil para o estudo a que aqui nos dedicamos: as embalagens das latas de conserva e envoltórios, pois permite ao investigador deslocar a atenção do todo-poderoso “livro” para outros objectos próprios da cultura de massas, produzidos para serem olhados e apetecidos, porque investidos de significados visíveis e invisíveis. Tal como o objecto livro, diversos são os objectos do quotidiano, em específico de consumo, que se inserem no universo dos semióforos, porque são produtos para serem lidos, formados por um suporte e de igual forma por signos de escrita, nomeadamente, as embalagens como as latas de conserva e envoltórios, que possuem duas áreas a considerar: a funcional e a morfológica, que permitem a criação do *layout* do produto, a sua linguagem visual.

Com o desenvolvimento das artes gráficas no início do século XX, a comunicação visual tornou-se acessível a todas as classes, tendo uma forte componente comercial.

Conscientes da importância da representação figurativa numa comunicação eficaz com o público, nas primeiras décadas de Novecentos, a concepção dos cartazes, anúncios e embalagens alternaram entre imagens expressivas ou simbólicas. A crescente confiança nas novas tecnologias proporcionou, posteriormente, a criação de linguagens vanguardistas com novos registos, conforme Fiell afirma: “a utilização de formas geométricas arrojadas, letras minúsculas e disposições simplificadas.”⁵

Visualmente, procurava-se obter a clareza comunicativa, fundamentada por princípios racionais, através de tipos sem serifas, composições assimétricas e grelhas, criando uma relação conceptual com os tempos de austeridade, através de uma estética minimalista, reduzida ao essencial, privilegiando o conceito de que a forma segue a função.

Portugal viveu, ao longo do século XX, constantes alterações ideológicas, que são visíveis também nos objectos do quotidiano. A instauração da I República Portuguesa, com a revolução de 5 de Outubro de 1910, teve como um dos propósitos a regeneração

⁴ POMIAN, 1998: p. 81.

⁵ FIELL, 2003: p. 20.

da sociedade. Com a participação na Primeira Guerra Mundial, todos os ideais firmados para a recuperação do país ficaram comprometidos, agravando a crise económica e facilitando a penetração do regime ditatorial com o golpe de estado de 28 de Maio de 1926. Pretendeu-se, então, transmitir a ideia de mudança: o caos e a decadência faziam parte do passado. Evocava-se a revolução nacional, a construção de algo superior e sublime, baseado nos valores da família e do orgulho nacional.

A difusão da mensagem ideológica do Estado Novo aconteceu eficientemente e de forma generalizada, através de diferentes técnicas de comunicação utilizadas, tais como a propaganda e a publicidade.

Ambas visavam impor ideias, persuadindo o público e despertando-lhe a curiosidade, mas a publicidade visava criar o desejo, levando à acção pretendida em relação ao produto ou à campanha⁶.

Na década de 30 do século XX, a propaganda feita pelo Instituto Português de Conservas de Peixe tornou-se essencial no âmbito da promoção e divulgação da indústria conserveira de pescado nos mercados internacionais.

A estratégia comunicacional para a indústria conserveira de pescado foi transversal aos diferentes meios de comunicação. Criaram-se filmes e documentários sobre a indústria conserveira e o seu *modus operandi*; revelaram-se e fomentaram-se os valores de continuidade, perfeição e de um extremo profissionalismo da técnica da confecção, tal como na higiene e segurança no trabalho.

A presença em grandes feiras e exposições ao nível internacional tornou-se determinante para a divulgação da indústria conserveira e dos seus produtos. A criação de *stands* com acções promocionais de modo a cativar futuros consumidores, os concursos de montras em lojas estrangeiras com uma mensagem sustentada e verosímil acerca do grande produto industrial – a conserva de peixe portuguesa, foram algumas das estratégias utilizadas por Portugal.

Será por esse motivo que Barros afirma:

“o que deve caracterizar sempre a propaganda de um grande produto é mais uma elucidação do que o vulgar anúncio que enumera vantagens facilmente discutíveis. A indústria portuguesa da pesca, com oito séculos de existência, e a sua natural sucedânea, — a indústria das conservas — são, em Portugal, mais

⁶ LAMPREIA, 1991: p. 66.

do que um forte valor industrial de exportação: representa uma tradição estruturalmente nacional, que o Portugal de hoje mais não fez do que continuar, levando-lhe todas as aquisições da ciência moderna.”⁷.

A mensagem veiculada na comunicação visual não era improvisada, nem fundamentada nos benefícios dos industriais, mas fortificada pela vida e tradições de uma nação que desde sempre esteve ligada ao mar e às suas actividades, progredindo através da tecnologia e da qualidade da sua matéria prima, a sardinha portuguesa.

Comprova-se, assim, que a propaganda incrementada na indústria conserveira possuía uma comunicação de um único sentido, predominantemente de integração, sendo a mensagem divulgada através do interesse e da imposição.

António Ferro⁸, um dos principais impulsionadores da propaganda em Portugal, durante o regime do Estado Novo, não se limitou à propaganda de integração mas também difundiu os valores, os ideais e costumes da nação que importava ao regime difundir.

A mensagem disseminada pelos diferentes meios de comunicação, possibilitaram uma consciencialização da qualidade e do valor do produto — lata de sardinha —, acompanhada por um sentimento de orgulho nacional e empenho na divulgação, que originou uma opinião pública forte e fundamentada em valores positivos, em condições de reforçar os níveis de exportações e do consumo ao nível nacional. Vejamos alguns dados sobre a actividade.

PORTUGAL E A INDÚSTRIA CONSERVEIRA

A implementação da indústria conserveira em Portugal ocorreu nos finais do séc. XIX, com o fabrico de conservas de atum, operando desde 1865 em Vila Real de Santo António. Por volta do ano de 1880 em Setúbal, Lorient F. Delory, industrial francês decidiu estabelecer a primeira fábrica de sardinha, devido à escassez que se encontrava na costa de Bretanha⁹.

Após a criação das primeiras fábricas no país, o crescimento e a evolução da indústria conserveira portuguesa de peixe multiplicou-se de forma acelerada,

⁷ BARROS, 1938: p. 55.

⁸ FERRO, António (1895-1956) – Director do Secretariado da Propaganda Nacional entre 1933-1949, fundou o Museu de Arte Popular, as Pousadas de Portugal, a Sociedade Portuguesa de Autores, dirigiu a revista *Ilustração Portuguesa* e fundou a revista *Panorama*.

⁹ BARBOSA, 1941: p. 18.

face a outros países produtores, tais como Espanha, Itália ou Áustria.

Passados os primeiros anos de prosperidade, em 1890, Portugal sentiu um enfraquecimento nas exportações devido à competitividade francesa, conseguindo, no entanto, passados seis anos, restabelecer e superar os preços anteriormente praticados. Progrediu de tal forma, que acabou por tornar-se numa indústria de excelência, empregando tantos trabalhadores quanto a indústria têxtil ou a tabaqueira¹⁰.

Com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a expansão da indústria conserveira sucede-se, não só devido ao aumento do consumo, mas também devido às medidas restritivas implementadas em certos países produtores de conservas. Em 1917, já existia 188 fábricas a laborar, empregando cerca de 14.679 operários, alcançando depois dela, em 1925, cerca de 400 fábricas em Portugal¹¹.

Ao longo da costa algarvia, várias foram as localidades que se destacaram pela quantidade e qualidade de marcas oriundas desta região. O número de fábricas existentes no Algarve, no ano de 1917, eram cerca de 80 espalhadas pelos diversos concelhos como podemos observar na tabela 1¹² seguinte.

Tabela 1 – Conserveiras existentes no Algarve no ano de 1917

Concelhos	Número de estabelecimentos	Número de operários
Albufeira	2	231
Faro	2	206
Lagoa	9	830
Lagos	13	1.019
Loulé	3	268
Olhão	34	2.638
Silves	1	91
Tavira	2	185
Portimão	6	1.055
Vila Real de Santo António	8	1.349
	80	7.872

Fonte: ABECACIS, 1926: p.22

¹⁰ PERDIGÃO, 1938: p. 113.

¹¹ BARBOSA, 1941: p. 20

¹² ABECASIS, 1926: p. 22

Na primeira metade do século XX, a região algarvia foi fundamental para o desenvolvimento da indústria conserveira de pescado português, tanto interna quanto externamente. Não obstante, a partir de meados do século, a indústria começou a sofrer gradualmente quedas de produção, levando à extinção de diversos pólos conserveiros que não foram capazes de se modernizar e competir com outros mercados.

O desaparecimento das diferentes fábricas provocaram não só um empobrecimento económico-social na região, mas também um empobrecimento da memória colectiva, que o Museu de Portimão em boa hora veio contrariar. Os testemunhos visuais e culturais da indústria conserveira sucumbiram em muitos pólos conserveiros pelos mais diversos motivos, podendo ainda ser possível encontrar alguns exemplares em entidades municipais e, noutros casos, dispersos em colecções privadas de familiares de conserveiros ou de antigos trabalhadores.

Para o desenvolvimento desta investigação sobre a indústria conserveira de pescado português, a cooperação do Museu de Portimão e do Arquivo Municipal de Vila Real de Santo António foi determinante.

Incidindo em particular no acervo do Museu de Portimão, foi possível fazer uma recolha de dados relativos às diferentes marcas deste pólo conserveiro e, em particular, às marcas associadas ao conserveiro João António Júdice Fialho, concentrando-nos na Marie Elisabeth Brand. Para tal, apoiamo-nos no espólio constituído pelo caderno litográfico, nas latas existentes, datadas até meados da década de 1960, e no testemunho do litógrafo Lourival Monteiro D'Areiaz¹³.

Pretende-se contribuir para uma melhor compreensão e interpretação dos significados da linguagem visual, utilizada nas latas de conserva e envoltórios do pescado no pólo de Portimão.

A LITOGRAFIA DE JOÃO ANTÓNIO JÚDICE FIALHO: do produto à comunicação

João António Júdice Fialho, nascido em Portimão a 17 de Abril de 1859, foi uma das principais personalidades da indústria conserveira e do comércio em Portugal.

¹³ Lourival Monteiro d'Areiaz foi impressor na Litografia pertencente ao conserveiro Júdice Fialho, desenvolvendo tarefas sempre ligadas ao processo litográfico evoluindo ao longo dos anos nas diferentes categorias, tornando-se impressor especializado e autor de algumas ilustrações da marca Marie Elisabeth Brand nomeadamente do formato usual 22.

Desenvolveu a sua actividade profissional na Litografia até 1981, ano em que a oficina entrou em insolvência devido à fraca rentabilidade.

Descendente de famílias nobres e abastadas do Algarve, iniciou a sua actividade no comércio, fornecendo toda a região do barlavento algarvio, com diversos produtos alimentares e outros afins.

Posteriormente, tornou-se um dos maiores industriais com um enorme parque empresarial espalhado, não só no Algarve, como no restante país.

Ao longo da sua vida, foi detentor de distintas marcas que levaram o nome de Portugal aos mais diversos mercados no estrangeiro, sendo a Marie Elisabeth Brand a mais relevante tanto ao nível comercial como na qualidade do produto.

Foi considerada por muitos especialistas a rainha das conservas portuguesas e, por diversas vezes, galardoada pelo *Monde Selection*¹⁴.

Além de controlar toda a produção dos alimentos e pesca, Júdice Fialho fundou, posteriormente, uma oficina litográfica denominada por *Litografia*, possibilitando a execução — o trabalho da folha-de-flandres pelos litógrafos — de todas as etapas directas e indirectas do processo conserveiro e da sua comunicação¹⁵.

É oportuno lembrar que a litografia era uma tecnologia historicamente recente, mas com enormes potencialidades para a cultura, comércio e indústria. Foi inventada em 1796 por Aloys Senefelder¹⁶, quando procurava desenvolver um processo de impressão de baixo custo.

Em Portugal, a litografia foi oficialmente implementada no dia 13 de Setembro de 1824, pelo decreto de D. João VI, sendo criada a primeira oficina litográfica em Lisboa, a Oficina Régia Littographica. Nela desenvolveram-se, ao longo dos anos, diversificados trabalhos como ilustrações e gravuras de desenhos, passando a designar-se, em 1937, Oficina Nacional Lithographica, dependendo da administração directa da Academia das Belas-Artes de Lisboa.

A facilidade de instalação de uma oficina litográfica e a crescente procura de estampas a baixo custo impulsionaram uma crescente expansão das oficinas em Lisboa e noutros pontos do país¹⁷.

Social e economicamente, a litografia revolucionou e revitalizou as artes gráficas, permitindo uma evolução

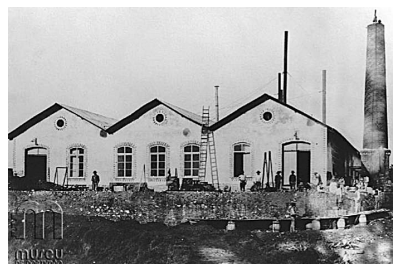


Figura 1 Oficina Litográfica de Júdice Fialho em Portimão “Litografia”. Museu de Portimão

¹⁴ Instituto Internacional para a Selecção da Qualidade, fundada em 1961 na Bélgica, com o objetivo de certificar a qualidade de produtos de consumo. Os prémio existentes são o bronze, prata, ouro e grande prémio de qualidade de ouro.

¹⁵ DUARTE, 2003: p. 27

¹⁶ SENEFELDER, Johann Aloys – autor alemão de peças de teatro e inventor da litografia.

¹⁷ Cf. GRAÇA, 1968: p. 30

na técnica e na criatividade. Era um sistema ímpar, que viabilizava o desenho livre e espontâneo e a criação de novas letras influenciadas pelos movimentos artísticos de cada época. Proporcionou aos vários artistas e litógrafos explorarem ao máximo a comunicação e a propaganda tanto ao nível dos livros, jornais, cartazes, como dos cartões, mapas, catálogos, rótulos e embalagens, entre outros suportes publicitários.

Nas oficinas litográficas trabalhavam um conjunto de funcionários especializados como os gravadores, desenhadores, transportadores, impressores, marginadores, aparadores, estufeiros, entre outros, que aprendiam cada função na própria oficina.

As litografias associadas à indústria conserveira eram suas subsidiárias, não se limitando a imprimir os tampos e os corpos das latas ou mesmo os envoltórios, mas toda a comunicação inerente às marcas ou à própria conserveira, que eram, por norma, impressas nas mesmas oficinas.

A *Marie Elisabeth Brand* foi sua beneficiária.

A MARIE ELISABETH BRAND (1907¹⁸ –)

A *Marie Elisabeth Brand* foi oficialmente registada em 1907, sendo a sua designação, provavelmente, familiar. Atravessou o século XX, deixando vários testemunhos visuais em diferentes pontos do mundo, especialmente no mercado inglês, como evidenciam as figuras 2 e 10

As marcas e a forma como a comunicação visual passou a ser fomentada no início do século XX revelaram novos caminhos sobre os modos de vida e as sociedades que se reajustavam às novas necessidades, possibilitando não só o aparecimento de novas marcas como o reconhecimento e a protecção do consumidor em relação à origem e qualidade dos produtos.

Este novo posicionamento relativo à informação contida nas embalagens no âmbito geral e, em particular, no caso das latas de conserva e envoltórios da indústria conserveira de pescado português originaram uma reformulação e organização comunicacional.

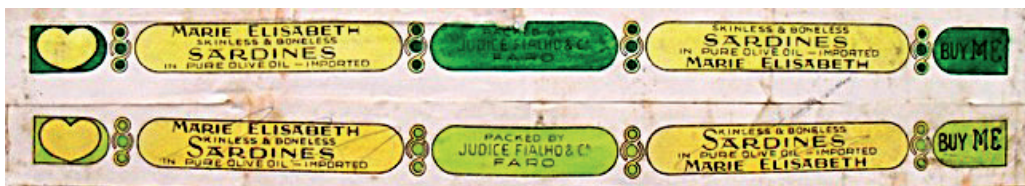


Figura 2 Caderno litográfico: estudo de cor para cinta da lata de conserva de sardinha sem pele e sem espinha, 2012. Museu de Portimão

¹⁸ Actualmente a marca pertence à empresa tailandesa *Thai Union Frozen Products* sendo confeccionada na conserveira *ESIP* localizada em Peniche, originalmente esta fábrica pertenceu a Júdice Fialho.

As marcas passaram a ser associadas, por um lado, a uma identidade visual, que é entendida pelos diferentes elementos gráficos, permitindo o reconhecimento de um sistema gráfico, que a representa: — o logótipo, o símbolo, a cor e a tipografia. Por outro lado, a identidade verbal tem o propósito de diferenciar a linguagem de uma marca, através dos seus elementos primários: o nome, sistemas de nomes para os produtos ou submarcas e grupos, assinatura, entre outros factores.

O **nome** é, sem dúvida, o elemento mais relevante da marca. É uma linguagem, o ponto de referência global e o único elemento que não deve ser alterado ao longo do seu percurso. Os restantes elementos tendem a ser alterados, redenhados, por questões estéticas, de moda ou mesmo comerciais. Embora se deva respeitar a continuidade do nome, isso não significa que a marca perca visualmente apenas pela sua designação¹⁹.

No caso da *Marie Elisabeth Brand*, é possível observar-se que ao longo da sua história, seja por questões estéticas, por tendências, ou meras estratégias comerciais, ela foi sofrendo alterações em termos da sua identidade visual.

O primeiro logótipo concebido no início do século foi acompanhando algumas das tendências artísticas da época. Era traçado com letras ornamentais, valorizando as iniciais ME, que acabaram por ser o elemento gráfico de união e referência ao longo de distintas abordagens tipográficas. Posteriormente, foi redenhado, mas herdando algumas das suas características iniciais.

Visualmente, a *Marie Elisabeth Brand* foi desenvolvida com três tipos de abordagens — se bem que mesmo nessas haja alterações pontuais, o que indicia a prática de oficina litográfica — aplicadas nas latas de conserva de peixe com grafismos específicos, como podemos constatar na figura 3:

A primeira abordagem apresentada é um redesign do primeiro registo da marca de 1907, conforme se verifica na figura 4, constituída por dois elementos visuais distintos: as iniciais egípcias com influências da *Art Nouveau* e o nome com tipos realistas.

Na composição gráfica, podemos observar diferentes versões da marca com alinhamentos verticais, à direita, em arco, ao centro, ou alteração da letra por outra com mais impacto [Fig. 5].

A sua aplicação nas diferentes latas de conserva de peixe permitiam, de igual forma, outras versões



Figura 3 Principais versões da Marie Elisabeth Brand. Museu de Portimão



Figura 4 INPI, Imagem do registo da marca no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, 2012. Instituto Nacional da Propriedade Industrial



Figura 5 Comportamentos da primeira versão da Marie Elisabeth Brand.

¹⁹ BLACKETT, 2005: p. 22

Marie Elisabeth. *Marie Elisabeth*

Figura 6 Comportamentos da segunda versão da *Marie Elisabeth Brand*²⁰

MARIE ELISABETH
BRAND ©

Figura 7 Terceira versão da *Marie Elisabeth Brand*



Figura 8 Sigla *Marie Elisabeth Brand*. Museu de Portimão.

cromáticas e aplicação de contorno, denotando uma diversidade visual na construção dos elementos básicos da identidade da *Marie Elisabeth Brand*.

Numa outra abordagem, o logótipo foi desenhado utilizando o tipo de letra cursivo, que foi sendo actualizado com pequenas variações, provocadas pela evolução dos recursos tecnológicos [fig. 6].²⁰

Finalmente, uma última abordagem foi realizada com a ausência das iniciais ornamentadas, com uma linguagem tipográfica mais simples e geométrica, embora se constate um comportamento misto onde a letra A assume um tipo de serifa remetendo a terminações desenvolvidas por aparos caligráficos [fig. 7].

Conforme é mencionado anteriormente, outro elemento que começou a ser utilizado como complemento da linguagem visual da *Marie Elisabeth Brand* foi a sigla ME.

A sigla passou a ser aplicada nas diversas latas de conserva e envoltórios, reforçando e preservando as referências visuais da sua origem [Fig. 8].

A coerência tipográfica do logótipo não foi uma constante na marca, expondo ao longo do seu percurso diferentes versões, associadas aos diferentes produtos, empregando tipos de letras realistas, cursivas e influências da *Art Nouveau* e *Art Déco*.

A utilização da caixa alta nos logótipos e nos textos aplicados nas latas de conserva de peixe foi contínua. Na generalidade, as variantes da *Marie Elisabeth Brand* eram versaletes.

Esta preferência tipográfica presume-se pelo facto de ser mais fácil desenhar caixas altas do que caixas baixas manualmente, mas sobretudo pelo seu cariz comercial. O texto em caixa alta provoca maior visibilidade, apesar de também poder provocar um pouco de ruído visual.

Os tipos de letra utilizados na informação do produto não eram patilhados e variavam entre os realistas e os modernistas geométricos. Em alguns casos, ambos eram aplicados no mesmo grafismo.

Conforme a interpretação de Robert Bringhurst, constata-se que os estilos tipográficos, escolhidos pelos litógrafos na informação técnica, baseava-se na letra realista ou modernista geométrica, embora a realista fosse a mais aplicada.

²⁰ A tipografia da marca à esquerda é a Shelley Script, inspiradas na grafia do mestre calígrafo George Shelley, desenhadas por Matthew Carter, para a Linotype, e da direita é a Comercial Script Regular, para a Linotype, desenhada por Morris Fuller Benton, em 1907.

Esta opção permitia uma maior legibilidade e volume de informação, num espaço que também era preenchido pela **identidade e ilustração** do produto.

A letra realista tem a mesma forma básica das letras neoclássicas e românticas, com a diferença de algumas terem patilhas pesadas, classificada por alguns autores como egípcias, ou não terem patilha.

As letras modernistas geométricas distinguem-se por não terem patilhas ou o seu peso ser igual ao traço principal, composta a partir de formas matemáticas como o círculo e a linha [fig. 9]²¹.

Na concepção das marcas, a aplicação das letras realistas ou modernistas geométricas também se utilizavam, mas com o predomínio dos movimentos artísticos, nomeadamente a *Art Nouveau* ou a *Art Déco*, ou cursivos simplificados.

Em oposição à informação, a letra dos logótipos, tinha como desígnio criar uma imagem diferenciadora, aplicando tipos de letra já existentes ou inovando com letras personalizadas.

Na concepção dos grafismos das latas de conserva era comum existirem diferentes tipos para a hierarquização do texto. O litógrafo desenhava o texto baseando-se numa família de letras variada, com negritos, condensados, ou tipos extremamente largos, ou, por vezes, optava pela aplicação de mais de dois tipos de letras diferentes, para enfatizar a informação [fig. 10].

A organização dos textos não alterava muito. O tempo continha texto específico para a identificação e o esclarecimento da especialidade. O corpo da lata incluía a informação adicional sobre o produto, o produtor, o peso, entre outras características do produto.

A hierarquia de conteúdos apresentava variações de peso, escala ou utilização de diferentes tipos de letra no mesmo grafismo. Os alinhamentos centrados eram comuns, estabelecendo sempre uma relação com o posicionamento da marca. Inicialmente, era habitual diversos tipos de alinhamentos que se compunham a partir de linhas de força inexistentes, causando algum enchimento nos espaços vazios e poluindo a leitura da imagem ilustrada e do próprio conteúdo.

Os diferentes tipos de letra podiam ser obtidos pelos catálogos de letras existentes na época, mas muitas vezes eram retirados de outros trabalhos gráficos e readaptados ou reformulados consoante as necessidades do ilustrador ou do litógrafo.

abcdefghijklmnop
ABCDEFGHIJKLMNPO

abcdefghijklmnop
ABCDEFGHIJKLMNPO

abcdefghijklmnop
ABCDEFGHIJKLMNPO

abcdefghijklmnop
ABCDEFGHIJKLMNPO

Figura 9 Tipos realistas: Akzindenz Grotesk (H. Berthold, 1896) e Clarendon (B. Fox 1845) à esquerda e Tipos modernistas geométricos: Futura (P. Renner, 1924-26) e Rockwell (F.H.Pierpont, 1934) à direita.



Figura 10 Exemplos de diferentes tipografias nas de latas de conserva (lata à esquerda com influências da Art Nouveau nas iniciais e realistas nas restantes, lata à direita com influências da Art Déco na letra A da marca; realistas nas restantes e cursivas na nomeação da origem). Museu de Portimão.

²¹ BRINGHURST, 2005: p. 147

A tipografia, a par dos restantes elementos gráficos, assumiu um papel primordial na valorização de uma identidade, na divulgação dos produtos ou mesmo nas campanhas de sensibilização. As novas linguagens tipográficas permitiram que o final do século XIX e a primeira metade do século XX fosse repleta de criatividade e aberta à exploração dos processos de impressão, transformando objectos industriais em objectos de design, sabiamente utilizados enquanto veículo comunicacional de uma indústria e de uma cultura.

Como foi referido anteriormente, a invenção da litografia permitiu aos artistas e litógrafos explorarem e expandirem a ilustração ao nível comercial, na aplicação de livros, jornais, cartazes, embalagens, entre outros suportes publicitários.

A ilustração deixou de ser exclusiva ou limitada na sua reprodução, alcançando uma criatividade e liberdade significativa na sua forma e função visual.

Os movimentos artísticos existentes no final do século XIX e primeira metade do século XX, nomeadamente a *Art Nouveau*, influenciaram as diferentes disciplinas como a arquitectura, a tipografia e, em particular, a ilustração.

As figuras femininas eram, por norma, representadas como figura central da composição, com linhas fluidas e orgânicas, dinamizando os diferentes elementos visuais, como a cor e a textura.

Esta nova linguagem surgiu no final do século XIX, na Europa, devido às trocas culturais entre a arte oriental e a arte ocidental, influenciando os artistas na representação estilística de Ukiyo-e²², caracterizada por figuras com contornos pretos, cores planas que retratavam cenas do quotidiano com belas mulheres.

A *Art Nouveau* não foi só influenciada pela cultura asiática, mas também por diversos estilos como o rococó, os movimentos pré-rafaelitas, o *Arts and Crafts* e pelos ornamentos celtas.

De igual forma, o desenho linear e geométrico manifestava-se através do movimento *Vienna Secession*, simbolizando quadrados, rectângulos, círculos, criando ornamentos que se repetiam ou geravam combinações, ilustrando uma elegância visual de formas planas e de maior simplicidade, coincidindo com o culminar da Primeira Guerra Mundial.

²² Tipo de estampa semelhante à xilogravura, desenvolvida no Japão a partir do período Edo (1603-1868)

As ilustrações das embalagens, no geral, mantiveram as influências artísticas referidas anteriormente, com entrelaçados e figura humana, mas de forma mais simplificada e moderada resultante das mudanças sociais provocadas pelo conflito.

No caso particular das latas de conserva de pescado em Portimão, observa-se que as ilustrações idealizadas foram influenciadas pelas tendências artísticas de cada época.

As características predominantes nas ilustrações das latas de conserva de peixe foram os motivos sintetizados, representados em contorno, permitindo que as cores planas ocupassem grandes extensões e os motivos ornamentais, aplicados nos tampos e corpo da lata.

A figura feminina era um tema bastante retratado na indústria conserveira, a sua composição centrava-se ou na face ou na figura de perfil realçando a sua beleza, em alguns casos a ilustração era simplificada e sem pormenores.

A temática marítima era representada através das cenas do quotidiano, dos pescadores na faina, com ilustrações que transmitiam profundidade, dando a noção de que os barcos partiam em busca do pescado ou na apanha do peixe. O peixe, como ícone, era incluído em diversos casos como a ilustração principal ou também como elemento decorativo, que se repetia. Os elementos decorativos aplicados em determinadas latas tinham influências da *Art Nouveau* e da *Art Déco*.

As formas orgânicas e os elementos florais ornamentavam as molduras, transmitindo uma linguagem romântica e feminina, e os elementos geométricos comunicavam uma simplicidade eficaz e ritmada, criando vivacidade e energia.

Com o avanço da tecnologia, a ilustração assume um lugar menos significativo e a fotografia evidenciava-se, começando a ser implementada nos grafismos das latas e dos envoltórios, apresentando a imagem real do produto e a própria marca, correspondendo às necessidades dos consumidores e das estratégias publicitárias.

Sendo as latas de conserva de peixe indissociáveis do mar, a *Marie Elisabeth Brand* criou as suas ilustrações com base na temática da sua actividade, as pescas.

Imagens ilustrativas de homens e mulheres que iam para a pesca em praias repletas de barcos à vela, descrevendo uma das principais actividades profissionais de Portugal.



Figura 11 Estudos ilustrado dos tampos do vazio das latas de conserva de sardinha em azeite e anchovas. Museu de Portimão.

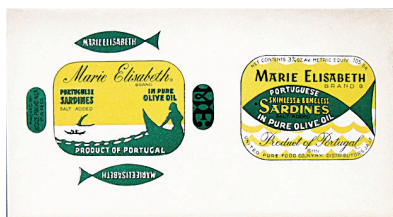


Figura 12 Estudos ilustrado dos tampos do vazio das latas de conserva de sardinha em azeite e anchovas. Museu de Portimão.

O primeiro registo revela uma ilustração simples com traçados lineares e cores planas, abrangendo inicialmente a totalidade dos tampos das latas de conserva e progressivamente foi sendo adaptada e reduzida, integrando-se numa moldura oval contornada em fundo liso ou sobre uma rede quadriculada, sugerindo as redes dos pescadores, como se observa na figura 11.

A ilustração tornou-se parte integrante da identidade visual da marca, alcançando uma visibilidade tão eficiente quanto o logótipo.

As ilustrações *Marie Elisabeth Brand* não se limitaram à representação do desenho da actividade ou do produto, mas também à representação icónica, através da simplicidade e geometrização do peixe contornado e respectivas ondas preenchidas a cor plana. Esta ilustração, por norma, era aplicada no tampo do cheio e no tampo do vazio, aplicava-se uma ilustração relativa às pescas desenhada com personagens de perfil, contornadas e com cores planas [fig. 12].

Uma nova linguagem gráfica foi desenvolvida, associada ao produtos sem pele e sem espinhas, remetendo a uma leitura quase personificada entre a ilustração e a especialidade do produto, que era limpo e reduzido ao essencial, tal como o seu grafismo.

Outros elementos gráficos foram desenhados nas latas de conserva e envoltórios através da ilustração. Molduras ornamentadas com motivos florais e geométricos, ilustrações de malaguetas realçando o ingrediente picante, as infografias explicativas dos métodos de abertura, as de chave e de abertura fácil, à utilização do coração, que, para além de remeter para os benefícios da alimentação, determina um valor emocional à marca e aos seus produtos, transmitindo uma mensagem de amor e paixão, tornando-a desejada pelo consumidor.

A representação ilustrativa da qualidade do produto foi comunicada a partir de elementos como a coroa real, as medalhas de ouro e a caricatura ilustrada da sardinha como a rainha das conservas, conotando associações à prosperidade, à riqueza, ao valor e à elevada qualidade do produto.

Em termos gerais, a imagem ilustrada da *Marie Elisabeth Brand* era simplificada e objectiva, caracterizada por estilos de desenho que possibilitaram individualizar o produto, acrescentando-lhe valor plástico e de memorização.

A memória destes objectos de consumo foi, sem sombra de dúvida, muito facilitada pela utilização da cor, elemento visual que maior relação estabelece com o consumidor, tanto nas marcas dos produtos como nas próprias embalagens.

Na observação pormenorizada das latas de conserva registadas em Portimão, verifica-se uma predominância do amarelo e do vermelho nas ilustrações e nos logótipos que estão aplicados nos envoltórios e nas latas.

O preto, embora tenha uma percentagem maior em termos quantitativos, tinha a sua aplicação visível nos contornos das formas ou na tipografia, cumprindo uma função

mais técnica do que ilustrativa. O verde, o azul, o laranja ou o dourado também eram cores utilizadas em muitas marcas de conserva.

Remetendo-nos à época, a escolha das cores, tal como as marcas, era feita em grande parte pelo gosto do fabricante, por influências artísticas ou sugestão do litógrafo.

Aparentemente, essas preferências não tinham uma fundamentação lógica, mas analisando-as aprofundadamente constata-se que as opções não seriam tão lineares em termos perceptuais ou mesmo comerciais.

Se reflectirmos sobre a função da cor numa embalagem — neste caso específico lata de conserva —, é essencial que a primeira acção seja captar a atenção do consumidor e de seguida estabelecer uma relação emocional com o produto.

Segundo Modesto Farina²³, uma comunicação imediata permite a memorização da marca, agregando pensamentos associados a confiança, a qualidade e ao produto.

Aplicando as qualidades básicas da cor numa embalagem, o produto certamente alcançará a notoriedade e visibilidade necessária para a sua comunicação e comercialização. Considerando que as cores são estímulos que nos permitem desenvolver a sensibilidade, facilmente o indivíduo define o que gosta ou não gosta, o que é agradável ou desagradável, o que o motiva e desperta curiosidade e o que o repugna e o afasta. Todos estes valores estão aliados a diferentes aspectos sociológicos, psicológicos e fisiológicos, determinantes para as suas escolhas.

²³ FARINA, 1982: p. 137

De acordo com a tabela 2, podemos compreender as opções feitas para as latas de conserva e envoltórios finais, através de uma interpretação conotativa das cores:

Tabela 2²⁴ – Cor e significado

Cor	Significados materiais ¹	Significados afetivos
Amarelo	Ouro;	Riqueza;
	Azeite;	Prosperidade;
	Limão;	Fortificante;
	Bola de ténis;	Originalidade;
	Cereais.	Espontaneidade.
Azul	Mar;	Estabilidade;
	Gelo;	Intelectualidade;
	Feminilidade;	Confiança;
	Céu;	Fidelidade;
	Montanhas longínquas.	Paz;
Preto	Noite;	Austeridade
	Carvão;	Autoridade
	Sombra;	Elegância
	Corvos;	Modernidade
	Fato preto.	Temperança
Verde	Dinheiro;	Liberdade
	Natureza;	Equilíbrio
	Esmeralda;	Abundância
	Primavera;	Juventude
	Maças verdes.	Esperança
Vermelho	Masculinidade;	Desejo
	Sangue;	Dinamismo
	Fogo;	Intensidade
	Frutos vermelhos;	Comunicativa
	Picante.	Criatividade

Nota: Os significados destacados fazem parte da análise desenvolvida pela autora do artigo.

Actualmente, o amarelo e o vermelho estão associados aos produtos alimentares, mas estas cores têm sido aplicadas ao longo dos tempos em diferentes latas de conserva, por serem visualmente atraentes, energéticas e tornarem as embalagens sugestivas, que se destacavam nos pontos de venda, permitindo ao

²⁴ PASTOUREAU, 1997.

consumidor identificá-las e despertando sentimentos de desejo de consumo.

O consumidor, além de se sentir persuadido pela envolvência cromática e sua comunicação, também identificava as diferentes especialidades de conservas através de cores que estavam associadas a ingredientes, como o azeite, o tomate, óleo de soja, ou, o picante da malagueta.

Conferimos, assim, que o elemento cor permite amplificar uma reminiscência visual recheada de significações que assentam numa pluralidade de relações que, apesar de poder não haver no seu uso uma pré-intencionalidade, pode ser encontrado nas latas de conserva e envoltórios.

No caso específico das latas de conserva de peixe *Marie Elisabeth Brand*, a cor é determinante na comunicação e para a sua visibilidade no mercado. As suas propriedades primárias conferem a visibilidade, o impacto e a atracção indispensável para divulgar um produto, induzindo o consumidor a adquirir e distinguir um produto em detrimento de outro.

As cores predominantes na marca e nos produtos são o amarelo e o vermelho, aplicadas em cor cheia e sem recurso a meios tons ou misturas de cor, ligadas ao produto principal, a sardinha conservada em azeite.

O preto é a cor aplicada em quase todos os objectos de estudo, estando associada à informação do produto e aos contornos das ilustrações existentes nas diferentes latas, que não atribui qualquer conotação ao produto.

As combinações da cor amarela com o verde e com o azul estavam relacionadas com a diferenciação do produto. Observando as diferentes latas, comprova-se que a sardinha sem pele e sem espinha era representada através da cor verde e a sardinha sem espinha era representada pelo ciano ou azul.

Verifica-se, então, que as cores estão por norma vinculadas a um dado específico seja o tipo de peixe — atum, cavala ou anchovas — ou diferentes molhos e azeites — tomate, picante ou soja.

A relação estabelecida entre as diversas cores permitiram criar uma linguagem visual estimulante e criativa, associada ao produto alimentar contido na lata de conserva, seduzindo o consumidor através das suas qualidades de luminosidade e tom.

A significância cromática não se resume só às qualidades da cor mas também à denotação material e afectiva, que elas poderiam proporcionar causando

interpretações de desejo ou energia. Consultando a tabela 2 sobre a cor e alguns dos seus significados, naturalmente se determina uma relação entre as cores e as suas possíveis utilizações.

Observando a paleta amarelo/vermelho, valores de abundância, de dinamismo, de energia podem estar associados aos significados afectivos, e o próprio azeite é uma referência material; o caso da paleta amarelo/ciã, valores como prosperidade, confiança e a ligação ao mar são identificados, a paleta amarelo/verde retrata de igual forma significados de equilíbrio, liberdade ou a própria natureza.

Estes tipos de pressupostos permitem criar um entendimento de uma paleta desenvolvida para a *Marie Elisabeth Brand*, que, podendo não ter uma intencionalidade consciente à partida, acaba por se tornar evidente, a partir da observação dos casos concretos da sua aplicação.

Naturalmente, a cor foi o elemento gráfico mais influente no reconhecimento das marcas e produtos denotando significados na sua aplicação. A capacidade de identificar e associar cada cor a um produto permitia que o cliente final pudesse escolher dentro das diferentes gamas de produtos, o que mais lhe aliciava o paladar ou, simplesmente, o olhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurando vestígios do nosso passado visual, facilmente encontramos objectos do quotidiano, como a lata de conserva, que, através da sua funcionalidade e mensagem, revelam-nos uma memória colectiva das sociedades emergentes do início do século XX.

A mensagem divulgada neste “objecto de design” não teve somente uma função informativa e textual dos seus respectivos produtos alimentares, nomes ou quantidades, sendo identificadora de uma cultura e tradições nacionais.

A indústria conserveira de pescado foi implementada ao longo do século XX nas mais diversas zonas litorais do país, nomeadamente no Algarve onde diversos conserveiros puderam desenvolver a sua actividade económica e exportá-la além-fronteiras.

Portimão foi um dos pólos conserveiros algarvios onde se produziu diversas marcas que levaram a imagem de Portugal para o estrangeiro, em especial, a que foi considerada a melhor lata de conserva de sardinha portuguesa, a *Marie Elisabeth Brand*.

No estudo de caso desenvolvido, constata-se que a cor, a tipografia e a ilustração foram os elementos decisivos para a consolidação da comunicação da marca, construindo uma noção global de identidade, aplicada não só nos suportes tradicionais — latas de conserva e envoltórios — mas em toda a sua comunicação visual e envolvimento publicitária.

A comunicação visual implementada pela marca possibilitou uma imagem fundamentada e coerente ao longo da sua história. Os materiais e a tecnologia da época potencializaram os diferentes elementos visuais, deixando um testemunho exemplar da comunicação, desenvolvida e aplicada num “objecto de design”, pertencente à vida quotidiana de uma civilização que se massificou, diversificando as suas necessidades e desejos.

FONTES**Arquivo Histórico do Museu de Portimão**

Fundos Indústria Conserveira / Júdice Fialho

BIBLIOGRAFIA

ABECASIS, Duarte, 1926 — *Estudo geral, económico e técnico dos portos do Algarve*. Vila Real de Santo António: Junta Autónoma do Porto Comercial.

BARBOSA, António Manuel Pinto, 1941 — *Sobre a indústria de conservas em Portugal*. Lisboa: Edição Império.

BARROS, Leitão de, 1938 — *O livro de ouro das conservas portuguesas de peixe: 1938*. Lisboa: Instituto Português de Conservas de Peixe.

BAUDRILLARD, Jean, 1981 — *A Sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70

BLACKETT, Tom, 2005 — *O que é uma marca?. In O mundo das marcas*. Lisboa: Actual Editora.

BRINGHURST, Robert, 2005 — *Elementos do estilo tipográfico (versão 3.0)*. Tradução: André Stolarsky. São Paulo: Cosac Naify.

DUARTE, Maria J. Raminho, 2003 — *Portimão industriais conserveiros na 1ª metade do século XX*. Lisboa: Edições Colibri.

FARINA, Modesto [et al.], 1982 — *Psicodinâmica das cores em comunicação*. São Paulo: Editora Blücher.

FIELL, Charlotte & Peter, 2003 — *Graphic design for the 21st century*. Tradução: Vanessa Marques. Colónia: Taschen.

GRAÇA, Renato da Silva, 1968 — *Breve história da litografia – sua introdução e primeiros passos em Portugal*. Lisboa: Câmara Municipal.

JESUS, Ana Lúcia Gomes, 2012 — *A arte do vazio – A comunicação das latas de conserva de pescado português*, dissertação de mestrado em Design, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa.

LAMPREIA, J. Martins, 1991 — *Técnicas de comunicação : publicidade, propaganda, relações públicas*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.

LECLERC, Gerard, 2000 — *A sociedade de comunicação: uma abordagem sociológica e crítica*. Tradução: Sylvie Canape, Lisboa: Instituto Piaget.

MEGGS, Philip B.; **PURVIS**, Alston W., 2009 — *História do design gráfico*. Tradução de: Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify.

PASTOUREAU, Michel, 1997 — *Dicionário das cores do nosso tempo - simbólica e sociedade*. Tradução: Maria José Figueiredo. Lisboa: Editorial Estampa.

PERDIGÃO, Azeredo, 1941 — *A indústria em Portugal. In Sobre a indústria de conservas em Portugal*. Lisboa: Edição Império.

POMIAN, Kryzysztof, 1998 — *“História cultural, história dos semióforos”*. In *Para uma história cultural*. Tradução: Ana Moura, Lisboa: Editorial Estampa.

ROSAS, Fernando; **STEVENSON**, John, 1997 — *A alvorada do século: 1900-1914*. Amadora: Ediclube Colecionáveis.

Notas prévias a um estudo das imagens e da importância das vanguardas artísticas na imprensa algarvia do começo do século XX

Ana Isabel Soares | Mirian Tavares

Quantas tardes eu desejei fotografar aquelas composições de excelente fantasia, antes que o trinchante as retalhasse!

Eça de Queirós, “Civilização” (1892)

Associar textos escritos a imagens visuais é um processo de comunicação que se perde nos confins do tempo: se a imagem registada antecede, cronologicamente, o registo da escrita (argumenta-se, aliás, que lhe dá origem¹), a dupla ocorrência inicia-se com o aparecimento dos primeiros sistemas de escrita. Entre alguns dos exemplos mais recentes, já em civilizações de escrita consolidada, apontam-se as iluminuras medievais, os poemas visuais barrocos, ou a ilustração científica, desde os mais rudimentares esboços que davam conta de espécies de fauna e de flora que constituíam novidade para os europeus durante a época das Descobertas até à minúcia com que Dom Carlos I, no começo do século XX, ilustrava um catálogo ornitológico. No mundo da cultura do Ocidente, nomeadamente a partir da invenção e do desenvolvimento da imprensa, ainda na primeira metade do século XV, a proliferação das imagens vai a par com a gradualmente mais ampla difusão dos textos – apenas a relativa simplicidade do alfabeto usado entre nós atrasa a velocidade da reprodução das imagens de ilustração, por natureza, e por causa da natureza, mais complexas. Entre os artistas, mais do que artífices, sempre se debateu a questão da capacidade ou da vontade de fazer representar, por meio de imagens, o mundo que se ia conhecendo. Vista em retrospectiva, a

¹ Veja-se, entre inúmeros exemplos de historiadores dos sistemas de comunicação escrita, ONG 1982.

história da arte é a história de permanentes tentativas de responder à pergunta sobre se as artes – a arte – deve, ou mesmo se consegue *mostrar* o real. Os avanços na arte, quase sempre reações em torno da *questão do real*, advêm do pensamento e da técnica.

Nos últimos anos, um pouco por todo o mundo, em grandes museus, como o Reina Sofía, em Madrid, a Tate Modern em Londres, ou o Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona, o Museu de Estocolmo, ou o Guggenheim de Veneza, têm sendo (vêm sendo ou têm sido?) realizadas mostras que reconstróem vários episódios da arte do princípio do século XX. A importância das vanguardas artísticas desse começo de era, que alteraram completa e definitivamente o panorama mundial, não pode ser esquecida neste século XXI, e menos ainda se poderá olvidar a relação que as artes começam a desenvolver com a imprensa que, naqueles anos, desde 1900, tem um papel preponderante como mediadora entre os acontecimentos do mundo e o mundo que se vinha a conhecer a si mesmo. O século anterior marcara já um grande avanço no campo da produção e da distribuição de jornais e revistas, iniciado lá atrás com a invenção da imprensa por volta de 1440, acelerado com a necessidade de publicações cada vez mais breves e de contacto mais rápido, durante as colonizações europeias do Novo Mundo, nos séculos XVI e XVII, e ganhando velocidade cruzeiro a partir das Revoluções Industriais e dos solavancos sociais que com elas vieram, desde finais do século XVIII. Do mesmo modo, o advento da fotografia na terceira década de oitocentos fez com que, além de facilitado o acesso às imagens, os media impressos se tornassem mais atraentes e fossem cada vez mais credíveis, porque mais semelhantes ao que ficava fora dos jornais, as notícias por eles veiculadas.

Motivos de ordem técnica ditaram que somente por volta de 1880 os jornais começassem a reproduzir fotografias, isto apesar de já estar sistematizado desde o princípio do século o uso de imagens nas publicações periódicas: normalmente gravuras em técnicas rudimentares, cujos traços não apresentavam tons intermediários entre o preto e o branco. Num dos ensaios seminais sobre a obra de arte na contemporaneidade (enfim, já datada de 1935 a sua versão inicial, mas de atualidade comprovada pelas sucessivas interpretações), Walter Benjamin refere-se à crescente intensidade com que se vai diluindo o carácter de novidade da reprodução das obras (de arte,

mas cuja técnica afeta o discutível carácter artístico dos jornais), e o modo como a proliferação de imagens atinge a velocidade da comunicação do registo escrito e, mesmo, oral:

Com a litografia, a técnica de reprodução alcança um estágio fundamentalmente novo. [...] Por meio da litografia, a arte gráfica se tornou capaz de acompanhar ilustrativamente o cotidiano. Começou a acertar o passo com a imprensa. [...] com a fotografia, a mão foi descarregada, no processo de reprodução de imagens, pela primeira vez, das mais importantes incumbências artísticas, que a partir de então cabiam unicamente ao olho. Como o olho apreende mais rápido do que a mão desenha, o processo de reprodução de imagem foi acelerado tão gigantescamente que pôde manter o passo com a fala.²

Porém, e de acordo com Jorge Felz³, “O uso de fotografias por jornais e revistas esbarrava na dificuldade técnica de se imprimir toda a gama de tons diferentes de cinza que formam uma imagem fotográfica em preto-e-branco.” Mesmo sem conseguir imprimir as fotografias, era frequente usar imagens fotográficas como base para as ilustrações que complementavam as notícias nos jornais: a ressalva de que o desenho tinha por base uma fotografia transmitia-lhe um carácter de veracidade. Felz acrescenta que “a fotografia só se torna comum na imprensa a partir de 1882, com o desenvolvimento de um processo de impressão chamado de autotipia pelo alemão Georg Meisenbach.” As imagens que ilustram os primeiros periódicos em que aparecem começam por ser molduras estilizadas, ou desenho a traço simples, gestos de simples reprodução com a tecnologia disponível. Mas a técnica teria de responder ao anseio por *ter diante de si* os acontecimentos que se desenrolavam. Esta vontade, expressa por Benjamin como “sede de passado” e, mais tarde, por Hans Ulrich Gumbrecht como “vontade de experimentar o passado”⁴, no sentido de revivê-lo, agudiza-se com o século XIX, tempo fértil em acontecimentos de relato urgente. Pense-se, por exemplo, na guerra da Crimeia, ampla e genialmente fotografada por Roger Fenton,

² BENJAMIN 2012, 15.

³ FELZ 2008.

⁴ “The desire for immediate experience of the past has emerged within the broad new dimension of the present”: o desejo de uma experimentação não mediada do passado surge no âmbito do alargamento do tempo presente, conjugador de simultaneidades e contradições. É desse tempo, da contemporaneidade que se vive no seguimento das revoluções e evoluções tecnológicas, que escreve GUMBRECHT (1997, 421).

cujas imagens estabeleceriam um dos marcos da união entre visualidade e palavra escrita, potencialmente consumado nos jornais de distribuição cada vez mais rápida.

A curiosidade despertada pelo meio, a fotografia, e as possibilidades que este suporte possuía de aproximar o distante – trazendo imagens “reais” do Oriente desconhecido, ou das explorações arqueológicas, à Europa que, na altura, vivia sedenta por novidades –, criou rapidamente o conceito de foto-documentarismo, depressa incorporado pela imprensa e que originaria os primeiros passos do fotojornalismo. O século XIX, a nova vida urbana e os conflitos em várias localizações de um mundo distante do umbigo europeu, cujas cidades-metrópole eram habitadas por gente da mais variada ordem, tudo exigia uma nova forma de representação – do seu lado, cansadas de ser apenas uma espécie de subsidiárias do real e buscando a fidelidade da representação do mundo como fito último, as artes visuais acabam por descolar-se do real e mergulhar numa vertiginosa viagem que desembocaria no abstracionismo, gesto último da negação da figuração e da representação de um mundo que já se encontrava devidamente apresentado e representado pela fotografia e pelo cinema.

Os novos movimentos artísticos então surgidos, as chamadas vanguardas – pois se assumiam programaticamente como estando na dianteira dos movimentos artísticos –, que negavam o espaço pictórico que deu origem ao modelo fotográfico, recorreram aos meios de comunicação de massas já instalados, nomeadamente os jornais e as revistas, para dar conhecimento ao mundo dos seus manifestos e da sua manifesta necessidade de mudar. Apropriando-se dos meios, as vanguardas invertem o sentido inicial daqueles e criam novos sentidos e novas formas de divulgar, e de fazer, arte.

Apesar de geograficamente situado na cauda (ou no focinho) da Europa, Portugal ia acolhendo, com maior ou menor dilatação temporal, as novidades emanadas de parisienses paragens. Ao fundo do retângulo português, a região algarvia parecia atrasar mais ainda a chegada do *novo*, por isolamento que lhe causava a distância em relação à capital e pelas necessariamente longas viagens até ali. Ainda assim, os jornais diários, respostas ao tal desejo de passado, ou desejo de experimentação com o que, numa quase simultaneidade, ia ocorrendo mundo fora, vieram a instalar-se em terras algarvias antes do

fim do século XX. Porém, as imagens visuais tardaram algo mais a aparecer impressas nas páginas dessas publicações. Deixando ainda aberta a possibilidade de um estudo exaustivo do acervo que hoje se encontra, acima de tudo concentrado na Biblioteca da Universidade do Algarve, poderemos deixar registadas algumas observações. *O Progresso do Algarve*, por exemplo, segundo diário a sul do Tejo – fundado em 1880, precisamente o ano em que o diário nova-iorquino *The Daily Graphic* dava à estampa a primeira imagem reproduzida a meio-tom (“halftone”), técnica que, ao contrário da gravura, permitia uma maior fidelidade ao original –, incluía “cinco colunas como bissemanário e quatro como diário,” era “sempre impresso a preto e raramente ilustrado”⁵. Este periódico teve existência breve, de menos de dois anos, o que não lhe permitiu desenvolver a concomitante impressão de palavra e ilustração. Um outro periódico importante, apesar de igualmente efémero, foi o *Algarve Ilustrado: Jornal Litterário*, cuja consulta será imprescindível num estudo do período e da integração de imagens na imprensa algarvia. Foi publicado entre junho de 1880 e fevereiro de 1881, o tempo preciso em que, pelo Ocidente, se começava a imprimir fotografias nos jornais⁶.

Quando, em 2005, no âmbito da Faro Capital Nacional da Cultura, se organizou a exposição *O Século XX passou por aqui*, seguia-se a vontade de se olhar para trás para melhor compreender o aqui e agora – a tentativa, agora numa atitude de metaconhecimento, de experienciar o passado, na busca de um entendimento que a multiplicidade de dados, acervos e acessos parece hoje confundir. Procurava descortinar-se, localmente, ecos da modernidade que perpassava a cultura ocidental, pesquisando o modo como, principalmente, os artistas algarvios haviam respondido ao apelo da novidade. Dito por outras palavras, procurava perceber-se se aquilo que se detetava fora de portas teria uma consubstanciação local, se ignorava fronteiras. Um dos objetivos dessa exposição era perceber de que forma os artistas do Algarve aderiram ou repudiaram o *novo* que, inevitavelmente, lhes entrava pela porta a dentro. Um dos veículos (ao mesmo tempo transmissor e formado pelo que transmitia) dos movimentos estéticos das

⁵ MESQUITA 2009. Outras obras relevantes para aprofundar um estudo dos periódicos algarvios e dos seus conteúdos no começo do século XX, serão: BRANCO 1938 e MESQUITA 1998.

⁶ Agradecemos a Patrícia de Jesus Palma a chamada de atenção para esta publicação, cuja coleção completa (18 números) se encontra depositada no Arquivo Distrital de Faro – a página inicial de cada número incluía uma reprodução fotográfica, sempre o mais atual possível.

vanguardas, e não apenas em Portugal, foram justamente as publicações periódicas: aqui, jornais como *O Heraldo* ou *O Correio do Sul* publicavam regularmente textos sobre as novidades no mundo das artes e da literatura, divulgavam exposições e críticas de arte, muitas vezes saídas da pena dos próprios artistas, como Carlos Lyster Franco (1879-1959), Roberto Nobre (1903-1969), ou Carlos Porfírio (1895-1970). Qualquer um destes três homens, artistas de pleno direito, passou pela experiência de dirigir jornais no Algarve, e contactou, de modo regular, e inclusivamente com publicações suas, com as mais modernas das revistas de arte, nacionais e internacionais. Aquando do surgimento da revista *Orpheu*, em 1915, um dos jornais algarvios, *O Heraldo*, é dos poucos a apoiar publicamente a sua publicação⁷: era Carlos Lyster Franco o seu editor principal e secundava o entusiasmo de Mário Lyster Franco e de outro jovem intelectual, Carlos Porfírio. *O Heraldo* chegaria mesmo a integrar uma secção dedicada à divulgação de novos poetas, que veio a chamar-se “Futurismo”. Em 1917 – tristemente, o ano em que *O Heraldo* veria o fim ao seu futuro –, os automeados representantes do Comité Futurista em Portugal (Santa-Rita Pintor e Almada Negreiros) saudavam Lyster Franco pelo seu trabalho de divulgação daquele movimento.

Se houve alguém que compreendeu e assumiu o verdadeiro espírito da época, este alguém foi Roberto Nobre. Pintura futuro-expressionista, nas palavras de José-Augusto França⁸, foi ilustrador de vários periódicos e professor de pintura por correspondência. Compreendeu cedo que o cinema era a arte do novo século e converteu-se no maior crítico de cinema de sua geração, além de ter tentando também produzir filmes e ser um dos pioneiros do cinema no Algarve. Possuidor de uma consciência social, que o fez aderir ao espírito neorrealista de denúncia e de divulgação de um país que se desconhecia a si mesmo, Roberto Nobre foi o exemplo mais completo do espírito das vanguardas – sem medo daquilo que estava por vir e sem medo de experimentar, de tentar, de palmilhar novos caminhos. Também o seu trabalho de ilustrador nos periódicos algarvios merece atenção mais aprofundada.

Num texto provocador, publicado no *Correio do Sul*, Nobre escreve que as mulheres são as culpadas da divulgação do modernismo, deixando transparecer o seu

⁷ Isto depois de, em 1909, nas suas páginas Ribeiro de Carvalho ter ironizado sobre o movimento futurista (cf. PALMA 2013).

⁸ FRANÇA 1991, 317.

espírito crítico e bem-humorado, e demonstrando que compreendera um factor essencial do novo tempo, já escrutinado por Charles Baudelaire, precisamente a partir da crítica a um artista plástico, Constantin Guy⁹: a moda, a ideia da impermanência, a nova cultura que se instala nos centros urbanos e que só neles pode sobreviver. Por isso, também em Portugal a arte moderna se espalha pelos cafés, clubes noturnos, revistas femininas. De que modo se poderia penetrar no tecido de uma região provinciana, de um país provinciano, para que a nova cultura ali pudesse instalar-se e conviver? Uma das vias da moda e, simultaneamente, da arte, foram os jornais, acima de tudo na vertente imagética através da qual aliavam à função informativa a qualidade estética procurada pelos artistas ávidos de uma ligação ao resto da Europa que ditava a veloz circunstância do moderno. Se era esse o modo de compreender o mundo, seria esse, porque o Algarve era, da mesma maneira, mundo, que procurariam e dariam a compreender a região, tentando assim, talvez, mitigar a distância geográfica, mental e cultural que sentiam.

Bernardo Marques (1898-1962) foi outra personalidade que, tal como Nobre, compreendeu que a nova atitude perante a arte não estava restringida apenas ao seu *modus operandi*, mas também aos novos meios de divulgação da mesma, aos espaços alternativos que extrapolavam as galerias, os museus, os salões das Belas Artes, e chegava às ruas através dos jornais, das revistas, da publicidade, dos painéis pintados nos cafés e clubes noturnos, em todo e qualquer espaço deste tecido urbano que se configurava e que aproximava Paris de Lisboa. A publicidade, aliada aos novos anseios consumistas da época, e juntamente com o impulso de ver diante de si as novidades do que sucedia no mundo, foi outro importante reduto onde, nos periódicos algarvios, se desenvolveu a arte da ilustração e as técnicas de documentação ilustrada que haveriam de dar aos jornais maior credibilidade.

Carlos Lyster Franco e Carlos Porfírio, Roberto Nobre, ou Bernardo Marques, assumiram posições de vanguarda: ergueram bandeiras em prol do *novo* nas páginas dos jornais e revistas da época, fazendo sua a guerra contra a arte estabelecida e oficial, aderindo ao novo século que trazia consigo outro conceito de cultura e de arte, outros fazeres artísticos, mediados pela tecnologia e pela cultura de massas. Fica, porém, por responder, neste ensaio breve, se a intenção teórica

⁹ BAUDELAIRE 1863.

se terá concretizado na realização artística plena e se o gesto revolucionário da escrita foi acompanhado por uma revolução no uso da imagem.

Desde a Exposição Universal de 1911, entre as viagens à mítica Paris e o retorno ao Portugal real – ainda com as nostálgicas essências com que Eça de Queirós pulverizara as páginas de “Civilização,” mas já com a expressa vontade de fixar em imagem fotográfica o que os despidos olhos viam –, entender o século XX passa, resoluta e definitivamente, por entender os modos como imagens e palavras se aliaram naquilo que eram os mais avançados veículos do *novo*, do *moderno*, os jornais. O desejo dos artistas de fazer esse *novo*, apesar da incompreensão dos seus pares, agudiza a ideia de contradição, já tão presente na arte das vanguardas. Mas é tal contradição exatamente o que enriquece e alimenta a arte e o acesso às novidades no *reino de Portugal e dos Algarves*. É esta mesma contradição que confere um carácter muito próprio ao que é produzido neste lugar do Sul.

BIBLIOGRAFIA

BAUDELAIRE, Charles 1863, “Le peintre da la vie moderne,” *Œuvres Complètes*, Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1976 (T. 2).

BENJAMIN, Walter, *A Obra de Arte na Época de Sua Reprodutibilidade Técnica*, Trad. Francisco de Ambrosio Pinheiro Machado, São Paulo, Editora Zouk, 2012.

BRANCO, Capitão Vieira 1938, *Subsídios para a História da Imprensa Algarvia – de 1833 aos nossos dias*, Faro, Tip. Caetano.

FELZ, Jorge 2008, “A fotografia de imprensa nas primeiras décadas do século XX – o desenvolvimento do moderno fotojornalismo,” trabalho apresentado ao GT de História da Mídia Visual do VI Congresso Nacional de História da Mídia, Niterói (RJ), 13 a 16 de maio de 2008 (disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/A%20fotografia%20de%20imprensa%20nas%20primeiras%20decadas%20do%20seculo%20XX.pdf>, acessado em 21 de novembro de 2016)

FRANÇA, José Augusto 1991, *A arte em Portugal no século XX*, Lisboa, Livraria Bertrand.

GUMBRECHT, Hans Ulrich 1997, *In 1926: Living at the Edge of Time*, Cambridge, MASS, and London, Harvard University Press.

MESQUITA, José Carlos Vilhena 1988, *História da Imprensa do Algarve*, vols. I e II, C.C.R.A, Faro.

MESQUITA, José Carlos Vilhena 2009, “Algarve – História e Cultura,” entrada de blogue de 18 de agosto de 2009, sobre o primeiro jornal diário de Faro (disponível em algarvehistoriacultura.blogspot.pt/2009/08/o-primeiro-jornal-diario-de-faro.html).

ONG, Walter J. 1982, *Orality and Literacy: The Technologizing of the Word*, London and New York, Routledge, 2002.

PALMA, Patrícia de Jesus 2013, “Novos dados para a história do Futurismo em Portugal”, in Teresa Rita Lopes [org.], *Modernista: Antologia de artigos da revista Modernista*, Lisboa, IEMO – Grupo Interdisciplinar de Estudos Pessoaos e Modernistas do Centro de História da Cultura da FCSH-UNL, 113-126.

Imprensa periódica e propaganda política: o caso do *Nacional sindicalista* de Faro

A. Paulo Dias Oliveira

1. INTRODUÇÃO

O vínculo entre a imprensa periódica e a propaganda, seja ela ou não política, é um dos mais umbilicais de que há memória. Se é verdade que nas primeiras *Gazetas* esse desiderato não era sempre claro, o que não deixa qualquer réstia de dúvida é que com o desenvolvimento da ideologia liberal e, por sua vez, com a criação daquilo a que se convencionou chamar “opinião pública”, esse objetivo tornou-se manifesto. Pode servir, como exemplo, o periodismo liberal português nas primeiras décadas do séc. XIX, fenómeno já amplamente investigado.

De facto, até se arquitetar, provavelmente no futuro, uma solução semelhante à que os irmãos Strugatsky explanam em *Prisioneiros do Poder*, ou seja, a divulgação das ideias “oficiais”, de modo subreptício, através de torres emissoras, disfarçadas de rede de dispositivos anti-míssil, que levariam à conformação da população e ao empolgamento próprio das doutrinas nacionalistas (STRUGATSKY, 1983), a divulgação e propaganda política continuam a ser um dos objetivos primaciais das publicações periódicas e é esse o caso que analisaremos em seguida. No entanto, antes de abordar a imprensa nacional-sindicalista, convém elaborar uma resenha acerca da introdução das doutrinas fascistas no nosso país.

2. OS PRECURSORES

De todas as vias possíveis, uma tem merecido a unanimidade de todos os primeiros investigadores acerca do fenómeno nacional-sindicalista, é a que vê o Integralismo Lusitano (IL) como a semente que possibilitou a germinação de tal fruto. Poderíamos aludir a João Medina (MEDINA, 1978: 73-84), Hermínio

Martins (MARTINS, 1978: 421-434), António Costa Pinto (PINTO, 1994: 23-54) e o próprio Rolão Preto que, em entrevista a Machado Barbosa, admite que “em Portugal, a reacção contra os erros liberais-democratas no seu aspeto político, chama-se Integralismo Lusitano, e a reacção contra esses mesmos erros no seu aspeto económico-social, deu origem ao Movimento Nacional-Sindicalista”, mas mais significativo é o que acrescenta mais à frente, visto que enxerga o nacional-sindicalismo como a superação do IL “em todos os seus aspetos formais”¹ (BARBOSA, 1940: 20, 39).

Devemos confessar que não vamos, neste momento, equacionar a história do Movimento do IL, pois foi tarefa que já desempenhámos por mais de uma vez (OLIVEIRA, 2009: 155-171, “Introdução” a LOPES, 2009: 5-29 e OLIVEIRA, 2012: 237-262), mas tão só salientar que, efetivamente, as primeiras referências a Mussolini e ao fascismo se encontram em publicações patrocinadas pelo Movimento do IL. Poderíamos fazer referência aos artigos de Rolão Preto assinados em *A Monarquia* e, posteriormente, na *Nação Portuguesa* e, ainda, alguns textos de António Sardinha nessa última revista.

Se fizemos fé nas palavras de Homem Cristo Filho, trasladadas por Medina que o considera o “primeiro autêntico e indiscutível fascista luso” (MEDINA, 1977: 604), na obra que, em 1923, dedica ao ditador italiano, o fascismo terá nascido a 20 de Dezembro de 1920 (MEDINA, 1977: 609).

Ora bem, abstraindo algumas personalidades evocadas por Medina², o que é verdade é que o primeiro texto de Rolão Preto que poderíamos aproximar das doutrinas fascistas data do início de 1921 (cf. PRETO, “Ano Social”, *A Monarquia*, nº 859, 3/1/1921: 1)³. De

¹ Esse desiderato é bem patente no discurso do Banquete recentemente republicado na *Obra Completa* (PRETO, 2015, II: 89-100). Aí o doutrinador beirão pretende superar a fase anti do IL afirmando-se, de modo inequívoco, adversário do contra, ou seja, da contra-revolução, porque como ele próprio assevera: depois da Revolução, a Revolução (PRETO, 2015, II: 98).

² Medina analisa um conjunto de primeiros fascistas portugueses que engloba Filomeno da Câmara, Martinho Nobre de Mello, Henrique Trindade Coelho, Fidelino de Figueiredo e, obviamente, Homem Cristo Filho. Nesse texto são também referidos nomes como João Xavier de Paiva, Fonseca Baptista, João Ameal, Afonso Lopes Vieira, Hipólito Raposo, Afonso Lucas, Leão Ramos Ascensão, Américo Durão, Anselmo de Andrade, Alfredo Pimenta, Alfredo Magalhães, entre outros (MEDINA, 1977: 591-604). Sobre o mesmo assunto veja-se, também (FERRÃO, 1976 e 1977).

³ Cecília Barreira ao falar do jornal *Revolução* (1932-1933) assegura que “uma década antes, como vimos, *A Revolução* surgira a lume, numa conjuntura substancialmente diferente, mas defendendo corolários que apontavam para a proposta nacional-sindicalista”, com uma única alteração, nos anos 20 a palavra Rei é substituída pela palavra Estado (BARREIRA, 1981: 837-838). Por seu lado, assevera Costa Pinto: “em 1921, Preto criou o Conselho Económico Central da organização, destinado a coordenar este

facto, existe uma linha muito ténue entre este e outros textos do mesmo periódico, quer de Rolão Preto, quer de outros autores como: Augusto da Costa, A. Campos Figueira, Rodrigues de Mendonça, César A. de Oliveira, Félix Correia ou, similarmente, uma peça da autoria de Pequito Rebelo sobre a doutrina de Valois (REBELO, “A Filosofia de Valois”, *A Monarquia*, nº 1170, 5/4/1922: 1-2), e “A Crónica Social” que, em Julho de 1922, o líder do nacional-sindicalismo vai começar a publicar na *Nação Portuguesa*, onde se vai procurar uma identificação entre o IL e o fascismo. Nessa ordem de ideias, a Itália e o *Fascio* são considerados o verdadeiro receptáculo da “Ordem Nova” (PRETO, “Crónica Social”, 2ª série, nº 1, 4 e 6, 1922-1923: 33-36, 171-173 e 273-276 e nº 1, 3ª série, 1924: XI-XIV)⁴.

Por outro lado, é, também, nessa data (Julho de 1922), que o doutrinador de Monforte vai engendrar o conceito de “Ordem Nova”. Partindo da crítica ao regime soviético, que é por muitos encarado como a verdadeira “Ordem Nova”, considera-o o resultado da obliteração dos direitos do homem, isto porque ele é, do mesmo modo, um resultado do individualismo liberal e da filosofia das luzes, logo, não representa uma “Ordem Nova”, mas o desenvolvimento da velha ordem liberal.

sector, à medida que se começaram a criar sindicatos integralistas. No início do ano seguinte, surgiu o jornal *Revolução*, «jornal monárquico-sindicalista» destinado a servir de porta-voz deste sector sindical. A começar pelo título e a acabar no programa, esta primeira experiência fascizante lançou as bases do Nacional-Sindicalismo” (PINTO, 1994: 51).

⁴ Os mesmos princípios são reafirmados, mais tarde (PRETO, “Crónica Social – Tomando a altura do Sol - A curva duma decadência - Nacionalismo a mais e nacionalismo a menos - A quinta-essência do Nacionalismo é o Integralismo Lusitano, *A Monarquia*, nº 1196, 5/4/1923: 3). Veja-se, do mesmo modo, a seguinte asserção: “Mussolini em Itália e Primo de Rivera em Espanha são o triunfo estrondoso daquela verdade e daqueles métodos que desde 1914 o Integralismo Lusitano aconselha a todos os bons portugueses (...) e se não houver Rei, que haja um Ditador, porque será Chefe o que primeiro devolver Portugal ao rumo suspenso dos seus destinos eternos!” (Frontispício de *A Monarquia*, nº 1197, 26/10/1923: 1), lembramos que o Diretor da publicação é António Sardinha, ou, ainda, (PRETO, “Vamos a isto! Os triunfos do fascismo e de Primo de Rivera aproximam a hora resgatadora do luzismo”, *A Monarquia*, nº 1197, 26/10/1923: 5). Sobre esta mesma questão deve consultar-se, (PINTO, 1994: 43-51). Também Cecília Barreira é de opinião que Rolão Preto “assume teoricamente a explicitação do sindicalismo orgânico ao filiá-lo na onda de nacionalismo fascizante que proliferava pela Europa”, (BARREIRA, 1981: 834). Os artigos sobre o fascismo publicados, na altura, em *A Época* e republicados na Revista *Gil Vicente* (1939), viram recentemente nova edição baseada nesta última, (PRETO, 2015, Vol. II: 1-35). A despeito de tudo isto, temos consciência que Rolão Preto, em entrevista a João Medina, questionado se o movimento nacional-sindicalista foi fascista, recusa o libelo e chama-lhe pré-fascista porque o fascismo não tinha influência internacional e “não tinha eco nenhum em Portugal”, (MEDINA, 1978: 157). No entanto, a leitura dos textos aludidos sobre o fascismo, nomeadamente, o Prefácio (PRETO, 2015, II: 1-21), escrito em 1939, e os textos originais da polémica com Santa Cruz deixam-nos bastas dúvidas. De facto, o autor proclama que não é fascista, mas integralista, (PRETO, 2015, II: 27), mas identifica mais de uma vez o fascismo com os integralistas da *Idea Nazionale*, (PRETO, 2015, II: 21, 32), sendo que, nesta última menção, atesta que fascistas e integralistas têm sido “estremados irmãos de armas”.

Essa ordem original tem como pedra basilar não o indivíduo, o ser isolado, mas a pessoa⁵, a família, por sua vez, do ponto de vista profissional, as pessoas inserem-se em grémios ou corporações que são as células básicas dos municípios e a reunião destes, no mesmo sentido, formam as províncias que, como não poderia deixar de ser, da sua conglomeração dão origem à Pátria ou à Nação⁶, unidade irredutível a que tudo se encontra sujeito, inclusive, como veremos, o Estado e o seu primeiro magistrado, ou seja, o Rei, fazendo jus à sua divisa do pelicano: *pola lei e pola grei*: Este é o “grande caminho da Tradição”, diz à puridade António de Sousa Sardinha. Ainda na perspetiva do mesmo autor, este novo sistema social vai encontrando o seu terreno de difusão através da Europa e cita os casos de França, através de Maurras, Suíça, Espanha, Portugal, por meio do seu Integralismo, e Itália, pela mão de Mussolini (SARDINHA, “Ordem Nova”, *Nação Portuguesa*, 2ª série, nº 1, 1922: 6-12)⁷.

A tudo isto não pode deixar de se adicionar mais alguns factos significativos já devidamente investigados: o aparecimento do jornal *A Revolução* (1922-1923), o despontar do Nacionalismo Lusitano e da Cruzada Nuno Álvares e, por fim, o advento do periódico *Revolução* (1932-1933). O jornal *A Revolução* (1922-1923) é impossível de se consultar na BNP devido a estar em mau estado e, por esse motivo, apenas dele temos uma resenha, já antes citada, elaborada por Cecília Barreira (BARREIRA, 1981: 827-838).

Sobre este periódico, além do que se foi avançando, convém acrescentar que se começou a publicar, de forma semanal, de 5 de Fevereiro a Agosto de 1922, existindo um único exemplar de 1923, o diretor era Sílvio Luso (pseudónimo de Caetano dos Reis), o seu principal adversário era o movimento anarco-sindicalista encabeçado pela CGT e o seu órgão central *A Batalha*. Entre os seus colaboradores mais assíduos encontramos

⁵ É uma distinção espiciosa a que Sardinha faz entre indivíduo e pessoa, não vindo ao caso, neste momento, oportunidade para a aprofundar, bastará dizer que o indivíduo foi a criação do protestantismo e da Reforma, uma das fontes de “todos os males”.

⁶ Existem claras linhas de analogia entre esta conceção da sociedade e a protagonizada por Krause, (KRAUSE, 1985:73, 74, 78, 140 e ss. e passim). A despeito de tudo isso, Sardinha, de modo equívoco, vai fazer radicar a filosofia krausiana, à semelhança da filosofia kantiana, no individualismo, a esse propósito consulte-se, do pensador de Monforte, (SARDINHA, “A Crise do Estado”, *Nação Portuguesa*, 3ª série, nº 1, 1924: 36).

⁷ Para não alongarmos demasiado o argumento, dizemos, apenas, que a mesma ideia, ou semelhante, encontra-se ainda em (SARDINHA, “Mais longe ainda!”, 2ª série, nº 12, 1923: 561-567 e SARDINHA, “Nos átrios da Cidade-Nova”, 3ª série, nº 7-8, 1925: 297-300), este último publicado já depois do seu falecimento, em Janeiro de 1925.

A. Campos Figueira, Félix Correia⁸ e Rolão Preto, o editor era o mesmo da “velha” *Nação Portuguesa*, José Fernandes Júnior. Afonso Lucas, Manuel Múrias e António Sardinha aí assinaram alguns artigos doutrinários⁹, além disso, contava com colaboração literária de António Sardinha, Alberto Monsaraz, Luís de Almeida Braga, entre outros (BARREIRA, 1981: 827-831).

No que se refere ao Nacionalismo Lusitano, movimento dirigido por João de Castro Osório, o seu órgão divulgador, sintomaticamente apelidado de *A Ditadura*, é o primeiro a declarar-se, ostensivamente, como “Periódico do Fascismo Português”, desde o seu surgimento (nº 1 de 30 de Outubro de 1923 ao nº 12 de 13 de Fevereiro de 1924), passa depois a “Jornal de Acção Nacionalista” até ao nº 28 de 23 de Janeiro de 1925 e, por último, a partir do nº 54, de 23 de Junho de 1927, “Porta-voz do Nacionalismo Republicano”, até à sua extinção com o nº 78, de 23 de Agosto de 1928. Por informações recolhidas por Costa Pinto, sabemos que Osório tentou aliciar, várias vezes, Rolão Preto para o movimento a quem prometeu, inclusive, a sua direcção, no entanto, o autor de *Balizas, manual do sindicalismo orgânico* manteve, sempre, alguma distância estratégica em relação ao movimento e à sua junção a algumas das hostes do IL (PINTO, 1994: 53-54 e sobre o movimento do nacionalismo lusitano: 57-62)¹⁰.

O derradeiro fenómeno que vamos abordar é *A Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira*, movimento com uma base nacionalista que apareceu durante a *República Nova*, em Julho de 1918. Fundada pelo militar João Afonso de Miranda, congregou elementos de todos os partidos conservadores, como afirma Costa Pinto, não pode, em sentido estrito, ser considerada uma organização fascista, no entanto, “desenvolveu nos últimos anos do regime liberal uma campanha de propaganda pró-autoritária onde o fascismo constituiu um importante referencial” (PINTO, 1994: 63). Após a sua constituição passou por um período de obscuridade até ao início dos anos 20, aí, não largando nunca o

⁸ Félix Correia substituiu, como diretor, Sílvio Luso a partir do nº 12 e foi o primeiro jornalista português a entrevistar Hitler, em 1935, sendo a peça publicada no *Diário de Lisboa* de 2 de Fevereiro de 1935.

⁹ Sardinha publicou “Na Selva Escura” onde aborda o tema da questão dinástica, nº 4, 26/2/1922.

¹⁰ Não podemos deixar de fazer eco das palavras que a *Nação Portuguesa*, na sua 2ª série, dirige a João de Castro Osório, a despeito de algumas divergências: “não seríamos leais para connosco se ocultássemos a simpatia que nos merece por tantos títulos o chefe do gorado movimento de Julho do ano que findou” (*Nação Portuguesa*, 2ª série, 1923: 429), aqui se extratam alguns períodos onde o dirigente nacionalista faz o encómio do IL.

seu modelo nacionalista, optou por uma crítica mais aberta ao republicanismo vigente, ao reforço do aspeto autoritário e a uma doutrinação de fortalecimento patriótico. O seu discurso plural conseguiu aglomerar no seu seio republicanos como António José de Almeida, João de Barros e o algarvio Teixeira Gomes, monárquicos como João de Azevedo Coutinho e católicos como Salazar, Cerejeira e Braga da Cruz, a despeito de Sardinha, logo em 1918, não ter sido muito recetivo a tal pluralidade política (PINTO, 1994: 64).

A partir de 1926 o movimento acentua a sua componente fascizante, sendo que o seu órgão, *A Reconquista* (assinale-se aqui esta possível nota anti-islâmica), dirigida por Martinho Nobre de Mello, publicava as “Orientações” que transcrevemos na íntegra:

Na Ordem Político-Administrativa: Queremos que o Chefe do estado seja realmente *um chefe* e não uma simples chancela à ordem dos partidos. Na atual hipótese política: - que o período de exercício da sua magistratura seja alargado por forma a permitir a realização de uma obra e a transmitir a toda a orgânica do estado um mínimo de estabilidade indispensável; - que seja lícito reconduzir no seu posto um bom chefe. Queremos um Governo de livre escolha do Chefe do Estado, perante ele responsável, e constituído fora de quaisquer preocupações de partidarismo estreito, apenas por considerações de competência moral e governativa; - que esse Governo seja constituído por Conselhos Técnicos permanentes, com funções consultivas, recrutados segundo um rigoroso critério de competência técnica. Queremos uma Representação Nacional verdadeira, isto é, a representação dos interesses reais e permanentes da Nação e não dos interesses transitórios e egoístas das clientelas partidárias. Queremos um Exército e uma Marinha de Guerra nacionais, absolutamente estranhos à política; - que o supremo Conselho de Defesa Nacional tenha a máxima autonomia. Queremos a Função Jurisdicional independente, sob a direção do Supremo Conselho Judiciário. Queremos a reconstituição das províncias e do Município tradicional para o restabelecimento e fortalecimento da vida regional, tendo em vista uma ampla e salutar descentralização administrativa. **Na Ordem Económico-Social:** Queremos a eliminação do intervencionismo direto ou imediato do estado nos estabelecimentos, empresas ou explorações comerciais ou industriais e bem assim o abandono

de todos os ensaios de comunismo, socialismo ou capitalismo do Estado, monopólios públicos ou *régie*; - que todas as gestões industriais do Estado, com exceção daquelas que poderosos motivos de defesa nacional aconselhem deixar na sua posse, passem, tão depressa quanto possível, para a indústria particular. Queremos o intervencionismo indireto ou mediato, isto é, a aplicação de todas as medidas oficiais para o incitamento, apoio, proteção e disciplina das iniciativas privadas adentro da Produção Nacional. Queremos o sindicalismo orgânico não obrigatório, mas com privilégios políticos e sociais; - que se organize a produção sobre os princípios de equidade e de justiça para todos os seus elementos; - que se constituam sobre bases profissionais e corporativas os seguros sociais; - que a arbitragem seja obrigatória na solução dos conflitos entre os elementos da Produção. Queremos a defesa da propriedade, condicionada pelo cumprimento dos deveres sociais do proprietário; - que a questão agrária seja resolvida, sem jacobinismos, pelo desenvolvimento e proteção da pequena e média propriedade ao lado da grande, com base na legislação tradicional das sesmarias, adaptada às circunstâncias do presente, sem excetuar a reabilitação da típica e nacional instituição da enfiteuse; - que se conservem, reconstituam e alarguem as propriedades comuns sindicais, municipais ou paroquiais. Queremos a proteção e defesa da Família em bases sérias e insofismáveis; - que se suprima o divórcio; - que se estabeleça em condições de viabilidade a instituição do casal de família; - que se institua o salário familiar; - que se isentem de contribuição de registo as transmissões a favor de descendentes. **Na Ordem Espiritual:** Queremos, em tese, a liberdade e privilégios da Religião Católica, em regime concordatário. Mas, reconhecendo que, no atual momento, temos de aceitar a hipótese da separação, aderimos às reclamações que os católicos entendem dever apresentar aos poderes públicos, proclamando a necessidade de se assentar num programa mínimo pelo qual pugnem o Centro Católico, a Cruzada e todas as agremiações políticas ou profissionais que queiram dar-lhe a sua adesão formal (Redação, "Orientações", *A Reconquista*, nº 5 de 1/4/1926: 67-69).

Foram estas medidas, ou outras semelhantes, na ordem política, económica e social que levaram Raul Proença a denunciar o programa fascizante da Cruzada,

tal como nos atesta Costa Pinto e é ostensivo no artigo de Nobre de Mello intitulado “O anti-fascismo de Raul Proença. Crocodilos Humanitários!”, que aparece logo imediatamente a seguir às transcritas “Orientações”¹¹.

3. O NACIONAL-SINDICALISMO NO ALGARVE

Não temos qualquer pretensão de fazer a história do Nacional-Sindicalismo em Portugal, porque entendemos que Costa Pinto, com mais ou menos pormenores, já a efetuou vai para duas dezenas de anos. No entanto, nessa mesma obra lamentava o autor de que não havia “estudos de âmbito local” (PINTO, 1994: 14). Ora bem, é esse o desiderato da presente investigação: tentar contribuir para o estudo do nacional-sindicalismo no Algarve.

Desse modo, esta investigação terá dois momentos complementares, um primeiro, onde além daquilo que já se apurou, se vai tentar identificar elementos afetos ao IL e ao Nacional-Sindicalismo (NS) na província mais a sul do país; outro, onde se tentará analisar algumas das peças de propaganda NS através do periódico *O Nacional Sindicalista*, publicado em Faro entre 18 de Dezembro de 1932 e 11 de Junho de 1933, meia dúzia de meses que podemos qualificar de grande atividade NS na região.

Começamos pelo início e vejamos, antes de mais, alguns colaboradores do IL que, nestes últimos anos, foi possível identificar no Algarve. A primeira informação que pudemos recolher, sobre o movimento do IL no Algarve, é a alusão de Jacinto Ferreira (FERREIRA, 1991: 55). Aí se constata que, após as Conferências da Liga Naval, de Abril de 1915, o periódico integralista anunciava um novo ciclo de conferências, a ter lugar na mesma Liga, que iriam ter como tema Províncias de Portugal (*A Monarquia*, 17/11/1917: 1).

O início destas palestras estaria marcado para o último mês do ano de 1917 e a sua organização esquemática seria a que se segue: I – A Terra – solo, clima, paisagem; II – Etnografia – raça, habitação, vestuário, folclore (festas, costumes, lendas, danças, poesias populares, etc.); III – Economia rural, fabril, indústrias diversas, indústria artística (cerâmica, rendas, tapeçaria, etc.); IV – História; V – Estética – monumentos de arquitetura civil, religiosa, militar, escultura, pintura, etc.

¹¹ Sobre a Cruzada Nuno Álvares vd. (MEDINA, 1977: 592-594). Para aquilatar a semelhança de posições com o Nacional-Sindicalismo, veja-se um texto que está omissa na sua obra completa intitulado *Nacional-sindicalismo*, (PRETO, s/d).

Cada província teria uma individualidade que carregaria a informação posta em relevo anteriormente, a saber, da província do Minho estava encarregue Luís de Almeida Braga; Trás-os-Montes estava a cargo de Luís Teixeira Neves; Simeão Pinto de Mesquita trataria da região Duriense; a Beira Alta era múnus de António Sêves de Oliveira; Hipólito Raposo tinha como incumbência a Beira Baixa; Xavier Cordeiro estava responsabilizado pela região da Estremadura; o Alentejo era encargo de António Sardinha; Juvenal de Araújo escreveria sobre a Madeira; os Açores eram obra de A. Cortes Rodrigues; Lisboa era obrigação de Alberto Monsaraz e, por fim (embora intencionalmente no fim), o Algarve era tarefa de João Lúcio.

O final do ano de 1917 vê concretizar-se o governo de Sidónio Pais, administração na qual o IL colaborou de forma consciente e sistemática, e, talvez por esse motivo, a maioria das conferências não chegou a realizar-se - destas apenas a de Hipólito Raposo (Beira Baixa), Teixeira Neves (Trás-os-Montes) e Almeida Braga (Minho) tiveram realização efetiva, das outras não temos qualquer notícia (vd. *A Monarquia*, 20/4/1918, 15/5/1918 e 28/5/1918).

Este ano de 1918 é um ano crucial no desenvolvimento da doutrina do IL no Algarve. Começa com a colaboração de José Filipe Álvares no periódico *A Monarquia*. Encontramos, logo em 24/1, o seu texto intitulado “O Clima Marítimo do Algarve”, onde exalta a excelência do clima no combate à tuberculose, temática que se expandiria no artigo seguinte nominado “Clima campestre d’Alportel (Algarve)” (11/2), ainda sobre o mesmo tema temos, em 13/6, a peça “A Tuberculose nas famílias operárias”. Não podemos olvidar que o Sanatório Vasconcelos Porto em S. Brás de Alportel é inaugurado, nesse ano, a 8 de Setembro (SANTOS, 2006).

No entanto, a colaboração de José Filipe Álvares não fica por aqui, sem esquecer a nota de saudação no aniversário do diário integralista da tarde (11/3/1918), o telegrama aquando da condenação de Hipólito Raposo (24/7/1920) e o texto sobre os artigos de Francisco Fernandes Lopes que serão referidos *infra* (2/8/1921), encontramos, ainda, produtos da sua pena nos números de 6/5/1918 (“Ao sr. ministro da instrução”), 13/5/1918 (“O problema operário em Portugal”), 24/5/1918 (“As impressões duma jornada a Alcantarilha (Vila Arthimisia)”), 30/7/1918 (“Justiça”), onde elogia o governador civil e onde salienta, de novo, o clima do

Algarve como propício ao tratamento da tuberculose e 16/10, ainda do mesmo ano (“O Exército”).

De interesse para aquilo que nos diz agora respeito publicou o texto *Algumas palavras sobre a prophylaxia da tuberculose em Portugal – Complementos aos estudos publicados no jornal O Algarve*. Este texto, dedicado à memória de D. Carlos, “vítima da fraqueza do poder”, segundo Lyster Franco, “tem todo o carácter de um panfleto político” (FRANCO, 1982: 106). Acrescenta o mesmo autor, “um dos capítulos intitula-se mesmo *Vantagens do regime monárquico sobre o republicano* e nas conclusões afirma-se que o problema da tuberculose está ligado ao problema político, que o ministério de João Franco, sendo o que melhor governou, podia ter diminuído o número de tuberculosos em Portugal”, (FRANCO, 1982: 106). É, também, seu um artigo esclarecedoramente intitulado “A salvação da Pátria portuguesa pelo Integralismo Lusitano” (25/4/1922) e que mereceria uma atenção mais demorada, desiderato que não nos é possível atender nesta ocasião.

Do mesmo alcance do exposto anteriormente, é a eleição pela província do Algarve de três candidatos do IL, ainda nesse ano de 1918. As candidaturas de João Lúcio, deputado por Faro, e Xavier Cordeiro, Senador pelo Algarve, são anunciadas no “Diário Integralista da Tarde” a 23 e 24/4 e, no número do dia 30 do mesmo ano, vem anunciada a sua eleição juntamente com a de Francisco Bivar Weinholtz pelo círculo de Silves (de seu nome completo Francisco de Almeida Coelho de Bivar Weinholtz)¹². Não podemos esquecer que Xavier Cordeiro era o Presidente da Junta Central do IL à época, o que demonstra a importância da sua candidatura pelo “reino” do Algarve, local que possibilitaria a sua eleição, aliás, como veio a acontecer.

Por último, também neste ano da graça de 1918, encontramos a notícia de uma reunião de estudantes algarvios em Lisboa “onde se exalça o espírito regionalista” (14/2). Aqui são citados Jaime da Graça Mira, estudante de Ciências, Francisco de Albuquerque Rebelo, estudante de Direito (organizadores da citada

¹² Publicou *Memoria sobre a economia rural da 9ª Região Agronómica apresentada ao conselho escolar do Instituto de Agronomia e Veterinária pelo alumno agrónomo Francisco d’Almeida de Bivar Weinholtz*, Tavira, Typ. Burocrática, 1891 e “O Algarve sob o aspeto agrícola – Solo, clima e flora”, *O Algarve*, Outubro de 1902, artigos que não tiveram conclusão pois a revista suspendeu no número 4. Foi, várias vezes, eleito deputado pelo círculo de Silves e foi um dos primeiros propagandistas da Praia da Rocha, à data da sua morte, 16 de Novembro de 1940, testou o palácio ao município, lugar onde se instalaram, então, os serviços camarários, (MARRECA, *Correio do Sul*, 29/1/1976 e FRANCO, 1982: 315-316). Como nota de curiosidade, diga-se que Pequeto Rebelo publica, em 1 de Abril de 1922, um artigo em *A Monarquia* intitulado “O Algarve Agrícola”.

reunião), António Luís de Oliveira (que presidiu) e Manuel da Silva Ramos, estudantes de Direito, João Grade Cabrita Santos e José Manuel Neto de Meneses, estudantes de Medicina. São, ainda, nomeados os poetas algarvios João Lúcio, Cândido Guerreiro e Bernardo de Passos.

Por outro lado, não podemos deixar de fazer referência a uma carta, expedida por Artur Segurado, de Faro, de saudação do aniversário natalício do periódico (12/3) e a um texto de Mateus Moreno intitulado “Na capital algarvia” (8/4), sabemos que este era oficial do CEP, colaborador do periódico *Alma Nova* e “um regionalista inflamado”¹³.

Desse ano de 1918, é a notícia, propagada por Vilhena Mesquita na *História da Imprensa do Algarve*, de que o diretor do *Cruzeiro do Sul* de Olhão, Raul Pousão Ramos, adere ao IL. Ainda segundo a informação do autor, a declaração de adesão encontra-se no número 5 do periódico, com data de 4/10/1918. Porém, devido à inexistência deste jornal na BNP foi-nos impossível confirmar estes dados.

O final deste ano de 1918 foi também dramático para o integralismo algarvio, João Lúcio morreu a 27 de Outubro e com o final do regime de Sidónio (Dezembro de 1918) expira a missão no parlamento e no senado de Francisco Bivar Weinholtz e Xavier Cordeiro, este, que não era algarvio, vem também a falecer a 11 de Setembro de 1919.

O ano de 1919 é parco em notícias sobre o IL no Algarve, apenas deparamos, em *A Monarquia* de 20/9, com umas notícias muito genéricas de Tavira assinadas por C¹⁴. No ano seguinte, a mesma dose mas, neste caso, de Faro e sem qualquer inicial, 14/2, e, se excetuarmos o já referido a propósito de José Filipe Álvares, só temos mais uma referência ao Algarve: a constituição de uma Bolsa de Propaganda, que tinha propósitos de recolha de fundos, em Faro, em 12/8.

Contudo, o ano de 1921 vai ser copioso em notícias, começam estas com o anúncio da constituição no Núcleo D. Afonso III em Silves, 18/6, e prolongam-se nesse conjunto de artigos de excepcional qualidade de Francisco Fernandes Lopes (*Correio do Sul*, 26/6), escritos debaixo do tautológico e enigmático pseudónimo de Eu, rabiscando as suas notas Algures.

¹³ Sobre Mateus Moreno ver a nossa exposição intitulada “Mateus Moreno (1892-1970) e o regionalismo algarvio” no X Curso Livre de História do Algarve (2013), a publicar no próximo número dos *Anais do Município de Faro*.

¹⁴ Curiosamente, por isso não nos parece coincidência, a maior parte das notícias locais presentes em *O Nacional Sindicalista* vêm, também, assinadas por um C.

A produção destes artigos denotam logo duas ou três coisas que não podemos deixar de pôr em saliência.

Os artigos apelidados *Contra a epidemia do IL* são dirigidos aos jovens integralistas e têm como subtítulo, à maneira epistolar, “meu caro jovem integralista”. O que pode parecer uma contradição no meu discurso é o facto de ter usado o plural, jovens, quando o título, ou subtítulo, apenas menciona jovem no singular. Porém, se se tratasse apenas de um, para quê o incômodo de escrever vinte e quatro artigos, a que se junta mais meia dúzia sobre Renan e Fustel de Coulanges, ao longo de um ano, para refutar uma doutrina propalada por um indivíduo singular?¹⁵

Por outro lado, se não existe mais do que um, como se justifica o conceito de epidemia? Se há epidemia há contágio, se há contágio há difusão, logo, o vírus encontra-se disseminado entre a juventude algarvia. Ainda na mesma ordem de ideias, trata Francisco Fernandes Lopes, no primeiro artigo, de “você e outros jovens integralistas” e no seguinte da “virulência de alguns bacilos em Faro”, José Filipe Álvares seria, certamente, um dos visados, embora não fosse, nessa altura, propriamente um jovem.

Tudo isto pode permitir-nos alcançar a inferência de haver uma simpatia mais ampla pelos ideais do IL na província. No entanto, dados seguros apenas são os que se referem a Leão Ramos Ascensão, José Filipe Álvares, Francisco Bívar Weinholtz e Ivo Cruz. Estamos convencidos de que era a este último que eram as missivas endereçadas.

As razões são as que seguem: pelo facto de fazer parte das relações de Fernandes Lopes¹⁶, por em 13 de Dezembro publicar em *A Monarquia* uma Crónica Musical e em Janeiro de 1923 assinar um artigo no nº 7 da 2ª série da *Nação Portuguesa*, sendo, então, segundo esta lógica, por acção dele que o facultativo olhanense teria começado a receber o “Diário Integralista da Tarde”. Veja-se o que Lopes diz no artigo inicial:

“não sei se seria por sua indicação que me começou a ser enviada desde há já algumas semanas “A Monarquia”... Depois das nossas conversas aqui e da sua instância por que eu escrevesse, poderia logicamente supô-lo. Em todo o caso, como vim a saber que, por obra sua e de outros integralistas jovens, que aqui estiveram, o vírus começara a infestar ostensivamente a nossa província, acho necessário

¹⁵ Sobre os artigos (LOPES, 2009).

¹⁶ Vd. fotos de 1922 publicadas na *Fotobiografia de Francisco Fernandes Lopes*.

que se encete a *campanha sanitária* que a *epidemia* está a pedir, está a *gritar* mesmo, havendo, de resto, já *vítimas* tão altamente simpáticas como Você”, (LOPES, 2009: 31).

No entanto, aquilo que adquire maior significado é a constituição do Núcleo Afonso III, já anunciado a 18/6/1921, constituído definitivamente em Julho de 1921 (*A Monarquia*, 21/7/1921), nesse mesmo dia, refere-se a constituição das Juntas Municipais de Faro e Monchique, cujo representante é José de Mascarenhas Pacheco (*A Monarquia*, 15/5/1922). Nessa mesma data, anuncia-se a futura edição de um periódico intitulado *Ideia Nova*¹⁷, que foi dirigido por Fausto Santana (Presidente do Núcleo), sendo o editor Manuel Guerreiro da Costa (Secretário do Núcleo) e o secretário da redação Bernardo Jacinto Júnior.

Referências à *Ideia Nova* em *A Monarquia* são várias e vamos apenas listá-las: 5/9/1921, noticia-se a interrupção da publicação do jornal¹⁸, 19/12/1921, dá-se conta do seu reaparecimento e a 20 do mesmo mês, transcreve-se o artigo de Fausto Santana “A Falência Republicana”, com uma nova menção a 16/1/1922.

Convém, ainda, referir a alusão aos integralistas de Loulé¹⁹ (16/1/1922), à recomendação de voto no candidato legitimista por Faro, Domingos Pinto Coelho (8/7/1921), a referência ao candidato regionalista, também pelo círculo de Faro, Silvestre Ortigão (19/11/1921), a menção ao jornal *Ecos d’Arade* de Lagoa (25/11/1921) e à publicação, em Tavira, do periódico *A União Militar*, dirigido pelo Major Vasco Braz de Campos (9/1/1922). Para terminar, detetámos artigos, todos de 1921, de António Cabreira (26/7), Fausto Santana (9/8) e Domingos Pinto Coelho (19/8).

Talvez seja bom ficar por aqui e dedicarmo-nos, agora, aos militantes NS. Desde já, vamos procurar identificar alguns membros algarvios que, por uma razão ou outra, colaboraram com o jornal nacional *Revolução*, órgão do NS²⁰. A primeira menção que encontramos, assinada por Sebastião Martins dos Santos, diz respeito à constituição de um sindicato nacional-sindicalista em Vila Real de Santo António, o citado era empregado

¹⁷ Publicou 8 números, destes tivemos acesso a 7, não tendo sido possível consultar o nº inicial.

¹⁸ Segundo Lopes, o proprietário da tipografia era afeto ao partido democrático e não quis que o periódico aí fosse impresso.

¹⁹ Leão Ramos Ascensão era natural de Loulé e contava à época 18 anos (OLIVEIRA, 2012).

²⁰ Refira-se que só foi possível consultar na BNP do periódico *Revolução* os exemplares do nº 95, 1/7/1932 até ao nº 250, 31/12/1932.

nos transportes de passageiros do Rio Guadiana (*Revolução*, 30/7). De Silvino Augusto Leitão deparamos com “Do Nacionalismo Brasileiro” (onde refere os “patrionovistas” e o seu programa político, Jackson de Figueiredo, o Centro D. Vital e a Revista *Ordem*²¹), “Ainda o Fascismo” (aqui é tratado o aniversário do advento do fascismo em Itália e adesão dos intelectuais à “ideia nova”) e “Revolução da Ordem”, texto que analisa trabalho de João Ameal (1/10, 7/12 e 26/12, respetivamente) e de Garcia Domingues “O Trabalho e a sua dignificação” (29/12)²², os dois últimos artigos, de Dezembro, eram transcrições do *Nacional Sindicalista* de Faro.

No entanto, em relação aos filiados, temos notícias proporcionadas pelo próprio periódico nacionalista. De facto, no nº 5 de 15/1/1933, a propósito de um almoço de confraternização de nacionalistas, aos quais se juntaram elementos da União Nacional (UN), organizado pelo periódico, são especificados “os camaradas da região”. Embora seja uma tarefa ingrata e maçuda, vamos enumerá-los todos para se poder aquilatar da extensão do movimento NS no Algarve.

Desse modo, temos: Loulé – João Texugo de Sousa, José Firmino Filho, Joaquim Rodrigues Gonçalves, Domingues José de Almeida, João de Moura, Quirino Mealha, José Filipe de Sousa Vairinhos, António Luís Ramos Júnior e Manuel Martins Campina; Silves – Bernardo Jacinto Júnior, João da Cruz Carneiro de Almeida e Manuel Guerreiro e Costa; Lagoa – José Plácido Moniz Barreto, António Trindade Mascarenhas, Luís Figueiredo Mascarenhas, João Freitas Figueiredo Mascarenhas; Albufeira – Manuel Bentes Júnior, Álvaro Mateus Valoroso e Manuel Pacheco Castilho; Estombar – Luís de Mascarenhas Gaivão; Portimão – Frederico da Paz Mendes; Vila Real de Santo António – José Alexandre Palma; Tavira – major Vasco Campos e Sotero Martins; Lagos – António Januário Nunes e Francisco Corte Real. A estes juntaram-se Rodrigo de Sousa Pinto, Garcia Domingues, Eduardo Frias, capitão Manuel Alexandre (Presidente da comissão concelhia da UN), Sebastião Martins e os elementos vindos de Lisboa, António do Amaral Pyrrait, Dutra Faria, Pereira de Matos, Almeida Carvalho e Rui Vechy Celestino.

²¹ Jackson de Figueiredo, o Centro D. Vital e a Revista *Ordem* eram presenças assíduas nas séries iniciais da *Nação Portuguesa*.

²² Costa Pinto esclarece-nos que Domingues, abandonou o IL em 1931 (conforme confessa em carta a António Pedro), foi um dos fundadores do movimento NS enquanto membro da Junta Escolar de Lisboa (PINTO, 1994: 95-96 e 94 (nota 6)).

Foram ainda vistos, segundo o redator, o capitão Alves de Sousa, capitão Mateus, C. Lima, Cabral de Miranda, Ramos Bandeira, Virgílio Guimarães, José António Rodrigues, Alexandre Barbosa, Ângelo Cunha, José Delfino, João Delfino, Elmano Sousa Costa, Ciríaco Trindade, Artur Serrão e Silva, José Vaz Ramos Mascarenhas, Sebastião dos Santos, João de Brito, Artur Pereira, Paulo Joaquim de Brito, António Mendes Madeira Júnior, Manuel Mexia de Matos, Henrique Braz Leote, António Silva Gonçalves, Manuel de Mendonça Freitas, Silvino Leitão, José de Oliveira Serrano, Bento Viegas Louro, Eduardo Nobre, Valêncio Dias Bexiga, Luís Melo e Sabo, José da Piedade, Luís Gama Pinto, José Gomes Pacheco²³.

Para concluir, deve adicionar-se que o repasto foi complementado por um conjunto de discursos, tal como em Fevereiro tinha acontecido no Parque Eduardo VII e se seguiria no Porto e Coimbra, que convém fazer referência, embora que breve²⁴. O primeiro orador é o capitão Manuel Alexandre, seguindo-se, não sendo indicada a ordem, Cabral de Miranda, Eduardo Frias, Amaral Pyrrait, Garcia Domingues, que terá encerrado a sessão, e o capitão Maia Mendes, comandante da polícia de Faro. Acompanham-nos uma carta do Presidente da edilidade farense, Mário Lyster Franco e dois telegramas, um para Salazar do representante da UN e outro para Rolão Preto do diretor do *Nacional Sindicalista*²⁵.

Tudo isto não pode passar sem se fazer algumas considerações que me parecem necessárias. Desde logo, o facto de, se excetuarmos Olhão, estarem representados todos os concelhos mais populosos do Algarve²⁶, de seguida, a vinda da capital de alguns dos mais ativos elementos NS, por exemplo, Dutra Faria, Amaral Pyrrait ou Vechy Celestino, por último, o conjunto significativo de “camaradas” reunidos no banquete.

Por outro lado, como atestado do significado do ágape, tenha-se em conta os dois Editoriais publicados pelo órgão nacional do NS. Um, no dia 12/1, da

²³ Por razões óbvias, foram, apenas, assinalados os “camaradas” que faziam parte da estrutura castrense.

²⁴ Todos os discursos foram extratados no citado nº do *Nacional Sindicalista*.

²⁵ Reza o primeiro: “Elementos da União Nacional e Nacionais-Sindicalistas reunidos em almoço confraternização nesta cidade de Faro, saúdam V. Ex^a como Presidente da União Nacional” e o outro: “Elementos da União Nacional e Nacionais-Sindicalistas reunidos em almoço confraternização nesta cidade de Faro, saúdam em V. Ex^a o Chefe do Nacional-Sindicalismo”.

²⁶ No entanto, não vamos averiguar se nos “ainda vivos” estaria ou não algum natural de Olhão, dada a proximidade das duas localidades tal não seria impossível.

responsabilidade de Dutra Faria, intitulado “Em Faro”, onde se relatam os acontecimentos, por sugestão de Rolão Preto, que, ao os ouvir, confessou que tinham de ser publicados em “letra de forma”. Pois, confessa Faria, “no Algarve, se passou na verdade qualquer coisa de novo, de absolutamente novo, de inteiramente inédito na monotonia e na escura tristeza da vida nacional”. O outro, dois dias depois, da autoria de Amaral Pyrrait intitulado “Fé Nacionalista” onde compara o banquete à parada de Camisas Azuis em Alenquer, ao desfile de estudantes em Lisboa e, mesmo, à “célebre sessão do Coliseu”. Tudo isto se deve ao facto de o autor ter tido vários motivos de contentamento na sua vida política e ter “assistido por vezes a manifestações esplêndidas de Fé Nacionalista, mas não encontro nenhuma que se possa comparar à festa de confraternização dos nacionais-sindicalistas do Algarve” e, termina, aclamando “o exemplo admirável dos algarvios” (*Revolução*, nº 260 e 262: 1). Tudo isto porque era voz corrente que “onde está um alentejano – está um bolchevista. E onde está um algarvio – está um jacobino” (nº 260: 1).



Figura 1 Os nossos camaradas da «Revolução» acompanhados de alguns nacionalistas de Faro

Na fila de baixo, da esquerda para a direita, estão representados: Sebastião Martins, Dutra Faria, Almeida Carvalho, Mário Lyster Franco, R. Sousa Pinto, Pereira de Matos, Amaral Pyrrait e Garcia Domingues. Na de cima,

no mesmo sentido, encontram-se: um tipógrafo do *NS*, Eduardo Frias, outro tipógrafo do *NS*, José Pacheco, José Serrano, Gama Pinto (coronel), Silvino Leitão, Ciriaco da Trindade, Alexandre Barbosa e H. Braz Leote (*Revolução*, nº 261, 13/1/1933: 1)²⁷.

No nº 14 de 19/3/1933: 5, ainda temos informe de mais algumas adesões: Joaquim Robespierre Batél, serralheiro mecânico, Ângelo Cunha, estudante liceal (Faro); José Monteiro, empregado comercial, Joaquim Madeira Santana Engrila, pintor de construção civil, Manuel Gonçalves dos Santos, “chauffeur”, Jaime dos Santos, carpinteiro, António Audaz Júnior, pedreiro (Albufeira); Alfredo de Jesus, sapateiro, Salvador Gomes Vilarinho, proprietário (Silves); Américo da Cunha Parreira Faria, guarda-livros (Tavira)²⁸.

4. O NACIONAL SINDICALISTA DE FARO

Eis-nos, assim, chegados à última parte desta investigação, a análise do periódico Nacional-Sindicalista algarvio. Antes de mais, alguns dados sobre a publicação: conheceu três diferentes diretores, Rodrigo de Sousa Pinto do nº 1, 18/12/1932 ao nº 8, 5/2/1933; Garcia Domingues do nº 9, 12/2 ao nº 16, 2/4; Eduardo Frias (antigo colaborador de *A Batalha* e *Renovação*, periódicos anarco-sindicalistas) do nº 17, 9/2 ao nº 24, 11/6. O editor e proprietário foi sempre Henrique Braz Leote, que também colaborou no periódico e, a partir do nº 9, o administrador foi Eduardo P. Nobre, do nº 9 até ao nº 13, o jornal contou com um chefe de redação: Eduardo Frias.

Segundo Costa Pinto, o periódico “excedia em qualidade informativa e de propaganda a restante imprensa regional do movimento. Era mais ideológico e cultural, sendo a marca do fascismo internacional mais visível” (PINTO, 1994: 100). Só temos algumas reservas ao facto de lhe chamar cultural, pois, a incipiente página literária com duas críticas a obras de Almada Negreiros e João Ameal, de Garcia Domingues e Silvino Augusto Leitão, respetivamente, adicionando a poucos excertos poéticos e uma pueril novela política de Eduardo Frias, não transformam o hebdomadário numa publicação cultural.

²⁷ Agradeço ao Dr. Luís Sá da BNP a consulta dos três citados números de *Revolução* que, como foi atrás referido, não estão acessíveis à leitura.

²⁸ Constate-se que é a primeira vez que aparecem, junto com os filiados, as suas profissões, o que denota que somente por esta altura o movimento começasse a ter penetração entre as classes trabalhadoras, o que não será alheio o aparecimento da página do operariado, a partir do nº 15 de 26/3/1933, da responsabilidade de Eduardo Frias e que ainda analisaremos mais à frente.

Além dos já citados e mais ativos colaboradores, a saber, Garcia Domingues, Eduardo Frias e Rodrigo de Sousa Pinto, o periódico contou com mais de três dezenas de colaboradores, alguns dos quais apenas assinariam uma peça, os que revelaram maior assiduidade são: Henrique Braz Leote, Cabral de Miranda, João V. Claro (obviamente um pseudónimo, se não for uma coincidência), António S. Gonçalves, Rui de Montever, Frederico Ramos Mendes, Francisco do Carmo Costa, G. P. (o que poderia ser gralha, pois muitas vezes o arabista assina G. D., no entanto, ocorre quatro vezes o que, no mínimo, parece estranho), José Filipe Álvares, Silvino Augusto Leitão e Vasco Marim que tem uma rubrica intitulada “Cartas de Lisboa”. A tudo isto temos de juntar a, embora pouco frequente, colaboração dos doutrinadores de *Revolução*, estão neste caso: Luís Forjaz Trigueiros, António Amaral Pyrrait, Dutra Faria, António Lepierre Tinoco (o homem que dirigia as páginas orientadas ao operariado), Rolão Preto (extratado o célebre “Isto vai por Deus”, no seguimento da euforia dos banquetes, o do Parque Eduardo VII aparece no nº 11) e António Pedro.

Como não é possível dar conta de todos os artigos de fundo do periódico nacional-sindicalista, fizemos uma análise sistémica e dela extrairemos aqueles que nos parecem mais relevantes. É escusado dizer que como análise sistémica, não sei se não deveria chamar-lhe análise de qualidade porque hoje tudo se reduz à terminologia empresarial (os cursos na universidade são descontinuados, como se tratasse de uma linha de produção), engloba a sua devida dose de subjetividade, isto é, de aleatoriedade consciente.

Desse modo, teremos de ter em conta o editorial do nº 1, intitulado “Nova Trincheira. Queremos a nação organizada social, económica, administrativa e espiritualmente em moldes humanos e justos” da responsabilidade do diretor, R. Sousa Pinto. Nesta peça, reafirmam-se os ideais nacionais-sindicalistas e, abstraindo o libelo belicista, identificam-se os inimigos da Nação, o internacionalismo proletário e maçónico.

Nessa ordem de ideias, condensa os princípios do NS, sem se esquecer de fazer uma profissão de fé no governo da ditadura, expostos por Rolão Preto na sua obra, de que já fizemos referência, *Nacional Sindicalismo*, a saber,

I – **Portugal é eterno**; a Pátria é uma realidade imposta pela Terra, pelo Clima, pela Língua, pelos Costumes, pela Raça e pela História; é uma realidade

económica indispensável à vida humana social económica e política; II- **O Equilíbrio Social Português** e a **Justiça** equitativa na Vida dos Portugueses dependem exclusivamente de uma **Orgânica Nacional** definida na **Autoridade** forte independente e na **Nação Organizada** através dos seus grupos administrativos, sociais e económicos; III –A **Família** indissolúvel, protegida e dignificada, é a primeira célula social e tem de ser a base da organização administrativa descentralizada e fiscalizada da Freguesia, do Município e da Província; IV - O **Trabalho** é um **Dever** Nacional – Trabalho da Inteligência e da Técnica, da Propriedade, do Capital e da Mão-de-obra. O Trabalho tem de ser organizado nos **Sindicatos Profissionais** pela **Sindicalização Obrigatória** de todos os Trabalhadores; V – **Tudo é Produção**. A Produção tem de ser o conjunto orgânico de todos os elementos que para ela concorrem. A Produção tem de ser organizada e coordenada pelo **Corporativismo**; VI – A **Propriedade privada** e o **Capital privado** têm uma função social imprescindível como a **Técnica** e a **Mão-de-obra** têm a sua; **Possuir** é um **Direito natural** – mas é necessário que a **extensão** da **posse** seja **definida** e **limitada** em função da sua utilidade social; VII – A **Economia Nacional** pública e privada tem de ser disciplinada e orientada pelo **Estado Técnico** que deve dirigi-la e intervir nela sempre que essa necessidade se imponha para o bem comum e coletivo; VIII – Os **Grandes Meios de Produção** têm de ser **nacionalizados** sempre que essa necessidade se imponha ao bem comum e coletivo, ao equilíbrio e justiça social; IX – A **Assembleia Nacional** tem de ser unicamente constituída pelos representantes dos Municípios, das Províncias, pelo Conselho da Economia Nacional e por delegações das forças morais e espirituais da Nação; X – O **Estado** tem de **confundir-se** com a **Nação**. O **Estado Nacional Sindicalista** será um **Estado de Trabalhadores e só de Trabalhadores** (*O Nacional Sindicalista*, nº 1, 18/12/1932: 3).

Além disso, também se acrescenta, umas páginas à frente, que o Nacional-Sindicalismo é “Anti-Comunista; Anti-Liberal; Anti-Democrático; Anti-Burguês; Anti-Capitalista; Anti-Conservador; Familiar; Municipalista; Regionalista; Sindicalista; Corporativista; Representativo; Autoritário; Nacionalista e Revolucionário” (*O Nacional Sindicalista*, nº 1, 18/12/1932: 6)²⁹.

²⁹ Duas pequenas notas, apenas, para salientar, em primeiro lugar, o “descubra as diferenças” entre o programa NS e aquele que o Estado Novo vai implementar, aliás, essa será uma característica deste periódico, a sua quase “colagem” à situação saída do 28

Prosseguindo a nossa análise, outros factos merecem, do mesmo modo, referência. Estão neste caso, o elogio a Hitler, definido como símbolo da Alemanha Nova, na secção internacional, nesse capítulo, veja-se o seguinte exemplo: “Hitler, grande animador de multidões, encarnação perfeita de uma geração que ama e quer a luta, de uma geração que pretende ardentemente derrubar os mitos, destruir os sofismas do passado para os substituir pelas realidades magníficas do Nacionalismo” (*O Nacional Sindicalista*, nº 1, 18/12/1932: 2).

Este não é exemplo único, veja-se, desde logo, o nº 4, 8/1/1933: 1, mas, também, o editorial do nº 8, da responsabilidade de Garcia Domingues, intitulado “A vitória de Hitler é a vitória da Nação”, onde atesta que: “a nação alemã possui enfim o chefe que na sua alma e na sua vida sintetiza o sentir da alma nacional”, (5-2-1933: 1) e o elevado encómio de Sousa Pinto que confessa ter “uma grande admiração pelo atual Chanceler do Reich”, (nº 23, 28/5/1933: 2). No entanto, deve confessar-se que já Medina e Costa Pinto tinham chamado a atenção para este facto (vd. MEDINA, 1978: 122 e PINTO, 1994: 135).

Dois outros apartados merecem, na mesma ordem de ideias, a nossa atenção. Ambos surgem, embora de modo embrionário, neste número inaugural, referimo-nos aos segmentos dedicados ao operariado e ao mundo feminino. O primeiro numa peça intitulada “A questão social, palavras aos operários”, onde começa com um paradoxal “não pretendemos captar os operários” e apenas se reclama, para os obreiros, justiça (nº 1: 4)³⁰; o subsequente, num apelo intitulado “Às senhoras da nossa terra” por um tautológico EU (nº 1: 6) e que, no número seguinte, produz “A Mulher, a Cultura e o Lar” (nº 2: 4)³¹.

Como Costa Pinto já tinha chamado a atenção, não podemos deixar de iniciar este secção sobre o

de Maio, a seguinte, para chamar a atenção para esta última parte do programa e o ideário da *Ordem Nova*, revista do IL dirigida por Marcelo Caetano e Albano Magalhães, a saber, “Revista Anti-Moderna, Anti-Liberal, Anti-Democrática, Anti-Burguesa e Anti-Bolchevista. Contra-Revolucionária; Reaccionária, Católica, Apostólica e Romana; Monárquica; Intolerante e Intransigente; Insolidária com Escritores, Jornalistas e quaisquer Profissionais das Letras, das Artes e da Imprensa”. Importa referir que o texto “Carta de Lisboa”, de Vasco Marim, reafirma, num estilo e lógica diferentes, os principais princípios NS.

³⁰ Tal coluna dedicada ao operariado não seria de estranhar por dois motivos, desde logo, pela particularidade de sindicalista do movimento NS, depois, por militar nas suas fileiras um antigo dirigente anarco-sindicalista, Eduardo Frias.

³¹ Embora se anuncie que colaboraram duas senhoras algarvias neste primeiro número (nº1: 8), temos alguma dificuldade em ver o apelo, não a peça seguinte, escrito por mão feminina, no entanto, trata-se, apenas, de uma intuição não passível de confirmação.

sindicalismo sem fazer referência à carta que Eduardo Frias dirige ao antigo diretor de a *Batalha*, Alexandre Vieira, que, numa entrevista ao *Diário de Lisboa*, tinha desferido um ataque às hostes NS (PINTO, 1994: 123).

De facto, Frias enceta o artigo de um modo bastante cordial relembando velhos tempos juntos e confessando que vê nele um homem coerente “com as suas ideias e não um espírito capaz de se deixar vencer pela inferioridade do gesto do palavrão deslocado”, mas, e há sempre um mas, a questão é que essas ideias “assentam sobre um fundo falso” (nº 10, 19/2/1933: 4).

Prossegue atestando que aquilo que Vieira pede para os operários é o que ele também pugna: Justiça. Porém, ao contrário daquilo que ele julga, o altar e o trono sempre tiveram esse desiderato e foi o liberalismo, de que o marxismo é um derivado (como Mestre Sardinha já tinha explicado), que subverteu tudo. Conclui que o resultado do marxismo e do internacionalismo é “a organização do terror e a utilização de todos os meios, despopulação, ódio à Pátria, ateísmo, guerra à família, espionagem, corrupção, para reduzir a civilização ocidental a um montão de ruínas” (nº 10: 4).

Não é possível deixar passar em claro o tom maniqueísta que perpassa todo o arrazoado de Frias, a dicotomia falso/verdadeiro e desordem/ordem explica toda a lógica subjacente ao texto, levando-me a atestar que me parece, à falta de melhor opinião, uma variante cordial do “palavrão deslocado”, que o ex-anarco-sindicalista asseverava não ter intenção de utilizar.

Se excetuarmos uma coluna dirigida ao operariado (nº 7, 30/1/1933: 2; nº 8, 5/2/1933: 4; nº 14, 19/3/1933: 3; nº 15, 26/3/1933: 3; nº 16, 2/4/1933: 3; nº 18, 16/4/1933: 3; nº 19, 23/4/1933: 3; nº 20, 30/4/1933: 3; nº 23, 28/5/1933: 7 e nº 24, 11/6/1933: 4) onde se defende, grosso modo, que, como clama o artigo do nº 8, os operários “com a vossa cegueira e desorientação só tendes vitoriado os vossos algozes” (nº 8: 4), isto é, o anarco-sindicalismo/socialismo/comunismo/liberalismo, etc. e um incipiente “Jesus operário” de Frei Joaquim (nº 2, 24/12/1932: 8), há um texto de que convém dar notícia, e é a empreitada que levamos, de seguida, a cabo.

O texto, como já vimos, mereceu honras de republicação no órgão nacional do movimento NS. Falamos da peça, da autoria de Garcia Domingues, “O trabalho e a sua dignificação”, presente no segundo número. Inicia, para não variar, com a ideia de que a economia marxista vê o trabalho como puramente

material, como mercadoria e “se parte do proletariado volta hoje a sua atenção para o comunismo isso deve-se ao *prestígio puramente mágico dessa ideologia*” (nº 2: 5, o itálico é nosso). Se Domingues tivesse lido com atenção o texto de Sardinha “Ordem Nova”, já aqui aludido, acrescentaria mais, que o marxismo, tal como o liberalismo, acentua o valor do indivíduo e esquece a pessoa, base da organização social IL/NS.

Esta asserção não pode deixar de ser comentada: “valor mágico”? Algo tem ou não valor e toda adjetivação é dispensável, principalmente aquela que põe nos desígnios insondáveis uma doutrina que pugna, como os NS não se cansam de nos dizer, por algo que é “puramente material”.

Ora bem, qual é a solução do arabista? Para ele o trabalho tem um valor “espiritual”, “moral”, “sagrado”, “é uma lei divina” e o operário é, está bom de ver, obrigado a “desenvolver uma atividade incessante para garantir as necessárias condições de vida” (nº2: 5), a que se chama trabalho e, nessa ordem de ideias, “o operário nasceu para trabalhar e por meio do trabalho contribuir para a prosperidade da sua pátria. Essa é a sua missão, essa também a sua grandeza” (nº 2: 5, 8). Logo, com o efeito da magia que se nega aos comunistas, o operário já não é escravo (como no comunismo e no capitalismo), porque é impossível escravizar quem “nasce para trabalhar” para a grandeza da Nação.

No que se refere à coluna feminina, além dos dois textos já referenciados, encontramos segmento dedicado no nº 8: 7; nº 11: 7; nº 15: 7 e nº 17: 4, no qual colaboram Anemaria (aparece, ainda, AnaMaria),



Figura 2. Um grupo de raparigas «camizas azuis» no banquete de homenagem ao Dr. Rolão Preto

Elizabeth Lezeur (também aparece Isabel Leseur, que parece uma variante da primeira), Brígida (uma espécie de conto), Rosa Maria, Paula de Niza (“A mulher nacional-sindicalista”), M. E. T., Elisa Santos, Uma Balila, ou seja, criança filiada no movimento dos camisas negras ou azuis, neste caso particular (um apelo) e um soneto de Virgínia Vitorino.

Se quiséssemos sintetizar todas estas páginas em duas ou três frases seria, relativamente, simples, pois a reivindicação da mulher nacional-sindicalista é realizar na família aquilo que os homens pedem para a sociedade em geral, isto é, instituir a ordem, a autoridade, o amor pela pátria e pelo divino, sem entrar pelo caminho de sufragismo ou feminismo. Não seria este o ideal de formação da mulher no salazarismo? Digno de referência particular, apenas uma tentativa de definir o papel, do ponto de vista moral, da mulher na antiguidade, da autoria de Elisa Santos (nº 15: 7 e nº 17: 4)³².

Um último assunto nos vai ocupar, pois esta análise já vai longa, a quase identidade de opiniões do movimento NS algarvio e as orientações do Estado Novo nascente. Podíamos começar por salientar, seguindo a sugestão de Costa Pinto, que o hebdomadário só conseguiu autorização para ser publicado graças à intervenção do Capitão David Neto (PINTO, 1994: 170), natural do Algarve e um dos militares em destaque no 28 de Maio, oficial que é sempre referido de maneira elogiosa na publicação.

No entanto, não podemos olvidar que, aquando do repasto já reportado, a ligação entre os NS e a UN parecia bastante sólida. É, do mesmo modo, exemplo disso o editorial do nº 4, da autoria de Garcia Domingues, intitulado “A União dos Nacionalistas Algarvios”, onde se faz a propaganda do banquete e se apela à união de todos os nacionalistas. Mas mais claro que tudo, é a peça “Duas políticas com a mesma finalidade”, também da autoria do arabista de Silves, onde a conformação com o Estado Novo e, mais significativo, com a Constituição é deveras evidente (nº 12: 1), a que se pode juntar o acolhimento NS aos ministros do Interior e do Comércio e Agricultura (nº 12: 1, 4-5, respetivamente).

Tenha-se, do mesmo modo, em atenção a seguinte passagem: “está constituída sob a alta direção da prestigiosa figura do Dr. Oliveira Salazar a *União*

³² Tarefa que terá, certamente, ficado incompleta pelo fim da publicação, pois a autora planeava, pelo menos, chegar ao cristianismo.

Nacional, organização política em que cabem todos os portugueses, sejam eles republicanos ou monárquicos, desde o momento que obedecem absolutamente ao ideal nacionalista comum” (nº 12: 1). Veja-se, de modo similar, o nº 13: 1, 3-4, “A razão do meu voto” de Sousa Pinto (nº 14: 1) e “Jornadas em Pró do Estado Novo” (nº 14: 4-5), por último, mas não menos importante, o Elogio a Salazar por Cabral de Miranda (nº 7: 4)³³.

Na mesma ordem de ideias, não podemos deixar de chamar a atenção para o conjunto de artigos, na data homónima, dedicados às forças estacionadas no Algarve no movimento de 28 de Maio. Narra-se a ida do 3º Batalhão do 33, estacionado em Lagos e comandado pelo Capitão Leonel Vieira, que, como recompensa do seu esforço, foi nomeado o primeiro governador civil do Algarve, a que se juntaram, posteriormente, as tropas de infantaria 4, originárias de Tavira, lideradas pelo Major Pacheco. São, ainda, publicadas fotos do Coronel Gama Pinto, comandante militar de Faro e de Ramalho Ortigão, o segundo governador civil após o 28 de Maio e Presidente da Comissão Distrital da UN do Algarve (nº 23: 4-5, 8).



Figura 3 Grupo dos oficiais revolucionários que, no Algarve, deram início ao patriótico movimento de 28 de Maio e continuam a vigiar pelo cumprimento dos princípios que o nortearam,

³³ É de bom-tom confessar que Costa Pinto também chama a atenção para esta conexão SN e UN, (PINTO, 1994: 214).

Da variada colaboração dos periodistas da capital que, em geral, pouco acrescentam aquilo que já se constatou, escolhemos o texto de Dutra Faria, “O Significado do Banquete do Parque”. Nesse fragmento de oratória, declara que o movimento NS não se reduz a um movimento ideológico sem qualquer conteúdo prático, à imagem da *Action Française*, ou do IL adiciono eu. No seguimento da mesma lógica, vai dividir o nacionalismo em defensivo e ofensivo, sendo que a AF e o IL fazem parte do primeiro e o NS do segundo, logo, este último nacionalismo é um nacionalismo de combate, de revolução permanente, de trincheira, fazendo alusão ao editorial de Sousa Pinto, onde até os poetas, o exemplo é Marinetti, “escrevem versos a tiro de revólver”. Em conclusão, foi esse o conteúdo do Banquete do Parque, refeição onde o chefe NS proclamou que, caso fosse necessário, juntaria “cinco mil camisas azuis”, o que, não parece haver dúvida, é um número expressivo de “camaradas” (nº 11: 1).

Não poderíamos terminar sem uma nota de curiosidade, consiste esta no anúncio da Casa Portugal que transcrevo na íntegra: “São clientes da **Casa Portugal**, Republicanos, monárquicos, comunistas e Nacionais-Sindicalistas para CAMISAS E TRINCHEIRAS” (nº 12: 2). Nada mais nos resta que manifestar que não há como a latitudinidade político-comercial!

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

BARREIRA, Cecília (1981), “Sindicalismo e integralismo: o jornal «A Revolução» 1922-23” in *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 3.º-4.º: 827-838.

FERRÃO, Carlos (1976), “A História secreta do fascismo português” in *Diário Popular*, nº 12076 a 12081, 3/11 a 9/11.

FERRÃO, Carlos (1977), “O golpe de estado dos fifis I e II” in *Diário Popular*, nº 12205 e 12206, 11/4 e 12/4.

IDEIA NOVA, Silves (1921).

MARRECA, Cândido (1976), “Francisco de Almeida de Bivar Weinholtz”, *Correio do Sul*, nº 2951 de 29/1/1976.

MONARQUIA (A), Diário Integralista da Tarde, Lisboa (1917-1925).

NAÇÃO PORTUGUESA, 2ª e 3ª série, 1922-1923 e 1924-1925.

NACIONAL SINDICALISTA, Faro (1932-1933)

OLIVEIRA, A. Paulo Dias (2009), “Da filosofia política à cultura nacionalista. A segunda série da *Nação Portuguesa* (1922-1923) in *Cultura*, II série, Volume 26: 155-171.

OLIVEIRA, A. Paulo Dias (2012), “Leão Ramos Ascensão e o Integralismo Lusitano” in *Cultura*, II série, Volume 29: 237-262.

PRETO, Rolão (1921), “Ano Social” in *A Monarquia*, nº 859, 3/1/1921.

PRETO, Rolão (1922), “Crónica Social”, nº 1, 4 e 6, Julho, Outubro e Dezembro: 33-36, 171-173 e 273-276.

PRETO, Rolão (1923), “Crónica Social – Tomando a altura do Sol - A curva duma decadência - Nacionalismo a mais e nacionalismo a menos - A quinta-essência do Nacionalismo é o Integralismo Lusitano, nº 1196, 5/4/1923.

PRETO, Rolão (1923), “Vamos a isto! Os triunfos do fascismo e de Primo de Rivera aproximam a hora resgatadora do luzismo”, *A Monarquia*, nº 1197, 26/10/1923.

REBELO, J. Pequito (1922), “A Filosofia de Valois” in *A Monarquia*, nº 1170, 5/4/1922.

REDAÇÃO, “Orientações” (1926), *A Reconquista*. Revista de Política Nacional, órgão da Cruzada Nun’Álvares e das Ligas Operária e Académica do Condestável, 1/4/1926.

REVOLUÇÃO, Lisboa (1932-1933).

SARDINHA, António (1922), “Ordem Nova”, *Nação Portuguesa*, 2ª série, nº 1.

SARDINHA, António (1923), “Mais longe ainda!”, *Nação Portuguesa*, 2ª série, nº 12.

SARDINHA, António (1924), “A Crise do Estado”, *Nação Portuguesa*, 3ª série, nº 1.

SARDINHA, António (1925), “Nos átrios da Cidade-Nova”, *Nação Portuguesa*, 3ª série, nº 7-8.

BIBLIOGRAFIA

ÁLVARES, José Filipe (1917), *Algumas palavras sobre a prophylaxia da tuberculose em Portugal – Complementos aos estudos publicados no jornal O Algarve*, Évora, Minerva Comercial.

BARBOSA, José Plácido Machado (1940), *Para além da Revolução... a Revolução. Entrevistas com Rolão Preto*, Porto, s/e (As entrevistas foram publicadas, originalmente, no periódico *Voz de Portugal*, órgão da colónia portuguesa do Brasil).

FERREIRA, Jacinto, (1991), *Integralismo Lusitano, uma doutrina política de ideias novas*, Lisboa, Cultura Monárquica.

FRANCO, Mário Lyster (1982), *Algarviana. Subsídios para uma bibliografia do Algarve e dos autores algarvios*, Vol. I A-B, Faro, C. M. Faro.

KRAUSE, K.C.F (1985), *Ideal de la Humanidad para la vida*, Barcelona, Ediciones Orbis.

LOPES, Francisco Fernandes (2009), *Medicina e História. Contra a epidemia do integralismo lusitano, cartas a um jovem integralista*, Introdução e Organização de A. Paulo Dias Oliveira, Faro, Universidade do Algarve.

MARTINS, Hermínio (1978), "Portugal" in WOOLF, S. J. (Coordenação), *O fascismo na Europa*, Lisboa, Editora Meridiano, 421-467.

MEDINA, João (1977), "Os primeiros fascistas portugueses. Subsídios para a história ideológica dos primeiros movimentos fascistas em Portugal anteriores ao nacional-sindicalismo. Estudo antológico" in *Vértice*, Vol. XXXVII, nº 400-401, Set.-Out., 591-659.

MEDINA, João (1978), *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-sindicalismo a história dum conflito 1932-1935*, Lisboa, Livraria Bertrand.

MESQUITA, José Carlos Vilhena (1988-1989), *História da Imprensa do Algarve*, 2 Volumes, Faro, CCRA.

MUSSOLINI, Benito (1937), *A Doutrina do Fascismo*, Firenze, Vallecchi Editor.

PINTO, António Costa (1994), *Os camisas azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945*, Lisboa, Editorial Estampa.

PRETO, Rolão (2015), *Obras Completas*, II Volumes, Organização e Introdução de José Melo Alexandrino, Lisboa, Edições Colibri.

PRETO, Rolão (s/d), *Nacional Sindicalismo*, Estudos Sociais, 2ª edição, Lisboa, UP.

SANTOS, Cristina Fé (2006), *Sanatório Vasconcelos Porto. São Brás de Alportel*, Lisboa, D. Quixote.

STRUGATSKY, Arkadi e Boris (1983), *Prisioneiros do Poder I e II*, tradução de Eurico da Fonseca a partir da versão em língua inglesa, Lisboa, Livros do Brasil. É de salientar que a obra conta com um prefácio de Theodore Sturgeon, autor do magnífico conto "Não olhes agora".

SULIS, Edgardo (1941), *Mussolini e il Fascismo*, Roma, IRCE.

Créditos Fotográficos: Nacional Sindicalista de Faro.

Escolas de formação de professores do ensino primário no Algarve¹

João Sabóia

As escolas de formação de professores para o denominado ensino primário, ou ensino das primeiras letras, como por vezes eram designadas, tiveram no Algarve uma primeira e breve experiência com a implementação da Escola Normal Primária e de Ensino Mútuo do distrito de Faro.

Nestas escolas o ensino mútuo consistia “(...) na comunicação recíproca da instrução por meio do ensino dos discípulos que sabem mais aos que sabem menos, debaixo da direcção e inspecção do Professor.”² (CONDE, 2005, p. 121, 133).

Este era um método de ensino que fazia caminho na Europa e que permitia a um único professor ensinar um grande número de alunos, ao mesmo tempo que “Os discípulos da dita escola, que unirem aos seus estudos idoneidade, aptidão e os mais requisitos para o magistério de primeiras letras, preferirão, em igualdade de merecimento, nos concursos para o provimento de tais cadeiras régias.”³ (CONDE, 2005, 6, p. 122-123).

Em Portugal este método foi expandido em 1836 através do Decreto de 15 de novembro de 1836, como recorda Maria Teresa Barros Conde:

Passos Manuel decreta que as escolas de ensino simultâneo se devem converter em escolas de ensino mútuo, sempre que tal seja possível (art.º 2.º, § 2.º) e, para preparar os mestres de primeiras

¹ O presente artigo tem por base a investigação realizada no âmbito do projeto “Escolas de Formação de Professores em Portugal: História, Arquivo, Memória, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. PTDC/CPE-CED/100797/2008. Instituição: Instituto da Educação da Universidade de Lisboa. 2010. Inspirando-se no produto do referido projeto: SABÓIA, 2012, p. 249-286. O texto segue o acordo ortográfico.

² Directório das Escolas Primárias de Ensino Mútuo, 1843: 1 (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço nº 3535).

³ Decreto de 11 de setembro de 1824.

letras, determina a criação, nas capitais dos diferentes distritos administrativos do Reino, de uma escola de ensino mútuo com funções simultâneas de escola normal (art.º 5º). (CONDE, 2005, 6, p. 120).

É com base neste decreto que é implementada na cidade de Faro a Escola Normal Primária e de Ensino Mútuo, que exerceu a sua atividade de 1837 a 1846, com dois professores, tendo, a partir de 23 de julho de 1841, instalações no edifício do Seminário de S. José ⁴.

O funcionamento da escola foi sempre precário, já que faltaram permanentemente os recursos pedagógicos, materiais e financeiros que impediam a aplicação do método de ensino mútuo, tal como exprimiu, em carta de renúncia de 7 de agosto de 1838, o professor João Ferreira Jervis Júnior:

(...) em consequência de se me não terem prontificado até agora os meios de que carecia para entrar no mesmo ensino, pelo Método Simultâneo ou Mútuo: e atendendo ao atraso em se acham os professores públicos e a não haver quaisquer recursos de que se possam servir para obterem os tão necessários meios de que precisam para a própria subsistência (...). (PALMA, *apud* 2015, p. 75-77).

Também o professor Domingos António Pacheco, em relatório anual de 1842, se queixa dos mesmos problemas e da dificuldade em adotar o método.

A atividade da Escola Normal Primária e de Ensino Mútuo de Faro foi definitivamente suspensa em outubro de 1846⁵.

As escolas utilizando o método de ensino mútuo e funcionando, ou não, como escola normal, vão ser legalmente extintas em Portugal pelo Decreto de 14 de dezembro de 1869, cujo relatório afirmava:

As escolas (...) de ensino mútuo, que deviam também reunir a condição de escolas normais, não satisfizeram nunca a esta parte, a mais importante da sua missão, talvez porque lho vedara a exiguidade de meios e de organização de que foram dotadas, nesta primeira tentativa de introduzir o ensino pedagógico nos domínios da instrução popular. (CONDE, 2005, 6, p. 132).

O ensino normal só começa verdadeiramente a estruturar-se na 2.ª metade do século XIX, no entanto, a tradição vinda do pombalismo dos exames de

⁴ PALMA, 2015, p. 75-77.

⁵ PALMA, 2015, p. 75-77.

habilitação para a profissão de professor continuará parcialmente vigente até ao início do século XX⁶.

Estes exames de habilitação foram perdendo credibilidade, tal como se depreende no preâmbulo do Decreto de 22 de dezembro de 1894: “A habilitação atualmente adquirida por exame perante as comissões distritais é suprimida em rasão da experiência ter comprovado a facilidade da sua aquisição e a sua insuficiência por falta de prática de magistério.”

Esses exames eram anunciados através de editais afixados em lugares públicos, como se constata num dos exemplos retirados do *Registo da correspondência da Junta Escolar do Concelho de Faro*:

N.º 5, Dezembro 1881 – Delegado Paroquial de S. Braz, Estoí, St.ª Barbara e Conceição.

No interesse do ensino primário, cumpre-me rogar a V. Ex.ª a benevolência de mandar afixar na porta da Igreja matriz, d’essa freguesia o incluso edital, que diz respeito ao prazo e modo porque devem ser dirigidos ao Inspector os requerimentos para os exames de habilitação para o magistério primário elementar e complementar d’ambos os sexos. Deus Guarde a V. S.ª Faro, 23 de Dezembro 1883.

O Presidente J. Francisco Guimarães. [Bacharel formado em direito e Presidente da Junta Escolar do concelho de Faro.].

Em 1897, pelo Decreto de 25 de novembro, da Direção Geral da Instrução Pública, foi decidida a instalação em Faro da Escola de Habilitação para o Magistério Primário, que exerceu funções de 1899 a 1919. Durante os 26 anos seguintes, o Algarve não terá nenhuma escola de formação de professores até à implementação da Escola do Magistério Primário, em 1945, cuja atividade durou até ao ano de 1988.

ESCOLA DE HABILITAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO PRIMÁRIO (1899-1919)

O Decreto de 25 de novembro de 1897 determinava que na cidade de Faro fosse

(...) organizada uma escola de habilitação para o magistério primário (...) ficando, porém, a nomeação do respetivo pessoal e o funcionamento da escola dependentes de se tornar efetivo o concurso da camara municipal da referida cidade com o fornecimento de casa e preciso material escolar.

⁶ PINTASSILGO; MOGARRO, 2015, p. 206.

Nesse ano, a Câmara Municipal de Faro, em sessão de vereação de 16 de dezembro de 1897, respondia favoravelmente:

Disse o Presidente que no Diário do Governo n.º 271 de 30 de Novembro último [1897] vem publicado o decreto de 25 do mesmo mês determinando que n'esta cidade seja organizada uma escola de habilitação para o magistério primário, ficando todavia a nomeação do pessoal e o funcionamento da escola dependentes de se tornar efetivo o concurso d'esta Camara com o funcionamento da casa e preciso material escolar. Como, porem, a escola de habilitação tem de funcionar n'uma das escolas complementares, segundo o disposto no artigo 120º da parte 2.ª do regulamento de 18 de [junho] de 1896, ficam os encargos do município, resultantes da organização da escola, reduzidos ao fornecimento do respectivo material que é bastante modesto, segundo a relação que faz parte da parte da portaria de 7 de Julho de 1871. Por isso propunha que se [declarasse] às estações superiores que esta Camara forneceria o preciso material para funcionamento da escola de habilitação ao magistério primário. Proposta esta que sem discussão foi aprovada pela Camara (ADFAR, 1896–1900, fls. 69–69v.).

Em 1898, o processo de instalação da escola estava a atrasar-se o que preocupava muitos cidadãos do Algarve, como constatava o Presidente da Câmara Municipal de Faro na reunião de vereação de 13 de outubro de 1898. Apesar da autarquia reconhecer a Escola de Habilitação para o Magistério Primário como sendo de utilidade pública, também, admitia: “(...) que o Município não pode dispor de pronto e de uma só vês de tão importante quantia.”, 1.500\$00 reis em equipamento⁷. Tendo sido algum do equipamento comprado no estrangeiro, como foi o caso do gabinete de física, adquirido à empresa *Achette* de Paris⁸.

Assim e tendo em conta que a escola também servia toda a região, a Câmara Municipal de Faro enviou um mapa a todas as autarquias do Algarve com a quotização atribuída a cada uma. Pela vereação de 15 de junho de 1899 sabemos que as Câmaras Municipais de Alcoutim, Castro Marim, Tavira, Olhão, Albufeira, Silves, Lagos, Vila do Bispo e Loulé responderam que não poderiam contribuir, ao contrário, as autarquias

⁷ ADFAR, 1896–1900, fls. 109–110.

⁸ ADFAR, 1896–1900, fls. 193v. –194, 201v. –202v.

de Aljezur e Vila Real de Santo António prometeram colaborar. A autarquia de Faro decidiu, então, solicitar ao Governador Civil que procurasse levar as câmaras, que responderam negativamente, a reconsiderar a posição⁹.

Pelos dados disponíveis não nos foi possível comprovar qual o êxito da intervenção do Governador Civil, sabemos, no entanto, que a Câmara Municipal de Loulé remeteu um segundo ofício para Faro a justificar a dificuldade em contribuir no momento¹⁰.

A Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário de Faro terá iniciado as suas funções no ano de 1899, ainda com instalações impróprias, de acordo com a informação que o seu diretor enviou à autarquia, assunto tratado na vereação de 19 de julho de 1900, como se pode testemunhar:

(...) a casa ocupada pela escola não tem capacidade suficiente para ali poderem funcionar todas as aulas do 1.º e 2.º ano e a escola anexa, a fim de que a Camara, antes de começar o ano letivo, escolha casa apropriada, que tenha pelo menos 3 salas para as referidas aulas e escola, ponderando mais a necessidade de que a escola tenha, no mesmo prazo, não só a mobília indispensável para as aulas, mas também todo o material d'ensino. – Inteirada a Camara, deliberou que se satisfizessem – quanto possível as requisições da escola (...) (ADFAR, 1896–1900, fl. 206).

A procura de instalações adequadas recaiu num edifício pertencente aos herdeiros de António Francisco dos Santos, sito na rua Serpa Pinto, na cidade de Faro¹¹.

Os documentos que dizem respeito ao seu funcionamento encontram-se extraviados e a memória do seu contributo na expansão do ensino e da cultura por todo o Algarve, ao longo de 19 anos, praticamente esquecida.

Ainda, assim, foi possível encontrar 6 documentos no arquivo da Direção Regional de Educação do Algarve, contendo, apenas, matrículas e exames, 1900-1919, e um documento no arquivo da Escola Secundária João de Deus, correspondente a termos de juramento de empregados e professores, 1899-1901. Também acedemos aos dois jornais editados pelos alunos: O



Figura 1 Edifício onde esteve instalada a Escola Distrital de Habilitação para o Magistério de Faro. Fonte: Particular (fotografia de maio 2012).

⁹ ADFAR, 1896–1900, fls. 154v. –155.

¹⁰ ADFAR, 1896–1900, fls. 156–156v.

¹¹ ADFAR, 1896–1900, fl. 217.

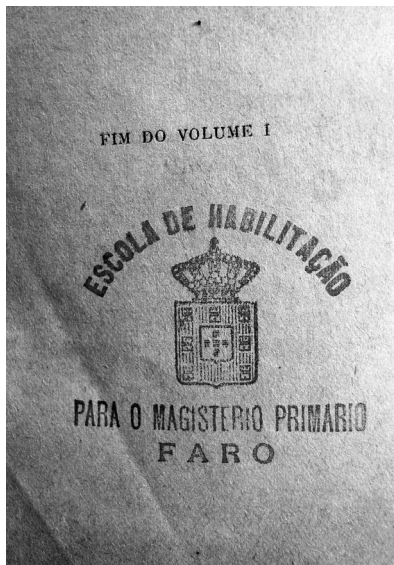
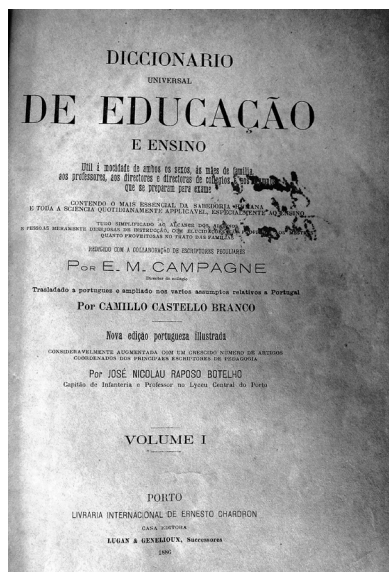


Figura 2 Livro pertencente à biblioteca da Escola Distrital de Habilitação para o Magistério de Faro. Fonte: Direção Regional de Educação do Algarve

Novato, 1913, e o *Normalista*, 1914, ambos depositados na Biblioteca Nacional.

Na Direção Regional de Educação do Algarve também encontramos publicações oriundas da biblioteca da Escola Distrital, como se pode confirmar pelos carimbos nos livros, símbolo de propriedade por parte da escola.

Relativamente ao corpo docente da Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário de Faro podemos apurar, através dos *Termos e juramento dos empregados e professores dependentes do Comissariado d'Instrução primária do distrito, 1899–1901*, que era composto por 9 professores, sendo 2 deles referenciados como diretores da escola.

- José Francisco Guimarães, bacharel formado em direito e professor de pedagogia, tomou posse a 1 de setembro de 1899. De acordo com o art. 121.º da 2.ª parte do Regulamento Geral do Ensino Primário, Decreto de 18 de junho de 1896, o professor de pedagogia era o diretor da escola. Assim, terá provavelmente sido diretor entre 1899 e 1904, podendo o exercício do cargo ser comprovado documentalmente até 1901.
- João Rodrigues Aragão, professor de liceu, tomou posse como professor de pedagogia a 28 de agosto de 1901. Foi chefe da secretaria do Comissariado da Instrução Primária do Distrito de Faro pelo menos de 1899 a 1901. Também exerceu o cargo de diretor da Escola de Habilitação, presumivelmente de 1904 a 1912 e de 1917 a 1918, como parece comprovar-se pela abertura, encerramento e rubrica dos registos de matrículas.

Outro dos diretores terá sido, de acordo com a informação fornecida pelo jornal *O Normalista*, o professor João Cabrita da Silva no ano de 1914¹².

No que respeita às condições de trabalho dos professores, o diretor do jornal *O Normalista* escreveu um artigo muito crítico intitulado *Os professores primários e seus ordenados*, denunciando a falta de pagamento aos docentes, como se pode verificar:

Aqui, na Escola Normal de Faro há oito meses que os professores trabalham de graça; só o professor sr. Mendes Madeira, tem recebido pontualmente o seu dinheiro. Porque não se paga aos outros igualmente? Que exceções são estas?

¹² *O Normalista* (1914 abril 16) 1, p. 4.

É justo que o sr. Mendes Madeira seja pago pelo seu trabalho, mas o que de forma alguma se pode tolerar sem protesto, é que só aquele senhor seja pago. Não há dinheiro responder-me-ão. E o dinheiro que diariamente se gasta em festejos?...

Hoje a festa da árvore, amanhã um jantar a um político, a seguir o aniversário da implementação do regime, depois outra festa, logo uma festazinha em seguida mais uma festança. (...)

E tudo isto é um sorvedouro de dinheiro (ALMEIDA, C. 1914. *O Normalista*, 1, p. 3).

Também no jornal *O Novato*, n.º 3, de 1 de junho de 1913, se dava conta de problemas financeiros com a escola, como se pode ler:

Ecos e Comentários Para lamentar: É bastante de lastimar a maneira desprezível como são tratados os negócios relativos à instrução. Para não citar mais fatos basta dizer que há mais de três meses que a Escola Normal de Faro não recebe expediente, tendo o diretor de fazer à sua custa a despesa com o asseio e varias indispensáveis (p. 1).

O corpo discente da Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário de Faro era misto, havendo uma permanente desproporção entre os alunos do sexo feminino e do sexo masculino.

O primeiro registo de matrículas encontrado é de 1900–1901 pertencente ao 2.º ano e contabiliza 26 matrículas, 25 das quais do sexo feminino e só 1 do sexo masculino. A nível etário os alunos distribuam-se entre os 17 e os 24 anos. Eram naturais sobretudo do Algarve, havendo apenas um aluno do Alentejo, Moura. A distribuição pela região algarvia era abrangente, havendo alunos dos concelhos de Castro Marim, Vila Real de Santo António, Tavira, Olhão, Faro, Loulé, Albufeira, Silves e Lagos¹³.

No último ano letivo da escola, 1918–1919, matricularam-se no 1.º ano 48 estudantes, sendo 46 do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Com idades compreendidas entre os 15 e os 22 anos. A naturalidade continuava a abranger fundamentalmente o Algarve - Alcoutim, Tavira, Olhão, Faro, S. Brás de Alportel, Loulé, Albufeira, Lagoa, Silves e Vila do Bispo. De fora do Algarve contam-se quatro alunos naturais de

¹³ DREAAlg, 1900–1904, 1915–1917, fls. 1v. –14.

Almodôvar, Almada, Lisboa e Lourenço Marques [atual Maputo], Moçambique¹⁴.

Pela análise dos *Termos dos exames finais de habilitação para o Magistério Primário Elementar*, de 1901 a 1919, temos uma ideia da evolução referente ao número total de alunos e à sua distribuição por sexos¹⁵.

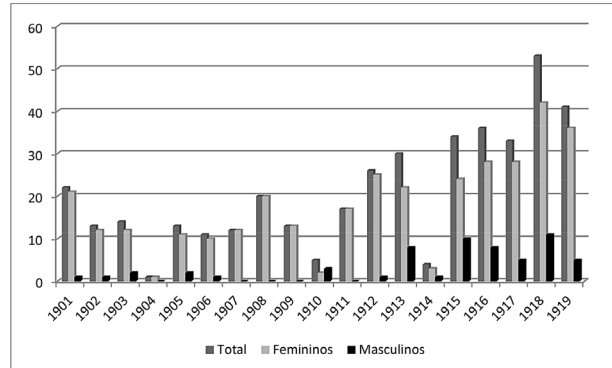


Gráfico 1- Evolução do número de alunos e da sua distribuição por sexos. Fonte: DREAlg, 1901-1921, fls. 1v.-[104].

Os alunos após conclusão do curso procuravam obter emprego, assim, temos para o concelho de Faro colocações na escola do sexo masculino da freguesia da Conceição, na escola mista do sítio dos Gorjões da freguesia de Santa Bárbara de Nexe, na escola do sexo masculino do sítio do Alportel da freguesia de São Braz d'Alportel, na escola mista do sítio do Brejo, freguesia da Conceição, na escola central feminina de Faro, na escola central masculina de Faro e na escola do sexo feminino da freguesia de Santa Bárbara de Nexe¹⁶.

Os jornais editados pelos alunos - *O Novato*, 1913, e *O Normalista*, 1914, entre outros assuntos, refletiam as preocupações com o papel e a função da educação na sociedade, como podemos comprovar nos editoriais dos primeiros números onde os objetivos a que se propunham estão descritos, vejamos o que afirmava *O Novato*:

A nossa orientação: Somos um grupo de, novos, cujos corações inflama uma profunda, crença de que a nossa Pátria tem de prosperar, saindo das brumas carregadas e densas do alfabetismo e acabando de vez com essa grande massa de indiferentes que numa apatia condenável assistem ao desmoronamento do edifício majestoso das nossas glórias idas. Eis o que visamos, ao lançarmo-nos na vasta arena do

¹⁴ DREAlg, 1917-1919, fls. 44-67v.

¹⁵ DREAlg, 1901-1921, fls. 1v.-[104].

¹⁶ ADFAR, 1913-1917.

jornalismo, com a firmeza das nossas convicções, sem nos guindarmos nas loucas e fantásticas veleidades que arrastam e envaidecem os ambiciosos. (...)

Aí vai, pois, com o nascimento do - Novato- lançar-se um grupo de moços na luta de causticar, implacavelmente, os erros e vícios, de rasgar aos espíritos mais vastos horizontes e lançar ao campo social a semente da Educação, que, estamos certos, num futuro mais ou menos próximo há-de germinar em pujantes promessas, elevando o nível intelectual e moral da nossa querida Pátria (*O Novato*, 1913 maio 1, 1, p. 1).

O artigo “O problema educativo” é também exemplo do debate acerca da educação, que se desenrolava n’ *O Novato*:

O problema educativo: (...) E é nos bancos da escola primária, quando os cérebros são flexíveis e os corações facilmente maleáveis ao sabor de todas as inclinações, que deve iniciar-se essa importante operação de dar cidadãos a uma Pátria, cidadãos cultos e capazes de viver decorosamente numa sociedade. (*O Novato*, 1913 maio 15, 2, p. 1).

O jornal *O Normalista* declarava a sua orientação em dois artigos, um assinado pelo editor Arthur Horta “O Normalista” e outro intitulado “A nossa orientação”, vejamos:

O Normalista: (...) vimos informar os nossos leitores que entre os dignos membros da imprensa algarvia vem enfileirar-se mais um O Normalista e que este promete defender a sua coletividade com todas as forças da sua alma, pondo ao seu serviço todas as aptidões da sua inteligência.

Dizendo-se Normalista o mesmo é que afirmar pertencer a uma escola, seguir os seus preceitos e acatar os seus ensinamentos.

A escola normal cuja direção deve estar subordinada a uma lei que não reconheça política, que o mesmo é que dizer não se curvar a interesses particulares (...).

O Normalista (...) não é um jornal político; a sua existência obedece exclusivamente à necessidade de criar um amigo e um defensor que faça propaganda dos seus [da escola normal] ensinamentos (Horta, A. 1914 abril 16, 1, p. 1).

A nossa orientação: Eis aqui mais um jornal dado à publicidade, por um grupo de rapazes cheios de fé num futuro melhor. (...)

Defendendo os direitos da classe normalista primária em geral, pugnará pelos interesses da Escola Normal de Faro em especial.

Escudados por uma vontade de ferro, e depressando fadigas e canseiras, o nosso jornal clamará justiça, condenando implacavelmente os que a deturparem.

Limitar-se-ha este jornal, porém, quasi exclusivamente a fornecer noticias scientificas, literárias e pedagógicas, pois não obstante ser um jornal de combate, será também um vehiculo da instrução.

É contra o analfabetismo, é contra essa couraça negra que envolve o povo português, que nós atiraremos os golpes mais escolhidos na esgrima da pena. (O Normalista, 1914 abril 16, 1, p. 1).

Este jornal, na secção “Ecos e Notas”, informava que aceitava artigos de colaboradores externos, tendo, no entanto, preferência pelos originais escritos por membros da escola¹⁷.

Também as vivências mais significativas dos alunos encontravam eco nesses jornais, como é exemplo:

Excursão dos alunos da Escola Normal de Lisboa: Vindos de Vila Real, chegaram a esta cidade pelas 19 horas do dia 25, os normalistas de Lisboa que vieram ao Algarve em excursão de estudo.

Acompanhavam-nos todo o corpo docente da Escola e o seu ilustre diretor, Tomaz da Fonseca.

Na gare do caminho-de-ferro esperavam-nos os professores da Escola Normal de Faro, acompanhados dos seus alunos que freneticamente ovacionaram os seus colegas. Em seguida dirigiram-se para os hotéis e findo o jantar todos os alunos percorreram as ruas da cidade ouvindo os apaixonados acordes dos bandolins, violas e violinos, a traduzirem as vibrações de amor que impulsionam o espirito boémio e folgazão da mocidade estudiosa. (...)

No dia 26 (...).

Seriam proximamente 9 horas, quando visitaram a Escola Normal.

O nosso bom diretor autorizou os alunos a prepararem uma sala para a receção dos nossos hospedes, (...). A entrada dos excursionistas foi ovacionada com

¹⁷ O Normalista (1914 abril 16) 1, p. 1.

uma delirante salva de palmas e os vivos à fraternidade e aos alunos e professores de ambas as escolas (...).

O nosso estimado professor Joaquim Viegas Azinheira faz a apresentação dos seus colegas e alunos, em nome do diretor que por graves motivos não pode comparecer. (...).

O nosso (...) colega, Júlio Cunha, apresenta as saudações de boas vindas. (*O Novato*, 1913 junho 1, 3, p. 1).

O encerramento destas escolas ficou decidido no artigo n.º 34 do Decreto de 29 de março de 1911, como se pode ler: “[a]s atuais escolas normais e as de habilitação para o magistério primário são transformadas em escolas de ensino primário superior (...)”¹⁸ As autarquias algarvias procuraram, no entanto, evitar o seu encerramento, como testemunha um texto no jornal *O Normalista*:

Justiça: Segundo determinação da Câmara Municipal deste concelho, todas as câmaras municipais do Algarve enviaram no dia 30 do mês próximo pretérito três telegramas sendo um para a câmara dos deputados, outro para o Senado e o terceiro para o sr. Sobral Cid, ministro da instrução, pedindo a manutenção da Escola Normal de Faro.

Em resposta, o ministro telegrafou às câmaras municipais o seguinte:

A Escola Normal de Faro será mantida até 1919 depois do que se levará a discussão novamente às câmaras. (*O Normalista*, 1914 maio 15, 3, p. 2.)

A Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário de Faro, conhecidas também por escolas normais,¹⁹ encerrou a sua atividade em 1919. No entanto, ainda persistiu, por algum tempo, a sua recordação, como se pode constatar, em 1950, no jornal da Escola do Magistério Primário de Faro *A Escola Nova*:

À semelhança do que sucedeu no ano passado, e como nota deveras simpática, vêm até nós, numa romagem de saudade, os antigos alunos (curso de 1914 – 1915) da já extinta Escola Normal de Faro. Ao mesmo tempo que vêm demonstrar a existência dum elo profundo a unir os professores (ALVES, A. 1950. *A Escola Nova*, 2, p. 1).



Figura 3 *O Novato* (1913, maio 1) 1, p. 1. *O Normalista* (1914, abril 16) 1, p. 1. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).

¹⁸ Decreto de 29 de março de 1911, artigos 32.º a 35.º. Os estudantes da Escola Primária Superior de Faro editaram o jornal *O Educador* (1919-1920), que se encontra depositado na Biblioteca Nacional. A Escola de Ensino Primário Superior de Faro funcionou nas mesmas instalações da Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário de Faro.

¹⁹ PINTASSILGO, J., et al. 2010, p. 17.



Figura 4 Ex-alunos do curso de 1914–1915 da Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário de Faro, foto de 1950.
Fonte: Livro de Ouro da Escola do Magistério Primário de Faro depositado na Biblioteca da Universidade do Algarve na Penha, Faro.

Desse encontro ficou a memória fotográfica, publicada pelo jornal. Na fotografia, tirada na escadaria da Sé de Faro, está também presente o diretor da Escola do Magistério Primário de Faro, Hortênsio Pais de Almeida Lopes, ladeado por dois professores.

ESCOLA DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO DE FARO (1945-1988)

O Algarve esteve privado de escola de formação de professores durante vinte e seis anos, de 1919 a 1945, ano do arranque da Escola do Magistério Primário de Faro.

Diversos periódicos algarvios e entidades públicas, como a Junta Geral do Distrito de Faro, procuraram insistentemente que fosse novamente implementada uma escola de formação de professores em Faro.

Em 1921, 17 de julho, no *Correio do Sul* pode ler-se um artigo muito crítico, de que citamos:

Interesses Algarvios. O Algarve tem direito a uma Escola Normal: (...) Só se lembram do Algarve em ocasião de eleições, - isto é, quando o Algarve lhes faz falta...

(...) Criou-se uma Escola Normal em Lisboa, outra no Porto, e uma outra em Coimbra... Três Escolas, do centro para o norte do país... (...).

Mas era pouco... Braga quis outra; (...) concedeu-se a escola, para inglez ver que as despesas seriam pagas pela Junta Geral...

Verificou-se agora pelo “Diário do Governo”, que essas despesas são custeadas pelo Estado! (...).

Reparem: Quatro Escolas, irradiando de Lisboa para o norte! Mas de Lisboa para o sul, nem uma (...)!

Pode afinal admitir-se tão humilhante desigualdade?

Isto, apesar do Algarve precisar duma Escola Normal; de tudo aconselhar esse melhoramento, - a sua população, a sua importância, e muito particularmente a enorme distancia que o separa de Lisboa.

Acresce que essa escola serviria vantajosamente, alem da própria província, uma grande parte do baixo Alentejo, como também está sucedendo com o liceu João de Deus.

Como é sabido, parte da frequência das Escolas Primarias Superiores destina-se á vida do magistério.

Sendo estas Escolas essencialmente escolhidas por pessoas das classes media e menos abastada, é obvio que essas criaturas em geral, não poderão manter-se em Lisboa durante três anos, atentas às enormes despesas a fazer.

Daí, vários prejuízos. Prejudicam-se as carreiras dos que se dedicam ao magistério e perdem-se bons professores, ficando alem disso a nossa província quasi absolutamente inibida de dar professores ao pais, e obrigada a aceitar, para as suas escolas, exclusivamente professores doutras províncias!

Ora isto seria o cúmulo da iniquidade e da humilhação!

Cumpra ao Algarve repelir esta afronta, reclamando dos poderes constituídos a criação imediata duma Escola Normal, por forma a esta poder já funcionar no ano lectivo de 1922-23! (...).

A Junta Geral do Distrital já representou ao Governo, declarando estar resolvida a auxiliar a criação desse utilíssimo estabelecimento de ensino! (...).

Tratemos do Algarve com patriótico carinho, e que não se descare o assunto urgente da criação da Escola Normal de Faro!” (PONTE 1921. *Correio do Sul*, 71, p. 3).

A própria Junta Geral do Distrito de Faro já, em 1920, 2 de janeiro, tinha decidido “(...) solicitar do Governo a criação em Faro de uma escola normal primária, modelo da de Benfica.”²⁰

²⁰ ADFAR, 1914-1921, fls. 14-15.

Foi só após a deslocação ao Ministério da Educação Nacional de uma comissão de representantes do Algarve que foi decidida, por despacho²¹ do ministro Caeiro da Mata, a criação da Escola do Magistério Primário em Faro²². A iniciativa desse grupo de cidadãos foi noticiada no jornal *Correio do Sul*²³.

O ano de 1945 marca, assim, o início das atividades da Escola do Magistério. Em ofício, de 12 de outubro de 1945, dirigido ao Diretor Geral do Ensino Primário, o seu primeiro diretor, Hortênsio Pais de Almeida Lopes²⁴, informava que tinha iniciado funções nesse dia.

Relativamente às instalações, o ofício de 6 de abril de 1946, assinado pelo diretor e dirigido ao Diretor Geral do Ensino Primário, informava:

A Escola do Magistério de Faro encontra-se instalada numa casa sita na rua de Domingos Guieiro – N.º 23, pertencente à Santa Casa da Misericórdia desta cidade.

Tem a renda da casa sido paga pela Junta de Província do Algarve que a suas expensas fez várias modificações no edifício, para efeito de adaptação aos serviços escolares. Os encargos do mobiliário recaíram também sobre a referida Junta de Província.

Devido aos seus modestos recursos, (...) não pode suportar permanentemente o encargo da renda da casa, razão por que o Conselho Administrativo (...) inscreveu no projecto de Orçamento para 1946 a importância de 18.000\$00 (1.500\$00 mensais) para o pagamento da citada renda (...).

O prédio compõe-se de parte rústica e parte urbana e está totalmente arrendada à Junta de Província do Algarve, ocupando esta Escola somente a parte urbana [subarrendamento] (AUAlg, 1946, janeiro 16).

No que diz respeito à renda no ano de 1966, travou-se uma disputa entre a Santa Casa da Misericórdia de Faro, provedor Joaquim da Rocha Peixoto Magalhães, e a Escola do Magistério Primário de Faro, diretor José Rosa Martins, envolvendo também os organismos hierárquicos da Escola. Este litígio arrastou-se de 17 de maio de 1966 a 13 de novembro de 1968, terminando

²¹ Despacho ministerial tendo por base o artigo 6.º do Decreto-lei n.º 33.019, 1 de setembro de 1945.

²² As Escolas do Magistério Primário foram instituídas em substituição das Escolas Normais Primárias pelo Decreto n.º 18.646 de 19 de julho de 1930, que também contém o programa do curso.

²³ *Correio do Sul*, (1945), n.º 1449, p.1.

²⁴ Foi empossado em Lisboa pelo Diretor Geral do Ensino Primário, notícia do jornal *Algarve*, (1945) 1959, p. 2.

com a assinatura do contrato de arrendamento a 1 de outubro de 1968. O valor da renda mensal foi fixado em 6250\$00²⁵.

O edifício fora propriedade de Domingos Guieiro desde o termo do século XIX até 1913, ano do seu falecimento. Após essa data, a propriedade passou para a Santa Casa da Misericórdia, que deteve o imóvel até 2000, ano em que a Câmara Municipal de Faro o comprou²⁶.

Fazendo parte do agrupamento educativo do Magistério Primário as escolas de aplicação, anexas à Escola do Magistério, serviram para orientar a prática e os estágios dos futuros professores e estavam administrativamente dependentes do diretor do Magistério.

A primeira escola de aplicação, anexa, foi a Escola Primária da Sé²⁷ que se encontrava instalada num edifício, propriedade da Câmara Municipal de Faro desde 1947, situado no recinto da Escola do Magistério e que foi desativada em 1975.

As outras escolas de aplicação da cidade de Faro foram as Escolas Primárias do Carmo e do Bom João a partir de 1975 e a Escola EB 1 (P3) de Alto Rodes, que após inauguração em 1982, deu origem à desanexação da escola do Carmo.

No que diz respeito à documentação referente ao seu funcionamento, a Comissão Liquidatária da Escola do Magistério deliberou em reunião, ata n.º 3, de 6 de dezembro de 1988, “que todo o património pertencente à Escola do Magistério Primário de Faro ficaria



Figura 5 Fachada do edifício da Escola do Magistério Primário.
Fonte: Fotografia cedida pela Câmara Municipal de Faro.



Figura 6 Edifício onde funcionou a escola de aplicação anexa à Escola do Magistério Primário de Faro, conhecida como Escola Primária da Sé.
Fonte: Particular (fotografia de junho 2012).

²⁵ AUAlg, 1966–1968.

²⁶ LAMEIRA, 1997, p. 58.

²⁷ Anteriormente funcionara como Escola Masculina da freguesia da Sé, Faro, Ofício l.º 2, n.º 34, proc.º 32, 14 de fevereiro de 1946, dirigido ao Chefe da Secção Sul dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Évora.

afeto à Escola Superior de Educação de Faro, sendo esta Escola responsável pelo seu transporte.”²⁸

Atualmente, as listas e as guias de remessa do património documental encontram-se sob custódia da Biblioteca da Universidade do Algarve no Campus da Penha, em Faro, tal como outros objetos e equipamentos, como é o caso do estandarte. Tendo o seu fundo sido transferido para o Arquivo da Universidade do Algarve em Gambelas, Faro.

A Escola do Magistério Primário de Faro iniciou o ano letivo de 1945–1946 no dia 5 de novembro de 1945, tendo como diretor e professor de psicologia e pedagogia Hortênsio Pais de Almeida Lopes, que tinha sido professor no Liceu João de Deus de Faro.

O primeiro diretor do Magistério solicitou, a 6 de outubro de 1960, ao Diretor Geral do Ensino Primário a exoneração do cargo a partir de 10 de outubro [1960], em virtude de ter sido nomeado, em comissão de serviço, para professor do Liceu D. João III, em Coimbra. Era natural de Arcozelo, concelho de Gouveia, distrito da Guarda, licenciado em Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra²⁹.

Na sua despedida, o jornal *A Escola Nova* publicou o artigo *Homenagem*, de onde se retirou o seguinte excerto.

Ao deixar a escola que modelarmente criou e dirigiu desde a sua fundação, todos quantos trabalharam sob a sua orientação, foram seus alunos e souberam apreciar as suas altas qualidades de chefe e orientador, de pedagogo e amigo, sentiram a mágoa de o verem partir, (...) via realizada uma grande e legítima aspiração: aproximar-se da sua terra e acompanhar de perto o estudo de suas filhas.

Os professores da Escola do Magistério e de Aplicação e um grupo numeroso de amigos, irmanados nos mesmos sentimentos ofereceram-lhe (...) e à sua Esposa um almoço de despedida no Hotel Aliança. (...).

Aos brindes, em nome de todos os professores, usou (...) da palavra a sr.^a D. Joselda Fausta da Graça Fernandes Craveirinha, (...) professora de Didática (...) [que] salientou a sua competência profissional, o seu dinamismo, na renovação permanente da Escola, desde o edifício até à sua estrutura interna; a bondade do seu coração traduzida na maneira como subsidiava alguns alunos pobres, como solucionava todos os

²⁸ BUAlg, 1987–1988, fl. 2v.

²⁹ AUAlg, 1945–1989.

problemas escolares que implicassem a defesa dos agentes de ensino seus subordinados (...).

O Sr. Dr. Emílio Campos Coroa recordou o seu amigo e seu antigo professor do Liceu de Faro e a sua obra de mestre que sabe formar alunos.

[Entre outros também usou da palavra] Cónego Dr. Henrique Ferreira da Silva, (...) pároco da Sé e professor de Moral na Escola do Magistério; Dr. Joaquim Magalhães professor do Liceu de Faro; (...); Dr. José Correia do Nascimento, Presidente da Junta Distrital e grande amigo. (REIS, C. 1960. *A Escola Nova*, 92, p. 1).

A décima diretora e última foi Maria Helena de Sousa Palma Santos Marques. O diploma de provimento para o cargo de diretora foi assinado a 11 de outubro de 1984, pelo Subdiretor-Geral de Pessoal. Manteve o cargo até ao encerramento da Escola do Magistério de Faro, em 1988, após eleição homologada a 17 de novembro de 1986, foi também coordenadora da Comissão Liquidatária. Presidiu à última reunião do Conselho Administrativo, como consta da ata n.º 572, de 22 de maio de 1989³⁰.

A Escola do Magistério, de 1945 a 1988, manteve os órgãos de direção e coordenação relativamente estáveis, variando somente a natureza das funções, antes e depois do 25 de abril de 1974.

Assim, temos que os diretores foram, até 1975, nomeados pelo governo a serem eleitos em 1976. Deste modo, de representantes do poder central na escola passaram a representar a instituição onde eram eleitos. No entanto, o diretor continuou a ter um papel basilar no funcionamento da escola, já que era o único órgão que detinha uma caracterização clara do seu papel. Em Faro não se encontrava instituído o cargo de subdiretor.

A Portaria n.º 544/85, 6 de agosto, que definiu a constituição, competência e funcionamento dos conselhos administrativos, referia a pouca atenção dada à organização dos magistérios, mesmo esta Portaria teve pouco impacto na gestão destas escolas, pois já se encontravam, nesta altura, no seu ocaso.

O Decreto-lei, n.º 769-A/76, de 23 de outubro, que instituiu a gestão democrática nos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário, omitiu as escolas do magistério primário. Não chegando, assim, a ser implementado nestas escolas, que foram progressivamente extintas pelo Decreto-lei n.º 101/86, 17 maio.

³⁰ AUAAlg, 1981-1989, fl. 79.

Relativamente aos docentes, de 1945 até 1988, serviram a Escola do Magistério e as suas anexas 246 professores, de acordo com os processos individuais pertencentes ao fundo da escola. Destes, 58 eram professores do sexo masculino e 188 do sexo feminino, correspondendo, assim, a uma percentagem de cerca de 76% de mulheres para 24% de homens.

No primeiro ano letivo, 1945-1946, o diretor com pouco tempo para organizar o funcionamento da Escola do Magistério, teve que solicitar ao Diretor Geral do Ensino Primário urgência na nomeação do corpo docente e não docente. Como exemplo, temos que, a 22 de outubro de 1945, propunha ao Diretor Geral que fossem nomeados os seguintes professores:

- Dr. João Esquível, médico escolar, para a disciplina de Higiene Escolar;
- Dr. Joaquim de Brito da Mana, professor contratado de Educação Física do quadro do Liceu de João de Deus, para a disciplina de Educação Física;
- D. Maria Brígida de Matos e Estanco Martins, professora contratada de Educação Física do quadro do Liceu de João de Deus, para a disciplina de Educação Física³¹.

Para além dos diversos cursos de especialização, aperfeiçoamento e atualizações profissionais, a partir de 1982, passaram a coexistir os cursos de Professores e de Educadores de Infância.

No que se refere aos discentes, estes para entrarem no 1.º ano da Escola do Magistério eram selecionados através de exames de admissão, de acordo com o Decreto n.º 18:646, de 19 de Julho de 1930, estando dispensados quem tivesse o curso geral dos liceus, ou outra habilitação considerada suficiente pelo Conselho Superior da Instrução Pública³².

A primeira aluna registada nos *Termos dos exames de admissão*, 1945–1960, era natural da freguesia de São Miguel do Pinheiro, Mértola, tinha 25 anos, concluiu os exames a 25 de outubro de 1945, com a classificação de 11 valores.

Este documento contém o registo de 34 alunos, sendo 3 do sexo masculino e 31 do sexo feminino, com idades distribuídas entre os 17 e os 27 anos. Sendo,

³¹ AUAAlg, 22/10/1945.

³² O Decreto, Dec. 18:646/1930, institui as Escolas do Magistério Primário e sua organização, tal como os seus cursos e disciplinas. Ver também Dec. 22:369/1933 de 30 de março, [DG 1.º s., nº 73], reorganização dos serviços da administração do ensino primário, e o Dec. 32:629/1943 de 16 de janeiro, [DG 1.º s., nº 12], aprovação dos programas das Escolas do Magistério.

na sua maioria, oriundos do Algarve - concelhos de Alcoutim, Vila Real de Santo António, Tavira, Olhão, S. Brás de Alportel, Albufeira, Silves, Monchique e Lagos, sendo os mais representativos os concelhos de Faro e Loulé. Fora desta região encontramos alunos naturais de Mértola, Leiria e Guarda.

Ainda sobre os discentes, temos que, de acordo com os primeiros *Termos de matrículas* dos alunos da Escola do Magistério de Faro, ano de 1945, foram registados 70 estudantes, 63 do sexo feminino e 7 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 15 e os 27 anos. No que diz respeito à naturalidade, a maioria dos alunos eram oriundos do Algarve - concelhos de Alcoutim, Vila Real de Santo António, Tavira, Olhão, Albufeira, Lagoa, Portimão, Silves, Monchique e Lagos, sendo Faro e Loulé os mais representados. Fora do Algarve havia estudantes naturais de Mértola, Serpa, Ferreira do Alentejo, Odemira, Almodôvar, Leiria, Guarda, Aveiro e Lisboa. Sobre a isenção de propinas e bolsas de estudo, foram atribuídas a 28 estudantes, 40% dos alunos matriculados³³.

Para além da isenção de propinas e bolsas de estudo, também foi instituído pelo Governo Civil, em 1945, um prémio no valor de 500\$00 anual, para os alunos pobres que se distinguissem no curso³⁴.

A primeira aluna da Escola do Magistério a receber o prémio *Governador Civil de Faro* foi Eurídice Quaresma de Almeida, quando frequentava o 2.º ano³⁵.

Deste primeiro curso guardou-se a memória fotográfica, sendo possível identificar³⁶ da direita para a esquerda, no primeiro degrau, as professoras Joselda Fausta da Graça Fernandes, Ilda Maria Sancho, senhora não identificada, os professores São Brás, Hortêncio Pais de Almeida Lopes, homem não identificado, a professora Isabel Crispim, duas senhoras não identificadas e por detrás da professora Joselda, a professora Maria da Conceição Martins.

Ainda relativamente às inscrições dos discentes, nos sétimos e derradeiros *Termos de matrículas dos alunos da Escola do Magistério de Faro*, o último registo encontrado diz respeito a 1982, estando contabilizados 13 estudantes, 12 do sexo feminino e 1 do sexo

³³ BUAIGP, 1945–1955, fls. 1v.–33v.

³⁴ AUAIG, 28/12/1945.

³⁵ AUAIG, 6/12/1946.

³⁶ Para a identificação das pessoas na fotografia e outras informações contámos com a ajuda de Maria Odete Antão Xarepe, professora aposentada das escolas anexas ao Magistério Primário, da Escola Primária do Carmo e da Escola EB 1 de Alto Rodés, denominada P3, Faro.



Figura 7 Alunos e professores do 1.º curso, 1945–1946, da Escola do Magistério Primário de Faro. Fotografia tirada na escadaria da Igreja da Sé de Faro, após missa integrada nas festas de fim de curso.

Fonte: Livro de Ouro da Escola do Magistério Primário de Faro depositado na Biblioteca da Universidade do Algarve na Penha, Faro.
Fonte: Particular (fotografia de junho 2012).

masculino. As idades vão desde os 17 aos 25 anos. Naturais do Algarve - Lagos, Monchique, Silves, Tavira, S. Brás de Alportel e Faro, fora desta região temos oriundos de Ourique, Castro Verde, Odemira, Santiago de Cacém, Guarda e Beira, Moçambique. A isenção de propinas foi concedida a 2 estudantes, correspondendo a 15,38% do total³⁷.

Sobre o número de estudantes que frequentaram a Escola do Magistério, pode-se procurar uma estimativa a partir do documento *Registo numérico dos processos dos alunos*, 1945 a 1986, chegando-se aí a um valor aproximado de 4061 estudantes³⁸.

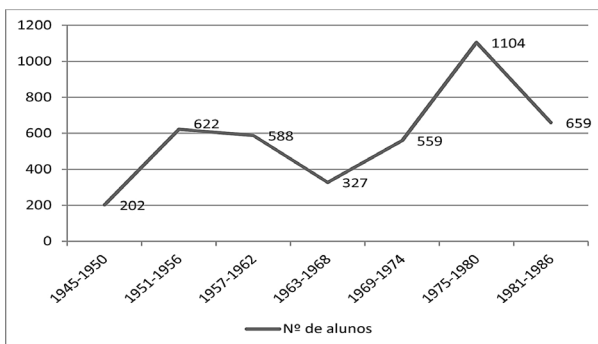


Gráfico 2 - Evolução do número total de alunos, agrupados em períodos de 5 anos. Fonte: AUAAlg, 1945-1986.

³⁷ AUAAlg, 1975–1985, fls. 238v.–251.

³⁸ AUAAlg, 1945-1986.

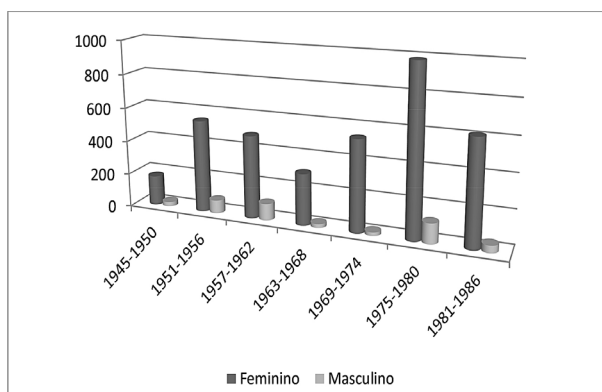


Gráfico 3 – Distribuição dos estudantes por sexos, agrupados em períodos de 5 anos. Fonte: AUAAlg, 1945-1986.

A Escola do Magistério também possuía uma Associação de Estudantes, pelo menos desde 1946. A correspondência institucional faz diversas referências aos estatutos da Associação dos Atuais e Antigos Alunos da Escola do Magistério Primário de Faro³⁹, que foram a base legal para a criação da Caixa de Auxílio aos alunos pobres das escolas de aplicação anexas e da instituição de beneficência Cantina Escolar.

- Caixa de Auxílio: os estatutos foram aprovados a 15 de junho de 1946 (AUAAlg, 1946). Tinha como objetivo auxiliar os alunos mais necessitados e contribuir para dotar a escola dos meios necessários para o exercício da sua atividade, promovendo ainda excursões e visitas de estudo.
- Cantina: os estatutos foram aprovados a 15 de outubro de 1946⁴⁰. Tinha sede na Escola do Magistério e propunha-se, entre outras funções, proteger e auxiliar os alunos com dificuldades económicas, designadamente fornecendo gratuitamente uma refeição nos dias de aulas.

A Associação de Estudantes também editou o jornal *A Escola Nova*, 1950-1964⁴¹, que se encontrava aberto à colaboração dos alunos e professores, tal como da sociedade em geral.

No seu primeiro número podemos ler o artigo “Por que surgimos...”, do diretor Hortênsio Pais de Almeida Lopes, que discorre sobre a evolução dos alunos desde o primeiro impacto com a Escola do Magistério,



Figura 8 A Escola Nova (1950, janeiro 26) 1, p. 1. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).

³⁹ Não foi possível encontrar o texto dos estatutos.

⁴⁰ AUAAlg, 1946.

⁴¹ Encontra-se depositado na Biblioteca Nacional de Lisboa.

terminando com o elogio e os objetivos do jornal, vejamos alguns extratos:

Por que surgimos ... Através dos quatro anos de existência desta Escola, temos notado uma transformação curiosa que nos primeiros meses se vai operando nos alunos-mestres, mas mais acentuadamente no sexo feminino: De início há uma como que inquietação, uma falta de naturalidade, uma acentuada tristeza, talvez resultante da não concordância entre o que se lhes pede, e o que julgavam ser o seu ideal, agora considerado perdido – o ambicionado curso universitário, lá longe, em Lisboa, Porto ou Coimbra...

Mas este estado de espírito em breve se transforma, dando lugar a uma espécie de deslumbramento, de admiração, por um mundo novo que encontraram, cheio de interesse, que afinal se encontrava tão próximo, tão ligado à sua sensibilidade feminina e que lhes era desconhecido... o mundo da criança, onde reside a verdadeira sinceridade.

Surge a leitura das primeiras obras pedagógicas-filosóficas. A satisfação da descoberta, (...).

Tudo o que não seja a pedagogia moderna nesta ocasião, tem um sentido descabido, sabe-lhes a uma autêntica profanação. A Escola Moderna é nesta altura um axioma que não pode ser discutido, (...).

Mas as aulas práticas principiam, (...). A criança deixa de ser um querubim de sonho, e passa a ser um ente palpável, real, que mercê do seu trabalho se pode transformar futuramente num homem, solidamente formado tanto no seu aspecto intelectual como no aspecto moral. E esse indivíduo, base de uma futura sociedade melhor, pode ser moldado por si, pela sua pessoa, pode ser aquecido pela sua sensibilidade, é um bocado de si mesmo.

A biblioteca sofre agora um verdadeiro assalto às obras de psicologia, pedologia e didática.

O desenho é um sentido artístico de aperfeiçoamento didático.

Desperta já no seu espírito uma grande alegria pela honrosa profissão que o acaso ou os acidentes da vida lhes proporcionou e sentem o desejo de transmitir aos outros o seu entusiasmo, a sua fé, o seu orgulho, porque o mundo de si mesmo já é pequeno para os conter.

A “Escola Nova” é filha deste entusiasmo, (...).

Reputamos esta iniciativa da Associação dos Alunos da Escola do Magistério uma atitude feliz e

que deve ser extremamente proveitosa, pois sendo o íman que mantenha ligado pelo entrelaçado dos seus ideais – todos os professores modernos de todas as idades – há-de pugnar pelo maior aperfeiçoamento técnico e moral do Professor Primário, colocando-o no pedestal a que lhe dá direito a sua abnegação, sacrifício e modéstia, virtudes que não estão ao alcance de qualquer. (...).” (LOPES, H. 1950. *A Escola Nova*, 1, p. 1 e 4)

O artigo de Irene dos Santos Baptista “Disciplina Escolar” é também um exemplo do debate que percorria as páginas do jornal no que respeita à pedagogia e à educação, como se pode ver na seguinte passagem:

Disciplina Escolar: (...) Disciplina escolar, hoje está muito longe do ‘silêncio passivo’. A criança sacudiu as grilhetas que faziam da escola uma prisão, e a sua disciplina manifesta-se pelo respeito que tem ao seu professor (...) pelo cumprimento dos seus deveres (...).

Longe de lhe cortar toda a liberdade a Escola Moderna serve-se antes dela para conseguir os seus fins, pois é permitido às crianças manifestarem o seu caráter e temperamento. (BAPTISTA, S. 1950. *A Escola Nova*, 2, p. 4).

A Escola do Magistério de Faro possuía, também, como apoios técnico-pedagógicos uma biblioteca, um jardim e um campo de jogos.

No que respeita às atividades lúdicas ou pedagógicas, pode-se mencionar, entre outras, o presépio, a despedida dos alunos finalistas e a receção aos novos alunos, as excursões, as conferências, as publicações e as estafetas pedagógicas, que incluíam, debates, exposições, colóquios e espetáculos, estas atividades eram, de uma forma geral, abertas à participação da sociedade e também se encontram relatadas nas páginas do jornal *Escola Nova*.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes arquivísticas

Arquivo Distrital de Faro [ADFAR]. (1896-1900). *Atas das Sessões de Vereação*. Faro. Câmara Municipal de Faro [CMFAR], n.º 39.

ADFAR. (1913-1917). *Termos de posse de professores primários do concelho de Faro*. Faro. CMFAR.

ADFAR. (1914-1921). *Atas da Junta Geral do Distrito de Faro*. Junta Geral do Distrito de Faro [JGDFAR], n.º 3.

Arquivo da Escola Secundária João de Deus [AESJD]. (1899-1901). *Termos e juramento dos empregados e professores dependentes do Comissariado de Instrução Primária do Distrito*. Faro.

Arquivo da Universidade do Algarve [AUAAlg]. (1981-1989). *Atas do Conselho Administrativo*. Faro. EMPFAR, n.º 5.

AUAAlg. (1945). *Correspondência recebida e expedida*. Faro. EMPFAR. Ofício, l.º 1, n.º 7, proc.º 7, 16 de outubro de 1945.

AUAAlg. (1945). *Correspondência recebida e expedida*. Faro. EMPFAR. Ofício, l.º 1, n.º 41, proc.º 59, 20 de novembro de 1945.

AUAAlg. (1945). *Correspondência recebida e expedida*. Faro. EMPFAR. Ofício, l.º 1, n.º 60, proc.º 42, 20 de novembro de 1945.

AUAAlg. (1945). *Correspondência recebida e expedida*. Faro. EMPFAR. Ofício, l.º C, n.º 584, 21 de novembro de 1945.

AUAAlg. (1946). *Correspondência recebida e expedida*. Faro. EMPFAR. Ofício, l.º 2, n.º 85, proc.º 16, 16 de janeiro de 1946.

AUAAlg. (1946). *Correspondência recebida e expedida*. Faro. EMPFAR. Ofício, l.º 2, n.º 305, proc.º 132, 6 de dezembro de 1946.

AUAAlg. (1966-1968). *Correspondência recebida e expedida*. Faro. EMPFAR.

AUAAlg. (1945-1989). *Processos individuais do pessoal docente*. Faro. EMPFAR.

AUAAlg. (1945-1986). *Registo numérico dos processos dos alunos do Curso do Magistério*. Faro. EMPFAR.

AUAAlg. (1975-1985). *Termos de matrículas*. Faro. EMPFAR, n.º 7.

Biblioteca da Universidade do Algarve na Penha [BUAlgp]. (1987-1988). *Atas da Comissão Liquidatária*. Faro. EMPFAR.

BUAlgp. (1945-1955). *Termos de matrículas*. Faro. EMPFAR, n.º 1.

Direção Regional de Educação do Algarve [DREAAlg]. (1900-1904, 1915-1917). *Registo de matrículas da Escola Distrital de Faro*. Faro. Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário [EDHMP].

DREAAlg. (1917-1919). *Registo de matrículas*. Faro. EDHMP.

Publicações periódicas

ALMEIDA, J. C. de A. - *Os professores primários e seus ordenados*. *O Normalista*. (16 abril 1914) 1, p. 3.

ALVES, A. - *A festa de despedida dos alunos do 2.º ano*. *A Escola Nova*. (9 fevereiro 1950) 2, p. 1.

BAPTISTA, Irene dos Santos. - *Disciplina Escolar*. *A Escola Nova*. (9 fevereiro 1950) 2, p. 1, 4. Secção noticiosa. "O Normalista". (16 abril 1914) 1, p. 4.

BARROS, Francisco Guerreiro - *O problema educativo*. *O Novato*. (15 maio 1913) 2, p. 1.

CONDE, Maria Teresa Barros - *O modo de ensino mútuo na formação dos mestres de primeiras letras: uma experiência pedagógica no Portugal Oitocentista*. *Revista lusófona de Educação*, Lisboa. 6 (2005) 111-137.

Ecos e comentários: para lamentar. "O Novato" (1 junho 1913) 3, p. 1.

Escola do Magistério Primário. "Algarve". (14 outubro 1945) 1959, p. 2.

Excursão dos alunos da Escola Normal de Lisboa. "O Novato". (1 junho 1913) 3, p. 1.

HORTA, Arthur - *O Normalista*. *O Normalista*. (16 abril 1914) 1, p. 1.

Justiça. “O Normalista”. (15 maio 1914) 3, p. 2.

LOPES, Hortênsio Pais de Almeida - *Por que surgimos... A Escola Nova*. (26 fevereiro 1950) 1, p.1 e 4. *Normalista* (O): Quinzenário pedagógico, literário e científico; Órgão dos normalistas de Faro. Ano 1, n.º 1 (abril 1914) - ano 1, n.º 5 (junho 1914). Faro: O Normalista, 1914.

Nossa orientação (A). “O Novato”. (1 maio 1915) 1, p.1.

Novato (O): Quinzenário pedagógico, recreativo, literário e noticioso; Órgão dos normalistas de Faro. Dir. Manoel dos Santos Botelho; Manuel J. da Trindade Lima. Ano 1, n.º 1 (maio 1913 - ano 1, n.º 11 (outubro 1913). Faro: O Novato, 1913.

PINTASSILGO, Joaquim y **MOGARRO**, Maria João - Das Escolas Normais às Escolas do Magistério Primário: percurso histórico das escolas de formação de professores do ensino primário, *Historia y Memoria de la Educación*, 1 (2015) 203-238.

PONTE, P. - Interesses Algarvios: o Algarve tem direito a uma Escola Normal. *Correio do Sul* (17 junho 1921) 71, p. 3.

REIS, Maria de Lourdes da Costa - Homenagem. *A Escola Nova*. (1 novembro 1960) 92, p. 1.

Vai ser criada em Faro uma Escola de Magistério Primário. “Correio do Sul”. (22 fevereiro 1945) 1449, p. 1.

Monografias

LAMEIRA, F. - Faro: **Edificações Notáveis**. Faro: Câmara Municipal, 1997.

NÓVOA, A. - **Le temps des professeurs: Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII-XXe siècle)**. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, vol. 1.

PALMA, Patrícia de Jesus (2015) – A Escola Normal Primária e de Ensino Mútuo (1837-1846). In *O Reyno das Letras. A cultura literária na periferia: o Algarve, 1759-1910*. Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 2015. Tese de doutoramento. p. 75-77, notas 228-235. Vol. 1.

PINTASSILGO, Joaquim; **MOGARRO**, Maria João; **HENRIQUES**, P. - **A formação de professores em Portugal**. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

SABÓIA, João – As escolas de formação de professores no Algarve. In Pintassilgo, Joaquim (coord.) – *Escolas de formação de professores em Portugal: história, arquivo, memória*. Lisboa: Edições Colibri, 2012, ISBN:978-989-689-267-8. p. 249-286.

As escolas primárias dos *Centenários*: Subsídios para uma história das construções escolares no Algarve

Vítor Ribeiro

INTRODUÇÃO

Um recinto escolar é, normalmente, muito mais do que um simples lugar onde cada sociedade oferece aos seus filhos a instrução geral que entende necessária ao seu desenvolvimento social e intelectual: é também um cenário – como refere ESCOLANO (2000)² – onde se encenam as práticas e se veiculam e inculcam os valores (sobretudo morais e sociais, mas também, e consequentemente, políticos) que norteiam essa mesma sociedade e, sobretudo, os grupos que sobre ela exercem, em cada momento, o seu poder.

No sentido em que arquitetura pode ser vista como “uma ordem que transmite, através dos seus traçados e símbolos, uma determinada semântica, ou seja, uma cultura” (ESCOLANO, 2000: 5; tradução livre), as escolas primárias construídas no âmbito do *plano dos centenários* não deixam assim de evidenciar os pressupostos ideológicos que lhes estão na origem e em cujo contexto se inserem³, ajudando também e de igual modo a evolução que irão sofrer os projetos-tipo a que as mesmas obedecem – traduzida num progressivo

¹ O autor segue o Novo Acordo Ortográfico.

² Segundo ESCOLANO, “La historia y la memoria pueden reconstruir la realidad y la imagen del espacio escolar en dos registros etnográficos: a) Como *lugar o escenario* en que se llevó a cabo la educación formal. La escuela sería, desde esta perspectiva, una especie de taller que reflejaría en sus estructuras arquitectónicas los modos de concebir la organización de la enseñanza, de disponer los elementos que configuran el sistema, y hasta de pautar las prácticas con que se ha funcionalizado la vida académica y los comportamientos de los niños y maestros. b) Como *representación o textualidad* dotada de significaciones, esto es, como un orden conformado a reglas y formas que comportan sentido, y que por consiguiente transmiten, a través de su semántica y de las metáforas y los signos en que se expresa, una determinada cultura.” (2000: 2)

³ Como assinala AMIGUINHO, “a exaltação da ruralidade, e de determinadas virtudes que a caracterizam, ocorre no reforço da ideologia de um Estado Novo, ao serviço de cuja inculcação e unidade nacional, a escola se espalha por toda a parte.” (2008: 115)

afastamento de alguns dos pressupostos ideológicos que lhes serviram de matriz através da progressiva diluição da imagética ruralista e regionalista inicial no sentido de uma maior abstração formal e racionalização e estandardização construtiva – a compreender a evolução das políticas educativas (cf., p. ex., NÓVOA, 1992: 455-519) e do próprio regime do Estado Novo.

AS ESCOLAS PRIMÁRIAS DOS CENTENÁRIOS: cronologia básica de um plano a três tempos

Não obstante o que a designação sugere, a construção de escolas primárias não constava do rol de obras a realizar no âmbito do Plano das Comemorações Centenárias de 1940. Com efeito, entre o “mundo de coisas, pequenas umas, outras grandes” (PORTUGAL, 1939a: 4) para as quais a Presidência do Conselho entendia “haver lugar” a fim de não só comemorar condignamente esse momento histórico como dar (a Portugal) um “tónico de alegria e confiança em si próprio [e] levar os serviços públicos e particulares a acelerar o ritmo a sua atividade, com o intuito de afirmar a capacidade realizadora” do país (*Idem*: 2) – pois não era “o Portugal de ontem, mas o de hoje, [...] o Portugal de Carmona e de Salazar” (FERRO, 1939: 19) que se pretendia, acima de tudo, celebrar –, não era reservado qualquer lugar para a construção de escolas, nomeadamente as destinadas ao ensino primário.

As escolas, e a instrução de uma forma geral, de resto, não eram sequer, por esta época, uma prioridade para o regime estado-novista. Como assinala M. F. MÓNICA, “Os salazaristas ressuscitaram a crença tradicional (para cuja divulgação durante o século XIX contribuíra, entre outros, Ramalho Ortigão) de que o povo português ‘não sentia necessidade de aprender’” (1977: 321), havendo mesmo, entre os partidários ou figuras gradas do regime, quem defendesse serem “Felizes os que esquecem as letras e voltam à enxada” e que “A parte mais linda, mais forte, e mais saudável da alma portuguesa reside nesses 75 por cento de analfabetos” (Virgínia de Castro e Almeida, 1928, *apud* MÓNICA, 1977: 327). Ora não sendo a instrução “um fim em si, mas simples instrumento cujo valor dependia do uso que lhe fosse dado”, acrescenta M. F. MÓNICA, logo, “difundi-la não devia constituir *per se* um ideal para o Estado Novo” (1977: 343-344).

Ainda assim, não se pode deixar de assinalar o esforço de disseminação da oferta pública de ensino primário no sentido de dotar o país de uma “densa

malha de escolas rurais” (AMIGUINHO, 2008: 159), estendendo ao campo um serviço que estava até então maioritariamente confinado aos centros urbanos e, por isso, fora do alcance da esmagadora maioria das populações rurais. Na ausência de uma política de educação pública consistente e sistemática – malgrado iniciativas como a lançada nos finais do séc. XIX e de que resultaram as designadas escolas *Adões Bermudes*⁴, ou o novo impulso que se procurará dar a partir de 1920 com a criação, no âmbito do Ministério da Instrução, da Repartição das Construções Escolares⁵, bem como as muitas leis promulgadas, no período da 1ª República, algumas de caráter progressista⁶, mas que ficaram invariavelmente por cumprir –, a oferta de ensino primário em muitas localidades do país, e em particular nas áreas rurais, estava até então dependente da iniciativa de particulares mais abastados, cujo gesto “era sempre muito louvado por ‘altruísta e caritativo’” (BEJA *et al.*, 1990: 42-43). Iniciativas entre as quais se podem destacar, pela sua maior abrangência territorial, as resultantes do legado testamentário de Joaquim Ferreira dos Santos, 1.º Conde de Ferreira⁷, que viriam a

⁴ Assim designadas por corresponderem a um projeto-tipo elaborado pelo arquiteto português Adões Bermudes no âmbito do “Programa para a elaboração de projetos de edifícios destinados a escolas de instrução primária” e em resposta (que terá sido a única) a um concurso público que havia sido lançado para o efeito em março de 1898, tendo sido construídas 180 escolas de acordo com aquele projeto-tipo, entre 1902 e 1912 (BEJA *et al.*, 1990: 75, 82). O mesmo Adões Bermudes será chamado, em 1912, a integrar a comissão incumbida pelo Governo de “fixar as normas técnicas a que devem obedecer os novos edifícios escolares [e] proceder à cuidadosa revisão dos projetos-tipo existentes” (DESPACHO de 15 de julho de 1912), normas que, porém, só virão a ser aprovadas a título provisório em 1917, através do DECRETO n.º 2.947, de 20 de janeiro, e, a título definitivo, dois anos depois, através do DECRETO 6.137, de 29 de setembro de 1919.

⁵ Organismo criado com a incumbência de proceder ao estudo, elaboração de projetos e de cadernos de encargos para as escolas a construir, bem como para residências destinadas aos respetivos professores (BEJA *et al.*, 1990: 102, 106), e que viria ser extinto em 1929, já depois da instauração da Ditadura Militar, sendo os respetivos serviços integrados no novo organismo que é então criado sob a tutela do Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC), a DGE MN – Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DECRETO n.º 16.791, de 30 de abril).

⁶ Como terá sido o caso da reforma da instrução primária promulgada em 29 de março de 1911, que R. de CARVALHO considera “um documento notabilíssimo que nos colocaria ao nível dos países mais avançados no domínio da instrução” (2001: 665).

⁷ Ao determinar que os respetivos testamenteiros mandassem “construir e mobilar cento e vinte casas para escolas primárias de ambos os sexos nas terras que forem cabeças de concelho sendo todas por uma mesma planta e com acomodações para vivenda do professor”, em número de não “mais de duas casas em cada cabeça de concelho” (testamento de Joaquim Ferreira dos Santos, Conde de Ferreira, *apud* BEJA *et al.*, 1990: 45), este legado colocava o governo da época, segundo BEJA *et al.*, “perante uma responsabilidade até aí nunca assumida: a inexistência de instalações apropriadas para o funcionamento de escolas primárias e a falta de regras, mesmo mínimas, que garantissem um grau aceitável de habitabilidade e conforto nas casas que eram usadas como salas de aula.” (1990: 45) Em consonância, a construção das escolas correspondentes virá a ser regulamentada através de uma portaria publicada em 20 de julho de 1866 que, para além do programa, dimensionamento, mobiliário, etc., determinava apenas que cada escola deveria corresponder a um edifício isolado de qualquer outro e “situar-se em local aprazível e muito bem articulado com o núcleo

ficar conhecidas como escolas *Conde Ferreira*, ainda na segunda metade do séc. XIX, ou os Jardins-Escola João de Deus⁸, já nas primeiras duas décadas do séc. XX.

Todavia, nenhuma dessas iniciativas se traduziria, nem no investimento na instrução, nem na abrangência territorial que a elevada taxa de analfabetismo (mesmo quando comparada com muitos outros países mediterrânicos, aqueles que nos estavam culturalmente mais próximos) que então se registava no nosso país exigia, pois aquando da implantação da República, Portugal tem cerca de $\frac{3}{4}$ da sua população sem saber ler nem escrever, valor superior ao dos restantes países do Sul da Europa e muito distante da realidade do Norte da Europa, onde esse problema estava já controlado no início do século XX (PORTUGAL, 2009: 17).

Efetivamente, de acordo com um quadro resumo da rede do ensino primário que consta do Plano dos Centenários, em 1939 a maior parte do ensino primário era assegurado, em todas as regiões do país, em particular nas áreas rurais e nem sempre nas melhores condições⁹, por “postos escolares” de iniciativa particular resultantes, frequentemente, da reconversão, adaptação ou utilização para essas funções, na sua totalidade ou em parte, de um edifício originalmente destinado a outro(s) uso(s)¹⁰ – geralmente, uso habitacional – e pertencente a um particular que o oferecia, cedia a título de “empréstimo” (BEJA *et al.*, 1990: 41) ou arrendava para esse efeito. A título de exemplo, assinala-se o caso do Algarve com uma relação

populacional que viria a servir” (*Idem*: 47). Contudo, das 120 escolas que o testamento do Conde Ferreira determinava, apenas terão sido construídas 91.

⁸ Para o desenho de alguns dos edifícios correspondentes - entre os quais o primeiro, construído em Coimbra e inaugurado em 1911 - será chamado Raul Lino, que trabalhará de acordo com as bases pedagógicas e as exigências funcionais e estéticas definidas por João de Deus Ramos (BEJA *et al.*, 1990: 69-70), impulsionador da iniciativa na esteira do trabalho iniciado por seu pai, João de Deus.

⁹ Segundo BEJA *et al.*, na segunda década do século XX eram muitos os relatos surgidos na imprensa a dar conta de situações “impressionantes, por vezes inacreditáveis” de escolas “instaladas nas piores casas que havia nas vilas e nas aldeias e até nas cidades” (1990: 102) da maior parte do território.

¹⁰ Em muitos casos, apenas um dos compartimentos de habitação era afeto à função escolar, mantendo os restantes compartimentos – não raras vezes ocupados pela própria professora, quando deslocada de outra região ou localidade – o uso original (cf. AA.VV., 2004: 163). Da instalação destes “postos escolares” em edifícios ou anexos destinados a outros usos, ou confinando, por ex., com tabernas ou espaços destinados à guarda de animais, resultavam situações que, quer do ponto de vista social, quer do ponto de vista da higiene, não seriam as mais adequadas e que tenderão a ser denunciadas, culminando no estabelecimento, em 1927, através do DL n.º 13.337, de 25 de março, de distâncias mínimas de afastamento, sendo assim proibida a construção e funcionamento “de qualquer edifício a 10 metros de distância dos edifícios escolares e suas dependências” (art.º 1º); “de novas fábricas, armazéns, matadouros, abegoarias, ou quaisquer outros estabelecimentos que constituam vizinhanças incómodas, perigosas ou insalubres, a menos de 200 metros” (art.º 2º) e de “cemitérios, nitreiras, ou fábricas cujas emanações sejam incómodas ou doentias, a menos de 500 metros” (art.º 3º).

de 124 postos para apenas 35 edifícios do Estado, correspondendo a estes um total de 73 salas (Idem, 1996: 25) e um rácio de 1 sala por cada 432,5 alunos em idade escolar recenseados; rácio inferior apenas ao do Funchal e quase três vezes superior à média nacional (1:119,4), o que dá bem a ideia da deficiente cobertura então assegurada pelo ensino oficial público, em particular na região algarvia.

É neste contexto que o arqt.^o Guilherme Rebello de Andrade (na qualidade de chefe da 5^a Secção da Direção dos Edifício Nacionais do Sul) desenvolve e propõe, em 1932, um conjunto de normas a que se deveriam sujeitar as “escolas primárias oficiais a construir em série” (ANDRADE, 1990: 317), dando, por um lado, cumprimento às incumbências de que a DGEMN havia sido investida (nomeadamente as previstas no art.^o 4.^o do Decreto n.^o 21.697, de 30 de setembro, relativas à “construção ampliação ou reparação de escolas primárias”) e, por outro, seguimento à importância que as construções escolares virão a assumir no novo regime¹¹, – através nomeadamente da inscrição de uma sub-rubrica “Escolas primárias” na rubrica “Subsídios para melhoramentos rurais” do orçamento do Ministério do Comércio e das Comunicações, em 1931 (DECRETO 19.502, de 24 de março), ficando a localização das mesmas sujeita à elaboração de “planos a que deverão subordinar-se todos os melhoramentos” (art.^o 3.^o) a subsidiar no âmbito daquele diploma, bem como a sua integração no âmbito das “obras de interesse local e vantagens coletivas a executar fora dos grandes centros urbanos” consideradas “melhoramentos urbanos” pelo Decreto 21.697, de 30 de setembro de 1932.

Definidos os termos, e pese embora o próprio Rebello de Andrade sugerir um desenho esquemático para uma escola rural de uma sala, a ausência de meios (materiais e humanos) para “dar execução a qualquer vasto plano de obras de escolas primárias a que o governo resolva abalançar-se” (*apud* BEJA *et al.*, 1990: 190) ditará que a encomenda dos projetos tipo de escolas a construir acabe por ser feita a dois arquitetos externos àquele organismo, ambos prestigiados e já com experiência neste tipo de construções¹²: Rogério de Azevedo, incumbido, a partir do Porto dos projetos

¹¹ Seguindo-se a um período de “grande retrocesso”, coincidente com a fase da Ditadura Militar instaurada em 1926, traduzido numa redução do número de escolas construídas e na maior dificuldade na sua concretização (BEJA *et al.* 1990: 184).

¹² Rogério de Azevedo, com muitas escolas infantis e creches projetadas e construídas no Norte e Centro do país (em parceria com Baltazar de Castro, que desde 1929 ocupava o cargo de diretor interino da secção Norte da DGEMN); Raul Lino, com as escolas João de Deus.

para os distritos do Norte e Centro (Viana do Castelo, Braga, Bragança, Vila Real, Porto, Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra e Castelo Branco); e Raul Lino, a partir de Lisboa, dos projetos para os distritos mais a Sul (Leiria, Santarém, Lisboa, Setúbal, Portalegre, Évora, Beja e Faro) (BEJA *et al.*, 1990: 203, 212)¹³.

Contudo, embora iniciada em 1935, a construção das escolas previstas nesse plano viria a ser interrompida dois anos depois, em 1937, por decisão do próprio Presidente do Conselho – alegando a ausência de um plano geral definitivo para o qual faltava ainda a fixação de “certos princípios de ordem pedagógica e de organização do ensino primário” (SALAZAR, 1990: 242)¹⁴ –, retomada, a título excecional, em 1938 – já com Duarte Pacheco de volta ao MOPC, do qual fora afastado dois anos antes, e tendo em vista a conclusão de 243 edifícios (nenhum deles no Algarve) de escolas primárias cujo processo de construção tinha já sido iniciado (*RELAÇÃO...*, 1938)¹⁵, alguns dos quais obedecendo a projetos anteriores aos projetos-tipo regionalizados de Rogério Azevedo e Raul Lino – e só prosseguida, de forma sistemática, a partir de 1941, no âmbito do “plano geral da rede escolar, que será denominado ‘dos Centenários’” (LEI n.º 1.985, 1940: art.º 7º) – denominação com que parecia então querer-se, de alguma forma, colmatar, ainda que tardiamente¹⁶, a omissão no “grandioso” plano das comemorações centenárias que havia sido traçado em 1938.

Para além de aspetos de ordem técnica e estética, que trataremos a seguir, e outros de natureza financeira – que não só reafirmavam o princípio, inscrito na Lei 1.969 de 20 maio de 1938, da comparticipação do Estado com as autarquias locais no financiamento de cada edifício a construir, fixando a mesma em percentagens iguais (50%), como admitia não ser o plano exequível “em prazo inferior a dez anos” (*DESPACHO...*, 1941: #6), estimando um custo global de 500.000 contos para a execução do plano –, o plano então delineado estabelecia ainda que:

¹³ De fora terão ficado os projetos para as ilhas da Madeira e dos Açores, relativamente aos quais BEJA *et al.* (1990: 236) referem não terem chegado sequer a ser iniciados, não indicando porém se os mesmos foram atribuídos e, em caso afirmativo, a quem.

¹⁴ Princípios que as bases da reforma do ensino primário promulgadas em 1938 através da Lei n.º 1.969, de 20 de maio, viriam finalmente estabelecer.

¹⁵ Mas proibindo quaisquer novas construções “até à aprovação do plano geral que está a ser ultimado” (DECRETO-LEI n.º 29.011, de 19 de setembro: preâmbulo) e viria ser publicado no ano seguinte, através de Despacho do Conselho de Ministros de 15 de julho de 1941, mas só fixado em definitivo em 1943 (PORTUGAL, 1943).

¹⁶ Convém lembrar que o plano das comemorações centenárias havia sido lançado em 1938, e que as mesmas, tendo decorrido entre 5 de maio e 2 de dezembro de 1940, estavam já, por isso, encerradas.

(i) cada escola deveria servir uma população residente a menos de 3 quilómetros da mesma, considerando para o efeito ser essa a distância que “a criança poderia percorrer”;

(ii) cada sala de aula não deveria comportar mais de 40 alunos;

(iii) nenhuma escola deveria possuir mais de 4 salas de aula – com exceção dos grandes centros urbanos, por razões que se prendiam com “a densidade da população, o valor dos terrenos e a escassez de áreas disponíveis”;

(iv) que o princípio legal da não coeducação dos sexos¹⁷ deveria ser “fielmente” seguido, “mesmo nos meios rurais”, a menos que tal “exigi[sse] aumento de salas de aula a construir ou se traduzi[sse] em grave incómodo para as crianças.” (*Idem*: #4)

Em termos absolutos, o plano previa inicialmente a construção de 12.500 salas de aula abrangendo um total de 8.240 edifícios, em todo o país, dos quais, respetivamente, 662 e 448 na região do Algarve [*vide* tabela 1]. Todavia, o *Mapa definitivo* que virá a ser publicado em 1943¹⁸, embora mantenha, a nível nacional, o número total de salas de aula previstas, reduz o número de edifícios a construir para 7.180; redução que, no caso do Algarve, abrange não só o número de edifícios (- 20%) mas também o de salas de aula (- 10%) [*vide* tabela 1].

Definida então a prossecução do plano como “urgente” (BEJA *et al.*, 1996: 27), é determinada, em consonância, a construção de 200 novos edifícios de acordo, ainda, com os projetos-tipo definidos em 1935 por Raul Lino e Rogério de Azevedo. Porém, constar-se-ia que não só nem todas soluções preconizadas nesses projetos eram adaptáveis às novas exigências funcionais (particularmente as decorrentes da observância do princípio da separação dos sexos), como o agravamento geral dos preços, consequência da situação de guerra que então estalara na Europa, obrigava à revisão dos mesmos tendo em vista, por um lado, dar melhor resposta àquelas exigências e, por outro, reduzir os custos com a construção (*Idem*: 43).

Esta revisão far-se-á, porém, já sem a intervenção daqueles dois arquitetos, recorrendo a DGEMN a quatro arquitetos dos seus quadros para os projetos destinados

¹⁷ Princípio estabelecido logo nos primeiros tempos da Ditadura Militar, em 1927 (DECRETO 13.791, de 17 de Junho, art.º 3º) e posteriormente reafirmado pelo Estado Novo em 1938 (LEI 1.969, de 20 de maio, Base VIII) e 1939 (PORTARIA n.º 9.389, de 30 de novembro).

¹⁸ Mapa detalhado que indica não só o número global de escolas e salas de aula por concelho, mas também a localização de cada escola, o respetivo tipo (em número em salas) e as localidades, lugares ou aldeias a servir pela mesma.

ao território continental (aprovados em 1944): Manuel Fernandes de Sá (DEN¹⁹ Norte), Joaquim Areal (DEN Centro), Eduardo Moreira dos Santos (DEN Lisboa) e Alberto Braga de Sousa (DEN Sul), e a dois externos para os projetos destinados aos territórios insulares dos Açores e Madeira (aprovados, respetivamente, em 1945 e 1949): Luiz de Mello (em Ponta Delgada) e Fernando Peres (a partir do Porto).

A primeira fase do Plano dos Centenários viria a ser lançada em 1944, com a construção prevista de 559 novas escolas (1255 salas de aula), das quais 28 (105 salas) na região do Algarve [*vide* tabela 1] – a crescer às 70 (144 salas) iniciadas ainda antes dessa data –, a que se seguiriam ainda mais outras quatro fases até meados dos anos 1950 (BEJA *et al.*, 1996: 103 e 106). No entanto, decorridos os dez anos que aquele despacho admitia ser o prazo mínimo necessário para a concretização do plano, gasta metade da verba total prevista mas construídas apenas 2.883 salas de aula e 1.390 edifícios – ou seja, apenas cerca de 23% e 19% (RAMOS, 1999: 99) do que estava efetivamente previsto –, e acentuando-se a urgência em acelerar o ritmo da construção de novas escolas – quer face ao elevadíssimo valor em que se mantinha a taxa de analfabetismo (40%), quer por força acrescida da obrigatoriedade da frequência do ensino primário até ao exame elementar da 3.ª classe decretada pelo *Plano de Educação Popular* (PEP) promulgado em 1952 (DECRETO-LEI n.º 38.968, de 27 de outubro) –, a necessidade de definir soluções mais económicas e expeditas viria a impor-se, determinando a decisão, que virá ser tomada em 1955, de se proceder a uma nova revisão dos projetos-tipo para as escolas do ensino primário.

Essa revisão far-se-á em 1956, segundo proposta do Arqt.º Fernando Peres, sendo a última até à promulgação, em 1961, do novo *Plano de construções para o ensino primário* (LEI 2.107, de 5 de abril), documento que atualizava o *Plano dos Centenários* em consonância com o PEP, com a Portaria 15.760, de 9 de março de 1956 – que veio determinar novas instruções para escolha dos terrenos destinados à edificação de escolas primárias –, com o DL n.º 40.964, de 31 de dezembro de 1956 – que, entre outras disposições, veio ampliar a escolaridade obrigatória até à 4ª classe (para rapazes) e alargar de 3

¹⁹ Direcção de Edifícios Nacionais. Com a reorganização de serviços operada em 1935, a DGEMN passou a compreender uma direcção de monumentos e quatro direcções de edifícios: Norte (abrangendo os distritos do Porto, Vila Real, Bragança, Braga e Viana do Castelo); Centro (Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra, Leiria e Portalegre e Castelo Branco); Lisboa (Santarém, Lisboa e Setúbal); e Sul (Évora, Beja e Faro) (DECRETO-LEI n.º 26.117, art.º 4.º).

para 4 km a distância máxima que cada criança deveria percorrer para frequentar a escola, do alargamento da escolaridade obrigatória até à 4ª classe entretanto decretado –, e com o DL n.º 42.994, de 28 de maio de 1960 – que veio estender também às raparigas o regime de escolaridade obrigatória instituído em 1956.

Tabela 1: Edifícios e salas a construir no distrito de Faro no âmbito do *Plano dos Centenários*

Município	1941, Despacho de 15/jul					1943, Mapa Definitivo								1961, Decreto n.º 43.674							
	S	Edifícios					S	Edifícios								S	Edifícios				
		1s	2s	3s	4s	T		1s	2s	3s	4s	6s	8s	T	1s		2s	4s	8s	T	
Albufeira	36	19	5	1	1	26	33	5	10		2			17	15	5	5			10	
Alcoutim	30	22	4			26	22	12	5					17	37	21	8			29	
Aljezur	13	6		1	1	8	11	11						11	22	16	3			19	
Castro Marim	24	10	2	2	1	15	20	4	8					12	26	16	5			21	
Faro	55	31	4		4	39	53	9	10				3	22	44	8	8	1	2	19	
Lagoa	26	7	8	1		16	31	9	7		2			18	27	11	4	2		17	
Lagos	34	9	2	3	3	17	31	12	4	1	2			19	19	7	4	1		12	
Loulé	127	70	12	3	6	91	94	42	18		4			64	75	37	13	3		53	
Monchique	37	27	1		2	30	37	33	2					35	42	30	6			36	
Olhão	54	20	6	2	4	32	54	6	7	2	1		3	19	24	8	2	1	1	12	
Portimão	31	7	2		5	14	32	9		1	1		2	13	31	7	8	2		17	
S. Brás de Alportel	29	23	3			26	18	10	4					14	16	12	2			14	
Silves	69	26	9	7	1	43	53	21	10			2		33	63	31	16			47	
Tavira	58	27	7	3	2	39	52	30	7		2			39	49	35	7			42	
Vila do Bispo	13	11	1			12	12	8	2					10	10	8	1			9	
V. R. S.º António	26	8	2	2	2	14	25	5	7			1		13	2	2				2	
Total	662	323	68	25	32	448	578	226	101	4	14	3	8	356	502	254	92	10	3	359	

Legenda: S – número total de salas; T – número total de edifícios; ns – edifício de n sala(s).

Fonte: DESPACHO..., 1941; PORTUGAL, 1943; DECRETO N.º 43.674..., 1961.

AS ESCOLAS PRIMÁRIAS DOS CENTENÁRIOS: circunstância e projeto

Um das características fundamentais das escolas ditas *dos centenários* reside na imagem tendencialmente ruralizante e regionalizada que virão a adotar e no recurso, em termos estéticos e formais, à gramática arquitetónica da “casa portuguesa” e ao receituário que Raul LINO (1992; s.d.) lhe ajudara a definir e fixar, consubstanciando um modelo arquitetónico “nacionalista, de feição regional” (PEREIRA &

FERNANDES, 1980: 546) e um “estilo folclórico de feição mais ou menos rústica (correspondendo a um retrato do país enquanto eterna aldeia)” (PORTAS, 2005b: 150); modelo que melhor corresponderia às exigências contextuais de um país “essencial e inevitavelmente rural” (ROSAS, 2001: 1035), sendo assim o mais consonante com a ideologia eminentemente ruralista (e ruralizante) do regime.

Contudo, essas características, mais marcadas na primeira das três fases dos projetos-tipo regionalizados a que virão a obedecer as escolas primárias construídas no âmbito daquele plano, irão perdendo fôlego e diluindo-se à medida que outros critérios farão valer a sua força – particularmente a necessidade de contenção de custos, que determinará uma progressiva depuração e simplificação estética, formal e espacial (mais vincadas, em termos espaciais, da primeira para a segunda fase) e uma crescente racionalização e estandardização material e construtiva (que se acentuará da segunda para a terceira fase).

Se bem que essas características, sobretudo nas duas primeiras fases, as afastem, em termos imagéticos, das antecessoras experiências das escolas *Conde Ferreira* e *Adões Bermudes*, cuja filiação eminentemente positivista lhes permitira adotar uma imagem mais classicizante e uniforme (não predeterminada em termos programáticos), como no primeiro caso, ou mais eclética e modernizante, como no segundo caso, será contudo a esta segunda experiência que o *Plano Geral de Tipos-Regionais de Escolas Primárias Oficiais a Construir em Série* proposto por Guilherme Rebello de Andrade em 1932 – documento que constitui, de alguma forma, a base programática dos projetos-tipo das escolas dos centenários – irá beber um dos seus princípios fundamentais.

Com efeito, a proposta de Adões Bermudes, ainda que hoje mereça ser classificada como “um dos primeiros projectos entendidos em sentido moderno, prevendo as variantes e combinações que os tornavam adaptativos às várias situações de programa e dimensão” (FERNANDES, 1993: 77), viu-se pré-condicionada, em sede de programa de concurso, pela recomendação – inédita até então, segundo BEJA *et al.* (1990: 76) – de que cada um dos três tipos diferentes de edifícios a considerar “viesse a ser construído de acordo com as técnicas e os materiais próprios de cada zona do país”, tendo-se considerado para esse feito sete regiões distintas: (i) Minho e Douro, (ii) Trás-os-Montes, (iii)

Beiras, (iv) Estremadura, (v) Alentejo, (vi) Algarve e (vii) Ilhas Adjacentes (*Idem: Ibid.*).

Ora, retomando esta recomendação, o *Plano Geral* de Rebello de Andrade – que, segundo BEJA *et al.*, “em nada contradizia os preceitos organizados por Adães Bermudes, Costa Sacadura e Arlindo Varela; te[ndo], sim, a preocupação de expor, em concreto, algumas regras para projecto, não definidas anteriormente” (1990: 202) – irá ser ainda mais claro na imposição de uma imagem regionalizada, determinando que as novas escolas fossem “concebidas para serem construídas em série, de harmonia com as características da arquitectura regional, impostas, não só pela aplicação dos materiais próprios dessas regiões, mas também pelas variações do clima” (ANDRADE, 1990: 317); variações de que deveriam assim resultar diferenças, nomeadamente, na proporção das superfícies iluminantes e na altura dos pés-direitos, em função, respetivamente, da intensidade da luz e da densidade atmosférica (*Idem: Ibid.*). Porque só as escolas concebidas na obediência a esses preceitos, continua Rebello de Andrade – em clara sintonia com a necessidade, manifestada e defendida pelos ideólogos do Estado Novo, de *reaportuguesar* a arquitetura portuguesa, construindo *moderno, mas português*²⁰ – serão “assimiláveis pelo povo” e insuscetíveis de lhe ferir a “sensibilidade étnica” pela imposição de “elementos exóticos” ou de um “‘racionalismo’ forçado, desprezando a tradição, fonte inesgotável dos conceitos da Pátria, a Grande Família” (*Idem: Ibid.*).

Opondo assim a esse “racionalismo forçado” – ou seja, aquele que teria certamente como referente o Movimento Moderno e a sua “angustiante neofilia” (GRACIA, 2001: 14; tradução livre), traduzida na rejeição da tradição, da ideia de *continuum* histórico e da relação com o contexto – um outro, que designa como “bem compreendido”, por capaz de “bem aproveita[r] os elementos locais, conjugando-os com os novos recursos construtivos”, Rebello de ANDRADE antevê assim três vantagens decorrentes: “uma melhoria económica; a assimilação de novas formas provenientes de tendências modernas da Arte; a satisfação das constantes e renovadoras exigências da pedagogia”, de que, necessariamente, no seu entender, resultariam

²⁰ Proposição que António Ferro estabelecera, a propósito da exposição e das obras que lhe estavam associadas, ao sugerir que, “aos artistas”, a colaboração que lhes era pedida era a de “chegar ao aparente impossível: criar, na pintura, na escultura e na arquitectura, o estilo português de 1940, não um estilo arte-nova mas um estilo moderno, forte, saudável, que venha do passado sacudindo a poeira do caminho.” (1939: 22)

“escolas concebidas por evolução da tradição, escolas para a sua época, escolas para hoje.” (1990: 317)

Nesse sentido, Rebello de Andrade determina que a planta-tipo a conceber obedeça a três condições essenciais: (i) fosse generalizável e suscetível de ampliações futuras, (ii) pudesse aproveitar todos os terrenos, qualquer que fosse a exposição ao Norte, e (iii) permitisse uma estandardização construtiva, a ser feita por grupos (respeitando cada um deles a uma região determinada). Para este último efeito, o plano irá assim propor a divisão do país em sete regiões – A) Algarve; B) Alentejo; C) Estremadura; D) Beira Litoral; E) Beira-Baixa do Sul; F) Beira-Baixa do Norte, Beira Alta e Minho; e G) Trás-os-Montes (1990: 318) – cujos limites procuram refletir, não necessariamente os limites administrativos da divisão provincial então em vigor, mas antes, e sobretudo, as “afinidades em recursos de materiais de construção, em mão-de-obra e em processos de construção e ainda em afinidades climáticas” entre elas existentes; divisão que, porém, não deixará de admitir a introdução de algumas *nuances*, relativamente a cada região, contrariando dessa forma a rigidez e arbitrariedade que tal ação sempre comporta. Assim, no que concerne em particular à região do Algarve, cujo anteprojeto então apresentado adotava uma “forma acentuadamente mourisca” que reconhece “corresponde[r] mais propriamente ao litoral, com especialidade a Olhão” (ANDRADE, 1990: 319), retomando e confirmando a preponderância que a arquitetura dita “quasi cubista” (S.A., 1922: 43) desta cidade terá na caracterização geral da arquitetura de toda a região²¹ –, Rebello de ANDRADE, não obstante reconhecer ser aquela tipologia “bem própria do clima asfixiante e da intensa luz do Algarve”, concede, porém, que, porque “no interior, aquela tradição desvaneceu-se quasi por completo [...] talvez não seja francamente defensável a generalização de um único tipo de escola para toda a província.” (1990: 319).

No que respeita à questão dos materiais e da mão-de-obra, Rebello de ANDRADE sugere, quer para o Algarve, quer também para o Alentejo, o emprego de alvenaria ordinária em paredes e fundações, com recurso ao calcário para as alvenarias aparelhadas; a utilização, nas coberturas, da “abobada peculiar ao

²¹ A exemplo do que sucedera com a maquete representativa de Portugal exibida na Exposição de Nova Iorque de 1939, a reconstituição das aldeias da região na Exposição do Mundo Português de 1940 destacava igualmente um “aglomerado de casas, construção típica de Olhão, com vivendas açoteadas e coroadas das características chamínés” conformando “pequenos pátios” decorados com “vegetação regional” (S.A., 1940a: s.p.), passando assim ao lado da variedade das arquiteturas da região.

Algarve [...] a chamada abobadilha que se constrói sem ‘cambota’ de tijolo; o emprego de alvenaria de tijolo nos arcos e padieiras, o recurso à pedra calcária nas cantarias aparelhadas, bem como o “largo emprego de rótulas nas janelas porque a tradição e o clima assim o impõem” (1990: 320). Mais curiosa, no entanto, é a ideia que se deve “evitar o abuso das caiações exteriores a cal pura, porque reflecte com tal intensidade os raios solares, que a vista dificilmente os suporta”, propondo, alternativamente, o recurso a “caiações coloridas a almagre, ou a ocre ou a verde, por exemplo” (*Idem*: 321). Contrariando assim, com argumentos que remetem para a importância do conforto visual, quer o “domínio” que Raul LINO atribui (e defende), de forma eminentemente romântica, à cor branca “[n]as regiões mais áridas como os campos do Alentejo, ou o cálido litoral” (s.d.: 32) quer a preponderância, de cariz “normativa e higienista (o sistemático branco rematado a pedra)”, que o Estado Novo irá também conceder, de uma maneira geral, ao “branco nacionalista da cal” em detrimento da “cor popular” (AGUIAR, 2002: 185 e 297). Contudo, estando por fazer um estudo mais exaustivo das escolas dos centenários, desconhecemos se essa ideia chegou a ser aplicada nalgum caso, e, se o foi, durante quanto tempo resistiu à imposição desse “branco nacionalista”.

Relativamente ao custo das construções, vale a pena assinalar a diferenciação que Rebello de ANDRADE estabelece entre os tipos de construções destinadas às áreas urbanas e rurais, a qual não passa tanto pela arquitetura ou pela imagem, quanto pela qualidade geral da construção e dos materiais empregues, com prejuízo evidente para as áreas rurais – a cujas populações não parece assim ser reconhecido o direito a usufruir da mesma qualidade construtiva –, ao sugerir que o tipo de edifício a construir nestas áreas, a que chama “escola campesina”, seja não só “totalmente destituído de cantaria, quando este material constituir um luxo ou que, pelo menos, encareça a obra”, como de “caixa de ar ou de qualquer melhoria na construção que não esteja nos moldes correntes da construção rústica” (1990: 322), determinação que ao surgir sublinhada (no original) reforça dessa forma a importância atribuída à observância da mesma por parte dos futuros projetistas.

Estabelecidas assim as bases do plano, Rogério de Azevedo e Raul Lino virão a definir, respetivamente, seis tipos para a região norte e três para a região sul: *Minho (tijolo)*, *Alto Minho*, *Douro (cantaria de granito)*, *Beira Alta (cantaria de granito)*, *Beira Litoral (cantarias)* e

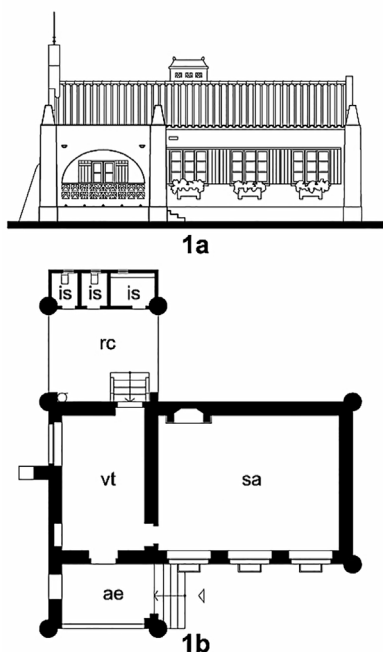


Figura 1 Raul Lino, projeto-tipo Algarve (1 piso, 1 sala), 1935: alçado principal (1a) e planta (1b).

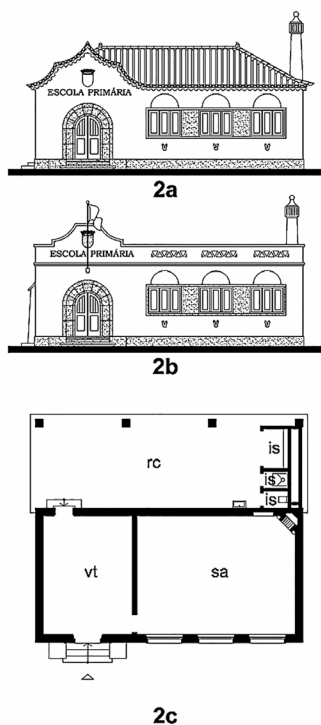


Figura 2 Alberto Braga de Sousa, projeto-tipo Algarve (1 piso, 1 sala), 1944: alçado principal, na versão original de 1944 (2a) e na variante Olhão/Fuseta de 1948 (2b), e planta (2c).

*Trás-os-Montes (xisto)*²², desdobrados em variantes de um piso, com uma ou duas salas, e de dois pisos, com duas salas sobrepostas, três e quatro salas; e *Algarve, Estremadura (cantaria)* e *Alentejo/Ribatejo (tijolo)*, desdobrados em variantes de uma a quatro salas (BEJA *et al.*, 1990: 203-235).

No que à região algarvia diz respeito, não se pode deixar de assinalar o facto de Raul LINO, fiel à rejeição da cobertura plana que adotara como princípio, por nela não vislumbrar ou lhe não reconhecer “apreciável vantagem – técnica, económica ou sentimental” (1992: estampa 21), propor um edifício onde a mesma, contrariamente ao que sugerira Rebello de Andrade, está ausente, estabelecendo a diferenciação regional face aos outros tipos que desenha no recurso à platibanda (alpendre de entrada), ao arco abatido (alpendre e recreio coberto) e aos contrafortes cilíndricos²³ (em todas as arestas do edifício) e no desenho da chaminé [Fig.s 1 e 5].

As propostas de Lino e Azevedo serão, no contexto dos tipos que virão a ser usados nas escolas dos centenários, os que se apresentam mais ricos do ponto de vista

1. espacial – na recusa da simetria (em ambos os casos), na forma como articula os diferentes espaços funcionais (particularmente nos tipos, de duas ou mais salas, definidos por Lino) e na imposição de orientações diferenciadas para as fachadas das salas de aula nos edifícios com mais de uma sala (nos tipos definidos por Azevedo);
2. formal – na conjugação estabelecida entre diferentes volumes;
3. e material/decorativo – no recurso mais abundante às cantarias de pedra e ao tijolo de barro, ambos à vista na marcação de diversos elementos construtivos e usadas como forma de diferenciação regional, às floreiras nas janelas e aos já referidos contrafortes cilíndricos (no tipo *Algarve*), às grelhagens

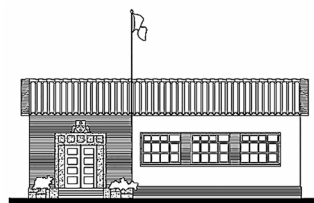
²² Fundamentando a proposta do material a usar nas alvenarias, segundo BEJA *et al.* (1990: 212), nos dados da Carta Geológica de Portugal de 1899, de J. F. Delgado e Paul Choffat.

²³ Note-se que estes elementos, embora sejam associados ao tardo-gótico alentejano de tradição mudéjar – patente, p. ex., na Igreja Paroquial de Mértola ou na Ermida de São Brás de Évora – surgem, na proposta de Lino, como elementos diferenciadores do projeto-tipo para a região algarvia, estando porém ausentes do projeto-tipo por este definido para a região alentejana. Assinale-se, porém, a presença dos referidos elementos, em território algarvio, p. ex., na “casa rural” de Milreu (Estói, Faro), embora neste caso os mesmos tenham resultado, segundo RAMALHO (2004: 162-167) – que os designa como “cabelos” –, de alterações feitas a este edifício numa fase mais recente (séculos XIX-XX).

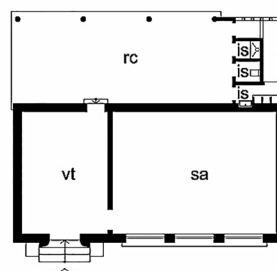
de tijolo nos muretes (nos tipos *Alentejo/Ribatejo* e *Algarve*), no desenho das chaminés, nas marcações das entradas (particularmente nos tipos *Douro* e *Beira Alta*), na aposição de sacadas ou varandins (nos tipos *Beira Alta*, *Beira Litoral* e *Trás-os-Montes* de dois pisos).

Com efeito, as dificuldades decorrentes do intensificar da guerra na Europa virão a impor a necessidade de obtenção de uma maior economia de construção, economia essa que virá a ser conseguida, nos projetos-tipo da segunda fase, definidos em 1944, à custa, essencialmente:

1. da revisão e substituição dos pormenores construtivos originalmente definidos – sendo a este respeito referidos os exemplos da substituição das cornijas de cantaria por beirais e o recurso a portas interiores de uma só folha (BEJA *et al.*, 1996: 44);
2. da adoção de critérios mais rigorosos e estritos na escolha dos materiais – de que decorreria a admissão, p. ex., de outros tipos de telhas, “mais baratos e fáceis de encontrar em pequenas fábricas perto das obras”, que não as telhas “Campos” originalmente exigidas nos cadernos de encargos, e no recurso à madeira de pinho (no travejamento dos alpendres) e castanho ou casquinha (nas portas e caixilhos) em substituição do cedro (cujo uso seria assim restringido aos aros dos vãos exteriores) (*Idem*: 109);
3. da redução de pés-direitos (de 3,50 para 3,20 m), da superfície iluminante (dimensão das janelas) das salas (menos 1/6 do que a proporcionada pelos tipos anteriores) e da espessura das paredes divisórias interiores (*Idem*: 113);
4. ou ainda – como virá a ser proposto pelas secções regionais do Centro e Sul dos Edifícios Nacionais, na definição de um novo tipo *Serra* a aplicar nos lugares remotos das Serras da Lousã, Estrela, Gardunha, Portel e Cabrela, e em povoados do interior dos distritos de Beja e Faro – na supressão de pormenores de acabamento (beirado à portuguesa), materiais (lambris de azulejo dos sanitários; ardósias dos urinóis) e equipamentos (fogão de sala) ou na sua substituição por outros necessariamente mais baratos (cantarias por reboco de cimento;

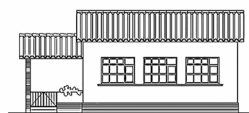


3a

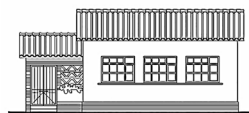


3b

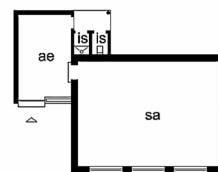
Figura 3 Fernando Peres, projeto-tipo urbano (1 piso, 1 sala), 1956: alçado principal (3a) e planta (3b).



4a



4b



4c

Figura 4 Fernando Peres, projeto-tipo rural (1 piso, 1 sala), 1956: alçado principal, na versão original de 1956 (4a) e na versão revista de 1958 (4b), e planta (4c).

- Legenda: ae – alpendre de entrada; vt – vestíbulo/vestíário; sa – sala de aula; rc – recreio coberto; is – instalação sanitária.

- Desenhos produzidos por Vítor Ribeiro (2016) a partir das reproduções publicadas em Beja *et al.*, 1990: 204 e 1996: 88, 110 e 165.



Figura 5 Loulé, escola primária do tipo Algarve (2 pisos, 3 salas) definido por Raul Lino em 1935. Vítor Ribeiro, 2016.

mosaico hidráulico por betonilha de cimento) (*Idem*: 113-114), traduzindo dessa forma uma hierarquização claramente depreciativa dos meios rurais e das necessidades e aspirações das respetivas crianças e populações mas ironicamente consonante com o discurso da “vocação de pobreza” do regime.

Nesta segunda fase, j a efetivamente sob os auspícios do *Plano dos Centenários* e enquadrando-se nos seus princ pios²⁴, os arquitetos da DGEMN Manuel Fernandes de S  (DEN Norte), Joaquim Areal (DEN Centro), Eduardo Moreira dos Santos (DEN Lisboa) e Alberto Braga de Sousa (DEN Sul) irão definir, em consonância com o Despacho da Presidência do Conselho de 15 de julho de 1941²⁵, quatro tipos para a região norte – *Minho-Granito*, *Douro-Granito*, *Douro-Xisto* e *Douro-Tijolo* –, outros tantos para a região centro – *Beira Litoral-Cantaria*, *Beira Litoral-Tijolo*, *Beira Alta-Granito* e *Beira Alta-Xisto* –, e mais cinco para a região sul – *Ribatejo*, *Estremadura* e *Alto Alentejo* (Moreia dos Santos), *Alentejo* e *Algarve* (Braga de Sousa) –, todos eles aprovados em 1944, tendo ainda os externos Luiz de Mello e Fernando Peres definido os projetos-tipo para os Açores (aprovado em 1945, resultando da adapta o a esta região do tipo *Extremadura*, por sugestão de Raul Lino) e Madeira (aprovado em 1949), respetivamente.

Partindo das mesmas plantas tipo de edifícios de uma sala e duas salas sobrepostas (assim reduzindo a variedade formal e possibilitando uma mais fácil amplia o futura que se viesse a revelar necessária), a diferencia o regional basear-se-  agora, sobretudo, nos materiais (granito, calcário, xisto, tijolo ou simples pintura) utilizados nos emolduramentos dos v os e nos socos e embasamentos, e no desenho das entradas, janelas, chaminés, arcos, etc. Nos tipos *Alentejo* e *Algarve* [Fig.s 2 e 6], em particular, sobressairá expressivamente o front o característico que marca a entrada dos edifícios de um piso, para além do desenho

²⁴ Importa referir que embora ainda venham a ser construídas algumas escolas previstas no *Plano dos Centenários* de acordo com os projetos-tipo definidos por Lino e Azevedo, a verdade   que se trata de projetos anteriores àquele plano e que os requisitos do mesmo tornariam obsoletos ou inadequados (particularmente por razões de natureza económica), impondo a sua rápida substitui o, como de facto viria a suceder em 1944, no ano seguinte   publica o do *Mapa Definitivo das Obras de Escolas Primárias – Plano dos Centenários*.

²⁵ Despacho que refere expressamente, no seu # 5, que “os projectos-tipo regionais foram criados para [...] para integrar o mais possível o pequeno edifício escolar na paisagem que o cerca, como exemplo de vida local e de bom gosto. Se a casa portuguesa oferece, pelos materiais ou pela linha exterior, a marca regional que a faz diferir do Alentejo para a Beira ou para Tr s-os-Montes, não havia desculpa para a implanta o por toda a parte de um tipo abstrato, número banal de série.”

da chaminé (que constitui o principal elemento diferenciador entre estes dois tipos) e da forma dos arcos do recreio coberto.

O tipo *Algarve* definido em 1944 virá, contudo, a ser alvo, a partir de 1948 [Fig.s 2b e 7], de uma alteração significativa e emblemática, com o retomar do tema da açoteia, ladrilhada a tijoleira, em substituição dos telhados originalmente previstos naquele tipo. Embora este subtipo fosse inicialmente circunscrito, segundo BEJA *et al*, às escolas a construir em Olhão e Fuseta (1996: 110), acabaremos, porém, por encontrar, para além de um exemplar em Vila Real de Santo António (Hortas) e outro em Faro (Conceição), vários outros em geografias e contextos onde o seu uso seria menos óbvio, nomeadamente na serra algarvia – Alcarias, Martinlongo e Zambujal (Alcoutim), Ceróis, Monte da Fuseta e Tafe (Tavira) –, onde constituem corpos porventura ainda mais estranhos às arquiteturas do lugar do que o tipo original de 1944 (ou o que viria a ser definido numa terceira fase, em 1956 e ao qual obedecem a maior parte das escolas construídas nos lugares mais remotos da serra).

Finalmente, numa terceira fase, subsequente à promulgação do novo *Plano de Educação Popular*, essa depuração e simplificação será levada ainda mais longe, por força da necessidade, que se virá a impor, de definir soluções mais económicas e expeditas, resultando, logo à partida, na redução daquela considerável variedade de soluções a apenas dois esquemas básicos: um *urbano* [Fig.s 3 e 8] e outro *rural* [Fig. 4 e 9] (cada um com duas soluções diferenciadas), por forma a maximizar o uso de elementos construtivos normalizados, reduzir ao mínimo os elementos arquitetónicos “dispensáveis” e eliminar os “desnecessários”, tendo em vista, por um lado, o encurtamento dos prazos de execução das empreitadas e, por outro, a redução das necessidades de mão-de-obra especializada (*apud* BEJA *et al.*, 1996: 149).

Esta proposta, da autoria do arquiteto Fernando Peres, obedecia assim a um conjunto de princípios que se traduzirão não só numa significativa simplificação e depuramento vocabular, imagético e formal, face aos tipos anteriormente definidos, como numa assumida transigência com a racionalização e industrialização construtiva, com o conseqüente distanciamento relativamente ao tradicionalismo tendencialmente ruralista que caracterizara aqueles tipos (RIBEIRO, 2016: 75); princípios como sejam:



Figura 6 Vilarinhos (São Brás de Alportel), escola primária do tipo Algarve (1 piso, 2 salas) definido Alberto Braga de Sousa em 1934. Vítor Ribeiro, 2016.



Figura 7 Olhão, escola primária do tipo Algarve (1 piso, 2 salas) definido Alberto Braga de Sousa em 1948. Vítor Ribeiro, 2016.



Figura 8 Alportel (São Brás de Alportel), escola primária do tipo urbano (1 piso, 2 salas) definido por Fernando Peres em 1956. Vítor Ribeiro, 2016.



Figura 9 Cabaços (Alcoutim), escola primária do tipo rural (1 piso, 1 sala) definido por Fernando Peres em 1956. Vítor Ribeiro, 2016.

1. a uniformização das dimensões das salas de aula, vestíbulos e alpendres, de todos os vãos e dos blocos sanitários, permitindo assim uma construção mais estandardizada;
2. a simplificação das coberturas, através da redução do número de pendentes – de quatro, no edifício, e três, no alpendre (recreio coberto), a apenas duas, passando assim a cobertura do alpendre a constituir prolongamento de uma das pendentes do edifício;
3. a eliminação dos fogões de sala, ou sua substituição por salamandras quando tal fosse julgado necessário;
4. a redução das cantarias – cujo emprego passaria a limitar-se a peitoris, degraus e soleiras – e da espessura das paredes;
5. bem como a progressiva generalização do recurso a lajes de cobertura aligeiradas (em substituição das tradicionais estruturas de madeira) e a admissão do emprego de telha de fibrocimento (ao invés da telha de barro) no respetivo revestimento (BEJA *et al.*, 1996: 149-150).

Formalmente, a grande diferenciação entre estes dois tipos estabelece-se na agregação do(s) vestíbulo(s) de entrada e da(s) sala(s) de aula num único volume e da integração de um recreio coberto no espaço tardo, no tipo *urbano*, elementos que, no tipo *rural*, são eliminados, fazendo-se o acesso à sala de aula, neste tipo, através de um alpendre coberto que constitui um volume diferenciado do correspondente à sala de aula, quer em termos da sua posição relativa – recuada em relação ao plano de fachada daquele volume –, quer em termos dimensionais – menor, em área e altura. Alpendre coberto mas também aberto, com todos os inconvenientes daí decorrentes (nomeadamente, a entrada de chuva e vento e a decorrente impossibilidade de ser usado como vestíbulo e/ou vestiário) – e insistindo assim, uma vez mais, na oferta de condições qualitativamente inferiores às crianças (mas também aos professores) das áreas rurais –; inconvenientes cujo reconhecimento acabará mesmo por conduzir ao encerramento daquele espaço (BEJA *et al.*, 1996: 165) [Fig. 4b], embora sem que este, mesmo assim, chegue a adquirir estatuto idêntico ao do espaço congénere do tipo *urbano*.

Deixando cair por terra a diferenciação regional que caracterizara os tipos anteriormente definidos, fazendo-se este agora notar no tipo de pedra – a da região – utilizado nas cantarias ou nas paredes do alpendre de entrada, este constituiria assim um derradeiro esforço para manter vivo ou reabilitar um modelo que dava já os seus primeiros sinais de esgotamento e anacronia face a muita daquela que era a produção arquitetónica da época. Com efeito, por esta mesma época começam também a emergir novos modelos e propostas, mesmo no âmbito das construções para o ensino primário, que, embora ainda confinadas apenas aos maiores espaços urbanos do país, vêm romper com a tradição, com aqueles modelos e com as orientações subjacentes aos mesmos: uns de forma mais radical – como as escolas do Bairro de S. Miguel (1949-1953)²⁶, de Rui Jervis d’Athouguia, e do Vale Escuro (1953-1956), de Vitor Palla e Bento de Almeida, entre outras construídas na cidade de Lisboa na segunda metade dos anos 1950 –, ou de forma mais comprometida com a *terceira via* que Fernando Távora enunciara e a ‘descoberta’ da arquitetura popular (com o *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*) por parte da ‘novíssima geração’ viera propiciar, procurando operar a síntese possível entre tradição e modernidade ou reinterpretar aquela à luz dos princípios *modernos* – em escolas, p. ex., como as do Toural e das Beatas (195?-1960), em Bragança, de Viana de Lima, e do Bairro do Cedro (1957-1961), em Gaia, do próprio Távora.

O distanciamento atrás referido acentuar-se-á ao longo da década de 1960, particularmente a partir do momento em que a necessidade, por um lado, de introdução de estrutura antissísmica, mas sobretudo, por outro, de definição de novas soluções espaciais e arquitetónicas concordantes com os novos programas curriculares e orientações e métodos pedagógicos virão a exigir uma revisão mais profunda daqueles projetos-tipo. O novo *Plano de construções para o ensino primário* promulgado em 1961 (LEI 2.107, de 5 de abril), que, veio substituir, “na parte ainda por executar, o Plano dos Centenário” (Base I), e, sobretudo, as novas exigências funcionais que entretanto se irão impor, constituirão o princípio do fim do(s) modelo(s) da escolas dos centenários²⁷; fim enunciado em 1966

²⁶ Que Ana TOSTÕES considera a primeira “desenvolvida segundo os princípios do racionalismo do Movimento Moderno” (s.d.; tradução livre)

²⁷ Mas também, porventura, como refere AMIGUINHO, porque “a partir dos anos [19]60 a Escola Primária aparenta decrescer em interesse político e intervenção. Passada a fase de profunda crença (e prática) nas capacidades de doutrinação e inculca-

com a inauguração da Escola Piloto de Mem Martins²⁸ – primeira escola do tipo “área aberta”, exemplo pioneiro e já totalmente destituído do caráter regionalizado e ruralizante preconizado anteriormente – e confirmado em 1969 com o lançamento do *Projeto Normalizado de Escolas Primárias* (projeto-tipo de escolas de área aberta) (ALMEIDA, 2015: 125).

E será precisamente no Algarve, em Quarteira, que virá a ser construída a primeira escola P3²⁹ em Portugal – substituindo, ironicamente, uma anterior escola primária dos centenários, construída em 1945 no mesmo local –, a qual, não obstante o respetivo concurso ter sido lançado em 1972, só virá, porém, a entrar em funcionamento já após a queda do regime, no ano letivo de 1974/75 (ALMEIDA, 2015: 152).

ção ideológica deste nível de ensino, longo período de esquecimento e de ignorância parece ter-se iniciado” (2008: 163).

²⁸ Atual Escola EB1 N.º 2 do agrupamento escolar de Mem Martins.

²⁹ Assim designadas por referência à designação atribuída à equipa incumbida, no âmbito do Gabinete de Estudos e Planeamento da Direcção-Geral das Construções Escolares da definição do *Projeto Normalizado de escolas primárias* e do desenho de um novo projeto-tipo de escolas primárias (ALMEIDA, 2015: 132) de acordo com a revisão das normas publicadas em 1965 no âmbito do projeto DEEB (Development and Economy in Educational Building) da OCDE, projeto a que, para além de Portugal, haviam também aderido Espanha, Grécia, Turquia e Jugoslávia (*Idem*: 77).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DECRETO n.º 2.947, de 20 de janeiro de 1917. *Diário do Governo* n.º 11/1917, Série I de 1917-01-20, pp. 59-64.
- DECRETO n.º 6.137, de 29 de setembro de 1919. *Diário do Governo* n.º 198/1919, Série I de 1919-09-29, pp. 2068-2093
- DECRETO n.º 13.791, de 17 de junho de 1927. *Diário do Governo* n.º 125/1927, Série I de 1927-06-17, pp. 999-1002.
- DECRETO n.º 16.791, de 30 de abril de 1929. *Diário do Governo* n.º 97/1929, Série I de 1929-04-30., pp. 1055-1057.
- DECRETO n.º 19.502, de 24 de março de 1931. *Diário do Governo* n.º 69/1931, Série I de 1931-03-24, pp. 494-495.
- DECRETO n.º 21.697, de 30 de setembro de 1932. *Diário do Governo* n.º 230/1932, Série I de 1932-09-30, pp. 1972-1974.
- DECRETO n.º 43.674, de 8 de maio de 1941. *Diário do Governo* n.º 107/1961, 1º Suplemento, Série I de 1961-05-08, pp. 543-544(232).
- DECRETO-LEI n.º 13.337, de 25 de março de 1927. *Diário do Governo* n.º 62/1927, Série I de 1927-03-25, p. 444.
- DECRETO-LEI n.º 26.117, de 23 de novembro de 1935. *Diário do Governo* n.º 272/1935, 1º Suplemento, Série I de 1935-11-23, pp. 1792-1797.
- DECRETO-LEI n.º 29.011, de 19 de setembro de 1938. *Diário do Governo* n.º 218/1938, Série I de 1938-09-19, pp. 1320-1321.
- DECRETO-LEI n.º 38.968, de 27 de outubro de 1952. *Plano de Educação Popular. Diário do Governo* n.º 241/1952, 1º Suplemento, Série I de 1952-10-27, pp. 1067-1084.
- DECRETO-LEI n.º 40.964, de 31 de dezembro de 1956. *Diário do Governo* n.º 284/1956, Série I de 1956-12-31, pp. 2076-2087.
- DECRETO-LEI n.º 42.994, de 28 de maio de 1960. *Diário do Governo* n.º 125/1960, Série I de 1960-05-28, pp. 1271-1288.
- DESPACHO do Conselho de Ministros de 15 de julho de 1941, relativo ao plano de construção de escolas primárias “dos Centenários”. *Diário do Governo*, n.º 174/1941, Série I de 1941-07-29, pp. 665-671.
- DESPACHO de 15 de julho de 1912. *Diário do Governo* n.º 164/1912, Série I de 1912-07-15, pp. 2515-2516.
- LEI n.º 1.969, de 20 de maio de 1938. *Diário do Governo* n.º 115/1938, Série I de 1938-05-20, pp. 845-847.
- LEI n.º 1.985, de 17 de dezembro de 1940. *Diário do Governo* n.º 292/1940, Série I de 1940-12-17, pp. 1475-1476.
- LEI n.º 2.107, de 5 de abril de 1961. *Diário do Governo* n.º 79/1961, Série I de 1961-04-05, pp. 377-381
- PORTARIA n.º 9.389, de 30 de novembro de 1939. *Diário do Governo* n.º 280/1939, Série I de 1939-11-30, pp. 1269-1270.
- PORTARIA n.º 15.760, de 9 de março de 1956. *Diário do Governo* n.º 50/1956, Série I de 1956-03-09, pp. 317-318.
- RELAÇÃO, de 26 de setembro de 1938. Relação dos novos edifícios de escolas primárias em construção (complemento do Decreto-lei n.º 29.011). *Diário do Governo* n.º 224/1938, Série I de 1938-09-26, pp. 1337-1341.
- [S.A.] (1922, 14 de janeiro). “Olhão, terra cubista”. *Ilustração Portuguesa*, edição semanal do jornal O Século. II Série, N.º 830, p. 43.
- [S.A.] (1940). *Guia da Exposição do Mundo Português*.
- AA. VV. (2004). *Património Rural Construído do Baixo Guadiana*. Castro Marim: Associação Odiana.

AGUIAR, José (2002). *Cor e cidade histórica. Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: FAUP.

ALMEIDA, Ana Patrícia Tavares de (2015). *Atores, Regulação e Conhecimento nas Políticas Públicas de Construções Escolares em Portugal: as Escolas de Área Aberta*. Tese de Doutoramento em Educação, especialidade em Administração e Política Educacional. Universidade de Lisboa, Instituto de Educação.

AMIGUINHO, Abílio José Maroto (2008). *A escola e o futuro do mundo rural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ANDRADE, Guilherme Rebelo de (1990). “Ante-Projecto do Plano Geral de Tipos-Regionaes de Escolas Primárias Oficiais a Construir em Série – Memória”. In Beja, Filomena *et al.* *Muitos Anos de Escolas. Volume I: Ensino Primário 1941* (pp. 317-324). Lisboa: Ministério da Educação/Departamento de Gestão de Recursos Educativos. (Documento original datado de 1933)

BEJA, Filomena, *et al.* (1990). *Muitos Anos de Escolas. Volume I: Ensino Primário 1941*. Lisboa: Ministério da Educação/Departamento de Gestão de Recursos Educativos.

BEJA, Filomena, *et al.* (1996). *Muitos Anos de Escolas. Volume II: Anos 40-Anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação/Departamento de Gestão de Recursos Educativos.

CARVALHO, Rómulo de (2001). *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. 3.ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Obra original publicada em 1986)

FERNANDES, José Manuel (1993). *Arquitectura Modernista em Portugal (1890-1940)*. Lisboa: Gradiva

FERRO, António (1939, 31 de janeiro). “Carta aberta aos portugueses de 1940”. *Revista dos centenários*. Lisboa: SPN/Comissão Executiva dos Centenários. Ano I, N.º 1, pp. 19-23. (Artigo original publicado em 1938)

GRACIA, Francisco de (2001). *Construir en lo construido. La arquitectura como modificación* (3.ª ed. rev.). Madrid: Editorial Nerea. (Obra original publicada em 1992).

LINO, Raul (1992). *Casas portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples* (8ª ed.). Lisboa: Edições Cotovia. (Obra original publicada em 1933)

LINO, Raul [s.d.]. *A nossa casa: apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples* (4.ª ed.). Lisboa: [s.n.]. (Obra original publicada em 1918)

MÓNICA, Maria Filomena (1977). “Deve-se ensinar o povo a ler?” - a questão do analfabetismo (1926-1939)”. *Análise Social*, Vol. XIII, N.º 50, pp. 321-353.

PEREIRA, Nuno Teotónio, & **FERNANDES**, José Manuel (1980). “A Arquitectura do Fascismo em Portugal”. In *O Fascismo em Portugal*, Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em março de 1980 (pp. 533-551). Lisboa: A Regra do Jogo.

PORTAS, Nuno (2005b). “Pioneiros de uma Renovação (II)”. In *Arquitectura(s): História e Crítica, Ensino e Profissão* (pp. 148-152). Porto: FAUP Publicações. (Artigo original publicado em 1962)

PORTUGAL. Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação e Instituto Nacional de Estatística (2009). *50 Anos de Estatísticas da Educação – Volume I*. Lisboa: GEPE/ME e INE, IP.

PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1943). *Mapa definitivo das escolas primárias: plano dos centenários*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros (1939). “Independência Nacional (nota oficiosa da Presidência do Conselho)”. In *Revista dos centenários*. Lisboa: SPN/Comissão Executiva dos Centenários. Ano I, N.º 1, pp. 2-7. (Documento original publicado em 1938)

RAMALHO, Maria de Magalhães (2004). “Casa Rural de Milreu: percurso histórico de um edifício”. In *Estudos/Património*. Lisboa: IPPAR. N.º 6, 2004, pp. 162-167.

RAMOS, Rui (1999). “Analfabetismo”. In **BARRETO**, António, & **MÓNICA**, Maria Filomena (coord.). *Dicionário de História de Portugal* (Vol. 7, pp. 95-100). Lisboa: Livraria Figueirinhas.

RIBEIRO, Vítor (2016). *Práticas de reabilitação em áreas rurais. Contributos para uma metodologia de intervenção a partir da experiência dos programas de revitalização de aldeias em Portugal*. Tese de Doutoramento em Arquitetura, especialidade de Reabilitação. Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura [documento provisório]

ROSAS, Fernando (2001). “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”. *Análise Social*. Vol. XXXV, N.º 157, pp. 1031-1054.

SALAZAR, António de Oliveira (1990). “Processo relativo a escolas primárias feitas em comparticipação com os corpos administrativos”. In Beja, Filomena, *et al. Muitos Anos de Escolas. Volume I: Ensino Primário 1941* (pp. 242). Lisboa: Ministério da Educação/Departamento de Gestão de Recursos Educativos (Documento original datado de 1937)

TOSTÕES, Ana [s.d.]. Escola do Bairro de São Miguel - Memória. [Em linha] Disponível em: <http://www.docomomoiberico.com/> [acedido em outubro de 2016]

Para a História da edição do romanceiro no Algarve: protagonistas, textos, suportes e uma falsa questão¹

Sandra Boto²

OS PRIMÓRDIOS DA EDIÇÃO DO ROMANCEIRO DO ALGARVE

Na entrada para o século XXI, Maria Aliete Galhoz chamou devidamente a atenção para os “hiatos, relançamentos de interesse ocasional e, ultimamente, colheitas com uma sistematização esclarecida e programada que permitiu, e ainda vai permitindo, enriquecer e alargar o seu [do romanceiro do Algarve] reportório”³. É, pois, com base nesta premissa que assento esta proposta de leitura da História editorial do romanceiro no distrito de Faro.³

Curiosamente, como é sabido, o traçado desta História tem início com uma enigmática referência, da autoria do grande pioneiro no estudo e edição do romanceiro na Península Ibérica, o Visconde de Almeida Garrett (1799-1854), que, na nota 3 da versão factícia que compõe para o conhecido romance “Nau Catrineta” (IGR: 0457)⁴, em comentário à variante geográfica presente no verso “Que iam na volta do mar” indica que “Todas as lições dizem assim, menos a do Algarve”⁵. Pese embora as dificuldades de interpretação que esta nota possa suscitar, tudo parece sugerir que Garrett se

¹Este trabalho foi realizado no âmbito da Bolsa de Pós-doutoramento concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com a referência SFRH/BPD/84108/2012, financiada por fundos nacionais do MCTES.

² A autora declara não seguir o Novo Acordo Ortográfico.

³ Galhoz, 1999-2001, p. 109.

⁴ Sigo, para a classificação dos romances tradicionais, o índice classificativo preparado pelo Seminario Menéndez Pidal, o *Índice general del romancero*, embora nem todos os romances religiosos mencionados ao longo deste trabalho disponham de um código de IGR, como se constatará, devido ao facto de suscitarem, alguns deles, dúvidas quanto ao seu género. Sobre esta metodologia de classificação dos romances, pode consultar-se, para o caso português, a bibliografia de Ferré / Carinhas, 2000.

⁵ Garrett, 1851, III, p. 89.

refere à adopção de um texto-base algarvio (*copy text*) para a versão que compõe, alterando esse mesmo texto nos lugares mencionados pontualmente, para os quais indica as respectivas variantes geográficas. No caso concreto do verso em causa, pode ler-se que Garrett terá excluído a *lectio singularis* presente no seu texto-base algarvio para optar pela variante que fixa, a qual é, segundo o próprio, comum a todas as versões de que dispõe menos à do Algarve. Não nos informa, contudo, sobre que lição propõe o texto algarvio para aquele verso em concreto. Independentemente desta leitura, que parece ser de aceitação pacífica, até ao momento, o importante a reter é que Garrett dispunha de uma versão oriunda do Algarve, ou, por outras palavras menos comprometedoras, que, por esta altura (1851 ou antes) já se recolhiam romances tradicionais na nossa região.

A partir de informações colhidas na correspondência de Estácio da Veiga, José Joaquim Dias Marques data o início da constituição da colecção do célebre erudito algarvio cerca de 1856 ou pouco depois⁶. Mas, por vicissitudes várias, teria ela de aguardar até 1870 para sair dos prelos, embora em 1860 se publicasse, no periódico *A Nação* nº 3819 de 18 de Agosto, uma versão do romance “O cativo do renegado” (IGR: 4021), que viria a ser amplamente reeditada. A obra *Romanceiro do Algarve* saía, assim, dez anos volvidos, instituindo-se como a primeira colecção de romances de cariz regionalista a ser publicada em Portugal.

Mais tarde, Reis Dâmaso, na *Enciclopédia Lusitana*, em 1882, volta a publicar versões de romances do Algarve e José Joaquim Nunes, em duas revistas nacionais (mais precisamente na *Revista Lusitana* e na *Portucale*), entre 1900 e 1928, bem como na *História da Literatura Portuguesa Ilustrada* de Albino Forjaz de Sampaio, de 1930, faz publicar um total de 21 versões inéditas de romances tradicionais recolhidas no Algarve⁷.

No que respeita a novas publicações de grande fôlego, depois do *Romanceiro* de Estácio havia que esperar pelo labor de Ataíde Oliveira. Em 1905, no seu *Romanceiro e Cancioneiro do Algarve*, contribui o sacerdote algarvio tanto com versões inéditas (35, mais precisamente) como com a reedição dos trabalhos de Reis Dâmaso, de Estácio da Veiga, e ainda com as versões

⁶ Ver Marques, 2005, p. 15.

⁷ Consulte-se a informação sobre temas, bibliografia e ciclos editoriais destas versões em www.romanceiro.pt

publicadas por José Joaquim Nunes na *Revista Lusitana* em 1900-1901, embora se deva reconhecer, de acordo com Vanda Anastácio, que “o romanceiro não constitui uma preocupação fundamental”⁸ de Ataíde Oliveira.

Em inícios do século XX, mais precisamente até 1905, 74 era então o número de versões de romances tradicionais algarvios dados à estampa, cifra nada desprezável tendo em consideração o panorama nacional na altura.

Em boa verdade, os primórdios desta História não constituem o foco deste trabalho pois contam já, afortunadamente, com estudos de aguçado cariz filológico que elucidaram atentamente os métodos editoriais dos primeiros intelectuais que figuram na História da edição do romanceiro no Algarve⁹.

Está bem patente a filiação romântica destes primeiros protagonistas do romanceiro Algarvio ao nível da *emendatio* e do labor editorial sobejamente criativo (no caso de Estácio)¹⁰ e ficam bem claros os ideais positivistas que não deixam de reconhecer o retoque textual e a elaboração de versões compósitas como uma prática aceitável (no que diz respeito a Ataíde de Oliveira)¹¹. Contudo, ambas colecções pautam-se por um identificável fundo romântico comum: o do enaltecimento do espírito regionalista que moveu os dois editores, filiados na concepção da “pequena pátria”¹².

RELANÇAMENTOS DE INTERESSE OCASIONAL E COLECÇÕES DE ÂMBITO NACIONAL

Creio que a citação de Maria Aliete Galhoz no início invocada ilustra convenientemente o rumo colector e editor que caracterizou o romanceiro algarvio, após uma primeira fase entusiasta e promissora. No século XX, mais precisamente até 1988, a realidade é que não abundou um interesse sistemático pelo romanceiro

⁸ Anastácio, 1985, p. 57.

⁹ Lembro nomeadamente o já mencionado estudo de Vanda Anastácio, que acompanha e ilumina a edição crítica do romanceiro de Ataíde Oliveira (Anastácio, 1985) e o de José Joaquim Dias Marques (Marques, 2002), que se debruça sobre os materiais de Estácio da Veiga sem, infelizmente, ter podido concretizar ainda a tão desejada fixação crítica do romanceiro do intelectual taviense.

¹⁰ José Joaquim Dias Marques é autor de uma extensa bibliografia dedicada ao estudo do método editorial de Estácio da Veiga. Por uma mera questão de acessibilidade, remeto o leitor interessado em melhor conhecer o processo de construção da obra de Estácio para o “Estudo Introdutório” à reedição fac-similada do *Romanceiro do Algarve* (cf. Marques, 2005, pp. 5-48).

¹¹ Remeto uma vez mais para a dissertação de mestrado de Vanda Anastácio (Anastácio, 1985, pp. 56-97).

¹² *Op. cit.*, p. 61.

nesta região, como se observa pela ausência de edições exclusivamente dedicadas ao género no Algarve.

As monografias locais iam respigando alguma versão aqui e ali, com particular destaque para o trabalho de Estanco Louro e a sua *Monografia de Alportel*, de 1929, bem como para as monografias de Ataíde Oliveira, publicadas entre 1907 e 1914, onde reproduz textos anteriormente já dados à estampa, sobretudo o “D. Julião” de Estácio (versão que José Joaquim Dias Marques comprovou não passar de uma falsificação¹³) e a versão da “Infantina” (IGR: 0164) também do mesmo editor¹⁴.

Quanto ao surgimento de novas versões, José Joaquim Dias Marques e Angélica Reis da Silva publicariam, já nos anos 80, em 1984-85, na *Revista Lusitana*, uma versão inédita do tema “A donzela guerreira”¹⁵ (IGR: 0231) e outra, também inédita, de “Bela Infanta”¹⁶ (IGR:0113), provenientes de Alcoutim.

O romanceiro algarvio do século XX viu, pois, desfalecer o ímpeto recolector inicial, sobretudo na primeira metade da centúria. A maioria das versões dadas à estampa nas primeiras décadas não passam de reedições em obras de âmbito nacional, devendo chamar-se a atenção, neste sentido, para o contributo que Teófilo Braga vinha a conceder ao romanceiro algarvio desde o século anterior e que se prolongou pelo novo século, atentando nas reedições massivas de versões do Algarve que difundiu significativamente nos seus romancesiros de âmbito geográfico nacional. Efectivamente, das 62 versões algarvias por ele publicadas, apenas 3 constituem versões inéditas¹⁷.

Também José Leite de Vasconcelos, sobretudo (mas não só) nos dois volumes do *Romanceiro Português* publicados em 1958-1960, magnífica obra que cobre todo o território nacional e que muito contribuiu para a ampliação do *corpus* do romanceiro português, concede atenção à tradição algarvia, através da fixação de 26 versões de romances profanos recolhidos no distrito de Faro, que lhe chegaram de diversas formas, sem contabilizar aqui os religiosos propriamente ditos. No trabalho editorial leitiano sobre o Algarve (que não se circunscreve, repito, à obra póstuma *Romanceiro*

¹³ Por este motivo foi expurgada da plataforma www.romanceiro.pt. Ver, por exemplo, Marques, 2005, p. 32).

¹⁴ Veja-se o ciclo editorial desta versão em www.romanceiro.pt.

¹⁵ *Id. nota anterior.*

¹⁶ *Id. nota anterior.*

¹⁷ Consulte-se o *corpus* versões oriundas do Algarve que Teófilo Braga dá à estampa na plataforma www.romanceiro.pt

*Português*¹⁸) apenas 3 versões constituem reedições de textos profanos anteriormente dados à estampa.

Também reconhecido pelo protagonismo activo no domínio da recolha de campo do romanceiro em Portugal (entre outros géneros tradicionais, refira-se) Michel Giacometti, responsável, em associação com Fernando Lopes Graça, distingue-se pela gravação e disponibilização, em disco (com a componente áudio e a respectiva transcrição) de 5 versões algarvias de romances profanos e 1 devoto¹⁹. Estas versões são provenientes do trabalho de campo de Giacometti nos concelhos de Alcoutim, Aljezur e Monchique, concelhos (e também informantes) que viriam a ser inquiridas mais tarde por Vanda Anastácio, Pere Ferré ou Cristina Carinhas.

Em 1964, cabe a Alves Redol e a Fernando Lopes Graça conceder um novo impulso editorial de grande dimensão ao romanceiro em Portugal. Estes editores pretendem actualizar, no seu *Romanceiro Geral do Povo Português*, o *corpus* tradicional nacional. Não obstante, nesta obra, o romanceiro do Algarve não é ampliado com qualquer nova versão, limitando-se os seus editores a reeditar 19 textos já conhecidos, dados anteriormente à estampa por Estácio da Veiga, Ataíde Oliveira, Reis Dâmaso, José Joaquim Nunes e pela dupla Michel Giacometti e Lopes Graça²⁰.

Assinale-se que, depois do grande romanceiro geral de Redol / Graça, houve que esperar até 1987-88, um hiato de 23 anos, portanto, para que um novo romanceiro de ambição nacional visse os prelos: refiro-me em concreto ao *Romanceiro Popular Português*, da responsabilidade editorial de Maria Aliete Galhoz. Todavia, desta vez, o contributo deste romanceiro para o alargamento do *corpus* algarvio foi deveras assinalável, na medida em que se incluem aqui 40 novas versões de romances de assunto profano e devoto, sem esquecer outro relevante papel desempenhado por esta publicação, que consistiu na edição de um riquíssimo manancial de versões de romances religiosos, presentes no II volume de 1988, ao qual se junta uma insuperável erudição na sistematização de um *corpus* de tão difícil caracterização como seja o do romanceiro religioso²¹. A

¹⁸ Para uma perspectiva exaustiva da bibliografia de Leite de Vasconcelos dedicada ao romanceiro do Algarve e dos ciclos editoriais das versões que publica, consulte-se www.romanceiro.pt

¹⁹ Para informações de carácter bibliográfico e para mais detalhes sobre os ciclos editoriais destas versões, remeto para a consulta de www.romanceiro.pt

²⁰ Cf. www.romanceiro.pt para mais informações sobre estes textos.

²¹ Cf. Galhoz, 1988, pp. VII-XLV.

proeminência desta tipologia de textos na tradição oral moderna do Algarve confirmou-se, definitivamente, a partir deste trabalho de Maria Aliete Galhoz.

UM NOVO ROMANCEIRO DO ALGARVE EM FINAIS DO SÉCULO XX, UMA NOVA METODOLOGIA EDITORIAL

A História editorial do romanceiro tradicional, como a de qualquer género literário ‘memorial’, de resto, não passa de uma edificação sobre perdas associadas à sua imprescindível base documental, o que contraria, paradoxalmente, os alicerces da própria História que se deseja edificar. Se a procura de uma metodologia editorial perfeita para a ‘literatura escrita’ não passa de uma utopia, muito menos pode o editor de um poema narrativo tradicional a ela aspirar devido justamente à natureza instável e complexa que define o seu objecto.

Contabilizam-se, pese o exposto, alguns bosquejos de sistematização da História do romanceiro no Algarve, de diferentes ângulos teóricos, com objectivos díspares e com graus de profundidade assimétricos. Destacaria, ainda assim, os indispensáveis contributos de Vanda Anastácio²², José Joaquim Dias Marques²³ e Maria Aliete Galhoz²⁴. Mais recentemente, um pequeno estudo de João David Pinto Correia²⁵ direcciona a atenção especificamente para os colectores e editores do romanceiro do e no Algarve. Já em 2012, numa dissertação de Mestrado em Promoção e Mediação da Leitura da Universidade do Algarve, da autoria de Elisabete Reis²⁶, encontramos uma cronologia comentada, chamemos-lhe assim, da actividade editorial relativa à literatura oral no Algarve onde, em jeito de ‘fichas de leitura’, se apresentam comentários analíticos a obras que contêm recolhas de literatura tradicional algarvia nos seus diferentes géneros, entre os quais figura, naturalmente, o romanceiro²⁷.

Importa comentar também que, se a atracção pelo estudo da edição do romanceiro no Algarve começa a desenhar-se e a movimentar os investigadores tardiamente, mais precisamente nos anos 80 do século XX, dever-se-á este atraso ao relativo desinteresse

²² Anastácio, 1985.

²³ Marques, 2002.

²⁴ Galhoz, 1999-2001, pp. 109-124.

²⁵ Correia, 2009, pp. 85- 101.

²⁶ Reis, 2012, pp. 13-65.

²⁷ Não se trata de uma compilação exaustiva de obras mas apenas de uma seleção daquelas que a autora considerou serem as mais representativas, já que denota algumas ausências de vulto (nomeadamente os trabalhos de José Joaquim Nunes ou de Reis Dâmaso).

pela pesquisa sistemática de campo e pela tarefa de fixação dos produtos dessas campanhas, o que teve como consequência um certo pauperismo numérico do *corpus* reunido até então.

Na realidade, inscreve-se como primeiro marco do renascimento do interesse pela recolha de romances no Algarve a publicação do *Romanceiro Tradicional do Distrito de Faro*²⁸, que decorreu das prospecções de campo levadas a cabo por Vanda Anastácio, Pere Ferré e outros colaboradores no distrito de Faro em 1982, 1983 e 1984²⁹, prospecções que resultaram na publicação de 110 versões maioritariamente inéditas de 27 temas, das quais 12 versões correspondem a romances religiosos propriamente ditos. A partir da análise superficial desta importante colecção, cabe destacar o lugar assumido pelo concelho de Alcoutim como manancial mais significativo de informantes em cuja memória o género sobrevive, o que não significa de todo que os repertórios desses mesmos informantes sobressaíssem, regra geral, em termos quantitativos e qualitativos. Em sentido contrário, destaca-se o concelho de Aljezur no que concerne à qualidade dos repertórios romancísticos individuais, ou, por outras palavras, foi neste concelho que se localizaram os informantes detentores de mais extensos repertórios, desde logo encabeçados pelo nome de Adélia Rosado, a senhora que protagonizou o júbilo de várias gerações de colectores como Michel Giacometti, Vanda Anastácio, Pere Ferré ou Cristina Carinhas, pela qualidade e pela quantidade dos romances por ela memorizados.

Editava-se, com esta obra, a primeira grande compilação regional de romances desde o já longínquo trabalho fundador de Estácio da Veiga, em 1870. Desde então, pode afirmar-se sem reservas que o panorama colector e editor do romanceiro algarvio se transformou de forma radical, não só no que se refere à metodologia editorial aqui empregue, pautada por um enorme rigor no levantamento e no tratamento das variantes através da inclusão de aparatos críticos, como em termos de exumação de versões.

Confere crédito a estas afirmações a avaliação do número de versões algarvias de romances tradicionais publicadas entre 1870 e 1987, que não atingem a centena e meia (mais precisamente 143 é o número de versões de romances de assunto profano que regista, para o distrito de Faro, a consulta da plataforma *Romanceiro*.

²⁸ Anastácio (1988).

²⁹ Cf. *op. cit.*, p. [15].

pt)³⁰. Confronte-se, por oposição, esta cifra com as espantosas 153 novas versões algarvias incorporadas na citada plataforma, dadas à estampa apenas nos últimos 28 anos (entre 1988, ano da publicação do *Romanceiro* de Vanda Anastácio e os dias de hoje), que mais do que duplica o número de textos editados nos primeiros 117 anos de vida da história documental do romanceiro na nossa região.

Seguem-se, na esteira do caminho desbravado pela edição de Vanda Anastácio, alguns outros contributos editoriais relativos ao romanceiro do Algarve. Destacamos aqui os mais significativos³¹.

Fátima Rosado publica em 1993 *Tradição Algarvia 1. Poesia recolhida na freguesia de Querença*, uma recolha monográfica local que abrange vários géneros poéticos populares, somando um cômputo interessante de versões inéditas de romances profanos, devotos³² e religiosos. Em 1994, José Joaquim Dias Marques, juntamente com Isabel Cardigos, dá à estampa, no *Jornal da Serra*, 3 versões inéditas do Algarve: uma “Donzela guerreira” (IGR: 0231), uma “Devota da ermida” (IGR: 0165) e uma “Delgadinha” (IGR: 0075) e, em 1996, na revista *E.L.O.*, o mesmo investigador divulga outra “Delgadinha” inédita, de Vila Real de Santo António, fruto de uma recolha realizada em Faro também com Isabel Cardigos³³.

No mesmo ano, na mesma *E.L.O.*, Cristina Carinhas publica, por sua vez, os resultados de uma campanha de recolha que dirigiu, no concelho de Aljezur, reeditando algumas versões anteriormente já recolhidas por Vanda Anastácio e também por Giacometti. O pecúlio obtido revelou-se bastante significativo, também, com mais de 20 versões editadas³⁴.

Caminhando para o fim do século, em 1996-97, publica-se uma recolha monográfica realizada em Vale Judeu (concelho de Loulé). Trata-se de um importante trabalho da responsabilidade de Idália Farinho Custódio e de Maria Aliete Galhoz, que percorre vários géneros tradicionais. Na realidade, o seu contributo para o

³⁰ Disponível em www.romanceiro.pt - último acesso a 26/10/2016).

³¹ Para conhecer a bibliografia completa das obras aqui destacadas bem como a dos restantes contributos editoriais para o romanceiro do Algarve entre a publicação da obra de Anastácio, de 1988, e os anos 90, recomenda-se uma pesquisa na plataforma www.romanceiro.pt.

³² Consulte-se www.romanceiro.pt para mais informações sobre ciclos editoriais e bibliografia das versões profanas e devotas incluídas nesta obra.

³³ Consulte-se www.romanceiro.pt para mais informações bibliográficas sobre estas versões de J.J. Dias Marques.

³⁴ Consulte-se www.romanceiro.pt para mais informações sobre ciclos editoriais e bibliografia das versões incluídas neste artigo de Cristina Carinhas.

levantamento do romanceiro tradicional no concelho de Loulé afigura-se imprescindível, pois aporta um número impressionante de versões inéditas profanas, devotas e religiosas, para incremento do *corpus* deste território³⁵. Já o livro *Da Memória do Povo. Recolha da Literatura Popular de Tradição Oral do Concelho de Portimão*, da responsabilidade de Margarida Tengarrinha, publicado em 1999, inclui somente uma versão inédita de um romance profano: o “Conde Ninho” (IGR: 0049).

Também Maria Aliete Galhoz, na *Revista Lusitana*, concretamente no estudo dedicado ao romanceiro do Algarve a que já aqui aludi, reedita 11 versões de romances de assunto profano e devoto³⁶, não acrescentando, pese embora, qualquer versão inédita do Algarve.

Finalmente, nos quatro volumes do *Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna. Versões Publicadas entre 1828 e 1960*, da responsabilidade de Pere Ferré, o romanceiro algarvio publicado até à monumental edição do *Romanceiro Português* de Leite de Vasconcelos é finalmente reunido e reeditado na íntegra, agora numa perspectiva editorial filológica, subsidiária da melhor tradição da crítica textual³⁷.

OS MAIS RECENTES CONTRIBUTOS EDITORIAIS: do texto ao contexto

Haverá ainda que somar a este cômputo o produto de recolhas realizadas em território algarvio já no século XXI. Neste contexto, merece um especial destaque a magna obra em cinco volumes da responsabilidade de Idália Farinho Custódio, Maria Aliete Galhoz e Isabel Cardigos, o monográfico *Património Oral do Concelho de Loulé*, especialmente o volume II, dedicado ao *Romanceiro*³⁸, e o V, uma *Vária*³⁹, no qual as editoras actualizam o *corpus* louletano com novos textos. No caso do romanceiro, contabilizamos uma notabilíssima recolha de 191 versões (algumas delas novas recitações de versões já publicadas em obras anteriores), 64 das quais correspondem a temas religiosos. No V volume actualiza-se a cifra, com a fixação de outras 35 versões mais, 11 das quais de assunto religioso.

³⁵ O acesso aos dados sobre as versões de romances profanos e devotos presentes nesta obra, bem como os ciclos editoriais e informações bibliográficas encontram-se disponíveis em www.romanceiro.pt.

³⁶ Galhoz, 1999-2001, pp. 111-121.

³⁷ Cf. Ferré, 2000b, 2001, 2003 e 2004.

³⁸ Custódio *et al.*, 2006.

³⁹ Custódio *et al.*, 2013.

O incremento de campanhas de recolha que se tem vindo a verificar na última década, enraizadas no discurso hoje tão difundido da defesa imperiosa do património imaterial, beneficia obviamente a literatura de tradição oral (entendida como um bem comum em vias de extinção), na medida em que estas acções animam o registo de novas versões (ou de novas recitações, por vezes), com o mérito de permitirem aos investigadores que se dedicam ao estudo dos diferentes géneros literários tradicionais ampliar o seu *corpus* de trabalho. No que diz respeito ao romanceiro da tradição algarvia, e à imagem e semelhança do que sucede no resto do país, é esmagadoramente neste quadro, nem sempre com a manipulação rigorosa de conceitos e técnicas de recolha e edição, que a recolha e a edição têm decorrido.

Cabe lembrar também que este escolho deverá somar-se às imensas dificuldades que se reconhecem ao levantamento de um género como o romanceiro, que se encontra em franco estertor. Congratulemo-nos, assim sendo, pelos incrementos textuais que os trabalhos mais recentes têm vindo a proporcionar. Proponho que acompanhem, por isso, alguns casos concretos de obras lançadas nos últimos tempos com contributos para a ampliação textual do romanceiro do Algarve.

Começemos com a referência às recolhas generalistas efectuadas por José Ruivinho Brazão sob o título *Cancioneiro Tradicional Português*. Muito embora neste trabalho se estampe um variado leque de poemas cantados, a obra acrescenta somente 3 versões, provenientes de Paderne, ao *corpus* do romanceiro novelesco profano, a saber: uma do romance “O Veneno de Moriana”⁴⁰ (IGR: 0172), outra de “Delgadinha”⁴¹ (IGR: 0075) e ainda outra pertencente ao tema “Claralinda”⁴² (IGR: 0234).

Aqui, a transcrição textual é acompanhada pelos dados de recolha e pela respectiva partitura musical. Estamos, pois, perante textos com a particularidade de terem sido cantados, embora sem qualquer advertência para a eventual existência de variantes entre as performances das duas informantes que, cabe nunca esquecer, passaram por processos mnemónicos individuais do texto, sendo expectável por isso a existência de alguma variação que o editor poderá ter cerceado.

Na actualização do *corpus* editorial romancístico do Algarve, importa ainda assinalar alguns contributos

⁴⁰ Brazão / Conceição, 2008, pp. 36-37.

⁴¹ Brazão / Conceição, 2008, pp. 48-49.

⁴² Brazão / Conceição, 2008, pp. 50-51.

bem recentes como as recolhas de Cláudia Diogo, dadas à estampa em 2015 mas realizadas no âmbito de uma dissertação de mestrado defendida em 2004 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Refiro-me à obra *Lendas e Outras Memórias de Monchique. História, Tradição e Oralidade no Algarve*, de carácter monográfico mas generalista no espírito da recolha (acolhe múltiplos géneros orais), adstrita ao concelho de Monchique⁴³.

Não se pode afirmar que o papel desta obra para a história editorial do género que nos ocupa seja extraordinário, embora não se estranhe, dado que a autora assume, desde o início, que o foco do seu trabalho não assentava no romanceiro (Diogo, 2015, pp. 14-16). Efectivamente, dos 6 textos que classifica e edita como romances (entre as páginas 239 e 247), apenas 4 podem, em rigor, classificar-se como tal. São eles: uma versão de “Bela Infanta”⁴⁴ (IGR: 0113), uma d’ “O veneno de Moriana”⁴⁵ (IGR: 0172), outra versão do tema “Bernal Francês”⁴⁶ (IGR: 0222) e por fim uma d’ “O Conde Niho”⁴⁷ (IGR: 0049).

Refira-se que, neste trabalho, a entrevistadora assume uma clara preferência pela reprodução da ‘voz do informante’, sobretudo ao optar por deixar “os [...] informantes falar à vontade, embora tentasse orientar a conversa [...]”⁴⁸. A menção à “transcrição fiel do seu conteúdo [refere-se às cassetes]” e à “preservação de outros elementos extralinguísticos, que caracterizam o texto oral [...]”⁴⁹ justificam, também, a metodologia editorial aplicada, a qual legítima, por exemplo, a incorporação das didascálias e comentários do informante junto à edição da versão truncada de “Bernal Francês”, como forma de contextualizar o texto no seu universo de transmissão. A relação entre o que é contado e a forma como é contado passa a adquirir, assim, uma relevância igual ou mesmo superior à do texto memorizado, inibindo deste modo o colector de intervir na recuperação de um texto mais completo e, logo, melhor fixado.

⁴³ Confirma a autora que “Para realizar este trabalho entrevistei, durante cerca de dois anos, trinta e três pessoas residentes em várias áreas da serra de Monchique, que tentei que me transmitissem lendas, benzeduras, romances e outros textos geralmente transmitidos oralmente entre as gerações.” (Diogo, 2015, p. 13).

⁴⁴ Diogo, 2015, pp. 240-242.

⁴⁵ Diogo, 2015, pp. 242-243.

⁴⁶ Diogo, 2015, pp. 243-245.

⁴⁷ Diogo, 2015, pp. 245-246.

⁴⁸ Diogo, 2015, p. 16.

⁴⁹ *Ibid.*

Já outra tipologia de trabalho de recolha a tratar aqui é a que surge vinculada ao espírito da preservação de repertórios orais generalistas mas não já circunscritos a um âmbito monográfico local. Caracterizam-se pela pesquisa direccionada para a exumação dos ‘saberes orais’ de apenas um informante e constituem uma outra tendência importante no contexto das campanhas de preservação do património literário oral, surgindo também em evidência nos trabalhos de campo do século XXI em território algarvio. Ressaltaremos, de seguida, três obras que se perfilam nesta tipologia.

O primeiro trabalho data de 2000 e retrata justamente esta visita ao repertório de uma ilustre informante algarvia, Filipa Faísca de Sousa, natural de Querença. Com a responsabilidade de Idália Farinho Custódio, Maria Aliete Galhoz e Isabel Cardigos, 10 dos romances aqui incluídos haviam já sido anteriormente recolhidos por Manuel Viegas Guerreiro e incluídos em 1988 no *Romanceiro Popular Português* da responsabilidade de Maria Aliete Galhoz. Quanto à tipologia temática dominante no acervo memorial da informante, nesta edição de 2000, reconhecemos também a tendência para um romanceiro profano de carácter novelesco: “Silvana” (IGR: 0005) contaminado com o tema “Delgadinha”⁵⁰ (IGR: 0075), um fragmento de “Delgadinha” numa outra versão⁵¹ (IGR:0075), “Claralinda”⁵² (IGR 0234), “O Veneno de Moriana”⁵³ (IGR: 0172); ao mesmo tempo que se observa a presença de alguns temas devotos: “A devota da ermida”⁵⁴ (IGR: 0165), “O lavrador da arada”⁵⁵ (IGR: 0185), “Nau Catrineta”⁵⁶ (IGR: 0457), mais três versões de romances religiosos referentes ao nascimento e à infância de Cristo⁵⁷: “A Virgem no portal de Belém”⁵⁸ (IGR: 0644), “Pobreza da Virgem no portal de Belém”⁵⁹ (IGR: 0812) e “O menino Jesus quer dizer missa”⁶⁰ (IGR: 0447).

Pouco depois, o repertório geral de Filipa Faísca de Sousa foi, em 2003, objecto de um trabalho académico. A autora, Patrícia Barreira, entrevista mais uma vez a informante, editando os produtos das suas recolhas.

⁵⁰ SOUSA, 2000, pp. 93-94.

⁵¹ *Op. cit.*, p. 95.

⁵² *Op. cit.*, pp. 95-96.

⁵³ *Op. cit.*, pp. 96-97.

⁵⁴ *Op. cit.*, pp. 98-100.

⁵⁵ *Op. cit.*, pp. 101-102.

⁵⁶ *Op. cit.*, pp. 102-104.

⁵⁷ *Op. cit.*, pp. 97-98.

⁵⁸ *Op. cit.*, p. 97.

⁵⁹ *Op. cit.*, pp. 97-98.

⁶⁰ *Op. cit.*, p. 98.

No caso específico do romanceiro, este trabalho não avança com a exumação de novos temas do repertório de Filipa Faísca, mas limita-se a apresentar as fixações das recitações que recolheu, lado a lado com as edições já publicadas das versões da informante de Querença⁶¹, pelo que a sua visibilidade para o estudo do romanceiro algarvio afigura-se, de facto, diminuta.

Outro caso a comentar é o de Elisabete Reis, que dedicou, em 2005, uma monografia de licenciatura na Universidade do Algarve à recolha e transcrição dos 'saberes' da informante Maria do Carmo Martins⁶². O romanceiro surge parcamente representado nesta coleção (através de uma única versão), não sabemos se por efetivamente constituir um género ausente da memória da informante, se por dificuldades na sua recolha por parte da aluna. A realidade é que, desta recolha, sobressai apenas uma versão completa da *vulgata* do romance profano novelesco "Bela Infanta"⁶³ (IGR: 0113).

Um outro trabalho académico de Elisabete Reis, que contribui com algumas versões inéditas de romances algarvios, constitui a sua dissertação de mestrado, defendida em 2012. Neste estudo, a autora selecciona uma amostra de textos recolhidos no Algarve (embora nem todos os informantes inquiridos fossem naturais desta região⁶⁴), provenientes de recolhas efectuadas por alunos desta instituição entre 2002 e 2005, as quais se encontram depositadas no Centro de Estudos Ataíde de Oliveira da Universidade do Algarve. Segundo assume a autora, a escolha do *corpus* fez-se em função do conceito de coleção. Assim, foram seleccionados 56 informantes e, por extensão, o seu repertório⁶⁵. A edição dos materiais editados, transversal a diversos géneros tradicionais, é igualmente subsidiária da perspectiva de que

[...] importa, além do texto, o contexto dos textos, a sua utilização, e a ligação do informante com eles, tentando-se compreender por que motivo aquele os transmite. [...] Os textos deixam de ser vistos como entidades abstratas, que vivem independentemente de quem os diz.⁶⁶

⁶¹ BARREIRA, 2003 II reedita as suas próprias recolhas dos temas "O Veneno de Mariana" (tema 41.c), "Delgadinha" (tema 42.d), "Nau Catrineta" (tema 44.c), "A devota da ermida" (tema 45.e), mais o romance religioso "A Virgem lavadeira" (tema 39.c).

⁶² Cf. Reis, 2005.

⁶³ Editada em *op. cit.*, p. 69.

⁶⁴ Ver Reis, 2012, p. 70.

⁶⁵ *Ibid.*

⁶⁶ Reis, 2012, p. 61.

Lamentavelmente, neste trabalho, Elisabete Reis oferece-nos um *corpus* extremamente reduzido de romances. Embora com o mérito de se tratar de um conjunto de textos inéditos, a edição não vai além de três versões de romances religiosos, dois dos quais recolhidos pela própria, a saber “O discípulo amado”⁶⁷ (IGR: 0064.1), “A Virgem a caminho do Calvário”⁶⁸ (IGR: 0042) e uma versão de “A Fonte das Almas”⁶⁹ (sem código de IGR). Tendo em conta a natureza selectiva dos materiais editados a partir da identificação de colecções, e sem um especial interesse pelo romanceiro, permanece a incerteza de, no universo de recolhas analisadas pela autora (realizadas por alunos entre 2002 e 2011) se poderem eventualmente encontrar mais materiais inéditos referentes ao romanceiro.

Resta-nos, pelo exposto, salientar o papel que o romanceiro religioso assume nesta colecção. Não temos possibilidade de precisar melhor os valores totais do romanceiro religioso no Algarve por se tratar de uma área mal controlada em termos numéricos tanto regionais como globais, ao não figurarem ainda na base de dados do Arquivo do Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna⁷⁰. Mas sem dúvida que cabe em boa medida nos nossos dias ao romanceiro religioso assegurar a sobrevivência deste género poético na tradição oral do Algarve em termos de diversidade temática, já que as recolhas efectuadas nos últimos anos demonstram inequivocamente o (ainda) vivo interesse da comunidade relativamente a este tipo de *corpus*, o que se explica pela sua funcionalidade oracional, persistente enquanto prática religiosa individual ou comunitária à margem da vivência católica institucional. Em sentido contrário, assinala-se o esquecimento dos temas profanos, que objectivamente rareiam tanto em termos de diversidade temática como de número de versões.

Refira-se que a lista de temas profanos estampados nestes trabalhos editoriais do século XXI aponta para uma memória bastante residual desta tipologia de poemas no Algarve, onde já nem o romanceiro carolíngio (com excepção aberta para o trabalho de Custódio *et al.* 2006), o qual surgia bem representado pelo tema “Conde Claros vestido de frade” (IGR: 0159) ainda nas

⁶⁷ Na classificação seguida pela autora, designado “Quinta-feira Santa” (Reis, 2012, pp. 261-262).

⁶⁸ *Op. cit.*, pp. 263-264.

⁶⁹ *Op. cit.*, p. 265.

⁷⁰ Arquivo dirigido, há mais de trinta anos, pelo professor da Universidade do Algarve, Pere Ferré.

edições dos anos 90 do século XX, figura. Resume-se, então, a diversidade temática profana aos romances novelescos “Bela Infanta”, “Claralinda”, “Conde Ninho”, “O Veneno de Moriana”, “Delgadinha” e “Silvana” + “Delgadinha”, “Bernal Francês”, algum tema devoto como “Nau Catrineta” e “A devota da ermida”, em contraste com um leque temático religioso significativo.

Não constitui qualquer novidade esta constatação, pois já as editoras de *Memória Tradicional de Vale Judeu* alertavam em 1997 para esta situação, referindo-se ao fenómeno da prosificação dos romances como sintoma da desagregação de uma memória activa no Algarve⁷¹. Acrescento, pela minha parte, que valerá bem a pena, enquanto colectora, tentar contrariar essa tendência prosificadora, que mais não significa do que um recurso de que o informante se vale para evitar o esforço que supõe escavar em níveis mais profundos da memória, lugar onde esses textos se encontram em virtude da sua reconhecida falta de funcionalidade actual. Naturalmente que esta posição contraria aquela que nos nossos dias norteia as recolhas de literatura tradicional, pautada pela menor intervenção possível no discurso do informante, como aqui se assinalou. Talvez por isso mesmo algumas das prosificações de romances provenientes de recolhas mais recentes ostentem o reflexo de posições metodológicas assumidas ou, ainda, o sintoma da imperícia ou falta de preparação dos colectores (onde me incluo, na primeira recolha que efectuei em 2000).

EDIÇÃO, TEXTUALIDADE E SUPORTES:

impresso vs. digital

Considerámos, por circunstâncias forçadas, a nossa História do romanceiro no Algarve “en el momento en que los romances comienzan a ser puestos sobre el papel, copiados o impresos”⁷², recuperando palavras recentes de Vicenç Beltrán, com a antecipada suspeita de que este acontecimento (avançado o século XIX, relembro) se dá quando esta poesia deveria circular na memória algarvia desde há largos séculos, à luz e semelhança do que sucedia para todas as sub-tradições regionais do romanceiro português.

⁷¹ “Os romances tradicionais de assunto profano, menos recordados que os religiosos, (mais vivos nas memórias por assumirem função de oração), apresentam-se relatados quase totalmente prosificados, na forma de conto, e mantendo poucas sequências em fórmulas romancísticas. Este fenómeno demonstra que os temas são ainda conhecidos, mas se vão desvanecendo do património memorial, já praticamente só passivo, da comunidade.” (Custódio / Galhoz, 1997, II, p. 27).

⁷² Beltrán, 2016, p. 5.

Adverta-se, também, seguindo de perto as conclusões da especialista Ana Valenciano, tecidas a partir da sua longa experiência na edição de romances de tradição oral, que a fixação por escrito das versões destes romances - momento no qual cada versão entra para a História, máquina que se alimenta de evidências documentais, como sabemos - implica uma invariável perda e que, sumariamente, o objectivo perseguido pelo editor de romances tradicionais não vai além da mera aproximação a um “original”⁷³.

Claro que a raiz do problema reside na natureza desse mesmo texto romancístico, que sofre assim, uma transposição de suporte: do suporte memória, caracterizado pela variação e pautado por uma ‘certa’ instabilidade, para o suporte escrito, que fixa, estampa, grafa esse texto, transformando-o num documento, o “texto-documento” de que fala a investigadora espanhola⁷⁴ (seja em papel ou pergaminho, impresso ou manuscrito, seja num ecrã de computador através de um processo de digitalização). O desiderato editorial proposto por Ana Valenciano, actualmente partilhado sem dificuldade por todos aqueles que editam o romanceiro tradicional entendendo-o como um produto ‘memorial’, assenta na procura da representação da versão do informante, “en la forma más cercana a ese ‘original’ memorizado”⁷⁵.

Aproximação, portanto, é tudo o que pode oferecer qualquer tentativa de materializar um género poético cujas marcas distintivas assentam precisamente na sua imaterialidade. Mas destacar esta concepção de edição como remediação irá ajudar-nos a entender de que forma o paradigma editorial digital pode servir a fixação do romanceiro tradicional justamente devido à irradiação de um certo dinamismo comum entre esta poesia tradicional e as possibilidades fornecidas pelo digital para a concretização de uma nova textualidade, menos estática e mais dinâmica.

Naturalmente, as recolhas coevas não atentam nos critérios de procura do texto memorizado tal como os define Valenciano, mas na exploração do texto na sua relação com factores externos à sua estrutura e forma (o mencionado contexto), na crença de que o texto é o produto da interacção com o seu contexto, que por

⁷³ Mais precisamente, “Un modo de aproximarse en lo posible al conocimiento del dilatado proceso que comienza en la etapa del ‘establecimiento’ de la versión en la memoria del informante y finaliza con el establecimiento de ese mismo texto por parte del editor.” (o sublinhado é meu). (VALENCIANO, 2006, p. 68).

⁷⁴ Em VALENCIANO, 1994, p. 62.

⁷⁵ VALENCIANO, 2006, p. 68.

seu turno é dado pelo depositário que o armazena na memória, pelas suas circunstâncias de vida e pelo meio em que este se insere.

Lembremos como a História da edição do romanceiro no Algarve ilustrem, segundo constatámos atrás, algumas das interessantes concepções editoriais vigentes no passado, reflexo de preocupações alheias à procura dos modos de representação da versão memorizada de um romance (os casos dos primeiros editores algarvios e as suas concepções editoriais são disso exemplo) alheamento igualmente partilhado, ainda que de outra forma, está claro, pela visão, diríamos antropológica, em vigor ultimamente nos trabalhos de recolha e edição da literatura tradicional em geral e do romanceiro em particular.

Ao nível da ideia de texto veiculada por esta última concepção editorial, nomeemos principalmente que a ausência de uma pesquisa aprofundada junto do informante no sentido da procura do texto memorizado - que deste modo surge como um objecto volátil ao sabor das circunstâncias de recolha e, portanto, como produto que se actualiza de forma perigosamente desagregadora de cada vez que é revisitado - diríamos que as consequências não podem deixar de ser nefastas. O informante detém, de acordo com este postulado, o rumo do 'seu' texto e a sua 'voz' e a oralidade, portanto, assume um poder perigosamente sagrado, com repercussões ao nível da própria fixação dos textos, a qual obedecerá ao mesmo espírito de respeito fiel e absoluto por esta 'voz'. Tal constatação não acrescenta, todavia, na prática, qualquer riqueza ao texto tradicional. Esquece-se, neste quadro, que a oralidade não passa de uma forma de expressão e que não caracteriza qualquer forma de textualidade, como parece ser o entendimento deste postulado. Um exemplo prático do que acabamos de referir é a não reposição, patente nalgumas edições de romances, da ordem estrutural de versões que o informante, muitas vezes devido a lapsos de memória, não conseguiu reproduzir correctamente (abundam casos destes, pelo que me escuso de referir exemplos concretos, bem à mão do leitor). E é justamente esta noção de 'correcto' que a concepção editorial 'antropológica' questiona.

Falaríamos, assim, de uma certa anarquia como resultado deste modo de editar, o que de todo não se relaciona com as questões de variação intrínsecas à literatura tradicional. Fica assim claro que não é deste modo que se espelha no acto editorial o célebre postulado

pidalino de que o romanceiro vive em variantes. Para além de não dar conta desta característica essencial do romanceiro, a forma de recolher e editar que vincula umbilicalmente o contexto ao texto ilustrará somente a desagregação de uma memória textual muito pouco funcional já, em sentido contrário ao da tal aproximação ao texto memorizado de que fala Ana Valenciano.

Ora, não é demais repetir que a dimensão necessariamente estática correlata à fixação em papel de qualquer romance tradicional implica a impossibilidade de representar a sua verdadeira múltipla natureza dada pelo som, pela imagem, pela variação. Se o recurso à edição crítica (como faz Vanda Anastácio no caso do *Romanceiro Tradicional do Distrito de Faro* ou Pere Ferré no seu *Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna*) mitiga essa rigidez, pois permite dar fé da variação intrínseca a cada texto, contudo, não deixa de o fazer de forma estática, através da introdução, numa zona independente da página, do aparato de variantes, num lugar apartado do texto propriamente dito. Note-se, contudo, que as variantes também 'são' texto, muito embora a tecnologia associada ao suporte papel não permita representar essa característica. É neste sentido que, mesmo nos casos em que o editor manifestamente se preocupa em dar conta dessa variação, não resta outra possibilidade para além da de olhar a fixação de uma versão de um romance como um acto de perda adjacente à tentativa de preservação de um texto patrimonial.

Ainda assim, se as limitações impostas pelo suporte papel parecem ditar esta noção de impossibilidade representativa total de um texto que tem como suporte natural a memória e que se deixa ler / ver / ouvir em circunstâncias muito particulares, cabe analisar, a seguir, se de alguma forma o recurso à tecnologia digital permite alterar este panorama.

PALAVRAS FINAIS: o Futuro

Enquadrado no espírito das campanhas de preservação do património cultural, o Arquivo do Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna foi recentemente (entre 2014 e 2015) alvo de um processo de migração para suporte digital, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, que reconheceu a importância documental deste núcleo documental bem como as ameaças à sua integridade material. Esta campanha deu, pois, origem à já aqui abundantemente citada plataforma Romanceiro.pt, um

projecto que persegue, hoje em dia, novos objectivos e melhoramentos. Os textos do romanceiro, fotocopiados e atesourados neste arquivo, encontram-se agora *online* graças à construção de uma base de dados relacional e a um processo de digitalização.

A aventura tecnológica do digital, que não dispensa um período de adaptação e transição, proporciona, por outro lado, infinitas possibilidades de difusão da informação⁷⁶.

Mas pese embora a euforia da digitalização, os textos em suporte digital que figuram na plataforma Romanceiro.pt (onde o romanceiro algarvio se encontra representado, como vimos) não passam de meras digitalizações, imagens (fac-símiles, para sermos mais precisos) das versões de romances criadas com vista à impressão, com o seu fluxo de perdas associadas à fixação pela escrita segundo o paradigma do livro impresso. Se quisermos, o grande desiderato desta, como o de outras plataformas digitais, converge na acepção de Roger Chartier, segundo o qual:

[...] la posibilidad de la biblioteca universal, entendiendo por esto que, si cada uno de los textos escritos o impresos del patrimonio textual es transformado en un texto electrónico, no hay razón por la cual no se pueda proponer una universal disponibilidad del patrimonio textual a través de la transmisión electrónica.⁷⁷

Dito de outra maneira e retomando o que se discutiu há uns parágrafos atrás, nestes moldes nada de novo pode acrescentar a conversão de uma versão de um romance tradicional do seu suporte impresso para o ecrã de um computador, já que a sua migração fundamental, a da tal perda que atrás equacionávamos, consiste na primigénia transposição do suporte memória para o suporte papel.

Neste caso, a nova migração do papel para o suporte digital não contempla qualquer novidade para além da já assinalada: a ampla difusão e, como consequência, o enorme potencial de ampliação do arquivo que o meio digital autoriza. Refiro-me em concreto à “biblioteca universal”, lembrando que, no seu âmbito, esta nova migração equivale, em termos de transformação nas

⁷⁶ A propósito, não podemos deixar de anotar a seguinte observação de Robert Darnton: “La invención de mitjans electrònics de comunicació és com a mínim tan revolucionària com la invenció de la impremta de tipus mòbils, i ens costa tant d'assimilar com va costar als lectors del segle XV assimilar els textos impresos.” (Darnton, 2010, p. 72).

⁷⁷ Chartier, 2000, p. 206.

condições de acesso à informação, à proporcionada pelo advento da imprensa, como adverte Darnton.

Mas avançar mais do que isso – como se já fosse pouco –, em termos de consequência para a própria textualidade do romanceiro tradicional, a transposição da tecnologia papel para a digital através de técnicas de reconhecimento de imagem pouco ou nada adianta.

Esta revela-se, neste sentido, uma falsa questão. No limbo de equívocos, esperanças e imprecisões associadas à cultura digital no debate contemporâneo, importa esclarecer, no que respeita à edição digital de textos, que “A digitised edition is not a digital edition”⁷⁸. Aliás, o grande potencial de uma edição de um romance tradicional vinculada ao paradigma digital (pelo menos no que à tradição portuguesa concerne) não pertence ainda ao presente, pois a simbiose entre a edição e a materialidade que veicula a transmissão dos textos não permite, no paradigma actual, alcançar o seu real impacto⁷⁹, que, acredito, no caso da edição do romanceiro tradicional, se vislumbra nas imensas possibilidades de enriquecimento do próprio texto.

A recuperação da dimensão múltipla e necessariamente rica de uma versão de um romance tradicional na sua essência pode, pois, equacionar-se através de uma edição digital cuja tecnologia permitirá então uma aproximação mais frutífera à original natureza multimodal do texto tradicional. O recurso a estratégias próprias do paradigma digital como o hipertexto permitirão dar conta *in texto* da variação textual e remeter para um sem fim de recursos. O texto admitirá, por seu turno, diversos níveis de leitura e a *editio variorum* não excluirá, portanto, a *editio ne varietur*. Refira-se ainda o potencial representado pelo enlace, através da web semântica, de um texto a outros textos, de um informante a múltiplos informantes, cumprindo-se assim o “autor legión” de que falava Menéndez Pidal, ou a associação de recursos hipermediáticos como os facsímiles de edições anteriores ou de manuscritos, que virão deste modo alargar de forma radial os horizontes da edição de um romance tradicional.

Para terminar, e como desejo para o futuro, que o romanceiro do Algarve possa acompanhar esta revolução, tão pioneiramente como soube ser esta a primeira região portuguesa a editar em papel a primeira colecção de romances tradicionais representativa de um território regional.

⁷⁸ Sahle, 2016, p. 27.

⁷⁹ Cf. Gabler, 2016, p. XIII.

BIBLIOGRAFIA CITADA:

ANASTÁCIO, Vanda (1985) – *Os Textos de Romances no Romanceiro e Cancioneiro do Algarve de Athaide Oliveira: Uma Tentativa de Edição Crítica*. Lisboa: Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

_____ (org.) (1988) – *Romanceiro Tradicional do Distrito de Faro I*. Col. Novos Inquéritos. Santiago do Cacém: Universidad Complutense de Madrid / Real Academia Arqueológica Lusitana.

BARREIRA, Patrícia (2003) – *A Literatura Oral de Filipa Faisca*, vol. II “Anexos”. Faro: Monografia de Licenciatura apresentada à Universidade do Algarve.

BELTRÁN, Vicenç (2016) – *El romancero: de la oralidade al canon*. Kassel: Edition Reichenberger.

BRAZÃO, José Ruivinho e Néelson Conceição (2008) – *Cancioneiro Tradicional Português*. Cruz Quebrada: Casa das Letras.

CHARTIER, Roger (2000) – *Cultura escrita, literatura e história*, 2ª ed.. Alberto Cue (ed.). México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

CORREIA, João David Pinto (2009) – “O romanceiro do/no Algarve: seus recolectores e editores” in João Carlos Carvalho e Catarina Oliveira (coord.), *Viajantes, Escritores e Poetas. Retratos do Algarve*. Lisboa: Edições Colibri / Centro de Estudos Linguísticos e Literários / Universidade do Algarve.

CUSTÓDIO, Idália Farinho e Maria Aliete Farinho Dores Galhoz (1997) – *Memória Tradicional de Vale Judeu – II*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé.

CUSTÓDIO, Idália Farinho et al. (2006) – *Romances. Património Oral do Concelho de Loulé*, vol. II. Loulé: Câmara Municipal de Loulé.

_____ (2013) – *Vária. Património Oral do Concelho de Loulé*, vol. V. Loulé: Câmara Municipal de Loulé.

DARNTON, Robert (2010) – *Digitalitzar és democratitzar?*. Traducció de Martí Mas. Barcelona: Arcàdia, 2010.

DIOGO, Cláudia (2015) – *Lendas e Outras Memórias. História, Tradição e Oralidade no Algarve*. Faro: Direção Regional de Cultura do Algarve.

FERRÉ, Pere e Cristina Carinhas (2000) – *Bibliografia do Romanceiro Português da Tradição Oral moderna (1828-2000)*. Madrid: Instituto Universitario Seminario Menéndez Pidal.

FERRÉ, Pere (estudo introdutório, organização e fixação de) (2000b) – *Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna*, vol. I, com a colaboração de Cristina Carinhas, Ramon dos Santos de Jesus e Eva Parrano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; (2001) - *Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna*, vol. II, com a colaboração de Teresa Araújo, Cristina Carinhas e Mirian Nogueira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; (2003) - *Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna*, vol. III, com a colaboração de Sandra Boto. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; (2004) – *Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna*, vol. IV, com a colaboração de Sandra Boto e Patrícia de Jesus Palma. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GABLER, Hans Walter (2016) - “Foreword” in Matthew James Driscoll and Elena Pierazzo (eds.), *Digital Scholarly Editing. Theories and Practices*. Cambridge: Opne Book Publishers, 2016, pp. xiii-xv.

GALHOZ, Maria Aliete (organização, introdução, notas e bibliografia de) (1988) – *Romanceiro Popular Português, II – Romances Religiosos e Orações Narrativas. Romances Vulgares e Cantigas Narrativas*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos / Instituto Nacional de Investigação Científica.

_____ (1999-2001) – “O romanceiro no Algarve”, *Revista Lusitana (Nova Série)*, 19-21, pp. 109-124.

GARRETT, Almeida (1851) – *Romanceiro*, III. Lisboa: Na Imprensa Nacional.

MARQUES, José Joaquim Dias (2002) – *O Romanceiro do Algarve de Estácio da Veiga. Sua Integração na História do romanceiro português e suas relações com a questão da emendatio dos textos poéticos tradicionais*. Faro: Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Algarve.

_____ (2005) – “Estudo introdutório” in Sebastião Philipes Martins Estácio da Veiga, *Romanceiro do Algarve*. Faro: Universidade do Algarve.

REIS, Elisabete (2005) – *Uma Viagem pela Literatura Oral de Maria do Carmo Martins*, 2 vols. Faro: Monografia de Licenciatura apresentada à Universidade do Algarve.

_____ (2012) – *Contributo para o Estudo da Literatura Oral do Algarve*. Faro: Tese de Mestrado apresentada à Universidade do Algarve.

SAHLE, Patrick (2016) - “What is a Scholarly Digital Edition?” in Matthew James Driscoll and Elena Pierazzo (eds.), *Digital Scholarly Editing. Theories and Practices*. Cambridge: Opne Book Publishers, 2016, pp. 19-39.

SOUSA, Filipa Faísca (2000) – *Povo, Povo, eu te Pertença*, selecção, organização, recolha e transcrição de Idália Farinho Custódio, prefácio, classificação e notas de Maria Aliete Farinho Galhoz e classificação e notas aos contos de Isabel Cardigos. Loulé: Câmara Municipal de Loulé.

VALENCIANO, Ana (1994) – “Edición crítica de textos de base oral: el romancero” in Salvador Rebés (a cura de), *Actes del Col.loqui sobre cançó tradicional. Reus, setembre 1990*. [s.l.]: Publicacions de l’Abadia de Montserrat, pp. 299-307.

_____ (2006) – “Crítica a la edición crítica de los romances de la tradición oral moderna” in Ramón Santiago et al. (eds.), *Tradiciones discursivas. Edición de textos orales y escritos*. Madrid: Editorial Complutense, pp. 45-69.

www.romanceiro.pt [Plataforma Digital do Romanceiro Português, consultada pela última vez a 29 de Outubro de 2016]

NOTAS SOBRE OS AUTORES

A few notes about the authors

AMÍLCAR MANUEL RIBEIRO GUERRA

aguerra@campus.ul.pt

Amílcar Manuel Ribeiro Guerra é Doutor em História Clássica, Professor Associado da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, investigador da UNIARQ - Centro de Arqueologia e do Centro de História dessa mesma instituição. A sua investigação centra-se na História Antiga e Arqueologia, em particular das questões que envolvem o Ocidente da Hispânia romana e pré-romana, especialmente as vertentes de análise da documentação epigráfica e arqueológica e o estudo das escritas, línguas e culturas das comunidades pré-romanas e da sua transformação com a presença romana. Tem sido co-responsável por alguns trabalhos arqueológicos, entre eles os que decorreram no santuário de Endovélico, os de Mesas do Castelinho e os mais recentes na cidade de Ammaia.

PEDRO BARROS

pedrobarros@gmail.com

Pedro Barros trabalha desde 1998 na gestão do património arqueológico, nomeadamente na sua salvaguarda e investigação, mas também na disseminação e educação patrimonial. Exerceu a sua actividade no Algarve e presentemente é arqueólogo no Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática na Direcção Geral do Património Cultural. Co-responsável do Projecto ESTELA com Samuel Melro e com a colaboração de Susana Estrela e Amílcar Guerra, tem desenvolvido investigação em torno da Idade do Ferro e a escrita do Sudoeste, com atenção particular aos contextos arqueológicos, com prospecções em Almodôvar e Loulé e intervenções na necrópole da Abóboda e no povoado de Portela da Arca, Almodôvar. Nesse âmbito resultou ainda a exposição “A Vida e a Morte na Idade do Ferro” no Museu de Escrita do Sudoeste de Almodôvar e a exposição itinerante “Quem nos Escreve desde a Serra”. É autor e co-autor em revistas e encontros científicos de âmbito nacional e internacional.

SAMUEL MELRO

samuelmelro@gmail.com

Samuel Melro é arqueólogo da Direcção Regional de Cultura do Alentejo na Extensão de Castro Verde desempenhando funções no âmbito da salvaguarda e gestão do património arqueológico desde 2002, como

Amílcar Guerra, Phd in Classical History, is Professor Associado at the University of Lisbon, (Faculty of Arts) and researcher at UNIARQ - Centre of Archaeology - and at the Centre of History in the same institution. His research focuses on Ancient History and Archaeology, particularly on the issues regarding the Roman and Pre-Roman Western Iberia, especially the analysis of epigraphic and archaeological evidence and the study of the writings, languages and cultures of pre-Roman communities and its transformation with the Roman presence. He has been co-responsible for some archaeological survey in the sanctuary of Endovelicus, in the settlement of Mesas do Castelinho (Almodôvar) and in the roman city of Ammaia.

Pedro Barros works since 1998 in the management of the archaeological heritage, namely in its safeguarding and investigation, but also in the dissemination and patrimonial education. He worked in the Algarve and is currently at the National Center for Nautical and Underwater Archeology at the DGPC. Co-responsible for the ESTELA Project with Samuel Melro and with the collaboration of Susana Estrela and Amílcar Guerra, he has developed research around the Iron Age and the Southwest writing, with a particular attention to its archaeological contexts, prospecting in Almodôvar and Loulé counties and interventions in the Abóboda necropolis and in the settlement of Portela da Arca, Almodôvar. Responsible for the exhibition “Life and Death in the Iron Age” at the Southwest Writing Museum of Almodôvar and the itinerant exhibition “Who Writes Us From the Mountains”. He is author and co-author of several articles in magazines and scientific meetings of national and international scope.

Samuel Melro is archaeologist of the da Direcção Regional de Cultura do Alentejo in the offices of Castro Verde carrying out functions in the ambit of the safeguarding and management of the archaeological heritage since 2002, such

as the monitoring of the archaeological works in the scope of the irrigation project of Alqueva and since 2012 responsible for valorization of the archaeological settlement of the Mesas do Castelinho in Almodôvar. He has developed his scientific research on the Iron Age in the South of Portugal, in particular on the Southwest writing, being responsible for the ESTELA project. He is the author and co-author of magazines and national and international scientific meetings, also promoting the public dissemination of the archaeological heritage, with the production of content in exhibitions, routes and visit guides.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

jde@fl.uc.pt

José d'Encarnação is born in Algarve (S. Brás de Alportel, 24-12-1944). Full professor (History and Archaeology), now emeritus, at the Faculty of Letters (Coimbra's University). His domain of specialization is just the Roman Epigraphy, and he sustained, in 1984, his doctorate's thesis about the Roman Inscriptions of the Conventus Pacensis, it is of all the South of Portugal.

«Académico de Mérito» of the Portuguese Academy of History from 2010, and correspondent academic of the Sciences' Academy of Lisbon (2015), he had, at 2001, the honoris causa doctor's degree of the University of Poitiers.

J. d'Encarnação is author of more than 800 titles – books and articles; as journalist, he writes assiduously at the local press.

MARCO SOUSA SANTOS

marcosousasantos@hotmail.com

Art historian. Researcher in the field of art history, specializing in the field of Portuguese architecture of the Modern Age (centuries XVI, XVII and XVIII). Degree in Cultural Heritage and Master in History of Art from the University of Algarve. It is currently a PhD student in Art History from the University of Coimbra, with a thesis entitled "The hall-church model in the spatiality of Portuguese architecture of the Modern Age". Member of Heritage Studies Center, Landscape and Construction (CEPAC/UAlg) and the Archeological Research Centre, Arts and Sciences of the Patrimony of the University of Coimbra (CEAACP / UC). Author of several papers published, and others

seja o acompanhamento dos trabalhos arqueológicos no âmbito dos Blocos de Rega do Alqueva e desde 2012 responsável pela valorização do sítio arqueológico das Mesas do Castelinho em Almodôvar. Tem desenvolvido a sua investigação científica sobre a Idade do Ferro no Sul de Portugal, em particular sobre a escrita do Sudoeste, sendo um dos responsáveis do projecto ESTELA. É autor e co-autor em revistas e encontros científicos nacionais e internacionais, promovendo também a divulgação pública do património arqueológico, com produção de conteúdos em exposições, percursos e guias de visita.

José d'Encarnação nasceu no Algarve (S. Brás de Alportel, 24-12-1944). É professor catedrático em História e Arqueologia, aposentado, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Especializou-se em Epigrafia, tendo defendido tese de doutoramento, em 1984, sobre as Inscrições Romanas do Conventus Pacensis, onde estudou todos os monumentos epigráficos romanos conhecidos no Sul de Portugal.

Académico de Mérito da Academia Portuguesa de História, desde 2010, e académico correspondente da Academia das Ciências de Lisboa (2015), foi agraciado com o grau de doutor honoris causa pela Universidade de Poitiers (2001).

Autor de mais de 800 títulos, entre livros e artigos, é jornalista e colabora assiduamente com a imprensa regional tanto de Cascais, onde vive, como da sua terra natal.

Historiador de Arte. Investigador no campo da História da Arte, com especialização na área da arquitetura portuguesa da Idade Moderna (séculos XVI, XVII e XVIII). Licenciado em Património Cultural e Mestre em História da Arte, pela Universidade do Algarve. É atualmente doutorando em História da Arte pela Universidade de Coimbra, com uma tese subordinada ao tema "O modelo de igreja-salão na espacialidade da arquitectura portuguesa da Idade Moderna". Membro do Centro de Estudos em Património, Paisagem e Construção (CEPAC/UAlg) e do Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do

Património da Universidade de Coimbra (CEAACP/UC). É autor de vários trabalhos já publicados, e outros ainda no prelo, sobretudo dedicados à História da Arquitetura religiosa da Idade Moderna e à História e ao Património construído da região algarvia.

FILIPA ROLDÃO

roldao.filipa@gmail.com

Filipa Roldão é licenciada em História (2003) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e mestre em Paleografia e Diplomática (2007), pela mesma instituição. Obteve o seu doutoramento em História, pela Universidade de Lisboa (2011), com a tese *A memória da cidade. Administração urbana e práticas de escrita em Évora (1415-1536)*. Desde 2012, desenvolve um projecto de pós-doutoramento, sob o tema *Cidades do Reino, Cidades da Ásia: modelos e práticas de administração municipal (séculos XVI-XVII)*. Os seus interesses de investigação incidem sobre a história da cultura escrita nas cidades medievais portuguesas e também ultramarinas. É investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra e do Centro de História da Universidade de Lisboa.

prepared to publish, especially dedicated to the history of religious architecture of the Modern Age and the History and Heritage built in the Algarve region.

Filipa Roldão has a degree/B. A. in History (2003, Faculty of Letters, University of Lisbon) and a Master degree in Paleography and Diplomatics (2007, Faculty of Letters, University of Lisbon). In 2011, she obtained her PhD in History at the University of Lisbon, with the following dissertation “The archival memory of a city. Urban administration and writing practices in Évora (1415-1536)”. She is now post-doctoral researcher in History at the Center for the History of Society and Culture of the University of Coimbra (Portugal) and at the Centre of History of the University of Lisbon (Portugal), since 2012, with the project “Cities of the Kingdom. Cities of Asia: models and practices of municipal administration (16th and 17th centuries)”. Her main research interests are urban administration in medieval and early modern ages and the history of written culture and writing practices.

MANUEL CADAFAZ DE MATOS

manuelcadafazdematos@cehle.com

Doutor em Estudos Portugueses, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Membro da Academia Portuguesa da História e Academia de Marinha. Director desde 1997 da Revista Portuguesa de História do Livro. O autor é o responsável (com o hebraíste Prof. Manuel Augusto Rodrigues) pela edição em fac-símile do mais antigo livro publicado em Portugal.

PhD in Portuguese Studies, by the Faculdade de Ciências Sociais e Humanas of Universidade Nova de Lisboa. Member of Portuguese Academy of History and Marine Academy. Director of Portuguese Review of History of the Book since 1997.

NELSON VAQUINHAS

nelson.manuel@gmail.com

Arquivista na Câmara Municipal de Loulé. Licenciado em História pela Universidade de Évora, com pós-graduação em Ciências Documentais pela Universidade do Algarve. Mestre em Arquivos, Bibliotecas e Ciência da Informação, pela Universidade de Évora. Frequenta, actualmente,

Archivist in the Municipality of Loulé; graduated in History from the Évora University and postgraduated in Documental Sciences from the Algarve University; Master degree in Archives, Libraries and Information Science from the Évora University. Currently attending

the PhD Programme in Information and Documentation Sciences taught at the same university and benefiting from an individual grant awarded by the FCT (Portuguese Foundation for Science and Technology). Research member of CIDEHUS/UE – Interdisciplinary Centre for History, Culture and Societies from the Évora University.

PATRÍCIA DE JESUS PALMA

pajepa@fcs.unl.pt

Patrícia de Jesus Palma holds a degree in Modern Languages and Literatures - Portuguese Studies, from the University of the Algarve (2003). She has a Master's degree in Portuguese Studies - specializing in Contemporary Portuguese Literature, at the School of Humanities and Social Sciences, NOVA University of Lisbon. Dissertation is about *The literary production printed in the Algarve during the 19th and 20th Centuries* (2008), and she as a PhD in Portuguese Studies – with a specialization in Book History and Textual Criticism by the same Faculty, with the thesis *The Reyno das Letras. The Literary Culture in the Periphery: the Algarve, 1759-1910* (2015). She is an integrated researcher at the CHAM (Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar / Portuguese Centre for Global History), FCSH-NOVA University of Lisbon/University of the Azores and as such has participated in national and international scientific meetings, has lectured, and has also published the partial results of her research in magazines and specialty books and has promoted cultural outreach activities in collaboration with other institutions. She is a collaborator of the Manuel Viegas Guerreiro Foundation.

LUÍS GUERREIRO

luisguerreiro2011@gmail.com

Has a degree in Civil Engineering by the Instituto Superior Técnico. Works in the Câmara Municipal de Loulé as Coordinator of the Gabinete de Eventos, Comunicação e Imagem, and is responsible for the organization of the Carnaval de Loulé. Up until the end of 2013 was Chief of the Divisão de Cultura e Turismo. Board of Directors Chairman of the Fundação Manuel Viegas Guerreiro. President of the General Meeting of the CEUPA- Cooperativa Proprietária of INUAF- Instituto Universitário D. Afonso III. Has several professional courses related with

o Programa de Doutoramento em Ciências da Informação e da Documentação, ministrado pela mesma instituição académica, tendo-lhe sido concedida bolsa individual pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Investigador membro do CIDEHUS/UE - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora.

Patrícia de Jesus Palma é licenciada em Línguas e Literaturas Modernas – variante Estudos Portugueses, pela Universidade do Algarve (2003), é mestre em Estudos Portugueses – especialidade de Literatura Portuguesa Contemporânea, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa com a dissertação *A produção literária impressa no Algarve durante os Séculos XIX e XX* (2008), e é doutora em Estudos Portugueses – especialidade de História do Livro e Crítica Textual pela mesma Faculdade, com a tese *O Reyno das Letras. A Cultura Literária na Periferia: o Algarve, 1759-1910* (2016).

É investigadora integrada do grupo «Leitura e formas de escrita» do CHAM, FCSH-Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores e como tal tem participado em encontros científicos nacionais e internacionais, tem proferido conferências, tem publicado os resultados parciais da sua pesquisa em revistas e livros da especialidade e tem promovido actividades de divulgação cultural em colaboração com outras instituições. É colaboradora da Fundação Manuel Viegas Guerreiro.

Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico. É quadro superior da Câmara Municipal de Loulé, desempenhando actualmente as funções de Coordenador do Gabinete de Eventos, Comunicação e Imagem, responsável pela organização do Carnaval de Loulé. Até ao final de 2013 foi Chefe de Divisão de Cultura e Turismo. Presidente do Conselho de Administração da Fundação Manuel Viegas Guerreiro. Presidente da Assembleia Geral da CEUPA – cooperativa proprietária do INUAF- Instituto Universitário D. Afonso

III. Possui vários Cursos de formação profissional relacionados com a sua actividade pública. Tem participado em vários Encontros e Congressos. Colabora regularmente na imprensa local e regional. Tem alguns trabalhos de investigação publicados. É bibliófilo acerca da região do Algarve, possuindo um dos maiores acervos documentais privados.

ANA LÚCIA GOMES DE JESUS

Anajesus4@hotmail.com

Designer de Comunicação desde 2004, trabalhando no sector privado e público, nas diferentes vertentes do design de comunicação. Actualmente, reside em Inglaterra, desenvolvendo a actividade de designer.

A carreira de docente iniciou-se no ano de 2008 no Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, em Portimão, como professora assistente na licenciatura de Design de Comunicação até 2012 e, no ano de 2009, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Lisboa como professora assistente na licenciatura de Design de Comunicação, de Produção Gráfica e Design, Comunicação Aplicada e Ciência da Cultura cessando actividade em 2014.

Foi formadora da disciplina de Comunicação Gráfica e Audiovisual na Escola Profissional de Agricultura do Algarve em São Bartolomeu de Messines.

Participou no I Encontro Anual Indústria, História, Património – FCSH em 2013, com o artigo “Arte do Vazio – A comunicação visual nas latas de conserva de pescado português” e no workshop GPS Art “Mappa Mundi” com Jeremy Wood em 2011, através CECL-FSH Universidade Nova de Lisboa, CICANT-ULHT e Museu Coleção Berardo.

MIRIAN NOGUEIRA TAVARES

mtavares@ualg.pt

Professora Associada da Universidade do Algarve. Com formação académica nas Ciências da Comunicação, Semiótica e Estudos Culturais (doutorou-se em Comunicação e Cultura Contemporâneas, na Universidade Federal da Bahia, diploma reconhecido pela Universidade Nova de Lisboa), tem desenvolvido o seu trabalho de investigação e de produção teórica, em domínios relacionados com o Cinema, a Literatura

his public activity. Participated in various Meetings and Congresses. Cooperates regularly with local and regional press. Has several investigation works published. Is an algarve related book bibliophile, with one of the biggest private document collections.

Communication Designer since 2004, working in the private and public sector within various areas of Design. She is currently living in England, working as a Graphic Designer.

Her teaching career started in 2008 at the Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes in Portimão, as an Assistant Professor on the Communication Design course until 2012.

Between 2009 and 2014, she worked at the Lusófona University of Humanities and Technologies in Lisbon, as Assistant Professor in Communication Design, Graphic Design and Design, Applied Communication and Culture Science.

She was also a trainer of Graphic and Audiovisual Communication at the Professional School of Agriculture of the Algarve in São Bartolomeu de Messines. She participated in the 1st Annual Meeting of Industry, History, Heritage - FCSH in 2013, with the article ‘Arte do Vazio - Visual communication in portuguese fish preserves’ and in the ‘GPS Art Mappa Mundi workshop’ with Jeremy Wood in 2011. This was through the CECL-FSH New University of Lisbon, CICANT-ULHT and the Berardo Collection Museum.

Mirian Nogueira Tavares is Associate Professor at the University of Algarve.

With academic studies in Communication Sciences, Semiotics and Cultural Studies (Ph.D. in Communication and Contemporary Culture, from the Federal University of Bahia), she has developed research work and theoretical production in fields related to Cinema, Literature and other Arts, as well as artistic and aesthetic film studies.

As a lecturer at the University of Algarve, she has participated in the development of the Visual Arts degree, the Master's programmes in Communication, Culture and Arts and Cultural Management and the PhD programmes in Communication, Culture and Arts and Digital Media and Arts. She is the current Coordinator of CIAC (Arts and communication Research Centre), funded by FCT.

ANA ISABEL SOARES

asoares@ualg.pt

A PhD in Literary Theory from the University of Lisbon (2003) and Professor at the University of Algarve since 1996, Ana Isabel Soares has been in charge of teaching, among other subjects, History of Film, Image Theory, Cultural Studies, Film and Literature - and, almost uninterruptedly, English Literature. She has developed post-doctoral studies in the Program in Literary Theory of the Faculty of Letters of Lisbon, with support from an FCT grant (2009 and 2010). She is a full member of the Center for Research in Arts and Communication. She has published articles and participated in seminars at various universities, national and international, about film, namely Portuguese. A founding member and the first president of AIM - Association of Researchers of the Moving Image, she has held positions in the Ministry of Education and Science (2011-2012) and in the Camões - Institute of Cooperation and Language (2013-2014). She translated the Finnish epic *Kalevala* (ed. Don Quixote, 2013) with Merja de Mattos-Parreira and published other literary translations of foreign authors into Portuguese and Portuguese writers into English.

A. PAULO DIAS OLIVEIRA

aolivei@ualg.pt

A. Paulo Dias Oliveira has a degree in Philosophy from the UCP. He concluded the Masters in Cultural and Politics History at Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL. He joined the Universidade do Algarve where he did a PhD in Contemporary History. Member of Seminário Livre de História das Ideias e do Projeto Revistas Ideias e Cultura (CHAM/FCSH/UNL-UAC). He's Assistant Professor of Departamento de Artes e

e outras Artes, bem como nas áreas de estética fílmica e artística.

Como professora da Universidade do Algarve, participou na elaboração do projeto de licenciatura em Artes Visuais, do mestrado e doutoramento em Comunicação, Cultura e Artes e do doutoramento em Média-Arte Digital. Atualmente é Coordenadora do CIAC (Centro de Investigação em Artes e Comunicação - <http://www.ciac.pt/>)

Doutorada em Teoria da Literatura pela Universidade de Lisboa (2003) e Professora na Universidade do Algarve desde 1996, tem tido a seu cargo, ao longo dos anos, disciplinas das áreas de História do Cinema, Teoria da Imagem, Estudos Culturais, Literatura e Cinema, e, quase ininterruptamente, Literatura Inglesa. Desenvolveu pós-doutoramento no Programa em Teoria da Literatura da Faculdade de Letras de Lisboa, como bolsista da FCT (2009 e 2010). É membro integrado do CIAC. Tem publicado artigos e orientado seminários em várias universidades, nacionais e internacionais, sobre cinema, nomeadamente português. É membro fundador e foi a primeira presidente da AIM - Associação de Investigadores da Imagem em Movimento. Desempenhou funções no Ministério da Educação e Ciência (2011-2012) e no Camões - Instituto de Cooperação e da Língua (2013-2014). Traduziu, com Merja de Mattos-Parreira, a epopeia finlandesa, *Kalevala* (ed. Dom Quixote, 2013) e tem publicado outras traduções literárias, de autores estrangeiros para língua portuguesa e nacionais para língua inglesa.

A. Paulo Dias Oliveira é licenciado em Filosofia pela UCP. Concluiu, depois, o Mestrado em História Cultural e Política na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL. Ingressou na Universidade do Algarve onde fez o doutoramento na área de História Contemporânea. Membro do Seminário Livre de História das Ideias e do Projeto Revistas Ideias e Cultura (CHAM/FCSH/UNL-UAC). É, neste momento, Professor Auxiliar do

Departamento de Artes e Humanidades na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, docente do Curso de Património Cultural e do Mestrado de História e Patrimónios.

JOÃO SABÓIA

jsaboia3@gmail.com

Licenciado em História pela Universidade de Lisboa, pós-graduação em Ciências Documentais, especialização em Arquivo, pela mesma Universidade.

Atualmente arquivista na Câmara Municipal de Loulé, tendo sido Diretor do Arquivo Distrital de Faro, 1994-2004 e 2008-2013, e Chefe da Divisão na Câmara Municipal de Loulé, 2006-2008 e 1990-1994.

Foi Subdiretor do Curso de Especialização em Ciências Documentais, Universidade do Algarve, 2003-2005, e Coordenador do 1º Curso de Técnicos Profissionais de Arquivo, Delegação Regional do Sul da BAD, 2003-2004.

Pertenceu a grupos de investigação em Huelva, Espanha e em Portugal, 2004-2012.

Apresentou comunicações em diferentes seminários e congressos e publicou diversos trabalhos na área dos Arquivos e da História em Portugal e no estrangeiro.

Humanidades na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, teacher of Cultural Heritage Course and History and Heritage Master.

Degree in History from the University of Lisbon, post-graduation in Archival Science from the same university.

Currently archivist in the City Hall of Loulé, he was Director of the Faro District Archive, 1994-2004 and 2008-2013, and Chief of Division in the City Hall of Loulé, 2006-2008 and 1990-1994.

He was Assistant Director of the Specialisation Course in Information Science, Universidade do Algarve, 2003-2005, and Coordinator of the 1st Archive Professional Technicians Course, South Regional Delegation of BAD, 2003-2004.

He belonged to research groups in Huelva, Spain, and in Portugal, 2004-2012.

He presented communications in different seminars and conferences and published several works in the field of Archives and History in Portugal and abroad.

VITOR RIBEIRO

ribeiro.vitor@gmail.com

Arquiteto (FAUP, 1997), doutorando em *Arquitetura*, especialidade de *Reabilitação* FAUL, aguarda provas públicas) e mestre em *Reabilitação da Arquitetura e Núcleos Urbanos* (FAUL, 2010), foi investigador bolseiro FCT (2011/20015) e membro efectivo do CIAUD - Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design da FAUL (2013/2015). Exerceu atividade docente no curso de pós-graduação em *Planeamento e Construção Sustentável* do Instituto Superior de Engenharia da UAlg (2010/2012) e atividade profissional como arquiteto coordenador (2005/2007) e membro da equipa de projeto (2001/2004) do Gabinete Técnico de Apoio às Aldeias do Sotavento (*Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve*, CCDR Algarve). Foi coordenador-geral e coautor das publicações *Materiais, Sistemas e Técnicas de Construção Tradicional. Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão* (CCDR Algarve e Edições Afronta-

Architect with graduate degree (FAUP, 1997) and M.Sc. in Architecture and Urban Nuclei Rehabilitation (FAUL, 2010), is currently PhD student in Architecture, with specialization in Rehabilitation (FAUL, 2011/...), awaiting defence presentation. He has been researcher funded by FCT (2011-2015), researcher in the FAUL's Research Center in Architecture, Urbanism and Design (CIAUD) (2013/2015), and lecturer at UAlg/ISE, (2010/2012). Worked as Project Team Coordinator (2005/2007) and Architect (2001/2004) in GTAA Sotavento, within the Programme for the Revitalization of the Villages of Algarve, and was co-author and responsible for the general coordinator of the publications *Materiais, Sistemas e Técnicas de Construção Tradicional. Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão* (CCDR Algarve e Edições Afrontamento, 2008) and *GTAA Sotavento. Síntese dos Trabalhos 2001/2007* (CCDR Algarve, 2008); co-editor and co-author of the publication *Arquitetura*

Tradicional no Mediterrâneo Ocidental – 1º Congresso Internacional [Proceedings] (Campo Arqueológico de Mértola and Argumentum, 2015); and co-author of the publications *Pousada de São Brás 1944-2014* (Casa da Cultura António Bentes - Museu do Traje de São Brás de Alportel, 2014) and *Património Rural Construído do Baixo Guadiana* (Associação Odiana, 2004).

SANDRA BOTO

scboto@ualg.pt

Sandra Boto has a degree in Modern Languages and Literatures (Portuguese Studies) from Algarve University. In 2012 she completed her PhD in Languages, Literatures, and Cultures (Literary Studies) at Nova University of Lisbon, with the thesis *The Sources of Almeida Garrett's Romanceliro. A Proposed Critical Edition*. Her PhD research was funded by a financial grant of the Portuguese Foundation for Science and Technology.

At present, she develops a post-doctorate project on Almeida Garrett's *Romanceliro*. The full critical digital edition, hosted at the Center for Portuguese Literature of Coimbra University and the CIAC – Centre for Research in Arts and Communication, of Algarve University, with a financial grant of the Portuguese Foundation for Science and Technology.

Sandra Boto is a member of the CIAC (Algarve University) and of the CLP (Coimbra University). She has taught at Huelva University in Spain, at Algarve University, and at Barcelona's Universitat Autònoma, where she directed the Portuguese Language Centre of the Camões Institute. Among other disciplines, she taught Portuguese as a Foreign Language, and Spanish Literature.

mento, 2008) e *GTAA Sotavento. Síntese dos Trabalhos 2001/2007* (CCDR Algarve, 2008); co-editor e co-autor da publicação *Arquitectura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental – 1º Congresso Internacional [Actas]* (Campo Arqueológico de Mértola e Argumentum, 2015); e coautor das publicações *Pousada de São Brás 1944-2014* (Casa da Cultura António Bentes - Museu do Traje de São Brás de Alportel, 2014) e *Património Rural Construído do Baixo Guadiana* (Associação Odiana, 2004).

Sandra Boto é licenciada em Línguas e Literaturas Modernas – variante de Estudos Portugueses pela Universidade do Algarve. Em 2012 doutorou-se em Línguas, Literaturas e Culturas – Estudos Literários pela Universidade Nova de Lisboa, com a tese *As Fontes do Romanceliro de Almeida Garrett. Uma Proposta de Edição Crítica*. A sua investigação de doutoramento foi desenvolvida com o apoio de uma bolsa concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Atualmente, desenvolve o projeto de pós-doutoramento *O Romanceliro de Almeida Garrett. A edição crítica integral em formato digital*, acolhido pelo Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra e pelo Centro de Investigação em Artes e Comunicação da Universidade do Algarve, com bolsa atribuída pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

É membro do CIAC (Universidade do Algarve) e do CLP (Universidade de Coimbra). Ensinou na Universidad de Huelva, na Universidade do Algarve e na Universitat Autònoma de Barcelona, onde dirigiu o Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões. Da sua experiência docente, destaca-se o ensino de Português para Estrangeiros e de Literatura Espanhola.



Com o apoio de:

